

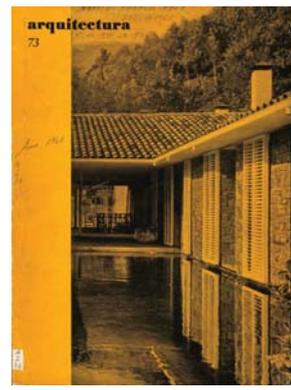
**ADVERTIMENT.** La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX ([www.tesisenxarxa.net](http://www.tesisenxarxa.net)) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

**ADVERTENCIA.** La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR ([www.tesisenred.net](http://www.tesisenred.net)) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

**WARNING.** On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX ([www.tesisenxarxa.net](http://www.tesisenxarxa.net)) service has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized neither its spreading and availability from a site foreign to the TDX service. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service is not authorized (framing). This rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author

**Crítica e debate arquitectónico na 3ª série da revista “Arquitectura” – Portugal, 1957/1974**

**Nuno Pedroso Correia | Tesis doctoral en Teoría e Historia de la Arquitectura | ETSAB UPC**





Crítica e debate arquitectónico na 3ª série da revista “Arquitectura”  
Portugal, 1957/1974

Nuno Carlos Pedroso de Moura Correia

Tesis doctoral en Teoría e Historia de la Arquitectura  
Departamento de Composición Arquitectónica  
Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona  
Universitat Politècnica de Catalunya  
Barcelona, 2015

Director de tesis – Antonio Pizza de Nanno  
Codirector – José António Bandeirinha

Imagens da Capa – Revista “Arquitectura”, nº57/58 (1957), nº59 (1957), nº60 (1957), nº65 (1959), nº66 (1959), nº67 (1960), nº68 (1960), nº73 (1961) / Imagens da Contracapa – Revista “Arquitectura”, nº107 (1969), nº113 (1970), nº119 (1971), nº129 (1974)

Nuno Carlos Pedroso de Moura Correia  
Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia  
Portugal

Bolsa com a referência SFRH/BD/60573/2009



## *Agradecimentos*

Agradeço ao Professor Antonio Pizza, orientador desta tese, pela sua permanente disponibilidade, pelas suas observações sempre lúcidas, e por nunca desistir de melhorar o trabalho.

Ao Professor José António Bandeirinha, co-orientador da tese, representado o Departamento de Arquitectura e a Universidade de Coimbra, devo um agradecimento especial. Agradeço também as observações sempre lúcidas, que me ajudaram muitas vezes a encontrar o caminho do trabalho, mas além disso, agradeço a amizade com que me ajudou a encontrar motivação nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos professores e aos colegas do curso de “Master” em “Teoria e História da Arquitectura”, frequentado no Departamento de Composição Arquitectónica da ETSAB no início do programa de doutoramento. Não esquecerei esse ano passado em Barcelona.

Agradeço especialmente ao Professor Manuel Guardia, que era nessa altura Director do Departamento de Composição, pela sua extrema gentileza e insuperável generosidade. E ao Professor Fernando Alvarez, actualmente coordenador do programa de doutoramento.

Entre os colegas do curso recordo muitos amigos, de muitas nacionalidades diferentes – Albert Brito, Flavio Coddou, Raffaella Russo Spina, Gonzalo Claro, Ester Giménez, Anna Kaiser... a Mercè de Cabanyes Gay que representava os estudantes na Comissão do curso “Master”.

No momento em que estava a preparar o início do doutoramento concorri a uma bolsa de estudo da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em Portugal. Agradeço à FCT a atribuição dessa bolsa que permitiu a minha permanência em Barcelona durante algum tempo, ajudou nas minhas frequentes deslocações, e tornou possível a realização deste doutoramento na ETSAB.

No momento em que concorri a essa bolsa de estudo foi fundamental o apoio do Professor Alexandre Alves Costa e do Professor Sergio Fernandez. Mas o agradecimento que devo aos dois ultrapassa largamente a ajuda que me deram nesse momento.

Ao longo do trabalho de investigação desenvolvido para esta tese tive oportunidade de registar o depoimento de algumas personalidades que protagonizaram o debate e a produção de crítica no período estudado, entre 1957 e 1974. Pelo tempo que me dispensaram, pelos valiosos esclarecimentos, e em alguns casos, por me terem permitido consultar os seus arquivos pessoais, agradeço a Nuno Portas, Carlos Duarte, Oriol Bohigas, Federico Correa, Duarte Cabral de Mello, Manuel João Leal, Manuel Tainha – à sua memória – e Raul Hestnes Ferreira.

A Hestnes Ferreira, agradeço esses depoimentos – porque foram vários – mas agradeço sobretudo a sua imensa disponibilidade para ajudar, de inúmeras formas.

Ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (DARQ) agradeço todas as facilidades concedidas para a realização do trabalho. Sem as dispensas de serviço docente, concedidas em três anos consecutivos, não teria sido possível a realização do doutoramento na ETSAB. Mas agradeço, além disso, a compreensão demonstrada com o atraso na finalização do trabalho. Agradeço à Comissão Científica do DARQ, e sobretudo ao Professor Jorge Figueira, actualmente Director do Departamento de Arquitectura.

Agradeço também aos colegas do DARQ, e aos funcionários da secretaria e da biblioteca, por inúmeras gentilezas e gestos atenciosos.

Agradeço especialmente ao Armando Rabaça, um dos melhores exemplos de gentileza e gestos atenciosos. Ao Pedro Maurício Borges, a amizade que manifestou em momentos decisivos. Ao Gonçalo Canto Moniz, pela amizade e por contribuições importantes para a investigação. À Susana Lobo, a sua ajuda, contribuindo com informação e documentação importante. Ao António Olaio, ao Pedro Pousada...

Agradeço ainda ao João Afonso e ao Tiago Lopes Dias, colegas de doutoramento que ajudaram à concretização do trabalho, em momentos diferentes e em circunstâncias diferentes.

Durante o período em que decorreu a investigação recorri a várias instituições, que deram contribuições importantes para a consulta bibliográfica e documental necessária. Entre essas instituições merecem um agradecimento especial a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o Arquivo Nacional – “Torre do Tombo”, a biblioteca do Colégio de Arquitectos da Catalunha, e a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). À FCG devo um agradecimento pelas facilidades concedidas na consulta do seu Arquivo, e na utilização das imagens relativas ao processo da bolsa de estudo atribuída a Nuno Portas em 1962. Esses documentos foram digitalizados por iniciativa da própria Fundação, e as imagens foram cedidas gratuitamente.

Finalmente, agradeço à minha família o apoio manifestado em muitos momentos e de inúmeras formas. Naturalmente devo um agradecimento especial aos meus pais e aos meus irmãos. Sem eles nada disto teria sido possível.

*Crítica e debate arquitectónico na 3ª série da revista "Arquitectura"  
Portugal, 1957-1974*



Crítica e debate arquitectónico na 3ª série da revista “Arquitectura”  
Portugal, 1957-1974

<i>Introdução</i> .....	13
<u>CAPÍTULO 1</u> <u>1927-1957, 30 Anos de “Arquitectura”</u>	25
<u>“Arquitectura” 1ª Série, 1927/1945</u> .....	26
Regionalismo e monumentalidade	27
O revivalismo dos estilos históricos portugueses	29
A arquitectura moderna ausente	32
<u>Revista “Arquitectos”, 1938/1942</u> .....	37
A expressão regionalista nos programas de obras públicas do MOPC	40
Arquitectura monumental	41
Arquitectura moderna de carácter monumental	43
<u>ICAT 1947/1957</u> .....	48
“Arquitectura”, 2ª série	48
Aproximação aos arquitectos modernos do Porto, 1947-52	51
Habitação colectiva moderna em Lisboa, 1952-54	55
<u>CAPÍTULO 2</u> <u>“Arquitectura”, 3ª Série</u>	65
<u>Terceira Série, Número Zero</u> .....	68
Nº57-58, 1957	69
Os números seguintes	74
A criação da revista “Binário” em 1958	81
<u>A reacção ao “Estilo Internacional” e a procura de modelos alternativos</u>	85
A influência de Bruno Zevi	85
A actualidade do debate internacional	91
<u>Os últimos anos da 3ª Série</u> .....	97
O início das dificuldades na actividade editorial da revista	97
Uma publicação informativa da actualidade	101
O fim da 3ª série	104

<u>CAPÍTULO 3</u>	
<u>A Historiografia da Arquitectura Moderna Portuguesa</u>	109
<u>O início do estudo da arquitectura moderna portuguesa, 1957/1964</u> .....	110
O início na revista “Arquitectura”	111
“Pioneiros de uma renovação” – As crónicas do “Jornal de Letras e Artes”	115
O Estudo do Movimento Moderno em Portugal –	
A Bolsa de Estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, 1962-1964	121
<u>A procura de continuidade cultural</u> .....	126
Recuperar a continuidade histórica	126
Aproximação à realidade – A terceira crónica do “Jornal de Letras e Artes”	129
“Progressos recentes”	132
<u>Depois de 1964</u> .....	134
Ainda a revista “Arquitectura”	134
A História da Arquitectura Moderna na História da Arte	139
A “Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal” e a historiografia actual	143
<u>CAPÍTULO 4</u>	
<u>Regressar à cidade histórica, Recuperar a cultura tradicional</u>	149
<u>Regressar à cidade histórica</u> .....	150
Regressar ao centro – O direito à cidade	151
Regressar à cidade histórica	156
<u>Recuperar a cultura tradicional</u> .....	163
A Arquitectura Tradicional	163
A realidade portuguesa fora dos centros urbanos	167
Arquitectura Popular e Arte Popular	171
<u>Outros temas em debate</u> .....	178
O ensino da Arquitectura – A reforma de 1957	178
A integração das Artes Plásticas	180
O problema da habitação	182

<u>CAPÍTULO 5</u>	
<u>A construção dum Pensamento Crítico Colectivo</u>	189
<u>1957/1967 – Unidade cultural e integração</u> .....	190
Um certo grau de síntese... um método comum de interpretação da realidade	190
A 3ª geração da arquitectura moderna portuguesa	193
Crítica e arquitectura da nova geração	199
<u>1964/1974 – O problema do método</u> .....	205
A sociologia da habitação	206
A obra aberta	211
Modelos de pensamento divergentes	214
<u>1979/1984 – “Arquitectura”, 4ª Série</u> .....	216
O regresso da revista	216
“Depois do Modernismo”	221
Depois da revista “Arquitectura”	225
<i>Conclusão</i> .....	229
<u>ANEXO 1</u>	
<u>Arquivo de Notas Demasiado Extensas</u> .....	233
<u>ANEXO 2</u>	
<u>Estudo sobre o Movimento Moderno em Portugal</u> <u>Em Arquitectura e Urbanismo</u> .....	249
<i>Bibliografia</i> .....	273



## RESUMO

O primeiro número da revista “Arquitectura” foi publicado em Janeiro de 1927. E embora com interrupções e alterações de orientação editorial, a revista publicou-se até 1984, em quatro séries. Nos primeiros 30 anos publicaram-se duas séries da revista, que coincidem aproximadamente com os períodos de maior produção das duas primeiras gerações dos arquitectos modernos portugueses. Os arquitectos da 1ª geração, nascidos na década de 1890, que realizaram algumas das suas obras mais notáveis na década de 1930, quando se publicava a 1ª série da revista “Arquitectura” – Cassiano Branco, Carlos Ramos, Cristino da Silva, Pardal Monteiro... E os arquitectos da 2ª geração da arquitectura moderna portuguesa, nascidos na década de 1910, e que realizaram as suas principais obras no período em que se publicou a 2ª série da revista, na segunda metade da década de 1940, e na primeira metade da década de 1950 – Keil do Amaral, Viana de Lima, Januário Godinho... A 3ª série da revista “Arquitectura” publicou-se entre 1957 e 1974, e nesse período de 17 anos a revista não teve sempre a mesma importância cultural, nem a mesma capacidade de influenciar o debate. Embora sem uma fronteira rígida muito bem definida, é necessário distinguir dois momentos.

Durante os primeiros anos da 3ª série, a revista tinha um programa cultural bem definido. A nova geração de editores propunha retomar alguns dos princípios chave que estavam na origem da arquitectura moderna, e procurava encontrar alternativas à linguagem do “Estilo Internacional”, na tentativa de ultrapassar a dimensão estritamente funcional da arquitectura racionalista do Movimento Moderno. Individualmente, considerando o ponto de vista de cada um dos protagonistas do debate nesse momento, é possível encontrar diferentes motivações e diferentes inclinações. Mas, do ponto de vista colectivo é possível reconhecer uma tendência dominante.

Todo o programa cultural da nova geração se concentrava na necessidade de encontrar formas de continuidade cultural. Essa procura de continuidade significava que a arquitectura devia passar a representar uma consciência profunda daquilo que era específico da cultura portuguesa.

A “Storia dell’Architettura Moderna”, de Bruno Zevi, publicada em 1950, era uma das principais referências, e um dos principais modelos de pensamento teórico que inspirava a nova geração dos arquitectos portugueses, nesse momento.

O segundo momento pode situar-se aproximadamente na última década da 3ª série da revista, e corresponde a um período em que se torna irreconhecível o projecto colectivo que tinha dominado o debate na viragem da década de 1950 para 1960. Isso não significava que não fosse possível, no final dos anos 60 e no início dos 70, continuar a construir um pensamento crítico adequado à situação contemporânea. Mas não era possível continuar a fazê-lo seguindo o mesmo modelo que tinha sido seguido durante cerca de uma década, e o que era profundamente diferente era o facto desse modelo de pensamento não estar a ser substituído por um novo modelo, mas por muitos – muitos modelos possíveis e divergentes entre si.

Depois do fim da 3ª série, em 1974, a publicação da revista esteve interrompida durante 5 anos. Em 1979, inicia uma 4ª série, que se publicou até 1984. Nesse momento a revista não tem a mesma importância cultural que teve no final da década de 1950 e durante a década de 1960. Já não representa a produção dum pensamento crítico dominante, e tem uma capacidade muito limitada para influenciar o debate. De qualquer forma, representa um documento histórico importante para compreender a evolução do debate arquitectónico em Portugal no início da década de 1980, e fundamental para compreender como, a partir desse momento, as revistas de arquitectura começam a perder protagonismo e a ceder espaço a outras formas de debate e de produção de crítica.

## RESUMEN

El primer número de la revista “Arquitectura”, fue publicado en enero de 1927. Aunque con interrupciones y cambios de orientación editorial, la revista se publicó hasta 1984, en cuatro series. En los primeros 30 años, se publicaron dos series de la revista, coincidiendo aproximadamente con los períodos de más producción de las dos primeras generaciones de arquitectos modernos portugueses. Los arquitectos de la primera generación, nacidos en la década de 1890, que proyectaron algunas de sus obras más notables en la década de 1930, cuando se publicó la primera serie de la revista “Arquitectura” – Cassiano Branco, Carlos Ramos, Cristino da Silva, Pardal Monteiro... Y los arquitectos de la segunda generación de la arquitectura moderna portuguesa, nacidos en la década de 1910, que proyectaron sus principales obras en el período en que se publicó la segunda serie de la revista, en la segunda mitad de la década de 1940 y la primera mitad de la década 1950 – Keil do Amaral, Viana de Lima, Januário Godinho...

La tercera serie de la revista “Arquitectura” se publicó entre 1957 y 1974, y en este período de 17 años, la revista no tuvo siempre el mismo significado cultural, ni la misma capacidad de influir en el debate. Aunque sin una frontera muy estricta, es necesario distinguir dos momentos.

Durante los primeros años de la tercera serie, la revista tenía un programa cultural bien definido. La nueva generación de editores buscaba retomar algunos de los principios fundamentales que habían estado en el origen a la arquitectura moderna, y buscaba alternativas al lenguaje del “Estilo Internacional”, intentando superar la dimensión estrictamente funcional de la arquitectura racionalista del Movimiento Moderno. Individualmente, teniendo en cuenta el punto de vista de cada uno de los protagonistas en el debate en ese momento, se pueden encontrar diferentes motivaciones y diferentes pensamientos. Pero desde el punto de vista colectivo, puede reconocerse una tendencia dominante.

Todo el programa cultural de la nueva generación se dirigía hacia la necesidad de encontrar formas de continuidad cultural. Esta búsqueda de continuidad significaba que la arquitectura debería representar a un conocimiento profundo de lo que era específico de la cultura portuguesa.

La “Storia dell'Architettura Moderna” de Bruno Zevi, publicada en 1950, era una de las referencias clave, y uno de los modelos de pensamiento teórico que inspiraban la nueva generación de arquitectos portugueses en ese período.

El segundo momento se puede situar en la última década de la tercera serie de la revista, y es un período en el cual se vuelve irreconocible el proyecto colectivo que había dominado el debate en el final de la década de 1950 e inicio de 1960. Eso no significa que no fuera posible, a finales de los años 60 y principios de los 70, seguir construyendo un pensamiento crítico ajustado a la situación contemporánea. Pero no era posible seguir con el mismo modelo que se había tenido durante más de una década, y lo que era profundamente distinto es que, ese modelo de pensamiento no estaba siendo sustituido por un nuevo modelo, pero por muchos – muchos modelos posibles y divergentes.

Después del final de la tercera serie, en 1974, la publicación de la revista fue interrumpida durante cinco años. En 1979, empieza una cuarta serie, que se publicó hasta 1984. En ese momento la revista no tuvo la misma importancia cultural que había tenido a finales de 1950 y durante la década de 1960. Ya no representa la producción de un pensamiento crítico dominante, y tenía una capacidad muy limitada para influir en el debate.

De todos modos, es un documento histórico importante para la comprensión de lo que fue el debate arquitectónico en Portugal a principios de 1980, y fundamental para entender cómo, a partir de ese momento, las revistas de arquitectura empiezan perdiendo protagonismo para a otras formas de debate y de producción de crítica.

## ABSTRACT

The first issue of the magazine “Architecture” was published in January 1927. And although with some interruptions and changes of editorial guidance, the magazine was published until 1984, in four series. In the first 30 years, two series were published, which roughly coincides with the two periods of great architectural production of the first two generations of Portuguese modern architects. The architects of the first generation, born in the 1890s, who performed some of his most notable works in the 1930s, when it was published the 1st series of the magazine “Architecture” – Cassiano Branco, Carlos Ramos, Cristino da Silva, Pardal Monteiro... And the architects of the second generation of modern Portuguese architecture, born in the 1910s, who made their major works in the period in which it was published the 2nd series of the magazine, in the second half of the 1940s, and the first half of the 1950 decade – Keil do Amaral, Viana de Lima, Januário Godinho... The 3rd series of the magazine “Architecture” was published between 1957 and 1974, within this period of 17 years the magazine had not always the same cultural significance, or the same ability to influence the debate. Although without a strict boundary, perfectly well-defined, it is important to distinguish two different phases.

During the early years of the 3rd series, the magazine had a well-defined cultural program. The new generation of publishers proposed to resume some of the key principles that gave rise to the modern architecture, and tried to find alternatives to the “International Style” in an attempt to overcome the strictly functional dimension of the Modern Movement rationalist architecture. Individually, considering the point of view of each of the protagonists in the debate at that time, it is possible to find different motivations and different preferences. But collectively it is possible to recognize a dominant trend. All the cultural program of the new generation was focused on the need to find forms of cultural continuity. This quest for continuity meant that architecture should represent a deep awareness of what was specific to the Portuguese culture. The book “Storia dell’architettura Moderna” published by Bruno Zevi in 1950, was one of the main references, and one of the main models of theoretical thinking that inspired the new generation of Portuguese architects at that time.

The second phase can be placed roughly in the last decade of the 3rd series of the magazine, and it is a period when it becomes unrecognizable the collective project that had dominated the debate at the turn of the 1950s to 1960s. That does not mean it was impossible, in the late 60s and early 70s, to continue to build a critical thinking to face the contemporary problems. But it was not possible to continue to do so following the same model that had been followed for over a decade. And there was something profoundly different – the previous model was not being replaced by a new model, but by many possible models, and differing between themselves.

After the end of 3rd series in 1974, the magazine’s publication was interrupted for five years. In 1979, it begins a 4th series, which was published until 1984. At that time the magazine has not the same cultural importance it had in the late 1950s and during the 1960s. It represents no longer the production of a leading critical thinking, and it has a very limited ability to influence the debate. Although it is an important historical document to understand the development of architectural debate in Portugal in the early 1980s, and to understand how, from that moment, the architectural magazines begin to lose leadership and to give way to other forms of production of debate and critical thinking.



## *Introdução*



*Introdução*

A 3ª série da revista “Arquitectura”, que se publicou em Portugal entre 1957 e 1974 é o objecto de estudo da investigação que está na origem desta tese. Com este estudo pretende-se compreender melhor o significado cultural da crítica e do debate arquitectónico produzidos na revista a partir do final da década de 1950, num momento em que a prática da arquitectura sofreu uma profunda transformação provocada pela crise de paradigma do Movimento Moderno.

A revista “Arquitectura” publicou o primeiro número da 1ª série em Janeiro de 1927. E, embora com interrupções e alterações de orientação editorial, a revista publicou-se até 1984, em quatro séries.

As duas primeiras séries, que se publicaram entre 1927 e 1957, são analisadas no primeiro capítulo – “1927/1957, 30 anos de «Arquitectura»”. Nesse primeiro capítulo, além de se recordarem alguns acontecimentos decisivos para a história da revista, procura-se sobretudo compreender as circunstâncias que conduzem ao início da 3ª série, e de um novo ciclo da vida da revista, em 1957.

No segundo capítulo – “«Arquitectura», 3ª Série” – a crítica e o debate produzidos na revista, na 3ª série, são analisados principalmente como expressão de um programa editorial. Procurando compreender de que forma um determinado modelo de pensamento se foi construindo através de inúmeras colaborações individuais, e se foi manifestando na publicação de uma série de edições da revista, sempre com um programa cultural coerente.

É sobretudo no segundo capítulo que se analisa o modo como se manifesta em Portugal a actualidade do debate internacional. Nos capítulos seguintes são analisadas algumas das principais linhas do pensamento crítico que se produzia na revista, e alguns dos temas chave que definem aquilo que é específico do caso português. E, considerando o protagonismo da revista “Arquitectura” na condução do debate nesse momento, um dos objectivos dessa análise é procurar reconhecer alguns dos aspectos cruciais que definem nesse momento a construção dum pensamento teórico, e procurar compreender o seu significado histórico. Porque a construção dum pensamento teórico na arquitectura é independente da construção dum pensamento prático. As duas formas de pensamento são indissociáveis, mas são também autónomas e independentes.

Para compreender a evolução da crítica e do debate arquitectónico na 3ª série da revista “Arquitectura”, e para compreender a evolução do pensamento dos arquitectos nascidos nas décadas de 1920 e 1930, que protagonizaram o debate nesse período, é necessário distinguir dois momentos.

O primeiro momento, para simplificar, pode situar-se na primeira década da 3ª série da revista, e corresponde a um período em que uma nova geração, que sucedia à geração que tinha editado a revista na 2ª série, procurava colectivamente construir um pensamento crítico que pudesse ser reconhecido como uma continuação do pensamento teórico da arquitectura moderna do final do século XIX e início do século XX, e como uma revisão da arquitectura do Movimento Moderno do período entre guerras, da primeira metade do século XX. Essa nova geração propunha manter alguns dos princípios fundamentais da arquitectura moderna ao mesmo tempo que propunha rever e contrariar algumas das suas formas de aplicação, sobretudo relativas à linguagem do Estilo Internacional, e a alguns excessos do funcionalismo racionalista.

Uma das formas de contrariar esse excessivo funcionalismo do Movimento Moderno manifestava-se pela procura de continuidade cultural e pela vontade de recuperar a continuidade histórica com o passado. Outra forma de contrariar esses excessos, manifestava-se pela vontade de integrar uma série de aspectos chave do pensamento sobre a arquitectura e a cidade que estavam desligados e desintegrados no pensamento teórico do Movimento Moderno – expressos sobretudo na Carta de Atenas – manifestava-se pela vontade de integrar a cidade moderna e a cidade histórica.

Mas essa vontade de integração ganhou uma dimensão própria, que ultrapassava a simples reacção à Carta de Atenas, e passou a ser um tema dominante na construção do novo pensamento teórico – A vontade de integrar a cultura tradicional e a cultura erudita, a vontade de integrar a arquitectura e as outras áreas do conhecimento – as artes plásticas, as ciências sociais, as ciências exactas...

Esse primeiro momento do período em que se publicou a 3ª série da revista é analisado sobretudo nos capítulos 3 e 4. O terceiro capítulo – “A historiografia da arquitectura moderna portuguesa” – representa uma das formas de continuidade cultural defendidas pela nova geração. A procura de continuidade com a história, e a vontade de recuperar as conquistas importantes da arquitectura moderna portuguesa, independentemente da revisão que era urgente fazer ao desvio dessa modernidade para um “Estilo Internacional”. O capítulo 4 analisa outra linha de pensamento determinante dessa procura de continuidade cultural – “Regressar à cidade histórica, recuperar a cultura tradicional”.

O segundo momento é analisado principalmente no capítulo 5 – “A construção dum pensamento crítico colectivo”. Esse segundo momento – também para simplificar – pode situar-se na última década do período em que se publicou a 3ª série, e corresponde a um tempo de transição, em que se torna irreconhecível o projecto colectivo que tinha dominado o debate arquitectónico na viragem da década de 1950 para 1960. Deixa de se poder reconhecer a construção dum pensamento crítico colectivo tal como tinha sido proposto no período anterior, quando essa construção colectiva significava uma vontade alargada de integração.

Nesse segundo momento, além de ser difícil continuar a reconhecer essa vontade colectiva de integração, passava a ser difícil também continuar a reconhecer a existência dum projecto colectivo dominante, capaz de mobilizar uma geração inteira. Isso não significava que não fosse possível, no final dos anos 60 e no início dos anos 70, continuar a construir um pensamento crítico adequado à situação contemporânea. Mas, seguramente não era possível continuar a fazê-lo seguindo o mesmo modelo que tinha sido seguido durante cerca de uma década, e o que era profundamente diferente era o facto desse modelo de pensamento não estar a ser substituído por um novo modelo, mas por muitos – muitos modelos possíveis e divergentes entre si.

A leitura da “Storia dell’Architettura Moderna” de Bruno Zevi, publicada em 1950, e que durante cerca de uma década, depois de 1957, parecia poder representar uma proposta colectiva de revisão do Movimento Moderno, na verdade enunciava já os princípios que haviam de conduzir essa revisão para uma grande diversidade de modelos possíveis. Porque, para contrariar o carácter universal da arquitectura modernista, Bruno Zevi propunha que, em lugares diferentes existiam verdades históricas diferentes e, portanto, diferentes modelos.

Além disso, os novos modelos apresentados pelo debate internacional representavam também propostas demasiado divergentes e das quais não era possível fazer uma síntese única. Não era possível fazer uma síntese única das lições aprendidas com Alvar Aalto, Louis Kahn, Coderch, Carlo Scarpa, Alison e Peter Smithson, ou Kenzo Tange...

E, a partir do final da primeira metade da década de 1960, as principais revistas internacionais começavam a deixar de representar modelos de pensamento facilmente reconhecíveis. Em Inglaterra, a “Architectural Review” perdia protagonismo para a revista “Architectural Design”, e em Itália a revista “Casabella” também já não podia manter a influência que tinha tido, depois da saída de Rogers em 1964. Em Portugal, o conhecimento da realidade concreta da arquitectura tradicional e da arquitectura histórica, também já não tinha a mesma capacidade de ser uma chave para o problema. Porque nesse momento a dimensão do crescimento das cidades, e a modernização acelerada da sociedade tinham transformado a natureza do problema. Os problemas da cultura urbana moderna eram demasiado diferentes dos problemas da cultura tradicional, demasiado diferentes para continuar a ser possível acreditar na sua integração.

A revista “Arquitectura” é o principal objecto de estudo desta investigação, e o principal universo bibliográfico e documental desta tese. Mas, para compreender a situação do debate arquitectónico em Portugal no momento em que começa a 3ª série, e para compreender o significado cultural da actividade da revista para a construção dum pensamento crítico colectivo, é importante tomar também em consideração uma série de transformações que aconteceram no universo editorial português no final dos anos 50. Em 1957, no mesmo ano em que inicia a 3ª série da revista, realizam-se as primeiras emissões de televisão em Portugal. No ano seguinte, em 1958, foi criada a revista “Binário”, uma revista de arquitectura dirigida inicialmente por Manuel Taíña e pelo seu irmão engenheiro Jovito Taíña. Nessa altura foram também criadas novas publicações de cultura literária e artística. Em 1959 a revista “Colóquio – Artes e Letras”, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1961 o “Jornal de Letras e Artes”, e em 1963 a revista “O Tempo e o Modo”.

Em Portugal, as revistas de literatura e de artes plásticas precederam sempre as revistas de arquitectura em capacidade de afirmação, originalidade e criatividade. A revista “Orpheu”, criada em Lisboa em 1915, embora editada por um período muito curto. A revista “Seara Nova”, criada em 1921, também em Lisboa, que se publicou com regularidade até ao final dos anos 70, e que voltou a publicar-se a partir da década seguinte. A revista “Presença”, que se editou em Coimbra entre 1927 e 1940. A revista “Vértice”, criada também em Coimbra, em 1942, e que se publica ainda actualmente, embora editada em Lisboa. Pela leitura dessas revistas, na viragem dos anos 50 para os anos 60, é possível compreender melhor como, naquele momento, a experiência das publicações de cultura literária e artística, com uma capacidade de implantação muito superior às revistas de arquitectura, ajuda à afirmação da crítica de arquitectura como uma disciplina independente, e de certo modo serve-lhe de modelo.

No início da 3ª série da revista “Arquitectura”, essa maior afirmação da crítica também se explica pela capacidade dos arquitectos da nova geração se integrarem na mobilização colectiva que a imprensa literária já tinha conquistado. E uma parte importante do crescimento de produção teórica que existe nesse momento é uma consequência da publicação de artigos de arquitectura nessas revistas literárias. Em Outubro de 1961 editou-se o primeiro número do “Jornal de Letras e Artes”. Nesse jornal semanal publicaram-se alguns artigos decisivos para o debate arquitectónico naquele momento. Em Dezembro desse ano, Nuno Portas publica a primeira de uma série de crónicas de arquitectura que anunciava publicar-se quinzenalmente. A leitura dessas crónicas revela que alguns dos protagonistas do debate que se fazia na revista “Arquitectura”, os seus editores e colaboradores mais frequentes, coincidiam também com os protagonistas da produção de crítica e teoria publicada no “Jornal de Letras e Artes” – Nuno Portas, Carlos Duarte, Francisco Silva Dias, Pedro Vieira de Almeida...

E essa observação confirma-se também pela leitura das revistas “Colóquio – Artes e Letras”, a partir de 1959, “Seara Nova” e “Vértice”, também desde o final da década de 1950, “O Tempo e o Modo”, a partir de 1963.<sup>1</sup>

Alguns dos autores mais frequentes dos artigos de arquitectura editados nessas revistas, sobretudo até ao final da década de 1960, são os protagonistas da crítica e da teoria produzidas na revista “Arquitectura”. E a leitura desses artigos é importante também para conhecer o pensamento individual desses autores, e para compreender de que modo esse pensamento se situava em relação à participação de cada um, no projecto colectivo que representava a revista “Arquitectura”.

Entre esses autores, é importante esclarecer que a redacção do texto da tese concentra uma atenção especial na produção teórica de Carlos Duarte e Nuno Portas, que tiveram um papel decisivo na história da revista durante o período estudado. O reconhecimento da importância dessas duas personalidades, além de ter ajudado a estabelecer uma linha condutora da investigação, ajudou também a definir um critério mais nítido, que permite distinguir esses dois planos do programa cultural e editorial da revista “Arquitectura” – O pensamento individual dos seus editores, e a construção de um pensamento crítico colectivo, coerente. Porque a revista era um projecto colectivo, e na sua edição participavam diferentes personalidades, com formas diferentes de encarar a crítica ao Movimento Moderno.

Carlos Duarte teve uma participação fundamental na edição da revista durante toda a 3ª série, sobretudo na última década. Nuno Portas, sobretudo durante os primeiros anos, teve também um papel crucial na procura de modelos que pudessem servir de referência à sua geração. Modelos nacionais e internacionais, modelos de arquitectura, de pensamento teórico, e editoriais. A participação de Nuno Portas foi fundamental na orientação editorial da revista nesse momento, e foi decisiva para a produção de pensamento crítico que permitiu à revista protagonizar o debate nesse período.

---

<sup>1</sup> Um princípio de levantamento dessas publicações é apresentado no final da tese, na bibliografia.

O interesse pelo estudo das revistas de arquitectura que se publicaram durante o século XX acentuou-se sobretudo nas duas últimas décadas. Esse fenómeno teve uma dimensão internacional, e manifestou-se pela realização de investigações individuais e colectivas, exposições e congressos... Em Portugal esse interesse também se acentuou sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, mas é possível encontrar estudos anteriores, importantes para o conhecimento actual das revistas de arquitectura portuguesas.

No primeiro número do “Jornal Arquitectos”, editado em 12 de Novembro de 1981, é publicado um artigo intitulado “Periódicos portugueses de arquitectura”,<sup>2</sup> onde se faz um levantamento das principais publicações periódicas de arquitectura desde o início do século XX, sobretudo revistas.

Nesse artigo, que ocupa uma grande parte da primeira página e continua nas páginas centrais, o autor procura caracterizar os principais momentos históricos e os principais acontecimentos culturais que foram condicionando o universo editorial dessas publicações periódicas, ao longo de cerca de 80 anos.

Além de tornar mais nítida a importância dessas publicações para o debate arquitectónico em Portugal durante o século XX, esse artigo tornava também explícito o vazio que existia desde o final da publicação da revista “Arquitectos”, em 1942, a “Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos”.<sup>3</sup>

E o facto do artigo dividir as páginas centrais com o Editorial daquele primeiro número do “JA”, sublinhava a importância de voltar a existir uma publicação periódica editada pela associação profissional dos Arquitectos.

Embora o texto não esteja assinado, a sua autoria é atribuída a Eduardo Kol de Carvalho noutra artigo publicado cerca de sete anos mais tarde, no número zero de uma revista editada pela “Associação dos Arquitectos Portugueses” – a “Revista Arquitectos”.<sup>4</sup>

Em Outubro de 1988, a mesma equipa editorial responsável pela publicação do “Jornal Arquitectos” publica essa edição experimental da “Revista Arquitectos” que procurava alargar a divulgação e o debate que já era possível alcançar com a publicação de um jornal mensal<sup>5</sup>. Essa ambição ficava expressa no texto de apresentação de revista, de Nuno Teotónio Pereira – presidente do Conselho Directivo Nacional da AAP nesse momento – e no Editorial de Fernando Gonçalves, director da revista.<sup>6</sup>

Nessa edição número zero da “Revista Arquitectos”, além de uma cronologia dos principais acontecimentos históricos relacionados com as associações profissionais de arquitectos em Portugal, desde a criação da Irmandade de S. Lucas, em 1602 – cronologia organizada por José Huertas Lobo e Francisco Silva Dias<sup>7</sup> – a revista publicava um artigo intitulado de novo “Periódicos portugueses de

---

<sup>2</sup> “Periódicos portugueses de arquitectura”, s/a, “Jornal Arquitectos” (Jornal da Associação dos Arquitectos Portugueses – Secção regional do sul) nº1, 12 de Novembro de 1981, pp. 1, 6-7

<sup>3</sup> O “Sindicato Nacional dos Arquitectos” foi extinto em 1974, imediatamente à revolução de 25 de Abril, e foi substituído pela “Associação dos Arquitectos Portugueses”, criada em 1978. Depois de uma mudança dos estatutos, em 1990, a “AAP” passou a designar-se “Ordem dos Arquitectos”.

<sup>4</sup> “Periódicos portugueses de arquitectura (1981-1988)”, José Aguiar, Teresa Ferreira e Ana Isabel Ribeiro, “Revista Arquitectos” (Publicação da Associação dos Arquitectos Portugueses), nº0, Outubro de 1988, pp. 14-15.

A autoria do artigo do “JA” de 1981 é atribuída a Eduardo Kol de Carvalho como provável – essa atribuição não é absolutamente segura.

<sup>5</sup> Mensal em algumas edições mas, bimestral ou até trimestral noutras.

<sup>6</sup> “Revista Arquitectos” (Publicação da Associação dos Arquitectos Portugueses), nº0, Outubro de 1988, “Apresentação” de Nuno Teotónio Pereira, p. 2, “Editorial”, Fernando Gonçalves, p. 3.

<sup>7</sup> “Associações de Arquitectos em Portugal (1602-1988)”, José Huertas Lobo e Francisco da Silva Dias, pp. 4-8 (Irmandade de S. Lucas – Associação religiosa de arquitectos e outras profissões artísticas, criada em 1602)

arquitectura...”, agora relativo ao período posterior a 1981 – “Periódicos portugueses de arquitectura (1981-1988)”.

Esse artigo, da autoria de José Aguiar, Teresa Ferreira e Ana Isabel Ribeiro, recuperava o modelo utilizado no “JA” de 1981, que apresentava um índice com uma ficha técnica sumária das principais publicações referidas no texto, e actualizava para os últimos sete anos o levantamento que estava feito até 1981.

Até ao início da década seguinte, os dois artigos publicados no “Jornal Arquitectos” (1981), e na “Revista Arquitectos” (1988), são as duas principais referências bibliográficas para o estudo das publicações periódicas de arquitectura em Portugal.

Em 1993, Ana Isabel Ribeiro apresenta na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa uma tese de mestrado em História da Arte Contemporânea, que foi depois publicada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto com o título, “Arquitectos portugueses – 90 anos de vida associativa, 1863-1953”.<sup>8</sup> Nesse estudo Ana Isabel Ribeira analisa o modo como as mudanças do estatuto profissional e social dos arquitectos, e a maneira como se organizam em associações profissionais durante aquele período, reflectem a evolução da sua consciência colectiva, como classe profissional. O estudo de Ana Isabel Ribeiro começa com a criação da “Associação dos Arquitectos Civis Portugueses” em 1863, que passou a designar-se “Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses”, em 1872. Em 1902 é criada a “Sociedade dos Arquitectos Portugueses” (SAP), que se autonomiza da arqueologia, e que permite reconhecer que a arquitectura deve ser executada exclusivamente pelos arquitectos. Finalmente, em Junho de 1934, foram aprovados os estatutos do “Sindicato Nacional dos Arquitectos” (SNA), que substituiu a SAP.

Essa foi a última alteração até 1953, o ano da realização do 3º Congresso da União Internacional dos Arquitectos, em Lisboa, e do afastamento de Pardal Monteiro da Direcção do SNA, que servem de limite cronológico final ao estudo de Ana Isabel Ribeiro.<sup>9</sup>

Portanto, esta investigação não tem como principal objecto de estudo a edição de revistas de arquitectura mas, nessa análise do papel desempenhado pelas sucessivas associações que representam a classe profissional dos arquitectos, a autora começa a fazer a história de duas importantes publicações periódicas de arquitectura editadas por essas associações profissionais analisadas – o “Anuário da Sociedade dos Arquitectos Portugueses”, publicado pela SAP entre 1905 e 1911, e a revista “Arquitectos – Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos”, publicado pelo SNA entre 1938 e 1942.

No final dessa década de 1990, num artigo intitulado “Fontes para a história da arquitectura contemporânea portuguesa – um primeiro olhar sobre «A Construção Moderna»”,<sup>10</sup> publicado em 1999 na revista “GEHA” – “Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo” – Marieta Dá Mesquita apresenta alguns dos princípios chave que estão na origem da criação de uma nova linha de investigação que a autora viria a coordenar a partir de 2004.

Nesse artigo, a autora distingue dois planos em que se deve reconhecer a importância das fontes documentais para o estudo da história da arquitectura. Por um lado a consulta de fontes documentais de arquivo ajuda a esclarecer as circunstâncias específicas que permitem compreender melhor o projecto de arquitectura de uma obra concreta. Mas por outro lado, do ponto de vista da sua interpretação crítica, o estudo dessa obra de arquitectura a partir da imprensa publicada nesse período histórico permite um

<sup>8</sup> “Arquitectos portugueses – 90 anos de vida associativa, 1863-1953” Ana Isabel Ribeiro, Edições FAUP, Porto 2002

<sup>9</sup> Ana Isabel Ribeiro, página 16

<sup>10</sup> “Fontes para a história da arquitectura contemporânea portuguesa – um primeiro olhar sobre «A Construção Moderna»”, Marieta Dá Mesquita, “GEHA – Revista de história, estética e fenomenologia da arquitectura e do urbanismo” (Revista publicada pelo “Grupo de Estudos de História de Arquitectura” da FA-UTL), nº2/3 de Março/Outubro de 1999, pp.105-118

confronto entre obras contemporâneas, e permite avaliar o seu significado de acordo com o pensamento expresso naquele momento. Acrescenta rigor e permite um desdobramento mais bem fundamentado das múltiplas leituras que se podem fazer duma obra – de acordo com o contexto nacional e internacional, de acordo com aspectos construtivos, tipológicos, culturais...

Em 2004, Marieta Mesquita inicia na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa<sup>11</sup> o projecto de investigação “Arquitectura(s) de papel – Estudo sistemático de imagens e projectos de arquitectura do século XX, através da «Construção Moderna», 1900-1919”.

Essa investigação colectiva envolvia alunos da Faculdade de Arquitectura e investigadores que, a partir de uma linha de orientação comum, desenvolveram teses de mestrado e de doutoramento que tinham como objecto de estudo a revista “A Construção Moderna”, que se publicou naquele período, entre 1900 e 1919, Entre 2006 e 2009 esse projecto foi apresentado e discutido em várias sessões públicas, e as investigações desenvolvidas individualmente foram apresentadas em conferências e congressos, nacionais e internacionais, e foram publicados inúmeros artigos. Em Maio de 2011 originou a publicação do livro “Revistas de Arquitectura – Arquivo(s) da Modernidade”,<sup>12</sup> que reunia uma série de textos desses investigadores sobre as inúmeras leituras que faziam da revista – “Mello de Matos e «A Construção Moderna””, “A habitação corrente na Lisboa do início do século XX – Um olhar através de «A Construção Moderna””, “A higiene e a salubridade na arquitectura através de «A Construção Moderna» – artigos e projectos”, “Leituras sobre monumentos históricos através de «A Construção Moderna””<sup>13</sup>...

No ano de 2007 coincidem uma série de publicações relacionadas com o universo da actividade editorial das revistas de arquitectura em Portugal. A publicação em livro de dois estudos desenvolvidos inicialmente como teses de mestrado apresentadas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL)<sup>14</sup> “Arquitectura e discurso crítico em Portugal, 1893-1918”, de Rute Figueiredo, e “A revista Colóquio/Artes”, de Margarida Brito Alves... A apresentação de outra tese de mestrado no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (DARQ/FCTUC) – “74-86, Arquitectura em Portugal – Uma leitura a partir da imprensa”, de Sofia Reis... E a edição de um catálogo de fontes bibliográficas, entre 1938 e 2007, publicado pela Ordem dos Arquitectos.

O estudo de Rute Figueiredo, “Arquitectura e discurso crítico em Portugal, 1893-1918”,<sup>15</sup> é um trabalho desenvolvido com o objectivo de analisar o modo como se manifesta a crítica de arquitectura em Portugal na passagem do século XIX para o século XX, e tomando como ponto de partida o facto da prática da arquitectura ser inevitavelmente influenciada pela construção simultânea de um pensamento crítico. O período histórico analisado está limitado pelo início da revista “A Construção”, em 1893, e pela publicação de “A nossa casa” de Raul Lino, em 1918, que de acordo com a autora, abre um novo ciclo no debate arquitectónico, que é uma consequência das transformações ocorridas nessas duas décadas estudadas. E a autora baseia uma parte importante da sua investigação no estudo de três revistas de arquitectura – “A Construção” (1893-1899), “A Construção Moderna” (1900-1910), e “Arquitectura Portuguesa” (entre 1908 e 1918).

<sup>11</sup> No CIAUD – Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design.

<sup>12</sup> “Revistas de Arquitectura – Arquivo(s) da Modernidade”, coordenado por Marieta Dá Mesquita, Edição Caleidoscópio, Lisboa 2011

<sup>13</sup> Artigos de Marieta Dá Mesquita, Inês Fontoura, Inês Serrano e Marta Prista. Além de outros de Paulo Simões Nunes, Patrícia Duarte, Mónica Romãozinho, Sofia Fernandes e Catarina Diz de Almeida.

<sup>14</sup> Ambas orientadas por Margarida Acciaiuoli. Nos livros não é referida a data da conclusão das teses.

<sup>15</sup> “Arquitectura e discurso crítico em Portugal, 1893-1918”, Rute Figueiredo, edição Colibri e IHA-FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2007

Além dessas três revistas, são também referências permanentes ao longo do texto, o “Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses”, e o “Anuário da Sociedade dos Arquitectos Portugueses” (1905-1911), para além da imprensa diária contemporânea, e de outras publicações periódicas relativas à cultura artística e à literatura.

Rute Figueiredo identifica dois factos históricos decisivos para a conquista de uma autonomia da crítica de arquitectura no início do século XX – a criação da revista “Construção Moderna”, em 1900, e a alteração do estatuto do arquitecto em 1902, com a criação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses. A autora defende que a revista foi um meio privilegiado de criação de debate no interior da classe, e de criação de uma série de circunstâncias onde se manifestava a necessidade de autonomia disciplinar. A revista “Construção Moderna” ajudava à afirmação do prestígio da arquitectura e dos arquitectos. A arquitectura passava a ser encarada como uma actividade colectiva, indispensável ao progresso da sociedade, e um sinal da sua modernidade.

“A revista Colóquio/Artes”<sup>16</sup> é o título do livro publicado em 2007, sobre a revista editada pela Fundação Calouste Gulbenkian entre 1971 e 1996. Esse livro publica o estudo desenvolvido por Margarida Brito Alves para a uma tese de mestrado em História da Arte Contemporânea, onde a autora, procura interpretar os ciclos editoriais da revista durante aqueles anos como reflexo de uma série de transformações políticas, sociais e culturais, que aconteceram no país no final no século XX.

Em 1969 ficou terminada a obra do edifício sede da Fundação, e no início dos anos 70 a actividade editorial da revista “Colóquio/Artes” demonstrava que a instituição já tinha ultrapassado algumas das dificuldades iniciais, e se tinha conseguido afirmar como um dos principais agentes culturais do país. Na segunda metade dessa década, depois da revolução democrática de 1974, o país atravessa um período de grande agitação social e indefinição política, seguido durante os anos 80, por um crescimento acentuado das actividades artísticas e culturais e pela abertura à realidade internacional... E a produção editorial da revista, reflecte estas transformações.<sup>17</sup>

A revista “Colóquio – Artes e Letras” tinha sido criada pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1959<sup>18</sup>, dirigida por Reynaldo dos Santos e Hernâni Cidade, e em 1971 a sua edição dividiu-se em dois títulos independentes – a revista “Colóquio/Artes” e a revista “Colóquio/Letras”.

A “Colóquio/Artes” publicou-se durante 26 anos, até Outubro de 1996, dirigida por José-Augusto França. Foi a única revista de arte que se editou em Portugal com regularidade ao longo desse período de quase três décadas.

Em “74-86, Arquitectura em Portugal – Uma leitura a partir da imprensa”,<sup>19</sup> uma tese de mestrado desenvolvida por Sofia Reis no curso de estudos avançados em Arquitectura Território e Memória, do DARQ/FCTUC, apresentada em 2007, a autora analisa o modo como a imprensa escrita se foi relacionando com a arquitectura num período que coincide, em parte com o período analisado por Margarida Brito Alves. Esta investigação não analisa exclusivamente uma tendência, ou um fenómeno cultural específico, e não se concentra unicamente na actividade da crítica, procura compreender o modo como os universos da arquitectura e da comunicação social se influenciam mutuamente num período

---

<sup>16</sup> “A revista Colóquio/Artes”, Margarida Brito Alves, edição Colibri e IHA-FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2007

<sup>17</sup> Margarida Brito Alves, pp. 18-19

<sup>18</sup> A FCG foi criada em 1953, pela vontade expressa em testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian, mas só teve o seu enquadramento legal completamente definido em Julho de 1956.

<sup>19</sup> “74-86, Arquitectura em Portugal – Uma leitura a partir da imprensa”, Sofia Reis, tese de mestrado apresentada no curso de estudos avançados em Arquitectura, Território e Memória, do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra 2007

histórico marcado pelo fim da censura, decretado imediatamente a seguir à queda do regime “Estado Novo”, em 1974.<sup>20</sup>

De qualquer forma, é considerado um universo bastante alargado de títulos da imprensa onde a arquitectura foi tema de publicação, incluindo a imprensa não especializada e algumas publicações internacionais. Em relação à imprensa publicada em Portugal, são consideradas publicações periódicas especializadas em arquitectura – a revista “Binário”, o “Jornal Arquitectos”, a revista “Arquitectura” – mas também jornais generalistas onde foram publicados projectos ou obras de arquitectura, artigos da autoria de arquitectos, ou notícias relacionadas com a arquitectura e a actividade dos seus protagonistas – jornal “Expresso”, “Jornal de Letras”.

Num volume anexo, a autora reúne uma série de informações ordenadas sob a forma de cronologias, e levantamentos de títulos e de matérias relativas a todas as publicações periódicas analisadas no corpo principal do texto. Em relação às revistas internacionais é feito também um levantamento exaustivo dos artigos publicados sobre os arquitectos portugueses e a arquitectura portuguesa – “Lotus International”, “Casabella”, “Controspazio”...

Ainda em 2007 a Ordem dos Arquitectos publica um catálogo de fontes bibliográficas que reúne o essencial da actividade editorial desenvolvida por diferentes secções das associações profissionais dos arquitectos portugueses, desde o início da publicação da revista “Arquitectos” em 1938 – “Arquitectura na escrita – Catálogo de fontes bibliográficas, 1938-2007”.<sup>21</sup>

As edições reunidas nesse catálogo não se referem apenas a revistas ou publicações periódicas. É feito um levantamento de catálogos de exposições, actas de congressos, inquéritos à arquitectura portuguesa, guias de arquitectura, edições relacionadas com prémios de arquitectura, publicações electrónicas, etc.

Além desse levantamento – organizado pelos editores João Afonso, Ana Vaz Milheiro e Jorge Nunes – em “Arquitectura na escrita”, Ana Isabel Ribeiro publica o texto “Arquitectos. Arquitectura. Palavra escrita”,<sup>22</sup> que recupera algumas das referências históricas que já tinha analisado antes, mesmo anteriores a 1938, e procura fazer o enquadramento histórico das referências bibliográficas apresentadas nessa publicação, e compreender a importância da produção editorial das sucessivas associações profissionais de arquitectos para debate arquitectónico em Portugal.

Depois de terminar em 2011 o projecto de investigação “Arquitectura(s) de papel...”, coordenado por Marieta Dá Mesquita,<sup>23</sup> iniciou em 2013 no Instituto de História da Arte da FCSH/UNL, o projecto “O lugar do discurso”, coordenado por Magarida Acciaiuoli. Esta nova linha de investigação, que está em desenvolvimento até Setembro de 2015, é em parte inspirada na investigação anterior, de Marieta Mesquita, mas agora como o objectivo de analisar o universo editorial das publicações periódicas de arquitectura durante todo o século XX, em Portugal. E é portanto, actualmente, a principal investigação colectiva sobre este tema.<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> E regulamentado depois pela “Lei da Imprensa” em 26 de Fevereiro de 1975 (DL 85-C/75). A “Liberdade de expressão e informação” (artigo 37º) e a “Liberdade de imprensa e meios de comunicação social” (artigo 38º), foram ainda consagradas na revisão da Constituição Portuguesa, em 2 de Abril de 1976.

<sup>21</sup> “Arquitectura na escrita – Catálogo de fontes bibliográficas, 1938-2007”, editores – João Afonso, Ana Vaz Milheiro e Jorge Nunes, edição da Ordem do Arquitectos – Conselho Directivo Nacional, Lisboa 2007

<sup>22</sup> “Arquitectos. Arquitectura. Palavra escrita”, Ana Isabel Ribeiro, “Arquitectura na escrita – Catálogo de fontes bibliográficas, 1938-2007”, edição da Ordem do Arquitectos – Conselho Directivo Nacional, Lisboa 2007, pp. 9-15

<sup>23</sup> Marieta Dá Mesquita (1955-2011) faleceu em 31 de Outubro de 2011.

<sup>24</sup> Participam nesse projecto de investigação Rute Figueiredo e Margarida Brito Alves, autoras dos estudos citados anteriormente.



CAPÍTULO 1  
1927/1957, 30 Anos de “Arquitectura”

CAPÍTULO 1  
1927/1957, 30 Anos de “Arquitectura”

“Arquitectura” 1ª Série, 1927/1945

Regionalismo e monumentalidade / O revivalismo dos estilos históricos portugueses / A arquitectura moderna ausente

Revista “Arquitectos”, 1938/1942

A expressão regionalista nos programas de obras públicas do MOPC / Arquitectura monumental / Arquitectura moderna de carácter monumental

ICAT, 1947/1957

“Arquitectura”, 2ª série / Aproximação aos arquitectos moderno do Porto, 1947-52 / Habitação colectiva moderna em Lisboa, 1952-54

Em Janeiro de 1927 a revista “Arquitectura” edita o primeiro número da 1ª série, que se publicou até 1945. Embora a partir de 1939 a sua produção editorial seja praticamente interrompida – publica-se apenas um número por ano.

No momento em que foi criada, a principal revista de arquitectura que se publicava em Portugal era a revista “Arquitectura Portuguesa”. A revista “A Construção Moderna” tinha deixado de se publicar em 1919, e o “Anuário” da SAP tinha publicado a última edição em 1911.<sup>25</sup>

A revista “Arquitectura Portuguesa”, criada em Janeiro de 1908 por Nunes Colares, publicou-se até 1958, em quatro séries. A primeira série publicou-se até 1928. Nessa altura, a revista sofre uma remodelação gráfica e editorial e começa a segunda série.

Em 1935, a revista associou-se com uma publicação editada pela fábrica de cerâmica Lusitânia, e o título passou a “Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)”. Essa transformação significou o início da 3ª série.

Durante o período inicial dessa 3ª série, que se publicou entre 1935 e 1951, era uma das revistas de arquitectura mais relevantes que se publicavam em Portugal.

Ainda se publicou uma 4ª série, entre 1952 e 1958, da qual se editaram apenas 13 números.

Em 1934 foi criado o Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA),<sup>26</sup> que substituiu a Sociedade dos Arquitectos Portugueses (SAP). Com essa alteração de estatuto, através do Ministério das Corporações, o governo do Estado passava a ter a tutela sobre a associação profissional dos arquitectos.

Entre 1938 e 1942, o SNA editou a revista “Arquitectos – Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos”. Para compreender o significado cultural da transformação da revista “Arquitectura”, na passagem da primeira para a segunda série, é importante compreender também o significado cultural da revista “Arquitectos”, que se publicou num período em que “Arquitectura” tinha interrompido a sua actividade regular.

A 2ª série da revista “Arquitectura” publicou-se entre 1946 e 1957. Pouco tempo depois do início dessa segunda série, cerca de um ano depois da revista retomar a actividade, a sua organização editorial sofre profundas alterações e passa a ser editada por um grupo de arquitectos independente do Sindicato (SNA), que procura reagir às restrições de linguagem impostas pelo regime “Estado Novo”, e procura divulgar e defender a arquitectura do Movimento Moderno.

---

<sup>25</sup> No Anexo 1, Arquivo de Notas Demasiado Extensas, é apresentado um resumo das principais publicações periódicas de arquitectura publicadas em Portugal no final do século XIX e início do século XX.

<sup>26</sup> Por imposição do Decreto-Lei, nº 23.050, legislação de 23 de Setembro de 1933 tornada possível pelo texto da “Constituição Política da República Portuguesa”, aprovada em 11 de Abril de 1933 pelo novo regime político, saído do movimento militar de 28 de Maio de 1926.

### “Arquitectura” 1ª Série, 1927/1945

(Regionalismo e monumentalidade / O revivalismo dos estilos históricos portugueses / A arquitectura moderna ausente)

Durante toda a primeira série, entre 1927 e 1945, a revista “Arquitectura” foi editada como um meio de divulgação da arquitectura que se projectava e construía em Portugal, como uma forma de contribuir para o conhecimento da arquitectura histórica mundial, e como um boletim informativo de apoio à actividade quotidiana dos profissionais de todas as áreas da construção – “do arquitecto, do engenheiro, do desenhador e do construtor...”<sup>27</sup>

É assim que a revista é apresentada pelo “grupo editor de Arquitectura” no Editorial do primeiro número.

“Surge *Arquitectura*. [...]”

Que uma revista de índole artística e técnica, de estudo e concisão, fazia sentir a sua falta, ninguém que pelas coisas arquitecturais se interesse deixa de notar.

Era uma lacuna em aberto. [...]

Cumpre a *Arquitectura* três grandes tarefas; a documentaria, a subsidiária e a informativa.

Arquivando nas suas páginas a obra que dia a dia os técnicos e os artistas vão idealizando e dando forma, [...] tudo acompanhado sempre de artigos ou crónicas justificativas, satisfará *Arquitectura* a sua primeira e preciosa função.

Trazendo nos seus tomos, ao convívio dos estudiosos, à mesa de trabalho do profissional da mais nobre das Belas-Artes [...] as maravilhas espalhadas pelo mundo, desde as relíquias egípcias onde a *Arquitectura* teve a sua génese, às últimas construções de Moscóvia, que assombam pela originalidade, cumprirá a Revista que ora tem o seu início a sua segunda e notável razão de existência.

Inserir nas suas colunas os regulamentos, as leis, e as posturas que as Câmaras Municipais ou o governo estabeleçam sobre construção civil [...] é a terceira, mas muito útil missão de *Arquitectura*.

Todas estas funções são de incalculável valor.”<sup>28</sup>

Criada por Francisco Pereira da Costa, Desenhador Técnico, a revista enfrentaria no entanto, sérias dificuldades praticamente desde o início da sua publicação. Publicou-se com a periodicidade mensal anunciada apenas no primeiro ano, a partir desse momento a sua edição foi bastante irregular e frequentemente interrompida. Nos dois anos seguintes publicam-se apenas três números por ano – em 1928, publica-se apenas em Janeiro, Novembro e Dezembro, e em 1929 apenas em Maio, Novembro e Dezembro – e em 1930 não se publica qualquer edição. Nos anos seguintes as dificuldades continuam – 4 números em 1931, 3 números em 1932 – e entre 1933 e Dezembro de 1935 a revista volta a não ser editada.

A partir do final de 1935 Francisco Pereira da Costa – Director, Editor, e proprietário da revista até à sua transferência para o ICAT, em 1948 – procura recuperar a revista e dar um novo impulso à sua publicação. Mas, mais uma vez, esse impulso revela-se produtivo apenas durante o primeiro ano.

“Arquitectura” publica-se novamente com regularidade entre o número de Dezembro de 1935 e o número de Outubro/Novembro de 1936, e nos anos seguintes volta a enfrentar as dificuldades habituais – 4 números em 1937, 3 números em 1938, e em 1939 publica-se apenas o número de Fevereiro.

Durante a segunda guerra mundial, entre 1939 e 1945, a revista praticamente interrompe a sua actividade. Francisco Costa, publica apenas um número por ano, sempre no mês de Fevereiro, edições sem nenhum

<sup>27</sup> “Surge «Arquitectura», revista “Arquitectura” nº1, Janeiro 1927, p. 16

<sup>28</sup> Idem, página 16

conteúdo relevante, normalmente com apenas 8 páginas e reproduzindo muitas vezes projectos do próprio Francisco Costa para pequenas moradias.<sup>29</sup>

Na orientação editorial da revista, embora não exista a expectativa de poder contribuir para o debate sobre a arquitectura moderna, ou para a sua divulgação, também não existe uma campanha deliberada de reacção contra ela. Na verdade, Francisco Costa não revela ter uma profunda consciência do seu real significado cultural, tem apenas a consciência de que existe um “estilo” moderno.

Por isso, praticamente em toda a primeira série, a arquitectura moderna e a cultura moderna estão ausentes. A revista privilegia a publicação de edifícios onde se manifesta uma linguagem arquitectónica de expressão regionalista, ou o revivalismo de estilos históricos, ou uma tendência para a monumentalidade. Quer dizer portanto, que tudo o que a revista privilegia é contrário à cultura da arquitectura moderna. Simplesmente, essa orientação explica-se mais por uma certa passividade do que pela existência de um programa ideológico prévio, muito bem esclarecido.

#### (Regionalismo e monumentalidade)

Nesse período inicial, sobretudo até 1932, antes da sua publicação ser interrompida durante dois anos, foram colaboradores frequentes da revista os arquitectos Vasco Regaleira, Norberto Correia, Cottinelli Telmo, Luís Cristino da Silva... também, Jorge Segurado, Carlos Ramos, Paulino Montez.

Mas, da obra publicada por esse grupo dos mais frequentes, Cristino da Silva era o único onde era possível encontrar sinais de um contacto com a cultura moderna – a “Habitação numa cidade moderna” (nº5, Maio 1927), a montra da Casa Borges & Irmão (casa de lotarias na rua do Arsenal, junto à praça do Município, em Lisboa, nº16, Maio 1929), os desenhos de “Liceus modernos” (nº20, Ago./Set. 1931), a Casa Roriz Lda.<sup>30</sup> (na rua Nova do Almada em Lisboa, nº24, Abril 1932)... e um pouco mais tarde a entrada do Parque Mayer (nº26, Dezembro 1935).

Mas essas referências à arquitectura moderna são esporádicas e telegráficas. Têm pouco destaque. As referências à obra de Cristino da Silva mais habituais, e com maior destaque na revista são publicações de projectos onde emprega uma linguagem regionalista, ou um sistema de composição monumentalista. Num artigo publicado no nº5 (Maio de 1927), intitulado “O regionalismo e a arquitectura”,<sup>31</sup> Cristino da Silva expõe algumas das razões que justificavam naquele momento a opção pela arquitectura regionalista. Nesse artigo, Cristino da Silva explica o “regionalismo” como uma necessidade, um modo de adequar o edifício ao lugar.

De acordo com a situação descrita, na sua origem não estava tanto uma motivação de natureza nacionalista ou romântica. Não se tratava de encontrar um estilo português, e também não se tratava de concentrar no mesmo edifício referências estilísticas com muitas proveniências diferentes – geográfica e historicamente dispersas. Pelo contrário tratava-se de encontrar uma linguagem que identificasse a arquitectura com a sua situação específica, com a sua localização. E quando o lugar se situava num território rural, o edifício devia respeitar as condições naturais e culturais da região – o seu ambiente natural, a sua tradição histórica, e a sua cultura.

---

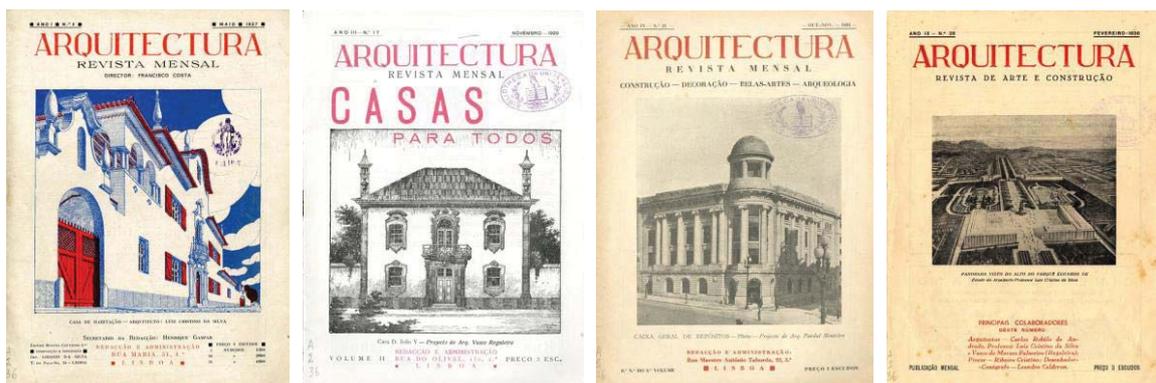
<sup>29</sup> É provável que a publicação desses números anuais, pretendesse apenas garantir a manutenção dos direitos de publicação da revista, e a propriedade do título de “Arquitectura”, que se poderia perder no caso de ser interrompida a sua publicação por um período prolongado.

<sup>30</sup> Numa secção com o título “Estabelecimentos modernos” –

“De entre os estabelecimentos que se patenteiam nas ruas da capital, está este da autoria de um dos mais modernistas arquitectos, o sr. Luís Cristino da Silva.

Foi nesta loja, onde primeiramente, em Lisboa, se aplicou uma frente completamente metálica.” (página 147)

<sup>31</sup> Páginas 66-67. Na pág. 66, Cristino da Silva é apresentado por uma nota editorial de Cottinelli Telmo.



Revista “Arquitectura”, nº 5 (Maio 1927), nº 17 (Nov. 1929), nº 21 (Out./Nov. 1931), nº 28 (Fev. 1936) – Primeira Série

Tal como a explica Cristino da Silva, a arquitectura regionalista também não era uma reacção contra a cultura da cidade – cosmopolita, moderna, internacional. O regionalismo era um reacção contra a importação de “ridículos *chalets* suíços”, copiados sem critério de “catálogos anunciadores de chocolates”, e que transformavam num absurdo a paisagem portuguesa e os lugares...

“Tomando o comboio eléctrico da linha de Cascais, temos ocasião de ver passar diante dos nossos olhos milhares de casas de campo que, construídas em diversas épocas, marcam bem a evolução por que a arquitectura rural portuguesa passou nestes últimos anos.

Tendo sido esta região a escolhida de preferência pelos lisboetas para passar a estação calmosa, bem depressa uma invasão formidável de duvidosos e ridículos *chalets* suíços, importados através de catálogos anunciadores de chocolates, lhe destruiu a linda costa e aniquilou a encantadora paisagem, que bem poderia rivalizar com a Riviére. [...]

Um projecto que é estudado para uma região montanhosa de forma alguma pode ser adaptado a uma planície [...].

A adaptação da arquitectura à região não consta só da aplicação de elementos que dizem ser portugueses: alpendres, beirados, vasos à janela, azulejos, etc. [...] O regionalismo é qualquer coisa de mais profundo e rasgado...”<sup>32</sup>

No mesmo número, a revista publica “vários exemplos de arquitectura regional que o arquitecto Luis Cristino da Silva [...] cedeu para ilustrar o seu artigo.”<sup>33</sup> Além de dois projectos para duas moradias que estavam em construção na região de Caldas da Rainha, Cristino da Silva apresenta também “Algumas ideias de casas a construir em terrenos acidentados e regiões diferentes”<sup>34</sup> – Uma habitação para uma cidade moderna, uma habitação na montanha, uma casa à beira dum lago, à beira duma estrada, num parque, numa encosta.

Até 1932 são frequentes na revista “Arquitectura” os projectos de Cristino da Silva para moradias de expressão regionalista – uma casa de campo próxima de Torres Vedras (“Casal para um pequeno proprietário”, nº8, Agosto 1927), uma casa na Quinta dos Plátanos, Concelho de Alenquer, para o Visconde da Merceana (nº16, Maio 1929), uma casa tradicional numa edição intitulada “Casas para todos” (nº17, Nov. 1929), a ampliação da casa da Quinta dos Vales, em Coja (“Casa regional da Beira”,

<sup>32</sup> “O regionalismo e a arquitectura”, Luis Cristino da Silva, revista “Arquitectura” nº5, Maio de 1927, p. 66

<sup>33</sup> Página 67

<sup>34</sup> Páginas 70-73

nº18, Dez. 1929), o projecto de uma “Vivenda campesina” (embora apenas imagem da capa, nº23, Fevereiro 1932).

Mais de 40 anos depois, numa entrevista publicada na 3ª série da revista “Arquitectura”, em 1971, Cristino da Silva recorda que, naquele momento “Portugal estava a ser invadido por «chalets» de toda a proveniência estrangeira: suíços, italianos, ingleses, etc. Sobretudo suíços...”<sup>35</sup> e conta que depois de terminar o curso de Arquitectura da EBAL, em 1918, concorreu a uma bolsa de estudo e esteve a estudar em França e depois em Itália. Mas mesmo em Paris, no início da década dos anos 20, o ensino da arquitectura era puramente académico. Explica que a sua formação foi sempre feita na aprendizagem da arquitectura clássica, primeiro na Escola de Belas-Artes de Lisboa, e depois realizando concursos para a Escola Superior de Belas-Artes de Paris e participando nos «Grand Prix de Roma».<sup>36</sup>

Alguns desses exercícios académicos foram publicados na revista “Arquitectura” – a “Visão dum grande porto comercial” (nº3, Março de 1927), o “Projecto do «Hall» central de um grande Banco” (nº13, Janeiro 1928), o projecto para um “Jardim de Rosas” com que concorreu ao “Prémio Delon” da ESBA de Paris (nº14, Dezembro de 1928).

E essa experiência – a sua formação clássica, e a participação em inúmeros concursos académicos de arquitectura – ajuda a compreender, naquele momento, a presença dos sistemas de composição de inspiração monumental, tanto na sua obra como na orientação editorial da revista “Arquitectura” –

O projecto da “Entrada monumental” para o Parque Eduardo VII publicado no mesmo número do “Jardim de Rosas” (nº14), ou o “Prolongamento da Avenida da Liberdade através do Parque Eduardo VII” (nº20, Ago./Set. 1931).<sup>37</sup> E ajuda a compreender a opção por uma linguagem de inspiração monumental mesmo em edifícios de menor dimensão – o Jazigo do Dr. António José Viana no Cemitério dos Prazeres (nº11, Nov. 1927), o “Monumento a Gonçalves Zarco” (nº15, Dezembro 1928).

“ – Ora bem, cheguei a Paris e [...] evidentemente, era neoclássico o ensino. Ainda em 1920, a seguir à guerra, e o mestre que regia o «atelier» que eu escolhi, Victor Laloux [...] seguia essa linha. [...] Ora os alunos do «atelier» estavam permanentemente a realizar concursos, pois que a Escola Superior de Paris viveu sempre deles, não dos exames finais. [...] E eu entrei como aluno livre para o «atelier» Laloux. [...] Bom, entretanto começava a esboçar-se a corrente da arte moderna. Ainda não se falava de Corbusier, nessa altura, que se dedicava então à pintura.”<sup>38</sup>

#### (O revivalismo dos estilos históricos portugueses)

Outro critério fundamental que determinava a selecção dos temas dos artigos, ou a linguagem arquitectónica dos projectos publicados naquele momento, nos primeiros anos de publicação da revista, é orientado pela intenção de recuperar os estilos arquitectónicos históricos que se considerava que retomavam a essência da arquitectura portuguesa.

<sup>35</sup> “Entrevista com Cristino da Silva”, revista “Arquitectura”, 3ª série, nº119, Jan./Fev. 1971, p. 8

<sup>36</sup> Luís Cristino da Silva (1896-1976), formou-se em 1918, “esteve em Paris, de 1920 a 23, depois em Roma, onde fez investigação arqueológica, e regressou em 1925 a Lisboa.” (José-Augusto França, “A Arte em Portugal no século XX, 1911-1961”, Livros Horizonte, 4ª Edição, Lisboa 2009, p.163 – 1ª Edição, Bertrand, 1974)

<sup>37</sup> Também nas edições nº27, Jan. 1936, pp.2-5, e nº28, Fev. 1936, pp. 26-29.

<sup>38</sup> “Entrevista com Cristino da Silva”, revista “Arquitectura”, 3ª série, nº119, Jan./Fev. 1971, p. 3



Revista “Arquitectura” nº 5, Maio 1927 (páginas 66-67) – “O regionalismo e a arquitetura”

Revista “Arquitectura” nº 16, Maio 1929 (páginas 4-5) – “Uma obra na Merceana”

Talvez não seja rigoroso afirmar que existe uma ruptura definitiva com a estética romântica anterior<sup>39</sup>, mas existe seguramente o desvio de um gosto por princípios de composição ecléticos, e com referências simultâneas a elementos próprios de outros lugares e de outros tempos históricos, para um esforço de esclarecimento dos estilos históricos citados, conduzidos sempre pela procura da sua identidade portuguesa – o revivalismo do estilo “Manuelino”, do barroco “D. João V”, e do “Pombalino”. A imagem da capa do primeiro número, de Janeiro de 1927, é um desenho de um projecto de Norberto Correia para uma casa na Quinta de Santo António, em Viseu, de 1917, que reproduz uma série de elementos arquitectónicos do estilo manuelino, sobretudo nas molduras das janelas – editada na revista com a legenda, “Estilização quinhentista”.

Nesse número, a publicação do projecto de Norberto Correia é seguida por um artigo de Vasco Regaleira sobre um solar cuja construção teve início no séc. XI – A casa da Portela, situada em Paços Brandão – e um texto sobre a arquitectura da Mesquita de Córdoba, integrado numa secção com o título “Maravilhas do mundo”.

Nos números seguintes, numa secção intitulada “Fragmentos”, publicam-se artigos sobre “A arquitectura chinesa” (nº2, Fevereiro de 1927), “A arquitectura persa” (nº3, Março), “As origens da arquitectura” (nº5), “A arquitectura da Assíria e da Caldeia” (nº6), “Os templos hindus” (nº7), “A arquitectura na Índia” (nº8, Agosto de 1927,) “A arquitectura egípcia” (nº9, Setembro) ... “A arquitectura nas épocas merovingiana e carolingiana” (nº14, Novembro 1928).

Noutra secção, dedicada a história da arquitectura e designada, “Arqueologia”, a revista publica artigos de Jorge Segurado sobre a igreja seiscentista da aldeia da Granja – concelho de Mourão, no Alentejo – e o mestre pedreiro que a construiu, “Pedralvares Monís de Estremós” (nº2), A igreja manuelina de S. João de Moura (nº3), e “A capela de S. Pedro de Arganil” (“O românico-gótico em Portugal – A capela de S. Pedro de Arganil”, nº7).

Ainda nesse primeiro número (Janeiro, 1927), no texto que acompanha a publicação da “Casa na Quinta de Santo António”, em Viseu, editada com o título “Estilização quinhentista”, Norberto Correia também justifica a necessidade de recorrer a referências históricas da arquitectura portuguesa como uma reacção à importação “sem arte nem ciência, sem critério nem alma” de modelos arquitectónicos próprios de outras regiões.

<sup>39</sup> A raiz romântica da arquitectura portuguesa no início do século XX é analisada com profundidade por José-Augusto França em “A arte em Portugal no século XIX”.

“Usamos no seu máximo de simplicidade de elementos arquitectónicos quinhentistas, com sabor regional, procurando desta forma manter quanto possível a concatenidade histórica, reagindo violentamente contra a desnacionalização da arte portuguesa, que se tem prostituído com o macaqueamento dos telhados suíços, com os ângulos dos *chalets* franceses [...] com caixotes hediondos, de linhas enervantes e fantasia chocha, sem arte nem ciência, sem critério nem alma.”<sup>40</sup>

Alguns anos mais tarde, depois de retomar a actividade editorial em 1935, Francisco Costa publica na revista artigos sobre esses estilos histórico, e procura documentar alguns dos edifícios mais relevantes que ajudam a aprofundar o conhecimento sobre o estilo “D. João V” e o estilo “Pombalino” – “O estilo barroco «D. João V» – Exemplos lisboenses”, Ribeiro Cristino (nº28, Fevereiro 1936), o Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, de Carlos Mardel (nº35, Out./Nov. 1936), “O estilo pombalino”, (nº37, Fev./Mar. 1937), “Arquitectura barroca” (texto de Francisco Costa, nº49, Fevereiro 1945).

Mas, nessas publicações não se procura interpretar o modo como o revivalismo desses estilos está a ser integrado na arquitectura do século XX, pelos arquitectos contemporâneos. Os edifícios são analisados na perspectiva da sua afirmação como modelos da arquitectura portuguesa – modelos históricos.

Em “O estilo barroco «D. João V» – Exemplos lisboenses” (nº28, 1936), Ribeiro Cristino analisa 3 edifícios de Lisboa, originais do período barroco português, do final do séc. XVII e início do séc. XVIII, e analisa-os na procura da sua identidade própria, diferentes da arquitectura das suas principais referências internacionais, francesas e italianas.

Ribeiro Cristino considera três edifícios de habitação urbanos<sup>41</sup> – porque o revivalismo dos estilos históricos é um fenómeno independente do regionalismo – o nº194-196 da Rua da Junqueira, o nº46 da Rua de S. Pedro de Alcântara, “obra e propriedade”<sup>42</sup> de Ludovice, arquitecto do Convento de Mafra, e o Palácio da Mitra, o nº132-137 do Campo de Santa Clara, em Alfama, de acordo com o autor “o melhor exemplo do estilo barroco D. João V existente em Lisboa.”<sup>43</sup>

O autor interpreta a arquitectura desses edifícios como uma consequência da linguagem arquitectónica de alguns dos exemplos construídos em Portugal por ordem de D. João V, que procurava acompanhar a tendência europeia barroca, sendo o Convento de Mafra um dos casos mais notáveis.

Mas, Ribeiro Cristino interpreta também o estilo barroco português, “D. João V”, e a sua repetição em edifícios urbanos, como a raiz do “estilo pombalino” – outro estilo também especificamente português, e também essencialmente urbano, e que caracterizava a imagem da cidade de Lisboa desde o séc. XVIII.

“Assim como este, outros prédios ainda haveria também notáveis na cidade, mas que o grande terramoto de 1755 teria feito desaparecer em parte, pois no Bairro Alto, por aqui, por ali, existem janelas do estilo, com os seus remates barrocos.

Aproveitando esta digressão, diremos ainda que esse estilo com as alterações do *pombalino*, isto é, com a severidade do *feito e forte*, se foi prolongando aqui por todo o séc. XVIII, e a Baixa constitui essa continuidade...”<sup>44</sup>

<sup>40</sup> “Estilização quinhentista – Casa na Quinta de Santo António (Viseu)”, Norberto Correia, revista “Arquitectura” nº1, Janeiro 1927, p. 5

<sup>41</sup> “De *estética cidadina*...” (Ribeiro Cristino, página 33)

<sup>42</sup> Legenda da fotografia da página 23. Na página 22 o autor afirma que “segundo tradição” esse edifício terá sido a morada do próprio Ludovice.

<sup>43</sup> Página 33

<sup>44</sup> “O estilo barroco «D. João V» – Exemplos lisboenses”, Ribeiro Cristino, revista “Arquitectura” nº28, Fevereiro 1936, p. 22



Revista “Arquitectura” nº 1, Janeiro 1927 (Capa, página 2) – “Casa na Quinta de Santo António”

Revista “Arquitectura” nº 28, Fevereiro 1936 (páginas 22-23) – “O estilo barroco «D. João V»”

No ano seguinte, no nº 37 (Fev./Mar. 1937), num artigo não assinado, inserido numa secção de “Documentos de arquitectura”, e intitulado “O estilo pombalino”, a linguagem arquitectónica da reconstrução da baixa lisboeta, depois do terramoto de 1755, é novamente interpretada como uma evolução da arquitectura do período barroco anterior. O “estilo pombalino” traduziria a aplicação de uma série de elementos arquitectónicos de origem barroca, num sistema de construção completamente reformulado, com uma estrutura em madeira, em “gaiola”, para resistir aos abalos sísmicos. Essa revisão do estilo anterior, submetido a um processo de modernização e imediatamente aplicado nos edifícios do Plano da Baixa, projectados por Carlos Mardel, Eugénio dos Santos e Miguel da Maia, haveria de se generalizar à reconstrução de uma grande parte da cidade, mesmo para além da baixa, e haveria de persistir mesmo para além desse período de reconstrução. Convertia-se assim num sistema de linguagem próprio da cidade de Lisboa, e portanto, especificamente português ...

(A arquitectura moderna ausente)

Ao longo de toda a primeira série de “Arquitectura”, não existe portanto nenhuma contribuição relevante para a divulgação da arquitectura moderna, portuguesa ou internacional, mas também não está nas preocupações do seu director contrariar as conquistas das vanguardas artísticas. Para Francisco Costa a expressão “modernidade” está sempre associada à noção de um “estilo arquitectónico”, a um sistema de composição. Por isso a revista limita-se a reproduzir as imagens da arquitectura do gosto comum, que correspondem à expectativa da sociedade naquele momento. Por isso também, as referências a algumas tentativas, individuais e isoladas, para integrar a linguagem moderna – internacional – e abandonar a linguagem regionalista ou revivalista são esporádicas e pouco esclarecidas. Em Novembro de 1929 (nº17), numa edição intitulada “Casas para todos”, dedicada à publicação de projectos de habitação unifamiliar, que exhibe na capa a gravura de um projecto de Vasco Regaleira para uma casa em “estilo D. João V”, a revista “Arquitectura” publica um projecto de Carlos Ramos para uma “Casa moderna”.

O projecto de Carlos Ramos é apresentado como um dos “estilos” que é possível adoptar para construir uma casa. Os outros estilos são a Casa D. João V, projecto de Vasco Regaleira (imagem da capa), a Casa de Campo, projecto de Adelino Nunes, a Casa Regional e a Casa Rústica, ambas de Perfeito de Magalhães, a Casa Tradicional, projecto de Cristino da Silva, ou a Casa Portuguesa, de Raul Martins. A “Casa moderna” de Carlos Ramos é apresentada sem nenhuma espécie de constrangimento, afectivo ou ideológico, em comparação com as outras alternativas.<sup>45</sup>

“Vai ser edificada no Porto esta grandiosa habitação de dois pavimentos da superior autoria do arquitecto Carlos Ramos. A fachada é esplendidamente modernista e dispõe bem. [...] As casas de estilização modernista, podem, ao contrário do que muitos supõem, comportar as maiores e melhores distribuições de planta.”<sup>46</sup>

Quase dois anos depois, no nº 20 de Agosto/Setembro de 1931, numa secção dedicada a “Curiosidades” a revista publica uma breve nota intitulada “Liceus modernos”, e na página seguinte, ao lado, reproduz desenhos do arquitecto Luis Cristino da Silva para os projectos do Liceu de Beja (Liceu Nacional Fialho de Almeida) e de Coimbra (Liceu Nacional Dr. Júlio Henriques).

O texto esclarece que os desenhos reproduzidos foram apresentados nos concursos públicos para a construção dos dois Liceus. E esclarece também que foi atribuído o primeiro lugar a Cristino da Silva no concurso para o Liceu de Beja, mas apenas o segundo lugar no Liceu de Coimbra, e que neste caso o projecto foi entregue a Carlos Ramos.

E, tal como tinha acontecido com o projecto de Carlos Ramos para uma “casa moderna”, a nota editorial da revista refere-se com optimismo à expressão moderna dos Liceus de Beja e Coimbra –

“... Magníficos edificios de arquitectura moderna, de aparência correctíssima e que mostra que no nosso país se acompanha o progresso architectural, em qualquer das suas modalidades. Os edificios dos liceus não só são grandes obras pelas suas fachadas, como também o são pelas suas plantas completíssimas e de bom equilibrio, como ainda pela estrutura da construção, na qual são postos em prática os últimos progressos da engenharia.”<sup>47</sup>

Nas páginas seguintes, Francisco Costa publica desenhos de um projecto da sua autoria para uma moradia unifamiliar que está em construção “nos arredores de Lisboa”,<sup>48</sup> com estrutura em betão armado e cobertura plana. Nesse projecto, Francisco Costa – Desenhador Técnico – praticamente não recorre a nenhum tipo de elemento decorativo, e os desenhos reproduzidos na revista são publicados com o título, “Uma casa moderna”.

Ainda nesse número da revista, mais adiante, em, “Por uma arquitectura própria – A arquitectura moderna”<sup>49</sup>, o mesmo Francisco Costa procura esclarecer melhor o seu pensamento sobre o dilema que enfrentavam naquele momento os arquitectos e construtores quando tinham que escolher entre o estilo moderno e os estilos revivalista históricos.

---

<sup>45</sup> Uma maquete daquela casa para o Porto fazia parte das obras de Carlos Ramos apresentadas na Exposição do I Salão dos Independentes, em 1930, juntamente com as maquetes de um hotel para Espinho e do Liceu D. Filipa de Lencastre. (“A Arte em Portugal no século XX, 1911-1961”, Livros Horizonte, 4ª Edição, Lisboa 2009, p.160, 1ª Edição, Bertrand, 1974)

<sup>46</sup> “Casa moderna...”, revista “Arquitectura” nº17, Novembro 1929, pp. 20-21

<sup>47</sup> “Liceus modernos”, revista “Arquitectura” nº20, Agosto/Setembro 1931, p. 74

<sup>48</sup> Página 78

<sup>49</sup> Página 80



Revista “Arquitetura” nº 17, Novembro 1929 (páginas 20-21) – “Casa moderna”

Revista “Arquitetura” nº 20, Agosto/Setembro 1931 (páginas 74-75) – “Liceus modernos”

“Conquanto sejamos fervorosos admiradores da arquitectura manuelina, entendemos que fazê-la reviver nas nossas construções de hoje, era um erro gravíssimo. Nem mesmo simplificada a aceitamos. [...] Queremos com isto dizer que o que ultimamente se tem feito em manuelino esteja mal? Não. Nem a Estação do Rossio no manuelino simplificado nem uma vivenda de Sintra no florido, e outras casas que tenham sido bem estudadas, estejam mal. Não. [...] Não são na maioria dos casos os architectos os culpados, [...] tem que se trabalhar consoante o desejo e o gosto dos proprietários. Daí ter de fazer-se manuelino quando se deveria fazer *moderno*.”<sup>50</sup>

Francisco Costa atribui, portanto a responsabilidade pela dificuldade de afirmação da arquitectura moderna ao gosto dominante – não eram “na maioria dos casos” os architectos, ou as revistas de arquitectura, os culpados... Mas a orientação editorial da revista que dirigia, também não reflectia esse entusiasmo pela arquitectura moderna. Não havia a preocupação de publicar projectos ou edificios que manifestassem uma genuína e firme vontade de modernidade. Embora se publiquem na revista projectos de alguns dos architectos responsáveis pelas principais obras da primeira geração de arquitectura moderna em Portugal – Cristiano da Silva, Carlos Ramos, Adelino Nunes, Jorge Segurado, Pardal Monteiro – os projectos publicados não representam normalmente a cultura moderna. Pelo contrário, comprovam que esses architectos aceitaram “trabalhar consoante o desejo e o gosto dos proprietários”. Além do referido projecto de Carlos Ramos, de uma “casa moderna” para o Porto (nº 17, Novembro 1929), a revista publica alguns outros exemplos de edificios da sua autoria que indiciam a procura de uma linguagem moderna, mas publica sobretudo projectos onde recorre a um sistema de composição tradicional ou clássico, e muitas vezes a uma linguagem architectónica de inspiração regionalista. Nunca se publicou na primeira série da revista, por exemplo, o projecto para o pavilhão de Rádio do IPO de Lisboa (1927-1933).<sup>51</sup>

<sup>50</sup> “Por uma arquitectura própria – A arquitectura moderna”, Francisco Costa, revista “Arquitetura” nº 20, Agosto/Setembro 1931, p. 80

<sup>51</sup> Carlos Ramos (1897-1969), formou-se na EBAL em 1920, foi “desenhador no atelier de Raul Lino e sucedeu a Cristiano como architecto do Instituto de Oncologia, em 1927, sendo dele o projecto que conhecemos – do qual se realizou apenas o pavilhão do Rádio, inaugurado em fins de 1933, enquanto o alemão Diestel, architecto fecundo do Reich hitleriano, foi encarregado do resto das edificações.” (José-Augusto França, “A Arte em Portugal no século XX, 1911-1961”, Livros Horizonte, 4ª Edição, Lisboa 2009, pp. 162-163)

No nº9, de Setembro de 1927, “Arquitectura” publica uma selecção, pelo próprio Carlos Ramos, dos projectos realizados até esse momento.<sup>52</sup> No conjunto desses trabalhos a orientação dominante torna-se bastante nítida – o uso de elementos decorativos de carácter regionalista, no projecto da casa para o comandante Sacadura Cabral<sup>53</sup> (não construído), o recurso aos sistemas de composição clássicos, e a aplicação de regras e elementos arquitectónicos próprios dos tratados de arquitectura desde o renascimento, na ampliação de um edifício na Avenida da Liberdade;<sup>54</sup> uma certa simpatia pela monumentalidade e uma concepção estática do espaço, explícita na proposta para o “Monumento aos mortos da guerra” (imagem da capa), que apresenta a concurso com o escultor Leopoldo de Almeida.<sup>55</sup> Na mesma edição da revista, Carlos Ramos publica também o projecto para um bairro operário, construído em Olhão. Pelo programa – “casas económicas” – e pela sua organização espacial – um volume único, bastante compacto, distribuído à volta de um espaço colectivo central, que funciona como “pátio” – essa obra poderia indiciar alguma vontade de modernidade, mas a linguagem arquitectónica que emprega, de inspiração regionalista, contradiz categoricamente essa interpretação.<sup>56</sup>

“Este conjunto de casas económicas [foi mandado] construir pela firma Lucas & Ventura para habitação dos operários que trabalham nas suas instalações industriais. Embora a minha intenção fosse conservar o carácter cubista da maioria das construções que existe nesta vila, com as suas açoteias tão características [...] fui levado, por um critério de conjunto a cobrir esta série de pequenas casas por coberturas vulgares...”<sup>57</sup>

Em Dezembro de 1929, no nº18, “Arquitectura” publica o projecto de Carlos Ramos para um “Palácio da Herdade da Palma”, próximo de Alcácer do Sal. Na nota editorial que acompanha a publicação dos desenhos o edifício é descrito como – “projectado na arquitectura alentejana, interessantíssima, de reminiscências mouriscas.”<sup>58</sup>

É possível encontrar na 1ª série de “Arquitectura” algumas obras com indícios de modernidade. Mas, ainda assim, muitas vezes essas referências à linguagem arquitectónica moderna são encobertas por sistemas de composição tradicionais, revivalistas ou neoclássicos.

É isso que acontece, por exemplo, no edifício da “Casa Barros & Santos” na rua do Ouro, em Lisboa, ainda de Carlos Ramos.<sup>59</sup>

É também isso que acontece, de um modo extremo, no edifício da filial da Caixa Geral de Depósitos, no Porto, projectado por Pardal Monteiro e publicado no nº21 de Out./Nov. de 1931 – um dos exemplos mais notáveis publicados na revista, pelo modo com reflecte o dilema que enfrentam os arquitectos portugueses neste período. O conflito entre a sua formação clássica, “Beaux-Arts”, e a vontade de aproximação à actualidade internacional. Nesse edifício, a partir dum sistema de composição e duma organização espacial integralmente neoclássicos, Pardal Monteiro integra um sistema de linguagem de inspiração perfeitamente moderna, sobretudo no interior, no desenho de alguns elementos de caracterização espacial com carácter decorativo – lambrins, frisos, vitrais, clarabóias – e no desenho de elementos arquitectónicos de transição entre os espaços – gradeamentos, portas de elevador, vitrais...

<sup>52</sup> Em nenhum dos casos é referida a data do projecto ou da obra.

<sup>53</sup> Carlos Ramos aceita fazer uma proposta de composição de alçados a partir da planta fornecida por Sacadura Cabral – “Sacadura Cabral, que sabia tão bem aquilo que queria como aquilo que fazia, forneceu-me uma planta sobra a qual eu teria de levantar os respectivos alçados. [...] Lancei mãos à obra...” (Página 130)

<sup>54</sup> Páginas 131-133, 138-139

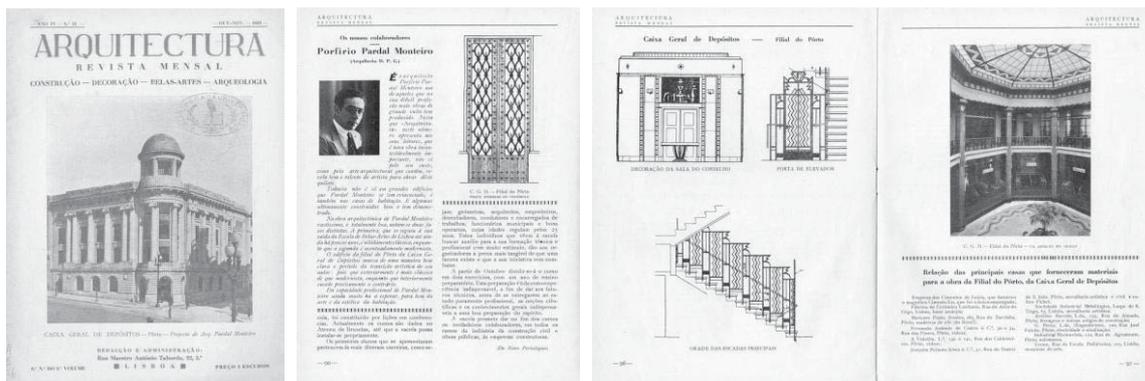
<sup>55</sup> Página 131

<sup>56</sup> Páginas 132-133

<sup>57</sup> Página 133

<sup>58</sup> Página 37

<sup>59</sup> Imagem da fachada publicada na revista “Arquitectura”, nº9, Setembro de 1927, página 141, com o título “Estabelecimentos modernos em Lisboa”.



Revista “Arquitectura” nº 21, Out./Nov. 1931 (Capa, páginas 90, 96-97) – Edifício da CGD no Porto

Nessa obra, a necessidade de fazer uma transição entre dois sistemas de concepção com naturezas profundamente diferentes, e a evidência de um conflito entre esses sistemas não representa um paradoxo. E o resultado formal dessa difícil conciliação também não representa de modo nenhum um absurdo...

“É uma obra de arquitectura importantíssima esta, a do edifício da filial do Porto, da Caixa Geral de Depósitos, e é através dela [...] que esta revista apresenta ao público os trabalhos do arquitecto Pardo Monteiro [...].

Falando desta obra, falamos da evolução artística do seu autor, e damos a conhecer a arquitectura que no nosso país se vai fazendo, tomando o caminho da estilização, da arte, que por todo o mundo, se desenvolve e se conhece por *moderno*.”<sup>60</sup>

Mais à frente, numa breve nota biográfica sobre o autor...

“Na obra arquitectónica de Pardo Monteiro vastíssima, e totalmente boa, notam-se duas fases distintas. A primeira, que se seguiu à sua saída da Escola de Belas Artes de Lisboa, até ainda há poucos anos, é nitidamente clássica, enquanto que a segunda é acentuadamente modernista. O edifício da filial do Porto da Caixa Geral de Depósitos marca de uma maneira bem clara o período de transição artística do seu autor: pois que exteriormente é mais clássico do que modernista, enquanto que interiormente sucede precisamente o contrário.”<sup>61</sup>

(Depois de 1938)

Depois de 1938, e até ao início da segunda série de “Arquitectura” em 1946, a edição da revista é completamente irrelevante. Mas, nesse período, importantes alterações nos estatutos da associação profissional da classe e no debate arquitectónico irão condicionar de um modo irreversível o verdadeiro significado cultural da actividade da revista depois de 1946. Um acontecimento importante, determinante para compreender a evolução do debate nesse período, é a publicação da revista “Arquitectos” – Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos – entre 1938 e 1942.

<sup>60</sup> “A filial do Porto da Caixa Geral de Depósitos”, revista “Arquitectura” nº21, Out./Nov. 1931, p. 86

<sup>61</sup> “Os nossos colaboradores – Porfirio Pardo Monteiro”, revista “Arquitectura” nº21, Out./Nov. 1931, p. 90

## Revista “Arquitectos”, 1938/1942

(A expressão regionalista nos programas de obras públicas do MOPC / Arquitectura monumental / Arquitectura moderna de carácter monumental)

Em Setembro de 1933, como consequência do novo texto da “Constituição Política da República Portuguesa” de 11 de Abril desse ano, aprovado pelo regime político saído do movimento militar de 28 de Maio de 1926, foram publicados dois Decretos-Lei que obrigavam à revisão dos estatutos da Sociedade dos Arquitectos Portugueses criada em 1902.<sup>62</sup> O Decreto-Lei nº23.048, que definia o “Estatuto do Trabalho Nacional”, e o Decreto-Lei nº23.050, que definia a criação de “Sindicatos Nacionais”.<sup>63</sup> Em “Arquitectos portugueses, 90 anos de vida associativa 1863-1953”, Ana Isabel Ribeiro, explica os objectivos políticos dessa alteração do regime jurídico que regulamentava as associações profissionais, e de que modo ela servia os propósitos do governo.

“A conjugação destes dois documentos jurídicos definia, na especialidade, os aspectos da organização corporativa consignados na nova Constituição. Os poderes conferidos às federações, aos grémios, às uniões e aos sindicatos, cujas direcções deviam ser obrigatoriamente sancionadas pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, asseguravam, por via directa, a participação e submissão das forças produtivas à nova ordem política vigente...”<sup>64</sup>

Depois de um período de debate interno, que iniciou na Assembleia Geral da SAP de 2 de Outubro de 1933, imediatamente a seguir à publicação dos referidos Decretos-Lei em 23 de Setembro, e depois de algumas alterações ao documento proposto pelos arquitectos impostas pela administração central, os novos estatutos do Sindicato Nacional dos Arquitectos, que substituíam a Sociedade dos Arquitectos Portugueses, foram aprovados pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social em 29 de Junho de 1934.<sup>65</sup> Com essa alteração, através do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, o governo passava a ter a tutela sobre os órgãos sociais da organização profissional dos arquitectos. Até esse momento, até à constituição do SNA em 1934, tinha havido várias tentativas para retomar a publicação do “Anuário” da SAP, que tinha editado o último número em 1911.<sup>66</sup> Algumas dessas tentativas estão documentadas nos relatórios anuais do Conselho Director do Sindicato – Relatório do Conselho Director de 1919-1920, de 1924, e novamente no Relatório do Conselho Director de 1927-1928.<sup>67</sup>

---

<sup>62</sup> A SAP foi criada em 1902, substituindo a Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses. Os seus estatutos, redigidos por A. Bermudes, F. Carlos Parente e A. Machado, em 15 de Julho de 1902 foram aprovados por Alvará Régio em 11 de Dezembro do mesmo ano.

Ver Nota sobre a SAP no Arquivo de Notas Demasiado Extensas, Anexo 1.

<sup>63</sup> “Arquitectos portugueses, 90 anos de vida associativa 1863-1953”, Ana Isabel Ribeiro, FAUP publicações, Porto 2002, p. 119

<sup>64</sup> Idem, Ana Isabel Ribeiro, p. 115

<sup>65</sup> Idem, Ana Isabel Ribeiro, pp. 121-127

(Ver também “Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social”, nº15, 30 de Jun. 1934, p. 2)

<sup>66</sup> A Sociedade dos Arquitectos Portugueses editou o “Anuário” entre 1905 e 1911. Foram publicados cinco números.

<sup>67</sup> Relatório do Conselho Director, 1919-1920 [dact.], p. 11, Relatório do Conselho Director, 1924 [dact.], p. 8, Relatório do Conselho Director, 1927-1928 [manusc.], pp. 15-15, citados por Ana Isabel Ribeiro, Idem, p. 303, Notas 457-459.



Revista “Arquitectos”, nº 1 (Fevereiro 1938), nº 5 (Junho/Julho 1938), nº 6 (Agosto/Outubro 1938), nº 12 (Janeiro/Abril 1940)

Nessa última tentativa, a direcção do Sindicato, presidida então por Marques da Silva, já não propunha a publicação de um Anuário ou um Boletim, propunha a edição de uma revista. E para ultrapassar as dificuldades de financiamento, a direcção do Sindicato esperava poder chegar a um entendimento com a direcção da revista “Arquitectura”, recentemente criada.

“Como o cofre associativo não dispõem de fundos para custear essa publicação, aguardava-se a proposta da direcção da *Arquitectura* para ser estudada e resolver-se. O nosso consócio Snr. Francisco dos Santos, desenhou a respectiva capa. [...] – o [sucessor do Conselho Director] resolverá estes assuntos.”<sup>68</sup>

Em 1935, por proposta de Jorge Segurado e Vasco Regaleira, a primeira direcção do Sindicato decide retomar o projecto de editar uma publicação periódica própria. E em 1936, a direcção seguinte, a primeira presidida por Pardal Monteiro, apresenta como proposta, incluída no programa de trabalho para aquele mandato, a criação de uma revista, que fosse o órgão oficial do SNA.

Em Junho desse ano 1936, numa reunião convocada especificamente para discutir a criação da revista foi escolhido o director, Cottinelli Telmo, e ficou decidido o título – “Arquitectos”.<sup>69</sup> No entanto, em virtude de diversas dificuldades, sobretudo de natureza administrativa e organizativa, o primeiro número da revista só seria lançado passados dois anos, em Fevereiro de 1938.

Entre 1938 e 1940 a revista “Arquitectos” – Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos – publicou 13 edições, e depois de um período de cerca de dois anos de interrupção – durante o ano de 1941 não se publica qualquer número – a revista publica a sua última edição, em Setembro de 1942, o nº14, dedicado exclusivamente a “Arquitectura em Inglaterra”.<sup>70</sup>

Mas mesmo durante os três primeiros anos a revista não se publicou sempre com a mesma regularidade. Publicou-se com uma periodicidade mensal apenas nos 4 primeiros números – entre Fevereiro e Maio de 1938 – e depois começou a editar-se de dois em dois meses. Em 1939 publicam-se apenas 4 edições trimestrais, e em 1940 apenas dois números, um deles abrangendo um período de 4 meses – o nº12 de Janeiro/Abril.

<sup>68</sup> Relatório do Conselho Director, 1927-1928 [manusc.], citado por Ana Isabel Ribeiro, *Idem*, p. 303, Nota 459.

<sup>69</sup> Ana Isabel Ribeiro, *Idem*, pp. 258-260

<sup>70</sup> Depois da publicação desse último número (14), em Setembro de 1942, a associação profissional dos arquitectos só voltaria a editar uma publicação periódica com distribuição nacional em 1981 – O “Jornal Arquitectos”, editado pela Associação dos Arquitectos Portugueses, Secção Regional do Sul.

Desde o início era bastante evidente que a direcção da revista se debatia com dificuldades de financiamento porque as “receitas obtidas através da publicidade e dos assinantes”<sup>71</sup> eram insuficientes para suportar os encargos da sua produção. Essas dificuldades foram imediatamente expostas aos sócios numa Circular enviada pela Direcção do Sindicato, em 30 de Abril de 1938. E, embora a revista fosse publicada por um Editor independente do Sindicato, com financiamento próprio – Adelino dos Santos – na verdade, quanto mais difícil era a sua situação económica, mais a sua direcção se expunha à influência e à interferência do poder político.

Logo no primeiro ano de publicação o Sindicato viu-se obrigado a pedir um subsídio ao Instituto para a Alta Cultura, e depois ao ministro da Educação Nacional, porque o primeiro foi negado.<sup>72</sup>

Em Janeiro de 1940, a direcção do Sindicato voltou a pedir apoio financeiro para compensar o défice acumulado pela revista. Desta vez o presidente da direcção, Pardal Monteiro, recorreu ao Secretariado da Propaganda Nacional. Sabe-se que o SPN aceitou colaborar “mediante algumas compensações”<sup>73</sup> – isso ficou registado na Acta da Assembleia Geral do SNA de 3 de Abril de 1940 – mas sobre o teor dessas compensações pretendidas, sobre o que poderia significar em termos editoriais a aceitação desse subsídio, não há qualquer registo nas Actas do SNA.<sup>74</sup>

Mesmo independentemente das dificuldades financeiras, desde o início era bastante evidente que a revista “Arquitectos” admitia uma excessiva cumplicidade com o governo – privilegiava a publicação de obras de encomenda oficial, e acabava por se transformar num meio de divulgação da acção do regime.

No primeiro número da revista, a fotografia do Presidente da República, António Óscar de Fragoso Carmona, e a imagem de uma escultura do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, que ilustravam o Editorial de abertura, onde a direcção do SNA apresentava a “Arquitectos”, deixavam adivinhar que a revista oficial do Sindicato estava bastante dependente de uma convivência demasiado diplomática com as principais figuras da hierarquia do Estado. E alguns números depois – nº7, Nov./Dez. 1938 – a publicação de um depoimento do Cardeal Patriarca, D. Manuel Cerejeira, demonstrava que esse excesso de diplomacia se aplicava também à hierarquia da Igreja.

Entre 1938 e 1940, embora se documentem na revista “Arquitectos” alguns edifícios importantes da arquitectura moderna portuguesa daquele período – obras de Cristino da Silva, Adelino Nunes, Raul Rodrigues Lima, Pardal Monteiro – manifestamente, a sua divulgação não era uma prioridade para a direcção da revista – Cottinelli Telmo, Director, e Adelino dos Santos, Editor.

Na verdade, a redacção da revista estava mais orientada para a publicação de obras de carácter monumental e para a divulgação das realizações de programas governamentais, do Ministério das Obras Públicas ou do Secretariado de Propaganda Nacional – exposições nacionais, construções efémeras associadas a acontecimentos de carácter comemorativo, ou participações portuguesas em exposições internacionais.

---

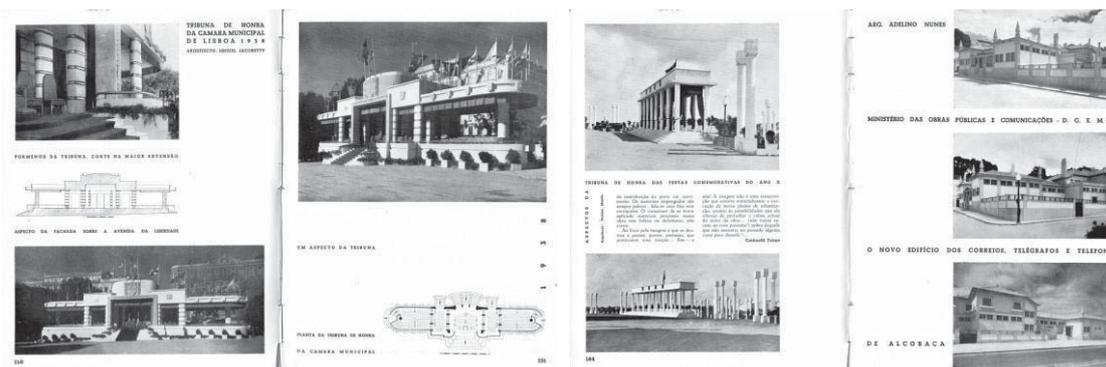
<sup>71</sup> Ana Isabel Ribeiro, *Idem*, p. 266 (Ver também “Circular nº4”, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 30 de Abril 1938)

<sup>72</sup> *Idem*, p. 266 (Ver também “Acta nº174 da Direcção do SNA”, 13 de Julho de 1938, p. 87).

De acordo com Ana Isabel Ribeiro o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, desempenhou um papel importante nessa ajuda à revista – “Um dos apoios mais importantes no intuito de atenuar os problemas financeiros da revista veio então do Ministério da Obras Públicas e Comunicações, cujo titular da pasta enviou uma circular aconselhando os municípios a assinarem *Arquitectos*...” *Idem*, p. 267.

<sup>73</sup> Acta da Assembleia Geral do SNA, 3 de Abril de 1940 (p. 143), citado por Ana Isabel Ribeiro, “Arquitectos portugueses...”, p. 268

<sup>74</sup> Ana Isabel Ribeiro, “Arquitectos portugueses...”, p. 269



Revista “Arquitectos” nº 5, Junho/Julho 1938 (páginas 150-151) – “Tribuna de honra da CML”

Revista “Arquitectos” nº 6, Ago./Out. 1938 (páginas 164-165) – “... Festas comemorativas do Ano X”

A adopção dessa linha predominante, de forte influência governamental e inspiração monumentalista, também se podia adivinhar desde os primeiros números. Na imagem da capa da primeira edição (Fevereiro 1938) a revista exibia uma fotografia do Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937, da autoria de Keil do Amaral, e no segundo número (de Março) começava a publicação de uma secção intitulada “construções prisionais”... e ao longo de toda a sua breve existência a revista “Arquitectos” foi um órgão de divulgação permanente da preparação e da realização da “Exposição Histórica do Mundo Português”, de 1940.

#### (A expressão regionalista nos programas de obras públicas do MOPC)

Se na primeira série da revista “Arquitectura” predominava a publicação de obras de iniciativa privada, com uma escala doméstica e onde prevalecia uma arquitectura de expressão regionalista apreciada pela classe social que tinha a capacidade financeira de a encomendar. Na revista “Arquitectos”, a já referida obediência das principais figuras da direcção do SNA – Pardal Monteiro, Vasco Regaleira, Adelino Nunes<sup>75</sup> – e da direcção da revista – Cottinelli Telmo e Adelino dos Santos – que não parecia pretender desafiar a hierarquia do Estado, da qual dependiam sobretudo depois da aprovação dos estatutos do Sindicato, em 1934... essa obediência conduziu a linha editorial da revista para a presença regular de obras de encomenda pública, e para a predominância de um uma arquitectura de expressão monumentalista que prevalecia sobre a regionalista.

No entanto, em alguns casos específicos de obras programadas pelo Ministério da Obras Públicas e Comunicações publicadas na revista – o “Relatório sobre Cadeias Comarcãs”, publicado integralmente em 3 partes, em 3 números seguidos (nº2, Março, nº3, Abril, nº4, Maio de 1938), e o “Relatório da Comissão para o Estudo dos novos edificios dos CTT”, publicado no nº6, Ago./Out. 1938 – nesses casos específicos encontram-se alguns exemplos de edificios com elementos decorativos de carácter regional, pouco frequentes na revista “Arquitectos”.

<sup>75</sup> Pardal Monteiro (Presidente), Vasco Regaleira (1º Vogal), Adelino Nunes (2º Vogal). A constituição da direcção do Sindicato é apresentada no primeiro número da Revista (página 4).

O “Relatório sobre Cadeias Comarcãs” tinha sido apresentado em Março de 1937 pela Comissão das Construções Prisionais criada por Duarte Pacheco, cerca de 3 anos antes<sup>76</sup>. Nesse relatório eram apresentados os Projectos Tipo das cadeias que deveriam traduzir a reorganização dos serviços prisionais, estabelecida pela legislação recentemente aprovada pelo Estado Novo – DL nº26.643, de 28 de Maio de 1936. Cottinelli Telmo era o arquitecto da Comissão, o autor dos Projectos Tipo que acompanhavam o relatório, e o relator da parte de arquitectura. Nesse programa das construções prisionais não é tão ostensiva a expressão regionalista porque existe uma certa economia de elementos decorativos, essa tendência é mais visível nos edifícios para os CTT.

A Comissão para o Estudo dos novos edifícios dos CTT também tinha sido criada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco. Foi nomeada em Novembro de 1934 e instalada na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em Janeiro de 1935. Adelino Nunes era o arquitecto da comissão.

No relatório dessa comissão, apresentado em Junho de 1936 e publicado no nº6 da “Arquitectos”, de Ago./Out. de 1938, juntamente com o projecto do novo edifício dos Correios Telégrafos e Telefones de Alcobaça, também de Adelino Nunes<sup>77</sup>, são apresentados os Projectos Tipo dos novos edifícios que se deveriam construir de acordo com a dimensão de cada localidade. São apresentados quatro Tipos principais, descritos no relatório como – “programas gráficos suficientemente pormenorizados em que de uma maneira geral aparecem as interdependências e necessidades de serviço, e que permitirão elaborar com rapidez e segurança os projectos definitivos para construção.”<sup>78</sup>

Naquele momento, estavam em construção ou já adjudicados os edifícios dos CTT de Alenquer, Merceana, Setúbal, Funchal, Caldas da Rainha, Fafe, Santo Tirso, Barcelos...

O edifício de Alcobaça, que acabava de se inaugurar, já tinha sido construído de acordo com o relatório elaborado pela Comissão, e correspondia a uma adaptação do Ante-Projecto Tipo 2. Esse edifício está construído sobre um embasamento de maneira a justificar que o acesso a todas as entradas seja sempre feito por alguns degraus de escada, sobre essas escadas existe quase sempre um alpendre, os principais cunhais do edifício são assinalados por pilastras rematadas no ponto mais alto por pináculos, acima dos beirados. O edifício é definido por vários volumes desnecessariamente descontraídos, de maneira a acentuar as diferentes inclinações dos telhados. O espaço de uma pequena cozinha na habitação do Chefe da Estação é assinalado no exterior por uma enorme chaminé de inspiração mais ou menos regionalista, francamente desproporcionada para o programa do edifício.

#### (Arquitectura monumental)

Depois da publicação de um artigo que documentava o “Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937”<sup>79</sup> no primeiro número da revista, com desenhos do projecto de arquitectura, fotografias do edifício construído, e um texto explicativo do autor do projecto, Keil do Amaral, a revista “Arquitectos” voltava a dedicar um espaço importante à documentação da exposição instalada nesse pavilhão português no terceiro número, de Abril de 1938.<sup>80</sup>

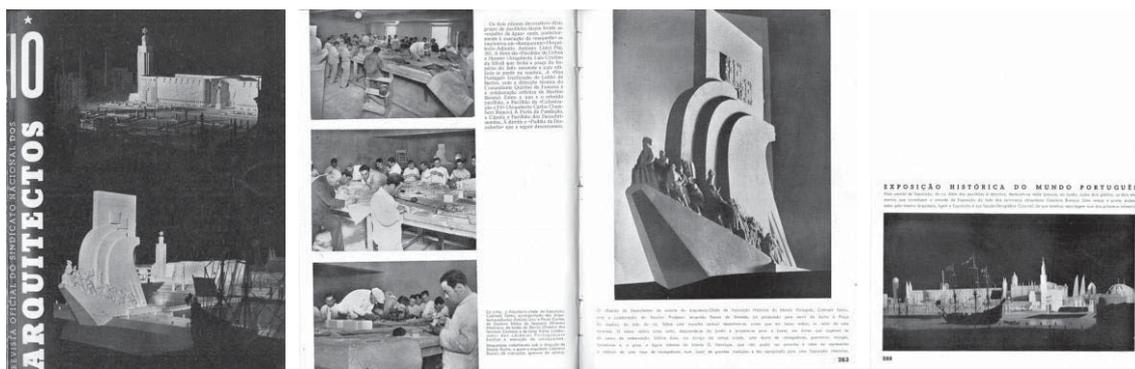
<sup>76</sup> A comissão dependia directamente da DGEMN e também da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

<sup>77</sup> Na edição anterior da revista foi publicada a Central Telefónica do Estoril, projectada também por Adelino Nunes. Nesse projecto, Adelino Nunes recorre a um sistema de linguagem completamente diferente, mas esse edifício é uma obra de iniciativa privada, construída pela “Anglo-Portuguese Telephone C.º”.

<sup>78</sup> “Relatório da Comissão para o Estudo dos novos edifícios dos CTT”, revista “Arquitectos” nº6, Ago./Out. 1938, p. 169

<sup>79</sup> “O Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937”, revista “Arquitectos” nº1, Fevereiro de 1938, pp. 21-27

<sup>80</sup> “Ainda o Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937”, revista “Arquitectos” nº3, Abril de 1938, pp. 91-95



Revista “Arquitectos” n.º 10, Julho/Setembro 1939 (Capa, páginas 282-283, 288) – Exposição Histórica do Mundo Português

E cerca de um ano depois, em duas edições diferentes a revista documentava também a participação portuguesa nas Exposições de Nova Iorque e de São Francisco de 1939. Em ambos os casos com projecto de arquitectura de Jorge Segurado – n.º9 de Abril/Junho 1939,<sup>81</sup> e n.º11 de Out./Dez. 1939.<sup>82</sup>

Desde o primeiro número, a redacção da “Arquitectos” dedicou sempre uma atenção especial à arquitectura de monumentos e construções efémeras, comemorativas de acontecimentos que parecia importante celebrar – o “Concurso para o monumento ao Infante D. Henrique a construir no promontório de Sagres” (n.º2 Março 1938), o projecto de Miguel Jacobetty para a “Tribuna de honra da Câmara Municipal de Lisboa de 1938” (n.º5 Jun./Jul. 1938), o projecto de Paulino Montês para a “Exposição do Ano X” (n.º6 Ago./Out. 1938) ...

Nesse último, no artigo dedicado à “Exposição do Ano X”, Cottinelli Telmo, director da Arquitectos, explica, em parte, o interesse por essa arquitectura efémera monumental –

“Arquitectura de exposições, de recepções, de visitas de soberanos estrangeiros, de festas – bem lhe podemos chamar «efémera». [...]

Os temas da arquitectura efémera são em geral grandiosos, gritantes... [...] Seja monumento ciclópico, a herói imaginário, que ninguém construirá, seja teatro de ópera que nunca abrirá ao público o seu magnífico «foyer» onde o coríntio é rei, seja biblioteca pública em cujos depósitos caberiam os volumes de todas as bibliotecas existentes. [...]

A arquitectura efémera é uma espécie de aventura dentro da Arquitectura.”<sup>83</sup>

A nomeação de Cottinelli Telmo para arquitecto-chefe da Exposição do Mundo Português de 1940, anunciada por Pardal Monteiro<sup>84</sup> na primeira edição do ano de 1939, não deve ter sido estranha a esse seu entusiasmo pela arquitectura efémera, e pelo seu carácter monumental, e seguramente ajuda a explicar a importância que deu a redacção da revista à exposição, em várias edições e em diferentes fases da sua realização.

<sup>81</sup> “Exposição de Nova Iorque 1939”, pp. 259-269

<sup>82</sup> Número monográfico sobre a participação portuguesa nas Exposições de Nova Iorque e de São Francisco.

<sup>83</sup> “Arquitectura efémera”, Cottinelli Telmo, revista “Arquitectos” n.º6 Ago./Out. 1938, pp. 161, 163

<sup>84</sup> “Exposição Histórica do Mundo Português”, Pardal Monteiro, revista “Arquitectos” n.º8, Jan./Mar. 1939, p. 244

A exposição já tinha sido anunciada na revista, também por Pardal Monteiro, presidente da direcção do SNA, alguns meses antes, num artigo intitulado “Comemorações 1140-1940”, onde apresenta a celebração dos centenários da “Fundação” e da “Restauração” de Portugal, como uma oportunidade valiosa para afirmação dos arquitectos, e onde apela ao seu sentido patriótico.

“Pela Presidência do Conselho foi decidido comemorar de modo condigno, em 1940, os centenários da Fundação e da Restauração de Portugal.

Para comemorar estes dois acontecimentos de tamanha importância na vida da nacionalidade resolveu o Governo, não só realizar diversas festas, exposições e congressos, mas também várias obras de vulto que fiquem a assinalar, para a posteridade, os factos comemorados e o esforço da actual geração. [...]

A Direcção do S.N.A. confia no patriotismo de todos os arquitectos portugueses e está segura de que estes saberão corresponder aos desejos do Governo...”<sup>85</sup>

Durante cerca de um ano, entre o início de 1939 e o início do ano seguinte, a Exposição de 1940 foi um tema habitual nas edições da “Arquitectos”.

No nº9 (Abr./Jun. 1939), numa edição intitulada “Exposições Portuguesas”, a revista dedica um capítulo importante à “Exposição Histórica do Mundo Português, a inaugurar em Junho de 1940”. Nesse capítulo são apresentados desenhos do plano da exposição e de projectos de alguns pavilhões, e são conhecidos alguns dos arquitectos envolvidos – Cottinelli Telmo, arquitecto-chefe, Paulo Cunha e António Lino, arquitectos adjuntos de Cottinelli Telmo, Cristino da Silva, “Pavilhão de Honra e de Lisboa”, Jorge Segurado, “Pavilhão de Portugal”...

No número seguinte<sup>86</sup> – Pardal Monteiro, “Pavilhão dos Descobrimentos” e “Cúpula dos Descobrimentos”, Keil do Amaral, “Parque de Atracções”, Raul Lino, os treze núcleos das “Aldeias Portuguesas”, João Simões e Veloso Reis, “Pavilhões da Etnografia Metropolitana”, Carlos Ramos, “Pavilhão da Colonização e Fé”, Cassiano Branco, entrada da Exposição do lado dos Jerónimos, além de uma rampa e uma ponte que ligam a Exposição à Secção Etnográfica Colonial.

#### (Arquitectura moderna de carácter monumental)

Essa presença predominante da arquitectura de carácter monumental na revista do SNA, e no debate arquitectónico nesse momento, não significava no entanto, uma absoluta ruptura com os sistemas de linguagem da arquitectura moderna. Em “Percurso – arquitectura portuguesa 1930/1974”, Sergio Fernandez, analisa esse fenómeno que permite a coexistência e a fusão de diferentes sistemas de linguagem, com raízes culturais muito diferentes e até conflituosas –

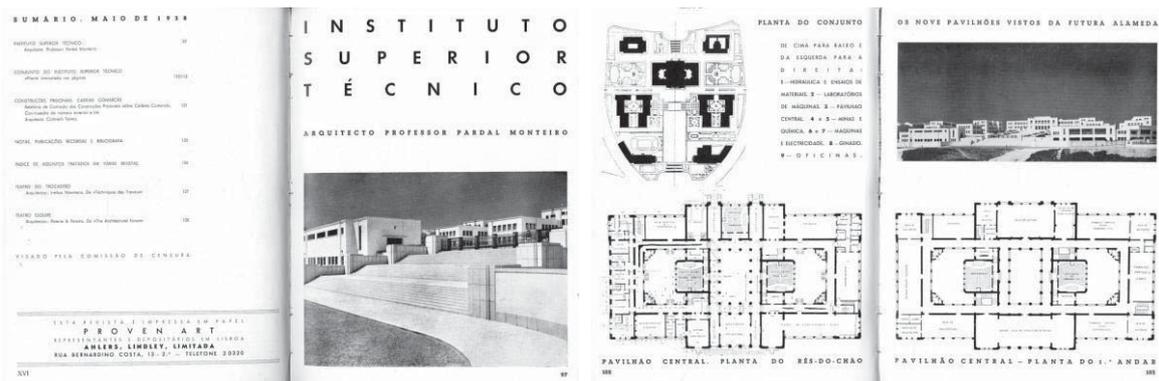
“A produção arquitectónica que o regime salazarista originou, suscitou ou animou, directa ou indirectamente, não constitui um bloco. O salazarismo não foi efectivamente uma ruptura social; foi uma expressão da burguesia em diversas e sucessivas combinações políticas e, portanto, culturais.”<sup>87</sup>

Sobretudo durante os anos 30, uma grande percentagem das obras públicas construídas em Portugal pelos arquitectos da primeira geração da arquitectura moderna, nasce de uma combinação de dois sistemas de composição. Nasce de um compromisso sem complexos ou constrangimentos morais de um sistema de composição clássico, de carácter monumental, com um sistema de linguagem moderno, e até de influência internacional.

<sup>85</sup> “Comemorações 1140-1940”, Pardal Monteiro (Presidente da Direcção do SNA), revista “Arquitectos” nº5, Jun./Jul. 1938, pp. 142-143

<sup>86</sup> “Exposição Histórica do Mundo Português”, revista “Arquitectos” nº10, Jul./Set. 1939, pp.279-288

<sup>87</sup> “Percurso – Arquitectura portuguesa 1930/1974”, Sergio Fernandez, Edição FAUP, Porto 1988 (1ª edição do autor, 1985), p. 15



Revista “Arquitectos” n° 4, Maio 1938 (páginas XVI-97, 102-103) – Instituto Superior Técnico

Para esse fenómeno cultural contribui a acção de Duarte Pacheco<sup>88</sup>, Ministro das Obras Públicas no primeiro governo presidido por Salazar, entre 1932 e 36, e novamente de 1938 até à sua morte em 1943.

“Duarte Pacheco [...] chamará os arquitectos e aceitará a sua proposta: inovação técnica, estruturas arrojadas, expressão estética identificada com a verdade dos materiais ou da função. É um tecnocrata que, nesta fase, assume e promove o modernismo racionalista e internacionalista que aqueles anos vão concretizar.”<sup>89</sup>

Mas também desempenhará um papel importante a acção do Secretariado de Propaganda Nacional<sup>90</sup>, criado em 1933 e liderado pelo jornalista António Ferro.

“Os anos trinta correspondem ao período de consolidação do novo poder que iria adoptar os modelos nacionalistas europeus. As ditaduras alemã e italiana constituiriam paradigma a seguir por Portugal... [... E tal como em Itália tinha sido] possível uma efectiva ligação inicial do regime fascista ao movimento futurista, [...] a criação em 1933 do Secretariado de Propaganda Nacional, com o objectivo de mobilizar as artes plásticas para a visualização do regime, e a atribuição da sua liderança, controlada embora, a António Ferro, contribuirá, nessa perspectiva e paradoxalmente, para a afirmação dos artistas plásticos e arquitectos que, na linha do modernismo, serão por algum tempo os autores da maioria significativa das realizações públicas ou privadas.

A utilização política da arte e, sobretudo da modernidade proposta por Ferro, não vem apenas do orphismo, do modernismo ou do futurismo em que se havia envolvido, vem também da sua admiração por Mussolini.”<sup>91</sup>

<sup>88</sup> Duarte Pacheco (1900-1943), “engenheiro electrotécnico, professor do Instituto Superior Técnico e seu director aos vinte e seis anos, ministro da Instrução dois anos mais tarde [...]. Ministro das Obras Públicas já no Governo de Oliveira Salazar, de 1932 a 1936, e de novo de Maio de 1938 até morrer, num desastre de automóvel, deixou a sua marca numa acção que, a partir de Janeiro de 1938, data em que assumiu a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, que manteria efectivamente mesmo quando ministro, particularmente incidiu sobre a vida urbana da cidade.” (José-Augusto França, “A Arte em Portugal no século XX, 1911-1961”, Livros Horizonte, 4ª Edição, Lisboa 2009, p. 170)

<sup>89</sup> Sergio Fernandez, Idem, p. 19

<sup>90</sup> O Secretariado de Propaganda Nacional foi criado pelo Decreto-Lei n°23.054, de 25 de Setembro de 1933, e passou a designar-se Secretariado Nacional de Informação Cultural Popular e Turismo em 1944, pelo Decreto-Lei n°33.545, de 23 de Fevereiro. (Ana Isabel Ribeiro, “Arquitectos portugueses...”, p. 171, nota 4)

<sup>91</sup> Sergio Fernandez, Idem, pp. 15-17

Essa fusão dos dois sistemas de composição, responsável pela criação de uma arquitectura moderna com um carácter monumental, era aliás um fenómeno anterior à sua programação pelo Estado Novo. Isso já acontecia nos edifícios do Instituto Superior Técnico de Pardal Monteiro, planeados desde 1927, ou mesmo no edifício do Liceu de Beja, de Cristino da Silva, projectado em 1931, ambos publicados na revista “Arquitectos”.

Os edifícios de Pardal Monteiro para o IST, publicados no nº4 de Maio de 1938, embora em muitos aspectos recorram a uma linguagem moderna, estão ordenados de acordo com um sistema de composição perfeitamente clássica, tanto no desenho do plano – no conjunto dos nove pavilhões – como no modo de organizar o espaço interno desses edifícios, e distribuir as funções que esses espaços devem cumprir. Em ambos os casos, o desenho dos edifícios respeita regras de axialidade e simetria, e uma ortodoxa hierarquia espacial.

Ao “Pavilhão Central” acede-se por um sistema de rampa e escadas com alguma monumentalidade. Na entrada do edifício, ao vestíbulo principal segue-se um átrio com uma altura de dois pisos e uma galeria no piso superior, em todo o perímetro. Ainda no átrio, em frente à entrada está o anfiteatro de conferências, e dos dois lados mais dois anfiteatros – o de matemáticas gerais e cálculo, e o de engenharia civil – cada um deles associado a um pátio exterior que permite a iluminação dos corredores de distribuição. Sobre o vestíbulo principal, no segundo piso, está uma sala de exposições e festas, e sobre o anfiteatro de conferências, uma sala de leitura. Toda a distribuição do edifício cumpre as mais elementares regras da hierarquia e da ortodoxia dos sistemas de composição clássicos.

No artigo publicado na “Arquitectos”, Pardal Monteiro expõe as razões e o método que explicam a combinação de um sistema de composição clássico com uma expressão plástica que aspira a ser moderna.

“Em resumo, tratava-se de construir uma escola técnica, uma escola para engenheiros, e foi esse destino que sem ideias preconcebidas procurei exprimir na feição plástica do conjunto arquitectónico.

Ao iniciar os estudos não tive a menor preocupação de chegar a «um determinado» resultado plástico. Só depois de resolvidas todas as plantas [...] comecei a procurar traduzir essas plantas nos alçados.”<sup>92</sup>

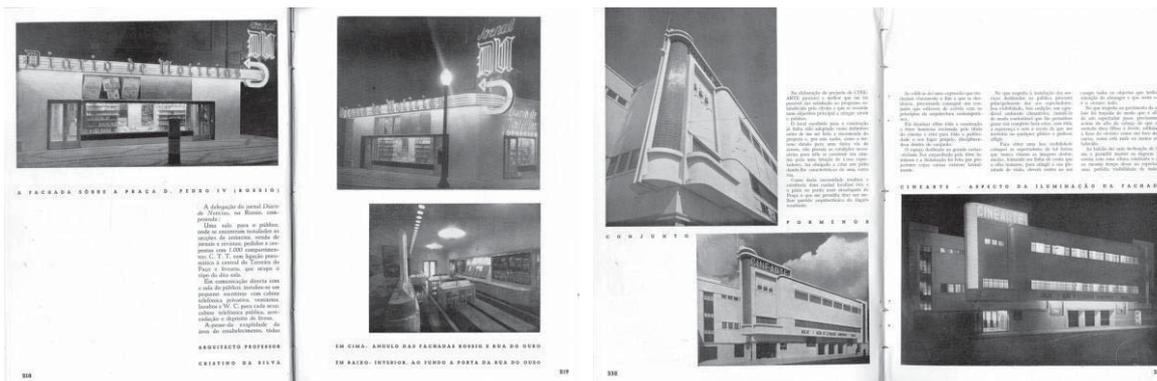
No edifício para o Liceu de Beja (1931-1934), publicado no nº1, de Fevereiro de 1938, também existe uma raiz clássica no modo de distribuir as funções do edifício, mas não é tão gritante. A disposição dos diferentes volumes e espaços que compõem o programa – as aulas, o ginásio, o corpo da entrada – é menos estática. Não está submetida às regras da simetria ou uma rígida monumentalidade, existe mais vontade de ser moderno.

E essa presença das regras da composição clássica acontece de um modo permanente na arquitectura portuguesa desse período onde se manifesta alguma vontade de modernidade, mesmo em edifícios de encomenda privada. São raros os exemplos de edifícios onde a autêntica cultura moderna se expressa na totalidade, sem restrições e de acordo com a linguagem dos modelos internacionais – são raros e são excepções. Alguns deles foram publicados na revista “Arquitectos”, sem que isso representasse alguma espécie de ameaça ao verdadeiro espírito da arquitectura nacional.

Publicaram-se na revista, com enorme naturalidade, exemplos mais “puros” da arquitectura modernista que se construiu em Portugal naquele momento – o Café Portugal, de Cristino da Silva (nº3, 1938), a Central Telefónica do Estoril, de Adelino Nunes (nº5, 1938), a sucursal do “Diário de Notícias” no Rossio, também de Cristino da Silva (nº8, 1939), o cinema “Cinearte”, de Raul Rodrigues Lima (nº12, 1940), a sede do “DN” na Avenida da Liberdade, de Pardal Monteiro (nº13, 1940).

---

<sup>92</sup> “Instituto Superior Técnico”, Pardal Monteiro, revista “Arquitectos” nº4, Maio 1938, p. 16



Revista “Arquitectos” nº 8, Jan./Mar. 1939 (páginas 218-219) – Sucursal do “Diário de Notícias” no Rossio  
 Revista “Arquitectos” nº 12, Janeiro/Abril 1940 (páginas 332-333) – Cinema “Cinearte”

Mas, tal como tinha acontecido na primeira série da revista “Arquitectura”, as obras de linguagem moderna publicadas na revista “Arquitectos” eram excepções e essa linguagem era interpretada como um sistema de composição – um “estilo arquitectónico” – e, talvez por isso, eram encaradas até com simpatia. No final da década de 1930, a arquitectura portuguesa modernista não era revolucionária e não representava uma ameaça para o regime.

A publicação na revista “Arquitectos” do edifício da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, ilustra bem como essa tranquila convivência entre a vontade de modernidade dos arquitectos portugueses e a vontade de modernidade de algumas destacadas figuras do Estado se applicava até à hierarquia da Igreja. No nº7, de Nov./Dez. de 1938, uma edição monográfica, exclusivamente dedicada à documentação da Igreja de Pardal Monteiro, num depoimento de abertura, o Cardeal Patriarca explica que, do ponto de vista da “instituição”, a “modernidade” não representa nenhuma ameaça, e dessa forma de certo modo, consciente ou inconscientemente, acabava por dar um rude golpe em algum propósito “revolucionário” que pudesse ser importado pela cultura artística portuguesa dos modelos modernos internacionais.

“Na igreja nova procurou-se, antes de tudo, construir uma *igreja* – subordinando todos os seus elementos ao fim cultural da obra. [...] Quanto a ser *moderna*, não compreendemos sequer que pudesse ser outra coisa. Todas as formas artísticas do passado foram modernas em relação ao seu tempo. Igreja dos nossos dias, devia traduzir, em quanto lho permitisse o carácter sacro e a finalidade cultural, as expressões da técnica e da arte contemporâneas.”<sup>93</sup>

Mas na verdade, a Igreja de N<sup>ra</sup> Sr<sup>a</sup> de Fátima, também não é um caso de modernismo “puro”. Também nesta obra a vontade de modernidade de Pardal Monteiro aparece combinada com referências mais ou menos explícitas a estilos arquitectónicos anteriores. Apesar da expressão plástica da sua imagem exterior, e da importância do uso do betão armado estrutural na definição do espaço interior, na caracterização desse espaço há uma referência bastante explícita ao modelo espacial de uma igreja gótica, do período medieval. Pardal Monteiro recorre a dois elementos arquitectónicos chave da linguagem modernista – a estrutura em betão e o vidro – para lhe atribuir um significado histórico – os arcos em ogiva, e os vitrais da Almada Negreiros.

<sup>93</sup> “Sua Eminência o Cardeal Patriarca”, revista “Arquitectos” nº 7, Nov./Dez. 1938, p. 185-186

Além disso, Pardal Monteiro tem consciência da importância histórica do espaço litúrgico para o progresso da arquitectura e reconhece que não pretendia ficar-lhe indiferente –

“A construção de templos é dos problemas mais velhos que os architectos têm tido que resolver. [...] ... É através da arquitectura religiosa que se torna mais fácil verificar a evolução da própria arquitectura. [...] Desde o séc. IV até aos nossos dias quantas soluções os architectos encontraram para o mesmo problema, cujo programa é, como se sabe, tão restrito. Não é pois natural que os architectos de hoje encontrem solução diferente, no partido, daquelas que os architectos do passado criariam. Por ser esta a minha convicção, nem um momento sequer ocupei no estudo de solução original quanto à disposição dos vários elementos do programa.”<sup>94</sup>

(Depois de 1942)

Depois da publicação do último número da “Arquitectos”, em Setembro de 1942, várias tentativas foram feitas para retomar a edição da revista. Ainda por Pardal Monteiro, em 1944, no final da sua presidência na direcção do SNA. Um ano mais tarde, em 45, outra tentativa impulsionada pela circunstância do director da revista, Cotinelli Telmo, ser também presidente do Sindicato, e pelo fim da guerra que significaria maior facilidade na angariação de publicidade e apoios. E novamente em Fevereiro de 1949, durante a breve passagem de Keil do Amaral pela presidência da Direcção do Sindicato.

Nessa altura, Keil do Amaral chegou a nomear Jorge Segurado para director da revista,<sup>95</sup> em substituição de Cottinelli Telmo que tinha falecido no ano anterior, 1948. No entanto, a 7 de Outubro de 1949, Jorge Segurado apresenta a sua demissão por divergências internas que tiveram na sua origem a publicação na revista “Arquitectura” de documentação relativa à realização do 1º Congresso Nacional.<sup>96</sup> Keil do Amaral também seria suspenso pouco tempo depois, no final desse ano 1949.

Mas só voltaria a existir em Portugal uma publicação oficial da associação profissional dos architectos em 1981, com a edição do “Jornal Arquitectos” – editado pela Associação dos Arquitectos Portugueses, Secção Regional do Sul.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup> “A Igreja de Nossa Senhora de Fátima”, Pardal Monteiro, revista “Arquitectos” nº7, Nov./Dez. 1938, pp. 192-193

<sup>95</sup> Ana Isabel Ribeiro, “Arquitectos portugueses...”, pp. 269-270.

<sup>96</sup> Ana Isabel Ribeiro, *Idem*, p. 271

<sup>97</sup> O primeiro número foi editado em 12 de Novembro de 1981.

## ICAT, 1947/1957

(“Arquitectura”, 2ª Série / Aproximação aos arquitectos modernos do Porto, 1947-52 / Habitação colectiva moderna em Lisboa, 1952-54)

### (“Arquitectura”, 2ª Série)

Em Fevereiro de 1946, depois de um período de interrupção da actividade editorial regular, que durava já desde 1938, a revista “Arquitectura” volta a publicar-se com a designação de 2ª Série, e recomeça a numeração das edições publicadas, de novo a partir do número 1 – 2ª Série, nº1, Fevereiro de 1946. Essa primeira edição, com a imagem de um prédio de rendimento na capa – obra de João Simões, na Rua Pinheiro Chagas, em Lisboa – abre com um editorial intitulado “Ressurge Arquitectura”, onde Francisco Pereira da Costa, que continuava a ser o Director e o Editor da revista, reafirma o programa editorial que já tinha apresentado em 1927 –

“Ressurge Arquitectura!

Quando há dezanove anos «Arquitectura» viu pela primeira vez a luz da publicidade, foi um acontecimento notado ... [...]

Nessa ocasião marcámos um programa que, orgulhosamente podemos dizer, cumprimos. [...]

Depois, por causas estranhas, parámos a nossa actividade, mas, agora, de novo retomámos o nosso lugar e eis «Arquitectura». [...]

... Sobre o que será o seu programa, repetimos hoje o que escrevemos em 1927...”<sup>98</sup>

Mas, se os artigos publicados nesse primeiro número da segunda série permitem compreender a realidade editorial da revista naquele momento, isto é, a permanência da orientação que lhe tinha imprimido Francisco Costa desde a sua criação, também permitem antecipar a transformação que a revista iria sofrer no ano seguinte.

Nessa edição, além do projecto para uma “Casa de rendimento em Lisboa”, de João Simões, publicado com o título “Construções cidadinas”,<sup>99</sup> são ainda publicadas noutra secção, imagens de dois espaços interiores, também projectados por João Simões, com as legendas – “simplicidade de linhas e aspecto atraente”, e “concepção modernista ...”.<sup>100</sup> E é criada uma secção intitulada “Arquitectura no estrangeiro” dedicada à arquitectura contemporânea, e não apenas a edifícios históricos como acontecia na primeira série.

João Simões assume um grande protagonismo na revista, e a cultura internacional começava a ser encarada numa perspectiva da actualidade e não apenas numa perspectiva histórica, e era nítido que o director e fundador de “Arquitectura” manifestava uma vontade de mudança. Mas, por outro lado, o artigo de que era autor Francisco Costa, onde retoma o tema da arquitectura barroca portuguesa, “O estilo D. João V”,<sup>101</sup> permitia também adivinhar que dificilmente essa renovação poderia ser feita por si. Pelo menos não a poderia fazer sozinho.

<sup>98</sup> “Ressurge Arquitectura”, Francisco Pereira da Costa, revista “Arquitectura”, 2ª Série, nº1, Fevereiro 1946, p. 1

<sup>99</sup> “Construções cidadinas – Casa de rendimento em Lisboa”, pp. 2-7

<sup>100</sup> “Interiores de arte”, pp. 12-13

<sup>101</sup> “Fragmentos da História da Arte, A Arquitectura Barroca – O Estilo D. João V.”, Francisco Pereira da Costa, pp. 18-20

Nos números seguintes, uma nova geração de arquitectos começa a colaborar com a edição da revista, muitos deles viriam a integrar a sociedade constituída formalmente no ano seguinte, o ICAT – José Segurado (nº2, nº14), José Lima Franco (nº4, nº7, nº9, nº12), Miguel Jacobetty (nº6), Dário Silva Vieira (nº9, nº15), Artur Simões da Fonseca (nº10, nº11), João Faria da Costa (nº13), e Keil do Amaral (nº13, nº14) ... Para trás ficavam – Norberto Correia, Vasco Regaleira, Cotinelli Telmo, os irmãos Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade, Paulino Montez, Raúl Martins... mas também Cristino da Silva, Carlos Ramos, Pardal Monteiro...

João Simões já tinha colaborado com “Arquitectura” durante a primeira série<sup>102</sup>, mas com o início da segunda série, a sua presença na revista tornou-se muito mais frequente – nº1, Fevereiro 1946, “casa de rendimento em Lisboa”, nº5, Junho 1946, “casa de habitação nos arredores de Lisboa”, nº6, Julho 1946, “casa na Sobreda”, nº8, Setembro 1946, casa de habitação no Restelo e “projecto de um pavilhão para ginásio e refeitório”, nº9, Out./Nov. 1946, casa em Caldas da Rainha. E, de facto, João Simões desempenhou um papel fundamental na transferência da propriedade da revista para o ICAT, e portanto, na sua renovação.

Keil do Amaral também foi uma figura chave nessa renovação. Depois da publicação do projecto de uma “Moradia no Estoril” para o pintor Thomás de Melo, no nº13 (Março 1947), e da publicação do texto “Uma iniciativa necessária”, no número seguinte (nº14, Abril 1947),<sup>103</sup> no nº 17/18 de Jul./Ago. de 1947, Keil do Amaral inicia a publicação de uma série de crónicas de arquitectura, publicadas ao longos dos números seguintes.<sup>104</sup>

Em Março de 1947, um grupo de arquitectos que representaria, em Lisboa, a segunda geração da arquitectura moderna portuguesa, e onde Keil do Amaral já era uma figura destacada, registava no Notário Sampaio e Pinho a escritura relativa à constituição da sociedade “Iniciativas Culturais, Arte e Técnica, I.C.A.T., Limitada”<sup>105</sup>, que lhes permitiria comprar e editar a revista “Arquitectura”. E o Editorial do nº14 da 2ª série, de Abril de 1947, anuncia essa renovação...

“Deves ter estranhado, Leitor amigo, esta interrupção de alguns meses na publicação da nossa revista, seguida do aparecimento de um número com aspecto diferente. O caso requer uma explicação e aqui a damos... [...] «Arquitectura» tem agora um corpo consultivo constituído por arquitectos de mérito e com uma intervenção activa na organização da revista. [...] Esta paragem não significa, pois, cansaço ou desfalecimento. Foi necessária para preparar a nova fase desta publicação e esperamos recuperar o tempo perdido com relativa brevidade.”<sup>106</sup>

Mas essa transição não foi tão imediata como se anunciava. De facto, só na edição do número 19, de Janeiro de 1948, se concretiza verdadeiramente uma alteração da imagem gráfica da revista, e só a partir desse momento se pode reconhecer determinante a presença dos arquitectos do ICAT na sua edição.

<sup>102</sup> A primeira participação de João Simões na revista é publicada no nº27, de Janeiro de 1936, “Casas de rendimento – uma casa de aspecto moderno”. A publicação de edifícios de habitação urbanos, sobretudo prédios de rendimento, também começa a ser bastante frequente a partir desse momento, na segunda parte da primeira série, depois do reinício de 1935.

<sup>103</sup> E, embora não esteja assinado, provavelmente Keil do Amaral redigiu também o Editorial desse número.

<sup>104</sup> Seis crónicas, intituladas “Maleitas da arquitectura nacional”.

<sup>105</sup> Sociedade constituída em 11 de Março de 1947, em Lisboa, no Notário Sampaio e Pinho, folhas 84 verso e seguintes, do livro 835B. Com sede na Rua Alexandre Braga, nº4, 1º Dto. Capital Social de 60.000\$00. (Arquivo de João Afonso. Investigação desenvolvida no âmbito da sua tese de doutoramento, “Um contributo para a construção da democracia em Portugal – Uma leitura da arquitectura em Portugal entre 1948 e 1974”.)

A lista de sócios e o valor das quotas individuais é apresentada no Anexo 1, Arquivo de Notas Demasiado Extensas.

<sup>106</sup> Página 4



Revista “Arquitectura” nº 1, Fevereiro 1946, 2ª Série (Capa, páginas 1, 18-19) – “Ressurge Arquitectura”

Talvez por isso seja publicado nesse número outro Editorial de esclarecimento sobre a nova orientação da revista, onde também se procurava explicar a dificuldade em assegurar a regularidade mensal da sua publicação durante aquele período de transição.<sup>107</sup>

“No número [14] de *Arquitectura* dávamos-te, Leitor amigo, algumas explicações indispensáveis acerca dos novos rumos em que procuramos lançar esta publicação. [...] Todos estes propósitos tiveram já um começo de realização. [...]

Do nosso programa constava uma melhoria substancial da revista a partir de Janeiro de 1948: Novas capas, maior formato, melhor papel, mais páginas, mais assuntos, mais gravuras e mais publicidade. Contávamos ter posto a revista em dia por essa altura... ter publicado todos os números em atraso. [...] Passaremos, pois, em claro alguns meses e começaremos o novo ano com o número de Janeiro.”<sup>108</sup>

Só a partir desse momento começam a tornar-se explícitas as preocupações editoriais que irão dominar a 2ª série da revista durante uma década, até 1957 – a divulgação das conquistas da arquitectura moderna em Portugal, e a divulgação da actualidade do debate internacional que tinha também a arquitectura moderna como tema principal.

Aproveitando o entusiasmo colectivo despertado pela actividade da revista, os arquitectos do ICAT procuram uma aproximação aos arquitectos modernos do Porto, que resulta numa produtiva concentração de esforços em defesa da arquitectura moderna, e “Arquitectura” passa a dedicar uma atenção especial à notícia das actividades dos CIAM. No mesmo número 19<sup>109</sup>, a revista dá a notícia da realização de um congresso dos CIAM em Bridgewater, Inglaterra, e anuncia o início da publicação da tradução da Carta de Atenas, nos números seguintes.

“Não é um acontecimento banal nos domínios da Arquitectura e do Urbanismo um congresso dos C.I.A.M. E o último em data, que se realizou recentemente na pequena cidade inglesa de Bridgewater, revestiu-se, a muitos títulos, de uma importância excepcional.

Teóricos revolucionários das décadas passadas, que [...] dirigem agora a reconstrução das cidades, vilas e aldeias devastadas pela guerra, vieram de todo o Mundo a Bridgewater expor os seus planos, as dificuldades encontradas... [...]

<sup>107</sup> De tal forma, que se refere a um Editorial do nº15 que, na verdade, foi publicado no nº14.

<sup>108</sup> “Editorial”, revista “Arquitectura” nº19, Janeiro de 1948, p. 4

<sup>109</sup> Numa secção de notícias breves intitulada “Ecos e comentários”, p. 23

E como temos conhecimento de que se esboça no norte do País, entre os arquitectos e urbanistas de espírito aberto aos problemas do nosso tempo, um movimento de adesão a tais princípios, propomo-nos prestar o nosso concurso a tão louvável iniciativa, divulgando, na medida do possível, os ideais e os trabalhos dos C.I.A.M.

Iniciaremos, assim, já no próximo número, a apresentação da célebre «Carta de Atenas», documento histórico onde se lançam as bases do Urbanismo Moderno, os fundamentos da renovação dos aglomerados urbanos, com uma precisão e uma clarividência que os anos e a experiência se têm encarregado de acentuar.»<sup>110</sup>

#### (Aproximação aos arquitectos modernos do Porto, 1947/52)

Ainda na mesma edição da revista, ainda no nº19, um artigo assinado por Inácio Peres Fernandes,<sup>111</sup> “Porto – intercâmbio profissional”, conta que um grupo de arquitectos de Lisboa se deslocou à cidade do Porto no ano anterior, 1947, para visitar obras de arquitectura contemporânea. Nesse artigo, o relator do encontro elogia o espírito progressista<sup>112</sup> dos arquitectos do Norte e a sua capacidade para lutar contra “certos preconceitos” de linguagem, e para compreender a expressão moderna da arquitectura. E observa como no Norte esse espírito progressista se estendia também aos clientes, que encomendavam as obras. Porque essas obras eram promovidas essencialmente por iniciativa privada.

Durante esse encontro, que se realizou nos três primeiros dias do mês de Agosto, os arquitectos de Lisboa, conduzidos pelos colegas do Norte, visitaram edifícios do Porto, Póvoa de Varzim, Ofir, Esposende e Viana do Castelo – “num ambiente de extrema cordialidade e franca camaradagem”.<sup>113</sup>

Fotografias de algumas das obras visitadas – de Arménio Losa, Cassiano Barbosa, Delfim Amorim, Oliveira Martins, Alfredo Magalhães e Artur Andrade – são publicadas com o texto de Peres Fernandes, onde se anuncia também que os editores de “Arquitectura” pretendem continuar a publicar essas obras nos números seguintes da revista.

O relator da visita faz ainda um elogio especial ao ante-projecto de Artur Andrade para o Palácio da Exposição Industrial Portuguesa de 1949, que os arquitectos de Lisboa tiveram oportunidade de conhecer durante a deslocação à sede da Associação Industrial do Porto, e que se deveria construir no Parque do Palácio de Cristal. O reconhecimento imediato da qualidade daquele projecto, foi aliás publicamente manifestado numa carta enviada ao autor, que já tinha sido publicada na edição anterior da revista – nº17/18 de Julho/Agosto de 1947. Nessa carta, os signatários manifestam a sua solidariedade com Artur Andrade – “depois de terem chegado ao domínio público algumas críticas ao seu ante-projecto...”<sup>114</sup> A carta está assinada por 34 arquitectos de Lisboa – 24 são sócios do ICAT<sup>115</sup> – com a data de 12 de Agosto de 1947, cerca de uma semana depois da referida visita. E o modo como está redigida, permite admitir que uma parte considerável dos seus subscritores tenha participado naquela deslocação à cidade do Porto.<sup>116</sup>

<sup>110</sup> “Um novo congresso dos CIAM”, revista “Arquitectura” nº19, Janeiro de 1948, p. 23

<sup>111</sup> “Porto – Intercâmbio profissional” (O artigo está assinado IPF), revista “Arquitectura” nº19, Janeiro 1948, pp. 5-6

<sup>112</sup> A expressão usada é “espírito progressivo”. Idem, página 6.

<sup>113</sup> Idem, página 5. “Convém ainda acrescentar, em abono da verdade, que além de termos sido primorosamente recebidos e acarinhados, fomos principescamente *alimentados*...” – Idem, p. 6.

<sup>114</sup> “Um caso digno de menção”, revista “Arquitectura” nº17/18, Julho/Agosto de 1947, p. 6

<sup>115</sup> Os nomes dos signatários da carta são enunciados no Anexo 1, Arquivo de Notas Demasiado Extensas.

<sup>116</sup> “... Tivemos ensejo de ver e apreciar o trabalho em causa e não queremos deixar de levar ao seu conhecimento a excelente impressão que nos deixou.” (Página 6)



Revista “Arquitectura” nº 13, Março 1947, 2ª Série (Capa) – “Moradia no Estoril”

Revista “Arquitectura” nº 19, Janeiro 1948, 2ª Série (Capa, páginas 4-5) – “Porto – Intercâmbio profissional”

Algum tempo depois, na edição de Março de 1948 (nº21), a revista publica também a resposta de Artur Andrade, que agradece o gesto aos colegas de Lisboa. Tal como tinha acontecido com a carta anterior, esta também foi publicada na primeira página, depois do sumário, no lugar destinado habitualmente ao Editorial, precedida por uma nota onde os editores explicam que – “o seu conteúdo ultrapassa singularmente o âmbito de um simples agradecimento.”<sup>117</sup>

Na verdade, aquele gesto de solidariedade representava uma mobilização colectiva inédita em defesa da arquitectura moderna. Como reconhece também o próprio Artur Andrade.

“As palavras de amizade e encorajamento que aquela carta contém foram, por mero acaso, a mim dirigidas. Em rigor elas constituem uma manifestação de apoio e solidariedade a todos aqueles que aproveitando as grandes e as pequenas oportunidades lutam por uma coerente e digna prática da autêntica moderna Arquitectura...”<sup>118</sup>

Nos números seguintes, embora sem um vínculo rígido ao plano anunciado de documentar as obras visitadas, a revista começa a publicar projectos de alguns dos arquitectos do Porto cujas obras tinham ilustrado o artigo de Inácio Peres Fernandes – Delfim Amorim e Oliveira Martins (nº25), Arménio Losa e Cassiano Barbosa (nº26), João Andressen e Rogério Martins (nº27), 5 projectos para a praia de Ofir, que também tinha estado no itinerário da visita realizada em 1947, incluindo o Hotel Ofir de Alfredo Magalhães (nº33/34).<sup>119</sup>

Era indiscutível que aquela vontade de aproximação aos arquitectos do Porto tinha sido motivada, em grande medida, pela necessidade de unir esforços na luta pela afirmação da arquitectura moderna. A partir do número 35, de Agosto de 1950, começa a ser anunciada na ficha técnica da revista a existência de uma “Delegação no Norte”. Essa delegação era o “Atelier dos arquitectos Arménio Losa e Cassiano Barbosa”, na rua Magalhães Lemos, no Porto.<sup>120</sup>

<sup>117</sup> “Uma carta”, revista “Arquitectura” nº21, Março 1948, p. 4

<sup>118</sup> Carta de Artur Andrade ao Director da Revista “Arquitectura”, datada de 10 de Fevereiro de 1948, publicada no nº21 de Março de 1948, p. 4.

<sup>119</sup> Nº 25, Julho de 1948, nº26, Ago./Set. 1948, nº27, Out./Dez. 1948, nº34/35, Maio 1950.

<sup>120</sup> Essa informação continua a ser incluída na ficha técnica da revista até 1958, já na 3ª Série. A partir do nº64 de Jan./Fev. de 1959, Arménio Losa e Cassiano Barbosa são substituídos por Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo, Manuel Aguiar e José Forjaz.

E no nº41 (de Março) de 1952, “Arquitectura” anuncia a 1ª Exposição de Arquitectura realizada pelo Grupo ODAM – Organização dos Arquitectos Modernos – em Junho do ano anterior, 1951, no Ateneu Comercial do Porto.<sup>121</sup>

O grupo ODAM tinha sido criado em 1947, no Porto, por um grupo de arquitectos nascidos nas décadas de 1910 e início de 1920<sup>122</sup>, com o objectivo de divulgar os princípios em que devia assentar a arquitectura moderna – “através de exposições, conferências, publicações, etc.”<sup>123</sup>

Mas a Exposição de 1951, no Ateneu, foi a primeira organizada pelo grupo, e na realidade acabou por ser sua a mais importante realização.<sup>124</sup> Organizada por Viana de Lima, Arménio Losa, Fernando Lanhas e Cassiano Barbosa, a exposição realizou-se entre 14 e 22 de Junho, e durante esse período realizaram-se conferências de Carlos Ramos, Matos Veloso e Fernandes Amorim.<sup>125</sup>

No catálogo da Exposição, no texto de apresentação, podia ler-se –

“Esta Exposição, organizada por um grupo actuante de arquitectos – ODAM (Organização em Defesa da Arquitectura Moderna) ainda em formação – é um dos meios ao seu alcance [...] para afirmar que existe *entre nós uma Arquitectura Moderna...*”<sup>126</sup>

Era evidente que a afirmação de que existia uma arquitectura moderna exigia uma acção colectiva. Como tinha acontecido no I Congresso Nacional de Arquitectura, realizado em Junho de 1948.

Nesse momento as Teses apresentadas pela maioria dos participantes, do Porto e de Lisboa, representaram essa convergência de posições, e representaram a união dos arquitectos portugueses em defesa da arquitectura moderna.

E para o sucesso dessa demonstração de unidade entre a classe profissional tinha seguramente contribuído a aproximação entre os arquitectos de Lisboa e os arquitectos modernos do Porto iniciada no ano anterior, e o facto de terem encontrado formas de se organizarem colectivamente, o grupo ODAM e a sociedade ICAT – editora da revista “Arquitectura”, que publicou as “conclusões e votos”<sup>127</sup> aprovados por unanimidade no Congresso, logo que eles foram apresentados oficialmente, na edição de Fev./Mar. de 1949 (nº29). E nos números seguintes durante esse ano, o texto de algumas das Teses apresentadas.<sup>128</sup>

“No I Congresso Nacional de Arquitectura, organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos sob o alto patrocínio do Governo, foram tratados dois temas [...] «A arquitectura no plano nacional» e «O problema português da habitação»”.<sup>129</sup>

E nele participou a quase totalidade dos arquitectos portugueses – “tomando, assim, as decisões do Congresso como que o significado de uma manifestação unânime e solene das aspirações da Classe.”<sup>130</sup>

<sup>121</sup> Secção “Ecos e Notícias”, Revista “Arquitectura” nº41, Março de 1952, p.23

<sup>122</sup> Os nomes dos elementos que integravam o grupo ODAM, e dos participantes na Exposição de 1951, são enunciados no Anexo 1, Arquivo de Notas Demasiado Extensas.

<sup>123</sup> “ODAM Organização dos Arquitectos Modernos, Porto 1947-1952”, organizado por Cassiano Barbosa, Edições ASA, Porto 1972, (p. 19, “Objectivos do ODAM – 1947”)

<sup>124</sup> O grupo terminaria a sua actividade em 1952 depois da 2ª Exposição ODAM, realizada nesse ano em Aveiro (Idem p. 16, nota 9).

<sup>125</sup> Idem, pp. 125, 129, 150

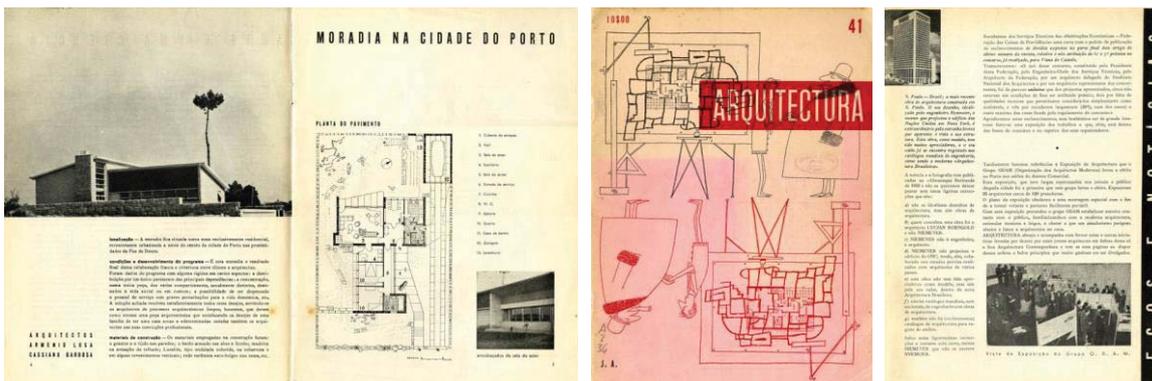
<sup>126</sup> Idem, p. 137

<sup>127</sup> “I Congresso Nacional de Arquitectura – Conclusões e votos”, revista “Arquitectura” nº29, Fev./Mar. de 1949, pp.2-7

<sup>128</sup> Nº30, Abril/Maio 1949, nº31, Jun./Jul. 1949, “Indústria e construção”, Tese apresentada por Arménio Losa, nº32, Ago./Set. 1949, “O ensino da arquitectura em Portugal”, Tese apresentada por Cândido Palma e Francisco Conceição Silva.

<sup>129</sup> “I Congresso Nacional de Arquitectura”, revista “Arquitectura” nº 29, Fev./Mar. 1949, p. 2

<sup>130</sup> Idem, página 2



Revista “Arquitectura” nº 36, Novembro 1950, (páginas 4-5) – Moradia na cidade do Porto

Revista “Arquitectura” nº 41, Março 1952 (Capa, página 23) – Exposição do Grupo ODAM

Ficava consagrado nas suas conclusões que não devia ser “imposta pelos Organismos Oficiais qualquer subordinação a estilos arquitectónicos.”<sup>131</sup> E que a identidade portuguesa de uma obra de arquitectura, sendo um facto cultural contemporâneo, não devia continuar a ser imposta pela imitação dos estilos do passado. Cada período histórico devia distinguir-se pela construção de edifícios com uma concepção e uma expressão plástica que reflectisse os ideais artísticos e os sistemas construtivos contemporâneos – essa era uma responsabilidade dos arquitectos e devia representar o seu compromisso com o progresso do país.

“Quanto ao problema português da habitação”, o Congresso concluiu que, “como medida económica indispensável para a solução do problema da habitação, se [devia]: – adoptar a normalização de elementos-tipo e fomentar a criação e o desenvolvimento de indústrias para a sua produção em larga escala...”<sup>132</sup>

A racionalização dos sistemas construtivos, e a substituição progressiva do trabalho manual pelo trabalho mecânico, tornavam-se passos indispensáveis para combater o défice de habitação. E como a expressão plástica da arquitectura devia traduzir esses sistemas construtivos, então a linguagem arquitectónica passaria a reflectir a racionalidade da sua concepção e da sua execução.

Além disso, a necessidade de uma resposta eficaz que exigia também uma racionalização de recursos, tornava impraticável “a modalidade única de moradias unifamiliares isoladas”. O Congresso propunha, “ainda que a título experimental”, a construção em altura de blocos de habitação multifamiliar.

“– Que, para proporcionar equitativamente e em boas condições funcionais e económicas, alojamento às grandes massas da população – e por se tornar impraticável, para esse efeito, a modalidade única de moradias unifamiliares isoladas – devem ser revistos os métodos em uso, adoptando-se, ainda que a título experimental, o princípio da construção multifamiliar em altura integrada em planos racionais de urbanização, e com as indispensáveis condições de insolação e arejamento garantidas por largos espaços verdes adjacentes.”<sup>133</sup>

<sup>131</sup> Idem, página 4

<sup>132</sup> Idem, página 5

<sup>133</sup> Idem, página 5

Por inúmeras formas, implícitas, ou mais ou menos explícitas, as conclusões do Congresso eram quase sempre orientadas pelos princípios de racionalidade funcional que integravam as conquistas da era industrial, e conduzidas para a adopção das medidas codificadas pelo sistema de linguagem da arquitectura do Movimento Moderno, e expressas na “Carta de Atenas”.

Mas a expressão “Carta de Atenas” só é usada no final. Nos parágrafos destinados a “... disposições gerais a observar na resolução dos problemas do urbanismo e da habitação”, ficou consagrado que se deviam encara “objectivamente os princípios expressos na «Carta de Atenas» sempre que se [apresentassem] problemas em fases idênticas às que deram origem ao seu enunciado, e não esquecendo nunca que a sua aplicação [devia] fazer-se em estreito contacto com as realidades nacionais.”<sup>134</sup>

A “Carta de Atenas” tinha sido redigida por Corbusier como enunciado das resoluções do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), que se realizou em 1933, a bordo de um navio em cruzeiro pelo Mediterrâneo, tendo Atenas como porto de destino, e tendo como tema a Cidade Funcional. A sua tradução para português começou a ser publicada na revista “Arquitectura” no nº20, de Fevereiro de 1948, e publicou-se, em 11 capítulos, em todas as edições até ao último número do ano seguinte, nº32, Ago./Set. de 1949.

Uma nota editorial que introduz a publicação do primeiro capítulo explica que durante o Congresso foram analisadas 33 cidades e debatidas as medidas – “propostas para fazer face ao lamentável estado de coisas a que se chegou nos núcleos urbanos, em matéria de condições de vida.”<sup>135</sup> Nessa nota, os editores de “Arquitectura” justificam o interesse da sua publicação naquele momento –

“Já vão decorridos mais de quinze anos desde a elaboração da «Carta de Atenas» e a sua actualidade e o seu interesse aparecem cada vez maiores.”<sup>136</sup>

O documento tinha sido publicado pela primeira vez num número tripló da revista oficial da “Câmara Técnica da Grécia”, “Annales Techniques”, (nº 44, 45, 46) editado em Novembro de 1933, numa edição bilingue, em grego e em francês.<sup>137</sup> Mas, na edição que serviu de base à tradução para português,<sup>138</sup> uma edição comentada, publicada em França pelo grupo “CIAM-France” em 1941, durante a segunda guerra mundial, os editores franceses também defendiam a sua actualidade –

“A Carta de Atenas é comentada pela primeira vez na presente obra que se publica em França, em 1941. Este documento verdadeiramente revolucionário, tem uma importância extraordinária, pelo facto de que na hora presente, no mundo inteiro, catástrofes e destruição adicionam os seus efeitos.”<sup>139</sup>

#### (Habitação colectiva moderna em Lisboa, 1952/54)

Durante a realização do I Congresso Nacional de Arquitectura, em Junho de 1948, os congressistas visitaram o Bairro de Alvalade, que ainda não tinha naquele momento edificios concluídos.<sup>140</sup>

Designado inicialmente “Plano de Urbanização da zona sul da Avenida Alferes Malheiro”, o bairro de Alvalade foi desenhado por João Faria da Costa em 1944.

---

<sup>134</sup> Idem, página 6

<sup>135</sup> “A Carta de Atenas”, revista “Arquitectura” nº20, Fevereiro 1948, p. 23

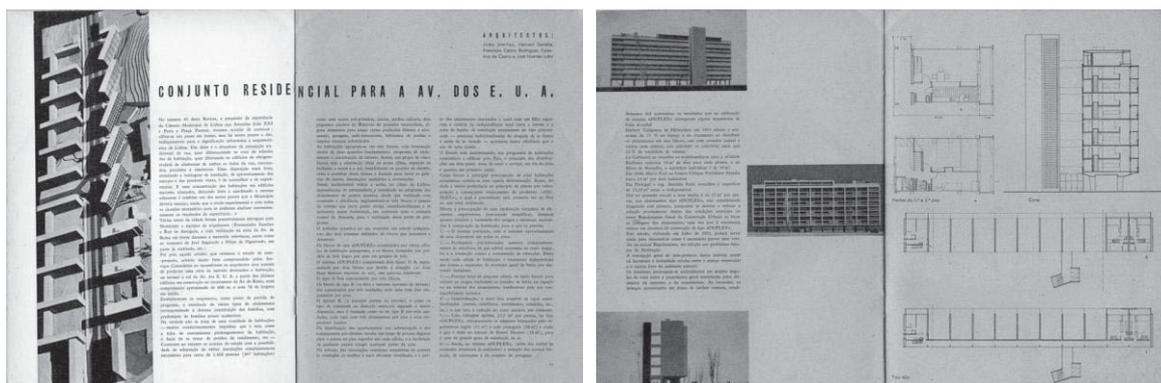
<sup>136</sup> Idem, página 23

<sup>137</sup> “A Carta de Atenas – Conclusão / Missão”, Grupo CIAM-France, revista “Arquitectura” nº32, Ago./Set. 1949, p. 18

<sup>138</sup> “Tradução de Maria de Lurdes e Francisco Castro Rodrigues”, Idem, p. 18

<sup>139</sup> Idem, página 18

<sup>140</sup> “1º Congresso Nacional de Arquitectura”, edição fac-simile da Ordem dos Arquitectos, Conselho Directivo Nacional, Lisboa 2008. Ver Programa do Congresso e imagem da pág. 18, “O Congresso e «os verdes anos» 50, Ana Tostões, pp. 11-21.



Revista “Arquitectura” nº 50/51, Nov./Dez. 1953 (páginas 18-19, 20-21) – Habitação colectiva na Av. EUA

Era uma das apostas urbanísticas do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e simultaneamente Ministro das Obras Públicas,<sup>141</sup> Duarte Pacheco, e estava incluído no Plano Director realizado entre 1938 e 1948 por Étienne de Gröer, que previa uma série de expropriações de terrenos rurais em áreas de expansão urbana da cidade de Lisboa.<sup>142</sup>

O bairro era limitado a Norte pela Avenida Alferes Malheiro, actualmente Avenida do Brasil, do lado nascente pela Avenida do Aeroporto, actualmente Gago Coutinho, a sul pela linha de caminho-de-ferro, e a poente pelo Campo Grande. Tinha uma área de 230 hectares, e destinava-se à construção de alojamento para 45 000 habitantes –

“31 000 distribuídos por habitações colectivas de renda económica, 9 500 em habitações de renda não limitada, 2 000 em moradias unifamiliares de renda económica e 2 500 em moradias unifamiliares de renda não limitada”.<sup>143</sup>

Em “Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50”<sup>144</sup>, Ana Tostões analisa a importância do problema da habitação colectiva para o debate sobre a arquitectura moderna em Portugal a partir do final dos anos 40. O plano para o Bairro de Alvalade representava naquele momento o território mais relevante para a expansão da cidade de Lisboa, e a opção de integrar diferentes tipos de habitação, destinados a classes sociais diferentes, representava uma experiência inédita para os modelos de bairro social promovidos pelo Estado até esse momento – onde se tinha generalizado a construção de moradias unifamiliares, e a linguagem arquitectónica adoptada também procurava evitar as referências urbanas – Bairro da Encarnação, Alto da Ajuda, Madredeus...

<sup>141</sup> No dia 1 de Janeiro de 1938 Duarte Pacheco é nomeado presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e partir de 25 de Maio desse ano acumula também as funções de Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

<sup>142</sup> O Bairro de Alvalade foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº33.921, de 5 de Setembro de 1944, e aprovado por despacho ministerial em 24 de Outubro de 1945. (Ver, Ana Tostões, “Alvalade uma experiência pioneira de habitação colectiva...”, “Jornal dos Arquitectos” nº204, Jan./Fev. 2002, pp. 42-47)

<sup>143</sup> Ana Tostões, “Jornal dos Arquitectos”, Idem, p. 43

<sup>144</sup> “Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50”, Ana Tostões, publicações FAUP, Porto 1997 (1ª Edição da autora, 1994)

“O novo conjunto, que integrou variados regimes de construção, desde as casas de renda económica financiadas pela Previdência, até às casas de renda limitada e de renda livre, traçava irreversivelmente o desenvolvimento oriental da cidade, com um sentido de desenho urbano e tradicional que viria a ser subvertido, no decorrer da sua implementação, pontualmente com sucessivos traçados racionalistas que começavam a aplicar os princípios da Carta de Atenas.”<sup>145</sup>

De facto, o desenvolvimento do plano do Bairro de Alvalade, durante mais de uma década seria, em Lisboa, o principal cenário onde se começavam a ensaiar as soluções propostas pela arquitectura moderna internacional e a aplicar os princípios expressos na Carta de Atenas.

Primeiro o conjunto de blocos para a Avenida D. Rodrigo da Cunha de Joaquim Ferreira, em 1948, depois o Bairro das “Estacas” – “Desenvolvido a partir de 1949 por Formosinho Sanchez e Ruy Jervis d’Athouguia, propunha uma série de blocos perpendiculares ao eixo viário, em substituição dos tradicionais quarteirões previstos no plano...”<sup>146</sup>

Entre 1951 e 52, os blocos de habitação colectiva na Avenida EUA, de Celestino de Castro, Hernâni Gandra, João Simões, Francisco Castro Rodrigues e José Huertas Lobo, embora nunca construídos. No cruzamento das duas mais importantes avenidas do bairro, a Av. de Roma e a Av. dos EUA, os quatro blocos-torre com 13 pisos, projectados em 1952 por Filipe Figueiredo e José Segurado, em ruptura com a praça prevista no plano para aquele cruzamento...

Ainda os blocos de habitação colectiva de Manuel Laginha, Pedro Cid e Vasconcelos Esteves, para a Av. dos EUA, de 1955...

Mas, antes disso, a aprovação de um novo regime de arrendamento, em 1947, que estabelecia a figura jurídica do prédio de rendimento com renda limitada, também contribuiria para alterar profundamente o modo de construir as novas áreas de expansão urbana da cidade.

“A experiência das avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, apresentada na revista “Arquitectura”, no nº45, de Novembro de 1952,<sup>147</sup> é um caso chave dessa alteração do modelo de expansão da cidade, que permitiria também, na prática, a evolução dos modelos da arquitectura que foram ensaiados nos projectos mais progressistas do Bairro de Alvalade

Na aplicação desse novo regime jurídico, a Câmara passou a vender em hasta pública terrenos municipais para construção, com projectos de arquitectura aprovados e de acordo com planos urbanos de conjunto, coordenados entre si. O método adoptado baseava-se numa intervenção directa da autoridade municipal na elaboração dos projectos de arquitectura, antes de disponibilizar os terrenos aos industriais da construção civil que estivessem interessados em explorar a segunda fase da operação – a construção e venda ou arrendamento dos imóveis. “Porque os projectos seriam estudados em conjunto, [...] mas vendáveis e realizáveis em parcelas.”<sup>148</sup>

“Cada construtor compraria o seu lote perfeitamente limitado, e nele construiria o seu prédio; mas todos os prédios uma vez construídos contribuiriam para a unidade – em vez da desarmonia – da rua, ou da praça que ladeassem.”<sup>149</sup>

---

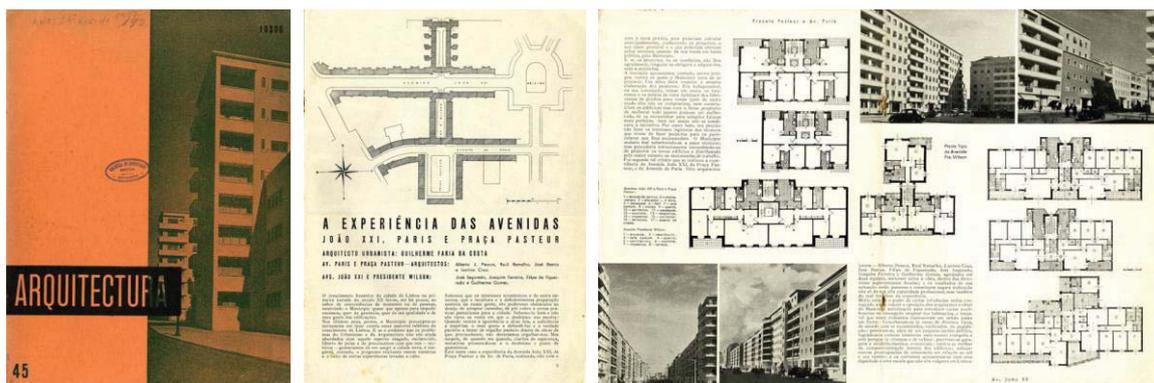
<sup>145</sup> Ana Tostões, Idem, p. 72

<sup>146</sup> Ana Tostões, Idem, p. 72

<sup>147</sup> “A experiência das avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, revista “Arquitectura” nº45, Novembro 1952, pp. 9-14

<sup>148</sup> Idem, página 11

<sup>149</sup> Idem, página 11



Revista “Arquitectura” n° 45, Novembro 1952 (Capa, páginas 9, 12-13) – “A experiência das avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”

A partir de um plano de conjunto de Faria da Costa foram criadas duas equipas, com 8 arquitectos no total. A uma dessas equipas, constituída por Alberto Pessoa, Raúl Ramalho, José Bastos e Lucínio Cruz, foram entregues os projectos de arquitectura dos prédios da Avenida Paris e da Praça Pasteur, à outra equipa, constituída por José Segurado, Joaquim Ferreira, Filipe de Figueiredo e Guilherme Gomes, foram entregues os projectos para as avenidas João XXI e Presidente Wilson.

Este método tinha a vantagem de permitir que a resposta às necessidades crescentes de habitação, em Lisboa, continuasse a ser maioritariamente assegurada pela iniciativa privada – porque mais de oitenta por cento da estrutura urbana da cidade era constituída por prédios de rendimento – mas, simultaneamente, permitia também que a administração municipal tivesse uma intervenção decisiva na escolha dos tipos de habitação que serviam melhor as necessidades reais da população, impedindo a generalização das tipologias mais facilmente rentabilizáveis.

No artigo da revista “Arquitectura”, aquele modelo de urbanização é explicado como um processo coerente, um método racional e lógico que travava a desordem que se tinha instalado. Uma experiência singular que contrastava com a incapacidade do município em regular com eficácia “o crescimento frenético da cidade de Lisboa na primeira metade do século XX”.<sup>150</sup> Interrompia uma prática corrente em que a iniciativa da urbanização das novas áreas de expansão urbana estava completamente entregue à iniciativa dos privados, “em geral antigas quintas ou grupos de quintas”.<sup>151</sup>

“Eram particulares, com efeito, que submetiam à aprovação do Município os traçados de arruamentos e as divisões em lotes. Ofereciam o terreno para as vias públicas de comunicação e construíam-nas até, em casos extremos. Depois, vendiam os terrenos e arrecadavam os lucros da operação; mas como só o lucro os movia, os novos núcleos enfermavam de vícios e inconvenientes de monta: falta de integração dos arruamentos num esquema e num critério geral de circulações; lotes diminutos; excessiva percentagem das superfícies construídas em cada lote; falta de logradouros comuns; falta de espaço para os edifícios de interesse público, em torno dos quais – em boa e sã prática urbanística – se deveriam agrupar as habitações, excessiva densidade da população; falta de unidade, de harmonia e de elevação arquitectónica, etc.”<sup>152</sup>

<sup>150</sup> Idem, página 9

<sup>151</sup> Idem, página 10

<sup>152</sup> Idem, página 10

Depois dum período excessivamente liberal, o poder municipal passou a definir planos para a expansão da cidade, que os promotores deviam respeitar, e passou, depois, a expropriar e urbanizar os terrenos que eram vendidos a esses promotores imobiliários.

Mas na ausência de um projecto de arquitectura que lhes servisse de regra, a construção desses lotes tornava-se difícil de controlar. Cada construtor pretendia sempre exceder as possibilidades admitidas para cada lote – ocupar uma área de terreno maior e construir maior número de pisos. Movia influências e conseguia uma autorização especial, que abria um precedente, invocado depois por todos os outros e convertendo a excepção numa regra.

As condições de habitabilidade dos edifícios construídos eram também sacrificadas aos interesses especulativos – em cada prédio procurava-se sempre o maior número de habitações, e em cada habitação o maior número de divisões, diminuindo as suas dimensões e a qualidade espacial.

“Na mesma rua variava o número de andares, a composição, o espírito arquitectónico, o critério, o conceito. Cada prédio constituía uma unidade diferenciada – propositadamente diferenciada – e os conjuntos não eram conjuntos, mas sucessões de prédios encostados.”<sup>153</sup>

O crescimento excessivamente liberal da cidade da primeira metade do século, orgânico mas completamente desregulado, representava uma ruptura com o crescimento orgânico da cidade histórica, embora sem lhe propor nenhuma alternativa – “revela [...] apenas egoísmo, desordem, ganância e desprezo pelos interesses gerais.”<sup>154</sup>

Na cidade tradicional os bairros históricos eram reconhecíveis como conjuntos urbanos com um carácter próprio, correspondiam a uma estrutura social e à economia de uma comunidade. A construção desses bairros fazia-se ao longo de séculos, respeitando o traçado dos arruamentos que se adaptavam à orografia do terreno. E aí, a existência de espaços colectivos e edifícios singulares, de maior dimensão – palácios, conventos, edifícios institucionais – assegurava a estrutura arquitectónica da cidade.

Essa qualidade da estrutura arquitectónica tinha agora que passar a ser assegurada pelos “edifícios comuns” de habitação, e como a construção de prédios de rendimento era sempre conduzida pelo objectivo do lucro, sem uma preocupação especial pela qualidade da sua arquitectura devia ser o “valor do conjunto” a assegurar a qualidade arquitectónica da cidade.

Foi esse princípio que orientou a experiência das avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur, e que lhe assegurou o êxito.

“Conceberam-se já casas de diversos tipos, de acordo com as necessidades verificadas da população; previram-se, além de um pequeno jardim público, logradouros comuns interiores para recreio tranquilo e sem perigos de crianças e velhos; previram-se garagens e estabelecimentos comerciais, cuidou-se melhor da compartimentação interna dos edifícios; [...] e os conjuntos apresentam-se com uma dignidade e uma escala que não são vulgares em Lisboa.”<sup>155</sup>

Mas os editores do nº45 da revista “Arquitectura”<sup>156</sup>, de Novembro de 1952, acreditavam que se podia ir mais longe, e explorar outras dimensões do planeamento urbano moderno. Era possível abandonar a concepção tradicional da rua corredor que ainda tinha servido de regra naquela experiência.

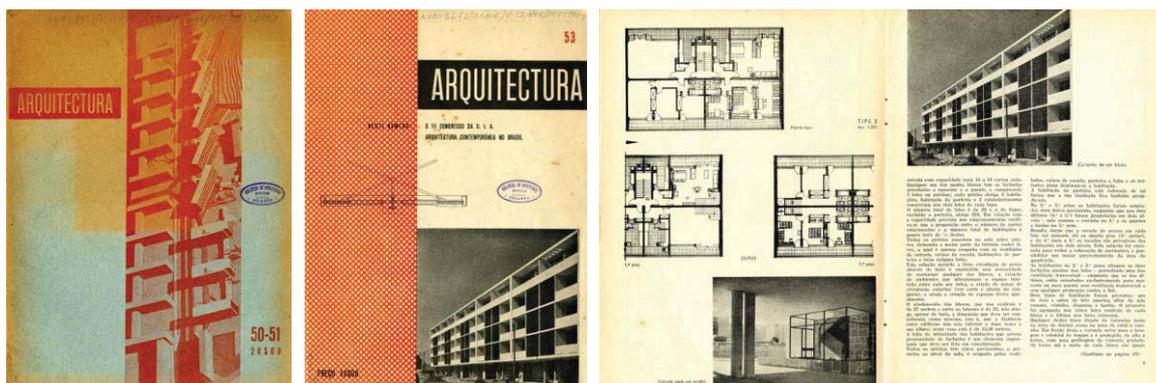
---

<sup>153</sup> Idem, página 11

<sup>154</sup> Idem, página 11

<sup>155</sup> Idem, páginas 12-13

<sup>156</sup> Número organizado por Francisco Castro Rodrigues e Keil do Amaral.



Revista “Arquitectura” nº 50/51, Novembro/Dezembro 1953 (Capa) – A Habitação colectiva na Av. EUA  
 Revista “Arquitectura” nº 53, Novembro/Dezembro 1954 (Capa, páginas 4-5) – “Bairro das estacas”

“Deu-se um passo em frente, mas há novos passos a dar, indispensáveis para a dignificação urbanística e arquitectónica de Lisboa. Um deles é o abandono da concepção tradicional de «rua», quer diferenciando as ruas de trânsito das de habitação (como já se esboçou com pleno êxito em Alvalade), quer libertando os edifícios da obrigatoriedade de se alinharem de ambos os lados da rua, encostados, paralelos e simétricos. Uma disposição mais livre, atendendo a vantagens de insolação e aproveitamento dos espaços e das possíveis vistas é de aconselhar e de experimentar. E uma concentração das habitações em edifícios maiores, afastados, deixando livre e ajardinado o terreno adjacente é também um dos novos passos que o Município devia ensaiar...”<sup>157</sup>

Nos números seguintes, sobretudo entre 1952 e 1954 – porque em 1955 e 1956 a revista editou apenas um número por ano – o tema da habitação colectiva passa a ser um tema frequente nas edições de “Arquitectura”.

Depois de “A experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, publicada no número 45, de Novembro de 1952, “Arquitectura” publica no número seguinte – nº46, Fevereiro de 1953 – um estudo de Pedro Bartolomeu Cid para “Habitações económicas”, organizadas em “duplex” onde a economia da construção é conseguida por uma racionalização extrema da distribuição funcional de cada habitação, e onde o modo de associação e implantação urbana segue os princípios da “Carta de Atenas”.

No nº47, de Junho de 1953, a revista publica pela primeira vez um edifício de habitação colectiva dos arquitectos Arménio Losa e Cassiano Barbosa, depois da publicação de uma série de moradias unifamiliares dos arquitectos do Porto – “Prédio de habitação na rua da Boavista – Porto”.

E no número de Novembro/Dezembro de 1953 (nº50/51) começa uma série de 3 edições, sem interrupção até ao final de 1954, onde a revista documenta duas das mais relevantes experiências de arquitectura e urbanismo modernos projectadas até aquele momento para o Bairro de Alvalade – o ante-projecto dos blocos de habitação colectiva para a Avenida dos EUA,<sup>158</sup> de João Simões, Hernâni Gandra, Castro Rodrigues, Celestino de Castro e Huertas Lobo, e os blocos para a célula 8, conhecidos como “Bairro das Estacas”, da autoria de Formosinho Sanches e Ruy de Athouguia – nº52, de Fevereiro/Março de 1954<sup>159</sup>, e nº53 de Nov./Dez. de 1954.

<sup>157</sup> Idem, página 14

<sup>158</sup> No mesmo número a revista publica um artigo dedicado à “Unidade de habitação de Marselha” (pp. 4-7).

<sup>159</sup> “A II Bienal do Museu de Arte Moderna de S. Paulo”, pp. 7-12. O projecto de Formosinho Sanches e Ruy de Athouguia foi premiado com uma Menção Honrosa na Categoria de Habitação Colectiva.

(1954/1957)

Depois de 1954 a edição da revista volta a sofrer uma quebra de produtividade, como ainda não tinha acontecido desde o início da segunda série. Em 1955 publica-se apenas o nº54, de Abr./Mai., e no ano seguinte, apenas um número duplo, nº55-56, de Jan./Fev. de 1956, dedicado a cidades universitárias. Mas nesse número de 1956 é anunciada uma reorganização da revista – “...entra num novo ciclo da sua existência...”<sup>160</sup> – e o número seguinte, editado em Jan./Fev. de 1957, é organizado por um grupo de arquitectos da nova geração, que não pertencia à constituição original do ICAT, e que abriria de facto um novo ciclo da existência da revista – Carlos Duarte, Frederico Santana, Daniel Santa Rita, Nikias Scapinakis, Nuno Portas – esse seria o último número da segunda série.

---

<sup>160</sup> Editorial, página 2



CAPÍTULO 2  
“Arquitectura”, 3ª Série

CAPÍTULO 2  
“Arquitectura”, 3ª Série

Terceira Série. Número Zero

Nº57-58, 1957 / Os números seguintes / A criação da revista “Binário” em 1958

A reacção ao “Estilo Internacional” e a procura de modelos alternativos

A influência de Bruno Zevi / A actualidade do debate internacional

Os últimos anos da 3ª Série

O início das dificuldades na actividade editorial da revista / Uma publicação informativa da actualidade /  
O fim da 3ª série

No início da 3ª série da revista “Arquitectura”, o ponto de partida teórico dos editores da nova geração representava uma divergência evidente em relação à orientação editorial que tinha sido dada à revista durante a 2ª série pelos editores da geração anterior – a geração do ICAT.

Esse novo pensamento teórico partia de uma reacção contra alguns desenvolvimentos da arquitectura do Movimento Moderno que já eram objecto de discussão no debate internacional desde o final da segunda guerra mundial, e sobretudo desde o início da década de 1950. A reacção contra alguns princípios formais a que se tinham reduzido alguns dos fundamentos da arquitectura moderna do início do século – sobretudo o sistema de linguagem do racionalismo funcionalista.

A nova orientação editorial da revista entrava, portanto, em ruptura com algumas das principais causas que a geração anterior tinha defendido corajosamente, enfrentando as consequências de desafiar o programa ideológico do regime “Estado Novo”. Porque para a nova geração, a necessidade de construir um pensamento crítico próprio da arquitectura era independente da necessidade de resistir ao regime. Nesse momento, a actividade editorial da revista passava a estar dirigida para a procura de modelos alternativos ao “Estilo Internacional”, e para a tentativa de ultrapassar a dimensão estritamente funcional da arquitectura do Movimento Moderno.

Durante os primeiros anos da 3ª série foi decisivo o papel de Nuno Portas, um dos protagonistas da reflexão mais profunda que se fazia na revista, um dos mais esclarecidos na identificação das principais referências internacionais contemporâneas que lhes podiam servir de modelo, e que podiam contribuir para o debate arquitectónico em Portugal, e também um dos mais irredutíveis críticos da linguagem do “Estilo Internacional”.

A expressão “Estilo Internacional” generalizou-se depois da realização da exposição “Modern Architecture – International Exhibition”, em 1932, a primeira exposição de arquitectura realizada no “Museum of Modern Art” (MoMA) de Nova Iorque, criado em 1929.

No período em que se realizou a exposição, entre Fevereiro e Março de 1932, foi publicado um catálogo que documentava as obras expostas com textos críticos de dois dos seus comissários<sup>161</sup> – Henry-Russel Hitchcock Jr. e Philip Johnson,<sup>162</sup> que simultaneamente, publicaram também o livro “The International Style – Architecture Since 1922”,<sup>163</sup> onde procuravam demonstrar que havia na arquitectura moderna europeia uma unidade formal, e um espírito de projecto colectivo e sentido de vanguarda, que faltava na arquitectura moderna americana.

---

<sup>161</sup> Além de um texto de apresentação de Alfred H. Barr Jr. (Director do MoMA), e um texto final de Lewis Mumford sobre “Habitação”.

<sup>162</sup> Nesse catálogo Philip Johnson é referido como Director da Exposição.

<sup>163</sup> “The International Style – Architecture since 1922”, W. W. Norton & Company, 1932

(Edição consultada – “The International Style”, Henry-Russel Hitchcock e Philip Johnson, W. W. Norton & Company, Nova Iorque, Londres, 1995)

Em ambas as publicações, mas sobretudo no livro – “O estilo internacional...” – os autores defendem que existe um “estilo” próprio da arquitectura moderna das vanguardas europeias. Porque, apesar das diferentes formas de expressão entre diferentes autores, de diferentes países, existia nessa arquitectura uma unidade de formal, de linguagem, semelhante à unidade que existia nos “estilos” históricos, em períodos do passado – clássico ou gótico.

Numa “Nota histórica” publicada no início do catálogo da Exposição<sup>164</sup>, os autores identificam a primeira guerra mundial como o momento histórico que define o início do Estilo Internacional. Antes da guerra era possível reconhecer a arquitectura moderna apenas em obras individuais de algumas personalidades isoladas. Mas depois da guerra, essas experiências individuais tinham conquistado uma maior consciência do seu papel colectivo, e os seus autores tinham procurado um maior conhecimento entre si.

Nesse texto, a raiz formal dessa unidade de linguagem – considerada um estilo – era atribuída à influência do Neoplasticismo holandês e do Expressionismo alemão. O Neoplasticismo é descrito como uma evolução do cubismo, e o Expressionismo como uma reacção contra o impressionismo.<sup>165</sup>

No catálogo da exposição, a presença das principais personalidades que representavam a arquitectura americana e a arquitectura europeia estava equilibrada. Frank Lloyd Wright, Raymond M. Hood, Howe & Lescaze, Richard J. Neutra,<sup>166</sup> e Bowman Brothers, representavam a arquitectura americana. Walter Gropius, Le Corbusier, J. J. P. Oud e Mies van der Rohe, representavam a arquitectura europeia. Mas na exposição, para acentuar o contraste, o espaço mais importante era ocupado pela obra de Frank Lloyd Wright e dos quatro representantes da arquitectura moderna europeia.<sup>167</sup> E em “The International Style – Architecture Since 1922”, a presença da arquitectura americana é praticamente insignificante. Frank Lloyd Wright é apenas referido superficialmente nos textos, mas nenhuma obra sua é apresentada nas ilustrações, que representavam a vanguarda do “Estilo Internacional”.

No livro, “The International Style...”, Henry Russell Hitchcock e Philip Johnson enunciam três princípios fundamentais que definiam a arquitectura do Estilo Internacional –

O primeiro princípio – “A arquitectura como volume” – considerava o facto dos edifícios modernos serem construído com uma estrutura em pórtico, através de um sistema de pilares e vigas – em ferro ou em betão – permitindo que o espaço interior fosse definido por superfícies independentes que preenchiam ou revestiam a estrutura. Esse sistema construtivo representava o abandono da parede estrutural, sólida e pesada, e permitia uma grande liberdade de composição.

O segundo princípio – “Relativo ao equilíbrio da composição” – também era uma consequência da maior liberdade de organização dos edifícios que era permitida pelo uso de uma estrutura em “esqueleto”, mas traduzia sobretudo a aplicação de regras de funcionalidade. Este princípio representava o abandono das regras de simetria ou de qualquer tipo de composição clássica.

O terceiro é “A ausência de decoração” – representava o uso de formas simples, adequadas a elementos construtivos “standard”, e à produção industrializada. De acordo com esse princípio a arquitectura do edifício devia depender mais da elegância da suas proporções, da expressão dos materiais e da perfeição da sua execução técnica, do que da aplicação de elementos decorativos ou de um excesso de desenho.

---

<sup>164</sup> “Modern Architects”, edição Museum of Modern Art e W. W. Norton & Company, Nova Iorque 1932.

(Edição consultada – Athena, Babel, Lisboa 2011, edição Fac-símile de um exemplar de 1932 da Biblioteca de Estudos Ingleses da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

<sup>165</sup> “Historical Note”, Philip Johnson, pp. 18-20

<sup>166</sup> Embora Richard Neutra tivesse nascido em Viena (em 1892), tinha ido para os Estados Unidos em 1923 e tinha-se naturalizado cidadão americano.

<sup>167</sup> Isso é afirmado por Henry-Russel Hitchcock no prefácio à edição de 1966 de “The International Style”. (Página 19 da edição consultada)

De facto, para Henry Russell Hitchcock e Philip Johnson, a divulgação do “Estilo Internacional” na Europa depois da guerra, significava que a arquitectura moderna se tinha alargado a um movimento colectivo, e não havia na designação de “estilo” um juízo depreciativo, mas nos anos seguintes, “Estilo Internacional” haveria de se tornar uma expressão maldita.

O facto dessa expressão se referir apenas a qualidades formais da arquitectura moderna. O facto de Hitchcock e Johnson não darem especial atenção aos aspectos sociais das propostas que essa arquitectura representava. O desenvolvimento que teve nos anos seguintes a consciência colectiva desse sistema de linguagem, que se tornou excessivamente dogmático. O excesso de expectativa depositada no papel que podiam representar os encontros dos CIAM, que acabaram por fazer desviar a arquitectura moderna para um excessivo funcionalismo e uma ambição excessiva de universalidade... E depois, também a profunda transformação cultural provocada pela segunda guerra mundial, haveriam de converter o Estilo Internacional num problema. Interpretado por muitos dos protagonistas do debate arquitectónico depois de 1945 como um dos principais obstáculos ao progresso da arquitectura moderna.

### Terceira Série, Número Zero

(Nº57-58, 1957 / Os números seguintes / A criação da revista “Binário” em 1958)

Praticamente desde o início da actividade editorial do ICAT, nos primeiros anos da segunda série que começa em 1946, a organização de cada número da revista “Arquitectura” passou a ser entregue a alguns dos seus sócios que ficavam com a responsabilidade da sua edição, normalmente dois ou três elementos do ICAT em cada número.<sup>168</sup> Essa distribuição de tarefas fica explícita na ficha técnica da revista logo a partir do nº23/24, de Maio/Junho de 1948<sup>169</sup> – número organizado por Bento d’Almeida, Manuel Barreira e Vitor Palla.

Nesses primeiros anos, há edições organizadas por Bento d’Almeida, Manuel Barreira e Vitor Palla (nº23/24, de Maio/Junho de 1948, ao nº30 de Abril/Maio de 1949), por Manuel Barreira, individualmente (nº31 de Junho/Julho de 1949), por Manuel Barreira, com Cândido Palma de Melo e Francisco Conceição Silva (nº32 de Agosto/Setembro 1949), depois por Cândido Palma de Melo e Francisco Conceição Silva (do nº33/34, Maio 1950, ao Nº38/39 de Maio 1951). E até ao final da segunda série, participam também nessa actividade editorial, Celestino de Castro, Huertas Lobo, Francisco Castro Rodrigues e Hernâni Gandra (que organizam juntos o nº40 de Outubro de 1951), e ainda Keil do Amaral, Rafael Botelho, e Manuel Taíña, que não pertencia à sociedade “ICAT”.

Na edição do penúltimo número da segunda série, nº55/56, de Janeiro/Fevereiro de 1956, dedicada a “Cidades Universitárias”,<sup>170</sup> o editorial refere-se uma vez mais às habituais dificuldades na publicação da revista,<sup>171</sup> e refere-se a uma reorganização da sua redacção e ao início de um novo ciclo.<sup>172</sup>

A partir do número seguinte, nº57/58 de Janeiro/Fevereiro de 1957, a revista passa a ser organizada por uma nova geração de arquitectos, que reconheciam a necessidade de rever os princípios formais do Movimento Moderno e estavam decididos a acompanhar a actualidade do debate internacional. Alguns recém-formados pela Escola de Belas Artes de Lisboa, outros ainda estudantes.

O entusiasmo renovado dos editores da nova geração, que procuraram reunir à volta da revista “Arquitectura” uma série alargada de colaborações e a recriaram como um projecto colectivo, permitiu dar um novo impulso à publicação da revista.

Na ficha técnica dessa edição, a última da segunda série, no final do sumário podia ler-se – “Este número foi organizado por: Frederico Santana, Carlos S. Duarte, Daniel Santa Rita e Nikias Scapinakis”.<sup>173</sup>

---

<sup>168</sup> Lista completa no Anexo 1, Arquivo de Notas Demasiado Extensas.

<sup>169</sup> E foi também declarada por Manuel Taíña num depoimento gravado em 24 de Outubro de 2011. Embora não pertencesse à constituição inicial da sociedade ICAT, Manuel Taíña organiza com Keil do Amaral e Rafael Botelho o nº44, de Setembro de 1952, e participa na edição do penúltimo número da 2ª série da revista.

<sup>170</sup> Nesse número não é referido o nome dos editores responsáveis pela sua organização. Tal como já tinha acontecido na edição anterior, nº54 de Abril/Maio de 1955.

<sup>171</sup> Desde o final de 1953 tinham sido editados apenas 4 números.

<sup>172</sup> “«Arquitectura», com os serviços reorganizados, entra num novo ciclo da sua existência, no qual, a par de uma constante valorização da revista, se procurará alcançar a maior regularidade no que respeita à saída da publicação.” (“Cidades universitárias”, Editorial, revista “Arquitectura” nº55/56, Jan./Fev. 1956, p. 2)

<sup>173</sup> Revista “Arquitectura” nº 57/58, Jan./Fev. 1957, página 1

(Num depoimento publicado no “Jornal Arquitectos” nº239, de Abril/Junho de 2010, Carlos Duarte explica a importância de Frederico Santana na transição da revista, do ICAT para a nova geração.)

Mas, além dos responsáveis pela organização desse número de transição (Nº57/58), e além de outras colaborações mais esporádicas, tiveram ainda participações importantes na edição da terceira série – Rui Mendes Paula,<sup>174</sup> Fernando Gomes da Silva, Hestnes Ferreira, Francisco Silva Dias, Luis Vassalo Rosa, Manuel João Leal, Pedro Vieira de Almeida, Luis Cunha, Leopoldo Castro de Almeida, António Freitas, Eduardo Medeiros, José Silva, José Pacheco, Sena da Silva, Luis Fernandes Pinto, Vasco Lobo... e, claro, Nuno Portas (n. 1934), que embora fosse quase dez anos mais novo do que Carlos Duarte (n. 1926) colaborou na reestruturação da revista desde o primeiro momento e, sobretudo nos primeiros anos, haveria de se tornar num dos seus principais ideólogos.

Nuno Portas e Carlos Duarte foram as duas figuras mais decisivas para o que haveria de representar a acção da revista “Arquitectura” entre 1957 e 1974 – quando se publicou o último número da terceira série. Nuno Portas por ser um dos mais activos e esclarecidos críticos portugueses, e Carlos Duarte pela capacidade de manter a revista em actividade, mesmo quando se acentuaram as dificuldades, sobretudo na última década da terceira série.

E embora a revista não tenha tido sempre a mesma capacidade de influenciar o debate, devido a dificuldades de natureza diversa que se acentuaram nos últimos anos, durante a primeira década da terceira série, depois de 1957, “Arquitectura” teve um papel crucial na mobilização de um grupo alargado de arquitectos que passaram a procurar colectivamente a construção de um pensamento crítico que ajudasse a encontrar respostas adequadas às exigências da realidade da arquitectura, naquele momento.

#### (Nº57/58, 1957)

A edição da revista nº57/58, de Janeiro/Fevereiro de 1957, registada ainda na segunda série e encadernada no formato dessa série anterior (20x25 cm), é verdadeiramente o número zero da terceira série, que só começa oficialmente no número seguinte (nº59, Julho 1957) editado já no novo formato (22,5x31cm). Todos os artigos publicados nesse número zero expressam a nova orientação que seria adoptada nos anos seguintes, e permitem compreender o que viria a representar a edição da revista para a crítica e para o debate arquitectónico em Portugal durante a década de 1960.

Um artigo onde os editores da nova geração criticam o modo como foi conduzido o “Concurso para o pavilhão de Portugal em Bruxelas”,<sup>175</sup> antecipa a publicação do texto “Expo 58”<sup>176</sup> no ano seguinte (nº63, Dezembro 1958), onde Nuno Portas e Fernando Gomes da Silva criticam severamente o carácter abstracto como foi programada a representação portuguesa e o modo como foi instalada a exposição no espaço do Pavilhão – “a total desintegração das partes [...] a ausência de uma ideia-síntese.”<sup>177</sup>

Imediatamente a seguir no alinhamento daquela edição (nº57/58), a apresentação do projecto de Ruy Athougua para “Uma pousada na Nazaré”<sup>178</sup> antecipa também a publicação de “4 Novas Pousadas”, em Setembro de 1958 (nº62) – com projectos de Nuno Teotónio Pereira, Manuel Tainha, João Andresen e Francisco Blasco – e alguns anos depois, em Maio de 1963 (nº78), “Pousada em Bragança” – com projecto de José Carlos Loureiro.

---

<sup>174</sup> Primeiro como editor da revista, e depois como director, substituindo Frederico Santana em 1960.

(Ver documentos relativos à substituição de Alberto Pessoa por Frederico Santana na direcção da revista, e à substituição de Frederico Santana por Rui Mendes Paula no Anexo 1, Arquivo de Notas Demasiado Extensas).

<sup>175</sup> “Concurso para o pavilhão de Portugal em Bruxelas – Exposição Internacional e Universal de 1958”, (AAVV), pp. 2-18

<sup>176</sup> “Expo 58”, Nuno Portas e Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” nº63, Dezembro de 1958, pp. 23-38

<sup>177</sup> Página 24

<sup>178</sup> “Uma pousada na Nazaré”, revista “Arquitectura” nº 57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 19-21

(O artigo não está assinado mas Nuno Portas declarou ser o autor do texto)



Revista “Arquitetura” n° 57/58, Janeiro/Fevereiro 1957, 2ª Série (Capa, páginas 18-19, 21) –  
 “Uma Pousada na Nazaré”

No texto de 1957, uma nota da redacção esclarecia que o projecto para a Nazaré estava incluído num grupo de pousadas que seriam construídas por iniciativa do Ministério das Obras Públicas com projectos “encomendados a alguns dos mais novos arquitectos portugueses”.<sup>179</sup> E nas edições seguintes percebia-se melhor a importância que os editores da revista atribuíam a esses projectos e de que modo esperavam que essas obras pudessem contribuir para a renovação da linguagem da arquitectura moderna e para o debate. Embora reconhecendo as virtudes do projecto de Ruy Athougua,<sup>180</sup> os editores da nova geração acusam-no de ser “realizado dentro de uma compreensão idealista do fenómeno arquitectónico”,<sup>181</sup> e não poupam críticas à adopção de uma linguagem arquitectónica inspirada no espírito do “Estilo Internacional”.  
 Afirma o autor –

“Rui d’Athougua, como muitos outros entre os mais novos arquitectos portugueses, sabe que o velho aforismo, «form follows function», é hoje uma recordação do passado. Neste trabalho, mais do que em qualquer dos anteriores, mostra-se integrado dentro de uma corrente particular do Movimento Moderno, que, desde os tempos já distantes do «Stijl», procura a síntese das artes plásticas através da poética do ângulo recto e das cores primárias»<sup>182</sup>

Ainda nessa edição número zero da terceira série (n° 57/58), a revista publica “Três obras de Mário Ridolfi”,<sup>183</sup> um artigo de Carlos Duarte, onde a linguagem arquitectónica dos projectos apresentados entra em nítida ruptura com a linguagem do projecto de Ruy Athougua para a Nazaré, e o texto também não suscita equívocos. Carlos Duarte não se manifesta intransigente em relação à arquitectura do Movimento Moderno, mas manifesta-se intransigente em relação ao que chama a “mediocre repetição do formulário do Estilo Internacional”,<sup>184</sup> e defende que é o momento de fazer a arquitectura moderna entrar numa nova etapa.

<sup>179</sup> Página 20  
<sup>180</sup> “... Obra funcionalmente válida [...], são particularmente felizes a adaptação do edifício ao terreno [...] e a orientação da zona reservada aos hóspedes, totalmente aberta sobre o mar e obedecendo a um estudo prévio de insolação.” (Página 20)  
<sup>181</sup> Página 20  
<sup>182</sup> Páginas 19-20  
<sup>183</sup> “Três obras de Mário Ridolfi”, Carlos Duarte, revista “Arquitetura” n° 57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 22-25  
<sup>184</sup> Página 22

A informação sobre as obras e os elementos gráficos apresentados nesse artigo eram reproduzidos do nº210 da revista “Casabella-Continuità”, de 1956, dirigida por Ernesto Nathan Rogers<sup>185</sup>, e a análise de Carlos Duarte é construída a partir da leitura do texto de Vittorio Gregotti “Alcune recenti opere di Mário Ridolfi”<sup>186</sup> publicado no mesmo número da revista.

Nesse artigo Carlos Duarte apresenta três obras de Mário Ridolfi construídas na província de Terni – Um edifício de habitação colectiva construído pelo programa INA-casa nos arredores da cidade de Terni, um edifício misto, de comércio no r/c, escritórios no 1º andar e habitação nos andares seguintes, situado na praça principal da cidade de Terni, e incluído no plano para a reconstrução da cidade executado pelo próprio Ridolfi, entre 1945 e 1955, e uma moradia unifamiliar situada também nos arredores da cidade. Nas obras de Terni, tanto a opção pelo sistema construtivo como a organização do espaço, revelavam a preocupação de se adequarem ao clima mediterrânico. No primeiro caso, o uso de alvenaria de pedra e tijolo na estrutura, a grande largura da habitação (12 m), e a opção por aberturas verticais, demonstravam o respeito por esse princípio. Na segunda obra, a estrutura em betão era deixada à vista e preenchida com alvenaria de pedra, também aparente nas paredes exteriores. A habitação unifamiliar era construída também em alvenaria de pedra e vigamento em madeira.

Ridolfi é apresentado por Carlos Duarte como um arquitecto moderno, membro do grupo italiano dos CIAM que, de acordo com Gregotti, tinha um profundo conhecimento daquela região e dava uma atenção especial às qualidades da arquitectura tradicional. Estaria portanto em condições de encontrar uma forma de expressão que permitisse integrar a arquitectura naquele lugar sem “esquecer os ensinamentos do Movimento Moderno”,<sup>187</sup> e sem entrar em ruptura com os seus aspectos culturais e históricos. Carlos Duarte recorda a raiz idealista e universalista do Movimento Moderno, e defende que, naquele momento, se tornava indispensável recuperar as tradições culturais dos lugares, e retomar o contacto com a sua história e com a memória das pessoas. As obras de Mário Ridolfi são apresentadas nesse texto, como “as obras que no campo prático, reflectem tais preocupações intelectuais”.<sup>188</sup>

No artigo da revista “Casabella”, Gregotti interpreta a linguagem da arquitectura que resulta destas opções de Ridolfi como um regresso às linguagens históricas, e compara a moradia unifamiliar de Terni com uma construção românica. No caso do edifício na praça de Terni, a estrutura em betão e a sobreposição de três planos distintos na composição da fachada – com um piso térreo de comércio, outro de escritórios e depois a habitação – e a semelhança do coroamento do edifício pelo telhado com uma cornija, representavam um regresso à tradição compositiva renascentista.

Nas páginas seguintes, “Arquitectura” publica “Nota sobre processos absoluto e de relação em crítica”.<sup>189</sup> Embora dirigido sobretudo para a crítica das Artes Plásticas, esse texto de António Areal, antecipa uma das principais linhas de acção que os editores da revista iriam procurar aprofundar ao longo da terceira série – a produção de crítica arquitectónica. Como haveria de esclarecer Nuno Portas cerca de dois anos depois, no nº66 de Nov./Dez. de 1959, em “A responsabilidade de uma novíssima geração do Movimento Moderno em Portugal”,<sup>190</sup> essa crítica arquitectónica era essencial naquele momento para a renovação e para o progresso da arquitectura portuguesa moderna, e era um passo fundamental para a construção de um pensamento crítico colectivo.<sup>191</sup>

---

<sup>185</sup> A revista “Casabella” foi dirigida por Ernesto Nathan Rogers entre 1953 e 1964, com a designação de “Casabella-Continuità”.

<sup>186</sup> “Alcune recenti opere di Mário Ridolfi”, Vittorio Gregotti, revista “Casabella-Continuità”, nº 210, 1956, pp. 23-25

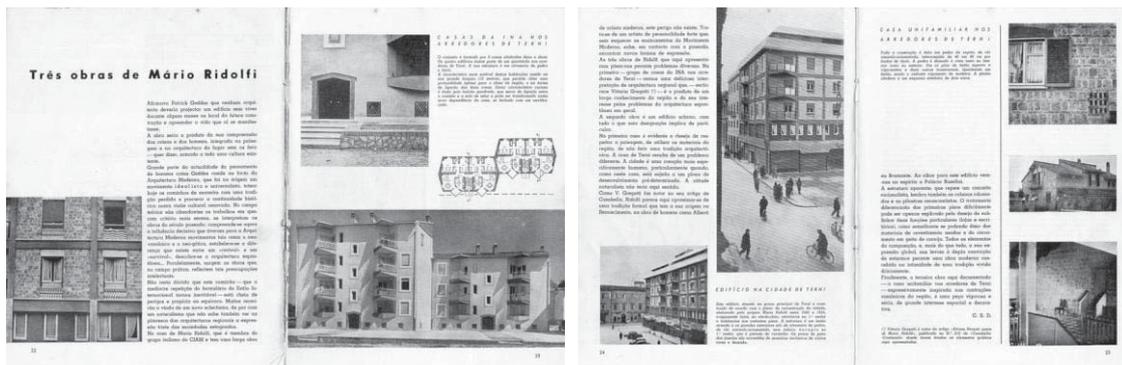
<sup>187</sup> Carlos Duarte, página 24

<sup>188</sup> Página 22

<sup>189</sup> “Nota sobre processos absoluto e de relação em crítica”, António S. Areal, revista “Arquitectura” nº 57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 26-28

<sup>190</sup> “A responsabilidade de uma novíssima geração no Movimento Moderno em Portugal”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº66, Nov./Dez. 1959, pp. 13-14

<sup>191</sup> Tema desenvolvido no Capítulo 5



Revista “Arquitectura” nº 57/58, Jan./Fev. 1957, 2ª Série (páginas 22-25) – “3 Obras de Mário Ridolfi”

“Pensamos que uma importante contribuição para esse debate – que constitui uma das preocupações centrais da revista – seria precisamente o interrogar de uma novíssima geração, não só nas suas ideias e intenções mas sobretudo nas suas obras.”<sup>192</sup>

“No plano nacional a responsabilidade da novíssima geração está, em primeira análise, numa participação corajosa: a de promover um diálogo fecundo, a de procurar um método comum de interpretação da realidade complexa que a solicita, a de abdicar de vocabulários feitos quando possam ser estes factores de abstracção formal.”<sup>193</sup>

Logo no nº57/58 ficava também explícita a importância de Carlos Duarte na edição da revista. Nesse número para além do artigo sobre a arquitectura de Mário Ridolfi em Terni, Carlos Duarte publica com Carlos Calvet outro artigo intitulado “Arte urbana”.<sup>194</sup>

Nesse texto os autores procuram analisar alguns espaços públicos da cidade de Lisboa de um modo que se pudesse comparar ao olhar de um cidadão comum. Procuram analisar até que ponto esses lugares específicos da cidade cumprem a sua função de espaço urbano colectivo na sua utilização quotidiana, e procuram reduzir ao mínimo o nível de abstracção dessa análise. Através dessa observação, bastante elementar, construída por partes, e inspirada num método divulgado numa secção habitual da revista “Architectural Review” dedicada ao estudo de casos concretos de “paisagens urbanas”, os autores procuram chegar a um compreensão do que define verdadeiramente o carácter da cidade.

Nesse primeiro artigo sobre “Arte Urbana”, em que o objecto de estudo é o banco de jardim – imagem da capa dessa edição da revista – são analisados diferentes modelos de bancos e diferentes localizações – o miradouro da Senhora do Monte, o miradouro do Alto de Santa Catarina, o Jardim da Estrela – e é analisado o modo como o seu desenho e a sua colocação no espaço público o torna adequado, ou inadequado, à sua função urbana.

No final da edição nº 57/58, antes de uma secção de “Notícias, exposições, crítica de livros”,<sup>195</sup> dois artigos breves, de apenas duas páginas – “Cobertura com abóbadas conoidais em shed, em betão pré-esforçado”,<sup>196</sup> e “Merceria na Estefânia”,<sup>197</sup> um obra de Conceição Silva – são também reveladores do pensamento dos novos editores, e da nova orientação da revista.

<sup>192</sup> Página 13

<sup>193</sup> Página 14

<sup>194</sup> “Arte urbana”, Carlos Calvet e Carlos Duarte, revista “Arquitectura” nº 57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 29-33

<sup>195</sup> Páginas 38-45

<sup>196</sup> Páginas 34-35

<sup>197</sup> Páginas 36-37

O primeiro é um artigo de Ugo Viale, traduzido da revista “L’Architettura”,<sup>198</sup> sobre a cobertura de uma construção industrial projectada para uma fábrica de cerveja da marca “Peroni”. Apesar da sua aparência meramente técnica, a escolha daquele texto revelava dois aspectos cruciais do pensamento crítico da nova geração. Por um lado, aquela obra representava um exemplo concreto das possibilidades de renovação da linguagem arquitectónica dos edifícios construídos em betão armado, e desmentia a ideia preconcebida de que a linguagem de inspiração cubista do “Estilo Internacional” era uma consequência lógica e praticamente inevitável daquele sistema construtivo.<sup>199</sup> Por outro lado, o facto do artigo ter sido traduzido da revista “L’Architettura – Cronach e Storia”, criada por Bruno Zevi em 1955, revelava uma das linhas do debate internacional que mais influenciava os editores portugueses, e permitia reconhecer os fundamentos sobre os quais se podia esperar que construíssem o seu próprio pensamento teórico. O segundo artigo, “Mercearia na Estefânia”, não deixava de suscitar a comparação com a publicação dum projecto do mesmo Francisco Conceição Silva para uma luxuosa loja “Dior”, no Chiado, algumas edições antes – “Dior, um estabelecimento moderno em Lisboa”.<sup>200</sup> E, de facto, o verdadeiro significado da publicação do projecto para uma mercearia poderia compreender-se melhor dois números depois, no primeiro Editorial<sup>201</sup> da terceira série, publicado no nº60 (Outubro de 1957). Nesse texto, decisivo para compreender o pensamento e as motivações da nova geração, os editores de “Arquitectura” defendem a necessidade duma “atitude realista”, e explicam como pretendem aprofundar o conhecimento sobre a realidade portuguesa.

“Uma nova equipa de trabalho tomou conta da revista «Arquitectura». Os seus representantes desejam, por esse motivo, afirmar uma continuidade de acção na defesa e valorização da actividade dos arquitectos e artistas plásticos.

Em relação à situação da arquitectura, sem se fazer eco de qualquer particularismo estético, pretendem definir, claramente, uma atitude realista, apoiando todas as experiências de aprofundamento da realidade portuguesa, todo o esforço tendente a ligar a criação artística à vida autêntica do nosso povo e da nossa época.”<sup>202</sup>

Nesse primeiro editorial, ilustrado por um desenho de António Alfredo onde um edifício modernista é representado como um fantasma que aterroriza a chegada à cidade de uma família de origem rural,<sup>203</sup> ficava também claro que os editores de “Arquitectura” não se reconheciam nos princípios dogmáticos a que, se tinha reduzido o Movimento Moderno – “pseudo-universalista”, “abstracto”, “[desinteressado] do aprofundamento das condições específicas do meio”, fundamentando a sua linguagem em argumentos de natureza técnica e funcional, e impondo “a uniformização do comportamento humano”.<sup>204</sup>

<sup>198</sup> “Copertura con volte conoidiche a sheds in cemento armato precompresso”, Ugo Viale, revista “L’architettura – Cronach e Storia”, nº7, Maio 1956 (Ano II), pp. 63-64 (Secção “Strutture”)

<sup>199</sup> Nuno Portas refere-se frequentemente a essa possibilidade de renovação da linguagem dos edifícios construídos em Betão.

“... Assim um cubismo tomado à letra e sem dinamismo tolherá mesmo as possibilidades de ensaio de novos sistemas estruturais, porventura mais interessantes à resolução de certos programas ou à natureza de materiais como foi o caso dos betões; e o mesmo se poderia dizer do desinteresse por técnicas e materiais como por exemplo a pedra, o tijolo ou as madeiras...” (“Pioneiros de uma renovação III – Aproximação da realidade”, Nuno Portas, “Jornal de Letras e Artes” nº29, 18 de Abril de 1962, p. 13)

<sup>200</sup> “Dior, um estabelecimento moderno em Lisboa”, projecto de Francisco Conceição Silva com José Bastos, nº52, Fev./Mar. 1954, pp. 4-5

<sup>201</sup> “Editorial”, revista “Arquitectura” nº60, Outubro de 1957, pp. 3-4 (Assinado pelo mesmo grupo que tinha organizado o número 57/58 – Carlos Duarte, Frederico Santana, José Daniel Santa-Rita e Nikias Scapinakis)

<sup>202</sup> Página 3

<sup>203</sup> Página 2

<sup>204</sup> Página 3



Revista “Arquitectura” nº 57/58, Jan./Fev. 1957, 2ª Série (páginas 34-35, 36) –

“Cobertura com abóbadas conoidais em shed, em betão pré-esforçado” e “Uma mercearia na Estefânia”

Revista “Arquitectura” nº 60, Outubro 19557 (página 2) – Desenho de António Alfredo

Mas isso não significava renunciar às conquistas dos arquitectos modernos, das gerações anteriores, que tinham conseguido romper com as enormes limitações que lhes eram impostas por uma sociedade onde nunca se tinha instalado verdadeiramente uma cultura de modernidade.

Os editores da revista propunham iniciar a revisão dos princípios já esgotados do Movimento Moderno internacional, ao mesmo tempo que recuperavam as conquistas valiosas da arquitectura moderna das últimas décadas, em Portugal. Embora pudesse parecer paradoxal, aquele projecto editorial representava sobretudo a expectativa da nova geração nas reais possibilidades de uma continuidade histórica, em vez de uma ruptura com o passado.

(Os números seguintes)

Depois da publicação de “Concurso para o pavilhão de Portugal em Bruxelas” no nº57/58, Nuno Portas e Fernando Gomes da Silva visitam a exposição em 1958 e publicam no número de Dezembro desse ano (nº63) o artigo “Expo 58”.<sup>205</sup> Naquele momento a realização da Exposição de Bruxelas era um tema chave para o debate sobre o carácter internacional da arquitectura moderna e sobre a necessidade de a fazer entrar num novo ciclo, e permitia analisar de que modo se situava a representação de cada país em relação a essa polémica, e de que modo se podia entender o papel do “Estilo Internacional” numa exposição universal.<sup>206</sup> No artigo da revista “Arquitectura”, Nuno Portas e Gomes da Silva manifestam-se bastante contrários ao modo como foi encarado o espírito da representação portuguesa, que consideram um “erro cultural”. Os autores criticam a incapacidade da exposição instalada no pavilhão português para representar a cultura portuguesa. E defendem que a capacidade para representar uma cultura concreta seria a melhor forma de contribuir para o conhecimento dos povos e para a autêntica universalidade da exposição.

<sup>205</sup> “Expo 58”, Nuno Portas e Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” nº63, Dez. 1958, pp. 23-38.

O artigo “Expo 58” está dividido em 3 partes – 1, Posição cultural (pp. 24-25) / 2, A representação internacional na exposição (pp. 26-33) / 3, A representação portuguesa (pp. 34-38).

<sup>206</sup> “Cremos que a Exposição de Bruxelas pôde oferecer aos arquitectos dos países mais diferentes [...] uma possibilidade invulgar de reflectirem sobre a situação, o destino, e sobretudo o significado, do seu fazer arquitectura na presente conjuntura histórica.” (Página 24)

“... Casos como o de Portugal – e há lá muitos mais! – que provêm de um engano! – pois que o que era pedido não era uma feira de amostras, mas sim de povos. Assim se explica, a partir desse erro «cultural», a total desintegração das partes que compõem o Pavilhão português, a ausência de uma ideia-síntese.”<sup>207</sup>

“Universalidade, porém, sabemo-lo já hoje não é o formalismo internacional, numa época em que o movimento moderno pela mão dos seus maiores, sentiu ser necessário repensar formas, mergulhar de novo na realidade, perante os perigos de atitudes abstractas.”<sup>208</sup>

Depois da publicação de “Uma pousada na Nazaré”, ainda no nº57/58, também no ano seguinte, no nº62 (Setembro de 1958), a revista “Arquitectura” publica os projectos para a construção de “Quatro novas Pousadas”,<sup>209</sup> da autoria de Manuel Tainha, Nuno Teotónio Pereira, João Andresen, e Francisco Blasco, para Oliveira do Hospital, Vilar Formoso, Valença do Minho, e Castelo Branco, promovidas pelo Ministério das Obras Públicas e pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI).  
Numa nota da redacção, os editores da revista explicam a importância daquelas obras que estavam ainda por construir.

“«Arquitectura» publica, na abertura do presente fascículo, quatro projectos em torno do mesmo tema. [...]. Estes quatro projectos representam um notável esforço, testemunham os primeiros indícios da concretização de uma etapa decisiva na evolução da arquitectura portuguesa. [...] Porque eles patenteiam uma atitude realista de responder activamente à vida do país, cada um em sua situação e exigências próprias.”<sup>210</sup>

Nessa nota são apontados três aspectos cruciais para o debate, comuns aos quatro projectos. Três argumentos chave para justificar a necessidade de rever os dogmas do Movimento Moderno. O primeiro estava directamente relacionado com o programa dos edifícios, referia-se especificamente ao modo como cada um dos autores tinha encarado a função de “habitar” de um modo individualizado, evitando o carácter repetitivo dos quartos e o carácter neutro, próprio dos espaços colectivos dum hotel. O segundo aspecto era a importância dada em cada um à integração da obra no lugar.<sup>211</sup>  
E o terceiro, em parte era uma consequência dos dois aspectos anteriores, o facto dos quatro autores se recusarem a reduzir o espaço daqueles edifícios à sua dimensão funcional.  
Em qualquer dos quatro casos publicados, o espaço das pousadas era complexo, era possível reconhecer-lhe inúmeras dimensões. Cada obra reflectia por um lado as necessidades próprias do programa – a necessidade de privacidade dos hóspedes num espaço colectivo – mas reflectia, simultaneamente, a necessidade de considerar o espaço exterior, próprio de cada lugar, como um condicionamento importante para a caracterização do interior – a preocupação com a exposição solar do edifício e com o clima, e a atenção à morfologia do terreno, e às relações visuais com a paisagem. Preocupações que condicionavam a configuração do espaço interior e a linguagem arquitectónica adoptada.  
Em qualquer dos quatro casos também, as palavras dos autores dos projectos coincidiam com as preocupações dos editores da revista.

<sup>207</sup> Página 24 (“Posição cultural”)

<sup>208</sup> Página 25 (“Posição cultural”)

<sup>209</sup> “Quatro novas Pousadas”, revista “Arquitectura” nº62, Setembro de 1958, pp. 5-23

<sup>210</sup> Página 5

<sup>211</sup> “2º – Projectados para regiões e ambientes paisagísticos muito diferentes, cremos que em qualquer destes projectos é bem manifesta a procura de uma integração [...] activa no ambiente pré-existente...” (Página 5)



Revista “Arquitectura” n° 62, Setembro 1958 (Capa, páginas 8-9, 15) – “4 Novas Pousadas”

Sobre o “Projecto de uma pousada para Oliveira do Hospital”,<sup>212</sup> escrevia Manuel Tainha –

“Creio que o factor determinante na escolha do sítio para esta pousada [...] foi o seu poderoso valor paisagístico. [...] Importava portanto dar à paisagem todo o relevo e atenção que a sua espectacular beleza suscitavam, sem no entanto ferir a integridade arquitectónica do tema [...]. Nesta medida se considerou a paisagem não como um fim em si mesmo, mas como elemento de valorização do espaço interno da pousada.”<sup>213</sup>

E Nuno Teotónio Pereira, sobre o “Projecto de uma pousada para Vilar Formoso”<sup>214</sup> –

A solução em diversos corpos, originando uma multiplicidade de espaços internos e externos, ajusta-se bem à organização funcional da pousada, à intenção de evitar um edifício volumoso, [...] e ainda à criação de ambientes variados.”<sup>215</sup>

Das características da arquitectura local, além do emprego de materiais tradicionais, tirou-se a predominância das linhas horizontais e a sobreposição nítida das coberturas sobre os paramentos das fachadas.”<sup>216</sup>

Ou, ainda, João Andresen, sobre o “Projecto de uma pousada para Valença do Minho”<sup>217</sup> –

“No seu aspecto plástico, havia que pensar, não no seu estilo, mas sim numa arquitectura de integração no seu ambiente regional e local.”<sup>218</sup>

Passados quase cinco anos, no n°78, de Maio de 1963, a revista publica ainda uma “Pousada em Bragança”,<sup>219</sup> da autoria de José Carlos Loureiro, explicando que aquele projecto se incluía na mesma série de Pousadas encomendadas por iniciativa do SNI publicadas anteriormente no n°62, e esclarecendo que não se tinha publicado simultaneamente com as outras por ser a única que já se encontrava em construção nessa altura, levando os editores da revista a aguardar pelo final da obra para a documentar

<sup>212</sup> Páginas 7-10

<sup>213</sup> Página 7

<sup>214</sup> Páginas 20-23

<sup>215</sup> Página 20

<sup>216</sup> Página 21

<sup>217</sup> Páginas 11-16

<sup>218</sup> Página 14

<sup>219</sup> “Pousada em Bragança”, revista “Arquitectura” n°78, Maio de 1963, p. 13-16

melhor. A pousada de Bragança era a primeira daquela série a ficar concluída. Uma série de projectos que os editores da revista consideravam que representava o “espírito actual” da arquitectura.<sup>220</sup>

No número 60, de Outubro de 1957, onde foi publicado o primeiro Editorial assinado pela nova geração, Carlos Duarte publica o segundo artigo da série “Arte Urbana”, intitulado “A remodelação da avenida”,<sup>221</sup> onde procura contribuir para o debate sobre as alterações que estavam a ser feitas ao perfil da Avenida da Liberdade provocadas pela construção da linha do metropolitano, e que tinham originado uma acesa discussão – “um coro de protestos” – que se tinha generalizado na imprensa diária da capital.

Nesse texto Carlos Duarte retoma alguns dos princípios que já o tinham orientado no artigo anterior, publicado no nº57/58, e que se baseavam na observação do impacto visual causado pelas construções da cidade e na análise das suas consequências para a definição do espaço público. Esses princípios eram uma interpretação de um método que Gordon Cullen tinha aprofundado e divulgado na revista inglesa “Architectural Review” desde o início dos anos 50.

No artigo da revista “Arquitectura”, Carlos Duarte analisa as transformações do desenho do espaço público da Avenida da Liberdade considerando o desaparecimento de algumas árvores, as alterações do pavimento e do gradeamento, a reorganização do mobiliário urbano... Escreve Carlos Duarte –

“Sob o ponto de vista arquitectónico, a avenida tradicional baseia-se em princípios de extrema simplicidade. Do seu traçado rectilíneo, a perder de vista num ponto de fuga distante, resulta uma forma espacial estática e monótona, que é porém contrabalançada pela repetição modulada dos vários elementos de composição (vãos e formas decorativas dos edifícios, árvores, bancos, etc.), que lhe emprestam qualidade de movimento e ritmo.”<sup>222</sup>

Na mesma edição nº60 da revista, ainda Carlos Duarte assina uma recensão da revista inglesa “Architectural Review”,<sup>223</sup> onde critica algumas opções editoriais que revelam uma certa insistência nos princípios formais do “Estilo Internacional” que considera desajustada, mas elogia a sua capacidade de provocar o debate internacional, e define-a como uma das mais brilhantes e influentes revistas daquele momento.<sup>224</sup>

Nessa recensão, Carlos Duarte elogia também a existência de uma secção dedicada à arquitectura comum – “Current Architecture”<sup>225</sup> – onde os editores da “Architectural Review” revelavam a preocupação de não se limitarem a publicar obras de excepção, um erro frequente noutras revistas que faziam um enorme silêncio sobre a realidade da arquitectura anónima das cidades. Porque era essa arquitectura comum a responsável pelo carácter da maioria dos lugares, e que determinava o quotidiano do espaço urbano.

---

<sup>220</sup> “Cumpr-se agora a oportunidade de documentar a primeira pousada de espírito actual que se acaba no país e à qual apenas se seguiu a de Valença do Minho, de João Andresen ...” (“Pousada em Bragança”, revista “Arquitectura” nº78, Maio de 1963, p. 13)

<sup>221</sup> “A remodelação da avenida”, Carlos Duarte (com fotografias de Carlos Calvet), revista “Arquitectura”, nº60, Outubro 1957, pp. 13-19

(Neste artigo Carlos Duarte é indicado como autor do texto e Carlos Calvet como autor das fotografias)

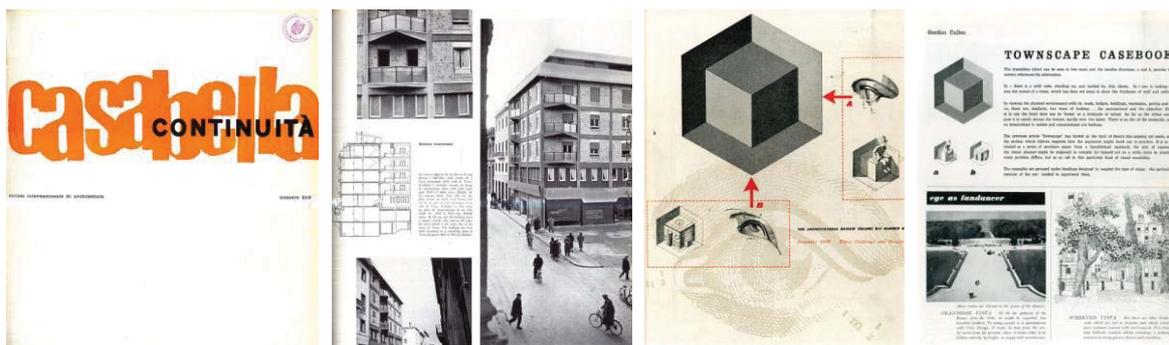
<sup>222</sup> Página 14

<sup>223</sup> “Literatura Arquitectónica (II), The Architectural Review”, Carlos Duarte, revista “Arquitectura”, nº60, Outubro 1957, pp. 55-57

<sup>224</sup> “O que define mais perfeitamente uma revista de arquitectura é a sua posição ideológica frente às obras e aos problemas do seu tempo.

[...] Há também algumas poucas revistas [...] internacionais pelo interesse cultural dos problemas postos e pela difusão, que, pela sua orientação mais original ou mais consequente exercem considerável influência na evolução da arquitectura mundial. *The Architectural Review* [...] é uma dessas poucas revistas de conteúdo e sem dúvida das mais brilhantes e influentes.” (Página 55)

<sup>225</sup> O nome completo era: “Current Architecture — Recent buildings of interest briefly illustrated”.



“Casabella-Continuità” n° 210, 1956 (Capa, página 35) – Mario Ridolfi

“The Architectural Review” n° 636, Dezembro 1949 (Capa, página 363) – “Townscape casebook”

E refere também uma secção dedicada a “paisagem urbana” – designada “Townscape”<sup>226</sup> – que representava uma das contribuições mais sedutoras naquele momento, para enfrentar a ausência de um método específico de intervir na caracterização do espaço público.

Carlos Duarte cita um artigo de Gordon Cullen publicado no n° 679, de Julho 1953, da “Architectural Review”, “Prairie planning in the new towns”,<sup>227</sup> onde o autor inglês explica o significado da expressão “Townscape” –

“Se me pedissem para definir [Townscape], diria que um edifício é arquitectura e dois são «Townscape». Porque a arte de «Townscape» surge quando dois edifícios são justapostos. Imediatamente tomam importância problemas tais como a relação entre os edifícios e o espaço que eles limitam.”<sup>228</sup>

Gordon Cullen já tinha anteriormente publicado, “Townscape casebook”<sup>229</sup>, no número de Dezembro de 1949 da revista inglesa, onde identificava dois modos distintos de percepção visual — uma dirigida a um objecto concreto, e outra que chama “associativa”, que está presente em qualquer experiência visual do quotidiano e que explica o facto das imagens que vemos provocarem emoções. A partir desse princípio fundamental, o autor inicia na “Architectural Review” a análise de uma série de casos de estudo, que chama “casebook”, em que procura compreender de que modo se pode fixar a experiência dos casos concretos e usar esse conhecimento para melhorar o desenho do espaço público.

Ainda no número 60 da revista “Arquitectura” (Outubro 1957), imediatamente a seguir ao artigo de Carlos Duarte da série “Arte urbana” – que representava, provavelmente, a linha do pensamento crítico da nova geração de editores da revista onde mais se manifestava a influência da leitura de “Architectural Review” – imediatamente a seguir no alinhamento desse número, Nuno Portas publica “Arquitectura religiosa moderna em Portugal”.<sup>230</sup> Dois números depois da publicação de “Três obras de Mário Ridolfi”, o texto de Nuno Portas ajudava também a explicar a importância que tinha para a sua geração naquele momento a produção arquitectónica italiana e a leitura da revista “Casabella”.

<sup>226</sup> A expressão “paisagem urbana” como tradução para português de “Townscape” é usada também no livro de Gordon Cullen editado em Portugal pela editora “Edições 70” – 8ª edição, Março de 2008 – publicado pela “Architectural Press”, em 1971, com o título “Concise Townscape”.

<sup>227</sup> Páginas 33-36

<sup>228</sup> Revista “Arquitectura”, página 57 (“Prairie planning in the new towns”, Gordon Cullen, “The Architectural Review”, n°679, 1953, p. 33)

<sup>229</sup> “Townscape casebook”, Gordon Cullen, “The Architectural Review”, n°636, Dezembro 1949, pp. 363-374

<sup>230</sup> “Arquitectura religiosa moderna em Portugal”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” n°60, Outubro 1957, pp. 20-34

Nesse artigo, Nuno Portas apresenta duas igrejas portuguesas contemporâneas – a Igreja Paroquial de Águas, em Penamacor, de Nuno Teotónio Pereira, e a Igreja Paroquial de Santo António, em Moscavide, de António de Freitas Leal<sup>231</sup> – que compara com duas igrejas construídas recentemente em Itália, e publicadas na revista “Casabella”, no nº 208 de Nov./Dez. de 1955 – a Igreja para a comunidade de La Martella, de Ludovico Quaroni, e a igreja para o Bairro INA-casa em Baggio, obra dos arquitectos Luigi Figini e Gino Pollini.<sup>232</sup>

O tema dos edifícios religiosos é apresentado nesse artigo como um caso extremo, onde se manifestam dois aspectos fundamentais do debate internacional sobre a arquitectura moderna. Por um lado, a necessidade dos edifícios religiosos responderem a um programa com exigências que ultrapassam a simples resposta a aspectos de funcionamento, e que tomem em consideração a sua indiscutível importância simbólica. Por outro lado, o facto de uma igreja moderna dever reflectir os desenvolvimentos mais recentes da prática litúrgica contemporânea, mas também, a sua história, reinterpretando uma forma de organização espacial que foi experimentada ao longo de quase dois mil anos.

Nuno Portas refere-se às igrejas italianas citadas como dois dos mais notáveis projectos realizados recentemente em Itália e esclarece que a actualidade do debate sobre a arquitectura religiosa tinha sido provocada pela revista italiana “Casabella”, onde E. N. Rogers debatia com Giancarlo De Carlo as opções controversas de Le Corbusier na capela de Ronchamp,<sup>233</sup> e onde Ludovico Quaroni se referia à necessidade da arquitectura moderna aprender a representar um significado simbólico.

Na verdade, o problema da arquitectura dos edifícios religiosos era apenas um caso extremo, onde se manifestava exemplarmente a dificuldade da linguagem moderna em representar uma dimensão espiritual da existência humana.

Nuno Portas refere-se a à importância dum valor comunicativo e simbólico da arquitectura como uma questão de realismo – integrar uma dimensão espiritual do homem no modo de encarar a construção de cada edifício era a única forma de respeitar a sua existência real, independentemente do autor da obra partilhar ou não os mesmos valores religiosos. A primeira responsabilidade da obra de arquitectura era o respeito pelos homens em todas as suas dimensões, antes do compromisso com qualquer dogma ou estilo. Além disso, a referência a uma obra de Figini e Pollini era importante também porque tinham estado representados na Exposição do MoMA em 1932 – “Modern Architecture – International Exhibition”<sup>234</sup> – com a obra, “Casa eléctrica”, apresentada na Exposição de Monza de 1930<sup>235</sup>. E a mesma obra era apresentada no livro de Henry-Russel Hitchcock e Philip Johnson, “The International Style”.<sup>236</sup>

A igreja em Baggio, de Luigi Figini e Gino Pollini, significava o reconhecimento da necessidade de abandonar a linguagem do “Estilo Internacional”, pelos seus mais legítimos representantes.

---

<sup>231</sup> Igreja de Águas – projecto de 1951. Igreja de Moscavide – projecto de 1953.

<sup>232</sup> “L. Quaroni é sobretudo conhecido como urbanista: co-autor com Ridolfi do polémico bairro romano da Via Tiburtina (v. Casabella nº 215) e com vários do notabilíssimo világio de La Martella (v. Casabella nº 200) onde a igreja se insere; Figini e Pollini dois dos mais categorizados arquitectos milaneses são sobretudo conhecidos pelas suas obras em Ivrea, nomeadamente no complexo da fábrica Olivetti.” (Página 32)

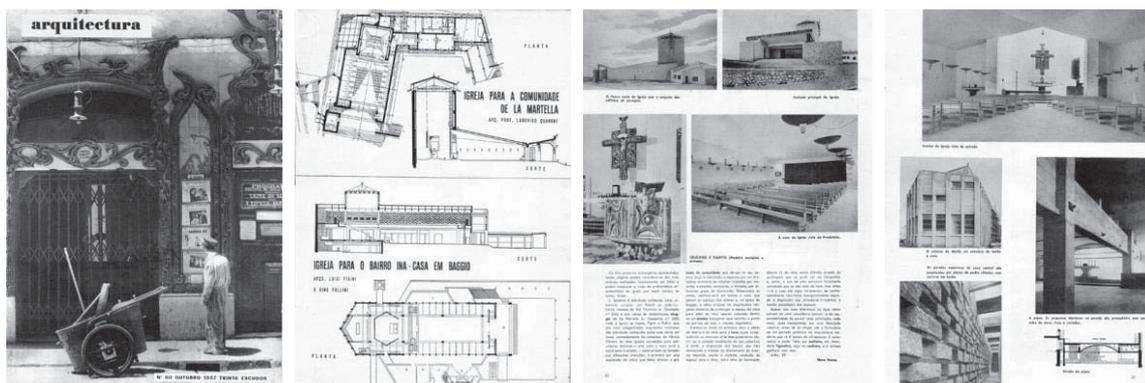
<sup>233</sup> A revista “Casabella” tinha publicado a capela de Ronchamp de Le Corbusier no nº 207, de Setembro/Outubro de 1955, “Il método di Le Corbusier e la forma della ‘Chapelle de Ronchamp’”, E. N. Rogers, pp. 2-6, “La chiesa di ‘Notre Dame du Haut’ a Ronchamp”, Le Corbusier, pp.7-29.

<sup>234</sup> “Modern Architects”, Edição Museum of Modern Art e W. W. Norton & Company, Nova Iorque 1932 (Edição Athena, Babel, Lisboa 2011 – Fac-símile de um exemplar de 1932 da Biblioteca de Estudos Ingleses da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

<sup>235</sup> IV Trienal de Artes Decorativas

<sup>236</sup> “The International Style”, Henry-Russel Hitchcock e Philip Johnson, Edição W. W. Norton & Company, Nova Iorque, Londres, 1995 (Título original, “The International Style – Architecture since 1922”, W. W. Norton & Company, 1932).

Referência à obra de Figini e Pollini na página 26 do catálogo da Exposição no MoMA, e na página 145 da edição de 1995 de “The International Style”.



Revista “Arquitectura” nº 60, Outubro 1957 (Capa, páginas 31-33) – Igrejas de La Martella e Baggio

Destinada a um meio urbano, a igreja de Baggio reflectia a diferença entre dois mundos, um exterior e outro interior, recorrendo ao grande contraste entre a iluminação do espaço do altar – o único com luz natural directa – e o obscurecimento da nave central, destinada aos fiéis e iluminada apenas com pequenas entradas de luz pelos intervalos entre os blocos da parede. A estrutura em Betão era também um importante recurso de caracterização plástica, tanto no interior como no exterior, que contrastava com a pureza volumétrica da igreja de La Martella.

Situada num meio rural, a igreja de La Martella transmitia uma imagem de tranquilidade. A existência de uma torre sobre o espaço do altar, que o prolongava na vertical, e a configuração interior do espaço da nave, exprimiam a realidade de se destinar a acolher uma comunidade no seu interior, e a servir-lhe de referência visual no exterior.

Os dois edifícios eram uma resposta moderna ao programa do culto religioso. Em ambos os casos o facto do altar não ser um limite visual aproximava-o dos fiéis, e um dos aspectos arquitectónicos mais relevantes era responderem às exigências do programa apenas com a preocupação de identificar as necessidades específicas daquele caso concreto – “antes de as afogar sob o formulário de um período polémico da arquitectura que já [era] tempo de ultrapassar”.<sup>237</sup>

Tal como acontecia com as duas igrejas italianas, as igrejas portuguesas situavam-se também, uma num meio rural e outra num meio urbano. O projecto para a igreja de Moscovide é elogiado pela originalidade da prática litúrgica proposta. O interior da igreja era um espaço homogéneo, e a continuidade entre a nave e o altar servia para aproximar os fiéis do ponto fulcral da eucaristia. Além disso, o facto do altar estar avançado em relação à sua posição habitual, e a ocupação do transepto com assentos em vez de capelas laterais reforçavam essa proximidade e davam um novo significado ao espaço do transepto.

Mas o interior era tratado como uma estrutura, um vazio dentro do qual se encaixam as múltiplas funções de uma igreja, recordando portanto algumas regras de composição da linguagem moderna.

Pelo contrário, o projecto de Nuno Teotónio Pereira para Penamacor, do ponto de vista da linguagem arquitectónica, partia do desejo de exprimir com realismo o carácter daquele lugar, e a especificidade cultural da região e da comunidade que o edifício devia servir.

Para além dessa vontade de realismo, havia também um desejo de adequar o edifício à escala humana, que não se manifestava apenas nas dimensões da construção mas também nos materiais e nas técnicas

<sup>237</sup> Página 32

utilizadas, como o uso de granito na grelha que definia o espaço do coro alto no exterior, por cima da entrada da igreja, e que Nuno Portas explicava pela influência do movimento neo-empirista.<sup>238</sup>

Para Nuno Portas a igreja de Águas era um edifício moderno,<sup>239</sup> e do ponto de vista do seu significado para a arquitectura portuguesa, não era um caso isolado. Juntava-se a outros exemplos, alguns já antes publicados na revista “Arquitectura”, outros que viriam a sê-lo em números posteriores – A casa de Ofir de Fernando Távora (nº 59, Julho 1957), as Pousadas para Oliveira do Hospital, Valença do Minho, Castelo Branco e Vilar Formoso (nº 62, Setembro 1958), as propostas para Trás-os-Montes apresentadas no CIAM X (Dubrovnik, 1956) pela representação portuguesa, Alfredo Viana de Lima, Fernando Távora, Octávio Lixa Filgueiras<sup>240</sup> (nº 64, Jan./Fev. 1959), o Bloco das Águas Livres, em Lisboa, de Teotónio Pereira e Batolomeu Costa Cabral (nº 65, Junho 1959), ou as casas de Matosinhos, de Siza Vieira (nº 68, Julho 1960).<sup>241</sup>

Nuno Portas considerava a igreja de Nuno Teotónio Pereira um êxito tanto no plano da composição como na resposta aos principais problemas que enfrentava a arquitectura moderna naquele momento, mas tinha a consciência de que se tratava de um caminho novo para a arquitectura, que estava ainda no início. Essa era uma das razões porque considerava tão importante aquela obra, e essa é também uma das razões porque era importante a construção de um pensamento crítico que permitisse ir fixando essa experiência.

#### (A criação da revista “Binário” em 1958)

Em 1958 foi criada a revista “Binário”. A revista era produzida por uma agência de publicidade,<sup>242</sup> com uma redacção profissional, e era publicada mensalmente. Desse ponto de vista não podia ser comparada com a revista “Arquitectura”.

No primeiro editorial, publicado no nº1 (Abril 1958),<sup>243</sup> a direcção da “Binário” propõe-se encarar o fenómeno da construção como um fenómeno global para o qual deviam convergir em igual medida os saberes técnico, artístico, e cultural. E propõe-se divulgar as matérias relevantes das diferentes áreas de conhecimento envolvidas – arquitectura, design, engenharia, urbanismo, industria – e aprofundar os pontos de contacto entre elas. Os seus editores apresentam a “Binário” como uma revista de “construção”, e não como uma publicação exclusivamente de arquitectura, nem exclusivamente dirigida a arquitectos. E procuravam expressamente evitar que a revista se tornasse excessivamente “culturalista”. Isto é, procuravam evitar que a produção de um pensamento teórico, dominado pelos problemas de natureza cultural, reduzisse a preocupação com os outros temas da arquitectura.

Manuel Taíinha foi convidado a dirigir a revista, e foi director da “Binário” com o seu irmão, engenheiro Jovito Taíinha, até à edição nº10, de Janeiro de 1959. Desde o início dos anos 50, Manuel Taíinha tinha participado na edição de vários números da 2ª série da revista “Arquitectura”, e era conhecido o seu pensamento sobre a situação contemporânea. Eram bastante moderadas as críticas que fazia ao racionalismo e ao Movimento Moderno.

<sup>238</sup> “Somos assim postos diante das exigências que motivaram o importantíssimo movimento neo-empirista, pela sua abdicação de quaisquer preconceitos formais de importação.” (Página 29)

<sup>239</sup> “Revela uma coerência perfeitamente moderna...” (Página 29)

<sup>240</sup> Com colaboração de Arnaldo Araújo e Carvalho Dias (arquitectos estagiários), e Alberto Neves (estudante).

<sup>241</sup> As obras citadas são referidas pelo próprio Nuno Portas, na página 30.

<sup>242</sup> A agência publicitária OVIC era concessionária exclusiva da publicidade da revista, e tinha a sede no nº266 da rua do Ouro, tal como a redacção e a administração da “Binário”.

A criação da revista por esta agência publicitária foi relatada por Manuel Taíinha, num depoimento registado em 24 de Outubro de 2011. (Um excerto desse depoimento está transcrito no Anexo 1 – Arquivo de Notas demasiado extensas)

<sup>243</sup> “Editorial”, (Manuel Taíinha – sem autor identificado) revista “Binário” nº1, Abril de 1958, p.1



Revista “Arquitectura” nº 60, Outubro 1957 (páginas 24, 28-30) – Igreja de Moscavide e Igreja de Águas

Organizou com Keil do Amaral e Rafael Botelho o nº44 de “Arquitectura” (Setembro 1952). No ano seguinte, em dois número diferentes, publica um artigo de Alvar Aalto traduzido por si e antecedido por um texto seu intitulado “Estilo e espaço – Arquitectura”, no nº46 (Fevereiro 1953), e no nº48 (Agosto 1953) divide com Júlio Pomar um artigo sobre a VII Exposição Geral de Artes Plásticas.

De novo, no penúltimo número da 2ª série, nº55/56 de Janeiro/Fevereiro de 1956, dedicado a cidades universitárias, publica o texto “Realizações e tendências actuais”.

Na revista “Binário”, depois da publicação do editorial de abertura,<sup>244</sup> a presença visível de Manuel Tainha na edição da revista é esporádica e discreta. Publica o projecto para a piscina no Tamariz, no nº3 (Junho 1958), assina o editorial da edição nº4 (Julho 1958), e traduz um texto de Steen Eiler Rasmussen sobre a Escola Sindical de Bernau, de Hannes Meyer,<sup>245</sup> que sucede imediatamente o Editorial no alinhamento daquela edição. E escreve ainda um breve comentário ao projecto de Le Corbusier e Janis Xenakis para o “Pavilhão da Phillips” na Exposição de Bruxelas” de 1958, na edição de Novembro/Dezembro de 1958 (nº8/9).

Na revista “Arquitectura” (nº63, Dezembro 1958), Nuno Portas comenta o aparecimento da nova revista e analisa as posições relativas que ocupariam as duas, no panorama das publicações de arquitectura em Portugal. No primeiro número da 3ª série, Nuno Portas tinha iniciado um espaço intitulado “Literatura arquitectónica”, onde era analisado o conteúdo e a orientação editorial de importantes títulos de publicações de arquitectura. Em “Literatura arquitectónica I”<sup>246</sup> Nuno Portas apresenta a revista “L’Architettura, cronach e storia”, dirigida por Bruno Zevi, e em “Literatura arquitectónica II”,<sup>247</sup> Carlos Duarte apresenta “The Architectural Review”. Na terceira publicação dessa secção da revista, de novo Nuno Portas, apresenta a revista “Binário”.<sup>248</sup>

Depois da leitura dos três primeiros números,<sup>249</sup> Nuno Portas manifesta-se bastante reticente em relação aos resultados alcançados, e denuncia a falta de um pensamento crítico, tanto na selecção das obras, como

<sup>244</sup> Que não está assinado

<sup>245</sup> A autoria da tradução desse texto não está identificada na revista, foi o próprio Manuel Tainha que o declarou (num depoimento registado em 24 de Outubro de 2011).

<sup>246</sup> Nº59, Julho de 1957, p. 45.

<sup>247</sup> Nº60, Outubro de 1957, pp. 55-57.

<sup>248</sup> “Literatura arquitectónica III – Binário”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº63, Dezembro 1958, pp. 53-54

<sup>249</sup> Três números até à data da redacção do artigo. Mas, entre a redacção e a sua publicação foram editados mais 4 números que apenas confirmaram as suas preocupações, de acordo com uma nota que acrescentou “*post scriptum*”.

no modo excessivamente descritivo de as apresentar, sem qualquer referência aos problemas de conteúdo arquitectónico ou urbanístico, limitando-se à sua “simples documentação”.<sup>250</sup>

Sobre a revista “Arquitectura”, Nuno Portas reconhece que a orientação dada na nova série – apenas ainda cinco números editados – privilegiava os desenvolvimentos recentes a que se assistia no debate internacional, e entrava em polémica com algumas das formulações do Movimento Moderno generalizadas no período entre guerras na Europa, e defendidas pela anterior direcção da revista, na segunda série. Mas sublinha a existência de uma linha de continuidade no critério editorial, que persistia na defesa da liberdade de pensamento, no direito ao debate e à crítica. No entanto, por ser a única revista de arquitectura publicada regularmente<sup>251</sup> e de alcance nacional, “Arquitectura” defrontava-se com uma responsabilidade acrescida que a obrigava a alargar o espectro das obras e dos autores publicados. Apenas porque, se não o fizesse essas experiências não teriam oportunidade de ser divulgadas, e não participariam do debate.

Portanto, também por essa razão, a revista “Binário” era recebida com interesse e entusiasmo. E a expectativa era ainda maior por se tratar de uma iniciativa que prometia um elevado grau de profissionalismo, e regularidade na sua edição. E pela garantia que representava a escolha dos seus directores, de um elevado nível cultural e crítico. Seguramente, a “Binário” contribuiria para a maior divulgação da arquitectura portuguesa contemporânea de qualidade, deixando mais espaço à revista “Arquitectura”.

Mas Nuno Portas critica a falta de uma preocupação em reflectir sobre a realidade portuguesa, e a ausência de um critério compreensível na escolha das obras publicadas até àquele momento. Para ele era evidente que a revista não se associava a uma corrente culturalmente específica, não exprimia a posição de um grupo, nem defendia um movimento colectivo. Nem se podia interpretar a sua orientação como de defesa dos princípios formais do Movimento Moderno, nem das posições críticas mais recentes que propunham a revisão desses princípios. E por isso, Nuno Portas critica severamente essa ausência de um critério na escolha das obras publicadas. Acusa os editores da “Binário” de privilegiar um tipo de arquitectura que tem na linguagem moderna internacional uma referência extremamente simplista e elementar, e que não aprofunda o paradigma funcionalista até às últimas consequências. Porque a função da arquitectura era servir a vida humana e as circunstâncias da vida, individual e colectiva, e essas circunstâncias tinham-se alterado profundamente nas últimas décadas.

Para Nuno Portas, essa ambiguidade de critérios na revista “Binário” era ainda mais grave, porque a revista se dirigia a um universo alargado de classes profissionais relacionados com a construção, e não exclusivamente a uma classe ou a um grupo cultural. E isso acentuava o risco de se interpretar a modernidade da arquitectura como uma mera abstracção formal, e aumentava desnecessariamente os equívocos originados pela linguagem do Estilo Internacional, que já estavam amplamente identificados e que não fazia sentido prolongar.

Sem uma estratégia definida, sem uma vontade manifesta de manter acesa a reflexão sobre o seu próprio conteúdo, e sendo dirigida a vários sectores da construção a revista arriscava-se a acentuar as divergências entre o domínio da técnica e o domínio da forma, em vez de os aproximar.

Alguns meses mais tarde, depois da publicação do último número da revista “Binário” dirigido por Manuel Tainha (nº10, Janeiro 1959), Nuno Portas comenta a substituição dos directores e avalia muito criticamente a mudança de orientação na revista, dirigida agora pelo engenheiro Aníbal Vieira. Critica a falta de um critério editorial e cultural definido, e considera que é uma publicação sem a menor capacidade para servir de apoio à actividade profissional. E que é uma publicação a menos no domínio da arquitectura.<sup>252</sup> Crítica de novo a ausência de um pensamento próprio, e a ausência de uma posição

---

<sup>250</sup> Nuno Portas, página 54

<sup>251</sup> Embora a periodicidade não fosse constante.

<sup>252</sup> “O fim de uma revista – «Binário» nova série”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº66, Nov./Dez. de 1959, p. 60.

ideológica esclarecida. E lamenta que as qualidades operacionais que tinha elogiado antes – uma equipa administrativa profissional, “remuneração do trabalho intelectual”,<sup>253</sup> a possibilidade de manter uma regularidade na publicação... Lamenta que se tenham convertido num obstáculo à capacidade da revista se afirmar como um órgão de difusão cultural e de apoio à reflexão, individual e colectiva.

A revista “Binário” publicou-se até 1977. Até 1974, continuou a ser dirigida pelo engenheiro Aníbal Vieira, e apesar das críticas de Nuno Portas manteve sempre um elevado grau de exigência na qualidade da arquitectura publicada. Mas, de facto, não rivalizava com a revista “Arquitectura” na capacidade de contribuir para o debate, nem tinha a mesma exigência de produzir uma reflexão crítica sobre a arquitectura que publicava, ou sobre a situação contemporânea. Por isso, nesse período, a revista “Arquitectura” é o principal espaço de debate arquitectónico em Portugal.

---

<sup>253</sup> Idem, página 60

## A reacção ao “Estilo Internacional” e a procura de modelos alternativos

(A influência de Bruno Zevi / A actualidade do debate internacional)

Embora arriscando um certo excesso de simplificação, pode dizer-se que a reacção da nova geração de editores da revista ao “Estilo Internacional”, e a procura de modelos alternativos no debate internacional seguia duas linhas fundamentais.

Por um lado era uma consequência da leitura de “Storia dell’architettura moderna” de Bruno Zevi (1950). Isto é, procurava conhecer a arquitectura de uma terceira geração de arquitectos modernos, que representava, nas palavras do próprio Zevi – “uma cultura post-funcionalista, ou de um segundo funcionalismo”<sup>254</sup> – que se tinha começado a desenvolver na Europa da segunda metade dos anos 30, e a que chamava orgânica. Procurava conhecer “a contribuição finlandesa”,<sup>255</sup> protagonizada por Alvar Alto, “a escola sueca”,<sup>256</sup> protagonizada por Asplund – “movimento que os ingleses denominaram «Novo Empirismo»”<sup>257</sup> – ainda “a experiência urbanística inglesa”<sup>258</sup>, e, claro a obra de “Frank Lloyd Wright”,<sup>259</sup> apresentado por Bruno Zevi como um dos fundadores da arquitectura orgânica juntamente com o seu mentor, Louis Sullivan.

Por outro lado, os editores da nova série da revista “Arquitectura” procuravam actualizar-se em relação ao debate internacional, acompanhando a arquitectura e o pensamento crítico de algumas das personalidades que começavam a conquistar protagonismo nas principais revistas estrangeiras, ou nos encontros dos CIAM, e de quem se sentiam mais próximos – Carlo Scarpa (Itália), Jose Antonio Coderch (Catalunha), Louis Kahn (Estados Unidos) ...

### (A influência de Bruno Zevi)

Em 1950, escrevia Bruno Zevi em “Storia dell’architettura moderna” –

“Quem passeava pela Exposição de Nova Iorque [de 1939, última manifestação internacional anterior à guerra ...] chegaria à conclusão de que, apesar da crise do racionalismo e do incompetente academismo monumental e neodecorativismo, se desenvolvera na Europa uma cultura post-funcionalista, ou de um segundo funcionalismo, em suma, a arquitectura da terceira geração moderna que aqui se chama orgânica. A obra de Alvar Aalto constituía um seguro testemunho.”<sup>260</sup>

---

<sup>254</sup> “História da Arquitectura Moderna”, Bruno Zevi, Editora Arcádia, volume 1, Lisboa 1970/1972, p. 288 (Título original, “Storia dell’Architettura Moderna”, 1950)

<sup>255</sup> Idem, capítulo VI, “O movimento orgânico da Europa”, “A contribuição finlandesa”, pp. 288-305

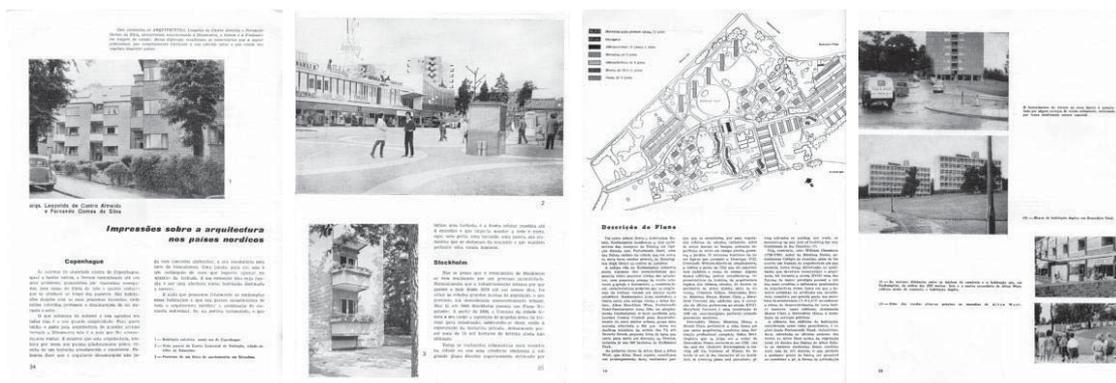
<sup>256</sup> Idem, capítulo VI, “O movimento orgânico da Europa”, “A escola sueca”, pp. 306-311

<sup>257</sup> Idem, p. 324

<sup>258</sup> Idem, capítulo VI, “O movimento orgânico da Europa”, “A experiência urbanística inglesa”, pp. 311-323

<sup>259</sup> “História da Arquitectura Moderna”, Bruno Zevi, Editora Arcádia, volume 2, Lisboa 1973/1979, capítulos XIX “Frank Lloyd Wright”, pp.425-471, e X “A influência internacional de Wright”, pp. 473-491

<sup>260</sup> “História da Arquitectura Moderna”, Bruno Zevi, Editora Arcádia, volume 1, Lisboa 1970/1972, pp. 287-288



Revista “Arquitetura” nº 62, Setembro 1958 (páginas 34-35) – “... Arquitectura nos países nórdicos”

Revista “Arquitetura” nº 72, Outubro 1961 (páginas 14, 20) – “Roehampton, 1961”

E mais à frente, sobre “a escola sueca” –

“Se Aalto, mesmo antes de rebentar a segunda guerra mundial aparecia como o expoente máximo da corrente orgânica europeia, não era ele o único a anunciar os seus termos. Com efeito, o acto de nascimento da tendência orgânica não foi firmado na Finlândia mas na vizinha Suécia, em 1930, por um arquitecto até então pouco conhecido: Erik Gunnar Asplund.”<sup>261</sup>

E sobre “a experiência urbanística inglesa” –

“O único grande país do Ocidente europeu cuja arquitectura se salvou da decadência do racionalismo e das consequentes corrupções monumentais e neodecorativas é justamente o único país que resistiu ao nazismo. [...] Mas o sector em que os ingleses influenciaram originalmente é o do urbanismo.”<sup>262</sup>  
 “Ora os ingleses [...] ao publicarem durante a guerra os primeiros planos de construção – especialmente o de Londres [de 1943] – inauguraram triunfalmente [...] uma nova fase do urbanismo moderno.”<sup>263</sup>

A leitura da revista “Arquitetura” nos primeiros anos da terceira série não deixa uma margem grande para interpretações muito diferentes. As palavras de Bruno Zevi influenciaram decisivamente os arquitectos portugueses da nova geração, e haveriam de os conduzir na procura de modelos internacionais alternativos ao “Estilo Internacional”, na viragem dos anos 50 para os anos 60.

Em Setembro de 1958 (nº62), “Arquitetura” publica o artigo “Impressões sobre a arquitectura nos países nórdicos”,<sup>264</sup> precedido pela seguinte nota editorial –

“Dois elementos de «Arquitetura», Leopoldo de Castro Almeida e Fernando Gomes da Silva, percorreram recentemente a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia em viagem de estudo. Dessa digressão resultaram os comentários que a seguir publicamos ...”<sup>265</sup>

<sup>261</sup> Idem, p. 306

<sup>262</sup> Idem, pp. 311, 313

<sup>263</sup> Idem, p. 316

<sup>264</sup> “Impressões sobre a arquitectura nos países nórdicos”, Leopoldo de Castro Almeida e Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitetura” nº62, Setembro de 1958, pp. 34-38

<sup>265</sup> Página 35

Nesse artigo Leopoldo de Almeida e Fernando Gomes da Silva mostram-se impressionados com a simplicidade desprestigiada daquela arquitectura, com a adequação à escala humana e a qualificação do espaço interior, com o rigor da construção e da expressão plástica dos materiais, com a importância do contacto com a natureza, com a ausência de monumentalidade e formalismos abstractos ou necessidade de afirmação.

Nas cidades de Copenhaga, Estocolmo e Helsínquia impressionou-os a eficiência das redes de transportes colectivos que serviam os novos bairros da periferia e a preocupação com a criação de equipamentos de interesse colectivo – comércio, restaurantes, serviços – como acontecia na cidade satélite de Estocolmo, Vallingby. E, além disso, a intervenção do estado em obras de assistência social, sobretudo habitação, e as enormes restrições criadas a quem pretendesse explorar a construção com propósitos puramente especulativos.

Copenhaga –

“Podemos dizer que o arquitecto dinamarquês não joga com conceitos abstractos; o seu vocabulário está livre de formalismos.”<sup>266</sup>

Estocolmo –

“... Criou-se uma ampla e eficiente rede de transportes – autocarros e metropolitano – que em menos de 1/2 hora coloca no centro de Stockholm o habitante das cidades satélite.

[...] A especulação está completamente limitada por fortes medidas restritivas. É muito difícil para quem, na Suécia, pretenda fazer investimentos na construção de um imóvel com fins puramente lucrativos, obter a necessária autorização para construir...”<sup>267</sup>

Helsínquia –

“Se não fossemos profissionais e se não tivéssemos levado máquina fotográfica ter-nos-íamos esquecido da fisionomia das casas, aliás nosso principal objectivo. É esta discrição, esta humildade da arquitectura finlandesa (como de resto da dinamarquesa e da sueca), que pensamos ser uma importante lição de humanidade e de inteligência.”<sup>268</sup>

Dez edições depois da publicação do artigo de Leopoldo de Almeida e Gomes da Silva, passados cerca de 3 anos, no nº72 de Outubro de 1961, João Reis Machado publica “Roehampton, 1961”<sup>269</sup>, onde analisa os êxitos e os fracassos do plano desenvolvido pelo “London County Council” (LCC) para aquele bairro da periferia de Londres – “a dois quilómetros das margens do Tamisa”<sup>270</sup> – que os editores de “Arquitectura” consideravam um dos mais completos e coerentes exemplos de unidades residenciais construídas no pós-guerra. Onde se concretizavam alguns dos princípios do Movimento Moderno que continuavam actuais enquanto, ao mesmo tempo, se corrigiam outros princípios de planeamento urbano e de linguagem entretanto revistos.

O LCC era responsável pelo planeamento de uma área de 30 mil hectares do território da cidade de Londres, que abrangia uma população de 3,5 milhões de habitantes – “uma superfície três vezes e meia superior à área total de Lisboa”<sup>271</sup> – e a sua actividade representava uma nova orientação na política de construção de habitação por iniciativa pública em Inglaterra. Que passou a representar mais de 75% do

---

<sup>266</sup> Página 34

<sup>267</sup> Página 36

<sup>268</sup> Página 38

<sup>269</sup> “Roehampton, 1961”, João Reis Machado, revista “Arquitectura” nº72, de Outubro de 1961, pp. 9-22

<sup>270</sup> “Roehampton localiza-se a dois quilómetros das margens do Tamisa em ligação directa com Portsmouth Road, uma das linhas radiais da cidade que em cerca da meia hora conduz através de Kensigton High Street ao centro de Londres.” (Página 14)

<sup>271</sup> Página 12

total das habitações construídas, quando no período entre guerras o Estado apoiava apenas 65% da construção do alojamento destinado à classe operária, e não tinha qualquer intervenção na construção de habitação destinada à classe média, que estava completamente entregue à iniciativa privada.

João Reis Machado apresenta o caso de Roehampton como um modelo do melhor urbanismo contemporâneo, que representava a aplicação na prática dos princípios modernos de renovação das cidades, sem abandonar o reconhecimento da importância dos valores urbanos permanentes, adquiridos ao longo da história.

O novo Bairro de Roehampton tinha começado a ser construído em 1952, na propriedade “Roehampton Estate”, encostado à pequena povoação de “Roehampton Village”, a cerca de 10 km do centro de Londres. Entre 1952 e 1955 foi construído o sector Alton East, e em 1955 iniciou-se a construção de Alton West, separados pela Alton Road. Em 1961, quando foi publicado o artigo, a construção do bairro estava quase terminada. O plano procurava tomar em consideração o interesse histórico e as características arquitectónicas particulares do lugar de Roehampton Village, onde existiam palácios e casas de campo construídas pela aristocracia da “City” de Londres.

Em Roehampton Estate – “dentro do perímetro de Alton Estate”<sup>272</sup> – existiam também algumas casas senhoriais do período vitoriano, “Victorian Villas”, que foram mantidas pelo plano do “London County Council” – Mauresa House, Mount Clare, Downshire House.

Roehampton Estate fazia parte de um grande parque com espaços muito diferenciados e vegetação secular – “incluindo, além de zonas densas de bosque, extensas superfícies de relva em campo aberto, pomares e jardins”.<sup>273</sup> E um dos princípios chave aplicados na construção do novo bairro consistia em respeitar a modelação do terreno e preservar as suas características naturais.

João Reis Machado elogia a capacidade do plano para criar espaços públicos diferenciados, com diferentes níveis de privacidade. Mesmo em zonas de construção em altura era possível encontrar áreas individuais de jardim, afastadas das principais zonas de circulação. O autor descreve um percurso pelo bairro explicando que os espaços se sucederem numa descoberta permanente. A surpresa provocada pela experiência de atravessar o espaço público era reconhecida como uma conquista importante em relação aos princípios estritamente funcionalistas, muitas vezes baseados na repetição exaustiva de uma forma ou de uma solução considerada eficaz.

No bairro de Roehampton era possível encontrar uma referência explícita às unidades de habitação propostas por Le Corbusier, nas torres de Downshire Field (Alton West), mas simultaneamente, era possível encontrar também referências aos valores históricos da cidade tradicional.

Além disso, o plano promovia a diversidade na forma de associar as habitações. Essa diversidade manifestava-se tanto em relação à altura e ao volume dos edifícios, como à população a que se destinava. Existiam grupos de casas com menor número de pisos destinadas a casais mais jovens, com crianças, e outros conjuntos apenas com um piso para pessoas idosas.

A dimensão total do bairro não ultrapassava muito a extensão de 1 km, e isso facilitava que os moradores se desloquem a pé nos percursos de ligação aos equipamentos colectivos. No bairro existiam escolas, áreas comerciais, uma área reservada à construção de uma igreja e de um centro comunitário. Estava prevista uma delegação de saúde, consultórios médicos...

Em grande medida, a experiência de Roehampton era admirada pela nova geração de editores da revista “Arquitectura” por fazer coincidir um enorme rigor construtivo, que se manifestava na adequação aos processos industriais de produção da obra, com a inclusão de preocupações de natureza sociológica, que acabavam por ser o aspecto mais determinante da organização do bairro.

---

<sup>272</sup> Página 14

<sup>273</sup> Página 14

“É evidente [...] que os autores do plano conceberam não uma distribuição acidental de indivíduos enquadrada num sistema estático social, mas pelo contrário, tentaram sugerir um conjunto de possibilidades capazes de intervir no enriquecimento de um conceito de vida...”<sup>274</sup>

Passados cerca de dois anos do início da terceira série, no final da edição nº64 (de Janeiro/Fevereiro de 1959),<sup>275</sup> a revista anuncia a morte de Frank Lloyd Wright e anuncia que irá preparar uma edição onde lhe prestará homenagem, num dos próximos números.<sup>276</sup>

Três edições depois, no nº67 de Abril de 1960, a revista publica o texto de uma conferência de Januário Godinho<sup>277</sup> apresentada na sede do Sindicato Nacional dos Arquitectos, em Lisboa, seguido por uma nota biográfica, excertos de textos de conferências de Wright, e uma série de imagens de projectos realizados ao longo de cinquenta anos, entre 1906 (Igreja Unitária em Oak Park, Illinois) e 1956 (Museu Guggenheim, Nova Iorque).

Na conferência do SNA, Januário Godinho refere-se à obra de Wright como um modelo actual, que ajudava a compreender a essência da arquitectura naquele momento, mais do que simplesmente um modelo de arquitectura que era importante recuperar.

Januário Godinho reconhece que a influência de Frank Lloyd Wright na Europa diminuiu entre 1920 e 1945, quando as elites intelectuais europeias se viraram para as escolas racionalista e funcionalista, mas afirma que a recuperação da escola orgânica era a alternativa natural ao fracasso da doutrina racionalista, excessivamente académica, sujeita a regras de composição próprias de um tratado da arquitectura clássica. E que essa escola orgânica estava bem representada do norte ao sul da Europa, tendo Alvar Aalto como um dos seus principais intérpretes, e Bruno Zevi como um dos seus principais defensores.

Wright defendia uma ruptura com a tendência vulgar para depender excessivamente dos mestres. Essa era uma proposta sedutora num momento em que as principais referências mundiais da arquitectura moderna estavam a desaparecer e a provocar um enorme vazio.

Considerava que a arquitectura devia procurar as suas leis, nas leis da natureza, e defendia que qualquer edifício devia ser um prolongamento dessa natureza. Defendia a integração da arquitectura no lugar, e que não era possível considerar um edifício separado do lugar onde ele existia. E essas lições não podiam ser mais actuais.

“Actualmente a arquitectura é, na sua essência, wrightiana, quer dizer, caminha vertiginosamente para uma forma mais sentida e humana, mais inspirada e menos reflectida, porventura menos intelectualizada e abstracta [...].

Findou-se [...] aquela corrente ou escola que desde o fim da primeira guerra mundial imperava na Europa sob o título de «Racionalista», «Funcionalista», etc. tendo por berço [a] célebre Bauhaus...”<sup>278</sup>

“Wright detestava aquilo que ele próprio chamava «canais de pensamento», isto é, detestava os academismos, as fórmulas feitas fosse qual fosse a sua origem. Para ele só a natureza conta como Mestra e fonte de inspiração. Por isso, procurava evitar que os seus alunos o imitassem [...]. Desejava que cada um dos seus alunos [...] descobrisse a sua própria personalidade, sem quaisquer considerações pelas regras feitas.”<sup>279</sup>

---

<sup>274</sup> Página 10

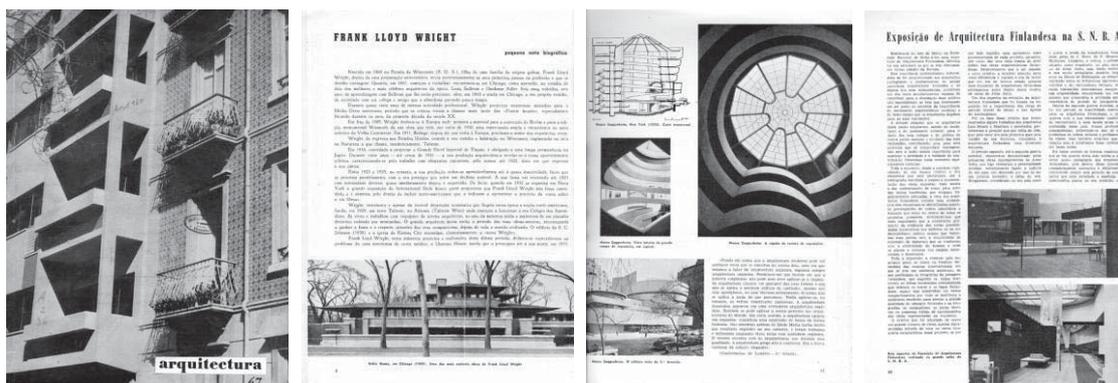
<sup>275</sup> Frank Lloyd Wright morreu em Abril de 1959. O facto do nº64 da revista ser editado com designação de Janeiro/Fevereiro significa apenas que a sua real publicação foi concluída com algum atraso.

<sup>276</sup> “Morreu Frank Lloyd Wright – Com este fascículo em ultimação, chega-nos pelos jornais diários a notícia da morte de Frank Lloyd Wright. [...] A direcção de «Arquitectura», enquanto prepara um trabalho de reflexão sobre uma obra sempre passada em silêncio no nosso país, presta à memória desse grande arquitecto uma primeira homenagem.” (Página 59)

<sup>277</sup> “Frank Lloyd Wright”, Januário Godinho, revista “Arquitectura” nº67, Abril 1960, pp. 3-7

<sup>278</sup> Página 3

<sup>279</sup> Página 6



Revista “Arquitectura” n° 67, Abril 1960 (Capa, páginas 8, 15, 60) –  
 Frank Lloyd Wright e “Exposiçã de Arquitectura Finlandesa na SNBA”

No livro, “The International Style”, Henry-Russel Hitchcock e Philip Johnson, afirmam que Wright está tão próximo de pertencer ao Estilo Internacional como Peter Behrens, na Alemanha, ou Auguste Perret, na França, ou Henry van de Velde, na Bélgica. A obra deles tinha sido determinante para o aparecimento do Estilo Internacional, mas o seu isolamento, e a sua relação com o passado, faziam deles mais os últimos representantes do Romantismo do que os criadores de um novo estilo.

Era compreensível que a obra de Frank Lloyd Wright, que tinha sido excluída do Estilo Internacional desde o início, se transformasse num modelo de resistência contra ele. A obra de Wright tinha estado documentada com protagonismo na Exposiçã do MoMa de 1932 (“Modern Architecture – International Exhibition”), mas a sua arquitectura não representava a arquitectura do Estilo Internacional. Nenhuma obra sua foi reproduzida no livro de Henry-Russel Hitchcock e Philip Johnson. E no catálogo da exposiçã, Wright é apresentado como uma personalidade excepcional da arquitectura americana, e da arquitectura mundial de todos os tempos, mas que dificilmente podia representar um exemplo para a arquitectura moderna, naquele momento.<sup>280</sup>

No final da ediçã n°67 (Abril de 1960), onde se publicou o texto de Januário Godinho, na secçã “Noticiário, exposições, crítica”, a revista “Arquitectura” publica “Exposiçã de Arquitectura Finlandesa na SNBA”<sup>281</sup>, um texto de Hestnes Ferreira que ajuda a compreender a influênci da arquitectura finlandesa na Europa, naquele momento. Essa influênci explicava-se pela importânci decisiva da obra de Alvar Aalto, claro, mas também pela atitude das gerações posteriores, dos arquitectos mais novos, que se tinham afirmado no pós-guerra, e pela importânci dada ao planeamento das cidades. Hestnes Ferreira descreve a atmosfera da exposiçã, que se realizou na Sociedade Nacional de Belas Artes, como a recriaçã de um universo que sugeria a paisagem finlandesa, e que ajudava a compreender a natureza daquela arquitectura.

<sup>280</sup> No texto de apresentaçã da obra de Wright assinado por Henry-Russel Hitchcock. (Páginas 29-37 do catálogo)

<sup>281</sup> “Exposiçã de Arquitectura Finlandesa na SNBA”, Raul Hestnes Ferreira, revista “Arquitectura” n°67, Abril de 1960, pp. 60-61

(Hestnes Ferreira estudou e trabalhou na Finlândia durante um ano, entre 1957 e 1958. A exposiçã realizou-se no mês de Março na SNBA, onde estava também instalada a sede do Sindicato Nacional dos Arquitectos.)

Duas edições depois, no nº69 (Nov./Dez. de 1960), “Arquitectura” publica “Duas obras de Alvar Aalto” – o plano industrial para “Sunila”<sup>282</sup> e o “Plano de urbanização da cidade de Imatra”<sup>283</sup> – lembrando novamente como eram importantes para o debate arquitectónico naquele momento, a obra de Aalto<sup>284</sup> e a experiência de planeamento de cidades dos países nórdicos. A documentação dos dois planos urbanísticos naquela edição da revista é precedida por um texto de Jorge Silva<sup>285</sup> que tinha realizado uma das conferências integradas no programa da Exposição de Arquitectura Finlandesa.<sup>286</sup> Nessa altura realizaram-se duas conferências, uma realizada por Jorge Silva e a outra por Hestnes Ferreira.<sup>287</sup> No texto de Jorge Silva a arquitectura de Alvar Aalto não é classificada como racionalista ou orgânica. O autor descreve a obra de Aalto como um ponto de equilíbrio entre a redução ao estritamente essencial, própria da concepção racionalista, abstracta, e o excesso de desenho da arquitectura orgânica, que procurava integrar uma enorme complexidade de influências exteriores e acabava por dificultar a existência de uma regra e de uma unidade da obra.

O autor recorda como era importante naquela arquitectura a utilização dos sistemas construtivos finlandeses tradicionais. Não só as possibilidades expressivas de materiais como a madeira, o tijolo e o vidro foram exploradas até ao limite, como a sua utilização por Alvar Aalto tinha conduzido a importantes progressos tecnológicos, sobretudo na produção industrial da madeira e do vidro. O modo como explorava a expressão dos materiais naturais – à vista – era também uma demonstração das suas preocupações no domínio da psicologia da percepção do espaço. A utilização da madeira, da pedra, do cobre... o uso da água, tanto em espaços interiores como exteriores, ou de elementos vegetais, contribuíam para criar uma atmosfera onde a natureza era um elemento permanente.

Além disso, Jorge Silva reconhecia em Alvar Aalto uma vontade de integrar os valores permanentes da história da arquitectura, embora de um modo não-literal e não-historicista, mas que era possível testemunhar pela importância que ele próprio atribuía às viagens que tinha feito e ao conhecimento das raízes históricas da arquitectura contemporânea – “ao conhecimento de países como a Itália, com grande tradição arquitectónica”<sup>288</sup> – e que para o autor, ajudava a explicar a sua capacidade de síntese.<sup>289</sup>

#### (A actualidade do debate internacional)

Seguindo a linha editorial que procurava na actualidade do debate, as obras e o pensamento crítico de algumas personalidades chave que pudessem ajudar a encontrar modelos alternativos ao “Estilo Internacional”, logo na edição do primeiro número da terceira série, no nº59 (Julho 1957), a revista publica algumas obras de Carlo Scarpa apresentadas por Nuno Portas.<sup>290</sup>

<sup>282</sup> Páginas 6-8 (Com um excerto de “Space, Time and Architecture” de Siegfried Giedion)

<sup>283</sup> Página 9-16 (Com o texto da “Memória descritiva” de Alvar Aalto)

<sup>284</sup> Alvar Aalto também esteve representado na Exposição “Modern Architecture – International Exhibition” e no livro “The International Style”, com o edifício “Turun Sanomat” (de 1930), em Abo, na Finlândia.

<sup>285</sup> “Alvar Aalto” Jorge C. Silva, revista “Arquitectura” nº69, Nov./Dez. 1960, pp. 3-14

<sup>286</sup> “Durante o período em que a exposição esteve patente ao público, a secção cultural do SNA promoveu duas sessões dedicadas à arquitectura daquele país.

As duas palestras [...] estiveram a cargo de Raul Estnes Ferreira e Jorge Silva [...].

Na sequência desta oportunidade [...] «Arquitectura» proporá no próximo número uma visão de conjunto sobre a produção e o método de Aalto...”

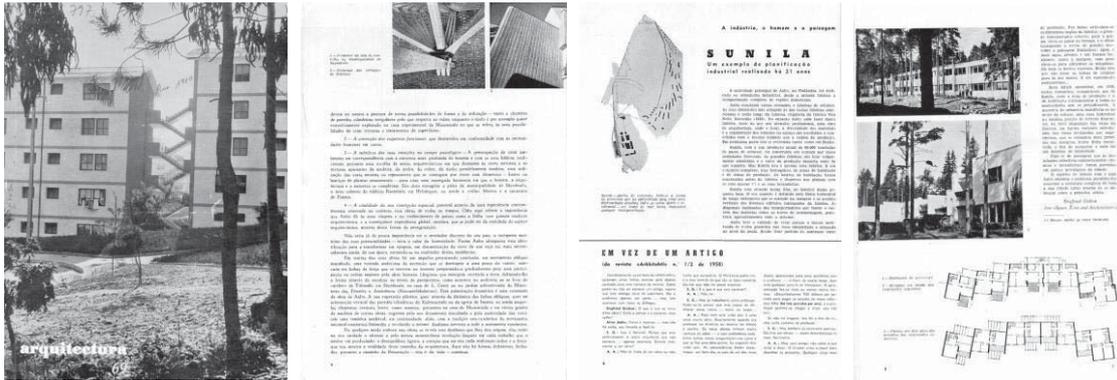
(Revista “Arquitectura” nº67, Abril de 1960, secção “noticiário, exposições, crítica”, p. 61)

<sup>287</sup> Ambos tinham tido contacto directo com a obra de Alvar Aalto.

<sup>288</sup> Página 4

<sup>289</sup> Ainda durante a década de 60, Romeu Pinto da Silva visitou o Sanatório de Paimio, obra da primeira metade dos anos 30, e publicou na revista “Arquitectura”, “Notícia de Paimio”, no nº91 de Jan./Fev. de 1966 (pp. 21-24).

<sup>290</sup> “Carlo Scarpa, um arquitecto moderno em Veneza”, Nuno Portas, revista “Arquitectura nº59, Julho de 1957, pp. 23-29



Revista “Arquitectura” nº 69, Nov./Dez. 1960 (Capa, páginas 4, 6, 8) – “Duas obras de Alvar Aalto”

A análise de Nuno Portas, precedida por um excerto de um texto de Bruno Zevi, que anunciava a recente atribuição a Scarpa do prémio “Olivetti”,<sup>291</sup> esclarece um dos aspectos fundamentais que justificava a divulgação daquela obra na revista, e que ajudava a explicar a sua nova orientação editorial, e o caminho por onde os editores da nova geração pretendiam conduzir nos anos seguintes a procura de modelos internacionais que lhes servissem de referência.

Os editores da nova geração procuravam as obras e os arquitectos que podiam servir de lição quanto ao modo de fazer – quanto ao método. A revista “Arquitectura” não pretendia transformar-se num catálogo de formas disponíveis, ou substituir um sistema de linguagem por outros sistemas de linguagem. Procurava agitar o debate e provocar a reflexão.

Escreve Nuno Portas no final, no último parágrafo –

“Por todos estes aspectos, o exemplo de Scarpa nos parece oportuno – não para servir de uma superficial imitação formal (sendo já tempo de procurar numa revista de arquitectura lições mais profundas) [...] mas para procurar antes a lição do seu método de criação, aqueles aspectos mais profundos em que a obra de um artista se pode tornar numa contribuição dinâmica num momento em que a arquitectura contemporânea revê o longo caminho andado ...”<sup>292</sup>

Além dessa explicação sobre o espírito que conduzia a procura de modelos alternativos ao Estilo Internacional, Nuno Portas identifica alguns dos aspectos fundamentais da obra de Scarpa, que justificavam também a sua importância para o debate naquele momento.

Pelo modo singular de encarar o desenho, e contrariando a incompatibilidade modernista com qualquer espécie de decoração, Carlo Scarpa tratava a forma simultaneamente como construção e como decoração – “recusando um simplismo construtivo ou espacial em todos os elementos da sua arquitectura.”<sup>293</sup>

Por outro lado, e em coerência com esse modo de apreciar uma certa complexidade formal, Scarpa encarava a concepção do espaço com o mesmo espírito. Para ele o espaço não era um vazio apenas com o propósito de conter uma função – “Para ele, o espaço arquitectónico é sempre complexo, dinâmico e psicologicamente intencional ou dramático...”<sup>294</sup>

<sup>291</sup> “Distinção máxima para a arquitectura em Itália.” (Nuno Portas, página 25)  
<sup>292</sup> Página 28  
<sup>293</sup> Página 25  
<sup>294</sup> Página 26

E além disso, um terceiro aspecto determinante para o debate, qualquer obra sua era sempre criada em função de um lugar, nunca era criada em abstracto, nem se podia converter numa fórmula universal – “Scarpa precisa do ambiente pré-existente: precisa de um vínculo externo e anterior e aceita-o como condicionalismo fértil em sugestões para a sua invenção arquitectónica.”<sup>295</sup>

Pelas palavras de Nuno Portas era possível antecipar qual seria a orientação da revista na procura de modelos alternativos ao Estilo Internacional, e era indiscutível a importância do papel que desempenhava Nuno Portas na edição de “Arquitectura” nos primeiros anos da terceira série.

É Nuno Portas quem apresenta na revista as principais figuras que naquele momento podiam representar uma alternativa e ser uma lição importante para o confronto com a realidade portuguesa.

Depois da publicação de Carlo Scarpa, no nº59 (Julho, 1957), a revista publica, em dois números seguidos, projectos e excertos de textos de Jose Antonio Coderch, no nº73 de Dezembro de 1961, e Louis Kahn, no nº74 de Março de 1962, ambos apresentados por Nuno Portas, novamente.

Na apresentação de “5 obras de José A. Coderch e M. Valls Vergés”,<sup>296</sup> no nº73 de “Arquitectura” (Dezembro 1961), para além da qualidade das obras, Nuno Portas justifica a importância da sua publicação na revista também pela proximidade cultural entre Portugal e Espanha, dois países fortemente condicionados por regimes políticos autoritários e repressivos, submetidos a limitações culturais semelhantes.

Coderch era membro dos CIAM e membro fundador do Grupo R,<sup>297</sup> e era uma das figuras mais destacadas da produção arquitectónica catalã contemporânea,<sup>298</sup> onde se distinguiram também Bohigas e Martorel, Ortiz-Echagüe, Lopez Iñigo, Jose Sostres, Antonio Moragas, Correia e Milá.

Coderch representava uma tentativa de recuperar o espírito dos princípios modernos sem se submeter a um sistema de linguagem predefinido. A sua obra era frequentemente publicada em revistas espanholas, e em algumas das mais importantes revistas europeias – “Zodiac”, “Architectural Design”, “Architecture d’Aujourd’Hui”, “Domus”... E tinha sido extensamente documentada na revista “Domus”, na edição nº384, de Novembro daquele ano (1961), onde tinha sido também publicado originalmente o texto – “No son genios lo que necesitamos ahora”<sup>299</sup> – reproduzido também naquela edição da revista “Arquitectura”. Para Nuno Portas uma das principais virtudes da obra daquele grupo catalão, e especificamente da obra de Coderch, podia explicar-se pelo facto dos arquitectos de Barcelona não terem ficado à espera que se esclarecesse qual seria o paradigma da sociedade moderna do pós-guerra, ou qual seria o futuro da arquitectura moderna, para encontrar um sistema de linguagem que se adequasse a cada situação concreta. Paradoxalmente era essa originalidade irrepitível de cada obra que a convertia num modelo.

“É nesta encruzilhada de caminhos em que o arquitectar-para-uma-sociedade-moderna, e à escala das suas necessidades (qualitativas como quantitativas), se não define porque tarda a resolução de condições que lhe são anteriores, é-nos preciosa uma afirmação tão vigorosa no plano da *forma* traduzindo em si mesma as intenções mais vitais, como a que caracteriza a obra destes grupos catalães.”<sup>300</sup>

---

<sup>295</sup> Página 26

<sup>296</sup> “5 obras de José A. Coderch e M. Valls Vergés”, revista “Arquitectura” nº73, Dezembro 1961, pp. 5-18 (“A obra de José A. Coderch e M. Valls Vergés”, Nuno Portas, Idem, pp. 11-12)

<sup>297</sup> O “Grupo R” foi criado em 21 de Agosto de 1951, no atelier de Coderch e Valls, com o objectivo de recuperar o espírito da arquitectura moderna, inspirado na actividade desenvolvida pelo GATCPAC.

<sup>298</sup> “Herdeiros do génio de Gaudi ou da acção de Domenech e organizados mais tarde no GATEPAC sob o impulso de Josep Luís-Sert, reagiram à longa crise criada no pós-guerra formando grupo o R...” (Página 11)

<sup>299</sup> “No son genios lo que necesitamos ahora”, Jose Antonio Coderch, revista “Arquitectura” nº73, Dezembro 1961, pp. 3-4

Página 3 – “Este artigo foi publicado pela primeira vez na revista italiana DOMUS”

Página 14 – “As fotografias desta página foram reproduzidas da [...] revista «Domus», número de Novembro de 1961...”

<sup>300</sup> Nuno Portas, página 11



Revista “Arquitectura” n° 59, Julho 1957 (Capa, página 23) – “Carlo Scarpa...”

Revista “Arquitectura” n° 73, Dezembro 1961 (Capa, página 10) – “... José A. Coderch e M. Valls Vergés”

Por isso Coderch não é apresentado como um Mestre Moderno que pode ser imitado, nem a sua obra como um modelo ideal, que pode ser multiplicado e desdobrar-se em inúmeras adaptações. Aquela obra representava um caso extremo e uma saída possível para a “encruzilhada de caminhos”, que estava a ser encontrada colectivamente, por um grupo, e que tinha um significado cultural coerente.

Desse ponto de vista cultural, a obra de Coderch representava o reconhecimento dos princípios formais modernos, revistos em certa medida pela influência da arquitectura italiana contemporânea, que se manifestava em certas obras por uma forte expressão plástica dos materiais, e pelo recurso a sistemas construtivos tradicionais. Mas representava sobretudo a disponibilidade para encarar cada projecto como um desafio novo.

Nas obras de Coderch e Valls apresentadas no n°73 da revista “Arquitectura”<sup>301</sup> não era possível reconhecer um estilo ou uma linguagem fixa – na casa Ugalde (Barcelona, 1951) e na casa de Camprodón (Girona, 1957) havia dois sistemas de composição muito diferentes, e no entanto, havia entre ambas um enorme sentido de coerência, e um processo e um pensamento arquitectónico comuns.

Era o facto de cada obra não estar limitada por um compromisso formal pré-determinado, que permitia que Coderch se encontrasse perante cada novo programa e cada novo lugar com a possibilidade de acrescentar uma nova experiência à lição aprendida com o Movimento Moderno.<sup>302</sup>

Na edição seguinte, no n°74 (Março 1962), a revista “Arquitectura” publica o texto de uma conferência de Louis Khan,<sup>303</sup> traduzido por Pedro Vieira de Almeida, e apresentado mais uma vez por Nuno Portas.

<sup>301</sup> Casa Ugalde, em Caldetas (Barcelona), 1951 / Prédio de habitação na Barceloneta, 1952 / Conjunto de habitações “La maquinista” (Barceloneta), 1957-59 / Prédio de habitação na “Calle Compositor Bach”, 1959-61 / Casa em Camprodón (Girona), 1957-59

<sup>302</sup> O interesse dos editores da revista pela obra e pelo pensamento dos arquitectos de Barcelona haveria de se acentuar nos anos seguintes. Em 1964, “Arquitectura” publica “Considerações sobre o urbanismo e suas relações com o turismo em Espanha”, no n°81 (Março de 1964, pp. 39-40), um artigo de Federico Correa publicado originalmente no n°55 da revista espanhola “Arquitectura”, editada pelo Colégio de Arquitectos de Madrid (COAM). No n°93, de Maio/Junho de 1966, a revista portuguesa publica de novo uma obra de Coderch e Manuel Vall, “Um hotel em Palma de Maiorca”, e a partir de 1967 sucede-se uma série de publicações que documentam obras dos arquitectos de Barcelona.

<sup>303</sup> Páginas 24-29. Não existe nessa edição da revista nenhuma informação sobre a data, o lugar, ou o título dessa conferência.

A obra de Kahn já tinha sido citada antes na revista por Luis Fernandes Pinto, no nº65 de Junho de 1959 – em “O momento actual da evolução americana”<sup>304</sup> – e haveria de exercer uma influência importante sobre os arquitectos portugueses durante a década de 60.<sup>305</sup> Mas é o texto de Nuno Portas, “Estrutura e forma”,<sup>306</sup> que procura esclarecer o significado cultural da sua obra, e a importância daquele modelo de pensamento para a sua geração.

Tal como tinha feito na apresentação de Coderch e, de certo modo de Carlo Scarpa, Nuno Portas sublinha a importância da obra de Louis Kahn para a actualidade do debate internacional –

“Louis Kahn é um nome hoje em grande evidência no panorama da moderna arquitectura mundial. [...] Lembram-se, além da publicação de obras dispersas, as monografias dedicadas por «Architects Year Book» nº9, «Zodiac» 6 ou «Architectural Design» de Abril de 1961.”<sup>307</sup>

Nuno Portas explica também a importância pedagógica da mensagem de Louis Kahn, por razões semelhantes àquelas que tinham justificado a publicação da obra de Coderch, no número anterior da revista. O seu pensamento e a sua obra representavam um esforço para recuperar o espírito dos “objectivos humanistas” que tinham estado presentes na arquitectura moderna desde o início, mas que começavam a ficar em risco pela repetição sem critério de um vocabulário formal, que se tornava excessivamente académico e que se esvaziava de sentido.

Kahn defendia que era uma responsabilidade do arquitecto reflectir sobre o significado do programa, e sobre o significado do espaço, em vez de se limitar a distribuir funções. E que a forma da arquitectura devia traduzir a estrutura e o significado desse espaço. Mas, além disso, culturalmente, Louis Kahn representava também uma alternativa a algumas das principais linhas por onde se conduzia o debate europeu –

“... Para Kahn a revolta contra uma estagnação da arquitectura não vem, como noutros, de se ter subestimado a «arte nova» ou de deixar cair a actividade profissional numa repetição monótona de «clichés» – mas de se não pensar uma obra até ao âmago, de se não lhe procurar a *forma* de um modo estrutural e significante em relação à sociedade e ao tempo...”<sup>308</sup>

No texto da conferência traduzida por Pedro Vieira de Almeida, Louis Kahn fala da “Forma” que corresponde a uma função ou a um programa como um valor estrutural, e defende que a cada programa corresponde um significado, que implica uma origem histórica e que tem filosoficamente uma vontade própria. É essa vontade própria que determina a “Forma”.

A “Forma” que corresponde a um programa não é ainda o que será o “Desenho” do edifício. O desenho é um caso específico da forma – a forma é anterior ao desenho do edifício. E cada arquitecto deve procurar reconhecer a forma que representa o programa que tem que enfrentar antes de lhe definir o desenho. A “Forma” é aquilo que o programa quer ser...

---

<sup>304</sup> “O momento actual da evolução americana”, Luís Fernandes Pinto, revista “Arquitectura” nº65, Junho 1959, pp. 33-39.

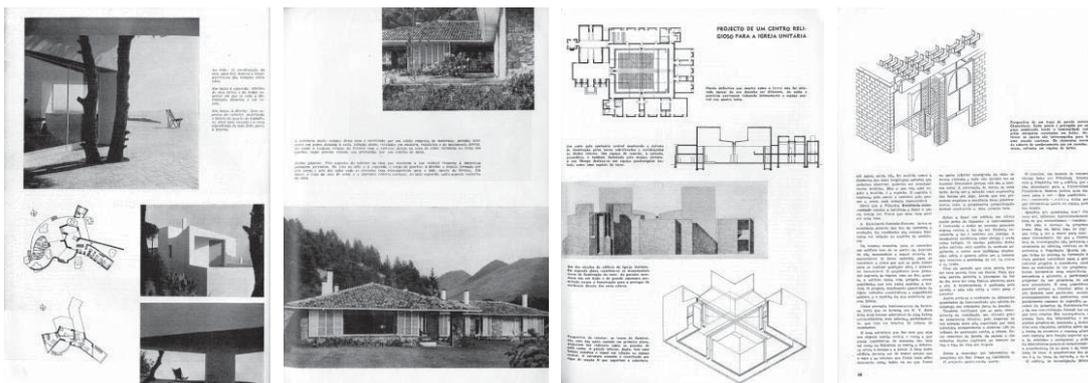
“Bathroom [em Trenton], pelo contrário, traduz a personalidade vincadíssima de Louis Kahn, um arquitecto intransigentemente independente.” (p. 39)

<sup>305</sup> Hestnes Ferreira trabalhou com Louis Kahn, no seu atelier em Filadélfia, entre 1963 e 1965.

<sup>306</sup> “Estrutura e Forma”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº74, Março 1962, p. 23

<sup>307</sup> Página 23

<sup>308</sup> Página 23 (A importância da “Arte Nova” refere-se a uma linha de pensamento frequente no debate italiano, defendida tanto por Bruno Zevi como por E. N. Rogers)



Revista “Arquitectura” nº 73, Dezembro 1961 (páginas 6, 17) – “... José A. Coderch e M. Valls Vergés”  
 Revista “Arquitectura” nº 74, Março 1962 (páginas 25, 28) – Louis Kahn

“Forma é o «o quê», o Desenho é o «como». A forma é impessoal, o Desenho [...] é um acto circunstancial...  
 [...]”

Na minha opinião a estatura de um arquitecto depende mais do seu poder de compreensão do que a casa é, do que da sua maneira de particularizar «uma casa», o que é um acto circunstancial. [...]

As escolas começaram com um homem-ao-abrigo-de-uma-árvore sem que tivesse a noção de que era um professor, discutindo as suas concepções com um grupo doutros que não sabiam ser alunos.”<sup>309</sup>

Compreender a “forma” de uma escola implicava reconhecer o seu espírito original, e desenhar “uma” escola devia significar a aplicação dessa sua dimensão filosófica a um caso específico, a um problema concreto.

Kahn defendia que a existência dessa dimensão filosófica da arquitectura não se aplicava apenas aos edifícios religiosos – que se podia aplicar ao programa de uma igreja, de uma escola, de uma casa... Embora noutros termos, Louis Kahn colocava uma questão semelhante àquela que tinha sido apresentada por Nuno Portas em “Arquitectura religiosa moderna em Portugal” (no nº 60, de Outubro de 1957), a propósito do debate iniciado na revista “Casabella” sobre a necessidade da arquitectura moderna comunicar um significado simbólico e representar uma dimensão espiritual da existência humana. A primeira responsabilidade de uma obra de arquitectura era o respeito pelos homens, em todas as suas dimensões, antes do compromisso com qualquer linguagem ou estilo.

<sup>309</sup> Louis Kahn, página 24

### Os últimos anos da 3ª Série

(O início das dificuldades na actividade editorial da revista / Uma publicação informativa da actualidade / O fim da 3ª série)

As dificuldades na actividade editorial das revistas de arquitectura portuguesas eram habituais, e estão documentadas pelos menos desde a publicação do “Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses”,<sup>310</sup> no século XIX. Motivaram o fim da revista “Arquitectos” em 1942, e provocaram o fim da segunda série da revista “Arquitectura”, e a transição para a terceira série em 1957. Normalmente essas dificuldades associavam problemas de produção editorial e problemas de financiamento. As dificuldades de produção eram sobretudo consequência da falta de uma organização profissional das redacções que permitisse garantir uma regularidade na preparação de cada número. E os problemas de financiamento, que tornavam difícil garantir o pagamento de todas as despesas de impressão e distribuição, eram uma consequência do reduzido universo de leitores, e do escasso volume das receitas obtidas como contrapartida pela publicidade a marcas comerciais.

No Editorial do nº77, de Janeiro de 1963, dirigido “Aos leitores de Arquitectura”,<sup>311</sup> pela primeira vez na 3ª série, os editores da revista lamentam o agravamento das dificuldades económicas que ameaçam a continuidade da sua publicação, e anunciam a necessidade de tomar medidas urgentes.

No Editorial da edição seguinte, nº78 (Maio 1963), “5 anos de trabalho – autocrítica”, os editores da revista fazem uma avaliação da actividade desenvolvida até esse momento, enquanto continuam a procurar um caminho para o que pode ser o futuro da revista. E no final do nº79 (Julho de 1963) editam um “índice geral do material publicado”<sup>312</sup> desde o início da 3ª série.

A sequência desses três números representa um momento importante para a sobrevivência da revista, e representa o início de uma mudança que irá condicionar definitivamente o seu modelo editorial até ao final da 3ª série, em 1974.

### (O início das dificuldades na actividade editorial da revista)

No Editorial do nº77 (Janeiro, 1963) dirigido “Aos leitores de Arquitectura”, há uma referência às dificuldades provocadas pela ausência de uma redacção profissional, e pelo facto de todo o trabalho editorial ser feito de uma forma amadora, mas o principal problema identificado, e que concentrará as atenções dos responsáveis pela revista, é a dificuldade de financiamento.

“Aos leitores de Arquitectura

Não deve surpreender ninguém que uma publicação com as características e as ambições de «Arquitectura», que vive dos próprios meios (e da obstinação de algumas, poucas, pessoas que têm acreditado na missão que ela lhes parece desempenhar), venha sentindo dificuldades crescentes... [...]

Na verdade, através da evolução dos números se vê como o aumento de preço de materiais e mão-de-obra tem incidido progressivamente sobre o custo da produção, e de tal maneira que se torna neste momento

<sup>310</sup> Um excerto de uma nota editorial do “Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes” (nº1, Série 2ª, Tomo II, de 1977) está transcrito no Arquivo de Notas Demasiado Extensas.

<sup>311</sup> “Aos leitores de Arquitectura”, Editorial, revista “Arquitectura” nº77, Janeiro 1963, p. 1

<sup>312</sup> “Arquitectura n.ºs 59 a 77 – Índice geral do material publicado”, revista “Arquitectura” nº79, Julho 1963, pp. 43-44

indispensável tomar medidas urgentes para estabilizar uma situação que, a gravar-se, seria fatal à existência da revista.”<sup>313</sup>

De acordo com o diagnóstico que faziam, os editores apontavam uma série de medidas consideradas “indispensáveis” à sobrevivência da revista. A redacção comprometia-se a controlar os custos de produção e a procurar assegurar uma regularidade maior na sua publicação. Mas, além disso, era necessário aumentar também o valor do financiamento conseguido através da publicidade, aumentar o número de assinaturas, e aumentar a distribuição da revista – não só entre os arquitectos, mas alargando a sua divulgação a outros sectores profissionais.

“... Mas, sobretudo, é essencial o aumento do número de assinaturas, pois só desta forma a revista pode atingir os seus legítimos objectivos. Uma maior difusão, não só entre arquitectos mas também entre profissionais de outros sectores que de algum modo vivam e sintam os problemas de arquitectura parece indispensável e só poderá dizer-se que «Arquitectura» tem uma presença e uma responsabilidade certas quando for possível duplicar o seu campo de acção; desta forma, será também possível geri-la economicamente. [...] Está aberta uma campanha de assinaturas...”<sup>314</sup>

Nesse texto, pedia-se ainda aos leitores da revista que se pronunciassem sobre “o critério de escolha das obras de arquitectura” apresentadas até aquele momento.

“Que nos escrevam fazendo todos os reparos ou sugestões que a revista lhes mereça.  
Que, muito especialmente, se pronunciem sobre o critério de escolha das obras de arquitectura até agora apresentadas e a pertinência do que sobre elas se tem escrito.  
Que nos lembrem a existência de outras obras que porventura tenham escapado à nossa prospecção e lhes pareçam merecedoras de vir a público.”<sup>315</sup>

Por um lado, os editores da revista procuravam uma participação mais alargada dos arquitectos portugueses no debate, mas ao mesmo tempo, por outro lado, havia o risco de um critério comercial começar a sobrepor-se à sua função cultural. Porque a solução encontrada para salvar a revista, significava abdicar de alguns aspectos cruciais do papel que ela tinha representado até esse momento – ser uma publicação independente e polémica, e portanto dirigida a uma minoria, e ser um lugar de debate, e um lugar de investigação, onde o espaço destinado à informação servia sobretudo o propósito de manter actualizado o debate, e onde não se faziam cedências a nenhum interesse comercial.

A revista corria o risco de se tornar demasiado generalista para interessar a profissionais de vários sectores, excessivamente neutra para não excluir nenhuma facção, ou grupo, e insuficientemente polémica para não afastar os interesses comerciais dos seus potenciais patrocinadores publicitários. E, de facto, nos anos seguintes, ao longo de praticamente uma década, até ao final da 3ª série, com as medidas que se anunciavam, a revista “Arquitectura” haveria de se transformar, primeiro numa publicação onde o interesse pela informação da actualidade prevalecia sobre o interesse cultural, e depois, quase numa revista técnica e comercial.

No número seguinte (nº78, Maio 1963), num Editorial intitulado, “5 anos de trabalho – autocrítica”,<sup>316</sup> os editores da 3ª série fazem uma avaliação da produção da revista até esse momento, em função das dificuldades já antes identificadas e das críticas que lhes eram dirigidas.

Os autores desse texto explicam que, nesse período, entre 1957 e 1963, muitos dos artigos publicados tinham sido produzidos a partir de preocupações e de experiências que já estavam organizadas no

<sup>313</sup> “Aos leitores de Arquitectura”, Editorial, revista “Arquitectura” nº77, Janeiro 1963, p. 1

<sup>314</sup> Idem, página 1

<sup>315</sup> Idem, página 1

<sup>316</sup> “5 anos de trabalho – autocrítica”, Editorial, revista “Arquitectura” nº78, Maio 1963, pp. 1, 45

pensamento dos seus autores. Essa é uma explicação crucial para compreender a maior concentração e originalidade da produção editorial nesses primeiros anos, e para compreender a dificuldade em manter essa produtividade ao longo dos 17 anos que durou a 3ª série.

Para manter no futuro esse nível de rigor e profundidade seria necessária uma redacção profissional, mas isso não acontecia naquele momento, e também não era previsível que pudesse vir a acontecer num futuro próximo.

“Sabemos que efectivamente, houve algumas vezes que editar números, aproveitando o material de estudo já feito ou obras mais facilmente conhecíveis e preparáveis para a impressão, em detrimento de uma acção concertada que se sabe exigir uma disponibilidade de redacção com um variado «team» de redactores pronto a concretizar temas escolhidos segundo um programa cultural pré-estabelecido.

O avultado trabalho neste período publicado – 45 artigos de certo vulto, grande parte dos quais inéditos – foi possível em muitos casos porque, pelo menos, se sabia ir ao encontro de preocupações e mesmo de material já reunido pelos seus autores.”<sup>317</sup>

Nesse texto são identificadas duas críticas principais, habitualmente dirigidas à orientação editorial da revista. Uma que acusa os seus responsáveis de uma tendência formal excessiva, em defesa de uma arquitectura “orgânica”, “historicista”, e “tradicionalista”. E outra, que os acusa de uma excessiva heterogeneidade e ecletismo, e de faltar à revista uma orientação “sem ambiguidades”.

“Duas acusações nos são dirigidas a propósito: uma censurou-nos, primeiramente, por um partidarismo formal «pró-orgânico», historicista, senão mesmo tradicionalista; uma segunda correspondendo a sectores mais restritos, critica a heterogeneidade das obras escolhidas, a ausência de uma orientação sem ambiguidades.”<sup>318</sup>

Na verdade, as duas críticas eram justas, e reflectiam o que tinha sido a sua orientação editorial durante os primeiros anos da 3ª série, quando foi também mais esclarecida a sua posição teórica – embora isso possa parecer paradoxal. Porque, sendo a revista um espaço colectivo e de debate, a convivência de personalidades diferentes, com um pensamento independente, reflectia-se no seu programa cultural colectivo. Simplificando bastante, pode dizer-se que uma tendência formal mais definida, a favor de uma arquitectura historicista e tradicionalista, era representada sobretudo por Nuno Portas. E que uma certa inclinação para a heterogeneidade – a favor da divulgação de “uma panorâmica bastante aberta das tendências e tipos de obras”<sup>319</sup> – era representada sobretudo por Carlos Duarte. Como ao longo da segunda metade da década de 60 a presença de Nuno Portas na edição da revista diminuiu consideravelmente, e a presença de Carlos Duarte se torna mais decisiva, é natural que durante aos últimos anos da 3ª série se assista a uma inclinação para a heterogeneidade.

Os autores desse Editorial do nº78 (Maio 1963) – que não está assinado – explicam essa eventual heterogeneidade da revista pela vontade de objectividade, e explicam também uma certa ambiguidade pelas circunstâncias históricas do momento – a “crise cultural” do Movimento Moderno.<sup>320</sup>

---

<sup>317</sup> Idem, página 1

<sup>318</sup> Idem, página 45

<sup>319</sup> “– O primeiro serviço que se crê ter prestado foi o de ter arquivado *uma panorâmica* bastante aberta das tendências e tipos das obras...” (“5 anos de trabalho – autocrítica”, Editorial, revista “Arquitectura” nº78, Maio 1963, p. 1)

E, mais à frente –

“Esta política não faz senão acentuar-se: «Arquitectura» nos últimos anos procurou deliberadamente dar um panorama, mais do que uma lição ou uma campanha.” (p. 45)

<sup>320</sup> “Mas num momento de geral «crise cultural» no movimento de arquitectura moderna, a revista não podia deixar de se ressentir de uma ambiguidade por vezes desorientadora...” (“5 anos de trabalho – autocrítica”, Editorial, revista “Arquitectura” nº78, Maio 1963, p. 45)

De acordo com essa explicação, a heterogeneidade e a procura de objectividade, seriam uma demonstração do sentido da responsabilidade cultural e social da revista que assumiam os seus editores. De facto, “Arquitectura” nunca foi uma publicação radical de vanguarda, dirigida a uma elite de intelectuais, procurou sempre manter-se “realista” em relação às circunstâncias culturais portuguesas, e manter um sentido de responsabilidade em relação à necessidade de intervir nessas circunstâncias, e à possibilidade de transformar essa realidade.

Se durante a 2ª série, quando era editada pelo ICAT, a revista esteve, em alguns momentos, mais perto de desempenhar as funções de uma publicação de vanguarda, dirigida a um grupo restrito,<sup>321</sup> e se no final da 3ª série, sobretudo a partir da segunda metade da década de 60, se aproximou mais de uma publicação comercial, que divulgava uma “panorâmica” demasiado abrangente e heterogénea da arquitectura, portuguesa e internacional, sem uma tendência definida... Ainda durante os primeiros anos da terceira série, depois de 1957 e durante a primeira metade dos anos 60, a revista “Arquitectura” foi uma publicação de tendência, mas sempre moderada. Tinha um programa cultural definido, mas admitia divulgar posições teóricas contrárias, que o confrontavam. Não se dirigia a um grupo demasiado restrito, mas também não pretendia ser consensual. E não tinha nenhuma semelhança com uma revista comercial. Entre o grupo dos arquitectos responsáveis pela sua edição havia uma grande pluralidade de opiniões, mas havia um largo consenso em relação a dois aspectos fundamentais do debate. Por um lado, a necessidade de rever alguns dos dogmas da doutrina do Movimento Moderno e, por outro lado, o reconhecimento de que a leitura da “História da Arquitectura Moderna”, de Bruno Zevi, era uma chave decisiva para conduzir essa revisão.

Mas o consenso que havia em relação a esses aspectos chave do debate estava também prestes a ser posto à prova. Porque os dogmas dessa doutrina do Movimento Moderno haviam de se desdobrar em inúmeras possibilidades de pensamento e de método, sobretudo pelas experiências de aproximação da arquitectura às outras áreas do conhecimento, principalmente as ciências humanas, e porque, em consequência dessas imensas e divergentes possibilidades de método, as propostas de interpretação que Bruno Zevi apresentava há praticamente duas décadas<sup>322</sup> também já não podiam continuar ser a chave que mobilizava uma geração inteira.

No final do número seguinte (nº79, Julho 1963), a revista edita um “Índice geral do material publicado”<sup>323</sup> desde o nº59, o primeiro da 3ª série. E pela leitura do Editorial “5 anos de trabalho – autocrítica”, é possível perceber a importância que teve a preparação desse “índice geral” para a avaliação da actividade desenvolvida, e para o significado desse momento como um ponto de viragem.

“O avultado trabalho neste período publicado – 45 artigos de certo vulto, grande parte dos quais inéditos...”  
“«Arquitectura» publicou neste último período cerca de 55 obras com relativo desenvolvimento, [...] implicando neles perto de 70 autores portugueses...”

“... Cerca de 60 por cento das obras publicadas pertencem à geração de 1950 (autores entre 35 e 45 anos, actualmente) e apenas 30 por cento aos jovens arquitectos (os 10 por cento restantes cabem aos autores dos anos 40) ...”

“... O tema «habitação económica» ocupa mais páginas do que qualquer outro e até independentemente da qualidade figurativa de alguns empreendimentos. [...] Voltou-se a este tema por sete vezes (um terço do número de fascículos) com obras originais e tratou-se em textos, [...] numa média superior a um artigo por número.”<sup>324</sup>

<sup>321</sup> Mais próxima do modelo das “Little Magazines”, documentadas por Beatriz Colomina em “Clip, Stamp, Fold”.

<sup>322</sup> O livro “Para uma arquitectura orgânica” (“Verso un’architettura organica”) foi publicado em 1945.

<sup>323</sup> “Arquitectura nºs 59 a 77 – Índice geral do material publicado”, revista “Arquitectura” nº79, Julho 1963, pp. 43-44

<sup>324</sup> “5 anos de trabalho – autocrítica” – As duas primeiras citações são da página 1, e as duas últimas são da página 45.

(Uma publicação informativa da actualidade)

Aproximadamente durante a segunda metade do período em que se publicou a 3ª série, a revista “Arquitectura” deixou de representar uma tendência, e passou simplesmente a informar sobre o que acontecia naquele momento. Passou a descrever a realidade, e deixou de ter um programa para a condicionar e a transformar.

Na edição anterior ao número em que é publicado o Editorial, “Aos leitores de Arquitectura” (nº77, Janeiro 1963), que testemunhava as primeiras dificuldades na continuação da actividade da revista, no nº76, de Outubro de 1962, é criada uma nova secção regular, intitulada “Arquitectura no Mundo”, inspirada numa secção semelhante que se publicava na revista inglesa “The Architectural Review”, designada “World”. Nessa secção – “Arquitectura no Mundo” – os editores da revista publicavam textos breves ilustrados com imagens, onde anunciavam acontecimentos da actualidade do debate internacional, reproduziam excertos de artigos publicados em revistas internacionais, ou comentavam a publicação de projectos de arquitectura nessas revistas internacionais. Muitas vezes esses projectos tinham uma localização geográfica distante dos países de origem dessas revistas, porque a maioria delas era editada a partir das principais cidades europeias ou dos Estados Unidos.

Numa edição especial da secção “World”, publicada na “Architectural Review” no ano anterior, no nº773 (Julho 1961),<sup>325</sup> que celebrava a realização nesse ano do Encontro da UIA em Londres, numa nota editorial intitulada “A arquitectura é indivisível”,<sup>326</sup> os editores da revista inglesa afirmam o carácter global da arquitectura naquele momento e a importância de conhecer a arquitectura que se produzia no mundo, e sublinham o papel das revistas para esse conhecimento.

“Neste momento, quando cerca de duzentos arquitectos de todo o mundo – mais de quarenta países estarão representados e reunidos em Londres para o sexto congresso da União Internacional de Arquitectos, «The Architectural Review» reafirma o seu carácter internacional apresentando uma edição alargada da sua habitual secção «Wold». [...]

O carácter internacional da arquitectura actual é um facto inegável [...]. As revistas de arquitectura de cada país são as responsáveis por este interesse internacional crescente, e «World» aproveita esta oportunidade para saudar e agradecer a rede global de publicações periódicas de arquitectura que permite manter essa informação em movimento.”<sup>327</sup>

Assim como a secção “World” da “Architectural Review”, a secção “Arquitectura no Mundo” era editada na revista “Arquitectura” a partir da leitura das revistas internacionais.

Pela natureza breve e simplesmente indicativa dos temas anunciados nessa secção não era possível aprofundar nenhum desses temas, e a sua publicação não pressupunha a existência de um pensamento comum entre eles, e que os relacionasse. Era apenas possível fazer uma referência superficial a cada um, e não havia necessidade de explicar as razões da sua publicação. O critério que prevalecia era a sua actualidade, e a sua relevância internacional.

Gradualmente, “Arquitectura no Mundo” tornou-se cada vez mais relevante no alinhamento editorial de cada número da revista “Arquitectura”. Porque a partir do final da primeira metade da década de 60 os editores da revista tinham mais dificuldade em identificar nitidamente uma hierarquia dos problemas que se enfrentavam culturalmente, e porque tinham mais dificuldade em afirmar uma tendência única, ou uma inclinação na construção de um pensamento crítico que pudesse reagir a esses problemas culturais.

<sup>325</sup> “World”, “The Architectural Review”, volume 130, nº773, Julho 1961, pp. 1-9

<sup>326</sup> “Architecture is indivisible...”, “The Architectural Review”, volume 130, nº773, Julho 1961, p. 1

<sup>327</sup> “Architecture is indivisible...”, página 1

(Tradução do autor. O texto original, em inglês, está transcrito no Anexo 1, Arquivo de Notas Demasiado Extensas)

O facto de “Arquitectura no Mundo” se ter tornado cada vez mais relevante durante esse período, por um lado é uma consequência dessa dificuldade em manter um programa cultural nítido, e dessa dificuldade de afirmação da revista, mas além disso, esse facto permite compreender de que modo a revista se transforma, progressivamente, numa revista apenas informativa da actualidade.

De qualquer forma, na selecção dos temas editados em “Arquitectura Mundo”, continuava a dominar a mesma linha de pensamento que tinha orientado os editores da revista desde o início da 3ª série. Por um lado, procuravam manter o contacto com a obra dos mestres da arquitectura moderna, e com as principais referências da arquitectura internacional que lhes tinham servido de modelo até esse momento – em Itália, Inglaterra, Espanha... Por outro lado procuravam acompanhar os temas debatidos nos encontros do “Team X”.

Na primeira edição de “Arquitectura no Mundo”<sup>328</sup> a revista publica o projecto de James Stirling e James Gowan, para um conjunto de edifícios de habitação colectiva em Preston, Inglaterra, publicados no nº260 da revista “Casabella”, depois o plano para uma grande área residencial de alta densidade, “o conjunto de Park Hill em Sheffield”, também em Inglaterra, e publicado na revista “Casabella” (nº263) e no “The Architect’s Journal” (Agosto de 1961). Nessa edição publica-se ainda o edifício de um “Grand-Magasin”, construído em Roma com projecto de Franco Albini e Franco Helg, e publicado nas revistas “Casabella” (nº257) e “L’Architettura” (nº75), e o projecto de George Candilis e Shadrach Woods vencedor do primeiro prémio de um “Concurso para uma cidade de 100 000 habitantes em Toulouse Le Mirail” – publicado no nº101 de “L’Architecture d’Aujourd’hui”.<sup>329</sup>

Nas edições seguintes, publica-se o bairro INA-casa em Bolonha, o colégio em Cambridge, de Leslie Martin (nº77, Janeiro 1963). A passagem superior de Hammersmith, em Londres, o conjunto de Caño Roto, em Madrid (nº79, Julho 1963). O Centro Cultural de Wolfsburg, de Alvar Aalto, o Auditório de Berlim, de Hans Scharoun, um estacionamento em New Haven, de Paul Rudolph (nº80, Dezembro 1963). Alguns projectos de Jan Lubicz-Nycz (nº84, Novembro 1964). As Torres Blancas, de Sainz de Oiza, o conjunto «Habitat 67», em Montreal (nº95, Jan./Fev. 1967).

Na edição de Julho/Agosto de 1967 (nº98),<sup>330</sup> a revista publica “Um artigo de Henri Lefebvre”, e uma tradução de um texto de Robin Boyd publicado originalmente na “Architectural Review” (nº845) e intitulado “O triste fim do novo brutalismo”.<sup>331</sup> Nesse artigo, Robin Boyd declara que o edifício “The economist”, dos Smithson, construído na St. James Street, no West End de Londres em 1964, representava o fim do “Novo Brutalismo” tal como tinha sido anunciado por Reyner Banham, na mesma “Architectural Review” (nº708), em 1955.<sup>332</sup>

Na revista “Arquitectura”, o único espaço onde podiam ser publicados os projectos pouco realistas do grupo “Archigram” era a secção “Arquitectura no Mundo” (“Archigram e o mundo do futuro” – nº99, Set./Out. 1967”). Mesmo as obras de Kenzo Tange dificilmente podiam ocupar outro lugar na revista (“Dois projectos de Tange” – nº100, Nov./Dez. 1967, “Ainda Tange” – nº103, Maio/Junho 1968). Embora com algumas interrupções,<sup>333</sup> “Arquitectura no Mundo” publicou-se regularmente até ao número 105/106, de Setembro/Dezembro de 1968. E ao longo desse período, nessa secção da revista publicaram-se alguns dos artigos que melhor definiam o debate internacional naquele momento. Mas sem ter a

<sup>328</sup> “Arquitectura” nº76, Outubro 1962, pp. 39-46, 53

<sup>329</sup> Alguns dos elementos gráficos editados na revista “Arquitectura” (nº76) “foram [também] fornecidos directamente pelo «atelier» Candilis” (“Arquitectura” nº76, Outubro 1962, página 45).

<sup>330</sup> “Arquitectura no Mundo”, revista “Arquitectura” nº98, Julho/Agosto 1967, pp. 141-144, 146

<sup>331</sup> “O triste fim do novo brutalismo”, revista “Arquitectura” nº98, Julho/Agosto 1967, pp. 142-143.

Uma nota publicada na página 143 identifica a origem do texto, mas não esclarece se o artigo original foi integralmente traduzido – “(De um artigo de Robin Boyd, “The sad end of New Brutalism”, publicado no número 845 da «Architectural Review»)”.

<sup>332</sup> “The new brutalism”, Reyner Banham, “The Architectural Review”, volume 118, nº708, Dezembro 1955, pp. 355-361

<sup>333</sup> Não se publicou nas edições nº81 (Março 1964), e nº83 (Setembro 1964), nem entre as edições nº86 (Jan./Fev. 1965), e nº93 (Maio/Junho 1966).

ambição de encontrar alguma espécie de unidade entre eles, alguma coerência de método ou de pensamento, e sem ter a ambição de poder retirar daí alguma regra que se pudesse aplicar, directa ou indirectamente, aos problemas da realidade portuguesa. Que se traduzisse numa conclusão prática, ou mesmo que permitisse esclarecer qual era o sentido do progresso a uma escala mundial.

Era uma leitura orientada da imprensa internacional, mas pretendia simplesmente dar um panorama da arquitectura contemporânea que se produzia no mundo, e do debate que provocava. E isso significava que, pelo menos em relação ao debate internacional, a revista se tornava uma publicação simplesmente informativa.

Mas além disso, a opção anunciada antes, de alargar o âmbito dos temas tratados a outras áreas do conhecimento – da engenharia, da economia, da sociologia... – agravada pela dificuldade em distinguir com nitidez o valor e o significado dos problemas culturais que se enfrentavam a partir do final da primeira metade dos anos 60, teve como consequência uma divisão em duas linhas editoriais, de certo modo divergentes. A publicação de textos teóricos sem uma orientação muito compreensível, e simultaneamente, a publicação de artigos excessivamente técnicos.

“O computador modificará a prática da arquitectura?”, Jonathan Barnett (nº93, Maio/Junho 1966), “Definição de Design”, Sergio Asti (nº95, Jan./Fev. 1967), “A paisagem e a obra do Homem”, Christian Norberg-Schulz (nº 102, Março/Abril 1968), “Semiologia e urbanística”, Roland Barthes (nº 105/106, Setembro/Dezembro 1968),<sup>334</sup> “A criatividade”, David Bohm, nº108, Mar./Abr. 1969), “O futuro da arquitectura”, Dennis Sharp, (nº 114, Março/Abril 1970).

Ou...

“Problemas relativos ao planeamento de zonas verdes e à protecção e conservação da natureza”, Leopoldo de Almeida, e “Trânsito urbano e planeamento”, João Reis Machado (ambos no nº87, Mar./Abr. 1965), “Ponte sobre o Tejo”, (nº93, Maio/Junho 1966), “Paisagem portuguesa – origem e evolução”, Francisco Caldeira Cabral (nº100, Novembro/Dezembro 1967), “Integração da indústria na paisagem”, Gonçalo Ribeiro Telles (nº 101, Janeiro/Fevereiro 1968), “Meios de acção necessários e realização de empreendimentos urbanísticos”, Gonçalo Nuno de Araújo (nº108 Mar./Abr. 1969).

Em 1967, quatro anos depois da publicação do Editorial onde a direcção da revista pedia aos leitores que se pronunciassem sobre “o critério de escolha das obras de arquitectura”<sup>335</sup> publicadas, nas edições nº96, 97 e 98, a revista distribuiu um “Inquérito aos leitores”, procurando fazer uma sondagem de opinião, que era apresentada como decisiva para definir a futura orientação editorial da revista,<sup>336</sup> e como um compromisso com os leitores.

Nesse inquérito eram feitas perguntas sobre a periodicidade ideal da revista, sobre os temas que mais interessavam aos leitores – urbanismo, habitação social, construção, ciências humanas, Artes Plásticas, ensino, etc.... Perguntava-se também se a revista “deveria ter uma orientação predominantemente doutrinária e cultural ou técnico-informativa”, e se o leitor considerava que as obras publicadas deviam ser “apreciadas criticamente” ou “apenas acompanhadas por uma nota descritiva”...<sup>337</sup>

Começava a ser difícil, a partir desse momento, não admitir que a revista “Arquitectura” se tinha tornado numa publicação simplesmente técnica e informativa.<sup>338</sup>

<sup>334</sup> Uma nota editorial publicada no número seguinte (nº107, Jan./Fev. 1969), na secção “Noticiário” (página 34), esclarece que a tradução do artigo de Roland Barthes é da autoria de Nuno Portas e José Charters Monteiro.

<sup>335</sup> “Aos leitores de Arquitectura” (Editorial), revista “Arquitectura nº77, Janeiro de 1963, p. 1

<sup>336</sup> “... Organizado com vista à formulação de uma futura política redactorial.” (Revista “Arquitectura”, nº98, Julho/Agosto 1967, p. 146)

<sup>337</sup> “Inquérito aos leitores” (resultados dos inquéritos), revista “Arquitectura” nº99, Setembro/Outubro 1967, p. 188 (Um excerto dos resultados dos inquéritos está transcrito no Anexo 1, Arquivo de Notas Demasiado Extensas)

<sup>338</sup> Numa das edições em que foi distribuído esse inquérito, no nº97 (Maio/Junho 1967), iniciava também uma secção com o título de “Cadernos de Informação Técnica”. Esses “cadernos”, que se publicaram até ao nº 109 (Maio/Junho 1969), eram fichas destacáveis, que se podiam arquivar separadas da revista.

Desde 1963, que se acentuavam as dificuldades em manter o nível de produção de pensamento crítico que a revista tinha tido no início da 3ª série. Nesse ano Nuno Portas passava a dedicar mais tempo à investigação que desenvolvia no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), e Carlos Duarte começava a ficar cada vez mais isolado na edição da revista.

Ainda nesse ano, na mesma edição onde é publicado o Editorial, “5 anos de trabalho – autocrítica” (nº78, Maio 1963), inicia uma secção de “Desenho Industrial”, criada por Manuel João Leal, que já tinha participado nos primeiros números da 3ª série e que, a partir desse momento, e até ao início da década de 70, passou a ser o principal apoio de Carlos Duarte no quotidiano da revista.

No início dessa década de 1970, na edição nº113 (Janeiro/Fevereiro 1970), uma nota editorial que anuncia “Alterações em «Arquitectura»”,<sup>339</sup> comunica que Carlos Duarte passará a ser o director da revista. Carlos Duarte já tinha tentado antes ser admitido pelos Serviços de Censura para essas funções de director, mas era insistentemente recusado.<sup>340</sup>

Outra nota, publicada na edição seguinte, nº114 (Março/Abril 1970), anuncia que alguns dos próximos números serão edições monográficas, abordando “um único tema” – “... construções hospitalares, arquitectura paisagista, habitação social...”.<sup>341</sup> Carlos Duarte procurava por todos os meios, encontrar alternativas que compensassem a ausência de uma verdadeira mobilização colectiva da sua geração na edição de revista. E procurava um modelo de funcionamento que permitisse a sua sobrevivência.

No ano seguinte, em 1971, termina um longo período em que a revista se publicou com maior regularidade – uma edição por cada 2 meses, e os números duplos correspondiam a um período de 4 meses.

Desde o final de 1964, sobretudo a partir do nº83 (Setembro 1964), a revista tinha praticamente conseguido manter uma periodicidade “bimestral”. E a partir de 1967 essa regularidade era completa até ao nº123 de Setembro/Outubro de 1971. Mas em 1972 publicam-se apenas três edições – nº124 (Maio 1972), nº125 (Agosto 1972), e nº126 (Outubro) 1972 – e em 1973 publica-se apenas uma edição – nº127/128 (Abril/Junho 1973).

#### (O fim da 3ª Série)

Nos primeiros anos da década de 70, às dificuldades de produção de pensamento crítico, acrescentou-se um agravamento das dificuldades económicas. A sociedade ICAT, que era ainda titular do registo de propriedade da revista, começou a acumular dívidas, e Carlos Duarte viu-se forçado a ceder os direitos de publicação a uma editora comercial.

No Editorial do nº129 (Abril 1974),<sup>342</sup> Carlos Duarte anuncia “uma nova fase na vida da revista”. A partir daquele momento a revista “Arquitectura” passava a ser propriedade da editora “Publicações Nova Idade”. Carlos Duarte mantinha as funções de director, e acreditava que seria possível ultrapassar algumas das dificuldades que tinha enfrentado nos últimos anos. Acreditava que a edição da revista se poderia tornar mais profissional, e que seria possível manter a independência que tinha tido sempre. Mas, a partir desse momento, a revista “Arquitectura” tornava-se objectivamente uma publicação comercial.

<sup>339</sup> “Alterações em «Arquitectura»”, revista “Arquitectura”, nº113, Janeiro/Fevereiro 1970, p. 42

<sup>340</sup> Pelo menos desde 1965. Essas tentativas de Carlos Duarte, e sucessivas recusas dos Serviços de Censura estão documentadas no Anexo 1.

<sup>341</sup> Página 50

<sup>342</sup> “Editorial” (assinado por Carlos Duarte), revista “Arquitectura” nº129, Abril 1974, p. 1

“A partir deste número, «Arquitectura» passa a ser editada por Publicações Nova Idade. Assim se inicia uma nova fase na vida da revista, que continuará, no entanto, a ter como Director o autor destas linhas. É natural que os nossos leitores se interroguem quanto ao significado desta alteração e desta permanência, e queiram saber das suas razões.

A resposta poderá ser resumida no seguinte: como é do conhecimento geral, toda a imprensa portuguesa (poderíamos escrever, mundial) atravessa uma grave crise motivada pelo aumento constante dos custos de impressão e causas afins. A esta situação resistem melhor as grandes empresas editoriais, que possuem recursos financeiros e organizações adequadas, e muito mal aqueles pequenos editores que, como acontecia com «Arquitectura», se movem dentro de estreitíssimos limites de tolerância e continuamente fazem face a situações de sobrevivência.”<sup>343</sup>

Carlos Duarte explica também nesse Editorial que a revista passará a publicar-se mensalmente, respondendo a uma preferência manifestada pelos leitores nas respostas ao inquérito realizado em 1967. De facto, a partir desse número a revista passou a publicar-se com uma periodicidade mensal. Mas, no período agitado política e socialmente, que se seguiu à revolução de Abril de 1974, os dois números seguintes – o nº130 de Maio de 1974, e o nº131 de Junho – foram os últimos da 3ª Série.<sup>344</sup> O Editorial do nº130 (Maio 1974) é também um documento importante para compreender as circunstâncias históricas em que termina a 3ª série da revista. Nesse texto Carlos Duarte recorda emocionado algumas das dificuldades impostas pelo regime aos arquitectos e à revista “Arquitectura”, desde a constituição do ICAT, em 1947. Recorda as dificuldades que enfrentou até que a os Serviços de Censura o aceitassem para director da revista. E declara o “direito à habitação” como o problema mais urgente em que a classe profissional dos arquitectos tem o dever moral de se empenhar naquele momento.

“Escrevo esta linhas poucos dias depois do levantamento militar que derrubou o regime fascista em Portugal. É um momento de imensa alegria para todos nós, um momento aguardado com esperança tenaz ao longo de anos de silêncio forçado. Revemos caras amigas – o Nuno Teotónio Pereira, saído de Caxias, o Celestino Castro, vindo de Paris, tantos outros que voltam mais velhos, mas, como nós cheios de esperança no futuro que vamos construir. [...]

... O actual director desta revista teve de esperar sete anos para que o seu nome fosse aceite pela censura para desempenhar oficialmente esse cargo, embora o tenha feito (incógnito, já se vê), ao longo desse lapso de tempo. A autorização viria a ser dada no primeiro ano do consulado de Marcelo Caetano, quando da famosa Primavera política... [...]

Enfim, tudo isto são coisas passadas e que se relatam apenas para que fiquem arquivadas. Porque o que interessa agora é assumir a responsabilidade das tarefas urgentes que defrontamos e – no nosso caso – contribuir, pela informação objectiva e pelo debate de ideias, para o seu esclarecimento e solução. O que significa que as nossas responsabilidades como órgão profissional se tornaram mais sérias.

Faremos frente a essas responsabilidades com um espírito novo.

C. Duarte”<sup>345</sup>

A edição seguinte, nº131, de Junho de 1974, foi a última da 3ª série.

---

<sup>343</sup> Idem, página 1

<sup>344</sup> Nessa agitação pode incluir-se o facto de Francisco Conceição Silva, que tinha uma participação importante na sociedade proprietária da editora “Publicações Nova Idade, SARL”, se ter visto obrigado a emigrar para o Brasil.

<sup>345</sup> “Editorial” (assinado por Carlos Duarte), revista “Arquitectura” nº130, Maio 1974, p. 1



CAPÍTULO 3  
A Historiografia da Arquitectura Moderna Portuguesa

### CAPÍTULO 3

#### A Historiografia da Arquitectura Moderna Portuguesa

##### O início do estudo da arquitectura moderna portuguesa, 1957-1964

O início na revista “Arquitectura” / “Pioneiros de uma renovação” – As crónicas do “Jornal de Letras e Artes” / O Estudo do Movimento Moderno em Portugal – A Bolsa de Estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, 1962-1964

##### A procura de continuidade cultural

Recuperar a continuidade histórica / Aproximação à realidade – A terceira crónica do “Jornal de Letras e Artes” / “Progressos recentes”

##### Depois de 1964

Ainda a revista “Arquitectura” / A História da Arquitectura Moderna na História da Arte / A “Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal” e a historiografia actual

Em “Storia dell’Architettura Moderna”, em 1950, Bruno Zevi explica as origens da arquitectura moderna internacional através de uma série de transformações que aconteceram entre o final do século XVIII e o final da primeira guerra mundial, que interpretava como consequências da revolução industrial, e que dividia em quatro categorias de causas fundamentais – (1) A renovação do gosto, onde o movimento “Arte Nova”, no final do século XIX, desempenhava um papel fundamental, sobretudo pela modernização da arquitectura doméstica e pelo abandono dos estilos mais tradicionais, e de uma mentalidade académica que continuava a insistir na linguagem clássica... (2) A evolução técnica, que se tinha manifestado inicialmente muitas vezes em obras de engenharia – a primeira ponte de ferro construída pelo inglês Abraham Darby em Coalbrookdale, em 1777/79, com projecto de Wilkinson, as primeiras obras em betão armado, construídas nos Estados Unidos e em França na segunda metade do século XIX... (3) A renovação das teorias estéticas, que Zevi situava na passagem do impressionismo para o cubismo, e que se manifestava decisivamente com as vanguardas do início do século XX – o cubismo, o construtivismo, o expressionismo, o purismo e o neo-plasticismo... E (4) o impulso provocado por uma profunda transformação social, que foi uma consequência do crescimento acentuado da população europeia durante o século XIX, mas sobretudo do crescimento desproporcionado da população dos centros urbanos, pela deslocação da população rural para os centros industriais.

A interpretação de Bruno Zevi representava uma divergência decisiva em relação ao pensamento historiográfico dominante, divulgado pelos principais teóricos e críticos da arquitectura moderna daquele momento. Giedion identificava a arquitectura moderna com o período racionalista – com o Movimento Moderno – e fixava a sua origem nas vanguardas artísticas do início do século XX, e na revolução tecnológica da segunda metade do século XIX. Mas Bruno Zevi procurava compreender a arquitectura moderna como um fenómeno cultural mais complexo e com origens anteriores. E essa divergência de Zevi em relação à historiografia dominante do Movimento Moderno, que se tinha imposto desde o início dos CIAM em 1928, sobretudo até ao final da segunda guerra mundial em 1945, foi uma influência decisiva para os editores da 3ª série da revista “Arquitettura”, em 1957.

### O início do estudo da arquitectura moderna portuguesa, 1957-1964

(O início na revista “Arquitectura” / “Pioneiros de uma renovação” – As crónicas do “Jornal de Letras e Artes” / O Estudo do Movimento Moderno em Portugal – A Bolsa de Estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, 1962-1964)

Logo no primeiro número da 3ª série (nº59, Julho 1957), a revista inicia a publicação de uma série de artigos onde se manifestava a preocupação dos editores da nova geração com a necessidade de conhecer a História da Arquitectura Portuguesa. Nessa edição, “Arquitectura” publica um artigo de Jorge Henriques Pais da Silva – “Sobre a arquitectura maneirista (I)”<sup>346</sup> – que deixava explícita a importância de procurar uma linha de continuidade cultural com a história e com a realidade portuguesa.

No número seguinte (nº 60, Outubro 1957), na mesma edição onde publica o primeiro editorial daquela série, que apresentava a nova orientação da revista, “Arquitectura” publica um artigo de Manuel do Rio-Carvalho sobre a “Arte Nova” que Bruno Zevi apontava como uma das transformações que estavam na origem da arquitectura moderna – “«Modern Style», «Art Nouveau» e «Arte Nova» – Respectivas situações”<sup>347</sup>.

Nesse artigo, Manuel do Rio-Carvalho explica a importância do movimento artístico “Arte Nova”<sup>348</sup> na Europa pela modernização das artes decorativas no final do século XIX, que teve como momento chave a realização da Exposição Universal de Paris em 1889, e explica que não existiu grande adesão à arquitectura “Arte Nova” em Portugal. Os exemplos conhecidos eram apenas edifícios privados, que surgiam do gosto e da iniciativa individual e isolada de algumas personalidades, e a sua expressão plástica não ultrapassava nunca os limites da Arte Decorativa que tinha estado na sua origem – eram apenas decoração

“Propriamente dita, arquitectura «Art Nouveau» é coisa que não existe. O esforço dos homens de 1900, na sua maior parte consistiu em decorar fachadas [...]. É este tipo de arquitectura ou melhor a decoração de exteriores que nos aparece em Lisboa. Grande parte destas «decorações» desapareceram, como a Cervejaria Jansen, a Barbearia Arte Nova, etc., mas algumas estão ainda hoje de pé. Três ou quatro são de real valor. (Tentemos conservá-las como testemunho de uma época que tem direito a ser lembrada.)”<sup>349</sup>

O autor refere-se a dois traços fundamentais no modo como a “Arte Nova” portuguesa integra a influência internacional – o emprego do azulejo e a aplicação de elementos decorativos próprios daquele estilo em portas, janelas ou varandas, e sobre superfícies de parede pouco decoradas.

O emprego do azulejo era um recurso frequente na decoração portuguesa mesmo antes do século XIX, mas a sua adaptação à nova linguagem artística permitia a sugestão de relevo e de movimento nas superfícies perfeitamente planas das fachadas. Por outro lado, a concentração de uma maior intensidade decorativa em elementos isolados da composição arquitectónica – portas, janelas, etc. – era também um

<sup>346</sup> Páginas 2-7. “Sobre a arquitectura maneirista (II)”, foi publicado no nº62 (Setembro 1958).

<sup>347</sup> “«Modern Style», «Art Nouveau» e «Arte Nova» – Respectivas situações”, Manuel do Rio-Carvalho, revista “Arquitectura” nº60, Outubro 1957, pp. 5-10

<sup>348</sup> Conhecido na Europa por uma série de designações diferentes, atribuídas em diferentes países – “Modern Style”, em Inglaterra, “Art Nouveau” em França, “Floreal” ou “Liberty” em Itália (com origem no nome de uma marca inglesa, “Liberty & Co.”), “Jugendstil” na Alemanha (“Jugend” era o nome de uma revista que divulgava aquele estilo), “Sezessionstil” na Áustria traduzido para português como “Secessão” (designação de um grupo de artistas de Viena).

<sup>349</sup> Página 10

traço distintivo da arquitectura portuguesa, que tinha no estilo manuelino, no início do séc. XVI, um exemplo extremo.

Esses traços específicos da expressão “Arte Nova” em Portugal não permitiam considerá-la como um importante movimento artístico, mas davam-lhe uma certa originalidade em relação à sua expressão europeia, e permitiam falar de continuidade com a história da arte portuguesa.

Nesse artigo, Manuel do Rio-Carvalho apresenta imagens de alguns exemplos de edifícios de expressão “Arte Nova” que ainda se conservavam em Lisboa – o interior de um prédio na Avenida Almirante Reis, nº86-86H (1911), um prédio na Rua Saraiva de Carvalho, nº242-244 (1910), outro na Rua das Janelas Verdes, nº70-78 (1905), o Animatógrafo do Rossio (1907), e outro prédio na Avenida Almirante Reis, nº74-74D (1908).

Nas legendas das imagens publicadas o autor sublinhava alguns dos traços daqueles exemplos citados que interpretava como específicos do caso português.

No interior do prédio na Av. Almirante Reis, nº 86-86H – “Na fotografia apresenta-se um pormenor do tecto, com desenhos a estuque. Neste exemplo toda a decoração como que se funde com a superfície tendo muito pouco relevo...”

Na fachada do prédio na Rua das Janela Verdes – “O seu aspecto moderno é exclusivamente dado por uma série de azulejos, representando flores cujos caules e folhas descrevem complicados motivos decorativos.”

No Animatógrafo do Rossio – “O conjunto mais importante “Arte Nova” que ainda está de pé [...] o exterior consiste numa fachada decorada [...] aplicada num prédio mais antigo.”

No nº74-74D da Av. Almirante Reis – “Este prédio é um claro exemplo do papel do azulejo na renovação decorativa portuguesa. É uma construção banal feita em 1908, mas que consegue transcender o plano do mero utilitário pela decoração de azulejos, que cobre a parte superior do edifício.”<sup>350</sup>

#### (O início, na revista “Arquitectura”)

Depois do artigo de Pais da Silva, o texto de Rio-Carvalho ajudava a esclarecer que sentido seria dado na edição da revista ao aprofundamento da história da arquitectura. Demonstrava que esse aprofundamento seria conduzido para o estudo da arquitectura moderna.

Mas, embora esse artigo representasse um avanço importante no conhecimento da arquitectura portuguesa do século XX, não representava ainda o início declarado do estudo da arquitectura moderna portuguesa. Isso só aconteceu algumas edições depois, no nº70, de Março de 1961.

No final dessa edição, num texto intitulado “Antes que, mesmo o pouco que temos...”,<sup>351</sup> publicado na secção “Noticiário, exposições, crítica”, Nuno Portas denuncia uma série de ameaças à integridade arquitectónica de alguns edifícios que representavam exemplos raros da arquitectura moderna em Portugal – a notícia da demolição do cinema do Arco da Bandeira, o “Animatógrafo do Rossio”, que tinha sido imagem da capa da edição nº60 da revista, o perigo eminente da destruição dos azulejos da fachada do Café Royal, no Cais do Sodré, obra do mesmo período “Arte Nova”,<sup>352</sup> a notícia da venda do Café Portugal,<sup>353</sup> de Cristino da Silva, para o transformar num espaço comercial, e a recente alteração da fachada do Hotel Vitória na Av. da Liberdade, obra de Cassiano Branco.<sup>354</sup>

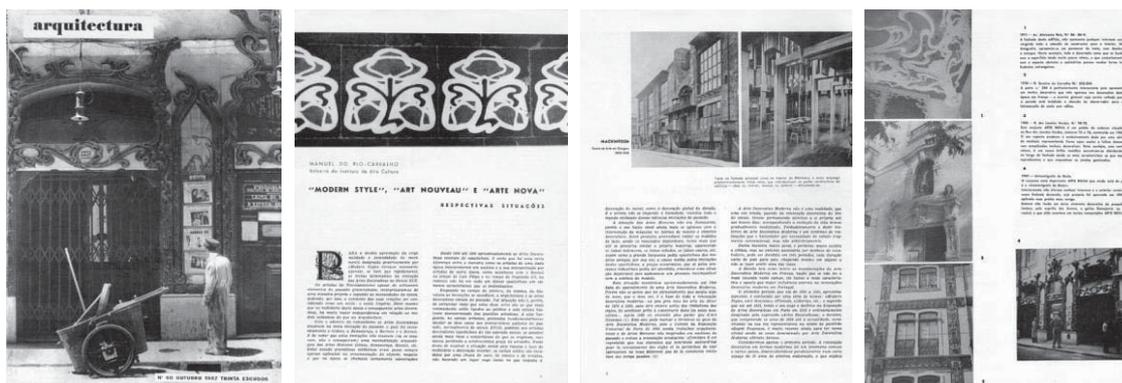
<sup>350</sup> A última citação é da página 9, as outras são da página 8

<sup>351</sup> “Antes que, mesmo o pouco que temos...”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº70, Março 1961, pp.48-49

<sup>352</sup> “Será posta em causa pelas obras de remodelação do edifício?” (Página 48)

<sup>353</sup> Imagem da página 49. Tinha sido publicado em Abril de 1938, no nº3 da revista “Arquitectos”.

<sup>354</sup> “Após as obras de abastardamento dos seus ambientes interiores...” (Página 48). A imagem da página 48 é uma fotografia da fachada do Hotel Vitória depois das alterações.



Revista “Arquitectura” nº 60, Outubro 1957 (Capa, páginas 5-7) – “«Modern Style», «Art Nouveau» e «Arte Nova» – Respectivas situações”

Atentados ao património como aqueles eram habituais e eram uma consequência da renovação cíclica dos edifícios, mas os casos anunciados incidiam em edifício do princípio do século XX, e Nuno Portas considerava que isso era uma consequência da orientação retrógrada das instituições nacionais responsáveis, que continuavam a considerar património classificável apenas edifícios “com mais de três séculos de idade”.<sup>355</sup> E essa orientação retrógrada aplicava-se também ao ensino da arquitectura. Nuno Portas defendia que o conhecimento da história era uma condição indispensável à formação do arquitecto, e que não se podia limitar ao estudo da arquitectura anterior ao século XX. O conhecimento da arquitectura mais recente, das gerações anteriores, era o território cultural a partir do qual cada geração podia construir o seu progresso. E, portanto, atribuía também uma parte da responsabilidade por tantas desconsiderações com o património da arquitectura moderna ao desconhecimento, e à falta do seu estudo.<sup>356</sup>

Por isso, “Antes que, mesmo o pouco que temos...” converteu-se num apelo, um desafio colectivo, onde, em nome da comissão editorial da revista, o autor se comprometia a iniciar o estudo da história da arquitectura moderna portuguesa.

Nesse texto Nuno Portas identificava algumas obras chave, alguns autores e edifícios que podiam ser reconhecidos a partir de um conhecimento empírico, mais ou menos genérico. Algumas “unidades de habitação colectiva”, alguns escassos exemplos de “Arte Nova”, um sanatório na Parede e uma clínica helioterápica no Norte,<sup>357</sup> e alguns edifícios onde se experimentavam os materiais e os sistemas construtivos modernos, obras de alguns arquitectos mais conscientes da linguagem modernista – o Hotel Vitória, o Cinema Éden, e algumas moradias de Cassiano Branco, o Pavilhão de Rádio do IPO, em Lisboa, de Carlos Ramos, a estação telefónica do Estoril de Adelino Nunes, o edifício para o “Diário de Notícias” de Pardal Monteiro, o Café Portugal, de Cristino da Silva, no Rossio, o edifício da Casa da Moeda de Jorge Segurado... No Porto, obras de Marques da Silva, Rogério de Azevedo, José Porto... “e alguns mais”.<sup>358</sup>

<sup>355</sup> Página 48

<sup>356</sup> Ao contrário do que acontecia nas artes plásticas ou na literatura, em Portugal.

<sup>357</sup> A clínica “Heliantia” de Francelos, em Vila Nova de Gaia.

<sup>358</sup> “... (este último, esquecido autor da notável habitação do realizador Manuel de Oliveira) ... e alguns mais.” (Página 48)

A proposta de Nuno Portas significava passar desse conhecimento empírico a um conhecimento sistemático da história da arquitectura moderna em Portugal – estudar a sua origem e a sua dificuldade de afirmação na primeira metade do século XX, no período entre guerras, quando se construíam na Europa os principais edifícios modernistas que lhe serviam de modelo. E, no fundo, o método antecipado nesse momento é o mesmo que seguirá o próprio Nuno Portas cerca de um ano depois, e que se dividia em dois momentos fundamentais – primeiro, um trabalho de levantamento, “um inventário”, o mais exaustivo possível, procurando reunir informação sobre diferentes aspectos do fenómeno, e procurando identificar os protagonistas “pioneiros da renovação”, e depois, um esforço de síntese, uma interpretação, que era verdadeiramente o objectivo principal.

“Neste momento, a equipa de «Arquitectura» considera esta tarefa como obrigação indeclinável da classe – tanto mais grave e urgente quanto se vêem já ameaçadas, senão mesmo perdidas nalguns casos, os raros documentos de valor de que poderíamos dispor. [...]

Mas esta **história** não é, talvez, fácil de fazer: tratando-se em primeiro lugar de um **inventário**, não se pode limitar à publicação das obras que citámos, implicando uma prospecção das peças menos conhecidas, nomeadamente de autores já desaparecidos do primeiro período de renovação... [...]

... Pedimos em primeiro lugar que nos façam chegar, pelo menos, a notícia de todos aqueles documentos (escritos, desenhados ou construídos) que de algum modo dêem testemunho, ainda se por formas menos conscientes, da transformação cultural da arquitectura e do urbanismo do «nosso tempo». [...]

[Contribuições] essenciais ao bom êxito de uma tarefa de análise historiográfica que excede as possibilidades da equipa que nestas páginas mete mãos ao que possa vir a constituir os fundamentos da história da nossa arquitectura moderna.

Mas, antes que o pouco que temos...”<sup>359</sup>

E terminava – “As notícias e todo o material devem ser enviados para «Arquitectura», para o encarregado de equipa”. Assinado – Nuno Portas<sup>360</sup>

A proposta de Nuno Portas era encarar o estudo da história da arquitectura moderna portuguesa como um projecto colectivo. Esperava poder contar com uma participação alargada, e esperava que revista “Arquitectura” pudesse contribuir para a recolha e a divulgação de inúmeras contribuições. Esperava que a revista pudesse servir como um ponto de convergência dessa produção de conhecimento, e se pudesse transformar num espaço de interpretação crítica do conhecimento produzido.

Duas edições depois, no nº72 (Outubro de 1961), a revista publica “Uma obra do arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira: a Clínica Heliantia de Francelos – 1930”,<sup>361</sup> um artigo de Luís Cunha sobre uma das obras citadas em “Antes que, mesmo o pouco que temos...”, precedido por uma nota editorial assinada por Nuno Portas.

“Na sequência do apelo feito no número 70 de «Arquitectura», regozijamo-nos por poder iniciar neste fascículo a série de estudos sobre algumas das obras mais relevantes do que constitui a nossa *tradição moderna*. [...]

Iniciando uma tarefa que é a um tempo de busca e arquivo documental e de primeiro ensaio crítico, pensamos preparar o terreno e o ambiente de interesse para, com a maior experiência e fôlego da equipa, se poder fazer uma incursão na História da Arquitectura Moderna em Portugal.”<sup>362</sup>

---

<sup>359</sup> Página 49

<sup>360</sup> Página 49

<sup>361</sup> “Uma obra do arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira: a Clínica Heliantia de Francelos – 1930”, Luís Cunha, revista “Arquitectura” nº72, Outubro 1961, pp. 3-8

<sup>362</sup> Nuno Portas, página 3



Revista “Arquitectura” nº 70, Março 1961 (páginas 48-49) – “Antes que, mesmo o pouco que temos...”

Revista “Arquitectura” nº 72, Outubro 1961 (páginas 2, 5) – “... Clínica Heliantia de Francelos – 1930”

O artigo de Luís Cunha era a primeira contribuição de um arquitecto da nova geração, que não integrava a comissão editorial da revista, e que respondia ao desafio de Nuno Portas. Isso é declarado pelo próprio autor, logo no primeiro parágrafo do texto<sup>363</sup> –

“Quando, já há meses, conversando com alguns dos componentes da equipa de direcção desta revista, concordávamos no interesse de inventariar, estudar e divulgar os edifícios mais representativos do alvorecer da arquitectura moderna no nosso país, e tendo eu relebrado mentalmente aqueles de que tinha conhecimento na região do Porto, um dos que logo me pareceram justificar a sua publicação foi o da Clínica Heliantia da praia de Francelos.”<sup>364</sup>

Tal como Nuno Portas, que se tinha referido às dificuldades de afirmação da arquitectura moderna em Portugal, e citava as obras modernas como exemplos raros e excepções, Luís Cunha também se refere à modernidade deste edifício como uma excepção no panorama cultural portuense, e como o resultado de uma série de circunstâncias favoráveis, das quais destacava a iniciativa e o espírito culto do Dr. Joaquim Ferreira Alves, fundador e director da Clínica “Heliantia”, e responsável pela encomenda do projecto. O edifício da clínica “Heliantia” é construído com uma estrutura de pórticos em betão que criam pisos de varandas sobrepostos e assimétrico, que dominam a imagem do edifício em todas as fachadas. Pelo texto de Luís Cunha e pelas imagens de “Outras obras do arquitecto Oliveira Ferreira”<sup>365</sup> apresentadas no mesmo artigo é possível perceber que a modernidade da arquitectura da clínica “Heliantia”, em Francelos, Vila Nova de Gaia, é uma excepção em relação à obra do seu autor. Em todos os outros exemplos apresentados, a linguagem arquitectónica usada por Oliveira Ferreira recorre a sistemas de composição de raiz clássica – Sanatório Marítimo do Norte, Valadares (1916), Casa de Saúde do Dr. Alberto Gonçalves, na Av. dos Aliados, Porto (1922) – ou de inspiração romântica – Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia (1916), Casa da Rua Teixeira Lopes, Miramar (1929).

<sup>363</sup> E foi também declarado por Nuno Portas em Março de 2013.

<sup>364</sup> Página 3

<sup>365</sup> “Outras obras do arquitecto Oliveira Ferreira” (Página 8)

No final desse ano 1961, em Dezembro, Nuno Portas inicia a publicação de uma série de crónicas de arquitectura no “Jornal de Letras e Artes” com um texto intitulado “Pioneiros de uma renovação”<sup>366</sup>, publicado no nº11, de 13 de Dezembro.

O “Jornal de Letras e Artes” era uma publicação de cultura literária e artística semanal, criada recentemente – o primeiro número tinha sido publicado em Outubro – e o texto de Nuno Portas iniciava uma série de crónicas de arquitectura que se anunciavam com uma periodicidade quinzenal, e que durante os dois anos seguintes teria também a participação de Carlos Duarte, Francisco Silva Dias, António Freitas e Manuel João Leal... e a partir de 1965, também de Pedro Vieira de Almeida.<sup>367</sup>

A crónica de Nuno Portas dirigia-se, portanto, a um público “interessado em temas culturais”<sup>368</sup> mas não especializado em arquitectura. O autor começa por explicar que embora fossem conhecidas “as tentativas de expressão de modernidade que se foram sucedendo no nosso País na pintura, na escultura, na literatura, na dramaturgia, no cinema, o inventário e a crítica ao valor das experiências feitas”<sup>369</sup> na arquitectura estava ainda por fazer. E explica também que a tarefa estava bastante dificultada pela ausência de estudos históricos e sociológicos, relativos ao período em análise.

“Sendo estas obras testemunhas das transformações sociais, ligadas aos fenómenos que alteraram a fisionomia das cidades, à importância económica e avanço técnico da indústria da construção, entre outros factores, uma crítica realista da arquitectura moderna pressupõe um conhecimento histórico e sociológico da vida do país [...], e que tenha em conta não só a descrição dos movimentos culturais, mas também, e sobretudo a evolução demográfica e os conflitos sociais, os movimentos da população, o processo de industrialização e concentração urbana, etc. Deste ponto de vista, não poderá deixar de se reconhecer que nos faltam obras de síntese que permitam inserir as tentativas de renovação arquitectónica no contexto preciso do seu tempo e explicar os motivos da sua persistência, ou descontinuidade.”<sup>370</sup>

Além disso, sendo a arquitectura moderna uma consequência cultural da industrialização dos processos produtivos e estando tão dependente de profundas alterações demográficas, a transformação cultural e social proposta pelo Movimento Moderno representava uma profunda alteração no modo de organizar as cidades e a sociedade. Por isso, para Nuno Portas não era possível estudar a história da arquitectura moderna com os mesmos critérios usados pela História da Arte para os períodos mais antigos, e seguindo o modelo que considerava a história da arquitectura como a história dos “edifícios-monumentos de excepção” e “como sucessão de «estilos» referidos a arquétipos formais a partir dos quais se definem as fases de formação classicismo ou decadência.”<sup>371</sup>

---

<sup>366</sup> “Pioneiros de uma renovação”, Nuno Portas, “Jornal de Letras e Artes” nº11, 13 de Dezembro de 1961, secção “Das Artes Plásticas”, pp. 2, 11

<sup>367</sup> O primeiro número do “Jornal de Letras e Artes” foi publicado no dia 4 de Outubro de 1961. No nº11, de 13 de Dezembro, o “JLA” publica a primeira Crónica de Arquitectura com uma nota editorial – “«Jornal de Letras e Artes» inicia hoje a publicação de uma crónica quinzenal de arquitectura, destinada a abrir um diálogo com o público não especializado em torno do problema da arquitectura – nos seus aspectos urbanísticos, da construção de edifícios ou da decoração e desenho de objectos de uso comum. [...] São responsáveis pela continuidade destas crónicas quinzenais os arquitectos Nuno Portas, Fernando Gomes da Silva, António Freitas e Carlos S. Duarte.”

Fernando Gomes da Silva não viria a ser um dos autores das crónicas seguintes, mas sim Francisco Silva Dias, e também não seria sempre cumprida a periodicidade quinzenal anunciada.

<sup>368</sup> Nuno Portas, página 2

<sup>369</sup> Página 2

<sup>370</sup> Página 2

<sup>371</sup> Página 2



“Jornal de Letras e Artes” nº 11, 13 de Dez. de 1961 (Capa, página 2) – “Pioneiros de uma renovação”  
 “Jornal de Letras e Artes” nº 17, 24 de Janeiro de 1962 (Capa, página 11) – “... Os anos difíceis”

O estudo do Movimento Moderno devia considerar todas as dimensões do fenómeno arquitectónico – a construção dos edifícios, o desenho de objectos e a sua produção industrial, e o desenho das cidades.<sup>372</sup> Por isso, em Portugal, uma certa dificuldade de afirmação da arquitectura moderna, explicava-se também por uma industrialização tardia e irregular do país, que tinha atrasado a modernização da sociedade portuguesa.

“Simplificando os termos do problema, poder-se-ia dizer que os espaços modernos não vingaram entre nós porque igualmente uma sociedade moderna se não formou no mesmo ritmo das regiões europeias ou americanas em que o processo de industrialização permitia alicerçar todo um movimento cultural de renovação”<sup>373</sup>

Nuno Portas cita a reconstrução da baixa de Lisboa depois do terramoto de 1755, ordenada pelo Marquês de Pombal e dirigida por Manuel da Maia, como o primeiro exemplo de planeamento moderno em Portugal. Porque nessa operação urbanística estava implicada a globalidade do fenómeno arquitectónico, tal como era entendido num plano moderno – implicava uma intervenção sobre a propriedade do solo urbano considerando-o como espaço colectivo, que incluía espaço público e privado, a regulamentação da construção, também de acordo com um projecto colectivo, e a criação de uma linguagem arquitectónica comum...

Mas, até ao final do século XIX, não existiam em Portugal muitos exemplos que permitissem reconhecer que as transformações sociais provocadas pela industrialização, e pelo crescimento dos centros urbanos, se traduziam numa forma moderna de planear as cidades. E mesmo depois do final do século XIX, os exemplos que existiam eram o resultado de iniciativas mais ou menos isoladas.<sup>374</sup> Alguns conjuntos de habitação colectiva que foram construídos na ausência de uma regra urbana prévia, muitas vezes resultado de formas de associação cooperativa, e que acabam por se tornar tipologias únicas, que existem apenas

<sup>372</sup> “... É óbvio que o estudo da evolução e crítica destes fenómenos não pode ser abarcado pelos métodos da historiografia clássica.” (Página 2)

<sup>373</sup> Páginas 2, 11

<sup>374</sup> “... Foram os próprios interessados que elaboraram uma arquitectura espontânea, às vezes culturalmente valiosa...” (Página 11)

em Lisboa, como as “Villas” e os “Pátios”. Nuno Portas cita os casos da rua D. Maria Pia, de Alcântara, de Xabregas, e o caso singular da unidade de habitação “A Bagatella”.<sup>375</sup>

Do ponto de vista da linguagem arquitectónica, o final do século XIX, marcava também o início de um período em que, embora não fosse possível reconhecer uma verdadeira modernização da sociedade, ou uma verdadeira renovação da sua consciência cultural, e embora de um modo descontínuo, era possível identificar casos de edifícios, ou estruturas, onde se manifestavam algumas formas de expressão que representavam uma renovação moderna da linguagem arquitectónica, semelhante ao que acontecia nos países mais industrializados. O uso de novos materiais e novos sistemas construtivos – o betão, o vidro, o ferro... Nuno Portas cita os casos das pontes sobre o rio Douro, a ponte D. Luís (1886) e a ponte D. Maria Pia (1887) no Porto, o elevador de Santa Justa (1902), alguns armazéns em ferro e tijolo, e alguns prédios da Av. Almirante Reis. Mas esses exemplos de expressão moderna representavam, quase sempre, manifestações isoladas, aspectos fragmentados de uma linguagem arquitectónica que não se afirmava com suficiente coerência.

De acordo com o autor, os primeiros exemplos de utilização de um “estilo moderno” na arquitectura portuguesa, que podiam representar uma preferência estética progressista e cosmopolita, eram alguns casos, poucos também, de edifícios de expressão “Arte Nova”. Nuno Portas recorda novamente a fachada do “Animatógrafo do Rossio” e o desaparecido revestimento cerâmico do Café Royal, e alguns edifícios na Rua Alexandre Herculano e na Avenida Almirante Reis, que tinham sido também referidos por Manuel do Rio-Carvalho no artigo da revista “Arquitectura”. E enuncia algumas das principais obras que se podiam incluir no movimento de renovação da arquitectura portuguesa, imediatamente posterior ao período “Arte Nova”, e que se podiam considerar como a primeira geração de obras do Movimento Moderno em Portugal.

As obras e os autores citados nesse momento são praticamente uma repetição daquilo que o próprio Nuno Portas já tinha publicado na revista “Arquitectura” – Cassiano Branco, Cinema Éden (1931), Hotel Vitória (1934-36), Carlos Ramos, Pavilhão de Rádio do IPO (1927-33), Adelino Nunes, Estação Telefónica do Estoril (1937), Cristino da Silva, Liceu de Beja (1934), o Café Portugal no Rossio e algumas moradias... No Norte, José Porto, autor de uma moradia para o realizador Manoel de Oliveira, a clínica “Heliantia” (1930) ...<sup>376</sup>

Cerca de um mês depois, Nuno Portas publica a segunda crónica da série “Pioneiros de uma renovação”, no “Jornal de Letras e Artes” nº17 (Janeiro de 1962). Nessa crónica, intitulada “Pioneiros de uma renovação II – Os anos difíceis”,<sup>377</sup> Nuno Portas retoma a referência às obras e aos autores que já tinha identificado, e conclui que as principais obras modernas da primeira geração foram realizadas por volta do ano 1930. Isto é, já num período conturbado social e politicamente, mas antes da afirmação definitiva do regime “Estado Novo” pela aprovação da nova Constituição em 1933.

A confirmação constitucional de um regime político contrário aos ideais do “modernismo internacionalista” iria deixar sem possibilidade de continuação as experiências vanguardistas portuguesas, influenciadas pelos modelos da “Bauhaus” na Alemanha, e do “esprit nouveau” em França.

Escreve Nuno Portas nos dois primeiros parágrafos dessa crónica –

“Foi por volta de 1930 que se localizaram as mais consequentes realizações de espírito vanguardista no que se refere a obras de certo vulto... [...]”

<sup>375</sup> “... Da qual se destaca a unidade de habitação de espírito cooperativo alusivamente chamada «A Bagatella» (junto ao jardim das Amoreiras).” (Página 11).

<sup>376</sup> “Estas obras, que apenas enumeramos, merecerão outra crónica que as procure localizar e entender.” (Página 11)

<sup>377</sup> “Pioneiros de uma renovação II – Os anos difíceis”, Nuno Portas, “Jornal de Letras e Artes” nº17, 24 de Janeiro de 1962, secção “Das Artes Plásticas”, pp. 11-12

Período no entanto breve, cujas peças mais notáveis referimos já em crónica anterior e que, aproveitando de uma mudança conjuntural da vida portuguesa se traduziu em algumas «obras públicas» de relevo antes que se tivesse alertado e elaborado a reacção ao «modernismo internacionalista».<sup>378</sup>

A partir desse momento, começa a ser imposta uma orientação oficial na construção de obras públicas contrária à linguagem e aos ideais da arquitectura do Movimento Moderno. Os Liceus de Beja (1934) e de Coimbra (começou a ser construído em 1931) já não serviriam de modelo para as construções escolares seguintes. Nem o edifício do Pavilhão de Rádio do IPO de Lisboa,<sup>379</sup> de Carlos Ramos (1927-33) serviria de modelo às construções hospitalares se seguissem.

“... Mal se terminava a sua concepção [Pavilhão de Rádio do IPO] já o projecto do bloco hospitalar que lhe ficaria vizinho se encomendava a um alemão – Distel (1) – que, certamente, a par de uma especialização em temas hospitalares asseguraria o «nacionalismo monumental» da empresa.”<sup>380</sup>

Nuno Portas distingue três linhas fundamentais, três estilos, que caracterizam a arquitectura de Estado da primeira década do regime, usadas de acordo com as circunstâncias locais e com o programa dos edifícios<sup>381</sup> – O “monumentalismo” de inspiração clássica, “à romana” ou “à ariana”, nas expressões do autor, o “estilo folclórico”, ou regionalista, e o modernismo monumentalista.

O primeiro género de estilo nacional, o monumentalismo clássico, foi usado no Estádio Nacional e era comum em Palácios da Justiça, em Hospitais Escolares e edifício municipais.

O estilo folclórico, ou regionalista, foi usado sobretudo na construção de Hospitais Regionais, Correios, Escolas, Cadeias, Bairros... Os edifícios da Estação Agronómica Nacional, em Oeiras, de Jorge Segurado (1953-67), eram um exemplo desse estilo de arquitectura, que procurava representar os aspectos regionais da arquitectura portuguesa, e que retratava o país como uma “eterna aldeia”.

Finalmente, o estilo modernista-monumentalista, ao qual se conformaram Pardal Monteiro, ou Cottinelli Telmo – “para só citar os nomes mais salientes”<sup>382</sup> – e que serviu durante algum tempo para conter a indignação das elites da sociedade da época, mas que para Nuno Portas era uma mentira.<sup>383</sup>

O autor refere-se a esse “modernismo monumentalista” como um sinal de “carência de convicções profundas no plano do humanismo” e acusa a primeira geração dos pioneiros da renovação, os arquitectos que protagonizaram a actividade profissional nesse período... acusa-os de ceder às “crescentes pressões conservadoras”, e de “alienar a própria dignidade profissional como serviço público”, e de “comprometer o próprio futuro das gerações mais novas”<sup>384</sup> – Cassiano Branco (1897-1970), Carlos Ramos (1897-1969), Adelino Nunes (1903-1948), Luís Cristino da Silva (1896-1976), Pardal Monteiro (1897-1957), Jorge Segurado (1898-1990), Cotinelli Telmo (1897-1948) ... Rogério de Azevedo (1898-1983), no Porto.

---

<sup>378</sup> Página 11

<sup>379</sup> Imagem da primeira crónica “Pioneiros de uma renovação”

<sup>380</sup> Página 11.

“(1) Distel projectou na Alemanha numerosos edifícios públicos de vulto, nomeadamente hospitalares, tratados no pesado estilo ariano de que Albert Speer foi o mais célebre mentor...” (Nota do autor no final do texto, na página 12, sobre o arquitecto alemão Hermann Diestel.)

<sup>381</sup> “O facto hoje incontroverso é que a arquitectura portuguesa na década de 30 a 40 cedeu generalizada e quase indistintamente pela via de três atitudes que a solicitavam...” (Página 11)

<sup>382</sup> Página 11

<sup>383</sup> “... As «elites» do tempo admiraram este último esforço ilusório posto em edifícios logicamente esvaziados de calor humano, ainda se convencidos de vanguardismo...” (Página 11)

<sup>384</sup> Página 11

Alguns anos mais tarde, no final da década de 60, num artigo de homenagem à memória de Carlos Ramos, publicado poucos dias depois da sua morte no “Suplemento Literário” do “Diário de Lisboa”, em 17 de Julho de 1969,<sup>385</sup> Nuno Portas, apesar do elogio próprio da homenagem que lhe prestava, volta a criticar severamente a incapacidade demonstrada pela geração de Carlos Ramos para se bater pelos ideais do Movimento Moderno, sobretudo durante a década de 30, quando o “Estado Novo” usava de todos os meios para impor à arquitectura uma imagem nacionalista, e lamenta o conformismo de toda a primeira geração de “pioneiros” e a sua incapacidade colectiva para produzir um pensamento teórico que pudesse fazer doutrina. E interpreta a predominância de um gosto conservador, em Portugal, naquele período, e a facilidade de afirmação do “movimento da «Casa Portuguesa»” não só pela maior influência de uma sociedade conservadora, pouco progressista, mas também pelo défice de compromisso cultural e pelo excesso de sentido “prático” desses pioneiros da primeira geração, e pela total ausência de uma produção teórica minimamente coerente e consequente.

Afirma Nuno Portas nessa altura –

“[Carlos Ramos] não foi um doutrinário da pedagogia nem sequer da arquitectura e essa terá sido a sua maior limitação [...]. Na verdade ficou sempre a dever-nos o livro que nesse começo dos anos 30 só ele poderia ter escrito...”<sup>386</sup>

E, mais à frente –

“É esta marca de «práticos» dos arquitectos pioneiros a que ele próprio não escapou, que faz com que o movimento modernista português dos anos 30, ao contrário do espanhol, do francês, do italiano, do alemão, seja o mais frágil e sintomaticamente o único que não deixou material de combate (exposições de choque, panfletos, polémicas, livros, revistas), o que se traduz numa reduzidíssima bibliografia. [...] Pelo menos até aos escritos de Keil do Amaral, já nos anos 40. E ao contrário, o movimento da «casa portuguesa», muito mais fácil, encontrou ao longo dos anos a persistente doutrinação de Raul Lino, à qual viriam a render-se, bem depressa, os aprendizes internacionalistas.  
«- Meste Ramos, porquê a *débauche* de todo o grupo, sem resistência, quando após 35, foram vocês mesmos, os mais dotados, que do dia para a noite se passaram para o estilo nacionalista, imposto por governantes formados em direito ou engenharia (nacionalista cozinhado com regional, romano, ariano) e desenharam afinal os grandes protótipos, que foram a sua Leprosaria Rovisco Pais, o seu prédio do Saldanha ou as escolas dos Centenários, os bairros da Encarnação, o Areiro ou o Estádio pelos outros companheiros?»  
«- Olhe, porque as ideias e teoria modernas eram por nós mal conhecidas, não se podia dizer que tivéssemos grandes convicções sobre o que fazíamos, mas a verdade também é que não tínhamos outro trabalho, sabíamos que os projectos seriam rejeitados ou emendados se não fossem conformes à ‘expressão nacional’; e depois começava a preocupar-nos o património cultural da arquitectura portuguesa...»<sup>387</sup>

Afirma ainda Nuno Portas –

“Não esqueci mais a lição implícita nas contradições desta geração: a arquitectura autêntica, na nossa sociedade é uma arquitectura marginal ou marginada – não pode cometer o erro de subestimar o suporte teórico nem esperar sucessos fáceis ou imediatos.”<sup>388</sup>

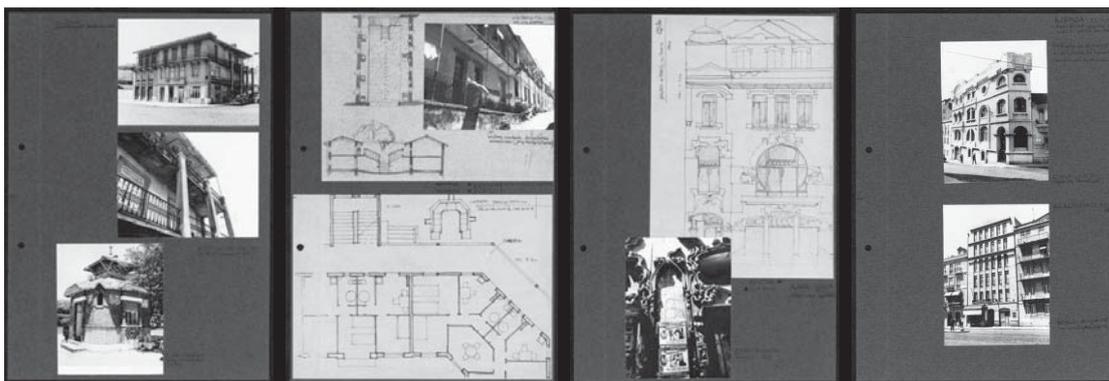
<sup>385</sup> “Carlos Ramos (1897), Walter Gropius (1883). «In memoriam»”, Nuno Portas, “Diário de Lisboa”, Suplemento Literário nº571, 17 de Julho de 1969, pp. 4, 6

(De acordo com Nuno Portas, Walter Gropius e Carlos Ramos “terminam [as] suas carreiras” na mesma semana – Walter Gropius morreu no dia 5 de Julho de 1969.)

<sup>386</sup> Página 4

<sup>387</sup> Páginas 4, 6

<sup>388</sup> Página 6



“Estudo sobre o Movimento Moderno em Arquitectura e Urbanismo em Portugal” (imagens, pp. 1-4) – 3º Relatório, Período de Abril a Junho de 1963

Ainda na segunda crónica do “Jornal de Letras e Artes”, em Janeiro de 1962, Nuno Portas identifica dois momentos chave desses “anos difíceis”, em que os pioneiros da primeira geração cederam ao regime e desistiram de lutar pela modernidade da arquitectura. O primeiro, a Exposição do Mundo Português, em 1940, que representava a consagração do esforço de propaganda desenvolvido pelo regime ao longo de toda a década dos anos 30. E o segundo, o Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, que consagrou o esforço de oposição ao regime, reprimido durante cerca de duas décadas, e preparou o caminho para as conquistas da segunda geração da arquitectura moderna em Portugal, ao longo da década de 50. Para Nuno Portas, a exposição de 1940, inadvertidamente, teve a virtude de despertar o espírito de combate de uma nova geração de arquitectos inconformados pela imposição de uma linguagem “folclórica” e “monumentalista”, que representava uma série de princípios morais que não aceitavam – um fenómeno semelhante ao que aconteceu na literatura, na música e nas artes plásticas com os movimentos realista e neo-realista. E o Congresso de 1948 foi um momento de ruptura entre duas linhas de acção em conflito na prática profissional dos arquitectos portugueses, e que tinham convivido até esse momento – a linha do regime, conservadora, e a linha modernista.

A afirmação colectiva de certos princípios de racionalidade e modernidade, que ficaram declarados nas Actas do Congresso, e que representavam uma tomada de posição contrária à orientação conservadora forçada pelo poder político, explicava-se portanto, em parte, por essa reacção à “monumental encenação”<sup>389</sup> que tinha sido a exposição de 1940, mas explicava-se também pelo desgaste das ideologias dominantes e pela maior abertura da sociedade, naquele momento, ao espírito da arquitectura moderna.

“... A essas levas de novos iria caber finalmente a oportunidade de uma produção mais livre, produto simultâneo de um desgaste das não-renovadas ideologias dominantes e de uma imposição pela evidência, em certos sectores mais abertos, das vantagens do que se chamava «o funcional».”<sup>390</sup>

Além disso, as conquistas da segunda geração de pioneiros da arquitectura moderna portuguesa, que haveriam de se traduzir numa maior capacidade de implantação da linguagem modernista internacional, sobretudo em obras construídas na primeira metade da década de 50, representavam um importante avanço em relação ao défice de pensamento teórico, e à falta de “convicções profundas no plano do humanismo” de que acusava a primeira geração.

<sup>389</sup> Nuno Portas, página 11

<sup>390</sup> Páginas 11-12

“De notar neste grupo um tom resolutamente novo: a reivindicação de uma estética, ou antes de um vocabulário plástico, aparecia nitidamente superada pela tomada de consciência dos problemas sociais envolvidos na reorganização do espaço urbano ou rural. Sintomaticamente, toda a argumentação teórica é referida à Carta de Atenas [...] e à terminologia de Le-Corbusier...”<sup>391</sup>

Dessa segunda geração de pioneiros, que protagonizaram a acção colectiva de 1948, Nuno Portas destaca as figuras de Keil do Amaral, em Lisboa, e Viana de Lima, no Porto.

Refere-se a Keil do Amaral como um importante agitador do debate durante os anos da guerra e no imediato pós-guerra,<sup>392</sup> que apesar da sua participação nas exposições “oficiais” de 1937 e 1940 – Pavilhão de Portugal na Exposição Mundial de Paris (1937) e Exposição do Mundo Português (1940) – se tornou numa das personalidades mais influentes dos arquitectos da nova geração, em Lisboa.

Sobre Alfredo Viana de Lima, Nuno Portas recorda a distinção que lhe tinha sido atribuída recentemente, na 2ª Exposição de Artes Plásticas da Fundação Gulbenkian,<sup>393</sup> e recorda como as adversidades que tinha enfrentado a sua geração durante os “anos difíceis” ajudavam a explicar o intervalo de uma década entre as suas duas primeiras obras. Duas moradias no Porto, de 1941 e 1951, citadas por Nuno Portas como casos singulares na arquitectura portuguesa desse período, que seguiam de um modo explícito os modelos de Le-Corbusier da década dos anos 20.

O artigo do JLA era ilustrado com duas fotografias da Casa da Rua Honório de Lima, no Porto (1941), e uma fotografia da “Maison Cook”, de Le Corbusier, em Boulogne-sur-Seine, França, de 1926, com a legenda – “Uma das obras de Le-Corbusier anteriores a 1930 e a cuja estética a obra portuense se refere.”<sup>394</sup>

#### (Estudo do Movimento Moderno em Portugal – A Bolsa de Estudo da FCG, 1962/1964)

Logo depois da publicação das duas primeiras crónicas da série “Pioneiros de uma renovação”, no JLA, em Dezembro de 1961 e Janeiro de 1962, e menos de um ano depois do texto publicado no nº70 da revista “Arquitectura” (Março de 1961) – “Antes que, mesmo o pouco que temos...” – onde alertava para a necessidade de iniciar a preparação de uma História da Arquitectura Moderna em Portugal, e apelava a uma participação alargada da classe... Em Fevereiro de 1962, Nuno Portas propõe à Fundação Calouste Gulbenkian que lhe seja atribuída uma Bolsa de Estudo para “Pesquisa e organização de documentos sobre obras significativas para uma História do Movimento Moderno em Portugal (Arquitectura e Urbanismo)”,<sup>395</sup> explicando que algumas das obras mais importantes desse processo de renovação da arquitectura portuguesa estavam ameaçadas de alteração ou destruição, que esse estudo estava por fazer, e que era fundamental para a construção de um pensamento crítico sobre a arquitectura contemporânea. E propunha a publicação dos resultados dessa pesquisa na revista “Arquitectura”, como uma das formas de divulgar o estudo que realizasse.

---

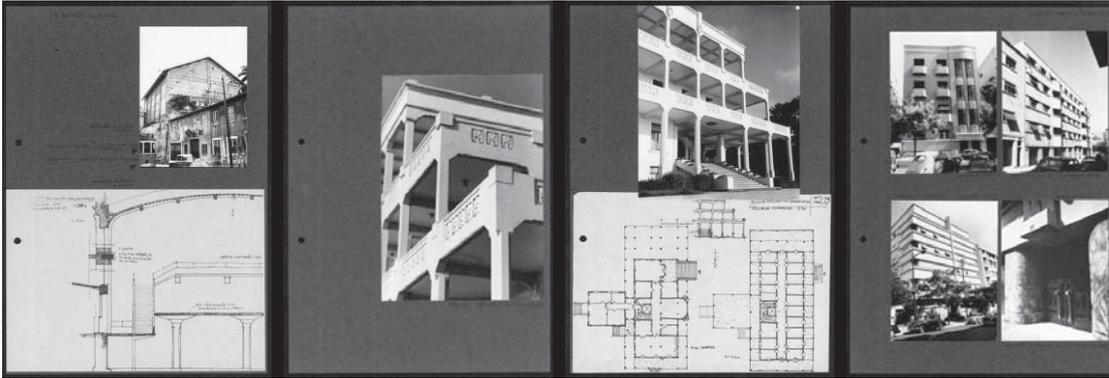
<sup>391</sup> Página 12

<sup>392</sup> Na primeira metade dos anos 40, Keil do Amaral publica – “A Arquitectura e a Vida”, Edições Cosmos, Lisboa 1942, “A Moderna Arquitectura Holandesa”, Cadernos Seara Nova, Lisboa 1943, e “O Problema da Habitação”, Livraria Latina, Porto 1945.

<sup>393</sup> Tema da segunda crónica de arquitectura publicada no “Jornal de Letras e Artes”, no nº13, de 27 de Dezembro de 1961, por António Freitas, “A arquitectura na 2ª Exposição Gulbenkian”.

<sup>394</sup> Página 11

<sup>395</sup> Título usado no “Programa de Estudos” do “Boletim de Inscrição”, entregue no Serviço de Belas-Artes da Fundação em 28 de Fevereiro de 1962.



“Estudo sobre o Movimento Moderno em Arquitectura e Urbanismo em Portugal” (imagens, pp. 5-8) – 3º Relatório, Período de Abril a Junho de 1963

“Pesquisa e organização de documentos sobre obras significativas para uma História do Movimento Moderno em Portugal (Arquitectura e Urbanismo)”

À excepção de monografias especializadas de alguns investigadores (como as do Engº S. Simões ou de M. Rio-de-Carvalho) a realização de um inventário das obras e demais documentos que possam aclarar o processo de aculturação da renovação arquitectónica moderna no nosso país, não foi ainda iniciado, embora seja reconhecida toda a urgência em encetar a necessária preparação e classificação.

Não é para tal a menor razão o facto de se ter já conhecimento da alteração ou destruição de algumas das poucas obras que constituem esse património desde a 2ª metade do século passado, reunindo enquanto for tempo elementos gráficos fotográficos e testemunhos dos autores. [...]

Quanto à sua divulgação pública propõe-se seja estudada posteriormente, vindo no entanto, desde já, as seguintes modalidades, admitindo que o resultado da recolha o autoriza,

- a) Publicação numa série em revista especializada – Arquitectura – a exemplo das revistas italianas,
- b) Preparação de livro dedicado ao assunto,
- c) Preparação de Exposição ...”<sup>396</sup>

Essa Bolsa de Estudo foi atribuída pela Fundação Calouste Gulbenkian inicialmente pelo período de um ano, com início em Outubro de 1962, e foi depois prorrogada por mais seis meses.<sup>397</sup> Durante esse período o bolseiro comprometia-se a produzir relatórios trimestrais informando a Fundação sobre o desenvolvimento do trabalho e um relatório de síntese, no final, expondo os resultados a que tinha chegado a investigação.

<sup>396</sup> Excerto do “Programa de Estudos”, Boletim de Inscrição (página 2), Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian. (Texto integral do “Programa de Estudos” transcrito no Anexo 2)

<sup>397</sup> O Director do Serviço de Belas-Artes da FCG envia uma carta a Nuno Portas em 22 de Agosto de 1962 (com a referência 1988/BA/62) comunicando a atribuição da Bolsa por um período de 12 meses.

Nuno Portas responde em 19 de Setembro explicando que pode “iniciar o trabalho referente à Bolsa a partir de 1 de Outubro”.

No final desse período, numa carta enviada à FCG em 4 de Setembro de 1963, Nuno Portas pediu uma “prorrogação da Bolsa de Estudo concedida”, e em 22 de Novembro desse ano o Director do Serviço de Belas-Artes da FCG redige um parecer favorável à prorrogação da Bolsa por mais 6 meses. (Informação Arquivo da FCG)

Através da leitura do “Programa de Estudos” proposto no boletim de inscrição e desses relatórios periódicos<sup>398</sup> é possível reconhecer alguns dos aspectos fundamentais que orientaram a pesquisa naquele momento, e perceber algumas das dificuldades encontradas na realização do trabalho, que ajudam também a compreender melhor a situação actual da historiografia da arquitectura moderna em Portugal – sobre os objectivos, o método, os critérios adoptados, as fontes bibliográficas e documentais, as personalidades entrevistadas, os principais edifícios identificados...

A partir do conhecimento empírico dos edifícios, ou conjuntos de edifícios, que tinha já identificado e enunciado nos artigos publicados na revista “Arquitectura” e no “Jornal de Letras e Artes”, Nuno Portas procura alargar esse conhecimento ao maior número possível de casos e torná-lo mais sistemático. Para isso define uma série de categorias de casos que permitiam caracterizar o Movimento Moderno em Portugal, e procura acrescentar novos exemplos, dentro de cada categoria ou grupo, aos quais podia ser atribuída uma classificação semelhante, procurava documentá-los e contextualizá-los. Algumas vezes construções de autoria desconhecida, outras já desaparecidas, muitas vezes difíceis de documentar... No fundo o método proposto mantinha os mesmos princípios já anunciados antes – primeiro, um trabalho de levantamento, “a realização de um inventário”, e depois a sua interpretação crítica.

“... Recolhe e organiza uma documentação indispensável a uma segunda fase de elaboração crítica.

[...]

O método que se propõe seguir consistiria em:

- a) Reunir o maior número de informações em publicações, documentos escolares ou de arquivos públicos, testemunhos pessoais,
- b) Recolher ou executar peças gráficas, visitar e fotografar pormenorizadamente as obras seleccionadas como interessando a qualquer título, além de procurar explicar a sua génese, influências e reacções provocadas junto dos autores, colaboradores, familiares, etc.
- c) Relacionar as características das obras e autores com as ideias e condicionalismos da época e com a evolução da arquitectura contemporânea fora do país.”<sup>399</sup>

No primeiro relatório trimestral, enviado à Fundação em Fevereiro de 1963, Nuno Portas apresenta o livro de Carlos Flores, “Arquitectura Española Contemporânea”,<sup>400</sup> publicado em 1961, como uma referência importante para a sua investigação, mas era também evidente que a leitura da “Storia dell’Architettura Moderna”, de Bruno Zevi (1950), tinha sido crucial para a construção do seu modelo historiográfico. Escreve Bruno Zevi no Capítulo 1, “A génese da arquitectura moderna”, numa secção do texto intitulada “O impulso social”<sup>401</sup> –

“Na base da renovação arquitectónica moderna há uma causa social. Ainda antes do gosto, da técnica, das concepções visuais, está o programa de construções...”

“A ruína da arquitectura convencional do século XIX foi determinada, sobretudo, pelo facto de que aquela se mostrou incapaz de responder ao programa de construções posto pela revolução industrial e, por consequência, ao fenómeno do urbanismo.”

<sup>398</sup> Nos arquivos da Fundação, além do “Programa de Estudos” proposto, e de uma série de correspondência trocada entre Nuno Portas e a FCG, existem os três primeiros relatórios trimestrais, e um relatório relativo ao período de prolongamento concedido – Programa de Estudos, entregue em 28 de Fevereiro de 1962 / 1º Relatório trimestral, enviado em Fevereiro de 1963 / 2º Relatório trimestral, enviado em Abril de 1963 / 3º Relatório trimestral, enviado em Agosto de 1963 / Relatório relativo ao 5º período de pesquisa, enviado em Maio de 1964.

(O “Programa de Estudos” e os relatórios trimestrais existentes no Arquivo da FCG estão transcritos no Anexo 2)

<sup>399</sup> Excerto do “Programa de Estudos”, Boletim de Inscrição (p. 2), Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>400</sup> “Arquitectura Española Contemporânea”, Carlos Flores, Editora Aguilar, Bilbao 1961

<sup>401</sup> “História da Arquitectura Moderna”, Bruno Zevi, Editora Arcádia, volume 1, Lisboa, 1970-1973



“História da Arquitectura Moderna”, Bruno Zevi, Editora Arcádia, vol. 1 (capa, Quadro 1, Quadros 5-6)

“Os factos são conhecidos. Em 1801 a Inglaterra contava com menos de nove milhões de habitantes; em 1911 ultrapassava os trinta e seis milhões. [...] Mas o crescimento da população é um fenómeno secundário em relação com o da sua distribuição geográfica: o facto característico do século XIX consiste na afluência de grandes massas campesinas aos centros industriais, na ampliação das cidades, na ruptura do equilíbrio urbano de estrutura medieval e renascentista dos centros europeus...”

“E o novo cliente, poderoso anónimo, dos arquitectos-precursores foi, vizinho das fábricas industriais, a massa enorme dos novos habitantes da cidade, foi a multidão ardente que criara as metrópoles. O surgimento da arquitectura moderna identifica-se com a pressão e com a consciência do problema urbanístico. O arquitecto moderno, por ser arquitecto-engenheiro, é arquitecto-urbanista: o seu cliente não é apenas aquele que quer construir um palácio ou uma moradia, e também não é o mecenas ou o ditador que anela abrir uma avenida monumental, mas a massa inteira dos cidadãos em toda a sua complexidade social e psicológica.”<sup>402</sup>

Na investigação desenvolvida por Nuno Portas, para além da importância da renovação do gosto, na viragem do século XIX para o século XX, e do papel decisivo que teve a evolução técnica dos sistemas construtivos, a construção em ferro e em betão armado, e para além da importância das vanguardas artística do início do século XX, a transformação social provocada pela revolução industrial e pela deslocação da população para as cidades, que acrescentava à arquitectura moderna a dimensão do urbanismo era um aspecto decisivo para compreender o fenómeno daquela transformação cultural. Logo no “Programa de Estudos” Nuno Portas define algumas categorias de fenómenos, ou períodos chave, para iniciar essa análise – (1) Os “processo de Industrialização e pressões sociais”, que incluía o uso de novos materiais e sistemas construtivos, o aparecimento de novos programas e a transformação das cidades, (2) As “tentativas de renovação da linguagem”, inicialmente “movimentos predominantemente decorativistas” que evoluíram para uma estética mais abstracta por “influência das correntes europeias”, (3) A “reação do «nacionalismo»” às aspirações universalistas modernas, sobretudo durante a década de 30, mas também na década seguinte, e (4) “A continuidade recente do Movimento Moderno”.

Os casos relevantes identificados – obras, factos, ou textos – originavam a criação de uma ficha que permitia organizá-los de acordo com um critério – “por gerações de autores”, “pela tipologia dos edifícios” ou pelo uso de certos elementos figurativo, “pelo emprego de determinados materiais e técnicas”, “por afinidades culturais ou estilísticas (entre si e com os movimentos estrangeiros)”...<sup>403</sup>

<sup>402</sup> Citações das páginas 57, 58, 60 e 65

<sup>403</sup> “Critérios” declarados no “3º Relatório – Período de Abril a Junho de 1963”, Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

Nessa altura, durante o período de atribuição de Bolsa, entre 1962 e 1964, Nuno Portas identifica também uma série de fontes documentais, bibliografia da primeira metade do século XX, fundamental para aprofundar o conhecimento sobre as origens e a natureza do fenómeno cultural da renovação da linguagem arquitectónica em Portugal.

Identifica os principais títulos de “revistas especializadas” – “Arquitectura Portuguesa”, “Construção Moderna”, “Arquitectura”, “Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)” – selecciona algumas publicações semanais de carácter informativo que permitiam caracterizar o ambiente cultural das épocas estudadas – “Serões”, “A Ilustração Portuguesa”, “Abc” – outras publicações de expressão artística e literária – “Contemporânea”, “Litoral”, “Revista Portuguesa” – ainda as revista “Panorama” e “Turismo”, os “Boletins de Urbanização” publicados pelo Ministério da Obras Públicas...

E identifica uma série de autores chave, historiadores e críticos – Fialho de Almeida (1857-1911), Ramalho Ortigão (1836-1915), Sousa Viterbo (1845-1910), José de Figueiredo (1871-1937) – alguns seus contemporâneos e que Nuno Portas pôde contactar – Manuel do Rio-Carvalho, o Eng<sup>o</sup> Freitas Morais, “estudioso dos trabalhos dos Engenheiros Militares, nomeadamente durante o período pombalino”<sup>404</sup> – o professor Mário Chico, o crítico Roberto Nobre...

Uma das formas mais práticas de documentar as obras encontradas era fotografá-las, quando isso era possível. Mas além do registo fotográfico das obras, além dessa selecção de fontes bibliográficas, e da recolha de elementos gráficos, era urgente registar também os testemunhos dos autores – enquanto fosse tempo,<sup>405</sup> como declarava no “Programa de Estudos”. Porque uma parte importante do estudo respeitava a realizações da primeira metade do século XX.

Iniciar o estudo da arquitectura desse período naquele momento permitiu ainda a Nuno Portas recolher o depoimento de alguns dos seus protagonistas mais influentes – Raul Lino (1879-1974) – “cujo início da actividade remonta a 1890, permitindo reconstruir [...] um foi condutor do ambiente e obras de mais de 70 anos”<sup>406</sup> – Luís Cristino da Silva (1896-1976), Cassiano Branco (1897-1970), Carlos Ramos (1897-1969), Couto Martins (1897-1970), Jorge Segurado (1898-1990) – “possuidor de documentação valiosa”<sup>407</sup> – Rogério de Azevedo (1898-1983), Arménio Losa (1908-1988), Januário Godinho (1910-1990), Viana de Lima (1913-1991) ...

Depoimentos que serviram também para recuperar a memória de outros protagonistas entretanto já desaparecidos, de quem tinham tido conhecimento directo – Pardal Monteiro (1897-1957), Cottinelli Telmo (1897-1948), Adelino Nunes (1903-1948), Duarte Pacheco (1900-1943), António Varela (1903-1962) ...

---

<sup>404</sup> “Relatório do 2º Período de Actividade”, Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>405</sup> “... Reunindo enquanto for tempo elementos gráficos, fotográficos, e testemunhos dos autores.”

<sup>406</sup> “3º Relatório – Período de Abril a Junho de 1963”, Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>407</sup> “Relatório do 1º Período de Actividade”, Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian.

### A procura de continuidade cultural

(Recuperar a continuidade histórica / Aproximação à realidade – A terceira crónica do “Jornal de Letras e Artes” / “Progressos recentes”)

As duas primeiras crónicas da série “Pioneiros de uma renovação” foram escritas antes da apresentação da candidatura à Bolsa de Estudo da Fundação Calouste Gulbenkian em Fevereiro de 1962, e foram publicadas num intervalo de tempo bastante curto, menos de um mês, mas entre Dezembro de 1961 e Janeiro de 1963, ao longo de cerca de um ano, Nuno Portas publicou no “Jornal de Letras e Artes” quatro crónicas incluídas nessa série.

À sequência dessas quatro crónicas o autor faz corresponder dois períodos distintos, que se justificavam também pela historiografia internacional do Movimento Moderno. As duas primeiras correspondem ao período “entre-guerras”, referem-se aos “pioneiros” das duas primeiras gerações, e as duas últimas tratam o período pós segunda guerra mundial, que em Portugal corresponde ao momento em que finalmente se afirma a arquitectura moderna. E, porque para Nuno Portas o momento actual era uma consequência dessa afirmação tardia da arquitectura moderna, e porque a vontade de compreender culturalmente esse momento actual era uma das suas principais motivações, que justificava a publicação daquelas crónicas no JLA e explicava a necessidade de conhecer a história da arquitectura portuguesa recente... Nas duas últimas crónicas dessa série Nuno Portas procura analisar a situação contemporânea.

Naquele momento participavam activamente no debate, simultaneamente, três gerações diferentes divididas em duas facções. Ainda a segunda geração dos “pioneiros”, nascidos durante a década de 1910 – Keil do Amaral, Viana de Lima, e a grande maioria dos sócios do ICAT... – e as duas gerações seguintes, dos arquitectos nascidos na década de 1920 – Nuno Teotónio Pereira, Manuel Tainha... – e dos mais jovens, nascidos na década de 1930 – onde se incluía o próprio Nuno Portas.

Essas três gerações, embora bastante próximas ideologicamente, divergiam bastante culturalmente, porque durante a década de 50, quando os primeiros – a segunda geração de pioneiros – conquistaram a possibilidade de construir edifícios e planear a cidade de acordo com os ideais da arquitectura moderna, as novas gerações, sobretudo no final da década, embora ainda com pouca obra construída, começam a pôr em causa alguns dos princípios chave que permitiam confirmar aquela conquista colectiva – a existência de um sistema de linguagem universal, e a aceitação de alguns dogmas...

### (Recuperar a continuidade histórica)

Mas ainda antes da publicação das duas últimas crónicas daquela série, em Abril de 1962 e Janeiro de 1963, Nuno Portas retoma o tema da segunda crónica do “Jornal de letras e Artes” e reedita parcialmente esse texto no nº74 da revista “Arquitectura” (Março 1962).<sup>408</sup>

Nessa edição nº74, a revista publica duas obras de Viana de Lima, a casa da Rua Honório de Lima, de 1941, e uma casa em Seides.<sup>409</sup> A casa de 1941 é publicada com um texto de apresentação de Nuno Portas que repete uma grande parte do texto escrito para a segunda crónica do “Jornal de Letras e Artes”, publicada cerca de três meses antes.<sup>410</sup>

<sup>408</sup> “Alfredo Viana de Lima. 1941 – Casa unifamiliar no Porto, na Rua Honório de Lima”, revista “Arquitectura” nº74, Março de 1962, Notas de apresentação de Nuno Portas, pp. 30-35

<sup>409</sup> “1941 – Casa unifamiliar no Porto, na R. Honório de Lima”, pp. 30-35, e “Casa unifamiliar em Seides”, pp. 36-38

<sup>410</sup> Isso é aliás anunciado numa nota, no início do artigo –

“Notas de apresentação de Nuno Portas – Usa-se nestas notas parte de um artigo publicado no «Jornal de Letras e Artes», nº 17.” (Página 30)

Logo no início do texto, Nuno Portas identifica dois aspectos cruciais que justificavam a documentação daqueles edifícios na revista e a repetição de uma parte do texto já publicado anteriormente – o facto da moradia da Rua Honório de Lima ser uma das realizações mais notáveis da arquitectura moderna em Portugal, e a necessidade de retomar aquele projecto colectivo de fazer uma história da arquitectura do Movimento Moderno em Portugal, e de insistir que a revista “Arquitectura” devia servir de arquivo para essas contribuições.

“... A moradia que agora – só agora – se arquiva nestas páginas, tomará, presumivelmente, uma posição muito destacada numa história do movimento moderno no nosso país que urge encetar. [...] A fazer-se, nestas páginas, como o esperamos, o repositório e o balanço das tentativas da década anterior, não deixará de parecer surpreendente o valor de alguns nomes (pela consistência de certas obras desse período de arranque) mas logo, e também, o seu eclipse aparentemente derivado da impossibilidade em lutar contra a reacção, que naturalmente lhes sobrevieram.”<sup>411</sup>

A década anterior, a década “desse período de arranque” era, naturalmente, a década dos anos 30, porque a obra de Viana de Lima a que se referia Nuno Portas era de 1941.

Mas, independentemente do que representava a casa da Rua Honório de Lima, do ponto de vista da linguagem arquitectónica, do método adoptado, ou da sua adequação ou inadequação à realidade portuguesa, Nuno Portas considera aquela obra um dos mais notáveis exemplos da arquitectura moderna da segunda geração dos “pioneiros da renovação”, e considera-a um momento fundamental da evolução da arquitectura em Portugal, porque cumpria o papel de preencher o enorme vazio de um capítulo importante da “cultura arquitectónica” das últimas décadas.

Nuno Portas descreve a obra de Viana de Lima como o resultado de um pensamento de carácter universalista que recusava partir “da realidade específica, do caso concreto”...

“Uma das primeiras obras modernas no nosso país que explicitamente resulta de uma atitude cultural de aceitação do universalismo de uma doutrina (no caso a do *Esprit Noveau*) e conseqüentemente, desprezava um método que procurasse partir da realidade específica, do caso concreto, para alcançar uma resposta arquitectónica adequada.”<sup>412</sup>

Mas era um edifício chave, porque representava uma forma de resistência às “pressões conservadoras” a que tinha cedido toda a geração anterior. Era um importante acto de cultura.

“... Esta moradia apresenta-se com uma inteireza conceptual que não existira, em tão alto grau, em qualquer obra anterior [...] – talvez a única sem compromissos impostos ou sugeridos...”<sup>413</sup>

“– Haveria uma necessidade no programa, na situação urbana, nos condicionamentos climáticos, nos materiais empregados, para uma organização volumétrica como a da R. H. de Lima? Pensamos que mais forte era um programa completo de viver uma ideia desejada universal, um humanismo traduzido já em termos conceptuais ou poéticos...”<sup>414</sup>

Os erros de método que apontava àquela obra, as inadequações ao programa, ao meio urbano, ao clima, à realidade da indústria da construção, eram os mesmos que encontrava nas obras contemporâneas que continuavam a insistir nos mesmos princípios de linguagem, mas no caso da obra de Viana de Lima, no início da década de 40, ela representava a possibilidade de recuperar uma continuidade com a história da arquitectura moderna, portuguesa e internacional.

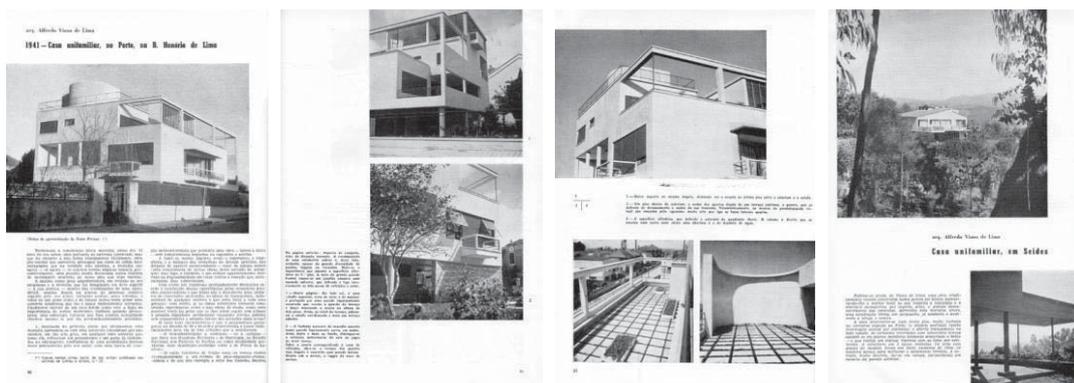
---

<sup>411</sup> Página 30

<sup>412</sup> Página 35

<sup>413</sup> Página 30

<sup>414</sup> Página 35



Revista “Arquitectura” nº 74, Março 1962 (páginas 30-32) – Casa na Rua Honório de Lima

Revista “Arquitectura” nº 74, Março 1962 (página 36) – Casa em Seixas

“Nem se dispõe, aparentemente, de outro meio natural de recuperar um atraso cultural como o que na altura se vivia ... [...]

Se se não tivesse sofrido [em Portugal] a descontinuidade a que aludimos, se nas escolas os novos alunos tivessem sido postos em contacto com a evolução cultural do movimento moderno, uma casa como esta encontraria a sua plena actualidade dez anos antes... [...]

Acabados já a biblioteca de Vipuri, o Sanatório de Paimio e a casa em pátio de Helsínquia, de Aalto, lançadas as raízes empiristas das obras de Asplund, é forçoso constatar que estas sementes não foram lançadas e transmitidas aos novos que, em 40, teriam de recomeçar... em 1925.”<sup>415</sup>

Nuno Portas responsabilizava a descontinuidade com o Movimento Moderno, pela insistência de alguns, em Portugal, ainda naquele momento, nos princípios racionalistas e funcionalistas do “Estilo Internacional”. Porque em países, sujeitos a condições políticas semelhantes, mas onde não tinha havido essa descontinuidade, como Itália, esse debate estava há muito tempo ultrapassado.

Com a publicação daquelas obras de Viana de Lima, Nuno Portas procurava demonstrar a necessidade de recuperar o fio condutor da história. E, do ponto de vista da construção de um pensamento teórico fundamentado e coerente, a recuperação desse fio condutor representava também uma possibilidade de compreender melhor o momento actual e de encontrar respostas culturalmente mais válidas.<sup>416</sup>

Além disso uma das lições que se podia aprender com Viana de Lima era a recente evolução da sua obra para uma “aproximação à realidade” portuguesa. A experiência de Bragança e a sua apresentação no 10º Congresso CIAM, em Dubrovnik, em 1956, que a revista “Arquitectura” tinha publicado no nº64 (Jan./Fev. 1959),<sup>417</sup> e a casa de Seixas, publicada na mesma edição da casa da Rua Honório de Lima (nº74, Março 1972) eram exemplos dessa evolução. A casa de Seixas, com cobertura em três águas, era construída sobre as paredes de alvenaria de granito de uma construção já existente, usada para adegas e celeiro.

<sup>415</sup> Página 35

<sup>416</sup> Vale a pena recordar uma frase de Nuno Portas publicada no nº60 da revista “Arquitectura” (Outubro 1957), que resume o seu pensamento (e de uma grande parte da geração da 3ª série da revista “Arquitectura”) naquele momento – “Porque sucede ao homem perder-se quando perde a história.” (“Arquitectura Religiosa Moderna em Portugal”, revista “Arquitectura”, nº60, Outubro 1957, p. 23)

<sup>417</sup> “X Congresso CIAM / (Dubrovnik, Agosto 1956) Representação Portuguesa”, revista “Arquitectura” nº64, Jan./Fev. 1959, pp. 21-28

Já na segunda crónica, “Pioneiros da renovação II – os anos difíceis”, de onde tinha recuperado o texto que reeditou na revista “Arquitectura”, no final, depois de recordar a importância da obra de Viana de Lima, que seguia os modelos mais canónicos do Movimento Moderno internacional, Nuno Portas recorda também a evolução que era possível observar na sua arquitectura mais recente.

O edifício para a Escola Primária de Bragança (1960), era o exemplo de uma obra que revelava um esforço de aproximação à realidade portuguesa sem trair “os pressupostos morais do Movimento Moderno”.<sup>418</sup> Sobretudo porque na essência desses pressupostos morais estava precisamente a necessidade de renovação permanente e de adequação à realidade.

Essa “aproximação à realidade portuguesa” era a expressão chave, que conduzia o pensamento de Nuno Portas na tentativa de compreender as raízes e a natureza da arquitectura moderna em Portugal.

“... Porque [a Escola de Bragança] é simultaneamente uma obra de modernidade no plano dos propósitos [...] e porque revela um sincero trabalho de aproximação da realidade portuguesa, sem desvios folclóricos ou revivalistas. Abandonando esquemas formais puristas e desenraizados que tinha usado, aliás com mestria, Viana de Lima não traiu os pressupostos morais do movimento moderno que impõem precisamente um esforço constante de humanização feito de enraizamento como de propostas transformadoras.”<sup>419</sup>

#### (Aproximação à realidade – A terceira crónica do “Jornal de Letras e Artes”)

Na terceira crónica publicada por Nuno Portas no “Jornal de Letras e Artes” (nº29, 18 de Abril de 1962), intitulada “Aproximação da realidade”,<sup>420</sup> o autor repete o argumento apresentado na revista “Arquitectura”. Repete que, naquele momento, no debate internacional a revisão dos princípios formais mais abstractos do Movimento Moderno representava uma evolução natural da arquitectura moderna da primeira metade do século XX. E que, em países onde nunca se tinha perdido a continuidade com a experiência da arquitectura moderna, a hipótese de regressar ao tema da realidade local não era encarada com reservas. O empirismo nórdico e o neo-realismo italiano eram exemplos dessa evolução natural com mais de um década...

Por outro lado, procura demonstrar que, também em Portugal, essa consciência sobre a necessidade de rever os princípios formais mais abstractos do Estilo Internacional existia também há mais de uma década nas principais personalidades das gerações anteriores – os mais realistas e atentos ao debate internacional – e que, portanto, a divergência entre a opção por uma linguagem de Estilo Internacional ou por uma linguagem local e contemporânea, compreensiva da realidade portuguesa, não representava um conflito de gerações, não era uma ameaça às conquistas valiosas dos arquitectos modernos das primeiras gerações, nem era um regresso revivalista a uma linguagem folclórica, retrógrada, regionalista e anti-moderna. Eram exemplos dessa consciência, Keil do Amaral e Januário Godinho, e mais recentemente Nuno Teotónio Pereira.

Para Nuno Portas, a descontinuidade de cerca de 20 anos entre as primeiras tentativas de afirmação da arquitectura moderna em Portugal, por volta de 1930, e as conquistas dos arquitectos modernos da segunda geração, com obra construída sobretudo durante a década de 1950, esse intervalo de quase duas décadas – a que chamou “anos difíceis” – ajudava a explicar, naquele momento, a radicalidade de uma parte dessa segunda geração que continuava a insistir na linguagem modernista...

---

<sup>418</sup> Página 12

<sup>419</sup> Página 12

<sup>420</sup> “Pioneiros de uma renovação (III) – Aproximação da realidade”, Nuno Portas, “Jornal de Letras e Artes” nº29, 18 de Abril de 1962, secção “Das Artes Plásticas”, pp. 13-14



“Jornal de Letras e Artes” nº29, 18 de Abril de 1962 (Capa, página 13) – “Aproximação da realidade”

“Jornal de Letras e Artes” nº70, 30 de Janeiro de 1963 (Capa, página 7) – “Progressos recentes”

“O movimento moderno teoriza-se e vai praticar-se, portanto, após o que chamámos de “os anos difíceis”, sem espírito de *continuidade* com o esforço anterior sentindo assim a necessidade de se impor com todo o radicalismo, orgulhoso da sua participação numa aventura universal, [e] simultaneamente receoso de que a consideração de factores específicos da realidade portuguesa pudesse enfraquecer uma frente reduzida e ameaçada por uma passado de cedências.”<sup>421</sup>

Nessa crónica, Nuno Portas explica o “racionalismo” da arquitectura moderna internacional, como um movimento “com raízes culturais na Europa industrializada, e ambições de divulgação internacional”<sup>422</sup> depois da constituição dos CIAM em 1928, que não se poderia compreender sem considerar a sua dimensão “universalista” e a expectativa de fazer corresponder ao progresso tecnológico alcançado um progresso social equivalente.

Os processos industrializados de produção e o planeamento racional das cidades deveriam permitir uma distribuição mais equilibrada e justa do acesso aos recursos disponíveis. Mas esse projecto “racionalista” era um programa ainda em aplicação, estava por confirmar, e não se podia adequar sem adaptações às condições da realidade portuguesa. Nem às condições produtivas de um processo de industrialização tardio e lento, nem à sua organização social –

“Exigiria a confirmação histórica de uma transformação radical das estruturas sociais, à escala universal, seguida de uma programação homogénea das necessidades humanas... [...]

De facto o país não se encontrava – e não se encontra, por isso o problema subsiste no essencial – numa fase de transformação generosa das suas estruturas económico-sociais...”<sup>423</sup>

Na sua dimensão “universalista”, e na sua estética de natureza abstracta, “purista”, com raízes no cubismo, esse projecto racionalista não considerava a especificidade cultural dos lugares, embora Walter Gropius o tivesse apresentado como um método e não como um estilo.

A janela rasgada horizontal não se adequava à exposição solar meridional ou à tradição mediterrânica. A estética abstracta cubista praticamente excluía o uso de materiais ou sistemas construtivos tradicionais, e não era propícia ao ensaio de diferentes modos de expressão plástica dos novos materiais, como o betão.

<sup>421</sup> Página 13

<sup>422</sup> Página 13

<sup>423</sup> Página 13

Na sua interpretação do caso português, Nuno Portas procurava demonstrar que, desde a década de 1940, existia em Keil do Amaral uma consciência da necessidade de adequação à realidade portuguesa e acrescenta ao seu papel decisivo a figura de Januário Godinho (1910-1990), da mesma geração de Keil, que representava no Norte esse mesmo modo de entender a arquitectura moderna, e Nuno Teotónio Pereira (n. 1922) pertencendo à geração seguinte...

Na crónica anterior Nuno Portas já tinha sublinhado a importância do papel de Keil do Amaral ao longo dos anos 40, a capacidade de Keil para motivar os da sua geração e para influenciar os mais novos. Mas agora, procura demonstrar que já durante esse período, na sua prática profissional ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa, e na sua produção teórica, Keil do Amaral manifestava a consciência de que era necessário fazer evoluir a arquitectura moderna, de maneira a que a sua expressão revelasse maior consideração pela realidade portuguesa, local.

Recorda o projecto para o Parque de Monsanto (1942), o arranjo do Jardim do Campo Grande (1945), o projecto do Palácio da Cidade (não construído), e recorda a importância de Keil do Amaral na realização do inquérito à arquitectura popular.

A necessidade de fazer evoluir a temática do movimento moderno era entretanto pressentida. A acção de Keil do Amaral ao longo dos anos 40 [...] [apontava] um caminho prudente, menos cosmopolita mas mais certo em relação à situação cultural e técnica do país, e ao qual não era certamente estranho o contacto do seu autor com as contribuições dos mais notáveis arquitectos holandeses.

Esta actividade conduzi-lo-ia a lançar, já em 1947, a ideia de um inquérito ao património da arquitectura popular que, se tinha um primeiro intuito polémico de desmistificar as pretensões de um «estilo português», que tinha travado irremediavelmente o curso do movimento moderno, não deixaria de ocasionar – como veio a suceder dez anos depois – um fecundo contacto com a cultura popular...<sup>424</sup>

Januário Godinho, também um dos “pioneiros” da segunda geração, autor dos Armazéns Frigoríficos de Massarelos (1934), uma das primeiras obras modernistas construídas no Porto, era agora apresentado por Nuno Portas como “um autor particularmente sensível aos ambientes naturais e conhecedor das técnicas e materiais tradicionais.”<sup>425</sup>

As obras de Januário Godinho citadas – uma habitação unifamiliar em Famalicão (1942), e uma série de construções para a Hidroeléctrica do Cávado (1949-1961)<sup>426</sup> – são referidas como obras criadas segundo “um método conceptual nalguns pontos afim ao espírito do empirismo nórdico”, e onde “a liberdade em responder à situação [se sobrepõe ...] ao sistema formal pré-concebido...”<sup>427</sup>

E Nuno Portas não interpreta estes exemplos como casos isolados, eles representavam uma tendência de “aproximação à realidade” portuguesa que se manifestava ainda mais na geração seguinte – a geração anterior à sua – como confirmava a Igreja de Nuno Teotónio Pereira para a aldeia de Águas, em Penamacor (projecto de 1949).

Simultaneamente, essa tendência de aproximação à realidade e a procura de continuidade histórica, representavam uma vontade de continuidade cultural.

“Esta tendência, a cujos problemas e influências nos referiremos na última crónica desta série, enriquece-se em 1949 com o projecto da [Igreja de Águas] ... e com outras [obras] que surgirão entretanto a apontar as possibilidades de uma continuidade histórica...”

---

<sup>424</sup> Página 14

<sup>425</sup> Página 14

<sup>426</sup> A Pousada de Salamonde, a segunda construída junto das barragens do Cávado, é uma das imagens da página 13.

<sup>427</sup> Página 14



Revista “Arquitectura” n° 48, Agosto 1953, 2ª Série (páginas 18-19, 21-22) – A 7ª EGAP

Na quarta e última crónica da série, Nuno Portas haveria de acrescentar ainda o nome de Manuel Tainha, aos já referidos Keil do Amaral, Viana de Lima, Januário Godinho e Nuno Teotónio Pereira...<sup>428</sup> Citando um texto publicado na série anterior da revista “Arquitectura”,<sup>429</sup> no n°48 (Agosto de 1953), onde Manuel Tainha analisa as obras expostas na secção de arquitectura da 7ª Exposição Geral de Artes Plásticas, Nuno Portas interpreta as palavras de Tainha como um forma de admitir essa necessidade de aproximação à realidade portuguesa.

Nesse texto, Manuel Tainha fala de “... [uma] espécie de radicalismo técnico e funcionalístico que [...] cria em si e por si um plano de deslizamento para a abstracção pura, cujos meandros representam uma forma subtil e irresistível de alienação.”<sup>430</sup>

E referindo-se a Viana de Lima, Bento de Almeida e Vítor Palla – “Estes arquitectos dão-nos através de espécimes cubistas a ideia de que têm tudo a criar, tudo a esquecer, nada a recriar.”<sup>431</sup>

### (“Progressos recentes”)

Nessa última crónica, intitulada “Progressos recentes”,<sup>432</sup> publicada no n°70 do JLA (30 de Janeiro, 1963), Nuno Portas deixa bastante explícito que, desde o início, uma das motivações para o estudo da história da arquitectura moderna portuguesa, era procurar compreender a situação contemporânea,<sup>433</sup> e explica que a orientação editorial da revista “Arquitectura” nos últimos anos, depois do início da 3ª série, procurava insistir na necessidade “continuidade cultural” –

<sup>428</sup> Viana de Lima apenas nas obras mais recentes.

<sup>429</sup> “A VII Exposição Geral de Artes Plásticas – Arquitectura”, Manuel Tainha, revista “Arquitectura”, n°48, Agosto de 1953, pp. 20-22.

<sup>430</sup> Revista “Arquitectura”, página 21. “Jornal de Letras e Artes”, página 7.

<sup>431</sup> Revista “Arquitectura”, página 22. “Jornal de Letras e Artes”, página 7.

<sup>432</sup> “Progressos recentes”, Nuno Portas, “Jornal de Letras e Artes”, n°70, 30 de Janeiro de 1963, pp. 7, 10

<sup>433</sup> “Era meu objectivo, nesta retardada quarta crónica (1), apontar aos leitores alguns dos problemas culturais que se têm deparado aos jovens arquitectos nestes últimos cinco anos...” (Página 7)

“(1) Que pretende retomar a historiação sumária dos acontecimentos arquitectónicos modernos no país apontada já neste jornal em artigos anteriores.” (Nota de Nuno Portas no final do texto, página 10)

Nuno Portas já o tinha também declarado no “Programa de Estudos” do “Boletim de Inscrição”, entregue no Serviço de Belas-Artes da Fundação em 28 de Fevereiro de 1962.

“Uma segunda razão, mais ampla, será a de permitir o seu estudo crítico e possibilitar uma visão histórica cuja falta constitui um grave óbice à cultura arquitectónica recente e que em numerosos países se tem tentado estudar.”

“O papel da revista «Arquitectura» (última série), entre outras iniciativas, foi sobretudo o de insistir na ideia de *continuidade cultural* em vários sentidos...”<sup>434</sup>

Essa necessidade de continuidade cultura manifestava-se em três aspectos fundamentais do debate – a continuidade com as raízes históricas do Movimento Moderno, a continuidade com a realidade portuguesa, e a continuidade com as outras áreas do conhecimento humano.

O aprofundamento da herança histórica do Movimento Moderno, uma orientação para a qual tinha contribuído a leitura das revistas italianas “Casabella-Continuità” e “L’Abitazione – Cronach e Storia”,<sup>435</sup> e a “Storia dell’Architettura Moderna” de Bruno Zevi, partia da interpretação de que o Movimento Moderno era apenas um período da história da arquitectura moderna, e que essa arquitectura moderna devia ser considerada como um fenómeno com origem anterior, que teve na renovação das artes decorativas do final do século XIX, e no movimento “Arte Nova” um momento de viragem decisivo. Essa interpretação rompia com a concepção generalizada, mas redutora, que identificava a arquitectura moderna com o “Estilo Internacional”, e procurava terminar também com o equívoco de lhe atribuir um carácter universal, porque o movimento “Arte Nova” também tinha tido expressões muito diferentes em toda a Europa.

Depois, a continuidade com a realidade portuguesa devia manifestar-se pelo conhecimento da sua tradição mediterrânica e dos materiais e sistemas construtivos locais, que conduziam a uma expressão própria, não universal. Porque se esses sistemas construtivos fossem usados de acordo com um método racional e com uma consciência do seu próprio tempo, a sua expressão nunca se confundiria com os equívocos que se tinham originado no passado.

E a continuidade cultural com as outras áreas do conhecimento, que era também uma forma de ruptura com o “Estilo Internacional”, era um caminho para evitar os dogmas do funcionalismo excessivo, porque a principal função da arquitectura era servir a vida humana, e essa era uma função complexa. E para aprofundar o conhecimento sobre essa função da arquitectura, em diferentes programas e em diferentes edifícios, era fundamental integrar o conhecimento das ciências sociais e humanas.

“... Os problemas da arquitectura, as dúvidas ou convicções dos arquitectos, não poderão deixar de ser discutidas, mesmo participadas, por quem exprime ou percebe o mesmo homem em outras formas.

Nuno Portas”<sup>436</sup>

---

<sup>434</sup> Página 7

<sup>435</sup> Na edição nº23 (Setembro 1957) da revista “L’Architettura – Cronach e Storia”, criada por Bruno Zevi em 1955, na secção “Storia e critica” (“Eredità dell’Ottocentos”), começa a publicação de uma série de artigos intitulada “Lecture di Vitor Horta”, que continuou nos números seguintes e que procurava demonstrar a importância da Arte Nova para a arquitectura moderna – “Lecture di Vitor Horta 1 – Nasce un’architettura per l’Art Nouveau”, nº23, Setembro 1957, pp. 334-339 / “Lecture di Vitor Horta 2 – L’Art Nouveau diviene uno stile”, nº24, Outubro 1957, pp. 408-411...

<sup>436</sup> Página 10

## Depois de 1964

(Ainda a revista “Arquitectura” / A História da Arquitectura Moderna na História da Arte / A “Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal” e a historiografia actual)

Depois do impulso inicial dado ao estudo do Movimento Moderno em Portugal na revista “Arquitectura”, iniciado com o apelo de Nuno Portas, “Antes que, mesmo o pouco que temos...”, publicado no nº70 (Março de 1961), e com a publicação do artigo de Luís Cunha passadas duas edições (nº72, Outubro de 1961), sobre a Clínica Heliantia de Francelos... E depois da publicação de duas casas de Viana de Lima na edição de Março de 1962 (nº74), com que Nuno Portas procurava retomar na revista aquele esforço inicial de documentação e interpretação das obras dos “pioneiros”, que ele próprio tinha entretanto dividido com as crónicas do “Jornal de Letras e Artes”. Depois desse impulso inicial, não se pode falar de uma verdadeira mobilização colectiva da classe nem de uma participação alargada da sua geração. Foi preciso esperar mais de dois anos, até à edição nº82 da revista (Junho de 1964), com a publicação do artigo de Francisco Silva Dias, “Elementos para a história da arquitectura moderna em Portugal”,<sup>437</sup> para acrescentar mais uma contribuição àquele projecto editorial. E depois disso, foi ainda preciso esperar até ao início da década seguinte para lhe juntar uma última contribuição, um artigo de Fernando Gomes da Silva, “Cassiano Branco – um dos pioneiros da arquitectura moderna em Portugal”,<sup>438</sup> publicado no nº117/118 (Set./Dez. de 1970), que era simultaneamente uma homenagem à memória de Cassiano Branco na altura da sua morte.

(Ainda a revista “Arquitectura”)

O artigo de Francisco Silva Dias, “Elementos para a história da arquitectura moderna em Portugal”, demonstra que o autor reconhecia a necessidade de encarar o estudo da arquitectura moderna portuguesa como um projecto colectivo, como uma responsabilidade da sua geração, e como um trabalho que estava por fazer e que tinha que ser começado pelo princípio. Os objectivos, o método, e o modelo historiográfico adoptado pelo autor são muito semelhantes aos de Nuno Portas nos artigos anteriores. Para compreender a realidade portuguesa era preciso situá-la em relação ao debate internacional que lhe servia de medida e termo de comparação.

A publicação do texto é precedida por uma inscrição, uma pergunta editada em epígrafe, que ajudava a compreender essa importância do debate internacional para interpretar a situação portuguesa –

“Que faziam os arquitectos portugueses no princípio do século, quando Behrens projectava a fábrica de Huttenstrane e Wright tinha já construído as moradias culminantes da sua carreira? [...] Unicamente farfalhudas fachadas para as Avenidas Novas e palacetes para africanistas ricos? Formavam uma classe consciente ou dissolviam-se em românticos individualismos?”<sup>439</sup>

<sup>437</sup> “Elementos para a história da arquitectura moderna em Portugal – O VI Congresso Internacional dos Arquitectos (Madrid, 1904) e a posição portuguesa”, Francisco Silva Dias, revista “Arquitectura” nº82, Junho 1964, pp. 45-47

<sup>438</sup> “Cassiano Branco – um dos pioneiros da arquitectura moderna em Portugal”, Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” nº117/118, Set./Dez. 1970, pp. 233-240

<sup>439</sup> Página 45

Nesse artigo, Silva Dias recupera um texto do “Anuário” da Sociedade dos Arquitectos Portugueses (SAP) que testemunha o estado de espírito da classe no momento da afirmação da sua responsabilidade profissional e da consciência de que a prática da arquitectura devia ser uma atribuição exclusiva dos arquitectos, e no momento da sua autonomia como classe, independente dos arqueólogos.<sup>440</sup> A importância documental do “Anuário” e a importância desse momento histórico fundador é declarada pelo autor logo no início do texto.

“O anuário da Sociedade dos Arquitectos Portugueses publicado de 1905 a 1910 ressuscita um período mal compreendido da nossa arquitectura e dos seus autores. Embora sejam escassos os elementos que pode fornecer para um conhecimento imediato da evolução da arquitectura durante esse período, apresenta, indirectamente, através das reacções da classe, uma gama extraordinariamente rica de elementos de estudo. A Sociedade, fundada em 1902 foi imposta «pela necessidade de seriamente ver resolvido entre nós o problema – de solução indiscutível para todos os espíritos lúcidos e imparciais – de que a arquitectura é da exclusiva atribuição do arquitecto, e de que a este artista assiste o dever incontestável de reclamar com a energia de que o reveste a justiça da sua causa, o lugar que lhe compete no meio artístico e intelectual do país».”<sup>441</sup>

Em “Elementos para a história da arquitectura moderna em Portugal”, Silva Dias analisa o debate registado durante a celebração do VI Congresso Internacional dos Arquitectos, realizado em Madrid em 1904, e a posição dos representantes portugueses. A escolha daquele documento explicava-se pelo seu significado histórico, mas também pela enorme actualidade dos temas discutidos.

Tema I, “A arte nova nas obras de arquitectura”. Tema II, “Conservação e o restauro dos monumentos de arquitectura”. Tema III, “O carácter e o alcance dos estudos científicos na instrução geral dos arquitectos” – isto é, o ensino moderno da arquitectura, o ensino das matérias científicas envolvidas na construção que permitiam aos estudantes integrar os progressos técnicos na expressão da arquitectura. Tema IV, “Influência dos processos modernos de construção sobre a forma artística”. Tema V, “Propriedade artística das obras de arquitectura” – um dos temas chave do debate sobre a necessidade de fazer o estudo de um período recente da história, e que Nuno Portas também já tinha abordado em “Antes que, mesmo o pouco que temos...”, defendendo regras mais restritivas que impedissem a adulteração indiscriminada das obras originais, a propósito dos casos que identificava nesse artigo.<sup>442</sup>

Em 1904, quando “a arte nova nas obras de arquitectura” foi o primeiro tema em debate em Madrid, não estava ainda construída em Portugal nenhuma das obras citadas por Manuel do Rio-Carvalho ou por Nuno Portas.

Nas conclusões do segundo tema – “conservação e restauração dos monumentos de arquitectura” – o congresso distinguia duas categorias de edifícios com valor histórico, que deviam merecer um tratamento especial – os monumentos mortos, que já não podiam servir a sociedade senão como evocações da memória, com significado simbólico, e os monumentos vivos, edifícios com um significado arquitectónico singular que não era diminuído pelo facto de continuarem a servir como edifícios, para a sua função original ou para outra.

---

<sup>440</sup> A “Sociedade dos Arquitectos Portugueses” foi criada em 1902. Até essa data a classe profissional dos arquitectos era representada pela “Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”.

<sup>441</sup> Francisco Silva Dias, página 45

<sup>442</sup> Escreve Nuno Portas no nº70, de Março de 1961, da revista “Arquitectura” –

“E provavelmente já haverá mais casos feitos, em execução ou planeados, alguns em vida dos próprios autores, mas quase todos assinados ou pelo menos aprovados também por arquitectos, ao abrigo de uma ausência de legislação sobre direitos de autoria e, sobretudo, da passividade cultural de artistas e críticos de arte.” (Página 48)

Francisco Silva Dias faz ainda referência a mais dois temas – “Influência dos regulamentos administrativos sobre a arquitectura particular contemporânea” e “Expropriação das obras de arte arquitectónica”. E mesmo no caso desses dois outros temas o autor sublinha a sua actualidade (Página 47).



Revista “Arquitectura” n° 82, Junho 1964 (Capa, páginas 45-47) – “Elementos para a história da arquitectura moderna em Portugal”

E conclui que – “Os monumentos vivos devem restaurar-se para que possam continuar a servir, porque a utilidade é uma base de beleza em arquitectura.”<sup>443</sup> Essa conclusão, com mais de meio século, devia agora, em 1964, aplicar-se também aos edifícios modernos, independentemente da sua antiguidade. Do mesmo modo, os outros temas discutidos continuavam incrivelmente actuais. A exigência de uma formação científica e técnica, continuava a estar na base da reforma do ensino de 1957, e continuava a ter muitas dificuldades de aplicação e a provocar debate.

A propósito da “influência dos processos modernos de construção sobre a forma artística”, Tema IV do Congresso, Silva Dias identifica duas obras pré-modernistas que ajudavam a explicar a importância das transformações culturais que tinham precedido os pioneiros da primeira geração. Duas obras que ilustravam o texto, e que o autor acrescentava ao inventário que estava começado – uma moradia no Alto Estoril, da autoria de Álvaro Machado,<sup>444</sup> concluída em 1909, e uma ponte em Vale de Meões, Mirandela, construída em betão em 1906.

Num parágrafo do texto, o autor explicava a importância de eleger uma obra de engenharia como um marco decisivo na renovação dos sistemas construtivos que conduziria à linguagem moderna da arquitectura, seguindo também o modelo historiográfico proposto por Bruno Zevi –

“... O betão armado materializava já em Portugal as primeiras obras coerentes, quase simultaneamente com os exemplos mais representativos estrangeiros. Seguindo paralelamente o processo de génese da arquitectura contemporânea, no nosso país a engenharia foi pioneira das novas formas que a revolução industrial possibilitou sem que os arquitectos as tivessem apercebido.”<sup>445</sup>

A imagem da casa desenhada por Álvaro Machado era publicada com a legenda –

“O papel dos arquitectos que, no nosso país, precederam a «primeira geração» não está suficientemente estudado. No meio de um gosto dominante adverso, viciado pela aceitação de fórmulas do passado, surgem as primeiras obras animadas de um novo espírito.”<sup>446</sup>

<sup>443</sup> Página 45, 3ª conclusão do tema II do Congresso.

<sup>444</sup> Publicada no “Anuário” da SAP n°5-6, numa secção intitulada “Architectura Contemporanea”.

<sup>445</sup> Página 46

<sup>446</sup> Página 46

No texto de Fernando Gomes da Silva, “Cassiano Branco – um dos pioneiros da arquitectura moderna em Portugal”,<sup>447</sup> publicado no nº117/118 (Set./Dez. 1970) existe a mesma consciência, também manifestada por Silva Dias, de que a referência àquelas obras não representava uma acção isolada, mas procurava dar sentido a um esforço anterior. Gomes da Silva escreve este texto como uma homenagem à memória de Cassiano Branco (1898-1970), que tinha morrido pouco tempo antes, em Abril de 1970, mas com esta homenagem o autor pretendia também ajudar a preencher um vazio que existia ainda no projecto historiográfico proposto por Nuno Portas.

Logo no início do texto, Gomes da Silva explica que foi colaborador de Cassiano Branco e que a publicação de uma referência à sua obra na revista “Arquitectura” era um projecto antigo. E no final, insiste na necessidade de que aquelas obras sejam mais estudadas para que possam ser reconhecidas como património, que está sempre em risco de se perder enquanto não se tomam medidas especiais de protecção.

“Ao longo destes últimos anos encarámos, por diversas vezes, a hipótese de abordar em «Arquitectura» a figura de Cassiano Branco. [...]

Com a sua morte, ocorrida inesperadamente em Abril [de 1970], perdeu-se para nós a possibilidade de um contacto directo que considerávamos necessário para conhecermos em profundidade a sua obra e que nos permitisse esclarecer aspectos da sua evolução profissional ...”<sup>448</sup>

“Fazemos votos que essa atitude [esse estudo] leve à defesa de algumas obras de Cassiano Branco em perigo de desaparecerem, e que bem merecem ser consideradas como peças de interesse nacional.

Fernando Gomes da Silva”<sup>449</sup>

Cassiano Branco era um dos pioneiros da primeira geração de arquitectos modernos, juntamente com Pardal Monteiro, Cristino da Silva, Carlos Ramos, Adelino Nunes, Jorge Segurado... E Gomes da Silva concorda com a interpretação de Nuno Portas de que existiu entre esses pioneiros da primeira geração um défice de produção teórica e de sentido colectivo que permitisse produzir algum efeito. Concorde que existia uma dificuldade de afirmação dos ideais modernos, que colidiam com o gosto dominante de uma sociedade conservadora. E que não era apenas a imposição de um estilo oficial por um regime político autoritário que os perseguia.

Pela cronologia das obras apresentadas, o autor conclui que o período mais criativo de Cassiano Branco, em que produziu as suas obras mais inovadoras, é a década dos anos 30.<sup>450</sup> O período que Nuno Portas identifica como “os anos difíceis”, a década da reacção do regime, da afirmação de uma linguagem oficial, o período responsável pela cedência dos “pioneiros” que participaram – quase todos – na “Exposição do Mundo Português”, em 1940.

Isso significava que Cassiano Branco não teria sido dos primeiros a ceder. Para Gomes da Silva, era provável que ele tivesse ficado simplesmente isolado. Mas depois de 1940, também Cassiano cedeu às imposições “de um estilo de arquitectura de gosto oficial”.<sup>451</sup> Entre essas obras, Gomes da Silva cita o estudo para um arranha-céus na Avenida da Liberdade (1943), alguns edifícios de habitação na Av. António Augusto de Aguiar, do lado ocidental (1944), os projectos para o Concurso do Monumento ao Infante, em Sagres, o edifício na Praça de Londres (1951), o Portugal dos Pequenitos, em Coimbra (1937-62).

<sup>447</sup> “Cassiano Branco – um dos pioneiros da arquitectura moderna em Portugal”, Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura”, nº117/118, Set./Dez. 1970, pp. 233-240

<sup>448</sup> Página 233

<sup>449</sup> Página 240

<sup>450</sup> “Na obra de Cassiano Branco há que distinguir justamente a época de 1930 a 1940 como o período merecedor de maior relevo em toda a sua actividade profissional.” (Página 233)

<sup>451</sup> Página 238



Revista “Arquitectura” nº 117/118, Setembro/Dezembro 1970 (páginas 33-36) – “Cassiano Branco...”

Mas durante o seu período mais criativo, a década de 1930, Cassiano Branco era provavelmente, entre os pioneiros da primeira geração, aquele que atribuía maior importância ao modo como cada obra se relacionava com a vida urbana moderna. Havia na arquitectura de Cassiano uma vontade genuína de modernidade, cosmopolita.

Isso acontecia nos dois estudos urbanísticos citados por Gomes da Silva – o plano para um empreendimento turístico na Costa da Caparica (de 1930), e o plano para a faixa litoral da cidadela de Cascais (de 1934) – mas também em projectos para edifícios – no quiosque para a Avenida da Liberdade, no projecto dos “Alpendres-Reclames” para as zonas de estacionamento das Praças D. Pedro IV e Restauradores, em Lisboa, ambos da década de 30.

Em quase todos os seus desenhos, o espaço exterior dos edifícios era representado com carros, movimento, e pessoas nas ruas.

E a sua vontade de renovação da linguagem arquitectónica, abandonando os sistemas de composição académicos e clássicos que estavam a sua formação, e explorando as possibilidades de expressão plástica dos novos sistemas construtivos, era também uma consequência da sua vontade de modernidade, mais do que simplesmente uma questão de gosto ou de estilo – O projecto para o Cinema Eden, na Praça dos Restauradores em Lisboa (1930-32), o projecto do Hotel Vitória, na Avenida da Liberdade (por volta de 1932), o Coliseu do Porto (1939), destinado a espectáculos de vários géneros – música, teatro, cinema, circo, desporto... Ainda na mesma década, uma série de edifícios de habitação unifamiliar – um conjunto de moradias na Avenida António José de Almeida (em 1933), e outro na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, já desaparecido, de data desconhecida – e uma série de prédios, muitos ainda existentes – na Avenida Pedro Álvares Cabral (1937), na rua de S. Mamede, na rua Castilho (1937), na Avenida Joaquim António de Aguiar, na Avenida Defensores de Chaves (1937) ... Já no final desse período, o café “Cristal”, mais tarde o café “Londres”, ainda a Joalheria Macedo (1950) ...

“Os seus desafios à tradição traduzem-se em meia dúzia de obras exemplares, onde utilizando uma linguagem poderosa ele fez amplo uso das possibilidades do betão armado. Rejeitando os academismos que constituíam a sua bagagem escolar, lançou-se assim numa tentativa de impor ao meio as novas correntes internacionais da arquitectura.”<sup>452</sup>

Na memória descritiva do projecto para o Coliseu do Porto (1939), escreve Cassiano Branco –

<sup>452</sup> Página 234

“O alçado principal do edifício do Coliseu do Porto (sobre a rua Passos Manuel) constitui um elemento de arquitectura de feição especial: o seu aspecto inteiramente moderno pretende expressar permanentemente um espectáculo de formas arquitectónicas, de luz e de publicidade...”<sup>453</sup>

O artigo de Gomes da Silva é publicado quase dez anos depois do repto lançado por Nuno Portas no nº70 de “Arquitectura” (Março 1961) para que os editores da revista pudessem reunir e publicar os contributos de todos os que quisessem colaborar no estudo da arquitectura moderna em Portugal. Mas, apesar desse intervalo de tempo, o texto correspondia ainda, em muitos aspectos da sua construção, à expectativa que existia no início. Com este artigo, Gomes da Silva juntava-se a Nuno Portas, a Luís Cunha e a Francisco Silva Dias, mas ao mesmo tempo, fechava um ciclo daquele projecto que a revista “Arquitectura” tinha incluído no seu programa editorial no início da 3ª série, e que teve afinal uma participação reduzida. Na verdade, pode considerar-se que o artigo “Cassiano Branco – um dos pioneiros da arquitectura moderna em Portugal” pertence a uma nova vaga de produção teórica e crítica daquela geração, que começou a ganhar maior expressão a partir do final da década de 60, e que se manifestou em diferentes formas de homenagem a uma série de arquitectos em fim da carreira e em fim de vida. Essas homenagens expressavam-se através de artigos publicados na imprensa, especializada ou generalista, e em exposições monográficas que reuniam informação documental relevante relativa às personalidades e às obras que tinham marcado a história do século XX, sobretudo a primeira metade do século.

São exemplo dessa vaga de produção teórica e crítica, o artigo de Nuno Portas publicado no “Diário de Lisboa” evocando a memória de Carlos Ramos pouco tempo depois da sua morte, “Carlos Ramos (1897), Walter Gropius (1883). «In memoriam»”, (17 de Julho de 1969), a exposição retrospectiva da obra de Raul Lino,<sup>454</sup> realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1970, quando se preparava também uma exposição retrospectiva da obra de Carlos Ramos,<sup>455</sup> o artigo de Nuno Portas publicado na revista “Colóquio” sobre a polémica criada a propósito da exposição de Raul Lino...<sup>456</sup>

Na revista arquitectura isso já tinha acontecido durante a década de 60 com as personalidades internacionais mais marcantes – Frank Lloyd Wright (nº67, Abril 1960) e Le Corbusier (nº89/90, Dezembro 1965) – e revelava-se também, naquele momento, pelo início de uma série de entrevistas aos protagonistas da arquitectura moderna das gerações anteriores – Cristino da Silva (nº119, Jan./Fev. 1971), Francisco Conceição Silva (nº120, Mar./Abr. 1971), Francisco Keil do Amaral (nº125, Agosto 1972), Formosinho Sanches (nº130, Maio 1974).

#### (A História da Arquitectura Moderna na História da Arte)

Desde o início e ao longo de quase toda a 3ª série de “Arquitectura”, mas sobretudo até ao final da década de 1960, os editores da revista tiveram a preocupação de orientar a sua produção editorial para o debate sobre a origem histórica do Movimento Moderno internacional e para o aprofundamento das raízes culturais da renovação artística que tinha sido possível fazer em Portugal durante a primeira metade do século XX, seguindo o modelo historiográfico proposto por Bruno Zevi em “Storia dell’Architettura Moderna”.<sup>457</sup>

---

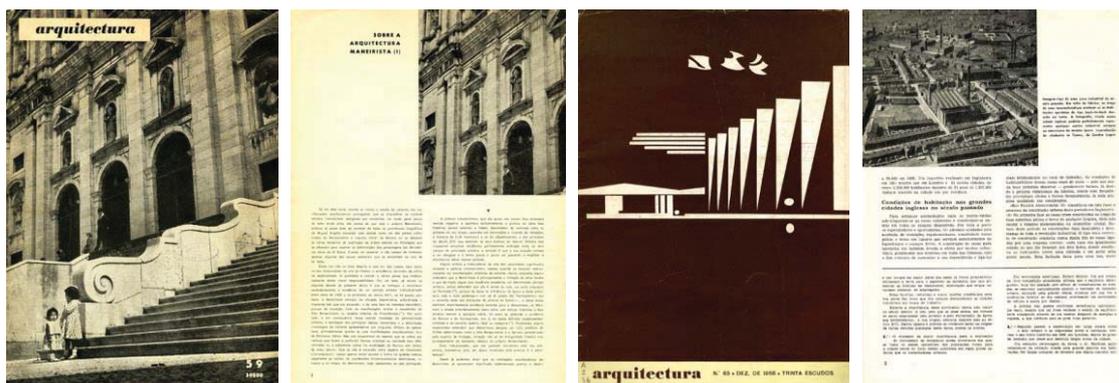
<sup>453</sup> Página 234

<sup>454</sup> “Raul Lino – Exposição retrospectiva da sua obra”, Catálogo da exposição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1970

<sup>455</sup> Que só viria a realizar-se em 1986

<sup>456</sup> “Raul Lino. Uma interpretação crítica da sua obra de arquitecto e doutrinador”, Nuno Portas, “Colóquio – Revista de Artes e Letras” nº61, Dezembro de 1970, secção “Artes”, pp. 14-21

<sup>457</sup> Escreve Bruno Zevi, apontando algumas das obras mais decisivas para a “renovação do gosto” que estava na origem da arquitectura moderna internacional –



Revista “Arquitectura” nº 59, Julho 1957 (Capa, página 4) – “Sobre a arquitectura maneirista I”

Revista “Arquitectura” nº 63, Dezembro 1958 (página 8) – “...Garden Cities of To-morrow”

Logo no nº57/58 (Jan./Fev. 1957), o primeiro número editado pela nova geração e o último da segunda série, Carlos Duarte esclarece porque razão era importante naquele momento aprofundar o conhecimento da arquitectura moderna e a continuidade histórica com os movimentos artísticos anteriores.<sup>458</sup>

“... Grande parte da actualidade do pensamento de homens como [Patrick] Geddes reside no facto da Arquitectura Moderna, que foi na origem um movimento idealista e universalista, tactear hoje os caminhos de encontro com uma tradição perdida e procurar a continuidade histórica numa visão cultural renovada. No campo teórico são abundantes os trabalhos em que, com critério mais sereno, se interpretam as obras do século passado; compreende-se agora a influência decisiva que tiveram para a Arquitectura Moderna movimentos tais como o neo-românico e o neo-gótico, estabelece-se a diferença que existe entre um «revival» e um «survival», descobre-se a arquitectura espontânea.”<sup>459</sup>

A preocupação de divulgar o conhecimento sobre a origem histórica do Movimento Moderno ficava expressa nos números seguintes com a publicação de “Antologia do Movimento Moderno 1, Sir Ebenezer Howard – Garden Cities of To-morrow” (nº63, Dezembro 1958), “Louis Henry Sullivan e a Escola de Chicago” (nº73, Dezembro 1961), mais tarde também com o artigo de Noronha da Costa, “A actualidade de Adolf Loos” (nº99, Set./Out. 1967)... E sobre o conhecimento das raízes históricas da arquitectura portuguesa, anterior ao século XX, os editores da revista publicaram vários artigos de historiadores de Arte. Além dos texto de Manuel do Rio-Carvalho, “«Modern Style», «Art Nouveau» e «Arte Nova» – Respectivas situações” (nº60, Outubro 1957), e de Jorge Henrique Pais da Silva, “Sobre a arquitectura maneirista” I e II (nº59, Julho 1957, e nº62, Setembro 1958), a revista publicou mais tarde “O carácter da casa barroca”, de Carlos de Azevedo (nº109, Maio/Junho 1969), “A arquitectura gótica em Portugal – Os monumentos do século XV”, de Mário Tavares Chicó (nº110, Julho/Agosto 1969), o texto de Maria da

---

“... O renascimento românico que, não obstante o acanhado âmbito dos «regressos» estilísticos, implicou uma purificação das fórmulas arquitectónicas; expressando-se com particular evidência nos romanticismos arquitectónicos holandês e sueco e tendo os seus maiores defensores no americano Henry Hobson Richardson e no holandês Hendrik Petrus Berlage.” (“História da Arquitectura Moderna”, volume 1, Editora Arcádia, Lisboa 1970/1973, pp. 36-37)

<sup>458</sup> Nuno Portas transcreve uma citação deste mesmo parágrafo do texto de Carlos Duarte na última crónica da série “Pioneiros de uma renovação”, publicada no JLA nº70, em 30 de Janeiro de 1963, intitulada “Progressos recentes” (p. 7), onde aponta “alguns dos problemas culturais” que enfrentavam os arquitectos da sua geração e procura explicar o papel da revista nos últimos anos.

<sup>459</sup> “Três obras de Mario Ridolfi”, Carlos Duarte, Revista “Arquitectura” nº57/58, Jan./Fev. 1957, p. 22

Conceição Oliveira, “Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879-1938”, publicado em seis capítulos entre o nº112 (Nov./Dez. 1969) e o nº125 (Agosto 1972)...<sup>460</sup>

Essa orientação editorial iniciada na 3ª série, que ajudava a explicar a oportunidade do desafio lançado por Nuno Portas para fazer convergir na revista uma série de colaborações que contribuíssem para o estudo da História da Arquitectura Moderna em Portugal desde a sua origem... Essa orientação explicava também a publicação do texto de José-Augusto França, “A «Casa Portuguesa» e o «Neo-românico» no princípio de novecentos”<sup>461</sup>, no nº95 de Jan./Fev. de 1967, no mesmo ano em que o autor publica os dois volumes de “A Arte em Portugal no século XIX”.<sup>462</sup>

Nesse texto, que é uma reprodução do capítulo “17 – Raul Lino e a «casa portuguesa””,<sup>463</sup> e um excerto do capítulo “20 – do neomanuelino ao neo-românico”,<sup>464</sup> do segundo dos dois volumes, e que foi editado na revista “Arquitectura” ainda antes da sua publicação em livro, José-Augusto França define como duas linhas fundamentais do debate arquitectónico em Portugal no final do século XIX e início do século XX – (1) as propostas de Raul Lino para a definição estilística de uma “Casa Portuguesa” e (2) a existência frequente de uma referência a elementos formais da arquitectura românica nas principais obras desse período.

O autor descreve a situação cultural da arquitectura portuguesa na última década de 1800 e na primeira de 1900, anterior às primeiras experiências modernistas do final dos anos 20, como um cenário onde está ausente do debate qualquer divergência entre os defensores da cultura portuguesa, tradicional, e os adeptos de uma cultura internacional, e onde também não é muito nítida, nem esclarecida, a diferença entre uma arquitectura urbana, moderna, e uma arquitectura de influência romântica.

José-Augusto França fala de uma certa vontade de modernidade – ou actualidade – nas propostas de Raul Lino, e fala da influência da arquitectura românica em muitos edifícios urbanos dos principais arquitectos daquela geração – o edifício da sede da Sociedade Martins Sarmento, de Marques da Silva, em Guimarães (1900), a capela do palacete Castro Guimarães, de José Luís Monteiro (no Torel, 1902), a capela do asilo da Ajuda, de Rosendo Carvalheira (1903), a igreja paroquial de Espinho, de Adães Bermudes (1908), o prédio da Rua Alexandre Herculano, de Ventura Terra (1911), o edifício da Sociedade Nacional de Belas Artes (Palácio das Belas Artes), de Álvaro Machado (1912) ...

Naquele momento o debate sobre a autenticidade da arquitectura portuguesa e as suas raízes históricas não era contrário à cultura moderna, estava à margem dela. O principal problema que motivava a discussão sobre o a tradição ou autenticidade da arquitectura que se construía naquele momento era a dúvida sobre o momento histórico, ou o estilo a adoptar –

“«Tradição», «genuidade» – toda a gente estava de acordo com as condições do programa. O desacordo nascia, porém, no momento da definição histórica destes termos, e da sua tipologia.”<sup>465</sup>

Essa leitura de José-Augusto França, compreensiva em relação à proposta de Raul Lino para fixar algumas permanências formais na tradição da arquitectura portuguesa, “constantes tipológicas”<sup>466</sup> que atravessavam a história e o território portugueses, abria uma nova linha de investigação sobre a raiz da arquitectura moderna portuguesa...<sup>467</sup>

<sup>460</sup> Parte I – nº 112, Nov./Dez. 1969, Parte II – nº 113, Jan./Fev. 1970, Parte III – nº 119, Jan./Fev. 1971, Parte IV – nº 120, Mar./Abr. 1971, Parte V – nº 124, Maio 1972, Parte VI – nº 125, Agosto 1972

<sup>461</sup> “A «Casa Portuguesa» e o «Neo-românico» no princípio de novecentos”, José-Augusto França, Revista “Arquitectura” nº95, Jan./Fev. de 1967, pp. 30-34

<sup>462</sup> “A Arte em Portugal no Século XIX”, José-Augusto França, Livraria Bertrand, Lisboa 1967  
Volume 1 – “Primeira Parte (1780-1835) e Segunda Parte (1835-1880)”, Volume 2 – “Terceira Parte (1880-1910) e Quarta Parte (depois de 1910)”

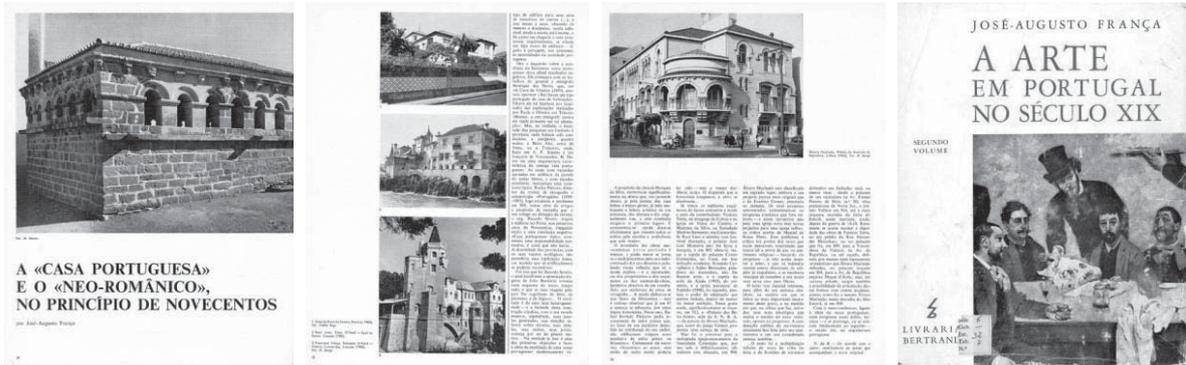
<sup>463</sup> Páginas 149-155

<sup>464</sup> Páginas 168-177

<sup>465</sup> Revista “Arquitectura”, página 31

<sup>466</sup> Idem, página 31

<sup>467</sup> Que está na origem da polémica criada pela Exposição retrospectiva de Raul Lino de 1970, na FCG, e que reconhece na sua obra uma vontade de modernidade.



Revista “Arquitectura” nº 95, Jan./Fev. 1967 (páginas 30, 32, 34) – “A «Casa Portuguesa» ...”

“A Arte em Portugal no Século XX”, José-Augusto França, Editora Bertrand, Lisboa 1974 (1ª edição)

Passados sete anos, em 1974 José-Augusto França publica a “Arte em Portugal no século XX”.<sup>468</sup> Nos dois volumes de “A Arte em Portugal no século XIX”, o autor tinha analisado um período histórico compreendido entre 1780 e 1910, por razões que explicava com o significado cultural, ideológico e estético dos fenómenos considerados nesse estudo, e que se sobrepunham a uma “localização” no calendário, em abstracto. Agora, no terceiro volume dessa História da Arte em Portugal, José-Augusto França trata um período cronológico que começa em 1910 e termina em 1961, porque, como explica no prefácio desse volume – só a arte “tipicamente «moderna»” interessava naquele estudo.

“A presente obra, por seu lado, dá seguimento à história d’«A Arte em Portugal no Século XIX» que o mesmo autor publicou em 1967 – e, como nela, o século anunciado não implica apenas uma localização cronológica, mas traz uma carga de significado cultural, ideológico e estético.

Se, no fim da obra anterior, demarcada desde 1780 por razões que se explicaram, foram incluídos factos artísticos verificados ao longo dos anos de Novecentos, é porque, tipicamente oitocentistas eles dizem respeito a esquemas culturais dum século XIX ... [...]

Só a arte do século XX, isto é tipicamente «moderna», interessa à presente obra, tal como essa arte é definível nas suas estruturas culturais e tal como essas estruturas puderam ser adoptadas e adaptadas em Portugal...”<sup>469</sup>

“A Arte em Portugal no século XX” é, portanto uma história da Arte moderna portuguesa, e o estudo da Arquitectura está incluído nessa História da Arte. Mas José-Augusto França não analisa a arquitectura moderna seguindo exactamente os mesmos princípios historiográficos que tinham conduzido os editores da revista “Arquitectura”, e os estudos de Nuno Portas, Luís Cunha, Silva Dias ou Gomes da Silva. De acordo com o seu método a obra de arquitectura é analisada como um “facto artístico”, interpretada como parte de um universo cultural comum com as outras artes num determinado momento histórico em Portugal.

“Mais uma vez a «história da arte» é tratada num plano pluridimensional [...]. As obras são integradas na *vida artística* nacional e é a globalidade do *facto artístico* que sobretudo lhe interessa prospectar, nas suas relações múltiplas.”<sup>470</sup>

<sup>468</sup> “A Arte em Portugal no Século XX”, José-Augusto França, Editora Bertrand, Lisboa 1974 (1ª edição)

<sup>469</sup> Prefácio, página 8

<sup>470</sup> Prefácio, página 10

Ainda antes da publicação de “A Arte em Portugal no século XX” (1974), em 1970 a editora Arcádia inicia a publicação da tradução para português de “Storia dell’Architettura Moderna”, de Bruno Zevi, mas a sua edição em fascículos, encadernados depois em dois volumes, provocou um atraso inesperado nessa publicação, que só ficou concluída em 1979.<sup>471</sup>

O primeiro volume publicou-se entre 1970 e 1972, com um prefácio de Nuno Portas,<sup>472</sup> e o segundo começou a ser publicado em 1973, com um capítulo final dedicado à arquitectura portuguesa, também redigido por Nuno Portas, “Evolução da arquitectura moderna em Portugal – uma interpretação”.<sup>473</sup>

Esse texto é o resultado do estudo da história da arquitectura moderna desenvolvido por Nuno Portas durante a década de 1960, mas é sobretudo o resultado da investigação que desenvolveu entre 1962 e 1964 com a bolsa de estudo atribuída pela Fundação Calouste Gulbenkian.

No fim desse período devia ser produzido um relatório de síntese apresentando os resultados a que tinha chegado a investigação, mas a redacção desse relatório foi sucessivamente adiada.<sup>474</sup> Mesmo assim, a investigação desenvolvida por Nuno Portas durante a sua actividade de bolseiro da Fundação, no início dos anos 60, é o primeiro estudo sistemático da História da Arquitectura Moderna em Portugal, e a publicação do último capítulo da edição portuguesa da “História da Arquitectura Moderna” – “Evolução da arquitectura moderna em Portugal” – juntamente com “A Arte em Portugal no século XX”, de José-Augusto França são as duas principais referências, as fontes bibliográficas mais importantes, que estão na raiz da construção de todo o pensamento sobre a arquitectura moderna portuguesa até a actualidade. O estudo de Nuno Portas incidindo sobretudo na procura das raízes históricas dos fenómenos culturais, sociais, e tecnológicos, que desencadearam expressões arquitectónicas de modernidade em Portugal. Sempre conduzido pelos critérios de modernidade da arquitectura do “Movimento Moderno” internacional. E o estudo de José-Augusto França analisando a obra de arquitectura como um “facto artístico”, considerado no contexto nacional.

Essas diferenças de método ajudam também a explicar a importância das duas linhas de investigação da história da arquitectura moderna portuguesa.

Além disso, é indiscutível que o estudo desenvolvido por Nuno Portas na primeira metade da década de 60 deu um novo significado à construção do seu pensamento crítico sobre a arquitectura portuguesa, e representou um impulso importante para uma das experiências mais decisivas da sua actividade intelectual, a partir da segunda metade dessa década e durante a década seguinte – a divulgação internacional da arquitectura portuguesa.

---

<sup>471</sup> A capa interior do 2º volume foi impressa em 1973 – “1973 Editora Arcádia” – e no final, uma nota escrita por Nuno Portas – “Nota sobre o capítulo adicional relativo ao movimento moderno em Portugal” (pp. 745-746) – está assinada com a data de Outubro de 1978, na página 746, mas esse não é o último fascículo. A publicação do 2º volume em livro é anunciada na 4ª série da revista “Arquitectura”, no nº135, de Setembro/Outubro 1979.

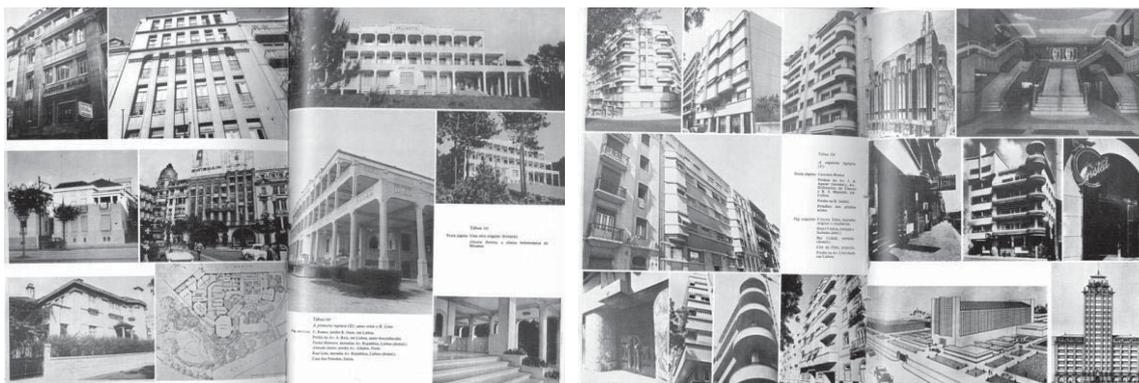
<sup>472</sup> Prefácio à edição portuguesa de “Storia dell’Architettura Moderna” de Bruno Zevi, in “História da arquitectura moderna”, editora Arcádia, volume I, Lisboa 1970, pp. 7-23

(O prefácio de Nuno Portas está assinado com a data de Junho de 1967 – “Lisboa, Junho de 1967”, página 23)

<sup>473</sup> “Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal – uma interpretação”, Nuno Portas, publicado em “História da Arquitectura Moderna”, Bruno Zevi, editora Arcádia, volume II, Lisboa 1978, pp. 687-744

(É atribuída a data de 1973 a esse texto, na capa duma reedição publicada pela editora Livros Horizonte em 2008. É possível que o último capítulo do livro publicado pela Editora Arcádia estivesse escrito no início da publicação do segundo volume.)

<sup>474</sup> Inicialmente a redacção do relatório final foi adiada por coincidir com a prestação de provas de Nuno Portas para um concurso de professor do curso de Arquitectura da ESBAL. Nuno Portas pediu autorização para esse adiamento numa carta dirigida ao Serviço de Belas Artes da FCG, em 31 de Julho de 1964. Em 7 de Setembro esse serviço da Fundação responde a Nuno Portas informando que o seu pedido foi aceite.



“História da Arquitectura Moderna”, Bruno Zevi, Editora Arcádia, volume 2 (imagens, Tábuas 100-101, Tábua 106) – “Evolução da arquitectura moderna em Portugal – uma interpretação”, Nuno Portas

Em 1967, na revista de Madrid “Hogar y Arquitectura”, dirigida por Carlos Flores, no nº68 (Jan./Fev. 1967), uma edição com um extensa secção dedicada à obra de Siza Vieira,<sup>475</sup> Nuno Portas publica “Sobre la joven generación de arquitectos portugueses”,<sup>476</sup> um artigo onde situa a produção arquitectónica portuguesa contemporânea em relação à sua história recente e à realidade internacional.<sup>477</sup>

Depois, em 1970, na revista argentina “Cuadernos Summa – Nueva Visión”, no nº49 (Abril de 1970), uma edição intitulada “Arquitecturas marginadas de la Península Ibérica”, Nuno Portas publica “Arquitecturas marginadas en Portugal”,<sup>478</sup> novamente interpretando a realidade contemporânea da arquitectura portuguesa, e as dificuldades de afirmação da cultura moderna num contexto social e politicamente desfavorável.

Em 1972, na revista italiana “Controspazio”, no nº9 (Setembro 1972), “Note sul significato dell’architettura di Alvaro Siza nell’ambiente portoghese”,<sup>479</sup> um artigo incluído num capítulo dessa edição da revista dedicado à “Arquitectura recente de Álvaro Siza”,<sup>480</sup> com um texto de apresentação também de Vittorio Gregotti...<sup>481</sup>

Depois da publicação de “Evolução da arquitectura moderna em Portugal” (1978/79), Nuno Portas não continuou a estudar a história da arquitectura com o mesmo carácter sistemático com que o tinha feito na década anterior. Mas, o estudo da arquitectura moderna portuguesa continuou a fazer-se, de facto, como uma produção colectiva, por partes, com uma série de contribuições de vários autores, embora não exactamente de acordo com o plano inicial de Nuno Portas, que propunha a construção de uma leitura ordenada e coerente, que permitisse compreender o fenómeno cultural da arquitectura moderna

<sup>475</sup> “La obra de Alvaro Siza Vieira”, páginas 34-71

<sup>476</sup> Páginas 77-84

<sup>477</sup> Na imagem da capa dessa edição da revista é publicado um desenho de Ponce Dentinho para o arranjo de espaços exteriores do bairro de Olivais Norte, publicado anteriormente no nº81 (Março de 1984) da revista “Arquitectura”. Uma nota biográfica de apresentação de Nuno Portas, que antecede a edição do seu artigo anuncia que “na edição portuguesa da História da Arquitectura Moderna de Bruno Zevi será incluído um capítulo dedicado ao Movimento Moderno em Portugal redigido por Nuno Portas” –

“En la edición portuguesa de la «Historia de la arquitectura», de Zevi, figurará un apéndice sobre el Movimiento Moderno en Portugal redactado por Nuno Portas.” (página 77)

<sup>478</sup> Páginas 6-24

<sup>479</sup> Páginas 24-25

<sup>480</sup> “Architetture recenti di Alvaro Siza”, pp. 22-39

<sup>481</sup> “Presentazione di Vittorio Gregotti”, pp. 22-24

portuguesa desde a sua origem no século XIX, feita a partir de um inventário de obras, autores, documentos, acontecimentos, e que incluísse também o tema do urbanismo. Esse plano não se cumpriu. Até à segunda metade dos anos 80, os estudos de Nuno Portas e José-Augusto França mantiveram-se praticamente isolados como as duas referências bibliográficas mais importantes.

Só a partir desse momento o estudo da arquitectura moderna em Portugal teve um novo impulso, primeiro com a publicação de “Percurso – Arquitectura portuguesa, 1930-1974”<sup>482</sup> de Sergio Fernandez, em 1985, e depois, “A arquitectura moderna em Portugal”, de Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, o último volume de uma colecção de História da Arte publicado em 1986.<sup>483</sup>

O “Percurso”, de Sergio Fernandez, texto da dissertação apresentada na Escola Superior de Belas Arte do Porto para obtenção do título de professor agregado do curso de Arquitectura, é uma reconstituição e uma interpretação do caminho percorrido pela arquitectura moderna desde o início do período modernista. Não pretende aprofundar as suas raízes culturais ou históricas, anteriores à década de 1930, preocupa-se sobretudo em situar as principais obras e as principais linhas do pensamento crítico desse período em relação aos acontecimentos internacionais que lhes serviam de modelo.

Em 1997, Ana Tostões publica “Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50”, um livro editado pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto a partir do estudo desenvolvido pela autora para uma dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1995.<sup>484</sup>

Nesse estudo, Ana Tostões analisa o período da afirmação da arquitectura moderna em Portugal, depois do congresso nacional de 1948 e durante toda a década de 1950, quando a arquitectura moderna portuguesa seguia os princípios formais do Movimento Moderno internacional.

Esse período tinha sido reconhecido por Nuno Portas, e depois também por José-Augusto França, que o analisa no segundo dos dois capítulos especificamente dedicados à Arquitectura em “Arte em Portugal no século XX”<sup>485</sup> – “A arquitectura dos anos 30 e 40: Ramos, Cristino, Cassiano, Pardal e Duarte Pacheco”,<sup>486</sup> o período que Nuno Portas descreve como os anos difíceis, e “O I Congresso Nacional de Arquitectura e a arquitectura dos anos 50”.<sup>487</sup>

Durante os anos 90, o conhecimento sobre a arquitectura moderna portuguesa inicia um novo ciclo, os estudos dedicados à arquitectura moderna passam a tratar temas e períodos progressivamente mais específicos e mais especializados, seguindo uma tendência própria das investigações académicas.

Sobretudo a partir do final da década de 1990, esses temas passam a ser objecto de estudo de inúmeras investigações desenvolvidas para dissertações de licenciatura, mestrado, e doutoramento.

Esse novo ciclo de produção de conhecimento e de crítica da arquitectura moderna é ainda o ciclo actual. Actualmente é possível retomar uma linha de investigação que se aproxime do projecto inicial de Nuno Portas – uma investigação colectiva – ou que tenha uma ambição semelhante ao estudo de José-Augusto França ao longo dos três volumes de “A Arte em Portugal”.

Porque a tendência da historiografia actual é orientar uma série de investigações individuais, que continuam a abordar temas específicos, para projectos de investigação colectivos, que têm um tema e um tronco comum. Mas esse projecto de investigação está por fazer.

---

<sup>482</sup> “Percurso, arquitectura portuguesa 1930-1974”, Sergio Fernandez, edição da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto 1988 (1ª Edição do autor em 1985)

<sup>483</sup> “A Arquitectura Moderna em Portugal”, Pedro Viera de Almeida e José Manuel Fernandes, “História da Arte em Portugal”, volume 14, edição Alfa, Lisboa, 1986

<sup>484</sup> “Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50”, Ana Tostões, edição FAUP, Porto 1997.

A 1ª edição da autora foi concluída em 1994. Em 1995 foi a defesa pública da dissertação de mestrado apresentada na FCSH/UNL – “Algumas das observações do júri constituído pelos Professores José-Augusto França, Margarida Acciaiuoli e Duarte Castelo-Branco puderam entretanto ser introduzidas...” (Página 11)

<sup>485</sup> “A Arte em Portugal no Século XX” José-Augusto França, Editora Bertrand, Lisboa 1974

<sup>486</sup> Idem, pp. 222-255

<sup>487</sup> Idem, pp. 433-456



CAPÍTULO 4  
Regressar à cidade histórica, Recuperar a cultura tradicional

#### CAPÍTULO 4

#### Regressar à cidade histórica, Recuperar a cultura tradicional...

##### Regressar à cidade histórica

Regressar ao centro – O direito à cidade / Regressar à cidade histórica

##### Recuperar a cultura tradicional

A Arquitectura Tradicional / A realidade portuguesa fora dos centros urbanos / Arquitectura Popular e Arte Popular

##### Outros temas em debate

O ensino da Arquitectura – A reforma de 1957 / A integração das Artes Plásticas / O problema da habitação

“A palavra que melhor exprime aquilo que pensamos é «*Continuidade*». Inscrevemos essa palavra no antigo título [da revista] como uma forma de registar a missão a que nos propomos. Ela representa um sentimento de humildade em relação à herança que recebemos e a nossa preocupação de corresponder a essa responsabilidade.

*Continuidade*, mais do que um título que escolhemos para acrescentar a *Casabella*, significa consciência histórica – consciência de uma longa tradição que, para Pagano e Pérsico, e para nós, se expressa na eterna criatividade do espírito, e contra todos os formalismos, passados e presentes. [...]

Não somos idólatras nem iconoclastas: admiramos os mestres (do presente e do passado), e reconhecemos com orgulho as lições que recebemos pelo seu exemplo... [...]

Universalidade da cultura – continuidade no tempo, continuidade no espaço.

Nenhuma obra é verdadeiramente moderna se não for genuinamente fundamentada na tradição, nenhuma obra antiga tem significado hoje se não for capaz de reflectir o nosso tempo. Assim, evitando os extremos de tradicionalismo e de idealismo, podemos analisar a arquitectura tal como é de facto – na sua realidade histórica.”<sup>488</sup>

Excerto do primeiro Editorial da série “Casabella-Continuità” (nº199, Dezembro 1953 / Janeiro 1954), publicado no primeiro número dirigido por Ernesto Nathan Rogers.

Dois acontecimentos do debate internacional da primeira metade da década de 1950 são cruciais para compreender o significado histórico da procura de continuidade com a realidade portuguesa apresentada pelos editores da revista “Arquitectura” na edição nº60 (Outubro 1957), no primeiro Editorial da 3ª série. E para compreender de que forma essa procura de continuidade se manifestava na defesa dos valores urbanos da cidade histórica, e no reconhecimento da importância da cultura tradicional – A realização do oitavo Congresso CIAM, em Hoddesdon, Inglaterra, em 1951, e o início de uma nova série da revista italiana “Casabella”, no final de 1953, a série “Casabella-Continuità” dirigida por Ernesto Nathan Rogers.

O Encontro CIAM 8, que se realizou entre 7 e 14 de Julho de 1951, em Hoddesdon,<sup>489</sup> teve como tema “O coração da cidade” – “Heart of the City” – e foi um momento decisivo para o início do debate internacional sobre o espaço público urbano, os centros urbanos, e as cidades históricas, depois do fim da segunda guerra mundial.<sup>490</sup>

A revista “Casabella-Continuità”, durante o período em que foi dirigida por Ernesto Nathan Rogers, entre 1953 e 1964, representou sempre uma referência importante e inspirou sempre os editores da revista portuguesa no esforço para recuperar a continuidade com a história da arquitectura portuguesa, e com a cultura tradicional, que tinha ficado fora da história.

---

<sup>488</sup> “Continuità”, Editorial (assinado por Ernesto Nathan Rogers), revista “Casabella” nº199, Dezembro 1953 / Janeiro 1954, pp. 2-3

(Tradução do autor. O texto original, em italiano, está transcrito no Anexo 1, Arquivo de Notas Demasiado Extensas)

<sup>489</sup> Cerca de 30 km a norte de Londres

<sup>490</sup> “The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960”, Eric Mumford, Edição MIT Press, Cambridge, Massachusetts, e Londre, Inglaterra, 2000

(“CIAM 8, Hoddesdon, England, 1951 – The Heart of the City”, pp. 201-215)

## Regressar à cidade histórica

(Regressar ao centro – O direito à cidade / Regressar à cidade histórica)

No terceiro Editorial da 3ª série da revista “Arquitectura”, publicado no nº62 (Setembro 1958) e intitulado “O Congresso”,<sup>491</sup> os editores da nova geração reconhecem a responsabilidade da revista em contribuir para o debate e propõe três temas para discussão no próximo Congresso Nacional – “O problema da habitação social”, o problema do planeamento das cidades, e “os problemas de uma cultura arquitectónica”

“... ‘Arquitectura’ associa-se e procura interpretar alguns dos problemas que neste momento se põe à preparação imediata do congresso.

1º O problema da habitação social.

2º Os problemas da planificação, em que se faça o balanço das primeiras tentativas de acção urbanística entre nós e se estudem as alterações estruturais que essas tentativas exigem.

3º Os problemas de uma cultura arquitectónica, [...] levantados pela história e a realidade portuguesas.”<sup>492</sup>

Esses eram os temas cruciais para onde a nova geração procurava dirigir o debate, e foram de facto esses, os temas que dominaram o debate durante a 3ª série da revista.

Um dos aspectos fundamentais do problema da expansão das cidades naquele momento, e que obrigava a esclarecer de que forma era possível integrar a cidade moderna – ou a cidade contemporânea – na cidade histórica, era a necessidade de assegurar que a expansão da cidade continuava a ser cidade. Porque o crescimento descontrolado das áreas urbanas, que invadiam sem regra o território da periferia estava a destruir simultaneamente o “campo” e qualquer modelo histórico de cidade.

O crescimento da população urbana provocava a destruição do centro que se refazia sem critério, e provocava a destruição da periferia onde nunca se chegava a criar uma verdadeira urbanidade – nem em sentido histórico, nem em sentido moderno.

A cidade não se expandia verdadeiramente no sentido da periferia, porque se estendia demasiado desligada do centro – estendia-se em direcção ao campo, mas sem a capacidade para o transformar em cidade.

É dentro desse cenário que é preciso compreender a situação do debate sobre a cidade histórica e a cidade moderna naquele momento. A defesa da cidade histórica, tradicional, consolidada, era uma reacção à sua destruição, a que se tinha começado a assistir a partir dos anos 40, em Portugal, e que se tinha agravado nas décadas seguintes.

Por um lado, a nova geração de editores da 3ª série da revista “Arquitectura” situava-se intelectualmente próxima da defesa dos valores históricos da cidade, e prudente em relação a alguns dos princípios da Carta de Atenas inspirados na Cidade Jardim mas, ao mesmo tempo, havia ainda uma luta a travar contra o excessivo liberalismo especulativo, e contra uma sociedade burguesa conservadora.

Por isso, o debate sobre o regresso à cidade histórica tinha duas dimensões que é importante distinguir. Por um lado uma dimensão social, ou ideológica e, por outro lado, a dimensão da arquitectura e do urbanismo.

---

<sup>491</sup> Editorial “O Congresso”, revista “Arquitectura” nº62, Setembro 1958, pp. 3-4

(O segundo Editorial, publicado no nº61, Dezembro 1957, é sobre “A reforma do ensino de Belas Artes”)

<sup>492</sup> Página 4

Na dimensão ideológica, os arquitectos da nova geração adoptavam sem reservas os princípios modernos expressos na Carta de Atenas, e exigiam o direito da população à habitação e à cidade. Regressar à cidade histórica significava regressar ao centro urbano.

Na dimensão da arquitectura e do urbanismo era preciso rever muitos dos princípios de desenho urbano propostos pelo planeamento moderno. Era fundamental evitar os dogmas excessivamente funcionalistas, evitar a separação da cidade em zonas definidas pelo uso, e era preciso evitar os equívocos próprios do modelo da Cidade Jardim – entre a noção de cidade e a noção de campo. Nesse caso, o regresso à cidade histórica, era verdadeiramente a recuperação dos valores urbanos, permanentes, da cidade.

Para desenhar a cidade contemporânea, havia duas lições importantes a aprender. Com o planeamento moderno era preciso aprender a função social da cidade, mas com a cidade histórica, anterior ao planeamento moderno, era preciso aprender a criar espaços colectivos, que servissem a vida urbana e a vida das comunidades.

#### (Regressar ao centro – O direito à cidade)

No nº67 da revista “Arquitectura” (Abril de 1960), numa edição intitulada “Prédios de rendimento em Lisboa”, a revista publica uma série de edifícios projectados por arquitectos modernos da segunda geração – a geração do ICAT – construídos recentemente no centro de Lisboa.

Nesse número, os editores da revista procuram identificar algumas das circunstâncias que explicavam que o centro da cidade, a cidade histórica, se estivesse a transformar numa localização destinada à construção de “habitação de luxo”. Como era o caso dos prédios da Rua de São Bernardo e da Avenida Visconde Valmor, projectados por Vítor Palla e Bento de Almeida, ou dos prédios da Avenida Elias Garcia, de Pires Martins, e da Rua Marcos Portugal de Conceição Silva documentados naquele número da revista. Num texto de introdução à publicação dos projectos de Vítor Palla e Bento de Almeida – “Os prédios da Rua de S. Bernardo e da Av. Visconde Valmor”<sup>493</sup>, Fernando Gomes da Silva explica que, por não existirem terrenos desocupados na cidade histórica – “em zonas antigas de Lisboa próximas do centro”<sup>494</sup> – a construção de um novo edifício exigia a compra de um lote com um imóvel e a demolição desse imóvel preexistente. E que, por isso, essa operação imobiliária era mais cara do que a construção nas áreas da expansão recente da cidade, ou nos subúrbios, e para compensar esses encargos os investidores começavam a optar por um tipo de habitação que oferecia melhores condições do que os prédios de rendimento correntes, de renda limitada ou condicionada, e optavam por um regime de renda livre, que era mais compensador quanto mais elevada fosse a renda. Dirigiam, portanto, o seu investimento para as classes sociais com maior capacidade económica.

No centro da cidade começava a tornar-se comum a construção de prédios de rendimento, com materiais e acabamentos de melhor qualidade, com maiores área, e com mais divisões.<sup>495</sup>

Esse processo de renovação do tecido urbano do centro aplicava-se também às áreas de expansão da cidade do final do século XIX e início do século XX. Nas Avenidas Novas uma moradia com poucos piso e uma área considerável de jardim era facilmente substituída por um prédio de rendimento de maiores dimensões, com vários pisos, ocupando a totalidade da frente do lote e usando a área interior, o logradouro, para estacionamento e construção de garagens.

<sup>493</sup> “Os prédios da Rua de S. Bernardo e da Av. Visconde Valmor” (de Vítor Palla e Bento de Almeida), Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” nº67, Abril 1960, pp. 36-38

<sup>494</sup> Página 36

<sup>495</sup> “Rendas livres superiores a 3.000 escudos, para um programa muito desenvolvido, de fogos com quatro ou cinco quartos, amplas zonas de estar e comer, cozinha, lavagem, quarto de criada e vários núcleos de instalações sanitárias.” (Página 36)



Revista “Arquitectura” n°67, Abril 1960 (Capa, páginas 18, 24, 32) – “Prédios de rendimento em Lisboa”

Mas, além dessa concentração de habitação de luxo, que substituiu os edifícios antigos por edifícios novos, e que convertia os quarteirões em blocos compactos, em edifícios contínuos, havia também uma pressão económica para transformar os edifícios de habitação em instalações para escritórios.

“É corrente o aproveitamento, em Lisboa, da habitação com um programa muito desenvolvido para a instalação de escritórios. [...] O fenómeno é inexplicável, em particular quando se trata de organismos estatais e grandes sociedades, ou companhias, que utilizam para a instalação de todos os seus serviços um imóvel destinado a habitação.”<sup>496</sup>

Era frequente essa alteração do uso do edifício em relação à função programada pelo projecto de arquitectura, imediatamente a seguir à conclusão da obra.<sup>497</sup> Por isso a revista publicava também na mesma edição, e na mesma categoria de prédio de rendimento, o bloco de escritórios de Braula Reis e Justino Moraes para a Rua Conde Redondo. Nesse edifício, que o promotor pretendia construir como um edifício de habitação para depois explorar o arrendamento de fracções destinadas a escritórios, os autores do projecto propunham que a organização interior de cada piso fosse deixada livre, permitindo a instalação de divisões adaptáveis às necessidades de cada momento.

No Editorial desse n°67, intitulado também “Prédios de rendimento em Lisboa”,<sup>498</sup> os editores da revista explicam o crescimento urbano da cidade como uma consequência da especulação imobiliária, e da falta de eficácia da legislação existente, que estava desactualizada e tinha deixado de cumprir a sua função reguladora.

A partir dos recenseamentos da população portuguesa de 1940 e 1950, era evidente que havia um crescimento da população da capital bastante mais acentuado nas áreas suburbanas – cerca de 35% – do que no centro na cidade – cerca de 11%. E o recenseamento de 1950 revelava também que uma percentagem considerável da população que habitava no centro vivia em más condições. Cerca de 21% dessa população dividia uma habitação com outras famílias e vivia em espaços extremamente reduzidos – “... viviam em partes de casa, em muitos casos superlotadas.”<sup>499</sup>

<sup>496</sup> “Prédio na Rua Conde Redondo”, “Nota Crítica” de F. Gomes da Silva, p. 30

<sup>497</sup> No prédio da Avenida Elias Garcia, de Pires Martins, que a revista publicava também naquele número (pp. 41-49), anunciava-se já essa alteração –

“Anuncia-se já uma probabilidade de desvirtuamento das habitações por ter surgido a hipótese do prédio vir a servir de instalação a uma organização de enfermagem.” (Página 43)

<sup>498</sup> “Prédios de rendimento em Lisboa”, Editorial, revista “Arquitectura” n°67, Abril 1960, pp. 16-17, 62-63

<sup>499</sup> Página 16

Em 1947, tinham sido tomadas medidas<sup>500</sup> que, embora não impedissem a opção por um regime de “renda livre”, incentivavam os regimes de “renda limitada” através da isenção do pagamento da “contribuição predial”, definida em diversos escalões de acordo com as rendas aplicadas à exploração de cada imóvel. Mas, passados mais de dez anos, a inflação sobre os valores de arrendamento praticados tornava desactualizados os escalões que estavam definidos.

A desactualização do valor máximo para a concessão dos benefícios fiscais previstos na legislação de 1947, e a definição de regras e áreas mínimas por divisão, criada em 1951 com a aprovação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas,<sup>501</sup> tinham-se tornado, na prática, como obstáculos à possibilidade de encontrar uma habitação com boas condições para uma família da classe média próximo do centro da cidade.

Os investidores que optavam por explorar prédios de rendimento no centro, e adoptavam o regime de renda livre, tinham mais vantagens em elevar o mais possível o valor do arrendamento, e preferiam promover a construção de “habitação de luxo”, destinada às classes com maior capacidade financeira. Por outro lado, os investidores que construíam para a classe média eram forçados a afastar-se do centro, e a procurar a periferia. E perante a existência de um regulamento que impunha áreas mínimas, limitavam-se a cumprir essas áreas.

A uma família com menos recursos económicos não restava outra alternativa senão deslocar-se para os subúrbios, ou aceitar dividir uma habitação superlotada no centro da cidade.

O problema talvez não fosse fácil de resolver mas, para os editores da revista, apesar de toda a complexidade do problema da habitação, que exigia estudo, capacidade de crítica e debate, a sua origem não era difícil de identificar. Era evidente que deviam ser tomadas medidas legislativas que regulassem a actividade económica da construção e do arrendamento, e que evitassem a especulação.<sup>502</sup> É esse debate, que serve de tema ao nº 67, de Abril de 1960, da revista “Arquitectura”.

No ano seguinte, num artigo publicado no nº73 (Dezembro 1961), intitulado “Bairros clandestinos”,<sup>503</sup> António Freitas faz um retrato do modo como as áreas suburbanas da “Grande Lisboa”<sup>504</sup> estavam a ser invadidas por operações ilegais de construção, destinadas a alojar em péssimas condições um sector da população com grandes dificuldades económicas, que não tinha capacidade financeira para habitar na proximidade dos centros urbanos, e que estava a ser afastado para os subúrbio e segregado da cidade. Esses “bairros clandestinos” distribuíam-se pelos concelhos da periferia de Lisboa, nas margens norte e sul do Tejo – Loures, Sintra, Oeiras, Almada, Seixal, Moita – e António Freitas procurava identificar e documentar alguns dos casos mais conhecidos – Vale da Figueira, Prior Velho, Quinta da Horta, Quinta do Rato, Quinta da Brandoa, Quinta das Galinheiras (Lumiar, concelho de Lisboa), Campo do Rio, Carenque...<sup>505</sup>

---

<sup>500</sup> Decreto-Lei 36.212, Decreto-Lei 36.213, Decreto-Lei 36.700 (Página 17)

<sup>501</sup> Decreto-Lei 38.382

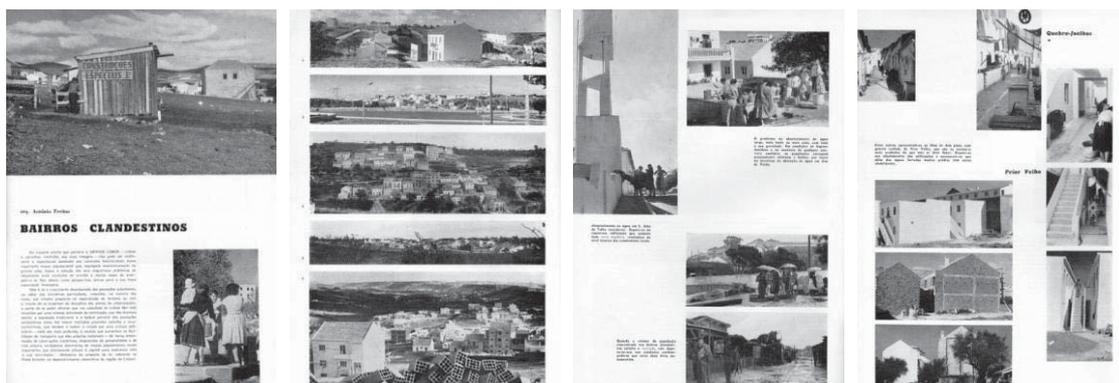
<sup>502</sup> “A responsabilidade de tal situação deve-se em grande parte à acção das forças especulativas no domínio da construção de habitações.” (Página 17)

<sup>503</sup> “Bairros clandestinos”, António Freitas, revista “Arquitectura” nº73, Dezembro 1961, pp. 27-35

<sup>504</sup> Expressão usada no texto (p. 27) – actualmente designada “área metropolitana”.

<sup>505</sup> “A relação sumária que se apresenta refere-se somente aos bairros mais conhecidos. Num curto espaço de tempo e com meios deficientes não foi possível inventariar tantos outros, dispersos pelos locais mais imprevistos...” (Página 31)

O artigo de António Freitas é o resultado de um trabalho de levantamento realizado pelo autor recorrendo a informação com origens dispersas, proveniente de documentos oficiais, redigidos por instituições públicas, ou notícias de jornais diários, e recorrendo à sua própria observação da realidade – Relatório da proposta de Lei referente ao Plano Director do desenvolvimento urbanístico da região de Lisboa (p. 27), “Diário de Lisboa” de 12 de Maio de 1959 (p. 29), “Diário de Lisboa” de 19 de Março de 1959 e série de artigos publicados no “Diário Ilustrado” Nov./Dez. 1960 (p. 31), Relatório da Câmara Municipal do Porto sobre «o problema da extinção das ilhas do Porto» (p. 33), “Diário de Lisboa” de 22 de Setembro de 1960 (p. 35).



Revista “Arquitectura” nº73, Dezembro 1961 (páginas 27- 28, 30, 32) – “Bairros Clandestinos”

Para além das transformações sociais e económicas que estavam na origem do fenómeno, o autor identificava também um problema no modo como as instituições oficiais revelavam incapacidade para desempenhar a sua função reguladora. Porque aquelas operações ilegais não correspondiam a iniciativas isoladas e individuais para a construção de casa própria, eram operações de especulação que procuravam apenas fugir aos encargos impostos à construção regulamentada e licenciada.

Incompreensivelmente era possível registar nas Finanças um imóvel construído sem qualquer licenciamento municipal. Com esse registo, a primeira forma habitual de exploração dos prédios clandestinos era o arrendamento, depois os especuladores procuravam a sua legalização nas câmaras municipais, invocando uma certa legitimidade que lhes era reconhecida por esse registo oficial, aceite pelas Finanças.

Incompreensivelmente também, este regime de exploração aplicava-se igualmente às construções mais miseráveis dos “bairros de lata”. No relatório da Câmara Municipal de Lisboa, publicado no “Diário de Lisboa” de 12 de Maio de 1959, podia ler-se que das 7871 barracas existentes no ano anterior, cerca de 70% eram arrendadas.

“Um facto assinalável, de que cada um, incluindo os interessados no negócio, poderão tirar as devidas implicações, é que a maior parte destes imóveis, erguidos sem qualquer licença oficial, estão no entanto registados nas repartições de finanças, o que é invocado nas tentativas posteriores de legalização, junto das câmaras municipais.

O bairro está erguido, bem á vista de todos, numa clandestinidade formal que feitas a contas, se mostra bem proveitosa para a delinquência; os diligentes fabricantes de «casas para todas as bolsas» [...] vão para outro lado recomeçar impunemente as suas sinistras actividades.”<sup>506</sup>

O autor descreve o processo de construção destes bairros clandestinos como um comportamento perfeitamente selvagem, apenas com um propósito especulativo.

<sup>506</sup> Página 33

“Não há regra que predestine o local onde vai surgir um novo bairro, qualquer que seja a sua dimensão [...]. No meio das oliveiras surge o bairro, cena de pesadelo habilmente montada pelo dono da «quinta» com a ajuda de vorazes intermediários [...]. O terreno é esquartelado, tendo em vista o maior lucro no prazo mais curto; cravam-se estacas delimitando os lotes, afixam-se tabuletas baptizando as «ruas» ou dando indicações sobre a entidade promotora do negócio (nome, direcção, telefone). Aparecem os primeiros compradores de lotes que, muito mais do que a pobre gente em busca da possibilidade de erguer penosamente a sua casa, são a segunda camada de especuladores (à espera que os preços subam...) e por último os pequenos e improvisados industriais da construção civil. Estes, peças importantes da tenebrosa engrenagem, erguem o bairro com a incompetência que lhes é peculiar [...].

O prédio assim construído é alugado directamente pelo construtor enquanto não encontra comprador interessado. As rendas são, duma maneira geral, elevadas para as condições habitacionais que propiciam e para os demais encargos que implicam (transportes, abastecimentos, ensino, etc.).”<sup>507</sup>

Alguns desses bairros seguiam o modelo da “ilhas” do Porto – Quebra-joelhos, Prior Velho – duas bandas paralelas de um piso, encaixadas num lote estreito e comprido. Quando tinham três ou quatro divisões, duas delas não tinham ventilação nem iluminação natural. As casas tinham apenas uma fachada, porque estavam encostadas ao limite do terreno e não podiam ter outras aberturas senão para o interior desse lote, para uma zona de circulação comum, uma passagem estreita entre as duas bandas de casas.

O artigo de António Freitas denunciava casos de insalubridade extrema, de impossibilidade de uma vida social civilizada, e de exposição excessiva a demasiados perigos, visíveis nas imagens que documentavam o texto. Construções implantadas em encostas com declives acentuados, a modelação do terreno contida por muros de suporte de alvenaria de tijolo – Quinta da Brandoa – acessos perigosos através de passagens de nível de caminhos-de-ferro sem as mínimas condições de segurança – Baixa da Banheira – construções praticamente encostadas e com ocupação de caves – Prior Velho – enormes dificuldades de abastecimento de água potável...<sup>508</sup>

O problema do afastamento da população do centro da cidade, concentrando-se em grande escala em áreas suburbanas não se limitava aos “bairros clandestinos”, mas eles representavam um grau extremo do estado a que a situação tinha chegado, e ajudavam a confirmar o estatuto depreciativo que se começava a associar à periferia – os subúrbios.

Com o artigo de António Freitas os editores da revista procuravam alertar para a necessidade de tomar medidas que ajudassem conter a dimensão daquele flagelo, mas era possível perceber também, além disso, que o caminho que apontavam – a necessidade de regressar ao centro e à cidade histórica – era um caminho do senso comum. Era indispensável manter alguma concentração do território urbano.

Escreve o autor perto do final do texto –

“Como é possível chegar-se a uma situação destas, com tão graves implicações sociais e administrativas? Como poderão os municípios acorrer às angustiosas dificuldades das populações, aglomeradas inconscientemente nestes bairros de pesadelo, quando por seu turno já se vêem em grandes dificuldades para equipar convenientemente os meios urbanos controlados?”<sup>509</sup>

---

<sup>507</sup> Página 31

<sup>508</sup> “Em condições de higiene duvidosa e na ausência de qualquer controle sanitário, as populações carregam penosamente cântaros e baldes, por vezes na incerteza da obtenção de água em dias de verão.” (Página 30)

<sup>509</sup> Página 33



Revista “Arquitectura” n°70, Março 1961 (Capa, páginas 15, 17, 19) – “Aspectos da alteração da paisagem da baixa lisboeta”

(Regressar à cidade histórica)

No mesmo ano da publicação de “Bairros clandestinos”, três edições antes, no n°70 (Março de 1961), no mesmo número onde Nuno Portas publica “Antes que, mesmo o pouco que temos...”,<sup>510</sup> onde alerta para a alteração e destruição de uma série de obras chave do património arquitectónico português do século XX, Fernando Gomes da Silva publica um texto, que cumpre a função duma nota editorial que precede a apresentação de dois projectos de remodelação de espaços comerciais situados no centro de Lisboa – a remodelação da “Tabacaria Havaneza”, no Chiado, que a dividia em dois espaços comerciais, um ainda destinado a tabacaria e outro destinado a uma sucursal do “Banco Burnay”, e o projecto de remodelação da “Loja das Meias”, no Rossio.<sup>511</sup>

Esse texto de Gomes da Silva, “Aspectos da alteração da paisagem da baixa lisboeta”,<sup>512</sup> parte duma preocupação dos editores da revista por uma série de alterações à arquitectura dos edifícios do centro histórico da cidade, a que se assistia naquele momento.

Uma preocupação justificada, em grande parte, por razões que tinham na sua origem as mesmas transformações da cidade que tinham motivado a publicação de “Prédios de rendimento em Lisboa” no ano anterior (n°67, Abril 1960). Porque, para além do crescimento desequilibrado das áreas de expansão da cidade de Lisboa, começava também a acentuar-se o desequilíbrio da vida urbana no centro.

Esse crescimento, descontrolado em direcção a uma periferia que se estendia demasiado e se afastava demasiado do centro, e a excessiva especialização funcional dessa periferia, quase exclusivamente destinada a habitação, provocavam uma desintegração entre o centro e os subúrbios que ameaçava a origem histórica da cidade – ameaçava a sua utilidade como espaço público colectivo.

<sup>510</sup> Fernando Gomes da Silva também alerta para a perda que representa a destruição de um obra como o café Royal, no Cais do Sodré, citado no texto de Nuno Portas (Página 48).

“Basta recordar o caso do Café Royal, que Lisboa deixou desaparecer por falta de possível sustentáculo económico, enquanto os «snack-bars» regurgitam de público.

A posição que assumimos aqui procura apenas atender à forma como se renova o panorama de uma zona do maior interesse para a cidade e aos valores urbanos que se perdem, correntemente substituídos pelas provas mais mediócras.” (Página 14)

<sup>511</sup> Os dois projectos são publicados com um comentário crítico do próprio Fernando Gomes da Silva, abordando aspectos específicos do projecto de arquitectura.

<sup>512</sup> “Aspectos da alteração da paisagem da baixa lisboeta”, Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” n°70, Março 1961, pp. 13-14

Gomes da Silva descreve o centro histórico de Lisboa – a “Baixa” – como uma construção no tempo, onde a permanência dos valores urbanos é um património colectivo, e uma garantia da utilidade e da eficácia do espaço público.

A “Baixa” era o principal centro de comércio e de trabalho da população da cidade, onde se tinham fixado as principais instituições da administração pública e os centros financeiros das actividades de iniciativa privada, enquanto as áreas destinadas à habitação se afastavam progressivamente do centro. Mas, naquele momento, a extensão que estava a atingir o crescimento da periferia esvaziava o centro de qualquer actividade fora do horário de trabalho. O centro histórico continuava a ser o lugar de maior actividade económica, e o lugar onde se localizava o trabalho da população da cidade, mas estava vazio de qualquer actividade de lazer, e de qualquer actividade nocturna.

Essa profunda alteração do carácter urbano do centro ajudava também a explicar a vaga recente de remodelações de uma série de espaços comerciais situados no tecido histórico da cidade, e que justificava a publicação daqueles dois projectos.

“A estes problemas não é sem dúvida estranho todo um processo de *modernização* das lojas da Baixa que se vem verificando de alguns anos para cá. [...] Julgamos que a remodelação dos estabelecimentos corresponderá para os comerciantes a alinharem numa tentativa comum de valorização, que em última análise significa uma garantia de atracção de nova clientela ou de conservação da antiga.

Porque a Baixa Pombalina representa para a cidade um conjunto arquitectónico único, importa ter em atenção as alterações da sua paisagem, a qualidade das remodelações que ocorrem aí e a defesa dos valores urbanos que existam e corram o risco de desaparecer.”<sup>513</sup>

Com esta nota editorial Fernando Gomes da Silva ajudava também a compreender a publicação na revista de outros projectos que representavam aspectos concretos da transformação da paisagem urbana do centro de Lisboa, sobretudo remodelações de espaços comerciais, publicadas antes e depois daquela edição – “Um snack-bar no Rossio” de Victor Palla e Bento d’Almeida (nº61, Dezembro 1957), a remodelação da “Alfaiataria Pestana & Brito” (nº64, Jan./Fev. 1959), várias remodelações de lojas com projectos de Francisco Conceição Silva (nº82, Junho 1964, nº92, Março/Abril 1966, nº100, Nov./Dez. 1967) ... A partir do final da década de 60 vários projectos também de Carlos Tojal, Manuel Moreira e Carlos Roxo (nº101, Jan./Fev. 1968, nº116, Julho/Agosto 1970, nº119, Jan./Fev. 1971), o “Bar Metro e Meio” na Av. 5 de Outubro, obra de Gastão Cunha e Manuel Vicente (nº130 Maio 1974).

Além de artigos sobre o problema dos centros urbanos históricos e da sua transformação – “A remodelação da Avenida”, de Carlos Duarte no nº60 (Outubro 1957), “O problema dos bairros antigos”, texto de Robert Auzelle na edição nº71 (Julho de 1961), “Renovação urbana”, texto da conferência de Manuel Laginha apresentada no Colóquio sobre Urbanismo em Março de 1961 (nº72, Outubro 1961), “Arte urbana”, por Francisco P. Keil do Amaral e José de Santa Rita (nº97, Maio/Junho), artigos de José-Augusto França, “A cidade e as suas imagens” (nº104, Julho/Agosto 1968), “Lisboa pombalina e romântica – A sua história e a salvaguarda dos seus valores” (nº104, Julho/Agosto 1968).

No ano seguinte à publicação do texto de Gomes da Silva na revista “Arquitectura” (nº70, Março de 1961), no “Jornal de Letras e Artes” nº32 (9 de Maio, 1962), António Freitas publica a crónica “Centros urbanos”,<sup>514</sup> e no nº54 (10 de Outubro, 1962), Francisco Silva Dias publica “O corpo das cidades”.<sup>515</sup>

A crónica de António Freitas é ilustrada por três praças históricas, de três cidades europeias – a Praça Grande de Arras, em França, a Praça de S. Marcos, em Veneza, e a Praça do Rossio, em Lisboa. Nas legendas dessas imagens, o autor sublinha a importância do espaço vazio, público e colectivo, que contrasta com a concentração de construção do tecido urbano medieval, e sublinha a capacidade da arquitectura que define esses espaços para se manter como uma referência permanente na cidade.

<sup>513</sup> Página 13

<sup>514</sup> “Centros urbanos”, António Freitas, “Jornal de Letras e Artes” nº32, 9 de Maio de 1962, p. 13

<sup>515</sup> “O corpo das cidades”, Francisco Silva Dias, “Jornal de Letras e Artes” nº54, 10 de Outubro de 1962, pp. 5, 12



“Jornal de Letras e Artes” nº32, 9 de Maio de 1962 (página 13) – “Centros urbanos”

“Jornal de Letras e Artes” nº54, 10 de Outubro de 1962 (Capa, páginas 5, 12) – “O Corpo das cidades”

“Apesar do desenvolvimento recente que adquiriram os seus centros secundários, Lisboa continua com o mesmo «coração» – a Baixa – no qual a bela praça pombalina do Rossio ocupa lugar de destaque.”  
(Legenda de duas fotografias do Rossio)

“Arras (Praça Grande) – O espaço generoso das praças medievais, em contraste com a apertada textura urbana do resto do aglomerado, realça a função dignificante e centralizadora das suas actividades comunitárias.”

“A Praça de S. Marcos, em Veneza, já de há muito se tornou o mais notável exemplo de valorização cénica do ambiente urbano.”

No texto dessa crónica, António Freitas descreve o crescimento das cidades como um processo heterogéneo do ponto de vista histórico, mas equilibrado enquanto os centros urbanos cresceram lentamente, sobretudo até à revolução industrial, e enquanto se construíram simultaneamente os equipamentos colectivos que as podiam manter vivas – equipamentos administrativos, de natureza cultural, de lazer, de assistência social...

Na cidade tradicional esses equipamentos, que se localizavam sobretudo na proximidade dos principais espaços públicos, garantiam a existência de actividade colectiva, de vida urbana, e definiam um centro – o “coração” da cidade. Havia uma relação directa entre a existência desses espaços públicos, a existência de equipamentos de carácter colectivo – a câmara, o mercado, a igreja, o teatro, o cinema – e a existência de vida urbana. Esse modelo de organização existia desde o “Ágora” das cidades gregas, foi retomado com os “Fóruns” romanos e, de um modo mais informal repetiu-se nas praças medievais.<sup>516</sup>

Mas o artigo de António Freitas não representava apenas a defesa da cidade histórica. A importância dos “centros urbanos” aplicava-se também às novas áreas de expansão da cidade contemporânea.

Com a experiência do planeamento moderno, racionalista, era possível aprender a lição da separação física entre o espaço destinado ao trânsito automóvel e o espaço público destinado ao movimento das

<sup>516</sup> “Em todos esses casos, salvo diferenciações de certa monta que se ligam à estrutura económico-social dessas civilizações, houve sempre uma nítida concentração das actividades mais representativas dos cidadãos.” (António Freitas, página 13)

pessoas, mas a cidade contemporânea não podia dispensar a função que tinham desempenhado os centros urbanos, desde o início das cidades.<sup>517</sup>

Passados alguns meses, Francisco Silva Dias publica também no “Jornal de Letras e Artes”, no nº54 (10 de Outubro, 1962), a crónica “O corpo das cidades” onde retoma o debate sobre a cidade histórica, sobre a lição que representava o seu crescimento orgânico para o planeamento contemporâneo, e sobre a importância de impedir que o crescimento dessa cidade contemporânea destruísse a integridade da cidade histórica.

Francisco Silva Dias distingue dois momentos decisivos para o crescimento moderno das cidades, e que alteram definitivamente a sua configuração – a sua “paisagem urbana” – e que era fundamental reconhecer para integrar a expansão da cidade, ou para impedir a sua desintegração – a revolução industrial, e a generalização do tráfego automóvel.

Com a revolução industrial, a concentração de fábricas nas cidades atrai uma grande parte da população rural para os centros urbanos, provocando um enorme défice de habitação e fazendo crescer a especulação sobre os preços dos terrenos.<sup>518</sup> Depois dessa primeira vaga de transformações sociais e urbanas, o aparecimento da máquina usada como meio de transporte, nas primeiras décadas do século XX, altera profundamente as necessidades do traçado. Mas essa alteração não se reflecte imediatamente na estrutura das cidades, porque, no início, o uso do automóvel podia ainda adaptar-se às grandes avenidas, traçadas na segunda metade do século XIX nas principais cidades europeias. Embora essa adaptação representasse uma profunda alteração do significado urbano das avenidas, e da sua importância como espaço público colectivo.

“Já o grande «boulevard» se tinha imposto como concepção estética e como factor de vida comunitária quando uma outra consequência da revolução industrial o veio revalorizar. A geração que iniciou o uso dos veículos motorizados encontrou, na maioria das grandes cidades e em contraste com os núcleos antigos, uma rede viária que permitiu a utilização plena dos novos meios de locomoção. O culto do eixo e das perspectivas a perder de vista, com que a geração anterior traçara a cidade, ajustou-se a uma nova utilização que traria consigo a destruição do «boulevard» como local de passeio, encontro e convivência. O incremento vertiginoso da circulação motorizada veio condenar a «rua-estrada», de onde o peão, verdadeiro elemento vivificador da cidade se viu expulso.”<sup>519</sup>

A crónica de Francisco Silva Dias no “Jornal de Letras e Artes” é ilustrada por quatro exemplos de estruturas urbanas que representavam quatro momentos diferentes do crescimento da cidade – (1) o bairro de Alfama, com uma estrutura urbana anterior à revolução industrial, representando a arquitectura dos bairros mais antigos de Lisboa, constituídos pelos dois elementos fundamentais, a rua e o largo, (2) as “Avenidas Novas”, também em Lisboa, traçadas no final do século XIX, e construídas ao longo da primeira metade do século XX, (3) o bairro de Olivais Norte, planeado no final dos anos 50 e construído ao longo dos anos 60, e o bairro do “Alto do Pina” que representava o crescimento desordenado e o resultado da especulação imobiliária.

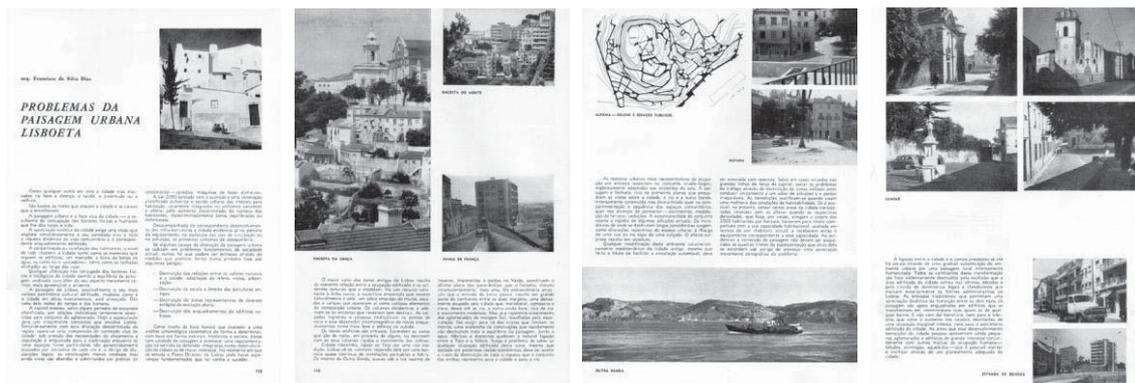
---

<sup>517</sup> “Este conceito da importância do peão surge-nos de novo vinculado [ao] planeamento dos novos centros urbanos, em que os percursos dos peões são preservados da perturbação [...] do trânsito de veículos e protegidos sempre que possível...” (Página 13)

<sup>518</sup> “Na segunda metade do século passado, as profundas alterações provocadas nas estruturas sociais impuseram uma reorganização das cidades. [...]

A cidade, sujeita a um monstruoso crescimento é quase exclusivamente constituída por «prédios de rendimento» e fábricas que crescem sem deixarem entre si espaços para equipamento e zonas verdes.” (Francisco Silva Dias, página 5)

<sup>519</sup> Página 5



Revista “Arquitectura” nº83, Setembro 1964 (páginas 115-117, 119) – “Problemas da paisagem urbana lisboeta”

O bairro de Olivais Norte e o bairro do “Alto do Pina”, representavam dois tipos de estrutura urbana posteriores à revolução industrial e à generalização do uso do automóvel, correspondiam portanto a dois desenvolvimentos da cidade contemporânea, e ao momento actual. O que os distinguiu era a existência num e a ausência no outro de planeamento, e capacidade de regular os efeitos da especulação imobiliária. O bairro de Olivais Norte, que estava ainda em construção, representava uma área de expansão da cidade planeada, onde o Estado tinha exercido o seu papel regulador, e representava uma importante conquista da última geração de arquitectos modernos. Representava para o planeamento da cidade de Lisboa a afirmação dos princípios racionalistas enunciados na Carta de Atenas. Mas, além disso, representava uma importante vitória da regulação contra a especulação.

O bairro do “Alto do Pina”, pelo contrário, representava o crescimento desordenado da cidade contemporânea.<sup>520</sup>

O debate sobre a cidade histórica era conduzido pela necessidade de organizar um pensamento sobre a expansão da cidade contemporânea. Por isso, embora o modelo teórico que tinha inspirado o desenho do plano para Olivais Norte já não pudesse ser aplicado sem uma revisão profunda, havia uma necessidade de realismo dos arquitectos da nova geração que permitia uma certa ambiguidade e a convivência de dois modelos contrários. Porque a implantação de blocos autónomos, isolados, dispostos em espaços livres, contrariava a lição que era necessário aprender com o tecido histórico das cidades, como declarava Silva Dias, no final do texto, sobre o plano de Olivais Norte –

“... A rua tradicional, espaço vivo definido por construção, enquadramento secular da vida urbana é banida. A relação entre as construções obedece, nas formas mais racionalizadas, sobretudo a uma composição volumétrica ou a critérios de orientação solar.

O corpo da cidade assim fragmentado, demasiado conduzido por esquemas apriorísticos pode comprometer as possibilidades de uma vida conjunta intensa. Já nos mais recentes planos se assiste ao [reavivamento] dessas possibilidades, através de uma comunhão mais íntima entre todos os factores da vida urbana. Este movimento tem conduzido ao regresso da noção de rua como enquadramento das linhas de força da vida comunitária. Condicionado o tráfego motorizado, o peão reconquista a rua onde passeia, vê lojas, conversa, numa interligação fácil entre sua casa e os necessários órgãos de equipamento – escolas, parques, cinemas, mercados. Para as nossas cidades, a maior parte delas embebidas de uma forte tradição meridional, a

<sup>520</sup> “A especulação comprime o corpo da cidade na procura única de elevar o preço dos terrenos. Este crescimento desordenado, sem os necessários órgãos de equipamento assemelha-se nos organismos vivos, a um crescimento canceroso.” (Página 12, legenda da imagem)

vivificação da rua e do largo é de especial importância, por, além de climaticamente aceites, estes terem sido sempre a afirmação do valor da vida colectiva dos seus habitantes.”<sup>521</sup>

Passados dois anos, quando publica na revista “Arquitectura”, “Problemas da paisagem urbana lisboeta”,<sup>522</sup> no nº83 de Setembro de 1964, Francisco Silva Dias identifica dois problemas chave no crescimento da cidade de Lisboa naquele momento, responsáveis pela destruição da sua paisagem urbana. Por um lado, os golpes permanentes contra a integridade histórica do centro, provocados pela substituição sem critério de edifícios antigos por edifícios novos. Por outro lado, a expansão descontrolada da sua área suburbana – a periferia transformada em subúrbio.

Na origem desses dois problemas estavam duas circunstâncias também já analisadas pelo autor na crónica do “Jornal de Letras e Artes” – a necessidade de habitação para alojar a população que se concentrava na cidade à procura de trabalho, e a necessidade de criar regras que permitissem controlar os efeitos da especulação.<sup>523</sup>

“A capital cresceu, salvo alguns períodos de expansão planificada, por adições individuais lentamente absorvidas pelo conjunto do aglomerado. Hoje, a especulação gera um crescimento canceroso que envolve Lisboa. Simultaneamente com esta dilatação descontrolada da região, opera-se uma compressão do conteúdo vivo da cidade: sob pressão das necessidades do alojamento a população é empurrada para a coabitação enquanto os raros espaços livres particulares são gananciosamente ocupados por iniciativa de cada um e, a abrigo de disposições legais, as construções menos rendosas mas ainda vivas são abatidas e substituídas por prédios de rendimento – «prédios, máquinas de fazer dinheiro».”<sup>524</sup>

A necessidade de defender a integridade histórica da cidade era um dos temas fundamentais do debate sobre o crescimento da cidade contemporânea. Porque, em cada um dos seus diferentes momentos históricos, a cidade tradicional representava diferentes formas de integração, diferentes formas de coerência e equilíbrio urbano – integração com os acidentes naturais do território, integração dos edifícios entre si, integração social, integração com um período histórico...

Mas, naquele momento a alteração da paisagem urbana, sem ponderação nem critério, representava um ataque contra essas formas de integração representava uma forma de desintegração da cidade.

“O maior valor das zonas antigas de Lisboa resulta da coerente relação entre a ocupação edificada e os acidentes naturais que a modelam. [...] Um sábio emprego de muros, escadas e rampas, que aparecem aí como valiosos elementos de composição urbana. [...] Os novos edifícios são intrusos. Escondem as vistas que são de todos, em proveito de alguns, ou destroem com os seus volumes rígidos o movimento das colinas.”<sup>525</sup>

“Alguns ambientes da cidade, que por serem de construção mais recente têm vindo a ser inconscientemente destruídos, merecem igualmente ser preservados pelo seu próprio valor e pelo estágio que representam da evolução da cidade. Os melhores exemplos da Arte-Nova em arquitectura correm o risco de virem a ser substituídos por edifícios que não representam nada.”<sup>526</sup>

Mas, para além de uma série de outros problemas, defeitos que o autor aponta à transformação da paisagem urbana lisboeta – relacionados com as infra-estruturas da cidade, com a circulação das pessoas e

---

<sup>521</sup> Página 12

<sup>522</sup> “Problemas da paisagem urbana lisboeta”, Francisco Silva Dias, revista “Arquitectura” nº83, Setembro 1964, pp. 115-119

<sup>523</sup> Silva Dias cita em particular uma lei absurda – a Lei 2030 – que permitia a demolição dos edifícios antigos para os substituir por edifícios novos com um volume de construção muito superior.

<sup>524</sup> Página 115

<sup>525</sup> Página 116

<sup>526</sup> Página 118

dos meios de transporte, com a falta de equipamentos colectivos, e com desequilíbrios sociais vários – uma das consequências mais graves do crescimento da cidade, naquele momento, era a desurbanização da periferia. A falta de um critério urbano nítido nas suas áreas de expansão, e o défice de urbanidade que representava o afastamento do centro da cidade para invadir pequenas povoações rurais da periferia, que deixavam de ser rurais – deixavam de ser campo – mas não se transformavam em cidade, transformavam-se áreas suburbanas – subúrbios.

“A ligação entre a cidade e o campo processou-se até há pouco através de uma gradual substituição do ambiente urbano por uma paisagem rural intensamente humanizada. Todos os cambiantes dessa transformação são hoje violentamente destruídos pela explosão que a área edificada da cidade sofreu nas últimas décadas e pelo círculo de dormitórios legais e clandestinos que marcam exteriormente os limites administrativos de Lisboa.”<sup>527</sup>

Nem se encontrava um limite para a cidade, nem a expansão do território e da cultura urbana demonstrava capacidade para integrar o campo. Desintegravam-se os dois.

---

<sup>527</sup> Página 119

### Recuperar a cultura tradicional

(A Arquitectura Tradicional / A realidade portuguesa fora dos centros urbanos / Arquitectura Popular e Arte Popular)

Em “Problemas da paisagem urbana lisboeta” (nº83, Setembro 1964), quando Francisco Silva Dias se refere ao modo como se tinha transformado violentamente a ligação entre a cidade e o campo, que antes era gradual, e se refere à necessidade de encontrar um critério urbano mais esclarecido para a periferia das cidades, o problema que levanta obriga a repensar o significado da cidade contemporânea e o significado da cidade histórica, tradicional, mas, ao mesmo tempo, essa expansão da cidade em direcção a pequenas povoações rurais da periferia obrigava também a repensar o significado da cultura tradicional, naquele momento.

O tema da arquitectura tradicional era debatido intensamente em Portugal praticamente desde o início do século XX, pelas diferenças de opinião que provocavam as diferentes expressões de arquitectura regionalista e a discussão sobre a existência de uma “casa portuguesa”. Mas agora, desde o início da 3ª série da revista “Arquitectura”, o debate sobre a cultura tradicional ganhava um novo significado. Representava uma forma de aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa e de procurar integrar algumas das conquistas mais importantes da arquitectura moderna na cultura de cada lugar. A arquitectura tradicional ganhava uma dimensão artística e uma dimensão antropológica.

### (A Arquitectura Tradicional)

Na historiografia actual da arquitectura portuguesa, o texto de Keil do Amaral, “Uma iniciativa necessária”,<sup>528</sup> publicado no início da segunda série da revista “Arquitectura”, no nº14 (Abril 1947) – no mesmo número onde é publicado o Editorial<sup>529</sup> que anuncia a renovação da revista quando foi comprada pelo ICAT – esse texto é frequentemente interpretado como um desafio, lançado aos arquitectos seus contemporâneos, para encontrar na arquitectura tradicional os princípios de racionalidade que ajudariam a defender as virtudes da linguagem racionalista e funcionalista da arquitectura moderna.

Nuno Portas também reconhece essa motivação nas palavras de Keil do Amaral, na terceira crónica da série “Pioneiros de uma renovação”<sup>530</sup> (Abril 1962). Mas, considerando a sua acção ao longo das décadas de 40 e 50, e considerando a irreverência de procurar as raízes de uma linguagem racionalista na arquitectura tradicional, Nuno Portas também reconhece nessas palavras uma vontade de continuidade com a realidade portuguesa.

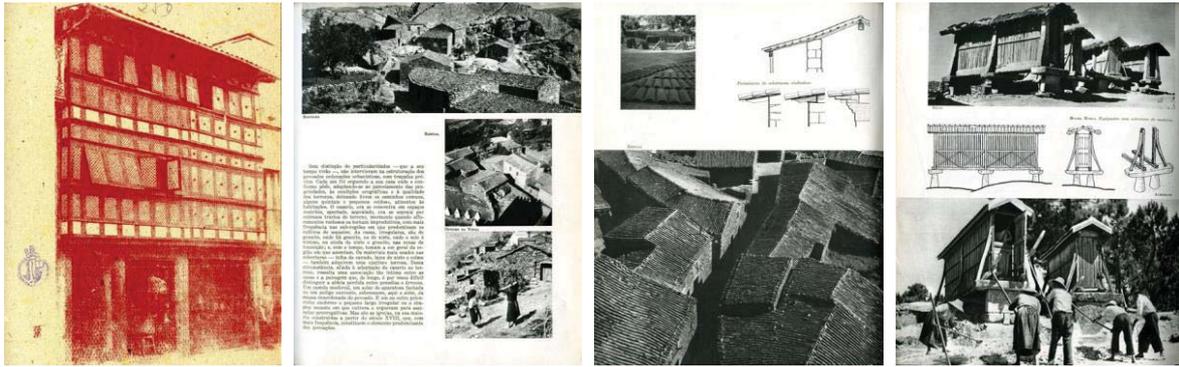
“Esta actividade conduzi-lo-ia a lançar, já em 1947, a ideia de um inquérito ao património da arquitectura popular que, se tinha um primeiro intuito polémico de desmistificar as pretensões de um «estilo português» que tinha travado irremediavelmente o curso do movimento moderno, não deixaria de ocasionar – como veio a suceder dez anos depois – um fecundo contacto com a cultura popular logo, uma compreensão étnica e sociológica do povo real para quem se queria trabalhar.”<sup>531</sup>

<sup>528</sup> “Uma iniciativa necessária”, Keil do Amaral, revista “Arquitectura” nº14, Abril 1947 (2ª Série), pp. 12-13

<sup>529</sup> “Editorial”, revista “Arquitectura” nº14, Abril 1947 (2ª Série), p. 4

<sup>530</sup> “Aproximação da realidade”, Nuno Portas, “Jornal de Letras e Artes” nº29, 18 de Abril de 1962, pp. 13-14

<sup>531</sup> Página 14



“Arquitectura Popular em Portugal”, edição do SNA 1961, volume 1 (Capa, páginas 231, 286, 296)

De facto, no texto da revista “Arquitectura”, Keil do Amaral fala na “formação de uma arquitectura moderna”, mas não de uma linguagem moderna internacional, fala na “formação de uma arquitectura moderna portuguesa”.

“Mas será que nós não possuímos, realmente, fontes mais puras e coerentes para a formação de uma arquitectura moderna portuguesa, do que pretendem fazer crer os nossos regionalistas... de fachada? [...] A nossa arquitectura regional encerra muitas e valiosas lições. O que falta é estudá-las, aprendê-las... [...] O que realmente interessa é procurar, em cada região, as maneiras como os habitantes conseguiram resolver os diversos problemas que o clima, os materiais, a economia e as condições de vida inerentes à região impuseram às edificações. Depois analisar até que ponto as soluções são boas e conservam a actualidade, isto é, continuam a ser as mais adequadas, funcional e economicamente.”<sup>532</sup>

“Organizar-se-iam três equipas de dois arquitectos, que percorreria uma o Norte, outra o Centro e a outra o Sul do País, investigando, fotografando, desenhando e tomando notas. De regresso, classificariam e seleccionariam o material recolhido com a calma e a ponderação que o caso requer. E só faltaria então dar corpo ao livro com a colaboração de um editor interessado.”<sup>533</sup>

O levantamento que haveria de permitir analisar a arquitectura tradicional portuguesa e identificar alguns dos seus traços mais determinantes em cada região do país, e que ficou conhecido como “Inquérito à Arquitectura Popular” só começou a ser feito em 1955, e só seria publicado em 1961. Por isso quando a revista “Arquitectura” entrou na 3ª série, em 1957, o Inquérito estava começado mas ainda longe de ser publicado, e era evidente pela nova orientação dada à revista no momento dessa mudança editorial, que os resultados desse levantamento haveriam de se tornar uma importante fonte documental que favorecia os argumentos defendidos pela nova geração.

No final de 1959, praticamente três anos depois do início da actividade editorial da nova geração, o Inquérito estava concluído mas só seria publicado dois anos mais tarde. No nº66 (Nov./Dez. 1959)<sup>534</sup> a revista publica dois artigos relacionados com o tema da arquitectura tradicional – “Tradicionalismo e evolução”,<sup>535</sup> de António Freitas, e “Breves notas sobre a arquitectura espontânea”<sup>536</sup> de Carlos Duarte –

<sup>532</sup> “Uma iniciativa necessária”, páginas 12-13

<sup>533</sup> Página 13

<sup>534</sup> Na mesma edição onde Nuno Portas publica “A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal”.

<sup>535</sup> “Tradicionalismo e evolução”, António Freitas, revista “Arquitectura” nº 66, Nov./Dez. 1959, pp. 30-37

ambos ilustrados com fotografias feitas durante o Inquérito, e precedidos por uma nota editorial que apelava ao debate no momento em que se começavam a conhecer as primeiras conclusões do trabalho realizado.

“A consciência geralmente sentida dos muitos problemas ligados ao estudo e preservação do que de válido subsiste na nossa arquitectura regional, a que as recentes conferências proferidas por membros do inquérito organizado pelo SNA vieram ainda dar maior relevo, levaram “Arquitectura” a iniciar neste número a publicação de uma série de artigos que incidindo sobre esses problemas possam constituir ponto de partida para um debate que as circunstâncias presentes, dia a dia, tornam mais urgente. Nos dois primeiros trabalhos agora insertos, e por sugestão nossa, os seus autores, os arquitectos António Freitas e Carlos Duarte, cingiram-se ao problema da arquitectura espontânea nos seus aspectos gerais. Acompanham os dois artigos fotografias tiradas quando do inquérito do SNA, que embora não directamente relacionadas com os textos nos podem parecer constituir documentação de interesse.”<sup>537</sup>

Pelo texto de António Freitas, “Tradicionalismo e evolução”, é possível perceber que as conclusões do Inquérito não estavam a mobilizar a classe de acordo com a expectativa que estava criada – considerando o entusiasmo que tinha despertado no início, considerando o esforço que tinha representado para seis equipas de técnicos que tinham percorrido Portugal continental de Norte a Sul, e considerando o significado daquela conquista dos arquitectos modernos, defensores da arquitectura racionalista, que o governo tivesse aceiteado financiar aquele levantamento da realidade portuguesa.

Era evidente que os desenvolvimentos recentes do debate internacional e o interesse que despertavam na nova geração não favoreciam a possibilidade de explicar os resultados do Inquérito à Arquitectura Popular como uma forma de racionalismo, nos mesmos termos em que isso tinha sido interpretado pelos mais firmes defensores da arquitectura moderna, mais de dez anos antes, quando Keil do Amaral publicou “Uma iniciativa necessária” na segunda série da revista.<sup>538</sup>

É possível perceber pela leitura do texto de António Freitas que o interesse da nova geração pela arquitectura tradicional se estava a tornar polémico, e provocava uma divergência entre duas tendências culturais discordantes.<sup>539</sup> Uma era protagonizada pelos mais radicais defensores da arquitectura moderna, racionalista e internacional, na maioria arquitectos da mesma geração de Keil do Amaral, que interpretavam esse interesse pela arquitectura tradicional como o regresso a uma linguagem regionalista, e um retrocesso, e outra era protagonizada pela nova geração, que procurava nas conclusões do Inquérito algumas respostas que permitissem rever os princípios formais da arquitectura do Movimento Moderno, e encontrar uma forma de integrar a arquitectura moderna na realidade portuguesa.

“O Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, que principiou em 1955, foi uma iniciativa do Sindicato Nacional dos Arquitectos, que veio corresponder claramente a uma aspiração da classe [...]. É um facto incontroverso que, de então para cá, a força polarizante deste empreendimento tem vindo a decair gradualmente, sentindo-se, cada vez mais pesada e grave, a lacuna de uma discussão ampla, em que se agite interessadamente a problemática que se lhe refere.

---

<sup>536</sup> “Breves notas sobre a arquitectura espontânea”, Carlos Duarte, revista “Arquitectura, nº66, Nov./Dez. 1959, pp. 38-43

<sup>537</sup> Página 31

<sup>538</sup> No mesmo ano em que Fernando Távora publica “O problema da casa portuguesa” lançando um apelo semelhante.

<sup>539</sup> E assim tomou corpo um movimento revisionista, que se apresenta na Europa em três importantes focos de germinação: Países Nórdicos, Inglaterra e, mais recentemente em Itália. [...] Essa atitude combativa tem levantado uma celeuma a que não é estranha a defensiva premeditada de alguns, perante uma mutação que vem demolir um sistema cuidadosamente elaborado e preservado...” (Página 35)



Revista “Arquitectura” nº66, Novembro/Dezembro 1959 (páginas 33-35) – “Tradicionalismo e evolução”

Um debate desta natureza – necessário e urgente – terá, sem dúvida, consequências benéficas, para além do próprio Inquérito, pois envolve múltiplas questões de carácter cultural, social, técnico e económico, intimamente relacionadas com a vida profissional do arquitecto... [...]

O momento parece oportuno para uma permuta de opiniões, na medida em que se esboçam entre nós tendências culturais, aparentemente divergentes, que conviria analisar [...] (e esse objectivo conseguir-se-ia, amplamente, pela promoção de um congresso) ... [...]

O Inquérito está feito.”<sup>540</sup>

O autor defendia a necessidade de debate sobre aquele tema, e retomava a proposta de realização de um Congresso que já tinha sido anunciado no Editorial do nº 62 (Setembro 1958) da revista.<sup>541</sup>

Com este artigo António Freitas procurava situar esse debate em relação às razões históricas que tinham levado à necessidade de fazer o Inquérito,<sup>542</sup> e nesse esforço de esclarecimento, nesse exercício de memória, situa a raiz do interesse estético pelas várias formas de expressão da cultura popular no movimento romântico que tinha tido origem no século XVIII, nos países da Europa Central, e que se manifestava em oposição à cultura racionalista de inspiração clássica, que tinha tido origem na Europa mediterrânica, na Antiguidade. Havia, portanto, desde o início, uma oposição entre a estética romântica e a cultura racionalista.

Mas a expressão do romantismo na arquitectura tinha sido relativamente tardia em relação à sua difusão nas artes plásticas, na música e na literatura. E, em Portugal, as principais obras onde se manifestava essa tendência foram construídas já no final do século XIX e no início do século XX.

Nesse momento a preferência pela estética romântica tornou-se um fenómeno quase generalizado em Portugal, e foi adoptada simultaneamente pelos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa e pelos arquitectos mais progressistas, sem uma grande preocupação pelo significado histórico da oposição entre cultura clássica racionalista e romantismo.

<sup>540</sup> Páginas 31-32 (“1 – A ausência de um debate”)

<sup>541</sup> Os resultados do Inquérito eram portanto um dos “problemas de uma cultura arquitectónica”.

<sup>542</sup> “2 – O significado dum empreendimento

Do muito que poderá dizer-se sobre este inquérito, um ponto merece imediato desenvolvimento, uma vez que, por rigor de discussão, deverá anteceder todo o comentário que porventura venha a estabelecer-se: quais são os seus antecedentes e a sua oportunidade?” (Página 32)

“... Desta forma ergueram-se, num ritmo de irresponsabilidade a que não é estranho o poder financeiro dos novos-ricos de África e do Brasil, habitações urbanas, palacetes, quintas de veraneio (especialmente em Sintra) e até edifícios públicos, em fantasiosas reposições da obra honesta dos nossos antepassados do românico, da ocupação árabe e do manuelino. [...]

Esta maneira nitidamente académica e saudosista de encarar os problemas culturais da arquitectura foi paradoxalmente perfilhada por algumas individualidades representativas da vanguarda intelectual do fim do século, as quais, noutros sectores, evidenciaram uma mentalidade progressiva.”<sup>543</sup>

Era evidente que a nova geração de editores da revista “Arquitectura” procurava distanciar-se dos equívocos que se tinham criado a partir dessa generalização da estética romântica em Portugal no início do século XX, e que, em alguns casos, tinha evoluído para uma arquitectura com motivações nacionalistas. Mas também procurava distanciar-se do excessivo universalismo da linguagem do Estilo Internacional.

António Freitas reconhecia o risco de se substituir um formalismo por outro,<sup>544</sup> mas continuava a acreditar que a informação recolhida durante Inquérito à Arquitectura Popular era uma lição de racionalidade, e uma forma de aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa.

#### (A realidade portuguesa fora dos centros urbanos)

O nº66 (Nov./Dez. de 1959) da revista “Arquitectura”, é a primeira edição da 3ª série em que o tema da arquitectura tradicional, e do debate sobre o Inquérito à Arquitectura Popular realizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, é tratado de uma forma tão objectiva. As preocupações com o modo como a arquitectura moderna contemporânea devia adequar-se à realidade portuguesa e devia procurar a sua raiz tradicional já se tinham manifestado nas edições anteriores – desde o primeiro número organizado pela nova geração com a publicação de “Uma mercearia na Estefânia” (nº57/58), depois com os projectos para “4 Novas Pousadas” (nº62, Setembro 1958), o projecto de Arménio Losa e Cassiano Barbosa para um conjunto de “Habitações operárias em Ponte de Pedra” (nº63, Dezembro 1958), a publicação da tese apresentada pela representação portuguesa ao “X Congresso CIAM”, em Dubrovnik, em Agosto de 1956 (nº64, Jan./Fev. 1959) – mas o tema ainda não tinha sido analisado com um estatuto próprio, e considerando todas as dimensões do problema, como foi nessa edição com a publicação do texto de António Freitas, “Tradicionalismo e evolução”, e de Carlos Duarte, “Breves notas sobre a arquitectura espontânea”.<sup>545</sup> A imagem da capa desse número é uma fotografia de “açoteias” algarvias, feita durante o Inquérito.

Nesse número, o texto de Carlos Duarte, ilustrado com fotografias de Arnaldo Araújo,<sup>546</sup> da região de Trás-os-Montes, antecipava alguns temas importantes para o debate que seriam retomados depois, noutras edições da revista.

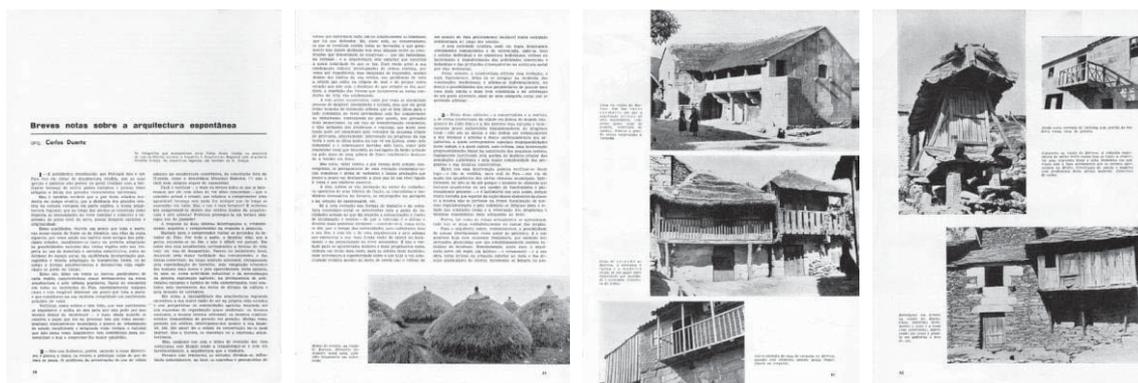
---

<sup>543</sup> Páginas 33-34

<sup>544</sup> “Porém, querendo libertar-nos dum formalismo, podemos cair, inadvertidamente, noutra formalismo.” (Página 37)

<sup>545</sup> “Breves notas sobre a arquitectura espontânea”, Carlos Duarte, Revista “Arquitectura” nº66, Nov./Dez. 1959, pp. 38-43

<sup>546</sup> “As fotografias que acompanham estas Notas foram tiradas na província de Trás-os-Montes durante o Inquérito à Arquitectura Regional pelo arquitecto Arnaldo Araújo. As respectivas legendas são também de A. Araújo.” (Página 38)



Revista “Arquitetura” nº66, Novembro/Dezembro 1959 (páginas 38-39, 41-42) – “Breves notas sobre a arquitectura espontânea”

Dois desses temas foram retomados no nº83 (Setembro 1964)<sup>547</sup> – o problema do encontro súbito entre o território da cidade e o território do campo, o choque entre o quotidiano próprio da cultura urbana, cosmopolita, e o modo de vida rural, abordado por Francisco Silva dias em “Problemas da paisagem urbana lisboeta”, e a necessidade de estudar a cultura tradicional, a arquitectura popular e a arte popular, enquanto fosse possível, porque além de não estar suficientemente estudada, essa cultura tradicional estava em vias de desaparecer, como alertava Ernesto de Sousa em “Conhecimento da Arte Moderna e Arte Popular”,<sup>548</sup> no mesmo número 83 da revista.

Carlos Duarte cita um texto de Giuseppe Samoná publicado na revista “Urbanistica”,<sup>549</sup> intitulado “Architettura spontanea: documento di edilizia fuori della storia”, para defender que é preciso reconhecer a arquitectura tradicional como parte da história da arquitectura. Ela esteve sempre fora da história, porque a história da arquitectura considerava apenas a arquitectura erudita. E, sobretudo em Portugal, essa arquitectura tradicional tinha um papel ainda mais importante na história, que era preciso reconhecer e saber interpretar.

“1 – É geralmente reconhecido que Portugal não é um país rico em obras de arquitectura erudita... [...] Mas é também verdade que a par dessa relativa modéstia no campo erudito, que a distância dos grandes centros da cultura europeia em parte explica, a nossa arquitectura regional, que ao longo dos séculos se construiu como resposta às necessidades do viver familiar e colectivo e expressão do génio civil do povo, possui inegável carácter e originalidade.”<sup>550</sup>

Embora de maneiras diferentes em cada região do país, a arquitectura popular – “espontânea”<sup>551</sup> – revelava um conhecimento profundo dos materiais e sistemas construtivos, um sentido de adequação às condições naturais do clima e de adaptação à topografia, e além disso, um uso pragmático e realista dos elementos decorativos e uma enorme capacidade de definir espaços colectivos para a comunidade.

<sup>547</sup> O primeiro foi já tratado neste capítulo, o segundo será tratado a seguir.

<sup>548</sup> “Conhecimento da Arte Moderna e Arte Popular”, Ernesto de Sousa, revista “Arquitetura” nº83, Setembro 1964, pp. 91-99

<sup>549</sup> No nº 14 da revista italiana “Urbanística”

<sup>550</sup> Página 38

<sup>551</sup> Carlos Duarte refere-se frequentemente à arquitectura popular como “arquitectura espontânea”. O que parece ser uma adaptação da expressão italiana e o reconhecimento da importância do pensamento teórico italiano que lhe servia de referência.

Essa capacidade de definir um “espaço social”, para uso da comunidade, era notável sobretudo nas povoações do sul de Portugal. E fazia com que o modo de concentração urbana nessa região do país fosse muito semelhante ao que se encontrava em Espanha ou no sul de Itália, onde o espaço exterior, que estabelecia a relação entre as construções, era uma continuação do espaço da habitação. E isso acontecia por razões de clima, mas também por uma “herança histórica” comum. Existia uma espécie de consciência urbana que era um património dos aglomerados tradicionais da Europa mediterrânica.

“Se alguma coisa de notável existe nos exemplos da nossa arquitectura regional é a sua demonstração de uma alta qualidade do espaço social na sua adequação às funções simples para que foi criado e aos condicionamentos geográficos. Sob este aspecto igualamo-nos a outros países da Europa Meridional, onde a amenidade do clima sempre propiciou uma vida exterior mais intensa e exuberante que no Norte, onde, pelo contrário o saber se concentrou predominantemente no enriquecimento e no conforto da habitação. [...] Nesta forma, eminentemente urbana, se encontra sem dúvida uma das mais altas manifestações da arte do nosso povo. Perfeita adaptação à paisagem, mas sem mimetismo, antes pelo contrário com presença individual (um elemento humano em harmonia com outros elementos naturais) ...”<sup>552</sup>

Mas naquele momento, havia um problema com o património arquitectónico das pequenas povoações tradicionais. A arquitectura popular estava em vias de desaparecer, porque estava também em extinção o modo de vida rural que estava na sua origem – a agricultura de subsistência, os meios de produção artesanal, o isolamento das povoações...

A agricultura de subsistência e os meios de produção artesanal seriam inevitavelmente substituídos pela mecanização da agricultura e por processos industriais de produção, e isso haveria de acentuar a deslocação das populações rurais para as cidades. Por outro lado, o modo como estavam a crescer as cidades precipitava o contacto da vida urbana com as pequenas povoações do campo, e isso terminava com o isolamento dessas povoações mesmo antes da anunciada evolução tecnológica e da inevitável alteração da organização social.

A expansão dos centros urbanos em direcção à periferia, frequentemente desligados do centro, provocava uma generalização do fenómeno urbano fora do espaço urbano – ou do território das cidades – sem que isso significasse uma real alteração da estrutura social e económica da população dessas pequenas povoações. Assistia-se a uma globalização do fenómeno urbano sem critério, que liquidava o quotidiano rural das comunidades locais que aí habitavam, mesmo antes que essas comunidades tivessem a possibilidade de entrar na era industrial.

Em “Breves notas sobre a arquitectura espontânea”, Carlos Duarte também considerava que existia o risco do debate sobre a arquitectura tradicional ser mal interpretado. Mas, como tinha previsto Keil do Amaral, o estudo elaborado com o Inquérito iria preencher um enorme vazio na pouca bibliografia existente sobre a arquitectura popular de cada região, e seria útil aos arquitectos fixados nas cidades que desenvolvessem um projecto numa localidade do interior do país.<sup>553</sup>

Algumas edições depois, no nº74 (Março 1962), a revista publica o projecto de Bartolomeu Costa Cabral e Vasco Croft de Moura para um “Bairro económico na Chamusca”,<sup>554</sup> e sobretudo durante a primeira metade da década de 60, passou a ser frequente na revista “Arquitectura” o tema dessa transformação do território fora dos centros urbanos – do encontro da cultura da cidade com as pequenas povoações tradicionais e da transformação da paisagem no interior do país.

---

<sup>552</sup> Página 40

<sup>553</sup> “Nós os que acreditamos numa arquitectura funcional, feita para servir mais do que para agradar, consultá-íamos com frequência.” (“Uma iniciativa necessária”, página 13)

<sup>554</sup> “Bairro Económico na Chamusca”, Bartolomeu Costa Cabral e Vasco Croft de Moura (Projecto do Gabinete de Estudos da FCP-HE), Comentário Carlos Duarte e José Daniel Santa Rita, revista “Arquitectura” nº74, Março 1962, pp. 3-15



Revista “Arquitectura” nº74, Março 1962 (páginas 6, 8) – “Bairro económico na Chamusca”

“Jornal de Letras e Artes” nº23, 7 de Março de 1962 (Capa, página 11) – “A arquitectura do sul”

No nº70 (Março 1961), Vasco Lobo inicia a publicação de uma série de quatro artigos intitulados “A pequena habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional”,<sup>555</sup> que continua nos números seguintes (nº 73, Dez. 1961, nº 75 Jun. 1962, nº 78, Maio 1963), no nº80 (Dezembro 1963), Leopoldo de Almeida publica “Núcleos-centros em meio rural disperso”, depois Mário Jorge Bruxelas o artigo “Planeamento regional e arquitectura de cidades”, no nº83 (Setembro 1964), e no ano seguinte “Problemas humanos do «habitat» rural”, de Frederico Mauperrin, no nº89/90 (Dezembro 1965).

No nº23 do “Jornal de Letras e Artes”, de 7 de Março de 1962, na crónica “A arquitectura do sul”,<sup>556</sup> Francisco Silva Dias retomava o tema da capacidade da arquitectura tradicional para definir um espaço social, colectivo, sobretudo no sul do País, e que a tornava semelhante à arquitectura do sul de Espanha e do sul de Itália, como tinha sido referido por Carlos Duarte e era também explicado na introdução do Inquérito, publicado em 1961 pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos.<sup>557</sup> Mas, além disso, trata outro tema chave para o debate – através do conhecimento da arquitectura tradicional era possível compreender melhor a singularidade da realidade portuguesa.

A racionalidade extrema que existia no modo como a arquitectura tradicional se adaptava à realidade do lugar permitia compreender a importância do lugar. Na cultura tradicional, e na arquitectura popular, a resposta às necessidades de adaptação à geografia e ao clima era mais directa e mais expressiva porque dependia de um universo limitado de recursos, e porque a arquitectura devia servir de abrigo e proteger da natureza.

“O construtor edifica com os materiais ao pé da porta, conforme a natureza do solo ou o agitado do terreno ordenam, sempre conduzido a um ajustamento íntimo ao local, em relação aos ventos, à insolação ou às vistas e ainda à sua própria vida.”

Por outro lado, a singularidade da realidade portuguesa também se explicava, em parte, pela geografia do seu território, influenciado pelo oceano Atlântico e pelo mar Mediterrâneo, responsáveis pela grande

<sup>555</sup> Na mesma edição da revista Fernando Gomes da Silva publica “Aspectos da alteração da paisagem da Baixa lisboeta” (pp. 13-14), e Nuno Portas, “Antes que, mesmo o pouco que temos...” (pp. 48-49).

<sup>556</sup> “A arquitectura do sul”, Francisco Silva Dias, “Jornal de Letras e Artes” nº23, 7 de Março 1962, p. 11

<sup>557</sup> “Arquitectura Popular em Portugal”, Inquérito à Arquitectura regional portuguesa, Edição do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa 1961. Volume 1 – Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Volume 2 – Estremadura, Alentejo, Algarve. (Introdução, pp. X-XV)

diferença entre o Norte e o Sul do país. O Norte com um clima mais próximo do Norte da Europa, e o Sul com condições naturais semelhantes às de Espanha, Itália, ou da Grécia...

A dimensão do que era “local” tinha várias escalas. Alguns aspectos das condições locais podiam manifestar-se apenas num grupo de construções, ou de povoações, mas outros aspectos, à escala da geografia dos continentes, tornavam semelhantes algumas características naturais que ultrapassam as fronteiras dos países.

Nas imagens que ilustravam o artigo, a fotografia de uma “casa nas Baleares” juntava-se a à fotografia de uma “paisagem urbana no Ribatejo”, e aos desenhos de uma “casa no Alentejo”, sublinhando as semelhanças...

“No nosso país juntam-se as influências do Atlântico e do Mediterrâneo que o repartem em grandes contrastes. Um traz nos ventos a humidade e as chuvas que mantêm, mesmo no verão, o tem verde dos campos [...]. Do outro vem a temperatura elevada [...] do ambiente do Algarve, da Sicília ou da Grécia. [...] A casa algarvia está mais próxima das casas albanesas que da minhota, e esta mais da galega que da alentejana. São irmãs as que nascem sob o mesmo céu porque as razões que as geram não têm fronteiras.”<sup>558</sup>

No sul de Portugal, a cultura dos terrenos agrícolas condicionada pelo clima quente e seco, torna-se uma monocultura. Praticamente apenas cereais. Ocupa grandes extensões de terreno – latifúndios – e as populações trabalham em grupo, porque os ciclos do trabalho são comuns e as grandes dimensões dos terrenos obrigam a grande número de trabalhadores, normalmente assalariados.

E porque as propriedades agrícolas têm grandes dimensões, as construções agrícolas e as povoações são bastante isolados e distantes.

A arquitectura do Sul, de que fala Francisco Silva Dias nesta crónica, caracteriza-se por volumes compactos, com grandes superfícies brancas e pequenas aberturas – “a caiação [...] não é regateada”. O espaço interior das casas é portanto pouco iluminado, mas no exterior o clima permite uma enorme riqueza espacial. O espaço exterior é definido por elementos construídos – muros, escadas, rampas – as ruas encontram-se em largos, ou alargam-se simplesmente para criar um espaço colectivo.

#### (Arquitectura Popular e Arte Popular)

Cerca de um ano depois da publicação dos textos de Carlos Duarte e António Freitas no nº66 (Nov./Dez. de 1959) da revista “Arquitectura”, no nº70 (Março 1961), de novo António Freitas publica “O conjunto da «Senhora do Cabo» no Espichel”.<sup>559</sup>

Uma das motivações para a publicação daquele artigo era a necessidade de tomar medidas imediatas para salvar da ruína aquele conjunto de edifícios, mas essa motivação era também uma consequência do trabalho de campo realizado para o Inquérito à Arquitectura Popular, em que o autor tinha participado, na região de Estremadura, Ribatejo e parte da Beira Litoral.<sup>560</sup>

---

<sup>558</sup> Página 11

<sup>559</sup> “O conjunto da «Senhora do Cabo» no Espichel”, António Freitas, revista “Arquitectura” nº70, Março 1961, pp. 26-43.

Na mesma edição da revista Fernando Gomes da Silva publica “Aspectos da alteração da paisagem da Baixa lisboeta” (pp. 13-14), e Nuno Portas, “Antes que, mesmo o pouco que temos...” (pp. 48-49). Ainda nesse número Vasco Lobo inicia a publicação de “A pequena habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional” (pp. 3-6).

<sup>560</sup> Zona 4, arquitectos responsáveis – Nuno Teotónio Pereira, António Freitas e Francisco Silva Dias.

“A 4ª Zona de trabalho compreende a área limitada pela costa e uma linha quebrada, de vértices em Setúbal, Abrantes, Coimbra e a Praia de Mira. Abrange as províncias da Estremadura, Ribatejo e parte da Beira Litoral.” (“Arquitectura Popular em Portugal”, 1ª edição, 1961, página 7)



“Arquitectura Popular em Portugal”, edição do SNA 1961, volume 2 (páginas 40-41)

“Jornal de Letras e Artes” nº20, 14 de Fevereiro de 1962 (Capa, página 16) – “A Senhora do Cabo...”

“Para além das destruições violentas e ocasionais, oriundas principalmente das calamidades tectónicas e das acções bélicas, existe uma modalidade de desgaste, lenta contínua e quotidiana, que advém do uso indevido ou do simples abandono da edificação. Este caso – o da destruição moderada das obras arquitectónicas – merece especialmente a nossa meditação, pois não só é o que abrange maior gama de situações (em quantidade e variedade) como corresponde à evolução natural das comunidades, à sua transição, quase imperceptível no nosso dia a dia, numa situação histórica para outra seguinte.”<sup>561</sup>

A necessidade de salvar aquele “monumento” da ruína justificava-se pela importância de preservar a memória da cultura e das tradições populares que estavam representadas em construções como aquela, e que tinham, além dum valor simbólico, um valor documental.

A preservação do conjunto da “Senhora do Cabo” representava também uma forma de impedir a destruição de um testemunho fundamental, um documento insubstituível para aprofundar o conhecimento sobre a realidade portuguesa. Porque, embora a realidade seja um processo em transformação permanente, naquele momento a compreensão dessa realidade era indissociável do conhecimento da sua raiz histórica.

“Ao longo dos anos, os costumes sociais – a própria estrutura social – as exigências perante a habitação, o trabalho, a cultura e o recreio, enfim a multiplicidade das facetas do convívio e da sobrevivência humanas vai-se transformando, e essas mudanças que se fazem por etapas [...] reflectem-se forçosamente na obra de arquitectura.”<sup>562</sup>

Pelas imagens que ilustravam o texto, também se percebia que o conjunto da Senhora do Cabo não tinha apenas um valor simbólico por evocar a história de peregrinações e celebrações religiosas e pagãs, de muitas comunidades daquela região ao longo de alguns séculos. Aqueles edifícios tinham um valor documental. As inscrições em lápides e os episódios representados por desenhos em azulejos de parede relatavam episódios importantes da história da actividade colectiva de uma população, de uma tradição e de uma cultura.

<sup>561</sup> Página 26 (“A propósito dum monumento em decadência”)

<sup>562</sup> Página 27

“CAZAS DE NOSSA S. DO CABO FEITAS POR CONTA DO SIRIO DOS SALOIOS NO ANNO DE 1757 P. ACOMODAÇÃO DOS MORDOMOS QUE VIERAM DAR BODO”

E,

“POR GRAÇA ESPECIAL Q. O PRINCIPE REGE. TE N. S. D. JOÃO VI D. G. FOI SERVIDO CONCEDER POR SEU REGIO AVISO DE 8 DE MAIO DE 1804 DETERMINOU Q. TODAS AS PESSOAS Q. QUIZEREM VENDER NESTE ARRAIAL DE N. S. DO CABO TODA A QUALIDADE DE VIVERES LIVREM SEM PAGAREM PENSÃO ALGUMA... ESTE SE FEZ PELO SIRIO DOS SALOIOS EM O ANNO DE 1806”

São inscrições gravadas em lápides, em edifícios daquele antigo santuário, e reproduzidas neste artigo.<sup>563</sup> “Forma do arraial d’aqueles primeiros tempos”, “Dá-se princípio à magestosa igreja no ano de 1707”, e “Com a concorrência das gentes se fabrica outra no lugar onde hoje se vê a magestosa igreja”, são inscrições que servem de legenda a alguns dos painéis de azulejos reproduzidos.<sup>564</sup>

E, assim como aqueles edifícios tinham gravada a sua história, literalmente e figurativamente, tinham também gravada a memória de uma cultura tradicional que era indispensável conhecer para compreender a realidade actual.

O autor recorda que havia conhecimento de uma tradição de peregrinação religiosa naquele lugar desde o início do século XV. Cita as crónicas de Frei Luís de Sousa – “História de São Domingos”, século XVII – e a História de Ribeiro Guimarães – “Summario de varia história”, vol. I, século XIX – para apresentar “alguns dados sobre a história da «Senhora do Cabo»”.<sup>565</sup> Explica que naquele lugar, conhecido por Cabo da Santa Esperança no século XV, foi construída a Ermida de Santa Maria da Pedra de Mua, por ter havido aí uma aparição da Virgem – “a dois velhos, um de Caparica e outro de Alcabideche”.<sup>566</sup> Conta que depois da construção da Ermida, passaram a fazer-se romarias anuais, chamadas “sírios”, porque era costume os romeiros oferecerem um círio – uma vela. E que trinta Freguesias dos arredores de Lisboa faziam essas romarias anualmente, partilhando a responsabilidade pelas celebrações.

O “Summario de varia história”, de Ribeiro Guimarães, conta que o espaço do terreiro, ou “arraial”, definido pela igreja e pelos dois braços desiguais de instalações para os romeiros, as “hospedarias”, foi construído com a configuração actual, em forma de U, entre 1710 e 1715. E António Freitas explica que na arquitectura dessas “hospedarias” se pode reconhecer o modo de construir dos construtores da região “salioia”, das áreas rurais dos arredores Lisboa – Amadora, Alenquer, Cadaval, Loures, Mafra, Sintra – diferente da arquitectura tradicional da região da península de Setúbal onde o edifício se situava –

“... Nas proporções, nas coberturas, no tratamento dos vãos, nos materiais de construção e até na preferência pela construção em dois pisos, insólita na arquitectura rural da península de Setúbal e margem sul do Tejo.”<sup>567</sup>

Em 1770, D. José I, que participou em celebrações na Senhora do Cabo, ordenou que se restaurasse a igreja, que tinha sido construída em 1707. Nesse ano de 1770 foi também construída a “casa da água” e o aqueduto que conduzia água potável à cisterna.<sup>568</sup>

<sup>563</sup> Página 29

<sup>564</sup> Página 39

<sup>565</sup> “Alguns dados sobre a história da «Senhora do Cabo»” é o título duma secção do texto (pp. 29-30).

<sup>566</sup> Página 29

<sup>567</sup> Página 30

<sup>568</sup> “... Necessária aos romeiros e aos animais que os acompanhavam.” (Página 40)



Revista “Arquitectura” n°83, Setembro 1964 (Capa, páginas 91-93) – “Conhecimento da Arte Moderna e Arte Popular”

Ao longo dos tempos, outros reis e grupos populares foram apoiando as obras que se faziam no santuário. Ao “círio de Lisboa” devia-se a construção de um teatro do lado Norte – conhecido como “casa da ópera”<sup>569</sup> – que foi um espaço importante na animação de muitas festas.

As festas religiosas estiveram portanto na origem das concentrações populares que aconteceram naquele lugar, mas depois serviu também de cenário para outras celebrações, como relata um excerto do texto de Ribeiro Guimarães –

“No arraial há touros, cavalhadas e danças e fogo de artifício; mas geralmente entretêm-se os romeiros com os bandos para se comprarem as prendas que hão-de trazer consigo; dão passeios ao farol e à casa das águas.”<sup>570</sup>

Mas, para o autor, havia ainda outra lição importante a aprender com a arquitectura do conjunto da Senhora do Cabo. A monumentalidade daquele lugar era consequência do seu enraizamento na tradição popular, não tinha sido determinada previamente, nem foi imposta pela escolha duma linguagem arquitectónica específica. E isso ajudava a explicar que a reprodução daquele sistema de linguagem, ou a imitação daqueles sistemas construtivos, não poderia assegurar a monumentalidade da arquitectura de outros edifícios, com outros programas e construídos noutros lugares.

“Aqui a escala humana está sempre presente – a monumentalidade é conseguida com a sabedoria e simplicidade de meios que só as obras enraizadas no povo logram alcançar.”<sup>571</sup>

Havia uma dimensão de monumentalidade na capacidade daqueles edifícios evocarem a memória. Como acontecia com a capela, a Ermida da Memória, o primeiro edifício a ser construído.

“Existem exemplos destas capelas em quase todos os aglomerados populacionais marítimos e nos pontos da nossa costa mais ligados a acontecimentos dramáticos ou significativos [...]. A sua arquitectura quase sempre muito simples mas com grande valor monumental exprime-se por uma volumetria concentrada, poderosa.”<sup>572</sup>

<sup>569</sup> Data não declarada no texto. O farol foi construído em 1790.

<sup>570</sup> Página 30

<sup>571</sup> Página 30

<sup>572</sup> Página 38

No “Jornal de Letras e Artes”, no ano seguinte, António Freitas ainda voltaria ao mesmo tema, com a publicação da crónica “A senhora do Cabo, no Espichel”,<sup>573</sup> no nº20, de 14 de Fevereiro de 1962, onde repetia alguns dos factos e dos argumentos que já tinha apresentado na revista “Arquitectura”, e insistia na necessidade de proteger o valor histórico dos edifícios, tanto na arquitectura popular como na cidade histórica.<sup>574</sup>

Mas, para além da cultura tradicional ser importante para aprofundar o conhecimento sobre a realidade portuguesa contemporânea, para além do seu valor documental, que ajudava a conhecer a história da construção e dos hábitos de cada região do país, para além da sua adequação ao lugar... No debate sobre o problema da cultura tradicional havia ainda uma dimensão antropológica e artística.

Essa dimensão foi acrescentada ao pensamento crítico produzido na pela revista “Arquitectura” com a publicação do artigo de Ernesto de Sousa, “Conhecimento da Arte Moderna e Arte Popular”<sup>575</sup>, publicado no nº83 (Setembro 1964).<sup>576</sup> E, até ao final da terceira série, a revista publicou ainda outros artigos de Ernesto de Sousa onde o tema da cultura tradicional era analisado através do estudo da Arte Popular – “Conhecimento da escultura portuguesa”, no nº 88 (Maio/Junho 1965), “O exotismo e o espaço na arte portuguesa quinhentista”, nº96 (Mar./Abr. 1967), “A matéria da escultura e a casa”, nº127/128 (Abr./Jun. 1973).

Uma parte importante do trabalho desenvolvido por Ernesto de Sousa e apresentado no primeiro artigo, “Conhecimento da Arte Moderna e Arte Popular” (nº83, Setembro 1964), é um trabalho de levantamento, de recolha de imagens, e um princípio de catalogação e classificação. Era um esforço para reunir informação dispersa que permitisse confrontar objectos com origens diferentes e observá-los como um fenómeno, com traços culturais comuns.<sup>577</sup>

O autor identifica alguns artistas populares em actividade no Norte do país, reproduz algumas imagens mais exemplares de peças desses artistas, compara essas peças com esculturas de origem erudita medieval que por tradição se converteram em referências permanentes, e com esculturas ancestrais da cultura popular que se tornaram modelos para os artistas populares actuais, e apresenta importante bibliografia de referência em cada caso, e os principais autores e investigadores que era fundamental conhecer para aprofundar o conhecimento da arte popular portuguesa.

Ernesto de Sousa justifica a necessidade de estudar a Arte Popular e fazer a sua História também por, naquele momento, estar prestes a alterar-se profunda e irreversivelmente a estrutura da sociedade que estava na origem daquela forma de arte. Esse conhecimento era fundamental para interferir com essa transformação que já estava a acontecer.

---

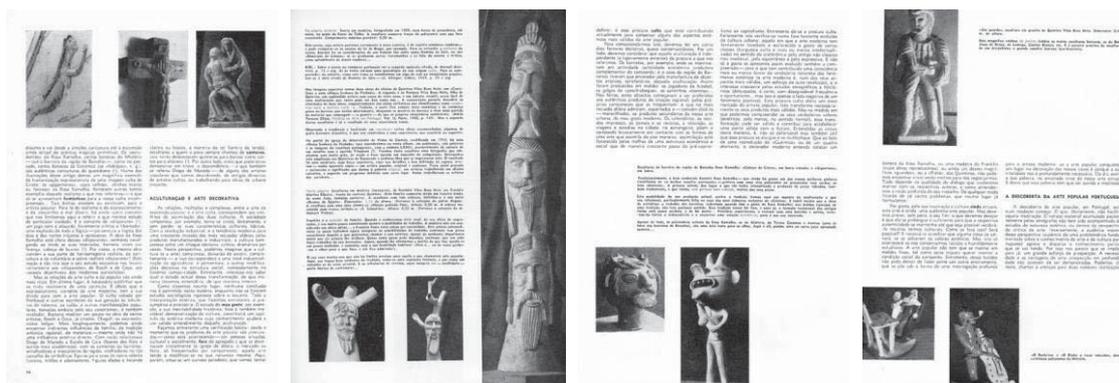
<sup>573</sup> “A senhora do Cabo, no Espichel – Necessidade da protecção deste conjunto arquitectónico”, António Freitas, “Jornal de Letras e Artes” nº20, 14 Fevereiro 1962, p. 16

<sup>574</sup> “Aos ultrajes a monumentos ou a ambientes urbanos valiosos, cometidos e nome de falaciosas renovações [...], somam-se por outro lado os casos da mais angustiante ruína, verificados em obras de valor, erguidas com esforço e sabedoria pelos nossos antepassados. [...] Veja-se, por exemplo, o que está acontecendo em Lisboa com a demolição maciça da sua arquitectura dos fins do séc. XIX e princípios deste século...” (Página 16)

<sup>575</sup> “Conhecimento da Arte Moderna e Arte Popular”, Ernesto de Sousa, revista “Arquitectura” nº83, Setembro 1964, pp. 91-99

<sup>576</sup> Na edição anterior, na secção “Noticiário, Exposições, Crítica” (nº82, Junho 1964, p. 88), tinha sido anunciada a Exposição “Barristas e imaginários”, organizada por Ernesto de Sousa, e realizada nesse ano em Lisboa, na Galeria “Divulgação”.

<sup>577</sup> “A descoberta da arte popular, em Portugal, está num modesto começo.” (Página 98)



Revista “Arquitectura” nº83, Setembro 1964 (páginas 94-96, 98) – “Conhecimento da Arte Moderna e Arte Popular”

“Com a revolução industrial, e a tendência moderna para uma crescente invasão das mais recuadas aldeias pelos produtos manufacturados e industriais [...] podemos imaginar que a cultura (e a arte) camponesa, deixarão de existir completamente – e isso corresponderá a uma total industrialização da agricultura, e porventura, a outras modificações decisivas na estrutura social, nomeadamente no binómio campo-cidade. Entretanto, interessa-nos saber qual o estado actual dessa transformação, de que maneira devemos entendê-la, de que maneira intervir.”<sup>578</sup>

Mas, além disso, se a crítica de arte ajudava a analisar e a divulgar o conhecimento da arte erudita – “o conhecimento das leis e ideias gerais a que obedeceu a sua criação”<sup>579</sup> – devia também ajudar a descobrir a arte popular nas suas “múltiplas manifestações”.<sup>580</sup> Ernesto de Sousa identifica alguns aspectos da Arte Popular que a aproximavam da Arte Erudita e procura demonstrar que as duas representam formas admiráveis de criatividade.

Afirma que os mais notáveis artistas modernos não representavam o mundo como ele era, recriavam o mundo, criavam um mundo que podia existir. O que definia a modernidade na arte erudita, era a sua capacidade criadora, e isso acontecia também na arte popular. Uma arte com enorme capacidade expressiva, que não se submetia aos cânones de um modelo ou às regras de um estilo, e era indiferente a qualquer tipo de formalismo. E sendo a sua capacidade expressiva conduzida normalmente pela existência de um significado narrativo, ela também recriava o mundo, também criava um mundo que podia existir...

“O que interessa [na arte moderna] é a grande aventura lúcida da transformação do mundo, a par da negação da realidade tal qual é. São modernos Goya, Lorca e Brecht, não pela sua classificação nesta ou naquela corrente mas por terem descoberto um caminho de actividade e intervenção nas [...] realidades do seu tempo.”<sup>581</sup>

Ernesto de Sousa interpreta a arte popular como essencialmente expressiva, sem qualquer preocupação de cânon formal. O artista popular está integrado numa estrutura social primitiva, que se manteve sem as

<sup>578</sup> Página 94

<sup>579</sup> Página 91

<sup>580</sup> Página 91

<sup>581</sup> Página 91

grandes transformações que sofreram as sociedades urbanas, e vive um “mundo de evidências”,<sup>582</sup> não tem um conhecimento teórico ou científico que permita explicar os ciclos da natureza, tem apenas um conhecimento empírico que lhe permite reconhecer esses ciclos. E as explicações que o ajudam a compreender os fenômenos do seu “mundo de evidências” são de natureza narrativa – são lendas, mitos, histórias com enredos e personagens, que, a maior parte das vezes, servem de inspiração às peças criadas pela arte popular.

A arte erudita moderna acompanhou o progresso da cultura urbana, cosmopolita e internacional, e a arte popular acompanhou as permanências da vida fora dos centros urbanos. Tem uma dimensão local.

“Do seu espírito está ausente a abstracção alegórica como qualquer preocupação de qualquer cânon formal. A noção abstracta de harmonia é-lhe estranha, pois que ele nada produz que não seja imediatamente harmónico consigo próprio, com os seus hábitos e entendimentos do quotidiano, como com os seus desejos e aspirações de futuro. Em consequência disto a arte popular é mais expressiva do que formal, o seu ímpeto significativo sobleva a harmonia [...] dos seus diferentes elementos (o formalismo é-lhe completamente alheio). É regional e particularizante, e a sua beleza é característica e não canónica.”<sup>583</sup>

A arte popular sempre retratou episódios lendários e míticos, bíblicos ou pagãos, e isso continuava a acontecer. Era frequente encontrar imagens de figuras com características iconográficas muito semelhantes a obras de arte erudita, e isso também aproximava os dois géneros de expressão artística, mas a apropriação de certas imagens e temas da arte erudita pelos artistas populares não significava nunca imitação. A arte popular recriava personagens e narrativas que pertenciam a um universo de memória colectiva comum, onde não era muito importante a confirmação da sua verdade histórica ou a sua autoria. Duas imagens publicadas com o artigo reproduziam duas esculturas de Cristo sentado – o “Senhor da Paciência” – que se encontrava com frequência no Alto Alentejo. Uma era uma peça erudita do séc. XVI, existente no Museu Nacional de Arte Antiga, e outra era uma escultura de arte popular, em barro, do séc. XVIII, da região de Portalegre. Havia uma grande semelhança iconográfica entre as duas, mas não se tratava de uma imitação. As semelhanças eram a consequência de uma origem narrativa comum, e de uma “veneração ainda actual”.<sup>584</sup>

Outras fotografias representavam uma sereia em madeira, cravada num barco de pescadores da praia da Fonte da Telha – as sereias eram figuras comuns na iconografia do período românico – uma imagem de Cristo crucificado, uma “Nossa Senhora da Piedade”, da Oficina de Quintino Vilas-Boas Neto, uma representação da última ceia de Cristo em barro – “placa para parede, em cerâmica vidrada”<sup>585</sup> – de Rosa Ramalho.

Mas todas essas peças eram representações originais, com uma expressão única, irrepetíveis. Eram representadas com a mesma originalidade que tinha o “Gigantone”, ou a “Cabeça de Cristo”, da mesma Rosa Ramalho, ou “O Rei e a Rainha”, “O Barbeiro” e “O diabo a tocar rabeção” do ceramista Domingos Gonçalves Limo,<sup>586</sup> e a mesma singularidade das esculturas em madeira de Franklin Vilas Boas Neto<sup>587</sup> – A escultura “Deuses do Egipto”, imagem com três cabeças sobrepostas, intitulada assim pelo próprio autor, “a escultura de uma mão”, “Moisés pedindo paz”, ou “São Sebastião”, uma cabeça esculpida num tronco.

---

<sup>582</sup> Página 91

<sup>583</sup> Páginas 92-93

<sup>584</sup> Página 93 (legenda das imagens)

<sup>585</sup> Página 97

<sup>586</sup> “Que a si próprio se intitula «Mistério»” (Página 97)

<sup>587</sup> “Irmão do canteiro Quintino” (Página 95)

### Outros temas em debate

(O ensino da Arquitectura – A reforma de 1957 / A integração das Artes Plásticas / O problema da habitação)

Durante o período em que se publicou a 3ª série da revista “Arquitectura”, entre 1957 e 1974, o problema da habitação e o problema do crescimento desordenado das cidades, que os editores da revista apontavam como os mais urgentes a debater logo no início – Editorial “O Congresso” (nº62, Setembro 1958) – esses problemas eram indissociáveis um do outro, e eram indissociáveis dos “problemas de uma cultura arquitectónica”. Mas, além desses temas, foram também objecto de debate permanente, o ensino da Arquitectura, os problemas da prática profissional, e a integração das artes plástica e a participação dos artistas plásticos nos projectos de arquitectura.

A discussão sobre os problemas da prática profissional acentuou-se sobretudo no final da década de 1960 mas, até esse momento, o ensino da arquitectura foi um tema fundamental, porque representava o debate sobre o que a arquitectura devia ser. A formação dos arquitectos devia reflectir o que se poderia esperar do papel que desempenhavam na sociedade, e a aprovação da reforma do ensino das Belas-Artes em 1957 acrescentava ainda maior actualidade a esse tema.

### (O ensino da Arquitectura – A reforma de 1957)

Em Novembro de 1957, no mesmo ano em que inicia a 3ª série da revista “Arquitectura”, foi aprovada a legislação que regulamentava a reforma do ensino das Belas-Artes que tinha iniciado em 1950, mas que não tinha sido ainda aplicada na prática, pela falta dessa regulamentação, e que incluía a revisão dos planos de estudos dos cursos de Pintura, Escultura e Arquitectura.<sup>588</sup>

A reforma do ensino era uma exigência antiga dos arquitectos portugueses, que pretendiam rever alguns dos princípios pedagógicos da reforma de 1931 que estava ainda em aplicação, apenas com algumas adaptações esporádicas e superficiais. Essa reforma de 1931 tinha representado a confirmação de um de sistema de ensino inspirado no modelo pedagógico da “École Nationale Supérieure des Beaux-Arts” de Paris, que já tinha iniciado em Portugal cerca de um século antes, com a criação das Academias de Belas-Artes de Lisboa e Porto, em 1836.<sup>589</sup>

A reforma que foi finalmente aprovada em 1957, procurava equilibrar a formação artística com a formação científica e técnica dos arquitectos, e esperava-se que representasse o abandono definitivo de um sistema de ensino académico dominado pela reprodução gráfica de modelos da arquitectura clássica. Além disso, introduzia no currículo do curso de Arquitectura o ensino de Teoria e História da Arquitectura e de disciplinas das áreas das ciências sociais e das humanidades. Com essas alterações esperava-se adequar a formação dos arquitectos à actualidade do conhecimento científico e das técnicas construtivas modernas, e à actualidade do conhecimento da sociedade moderna, e esperava-se que a arquitectura deixasse de estar limitada aos modelos históricos, e que procurasse novas formas de linguagem – formas modernas de linguagem.

<sup>588</sup> Os Decretos-Lei nº41.362 e 41.363 aprovados em 14 Novembro de 1957, regulamentavam a Lei nº2.043 aprovada em 10 de Julho de 1950.

(“O ensino moderno da arquitectura – A reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal, 1931-69”, Gonçalo Canto Moniz, Dissertação de doutoramento, Coimbra, 2011)

<sup>589</sup> Gonçalo Canto Moniz, pp. 81-82

Logo no primeiro Editorial da 3ª série da revista, publicado no nº60 (Outubro 1957), ainda antes da aprovação da reforma, a nova geração de editores atribui uma parte da responsabilidade pela situação da arquitectura naquele momento – “divorciada das próprias raízes da vida e da visão modernas”<sup>590</sup> – a um modelo de ensino desactualizado e retrógrado.

No Editorial seguinte – “A reforma do ensino das Belas Artes”<sup>591</sup> – publicado na edição seguinte, nº61 (Dezembro 1957), os editores da revista anunciam a publicação em “Diário do Governo” do texto que regulamentava a reforma. E elogiam a introdução da formação técnica e científica no ensino artístico, mas apontam imediatamente duas críticas. Por um lado, faltava tornar explícito qual era o sentido geral que orientava a mudança, qual era o significado cultural e pedagógico da reforma. Faltava no texto da legislação aprovada, um “preâmbulo” que esclarecesse qual era essa orientação. E, por outro lado, a substituição de disciplinas de formação artística por outras de formação teórica e de áreas das humanidades ameaçava tornar o processo de aprendizagem demasiado fragmentado, e que se mantivesse demasiado académico e abstracto, e portanto, demasiado afastado do contacto directo com a realidade. Nesse texto, os editores da revista explicam que, embora a legislação tivesse sido conhecida muito perto da data em que aquela edição da revista devia ser enviada para a tipografia, a comissão editorial tinha iniciado uma série de encontros e iria promover um debate profundo sobre essa remodelação do ensino.

“... Em sucessivos encontros no âmbito da direcção, como noutros que logo procurámos ter com outros grupos profissionais, sempre no decorrer do debate um problema nos surgia como constituindo o «centro da questão»: com efeito, que tipo, que estrutura pedagógico-cultural deverá basear o ensino? [...] Iniciamos neste número a publicação de estudos ou depoimentos relacionados com o ensino das artes, com a consciência de que, para além de uma problemática pedagógica, é o próprio debate das responsabilidades dos artistas plásticos portugueses que se inicia.”<sup>592</sup>

Ainda nessa edição nº61 (Dezembro 1957), a revista inicia a publicação de uma série de depoimentos sobre a reforma do ensino das Belas-Artes, que publica em quatro edições consecutivas, depoimentos de Nikias Skapinakis (nº61, Dezembro 1957), José Pacheco (nº62, Setembro 1958), Francisco Keil do Amaral (nº63, Dezembro 1958), e José-Augusto França (nº64, Janeiro/Fevereiro 1959). E durante toda a 3ª série, mas sobretudo até ao final da década de 1960, o ensino da arquitectura foi um tema permanente do debate e do pensamento crítico produzido na revista.

Além de dar frequentemente notícia de exposições ou publicações produzidas por iniciativa de estudantes de Arquitectura das Escolas de Lisboa e do Porto, a revista continuou a publicar depoimentos sobre a experiência do ensino depois da reforma. Depoimentos de críticos e de alunos – “Depois da reforma – Um depoimento sobre o ensino de Arquitectura na E. S. B. A. L.”,<sup>593</sup> (nº72, Outubro 1961), “Uma experiência pedagógica na E.S.B.A. do Porto”,<sup>594</sup> (nº77, Janeiro 1963). E em 1965, na edição nº89/90 (Dezembro 1965) a revista cria uma secção editada por estudantes de Arquitectura – “Secção dos estudantes” – que se publicou durante cerca de um ano.

Em 1967 Carlos Ramos é substituído por António Cândido de Brito na direcção da Escola de Belas-Artes do Porto, e Paulino Montez é substituído por Joaquim Correia na direcção da ESBAL. E no final da

---

<sup>590</sup> “Editorial”, revista “Arquitectura” nº60, Outubro 1957, p. 4

(“... Ausente, por variadas circunstâncias, a possibilidade de um pensamento crítico, a nossa arquitectura surgiu divorciada das próprias raízes da vida e da visão modernas, situação esta que a desactualização do ensino não deixou de agravar.”)

<sup>591</sup> “A reforma do ensino das Belas Artes” (Editorial), revista “Arquitectura” nº61, Dezembro 1957, p. 3

<sup>592</sup> Revista “Arquitectura” nº61, Dezembro 1957, p. 3

<sup>593</sup> “Depois da reforma – Um depoimento sobre o ensino de Arquitectura na E. S. B. A. L.” (“pelos alunos que no passado ano lectivo concluíram o 4º ano do curso de Arquitectura da ESBAL”), revista “Arquitectura” nº72, Outubro 1961, pp. 37-51

<sup>594</sup> “Uma experiência pedagógica na E.S.B.A. do Porto”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº77, Janeiro 1963, pp. 16-18, 39-40

década de 1960 uma série de transformações culturais, nacionais e internacionais, alteram profundamente o sentido do debate sobre o ensino da arquitectura que a partir desse momento deixa de ser dominado pela reforma de 1957.

#### (A integração das Artes Plásticas)

O debate sobre a integração das artes plásticas era, em grande medida, uma consequência da ruptura que as vanguardas artísticas tinham introduzido nas fronteiras rígidas que existiam entre a Pintura, a Escultura, e a Arquitectura, até ao final do século XIX – o cubismo, o futurismo, o construtivismo, o neoplasticismo... Esse debate internacional da cultura artística sobre os inúmeros cruzamentos que era possível fazer entre as três artes plásticas existia desde o início do século XX, e tinha sido aprofundado depois do final da segunda guerra mundial, com as primeiras manifestações da “Pop Art”, ainda na década de 1950, e depois com diferentes formas de expressão de arte conceptual, já na década de 60. Em Portugal o debate sobre a integração das artes também já existia desde a primeira metade do século XX, e também se tinha acentuado no início da segunda metade do século, mas tinha características próprias. E, em parte, esse debate tinha ganho ainda mais actualidade depois da reforma do ensino de 1957.

Com as alterações aprovadas desapareciam do plano de estudos do curso de Arquitectura algumas disciplinas comuns com os cursos de Pintura e Escultura, e eram introduzidas outras, de formação científica, leccionadas fora das Escolas de Belas-Artes. Essas alterações representavam uma redução da formação artística dos arquitectos, e uma diminuição do contacto com os outros artistas plásticos, que os arquitectos não queriam perder.

A criação da disciplina “Conjugação da Três Artes” leccionada no último ano do curso, não era suficiente para evitar a sensação de que o curso de Arquitectura se estava a afastar da sua raiz artística, e de que os estudantes de arquitectura se estavam a afastar dos colegas estudantes das outras duas artes.

Nikias Skapinakis refere-se a essa insuficiência da nova disciplina criada para o último ano do curso de Arquitectura, no depoimento publicado na edição nº61 (Dezembro 1957)<sup>595</sup> –

“A introdução no plano de estudos de uma cadeira de Conjugação das três Artes, deixa compreender que realizando-se a frequência de Arquitectura, Pintura e Escultura na mesma Escola Superior se julgou conveniente sacrificar 4 horas semanais no 5º ano (6º de Arquitectura), ao convívio entre os alunos dos diferentes cursos. [...]

A supressão de uma cadeira tão fundamental para um Arquitecto como a de modelo vivo, a ausência de uma cadeira de Desenho de Observação e até a ausência da vantajosa frequência das cadeiras de iniciação à Pintura e à Escultura, reduzem, notavelmente, a preparação plásticas dos alunos de Arquitectura... [...] ... A eficiência de uma cadeira de Conjugação, de síntese de Artes Plásticas, só se pode admitir como colaboração estruturada através dos cursos, mantida desde o início do 3º ano até final, e concretizada em tarefas práticas realizadas por equipas de alunos de Arquitectura, Pintura e Escultura.”<sup>596</sup>

Desde a 1ª série da revista “Arquitectura” era frequente a publicação de artigos sobre Pintura e Escultura, artigos sobre obras, artistas, exposições... Durante a 2ª série, foi criada uma secção de Artes Plásticas que, embora publicada irregularmente, foi um espaço editorial importante até ao final, dedicado frequentemente à divulgação de obras de artistas neorealistas, e às Exposições Gerais de Artes Plásticas.

<sup>595</sup> “Depoimento sobre a reforma do ensino de pintura e escultura – Actualização do ensino de Pintura e Escultura”, Nikias Skapinakis, revista “Arquitectura” nº61, Dezembro 1957, pp. 41-43

<sup>596</sup> Nikias Skapinakis, página 42

E esse contacto editorial com as outras artes não se perdeu durante a 3ª série. Pelo contrário, desde 1957 e até ao final, em 1974, foi permanente a divulgação de acontecimentos do domínio das artes plásticas e a publicação de artigos de artistas ou de críticos de arte.

E, se é justo reconhecer que o crescimento da produção de crítica de arquitectura, a partir do final da década de 1950, em parte, se deve à oportunidade que tiveram os arquitectos naquele momento para publicar artigos de arquitectura em revistas de cultura artística e de crítica literária – “Jornal de Letras e Artes”, “Colóquio – Revista de Artes e Letras”, “Seara Nova”, “Vértice – Revista de Cultura e Arte”... – também é possível admitir que a publicação de artigos de crítica de arte na revista “Arquitectura”, que serviam de modelo aos arquitectos da nova geração, possa ter contribuído para esse crescimento de produção editorial – artigos de José-Augusto França, Nikias Skapinakis, António Alfredo, Sebastião Fonseca, Ernesto de Sousa, Rui Mário Gonçalves, Fernando Pernes, Eurico Gonçalves, José Luís Porfírio...

Mas para além das muitas dimensões culturais que era possível reconhecer no debate sobre a integração das artes plásticas, havia um aspecto específico desse tema que interessava particularmente ao debate arquitectónico – a integração das artes plásticas na arquitectura e a colaboração dos artistas plásticos nos projectos de arquitectura.

Em 1961, na edição nº70 (Março 1961), quando Fernando Gomes da Silva publica “Aspectos da alteração da paisagem da baixa lisboeta”,<sup>597</sup> introduzindo a publicação de dois projectos de remodelação de espaços comerciais em edifícios do centro de Lisboa – a “Tabacaria Havaneza”, no Chiado, e a “Loja das Meias”, no Rossio – esse texto ajudava também a explicar o interesse pela publicação de uma série de outros projectos de remodelação de espaços comerciais, até ao final da 3ª série.<sup>598</sup>

Mas, se essa nota editorial ajudava a explicar as preocupações dos editores da revista com as frequentes alterações à arquitectura dos edifícios do centro da cidade, que era um dos sinais mais explícitos da transformação profunda que estava a sofrer a vida urbana no centro histórico naquele momento, o texto de Gomes da Silva ajudava também a explicar a importância cultural que tinha naquele momento a colaboração dos artistas plásticos com os arquitectos, e que era particularmente frequente em projectos destinados a espaços comerciais, ou culturais, ou espaços públicos urbanos. Porque essa colaboração exigia uma disponibilidade de recursos que não era tão frequente em edifícios de habitação.

As imagens e os textos sublinhavam a importância da participação do escultor Jorge Vieira e do Pintor Bartolomeu Cid no projecto de remodelação da “Tabacaria Havaneza”. E a participação do pintor Querubim Lapa no projecto para a “Loja das Meias”. Um dos desenhos de Bartolomeu Cid para a “Casa Havaneza” era a imagem da capa dessa edição nº70.

Legenda das imagens da página 15 –

“Vista nocturna dos dois estabelecimentos na fachada sobre o largo do Chiado. De notar, na fotografia de baixo, a grade de correr do escultor Jorge Vieira.”

“Sente-se ter havido da parte dos autores e de [Bartolomeu] Cid a intenção de integrarem a colaboração plástica na arquitectura. Esse resultado foi perfeitamente conseguido no desenho sobre a parede de pedra...”<sup>599</sup>

“Verifica-se que a participação de Querubim Lapa no arranjo foi considerada desde o início da concepção da obra [...]. Constitui essa colaboração no estudo de um elemento que acompanhasse a escada, acentuando-lhe o movimento, e definiu uma espessa faixa horizontal no piso da entrada, e na composição dum painel que viesse a ocupar toda a parede que no piso superior se sobrepõe à escada.”<sup>600</sup>

<sup>597</sup> “Aspectos da alteração da paisagem da baixa lisboeta”, Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” nº70, Março 1961, pp. 13-14

<sup>598</sup> Tema analisado já neste capítulo

<sup>599</sup> Fernando Gomes da Silva, página 18

<sup>600</sup> Fernando Gomes da Silva, página 22

Durante os primeiros anos da 3ª série, mas sobretudo até ao momento em que começaram a manifestar-se as primeiras dificuldades na sua publicação, expressas no Editorial da edição nº77 (Janeiro 1963) – “Aos leitores de *Arquitectura*”<sup>601</sup> – os editores da revista publicavam sempre um desenho ou uma gravura de um artista plástico português contemporâneo. Essas imagens eram editadas nas primeiras páginas de cada número, juntamente com o Editorial, e às vezes, quando não existia Editorial, parecia que esses desenhos preenchiam o espaço destinado ao texto dos editores. Depois do desenho de António Alfredo, publicado na edição nº60 (Outubro 1957), que ilustrava o primeiro Editorial da 3ª série,<sup>602</sup> a revista publicou desenhos de Bartolomeu Cid, Júlio Pomar, Vespeira, Rolando Sá Nogueira, Fernando Lemos, Alice Jorge, Querubim Lapa, Almada Negreiros, Charrua, José Escada, Carlos Calvet, Nikias Scapinakis... Até ao nº71, de Julho de 1961, essas gravuras foram publicadas em todas as edições, ininterruptamente, e depois desse número ainda continuaram a publicar-se até ao nº82, de Junho 1964, embora com algumas interrupções.

Mesmo nos últimos anos da 3ª série, quando os editores da revista enfrentaram diferentes tipos de dificuldades, e muitos dos temas que tinham estado no centro do debate no final da década de 1950 começaram a perder actualidade... mesmo nesse período, a integração das artes plásticas na arquitectura, a colaboração dos artistas plásticos nos projectos de arquitectura, e a colaboração de artistas e críticos de arte na edição da revista “*Arquitectura*” mantiveram-se sempre actuais.

#### (O problema da habitação)

Mais de uma década antes de ser declarado pela nova geração de editores da revista “*Arquitectura*” como um dos principais problemas, que era urgente enfrentar,<sup>603</sup> o problema da habitação era já um dos temas mais importantes do debate arquitectónico em Portugal havia mais de uma década.

Em 1945, Keil do Amaral tinha publicado em livro o texto de uma conferência sobre o problema do alojamento das populações nas cidades, sobretudo em Lisboa, exactamente com o título “O problema da habitação”.<sup>604</sup> Três anos depois, em 1948, “O problema português da habitação” foi um dos dois temas em debate no 1º Congresso Nacional de *Arquitectura*,<sup>605</sup> e a partir do início da década de 1950 o tema da habitação colectiva passa a ser um dos temas dominantes do programa editorial da revista “*Arquitectura*”, ainda durante a 2ª série.

No texto publicado em 1945, depois de explicar o problema da falta de condições de habitação que se tinha generalizado nas cidades como uma consequência da revolução industrial, e depois de descrever a sua dimensão internacional, Keil do Amaral procura descrever aquilo que é específico do caso português. Um dos traços mais decisivos desse fenómeno nas cidades portuguesas, identificado por Keil do Amaral, é a industrialização tardia do país. E um dos acontecimentos históricos mais importantes que lhe devia servir de referência, era o plano para a reconstrução da baixa de Lisboa, conduzido por Eugénio dos Santos e Manuel da Maia depois do terramoto de 1755.

Esse plano representava a intervenção directa do Estado no desenho da cidade, e contrariava a tendência habitual para um enorme desequilíbrio entre a monumentalidade de alguns edifícios – igrejas, mosteiros, palácios... – e a grande concentração de casas humildes, construídas sem grandes condições de habitabilidade e sem respeito pelas regras mais elementares de saúde pública.

<sup>601</sup> “Aos leitores de *Arquitectura*”, Editorial, revista “*Arquitectura*” nº77, Janeiro 1963, p. 1

<sup>602</sup> Tema analisado no Capítulo 2

<sup>603</sup> Editorial “O Congresso”, nº62, Setembro 1958

<sup>604</sup> “O Problema da Habitação”, Keil do Amaral, Edição Livraria Latina, Porto 1945

<sup>605</sup> “I Congresso Nacional de *Arquitectura* – Teses, conclusões e votos do Congresso”, Edição Fac-Símile Ordem dos Arquitectos Conselho Directivo Nacional, Lisboa, 2008

Já no século XIX, o progresso dos meios de comunicação e de transporte aceleraram o desenvolvimento das cidades portuguesas, e acentuaram-se de novo os desequilíbrios entre a construção de palacetes para a burguesia e a construção de edifícios de habitação para instalara as comunidades populares.

“E em Lisboa, onde a população começava agora a crescer, o prédio de rendimento apareceu como uma segura e cómoda maneira de fazer com que o dinheiro rendesse dinheiro. [...] Mas os senhores da finança, que os mandavam construir, queriam ter moradias próprias e sumptuosas, e Lisboa engalanou-se com centenas de palacetes rodeados de jardins e hortas.

Era um mundo novo que a Arquitectura assinalava para a posteridade esse de que os prédios de rendimento, por um lado, e o palacete, por outro, constituíam os expoentes mais característicos...”<sup>606</sup>

No final do século XIX, começou verdadeiramente a industrialização em Portugal, e nesse momento agrava-se ainda mais o problema da habitação nas cidades. No início do século XX, a população da cidade de Lisboa aumentava em média cerca de 10 mil habitantes por ano.<sup>607</sup>

Depois do fim da 1ª Guerra Mundial, a necessidade de alojamento na área urbana de Lisboa, transformou-se numa das principais fontes de rendimento da economia da cidade, e numa das mais fáceis para os investidores. A industrial da construção civil tornou-se uma actividade exclusivamente especulativa que prosperava sem nenhuma preocupação pelo crescimento ordenado da cidade, ou pela criação de condições mínimas de habitabilidade.

De acordo com Keil do Amaral, o recenseamento da população de 1936 indicava que existiam em Lisboa mais de 40 000 pessoas a viver em barracas clandestinas, e cerca de 150 000 a viver em quartos alugados, ou em “partes de casa” alugadas.<sup>608</sup>

Em 1948, os debates do 1º Congresso Nacional de Arquitectura estavam organizados em dois temas. O primeiro era “A arquitectura no plano nacional”, e o segundo “O problema português da habitação”.

No início da primeira sessão de trabalho do segundo tema, Artur Andrade, em nome de um grupo de 22 arquitectos do Porto, uma grande parte deles membros do ODAM, pediu autorização para ler texto que não estava inscrito previamente, com o título –“Onde se fala da arquitectura no plano nacional e do problema português da habitação – 5 000 casas de habitação no Porto – O Instituto Português da Casa Popular”.

Nesse texto, que ficou conhecido como Manifesto do Grupo ODAM, os arquitectos do Porto começavam por se referir às notícias recentes de que a Federação das Caixas de Previdência preparava a execução de um plano para a construção de 5 000 habitações de renda económica no Porto, e por recordar que existiam, também no Porto, cerca de 14 000 habitações em “ilhas”, que alojavam cerca de 50 000 pessoas. E terminavam com uma proposta para criar um “Instituto Português da Casa Popular”, um instituto do Estado com capacidade para coordenar um trabalho de análise e levantamento das necessidades de habitação a nível nacional, e com competência para coordenar a execução dos planos que já existiam para combater o problema, mas que eram sempre intervenções isoladas e descoordenadas entre si.

Além das teses de Matos Veloso, Lobão Vital, Viana de Lima, e Arménio Losa, incluídas nesse segundo tema – “O problema português da habitação” – Miguel Jacobetty apresentou duas teses – “A racionalização na habitação e na urbanização”, e “Estudos de casas de renda económica” – Jorge Segurado apresentou uma comunicação intitulada “A solução vertical na habitação colectiva e o aposentamentos”, João Simões, José Huertas Lobo, e Francisco Castro Rodrigues, “O alojamento colectivo”, Teotónio Pereira e Costa Martins, “Habitação económica e reajustamento social”, e Pardal Monteiro, “Contribuição para o estudo do problema da habitação económica em Lisboa”.

Na revista “Arquitectura”, a partir do início da década de 1950, ainda durante a 2ª série, os editores, membros do ICAT, passam a dirigir uma atenção especial para os problemas relacionados com a

<sup>606</sup> Keil do Amaral, páginas 28-29

<sup>607</sup> Keil do Amaral, página 30

<sup>608</sup> Keil do Amaral, página 33

habitação – a habitação económica, a habitação colectiva, o desenho urbano das áreas de expansão da cidade...

Na edição nº45 (Novembro 1952), a revista publica “A experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”. Nos números seguintes – nº46 (Fevereiro 1953), e nº47 (Junho 1953) – um estudo de Bartolomeu Cid para “Habitações económicas”, e um edifício de Arménio Losa e Cassiano Barbosa, de habitação colectiva para a Rua da Boavista, no Porto. Depois, na edição nº50/51 (Novembro/Dezembro 1953), e nas duas edições seguintes – nº52 (Fevereiro/Março 1954), e nº53 (Novembro/Dezembro 1954) – a revista publica projectos de habitação colectiva para o Bairro de Alvalade, em Lisboa.<sup>609</sup>

Depois, desde o início da 3ª série e até ao último número, em 1974, o tema da habitação foi um tema permanente na edição da revista, e foi sempre considerado pelos editores da nova geração como o principal problema que os arquitectos portugueses enfrentavam, e que tinham a responsabilidade moral de ajudar a resolver.

Essa determinação ficou expressa imediatamente no Editorial – “O Congresso”, (nº62, Setembro 1958) – depois inspirou a publicação do nº67 (Abril 1969) com o tema “Prédios de rendimento em Lisboa”,<sup>610</sup> e até ao final da 3ª série, o problema da falta de habitação no centro das principais cidades portuguesas, sobretudo Lisboa e Porto, e as implicações culturais desse problema para a construção dum pensamento crítico em arquitectura e urbanismo, foram analisadas em inúmeros Editoriais, e foram o tema principal de inúmeras edições da revista, algumas monográficas – nº69 (Novembro/Dezembro 1960), edição intitulada “Habitação e Urbanismo”, nº81 (Março 1964), edição monográfica sobre “Olivais Norte”, publicada com o Editorial, “Alguns aspectos do problema habitacional na cidade de Lisboa (I)”, nº110 (Julho/Agosto 1969), edição dedicada a “Olivais sul”, e criação de uma secção regular dedicada a “Habitação social”,<sup>611</sup> nº130 (Maio 1974), “Dossier Restelo”...

Ao longo desse período, para além do debate que suscitavam os problemas da habitação dum ponto de vista cultural, os editores da 3ª série procuraram sempre publicar artigos que documentavam também aspectos sociológico e económicos do problema – “A sublocação em Lisboa”, um artigo de Maria da Conceição Tavares da Silva, publicado na secção “Habitação”, no nº84 (Novembro 1964), editado originalmente no primeiro Boletim do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, “O Plano Intercalar de Fomento para 1965/67”, publicado na edição seguinte, nº85 (Dezembro 1964), também na secção “Habitação”, o artigo de Raul da Silva Pereira, “O problema da habitação em Portugal – Necessidades e sua evolução”, no nº101 (Janeiro/Fevereiro 1968), vários textos de Gastão Ricou, “Financiamento e execução da habitação” no nº112 (Novembro/Dezembro 1969), e depois três artigos intitulados “Financiamento da habitação em Portugal” publicados nas edições nº114 (Março/Abril 1970), nº116 (Julho/Agosto 1970), e nº124 (Maio 1972).

Alguns artigos importantes publicados na revista, eram comunicações feitas em Congressos realizados sobretudo durante a década de 1960 para debater o problema da habitação.

Na edição nº69 (Novembro/Dezembro 1960), o artigo de Carlos Duarte, “Elementos sociológicos do «Habitat» urbano”, é um excerto do texto que apresentou no Colóquio sobre “Aspectos sociais na construção do habitat”, organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, e realizado no Palácio Galveias, em Lisboa, em Fevereiro de 1960.

No ano seguinte, nas edições nº71 (Julho 1961) e nº72 (Outubro), a revista publica os textos das comunicações de José Rafael Botelho e de Manuel Laginha, apresentadas em Março de 1961 no Colóquio sobre Urbanismo, organizado pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – “Problemas de urbanização – sua realização ao nível da organização municipal”, Rafael Botelho, nº71 (Julho 1961), “Renovação urbana”, Manuel Laginha, (nº72, Outubro 1961).

---

<sup>609</sup> Tema analisado no Capítulo 1

<sup>610</sup> Tema analisado já neste capítulo

<sup>611</sup> Que termina na edição nº114 (Março/Abril 1970)

Na edição nº76 (Outubro 1962), “Problemas de base postos pelo estudo da Habitação Económica”, uma comunicação de uma equipa multidisciplinar, constituída por elementos da Federação das Caixas de Previdência, nos quais se incluíam Nuno Teotónio Pereira, João Braula Reis e o engenheiro Gastão Ricou, apresentada no “II Colóquio nacional do trabalho, da organização cooperativa e da previdência social”.

Já no final da década de 1960, a revista publica “Habitações para o maior número” (nº110, Julho/Agosto 1969), um texto que Nuno Teotónio Pereira apresentou no “Colóquio de urbanismo”, realizado no Funchal em Janeiro de 1969, e “Política de habitação” (nº109, Maio/Junho 1969), o texto da comunicação de Vasco Lobo ao “Colóquio sobre política da habitação” organizado por iniciativa do Ministério da Obras Públicas, e realizado no LNEC, entre 30 de Junho e 5 de Julho de 1969.

Do ponto de vista do significado que tinha a construção de habitação para a expansão da cidade, actualmente, a leitura da 3ª série da revista “Arquitectura” permite compreender como os principais modelos de arquitectura e de desenho urbano que foi possível concretizar, sobretudo em Lisboa, se foram adaptando, e se foram substituindo sucessivamente ao longo dum período de 17 anos, entre 1957 e 1974. Primeiro no Bairro de Alvalade onde, embora ainda sobre um plano de desenho convencional, formado por ruas e quarteirões, se construíram os primeiros edifícios de Lisboa inspirados no modelo da “Carta de Atenas” – “Blocos na avenida EUA”, edição nº61 (Dezembro 1957).

Depois em Olivais Norte, onde o plano e a arquitectura dos edifícios coincidiam no cumprimento dos princípios mais decisivos da arquitectura moderna internacional – edição nº81 (Março 1964), e nº91 (Janeiro/Fevereiro 1966).

E depois, ainda em Olivais Sul, onde a arquitectura dos edifícios contradizia novamente o plano, como tinha acontecido antes no Bairro de Alvalade. Em Olivais Sul os principais edifícios de habitação, construídos já no final da década de 60, contrariavam o espírito da cidade jardim que inspirava o desenho do plano, e procuravam definir ruas e recuperar o espírito da cidade histórica – nº97 (Maio/Junho 1967), nº110 (Julho/Agosto 1969), nº127/128 (Abril/Junho 1973).

Já no final da 3ª série a revista publica o plano para o bairro do Restelo, onde Nuno Portas acreditava que finalmente se tinha encontrado um equilíbrio entre a cidade moderna e a cidade histórica. Um plano de construção de habitação de elevada densidade mas de reduzida altura – documentado na edição nº130 (Maio 1974), no “Dossier Restelo”.



CAPÍTULO 5  
A construção dum Pensamento Crítico Colectivo

CAPÍTULO 5

A construção dum Pensamento Crítico Colectivo

1957/1967 – Unidade cultural e integração

Um certo grau de síntese... um método comum de interpretação da realidade complexa / A 3ª geração da arquitectura moderna portuguesa / Crítica e arquitectura da nova geração

1964/1974 – O problema do método

A sociologia da habitação / A obra aberta / Modelos de pensamento divergentes

1979/1984 – “Arquitectura”, 4ª Série

O regresso da revista / “Depois do Modernismo” / Depois da revista “Arquitectura”

No terceiro Editorial publicado na 3ª série da revista “Arquitectura”, no nº62 de Setembro de 1958, os editores da revista associam-se à preparação de um 2º Congresso Nacional de Arquitectura, dez anos depois da celebração do 1º Congresso em 1948, que tinha ficado para a história como uma vitória da capacidade de mobilização colectiva dos arquitectos, e da afirmação da arquitectura moderna contra as limitações de linguagem impostas pelo regime. Nesse texto, intitulado “O congresso”,<sup>612</sup> os editores da revista evocam o encontro de 1948 como um momento decisivo, em que se tinha dado um passo importante para o reconhecimento da responsabilidade social dos arquitectos. Mas lamentavam que, passada uma década, continuassem a ser impostas fortes restrições à liberdade criativa dos arquitectos, e continuassem a existir obstáculos à sua participação no planeamento das cidades, e no combate ao problema social da habitação. Nesse texto, os editores da revista reconheciam a sua responsabilidade cultural e propunham três temas para o debate no Congresso – o problema da habitação social, o problema do planeamento urbanístico, e os problemas de uma cultura arquitectónica...

“... ‘Arquitectura’ associa-se e procura interpretar alguns dos problemas que neste momento se põe à preparação imediata do congresso.

1º O problema da habitação social.

2º Os problemas da planificação, em que se faça o balanço das primeiras tentativas de acção urbanística entre nós e se estudem as alterações estruturais que essas tentativas exigem.

3º Os problemas de uma cultura arquitectónica, desde o papel de uma revisão crítica dos aspectos essenciais do pensamento e da criação arquitectónica ao da análise dos problemas específicos a eles levantados pela história e a realidade portuguesas.

E se são estes os problemas para os quais o país com mais urgência reclama a acção dos arquitectos, sobre eles deverá sem delonga preparar-se o trabalho – «Arquitectura – Nova Série» a eles propõe as suas páginas.”<sup>613</sup>

E embora o problema da habitação e o problema do crescimento das cidades, se distinguissem pela sua dimensão e urgência, “os problemas de uma cultura arquitectónica... levantados pela história e a realidade portuguesas” representavam, de facto, uma das principais orientações do programa editorial da revista, porque nesses problemas se concentravam todos os problemas que envolviam o quotidiano dos arquitectos portugueses.

Para os editores da revista, debater os “problemas de uma cultura arquitectónica”, significava debater o problema da habitação e o problema do planeamento das cidades dum ponto de vista cultural. Os problemas do quotidiano da arquitectura e das cidades eram os temas decisivos, mas esses problemas deviam ser enfrentados com o propósito de construir um pensamento crítico colectivo.

---

<sup>612</sup> “O Congresso”, Editorial, revista “Arquitectura” nº62, Setembro 1958, pp. 3-4

<sup>613</sup> Editorial “O Congresso”, página 4

### 1957/1967 – Unidade cultural e integração

(Um certo grau de síntese... um método comum de interpretação da realidade complexa / A 3ª geração da arquitectura moderna portuguesa / Crítica e arquitectura da nova geração)

No início da 3ª série da revista “Arquitectura” os editores da nova geração esperavam poder contribuir para a construção dum pensamento teórico que permitisse reagir à situação de crise cultural que estava criada pela necessidade de revisão de alguns princípios críticos do Movimento Moderno.<sup>614</sup>

A partir da leitura do primeiro Editorial dessa 3ª série, publicado na edição nº60 (Outubro 1957), é possível distinguir dois aspectos chave, identificados pelos editores da revista para a construção desse pensamento teórico. Por um lado, essa construção não podia estar desligada da realidade, porque devia servir para enfrentar a prática quotidiana da arquitectura e devia representar uma procura de “continuidade cultural”, mas além disso, devia ser uma construção colectiva.

De acordo com o programa enunciado nesse momento, essa procura de continuidade cultural significava integrar uma série de aspectos da realidade, da arquitectura, e da cidade, que estavam culturalmente desligados em alguns casos, e noutros casos, estavam em ruptura.

No final da 3ª série, na penúltima edição, nº130 de Maio de 1974, num artigo sobre o plano para o Restelo – “Posfácio por ocasião da publicação em revista do projecto para o Restelo”<sup>615</sup> – Nuno Portas defendia que se tinha dado finalmente um passo decisivo, nesse plano, no sentido de “integrar” elementos e princípios urbanos que a experiência da arquitectura do Movimento Moderno tinha ensinado a “separar”. Essa declaração ajudava a confirmar que o programa cultural que tinha sido proposto pela sua geração no final da década de 1950, e que insistia na necessidade de continuidade e na necessidade de integrar em vez de separar, era também uma reacção contra os métodos excessivamente funcionalistas herdados do Movimento Moderno.

“Sempre ouvimos dizer: «Uma coisa é tráfego e outra a disposição dos edifícios – cada uma tem a sua lógica; uma coisa é o tráfego de veículos e outra os caminhos de peões... uma coisa são torres, outra coisa são bandas e outra moradias... [...] uma coisa é a zona social da casa, outra a zona íntima...» – Como uma coisa é o centro e outra o subúrbio, uma coisa é a cidade, outra é o campo... E assim sucessivamente.”<sup>616</sup>

### (Um certo grau de síntese... um método comum de interpretação da realidade complexa)

Desde o início era possível perceber a importância que os novos editores da revista davam à produção e à publicação de artigos de crítica de arquitectura. Essa tendência manifesta-se logo no nº57/58, de Jan./Fev. 1957, e haveria de continuar a aprofundar-se nas edições seguintes, mas só passados mais de dois anos, num texto que, embora de forma pouco explícita, cumpria as funções de Editorial do nº66 de Nov./Dez. de 1959, Nuno Portas haveria de esclarecer de que modo se esperava que essa nova orientação da revista pudesse contribuir para o debate.

<sup>614</sup> A expressão “crise cultural” é usada pelos editores da revista e por Bruno Zevi.

<sup>615</sup> “Posfácio por ocasião da publicação em revista do projecto para o Restelo”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº130, Maio 1974, pp. 22-23 (Incluído no “Dossier Restelo”, pp. 11-23)

<sup>616</sup> Página 22

Nesse texto, intitulado “A responsabilidade de uma novíssima geração do Movimento Moderno em Portugal”<sup>617</sup>, Nuno Portas exprime a necessidade de rever o conceito de modernidade tal como tinha sido estabelecido pelos seus principais ideólogos no período entre guerras, sobretudo na Europa, e esclarece que os critérios editoriais da revista serão determinados por preocupações de natureza teórica e crítica, mas também pela expectativa de ver essas preocupações traduzidas na arquitectura projectada e construída.<sup>618</sup> E coloca sobre a última geração dos arquitectos modernos portugueses a responsabilidade de concretizar nessa obra construída “um certo grau de síntese”<sup>619</sup>, que possa responder a essa necessidade de revisão sem abandonar os progressos alcançados em Portugal pela vontade de modernidade das duas gerações anteriores.

A situação internacional é descrita nesse texto por Nuno Portas como uma “encruzilhada de caminhos”,<sup>620</sup> que obrigava a fazer escolhas. A principal dificuldade não estava na falta de posições críticas compreensíveis e sedutoras. Nesse momento a crítica aos cânones e princípios formais da arquitectura e do urbanismo modernos era já indiscutível, e a falta de entendimento com a geração que representava esses princípios não causava surpresa. O que era mais preocupante era a dificuldade de diálogo entre os grupos que se formavam na geração dos mais jovens.

No encontro CIAM 59, em Otterlo, o debate tinha ficado marcado pela divergência de posições entre o grupo britânico do Team Ten e o grupo italiano, e pela troca de palavras amargas entre os Smithson e Ernesto Nathan Rogers, a propósito do formalismo historicista da torre velasca,<sup>621</sup> em Milão, e dos comentários de Rogers à apresentação de Kenzo Tange.<sup>622</sup>

De qualquer forma, era evidente que a noção de modernidade não se podia resumir a uma determinada linguagem, a um vocabulário ou um estilo. Para Nuno Portas a modernidade devia representar um modo de fazer – um método.<sup>623</sup>

Outra evidência que reunia consenso, e que resultava da crítica aos princípios formais do Movimento Moderno, era a necessidade de reconhecer a individualidade de cada lugar, que devia ser encarado como património, e a necessidade de integrar a obra de arquitectura nessa individualidade.

O sistema construtivo utilizado devia reflectir também essas preocupações de relação com o lugar, integrando as técnicas tradicionais próprias de cada região nos progressos alcançados pelas novas tecnologias. Assim, não só esse sistema construtivo se adequaria à disponibilidade de recursos humanos e materiais de cada lugar, como se reflectiria na linguagem da arquitectura.

Em relação à realidade portuguesa, para Nuno Portas a sua geração tinha a responsabilidade de tomar consciência das circunstâncias e exigências daquele momento histórico e demonstrar capacidade para o debate. E a revista “Arquitectura” assumia o compromisso de promover esse debate...

“No plano nacional a responsabilidade da novíssima geração está, em primeira análise, numa participação corajosa: a de promover um diálogo fecundo, a de procurar um método comum de interpretação da realidade complexa que a solicita, a de abdicar de vocabulários feitos quando possam ser estes factores de abstracção formal.”<sup>624</sup>

---

<sup>617</sup> “A responsabilidade de uma novíssima geração do Movimento Moderno em Portugal”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” n.º66, Nov./Dez. de 1959, pp. 13-14

<sup>618</sup> “Pensamos que uma importante contribuição para esse debate – que constitui uma das preocupações centrais da revista – seria precisamente o interrogar de uma novíssima geração, não só nas suas ideias e intenções mas sobretudo nas suas obras.” (Página 13)

<sup>619</sup> Página 13

<sup>620</sup> Página 13

<sup>621</sup> Obra de Ernesto Nathan Rogers com Lodovico Belgiojoso, Enrico Peressutti e Gian Banfi (1958).

<sup>622</sup> “The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960”, Eric Mumford, Edição MIT Press, Cambridge, Massachusetts, e Londres, Inglaterra, 2000 (“CIAM 59 in Otterlo and the end of CIAM”, pp. 258-265)

<sup>623</sup> “É possível e necessário defini-la *no plano da metodologia*, i.e., no modo de conexão do acto criador com os processos de conhecimento da realidade.” (Página 14)

<sup>624</sup> Página 14



Revista “Arquitetura” n° 68, Julho 1960 (Capa, páginas 13-14, 29) – “3 Obras de Álvaro Siza Vieira”

Dois números depois, no n° 68, de Julho 1960, a revista “Arquitetura” apresenta pela primeira vez a obra de Siza Vieira, com uma introdução e análise crítica também de Nuno Portas,<sup>625</sup> que procurava encontrar nessa obra expressões que pudessem ser interpretadas como tomadas de posição comuns em relação à situação actual, e que pudessem “contribuir para uma unidade cultural”.

“Iniciou-se no penúltimo número desta revista a publicação de uma série de obras de arquitectos «novíssimos» feita, para além do valor de cada uma, também com o objectivo de aferir, «a posteriori», possíveis posições ou resultados comuns, e de assim contribuir para uma unidade cultural.”<sup>626</sup>

Nuno Portas descreve o método utilizado por Siza Vieira como uma síntese entre a arquitectura e as artes plásticas, e fala dessa síntese como um modo de dar significado ao espaço.

Esse sentido de integração da pintura e da escultura, a que chama “figurativo”,<sup>627</sup> representava um modo de recuperar uma qualidade que tinha sido abandonada pela arquitectura moderna depois de ter atribuído um sentido pejorativo a qualquer forma de ornamento.

Pelo modo de integrar na construção certos detalhes da utilização do ferro, certas expressões da madeira, e de uma maneira geral as ligações entre materiais diferentes, Nuno Portas identifica em Siza Vieira a simpatia por um certo “gosto revivalista”, que interpreta como uma influencia do “neoliberty” divulgado em Itália pela revista Casabella. Noutros casos, nas obras mais recentes, Nuno Portas identifica uma certa rudeza do betão, e a ênfase que lhe é dada pelo seu valor estrutural, como uma aproximação às experiências designadas por “brutalistas”, promovidas por Peter e Alison Smithson e pelo grupo britânico do Team Ten, e divulgadas pela “Architectural Review”.

Mas o mais importante para Nuno Portas era a capacidade de Siza Vieira para procurar uma saída da “encruzilhada de caminhos”, sem aderir a um estilo ou a uma “escola formal” única, e a sua capacidade para encontrar uma expressão própria de arquitectura moderna.

“Siza Vieira, que tem sido capaz de se manter liberto de atitudes abstractas de adesão a quaisquer escolas formais, procura uma expressão própria, embora, evidentemente, a partir de uma base de ideias e simpatias adquiridas no estudo das personalidades e correntes do movimento moderno que mais tocam os jovens arquitectos de quase todos os países.  
É aqui que, efectivamente, a evolução da sua iniciação profissional se torna mais útil e exemplar.”<sup>628</sup>

<sup>625</sup> “3 Obras de Álvaro Siza Vieira”, Nuno Portas, revista “Arquitetura” n°68, Julho 1960, pp. 13-32

<sup>626</sup> Página 13

<sup>627</sup> Expressão usada por Bruno Zevi em “História da arquitectura moderna”.

Nesses dois textos – “A responsabilidade de uma novíssima geração...” (nº66, Nov./Dez. 1959) e “3 Obras de Álvaro Siza Vieira” (nº68, Julho 1960) – Nuno Portas insiste na necessidade de “procurar um método comum de interpretação da realidade” e de alcançar “um certo grau de síntese”. Insiste que é preciso encontrar expressões que possam ser interpretadas como tomadas de posição comuns, e que possam “contribuir para uma unidade cultural”. E insiste na necessidade de reconhecer a essência da arquitectura moderna como um método – um modo de pensar e de fazer...

Nuno Portas insiste sempre nessa necessidade de procurar alguma “unidade cultural”. Mesmo nas crónicas do Jornal de Letras e Artes.

Escreve Nuno Portas na quarta crónica da série “Pioneiros de uma renovação”, em Janeiro de 1963 –

“Conhecidas já obras válidas de alguns novíssimos e evoluindo, por seu turno, no mesmo sentido alguns dos nomes mais importantes da geração de 50, [...] o conflito de formações tende a resolver-se agora, cremos, numa situação de procura comum, que se concretiza em obras que podem ser úteis a todos se estudadas com franqueza...”<sup>629</sup>

Essa “procura comum” não se referia a uma unidade de linguagem ou a um estilo, referia-se à necessidade de construir um pensamento crítico comum, colectivo, que permitisse reagir ao vazio deixado pela necessidade de abandonar alguns princípios fundamentais da arquitectura do Movimento Moderno. E essa procura de “um certo grau de síntese”, e de “um método comum de interpretação da realidade complexa”, era um dos aspectos mais decisivos do programa editorial da revista “Arquitectura” no início da 3ª série. E foi uma das principais preocupações dos seus editores durante cerca de uma década.

#### (A 3ª geração da arquitectura moderna portuguesa)

Entre o grupo dos autores da nova geração que os editores da revista distinguem como principais referências, ou modelos, dessa “unidade cultural” proposta por Nuno Portas, na verdade existem simultaneamente duas gerações diferentes.

Depois da geração de Cassiano Branco (1897-1970), Carlos Ramos (1897-1969), Cristino da Silva (1896-1976), Pardal Monteiro (1897-1957), Jorge Segurado (1898-1990), Cotinelli Telmo (1897-1948), Rogério de Azevedo (1898-1983), nascidos na década de 1890 – a 1ª geração da arquitectura moderna portuguesa... E depois da geração de Keil do Amaral (1910-1975), Viana de Lima (1913-1991), Januário Godinho (1910-1990), Arménio Losa (1908-1988) – que era a geração dominante no ICAT... A nova geração, que seria a 3ª da arquitectura moderna portuguesa, na verdade incluía duas gerações. Uma geração de arquitectos nascidos na década de 1920 – Nuno Teotónio Pereira (n. 1922), Manuel Tainha (1922-2012), Fernando Távora (1923-2005) – e a geração de Nuno Portas (n. 1934) e de Siza Vieira (n. 1933), nascidos na década de 1930.

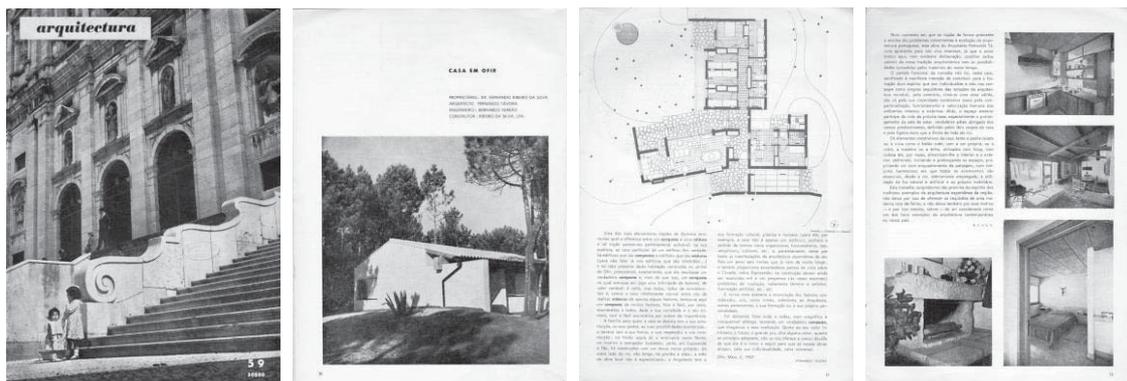
É sobretudo nessas duas gerações de arquitectos que os editores da revista “Arquitectura” procuram reconhecer um pensamento e um método, adequados à situação contemporânea, e que possam representar uma forma de “unidade cultural”.

Como declarava Nuno Portas nas crónicas do JLA, a maior capacidade de afirmação dos arquitectos portugueses modernos da segunda geração, que se mobilizou colectivamente no final da década de 1940 – Odam (Porto, 1947/52), e ICAT (Lisboa, 1947/1957) – traduziu-se numa maior liberdade de acção e de uso da linguagem arquitectónica modernista, e permitiu que a década de 1950, sobretudo a primeira metade, fosse o período mais produtivo da arquitectura moderna de influência internacional em Portugal.

---

<sup>628</sup> Página 17

<sup>629</sup> “Progressos recentes”, Nuno Portas, “Jornal de Letras e Artes” nº70, 30 de Janeiro de 1963, p. 10



Revista “Arquitetura” nº 59, Julho 1957 (Capa, páginas 10-11, 13) – “Casa em Ofir”

E uma parte dessa geração, que reconhecia na arquitectura do Movimento Moderno uma forma de resistência ao regime fascista da ditadura, manteve-se irredutível na defesa desses princípios modernistas, mesmo durante a década seguinte, de 1960.

Durante os anos 60, na revista “Arquitetura” continuavam a estar representados alguns desses projectos e alguns desses autores. Mas essas obras, e as ideias que elas representavam, não tinham uma presença dominante na revista, e também não tinham uma presença dominante no debate arquitectónico em Portugal, que era protagonizado pelas propostas de revisão da arquitectura do Movimento Moderno defendidas pela nova geração.

Ainda antes da publicação de “A responsabilidade de uma novíssima geração do Movimento Moderno em Portugal” (nº66, Nov./Dez. de 1959), a revista “Arquitetura” já tinha publicado uma casa de Fernando Távora em Ofir,<sup>630</sup> apresentada por Hestnes Ferreira logo no primeiro número da 3ª série (nº59, Julho 1957), e o “Bloco das Águas Livres”, de Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral, na edição nº65 (Junho 1959). Além das Pousadas de Teotónio Pereira e Manuel Tainha, publicadas no nº62 (Setembro 1958), e da Igreja de Águas, no nº60 (Outubro 1957).<sup>631</sup>

No texto de apresentação da casa de Fernando Távora, Hestnes Ferreira, ainda estudante, explica o interesse daquela obra naquele momento pela capacidade de conciliar os sistemas construtivos tradicionais com os progressos técnicos modernos, e pela capacidade de se integrar naquele lugar. Os materiais e os sistemas construtivos utilizados tornavam explícita a vontade da arquitectura integrar a cultura tradicional e a cultura moderna – a pedra caiada, o betão à vista, a telha, a madeira, o vidro...

“Esta moradia, surgindo-nos tão próxima do espírito dos melhores exemplos de arquitectura espontânea da região, não deixa por isso de oferecer os requisitos de uma moderna casa de férias, e não deixa também por esse motivo – e por isso mesmo, talvez – de ser considerada como um dos bons exemplos da arquitectura contemporânea no nosso país.”<sup>632</sup>

Num texto de Fernando Távora que acompanhava também a publicação da casa de Ofir”, o autor explica que procurou que a combinação dos inúmeros elementos que se confrontavam para a construção daquela casa naquele lugar, não recusassem os conflitos próprios das suas diferentes naturezas, mas conduzisse a uma síntese –

<sup>630</sup> “Casa em Ofir”, revista “Arquitetura” nº59, Julho 1957, pp. 10-13

<sup>631</sup> Obras analisadas no Capítulo 2

<sup>632</sup> Hestnes Ferreira, página 13

“Uma das mais elementares noções de Química ensina-nos qual a diferença entre um **composto** e uma **mistura** e tal noção parece-nos perfeitamente aplicável, na sua essência, ao caso particular de um edifício. [...] No caso presente desta habitação construída no pinhal de Ofir, procurámos, exactamente, que ela resultasse um verdadeiro **composto** ...”<sup>633</sup>

Na edição nº65, de Junho de 1959, a revista “Arquitectura” dedica um longo artigo à documentação e análise do “Bloco das Águas Livres”<sup>634</sup> de Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral. A imagem da capa é uma fotografia de um baixo-relevo de Jorge Vieira para a parede da entrada do edifício. A construção do bloco das Águas Livres integrava-se na execução do Plano da Câmara Municipal de Lisboa para a urbanização da Praça das Águas Livres,<sup>635</sup> da autoria de Manuel Taíinha, e o edifício era concebido como um bloco com uma certa autonomia de funcionamento, como uma unidade de habitação moderna mas, ao mesmo tempo, a sua integração no plano da Praça atribuía-lhe um importante significado urbano, que faz divergir o espírito do projecto daquele edifício do modelo original das unidades de habitação, dispostas livremente num imenso jardim.

Existem no bloco das Águas Livres uma série de espaços e funções comuns, complementares ao programa “habitação” – lavandaria, garagem, sala de reuniões, exposições ou festas, e terraço no piso da cobertura, comércio no piso térreo... E o edifício está equipado com instalações técnicas que permitem o fornecimento de uma série de serviços comuns – água quente, aquecimento central, recolha de lixo – mas não está suspenso no ar por pilares, está ligado fisicamente e funcionalmente ao território da cidade, está integrado na cidade.

Além disso, o facto do acesso aos apartamentos se fazer por uma galeria de distribuição, situada do lado poente, e a existência de um pequeno jardim do lado sul,<sup>636</sup> também contribuíam para acentuar a importância dos espaços colectivos do bloco das Águas Livres. Para aumentar as possibilidades de contacto entre os habitantes, e para acentuar o seu carácter urbano.<sup>637</sup>

Depois da publicação da casa de Ofir (nº59), e do bloco das Águas Livres (nº65), e também depois da publicação dos esclarecimentos de Nuno Portas em “A responsabilidade de uma novíssima geração...” (nº66), e de “3 Obras de Álvaro Siza Vieira” (nº68) ... Na edição nº70 (Março, 1961) a revista publica “Uma moradia no Freixial”,<sup>638</sup> de Manuel Taíinha

Nessa edição, um texto do próprio Manuel Taíinha, explica a arquitectura daquela casa como uma consequência das condições físicas do lugar, e da vontade de procurar acentuar o contacto directo com o exterior, que se privilegiava em relação a um contacto simplesmente visual.

“Ao ocupar um lugar, um edifício molda-se pelas condições físicas desse lugar, e age sobre ele. Esta acção recíproca [...] está na origem da criação de um ambiente, de um sítio, de uma realidade diferente de cada uma das anteriores, e única. [...] Criar um sítio foi a nossa principal tarefa...”<sup>639</sup>

---

<sup>633</sup> Página 11

<sup>634</sup> “Bloco das Águas Livres”, revista “Arquitectura” nº65, Junho 1959, pp. 3-31 (O texto de apresentação – da redacção da revista – está assinado com as iniciais “J.P. e R.S.P.” Provavelmente José Pacheco e Raul Santiago Pinto, ambos indicados como colaboradores de Manuel Taíinha no projecto de uma moradia no Freixial, no nº70, Março 1961, na página 7.)

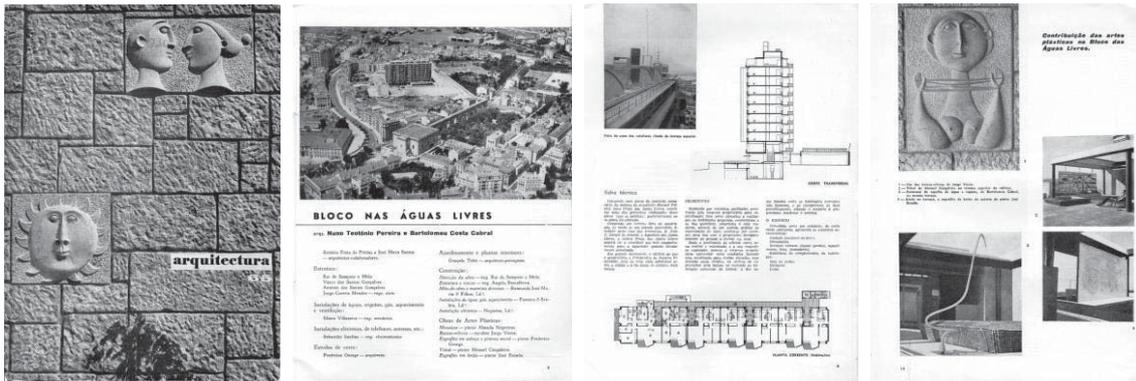
<sup>635</sup> Embora fosse de iniciativa privada. O edifício era propriedade da Companhia de Seguros Fidelidade.

<sup>636</sup> “... Utilizado regularmente pelas crianças...” (Página 4)

<sup>637</sup> Num depoimento publicado no “Jornal Arquitectos” nº204 (Janeiro/Fevereiro 2002), Nuno Teotónio Pereira fala da importância dada à “galeria” em edifícios de habitação colectiva naquele momento (na página 38).

<sup>638</sup> “Uma moradia no Freixial”, revista “Arquitectura” nº70, Março 1961, pp. 7-12

<sup>639</sup> Manuel Taíinha, páginas 9-10



Revista “Arquitetura” nº 65, Junho 1959 (Capa, páginas 3, 9, 14) – “Bloco das Águas Livres”

“Na verdade a continuidade interior-externo faz-se através das portas e dos seus naturais antecedentes e prolongamentos, e não de simples operações visuais, passivas. Isto quer dizer que a continuidade interior-externo não é independente de um certo grau de acção e movimento; acção que importa estimular e desencadear (é essa uma das reais condições do espaço).”<sup>640</sup>

Num texto de Jorge Silva publicado também nessa edição, o autor interpreta a casa do Freixial como um gesto de continuidade com a arquitectura moderna do século XX, mas também como um gesto novo, adequado ao momento actual. Jorge Silva descreve aquela casa como um acto de cultura, e como uma obra que anuncia uma “nova unidade” entre a sua geração, e reconhece na raiz da sua concepção um modo “orgânico” de fazer.

Um modo “orgânico” que não se refere simplesmente à expressão dos materiais, dos sistemas construtivos, ou à linguagem arquitectónica adoptada. Refere-se ao compromisso de Manuel Tainha com a resposta às necessidades concretas que se colocavam naquele caso. E a um modo racional de qualificar o espaço, capaz de integrar a diversidade e de o tornar útil em diferentes situações, sem precisar de recorrer a um sistema de linguagem fixo.

“É uma obra de Cultura [...].

Obras como a do Freixial anunciam entre nós uma nova unidade conquistada através duma peregrinação aberta às solicitações do tempo mas que tende para conclusões, ou, pelo menos, para uma maior estabilidade. [...]

Embora exemplos anteriores aparentemente se possam reclamar da mesma atitude, e se chamem a si mesmos orgânicos, um certo culto analítico, prestado aos materiais em bruto, aos incrustamentos de volumes e às modalidades geométricas...

[...]

Tudo quanto possa haver de verdadeiramente «orgânico» na arquitectura vem deste processo de autenticidade criadora, de adesão ao viver de todos...”<sup>641</sup>

Embora em praticamente todos os sentidos, as referências feitas por Jorge Silva à arquitectura “orgânica” tivessem o mesmo significado que lhe atribuíra Bruno Zevi, ou o próprio Frank Lloyd Wright, havia uma certa resistência em aderir completamente a essa corrente internacional da arquitectura.

Mas, além disso, na construção da casa do Freixial, o sentido de integração dos recursos disponíveis prevalecia sobre a vontade de romper com o passado. Esse sentido de integração dos recursos, incluía materiais e sistemas construtivos correntes, a escolha do mobiliário, e podia implicar a combinação de elementos de desenho moderno com outros de desenho artesanal.

<sup>640</sup> Manuel Tainha, página 11

<sup>641</sup> Jorge C. Silva, páginas 7-8

“... É mais importante descobrir a unidade que ligará toda uma série de objectos e condições já propostos, fazendo incidir sobre eles o que se poderia chamar uma selecção-criadora, do que iniciar um caminho de procura formal exaustiva, que [...] muito dificilmente conseguiria ser «nova» ou até útil, depois da febre de novidade que impregnou os movimentos culturais representativos do princípio deste século.  
[...] – A idade das grandes revisões, vivida pelas principais figuras do movimento moderno, parece aproximar-se do seu termo.”<sup>642</sup>

Na edição seguinte, no nº71 (Julho 1961), a revista publica um extenso artigo dedicado à obra de Fernando Távora com um estudo crítico de Nuno Portas<sup>643</sup> que explica como os arquitectos da geração de Távora, que se formaram no início dos anos 50,<sup>644</sup> tinham sabido aproveitar a oportunidade que estava criada naquele momento por uma certa abertura da sociedade portuguesa, que começava a oferecer menos resistência à arquitectura moderna.

Uma geração que tinha sabido reconhecer a necessidade de revisão dessa modernidade que começava a ser tolerada, e que assim, tinha contribuindo também para a sua afirmação e para o seu êxito. Nesse texto, ficava claro mais uma vez, que os editores da revista “Arquitectura” procuravam compreender melhor qual podia ser o significado dessa modernidade que começava a renovar-se e começava a ser tolerada. Qual era o seu conteúdo exacto, e qual era a relação entre a renovação das ideias e as obras construídas –

“Qual o conteúdo exacto dessa modernidade, qual a relação exacta entre as ideias (que se faziam chegar melhor, agora, aos jornais, revistas ou mesmo, e em breve às aulas) e as obras ...”<sup>645</sup>

Fernando Távora tinha participado nos últimos encontros CIAM realizados na década anterior, por isso a sua obra reflectia uma consciência do debate internacional, e tinha uma dimensão internacional. E ao fim de “12 anos de actividade profissional” essa obra podia contribuir para encontrar algumas respostas para essas perguntas.

Nuno Portas distingue uma primeira fase na obra de Távora, onde já se podia adivinhar uma espécie de conflito interior, entre a vontade de racionalidade funcional e de racionalidade de linguagem, que se manifestava sobretudo nas primeiras obras, e uma necessidade de renovação da linguagem modernista, e de continuidade cultural com a realidade portuguesa, que se manifestava sobretudo nos seus textos. De facto, se os Planos para a Zona Residencial do Campo Alegre (1949) e para a Unidade Residencial de Ramalde (1952-1960)<sup>646</sup> demonstravam a sua admiração pelos princípios da “Carta de Atenas”, algumas das suas declarações na publicação “O problema da casa portuguesa”<sup>647</sup> (1947) demonstravam que reconhecia a necessidade de fazer a arquitectura revelar maior consciência da realidade cultural portuguesa. E alguns dos seus argumentos coincidiam com os argumentos apresentados por Keil do Amaral, na mesma altura, quando propunha a realização de um estudo da arquitectura popular.

---

<sup>642</sup> Jorge C. Silva, página 8

<sup>643</sup> “Arquitecto Fernando Távora: 12 anos de actividade profissional”, revista “Arquitectura” nº71, Julho 1961, pp. 10-34 (Estudo crítico por Nuno Portas, pp. 11-23)

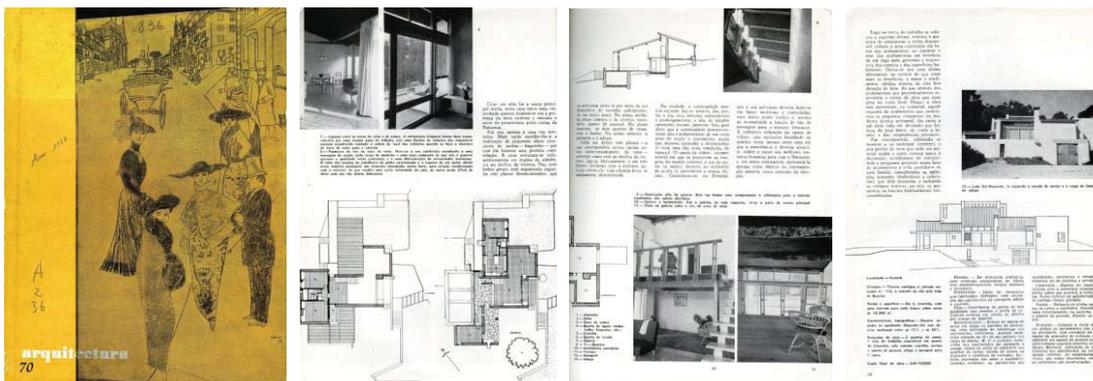
<sup>644</sup> Na Escolas de Belas Artes do Porto “João Andresen, Carlos Loureiro, Agostinho Ricca, Octávio Filgueiras”. (Página 11)

<sup>645</sup> Página 11

<sup>646</sup> “Executados no Gabinete de Urbanização da C. M. Porto...” (Página 12, nota 1)

“... Dos quais apenas o segundo vem a ser parcialmente construído...” (Página 12)

<sup>647</sup> “O problema da casa portuguesa”, Lisboa 1947, edição de Manuel João Leal.



Revista “Arquitectura” n.º 70, Março 1961 (Capa, páginas 10-12) – “Uma moradia no Freixial”

“É indispensável que na história das nossas casas antigas ou populares se determinem as condições que as criaram e desenvolveram, fossem elas condições da Terra, fossem elas condições do Homem, e se estudem os modos como os materiais se empregaram e satisfizeram as necessidades do momento...”<sup>648</sup>  
 (“O problema da casa portuguesa”, 1947)

E, novamente, em 1953 –

“Que conhecemos dos nossos homens e das nossas terras, do nosso clima, dos nossos materiais, da nossa maneira de viver, da nossa paisagem e vegetação, das necessidades da população e da sua economia, das artes da casa e de tantos outros aspectos da nossa realidade?”<sup>649</sup>

Ainda nessa primeira fase, realiza o projecto de uma “Casa sobre o mar” (CODA, 1952, não construído), e um bloco de habitações, na Avenida do Brasil, na Foz do Douro, ambos com uma forte expressão moderna, que Nuno Portas interpreta como uma evidência desse conflito interior.

Na “Casa sobre o mar”, os princípios formais da arquitectura moderna não impedem a vontade de integrar a arquitectura do edifício na sua realidade cultural, manifestada pela utilização do azulejo.<sup>650</sup>

De acordo com Nuno Portas, essa primeira fase, em que ainda não era possível a “síntese” que permitiria superar aquele conflito interior, estende-se até 1953, ano em que inicia o projecto para o Mercado de Vila da Feira (1953/59), e para a biblioteca do Instituto Nun’Álvares, perto de Santo Tirso.

Nessas obras, e também na casa de Ofir (1956), era possível reconhecer o “princípio de um método”<sup>651</sup> onde o recurso a diferentes qualidades espaciais representava sempre uma reflexão sobre o seu uso real – o seu programa, o seu significado, as pessoas a quem se destinava – que ultrapassava largamente as razões de ser funcionalistas, e que era até aí completamente inédito.

O projecto do mercado representava uma alternativa à possibilidade eventualmente reductora de construir um “edifício”. Recusava essa simplificação. O espaço do mercado era uma “especialização” do espaço urbano. E para Nuno Portas, isso significava que “o ambíguo problema da integração começava a resolver-se”, começava a alcançar-se a “«síntese» desejada”.<sup>652</sup>

<sup>648</sup> Fernando Távora, “O problema da casa portuguesa”, citado por Nuno Portas (Página 12)

<sup>649</sup> Fernando Távora, “Comércio do Porto”, 25/8/1953, citado por Nuno Portas (Página 16)

<sup>650</sup> “... O forro de azulejos «à Porto» vinha substituir uma integração que o autor [ainda] não podia fazer.” (Página 12)

<sup>651</sup> Página 16

<sup>652</sup> Página 16

“Pelo princípio, pelo lado certo, o ambíguo problema da integração começava a resolver-se: seguramente, esta fazia-se pelo lado da vida, da meditação sobre o valor urbano de um mercado [...] Este mercado não prescindia do movimento das pessoas, da formação dos grupos, da disposição dos artigos à venda, do público que surge dos quatro lados, de baixo ou de cima.”<sup>653</sup>

Nas obras seguintes, posteriores ao projecto para Ofir, de 1956, na segunda fase, Nuno Portas detecta, uma hesitação no método de Fernando Távora.

No projecto do Parque da Quinta da Conceição e do Pavilhão de Ténis (1957), no bloco de habitações da Rua Pereira Reis, no Porto (1958-69), na recuperação da antiga Casa da Igreja, em Mondim de Basto (1959-61), no posto de abastecimento “Sacor”, em Seia (1959-61), ou na Escola Primária do Cedro, em Vila Nova de Gaia (1958-60), Nuno Portas interpreta a importância dada por Fernando Távora aos “condicionalismos” de cada projecto como um factor de instabilidade.

Considerava que o método devia prevalecer sobre os condicionalismos, aquilo que era circunstancial, e por isso considerava serem melhores as obras da primeira fase.

De qualquer modo, a importância dada por Távora a esses “condicionalismos” de cada projecto era sobretudo uma consequência da sua atitude “realista”, e da necessidade de os integrar na transformação dos lugares.

E a obra de Fernando Távora interessava aos editores da 3ª série da revista pela capacidade de encarar os problemas actuais da arquitectura, e se adequar à realidade portuguesa, sem ceder à facilidade de substituir um sistema de linguagem por outro sistema de linguagem.

#### (Crítica e arquitectura da nova geração)

A revista “Arquitectura” era um projecto colectivo e um espaço de debate. A produção de crítica arquitectónica fazia-se através de inúmeras contribuições individuais, e os editores da revista não se preocupavam em encobrir alguma particularidade do livre pensamento de cada um dos autores que colaborava na sua publicação, e que pudesse ser interpretada como divergente em relação a uma tendência comum, dominante.

Essas particularidades ajudavam a explicar algumas oscilações no modo como se podia exprimir um pensamento crítico colectivo, e não constituíam um obstáculo à procura de uma “unidade cultural”, porque existia realmente uma tendência dominante.

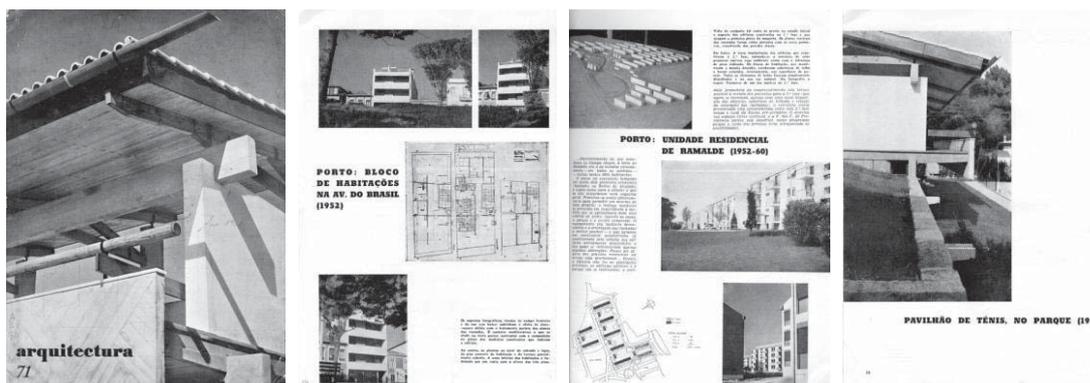
Genericamente, o sentimento que prevalecia entre os editores e os colaboradores da revista era o respeito pelas gerações anteriores, e pelos princípios fundamentais da arquitectura moderna, e uma certa moderação na crítica aos princípios formais da arquitectura do Movimento Moderno. Nuno Portas era, aliás, um dos mais radicais críticos do “Estilo Internacional”.

Essa moderação, reflectia-se tanto na construção desse pensamento crítico colectivo como na arquitectura. A arquitectura portuguesa construída naquele momento era influenciada pelo debate internacional, mas não existia um compromisso integral com um movimento cultural único ou com uma corrente artística única.

Sobretudo durante os primeiros dez anos da terceira série da revista, quando foi mais produtivo e coerente o esforço para construir um pensamento teórico colectivo, e foi maior a insistência na procura de uma unidade cultural, é muito frequente o uso de adjectivos que se referem a algumas das principais correntes internacionais da arquitectura contemporânea, mas a sua expressão é sempre parcial, nunca total nem exclusiva. Diz-se de influência “brutalista”, ou de raiz “brutalista”, uma concepção “orgânica” do espaço, um gosto “neo-liberty”, uma expressão vagamente “historicista”...

---

<sup>653</sup> Página 16



Revista “Arquitectura” nº 71, Julho 1961 (Capa, páginas 14-15, 26) – “Fernando Távora: 12 anos...”

E mesmo quando se afirma o carácter “realista” da arquitectura portuguesa nesse momento, isso não significa a sua incorporação no movimento artístico português do neo-realismo, ou nos movimentos internacionais de “arquitectura realista” – designação usada sobretudo em Itália e na Catalunha – a expressão “realista” é, quase sempre usada no seu sentido literal.

Além disso, a produção da crítica publicada na revista “Arquitectura” tinha um carácter experimental. Os textos publicados eram quase sempre inéditos, escritos especificamente para a revista, e exigiam uma certa prudência para evitar que a subjectividade se convertesse em arbitrariedade.

Para contrariar esse risco, além de um elementar esforço de rigor que se fundamentava no conhecimento da actualidade do debate, e no conhecimento da história da arquitectura, era evidente a preocupação dos editores da revista em confrontar o mais possível a crítica publicada com as explicações dos próprios autores das obras.

Isso já tinha acontecido com a publicação da “Casa em Ofir” (Távora, nº59, Julho 1957), com o “Bloco das Águas Livres (Teotónio Pereira e Costa Cabral, nº65, Junho 1959), com a “Moradia no Freixial” (Tainha, nº70, Março 1961), e voltou a acontecer com a “Moradia em Vila Viçosa” (Teotónio Pereira e Nuno Portas, nº 79, Julho 1963).<sup>654</sup>

No nº79 (Julho 1963) a revista publica dois projectos de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas – uma moradia em Vila Viçosa<sup>655</sup> e outra na Praia das Maças.<sup>656</sup>

A casa de Vila Viçosa, publicada com um comentário crítico de Luís Vassalo Rosa<sup>657</sup> e um texto dos autores do projecto,<sup>658</sup> situava-se num espaço urbano histórico fortemente condicionado pela presença da arquitectura tradicional alentejana e da arquitectura erudita. Praticamente encostada à muralha do castelo, próxima do Convento dos Agostinhos, e não muito distante do Palácio Ducal.

Teotónio Pereira e Nuno Portas explicam que procuraram integrar a obra naquele lugar interpretando as qualidades plásticas da arquitectura local tradicional, mas sem as reproduzir, sem as imitar.

Essa vontade de integração cultural da obra exprime-se pela utilização dos materiais e dos sistemas construtivos tradicionais – paredes de alvenaria de pedra rebocadas e caiadas, o uso da telha nas

<sup>654</sup> Para citar apenas os casos analisados neste capítulo.

<sup>655</sup> “Moradia em Vila Viçosa” (de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas), revista “Arquitectura nº79, Julho 1963, pp. 3-10

<sup>656</sup> “Habitação na Praia das Maças” (de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas), revista “Arquitectura nº79, Julho 1963, pp. 11-14

<sup>657</sup> No nº 79 da revista (Julho 1963), o comentário crítico de Luís Vassalo Rosa não está assinado. A autoria do texto é esclarecida numa “Errata” editada no final do número seguinte – nº80, Dezembro 1963, p. XIX.

<sup>658</sup> “O projecto visto pelos seus autores”, meia página sem numeração, entre as páginas 8 e 9.

coberturas, e cantaria nos vãos, o uso de mármore da região – mas também através duma fragmentação volumétrica da casa que permitia interpretar e recriar a plasticidade irregular da arquitectura popular do Alto Alentejo.

Os autores justificam essa fragmentação, e a disposição da casa no terreno em diferentes volumes, pela vontade de criar uma sequência de espaços-pátio, que seguissem a tradição mediterrânica de prolongar os espaços interiores para o exterior, ao mesmo tempo que procuravam relacionar-se de um modo dinâmico com as ruas que definiam o lote.

“Assim, o factor determinante da solução foi, sem dúvida a preocupação de assegurar essa integração do novo edifício num ambiente espacial fortemente caracterizado pelo diálogo entre a tradição popular e as sucessivas contribuições eruditas, como é o de Vila Viçosa. [...]”

... A variedade dos ambientes interiores permitiu uma transparência do exterior que se traduz numa variedade de ângulos e aspectos, de cheios e vazios, de planos salientes e zonas de sombra que a aparentam da tradição popular das vilas do Alto Alentejo, ricas de efeitos volumétricos recortados pela frequente intensidade dos raios solares.”<sup>659</sup>

Considerando esses propósitos iniciais declarados pelos próprios autores, e que estavam na origem do projecto, Luís Vassalo Rosa analisa a concepção da casa de Vila Viçosa de acordo com dois critérios fundamentais – vontade de “integração” e proposta de “renovação”.

Para Vassalo Rossa a vontade de integração manifestava-se sobretudo nos aspectos da obra onde os autores procuravam incluir a “tradição”, e a proposta de renovação manifestava-se sobretudo na sua “contribuição erudita”.

Essa contribuição erudita sobrepunha-se deliberadamente à tradição, e traduzia-se pelo carácter experimental da linguagem arquitectónica, e por uma certa complexidade espacial.

Ao mesmo tempo que procurava recriar a essência do espaço urbano exterior e o prolongava para o interior do lote de um modo orgânico, o desdobramento da casa em múltiplos volumes servia para criar espaços exteriores que participavam directamente dos espaços interiores e que os definiam.

Portanto, essa fragmentação era uma consequência da vontade de renovar o espaço da habitação e da vontade de “contribuição erudita” dos autores.

Mas, Vassalo Rossa considerava que faltava ainda um certo sentido de síntese. E interpretava a multiplicidade de volumes que compunham a casa como uma tentativa de recriar o crescimento orgânico da construção tradicional, feita de acrescentos sucessivos ao longo do tempo.

Vassalo Rossa admitia que a individualização de certos volumes podia corresponder a uma atitude moderna de lhes atribuir um significado específico, que não coincidia necessariamente com uma hierarquia de funções, mas considerava-a excessiva. Considerava que a essa fragmentação de volumes correspondia um processo demasiado analítico – que lhe “faltou um espírito de síntese”.<sup>660</sup>

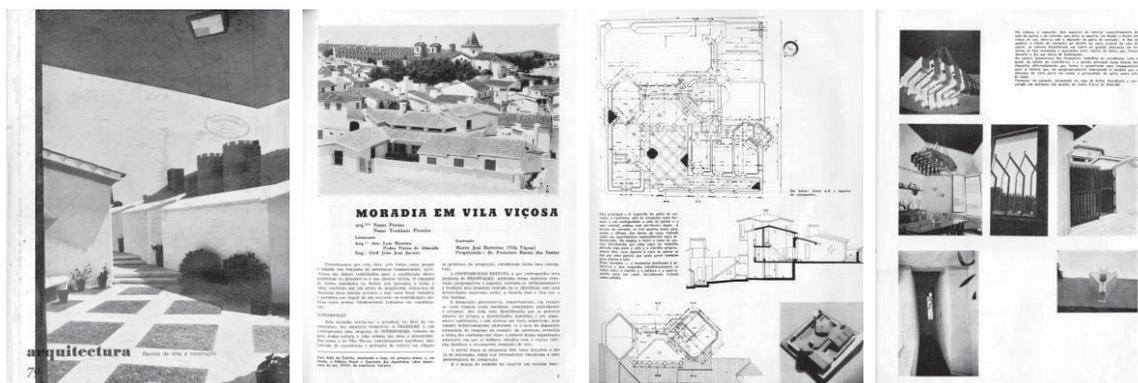
Na arquitectura e na crítica da nova geração havia uma procura permanente de “síntese”. E havia também uma vontade permanente de “integração”...

Nos textos de Nuno Portas e Luís Vassalo Rosa que servem de introdução à publicação da “Casa de Chá da Boa Nova” de Siza Vieira, apresentada no nº88 (Maio/Junho 1965),<sup>661</sup> cerca de dois anos depois da publicação da casa de Vila Viçosa, tornava-se bastante explícita a preocupação dos editores da revista com o risco da subjectividade se converter em a arbitrariedade.

<sup>659</sup> “O projecto visto pelos seus autores” (Página sem numeração)

<sup>660</sup> Página 4

<sup>661</sup> “Casa de Chá da Boa Nova” (de Álvaro Siza Vieira), revista “Arquitectura” nº88, Maio/Junho 1965, pp. 97-103 (“Comentário de Nuno Portas”, pp. 97-98, “Comentário de Luís Vassalo Rossa”, p. 99)



Revista “Arquitectura” nº 79, Julho 1963 (Capa, páginas 3, 5, 10) – “Moradia em Vila Viçosa”

Escreve Nuno Portas –

“É preciso dizer, no começo desta confrontação de impressões, que admito desde já a dificuldade de uma posição neutra ou rigorosamente independente acerca do trabalho de um companheiro de geração ... [...] E aqui eu devo confessar que a sintonização me conduz facilmente a certo entusiasmo, o que tem os seus riscos e pede um contraponto de mais objectividade ou pelo menos mais de fora, que creio poder esperar do Luis Rosa.”<sup>662</sup>

E Luís Vassalo Rossa –

“Já tinha completado a minha nota à Casa de Chá da Boa Nova quando recebi o texto de Nuno Portas; sugeria-me o abordar de problemas, de contraponto objectivo a uma adesão que Nuno Portas receia não «rigorosamente independente», por demasiado «sintonizada».”<sup>663</sup>

Mas, o “comentário” de Nuno Portas não era dominado pela subjectividade. Na raiz das suas interpretações estavam os princípios fundamentais sobre os quais se estava a construir o pensamento crítico da sua geração. A Casa de Chá da Boa Nova era analisada como um momento específico no percurso do seu autor, e era interpretada em função do seu significado histórico, a partir do conhecimento do debate internacional e da realidade portuguesa. E, independentemente da subjectividade própria da análise, era possível compreender onde, e como, se situavam o autor da obra e o autor da crítica. Com esse texto e com a confissão de Nuno Portas, ficava ainda mais nítido que eram esses os princípios chave que permitiam conduzir a aplicação dum pensamento crítico colectivo a um caso concreto.

“Parece-me importante pôr esta obra no seu sítio. Ao dizer isto, penso: dentro da série de obras do seu principal autor e penso igualmente, no conjunto das experiências dos arquitectos novos «por volta dos trinta anos». [...]

Falei em raiz «brutalista», que me parece importante na evolução de preocupações do Siza e que antes apenas encontro na estruturalidade das obras de Teotónio Pereira...”<sup>664</sup>

Nuno Portas interpretava a Casa de Chá da Boa Nova como uma obra singular no percurso do seu autor. Onde Siza Vieira fazia uma reflexão sobre algumas opções tomadas nas obras anteriores e preparava algumas das soluções que viria a adoptar nas obras seguintes.

<sup>662</sup> Nuno Portas, página 97

<sup>663</sup> Luís Vassalo Rosa, página 99

<sup>664</sup> Página 97

Cronologicamente, a Casa de Chá era posterior às três obras publicadas na revista “Arquitectura” quase cinco anos antes (nº68, 1960) – um conjunto de três moradias em Matosinhos, um Centro Paroquial, também em Matosinhos, e uma moradia na Avenida da Boavista – mas, depois da Casa de Chá, Siza Vieira já tinha já projectado outros edifícios importantes – o edifício da Cooperativa do Lordelo, a piscina de Leça, e algumas casas...

Para Nuno Portas, naquele projecto Siza Vieira esclarecia e aprofundava o significado que tinha dado ao espaço interior nas primeiras obras, e fazia um intervalo, uma pausa na adopção de um princípio “brutalista”, que já tinha adoptado no Centro Paroquial e que voltaria a estar presente na Piscina de Leça e na Cooperativa de Lordelo.

(1957/1967)

Sobretudo durante a primeira década da 3ª série da revista, foi possível concretizar o projecto editorial de construir um pensamento crítico que ajudasse a preencher o vazio deixado pela impossibilidade de continuar a aplicar as regras universalistas do Movimento Moderno. Esse projecto de construção dum pensamento crítico novo, foi conseguindo encontrar coerência entre a construção dum pensamento teórico, e a procura duma síntese na obra construída.

A coerência desse pensamento teórico era concretizada sobretudo pelo esforço da geração dos mais novos, nascidos na década de 1930, que era a maioria dos que colaboravam com a edição da revista. E a concretização dessa síntese difícil, na obra construída, era sobretudo uma conquista dos mais velhos, nascidos na década de 1920, pelo menos nesses primeiros dez anos da 3ª série.

Durante esse período, esse é o programa editorial da revista “Arquitectura”, mas é também a orientação dominante do debate arquitectónico em Portugal. E é essa coerência entre a construção dum pensamento teórico e a construção da obra de arquitectura que permite falar de uma “procura comum” e de “unidade cultural”.

Sobretudo durante essa primeira década, os editores da revista procuravam publicar obras dos autores dessas duas gerações. Obras de Manuel Tainha – o Teatro “A Ribalta” (nº75, Junho 1962), e a Escola Agro-Industrial de Grândola (nº86, Jan./Fev. 1965) ... Obras de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas – a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (nº76, Outubro 1962), e uma casa em Sesimbra (nº93, Maio/Junho 1966) ... A Escola do Cedro de Fernando Távora (nº85, Dezembro 1964), a casa em Albarraque, de Hestnes Ferreira (nº92, Mar./Abr. 1966) ... E, em 1967, o texto crítico de Pedro Vieira de Almeida, “Uma análise da obra de Siza Vieira”<sup>665</sup> (nº96, Mar./Abr. 1967).

E, durante esse período, um dos fundamentos cruciais dessa procura comum era a vontade de integrar aspectos da realidade e da arquitectura que estavam desligados culturalmente, e que os princípios do Movimento Moderno tinham contribuído para distinguir e separar. Nas obras e nos textos publicados na revista, nesse período, há quase sempre uma referência a essa vontade de integração. Hestnes Ferreira sublinha na casa de Ofir (nº59, Julho 1957) a importância dos sistemas construtivos modernos integrarem a construção tradicional. O edifício das Águas Livres (nº65, Junho 1959), era desenhado como uma “unidade de habitação” moderna, mas estava integrado na estrutura urbana da cidade tradicional. Um dos pontos de partida para o desenho da casa no Freixial (nº70, Março 1961) era a sua integração nas condições físicas do lugar.

---

<sup>665</sup> “Uma análise da obra de Siza Vieira”, Pedro Vieira de Almeida, revista “Arquitectura” nº96, Mar./Abr. 1967, pp. 64-67



Revista “Arquitectura” nº 88, Maio/Junho 1965 (Capa, página 102) – “Casa de Chá da Boa Nova”  
 Revista “Arquitectura” nº 92, Março/Abril 1966 (páginas 73, 75) – “Casa em Albarraque”

As qualidades espaciais do Mercado da Feira (nº71, Julho 1961) representavam uma forma de integração com um sentido mais amplo. Era um espaço que recusava a simplificação de ser um edifício, que integrava o seu programa no espaço urbano, e que integrava também uma consciência das pessoas a quem se destinava. Isto é, representava um pensamento sobre o seu uso real, que ultrapassava a racionalidade estritamente funcionalista. A casa de Vila Viçosa (nº79, Julho 1963) é descrita por Vassalo Rosa como um esforço de renovação da linguagem arquitectónica, que tomava como ponto de partida a arquitectura tradicional alentejana.

A vontade de integração era ampla e tomava muitos sentidos.

## 1964/1974 – O problema do método

(A sociologia da habitação / A obra aberta / Modelos de pensamento divergentes)

Em 1959, em “A responsabilidade de uma novíssima geração...” (nº66, Nov./Dez. 1959), quando procurava esclarecer de que forma se esperava que a revista “Arquitectura” pudesse contribuir para a construção dum pensamento crítico colectivo, Nuno Portas insiste na necessidade de rever alguns dos princípios funcionalistas do Movimento Moderno. E na necessidade de fazer evoluir a arquitectura moderna para a definição de um método. Evoluir dum estilo, ou de uma linguagem, para um modo de fazer e de pensar. Nesse momento, Nuno Portas declara o fim do mito do progresso e o fim da reacção ao progresso.

“Cremos por isto mesmo que a modernidade urbanística e arquitectónica não está já num dado vocabulário, mas que é possível e necessário defini-la *no plano da metodologia*, i.e., no modo de conexão do acto criador com os processos de conhecimento da realidade.

A integração no ambiente preexistente, natural ou histórico, deixa de aparecer como um capricho, sentida criticamente no conjunto das solicitações de uma dada realidade.

À mesma luz, a opção do processo construtivo aproveita de todo o progresso realizado no estudo das novas técnicas, como das tradicionais; uma vez destituído o mito do progresso, como o da reacção ao progresso, cada situação, cada caso, comanda livremente e livremente se traduz em formas espaciais.”<sup>666</sup>

Ao mesmo tempo que declarava a necessidade de integrar a arquitectura na sua realidade concreta, e a importância de definir um método que devia prevalecer sobre uma determinada linguagem, e que declarava o fim do mito do progresso, Nuno Portas, defendia que era possível, na prática, substituir esse mito do progresso, e essa linguagem excessivamente redutora do Estilo Internacional, pela experiência e pelo conhecimento das ciências humanas. Escreve o autor imediatamente a seguir.

“Mas, e sobretudo, a formação do espaço responderá a uma procura minuciosa das necessidades humanas, resolvendo no plano da forma as ambiguidades e as contradições das exigências pessoais e sociais – não de uma pessoa ou de uma classe teóricas ou futuras, mas ao contrário – e isto é que é novo – tomados na sua existência concreta, nos seus impasses e contradições – como têm vindo a ser pressentidos pelas ciências humanas (fenomenologia, psicologia, sociologia).”<sup>667</sup>

Com essas declarações, por um lado Nuno Portas afirmava que o conhecimento científico estava a substituir o mito do progresso – isto é, um pensamento de raiz ideológica, baseado na vontade de transformar a estrutura da cidade e da sociedade. Mas, por outro lado, é possível hoje perceber isso melhor, provavelmente o mito do progresso estava antes a ser substituído por um mito da “integração” – um pensamento de raiz não ideológica, baseado na vontade de integrar uma série de aspectos da realidade, independentes e algumas vezes conflituosos – a cidade histórica e a cidade moderna, a cidade e o campo, a cultura moderna e a cultura tradicional...

---

<sup>666</sup> “A responsabilidade de uma novíssima geração no Movimento Moderno em Portugal”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº66, Nov./Dez. de 1959, p. 14

<sup>667</sup> Página 14

(A sociologia da habitação)

Para Nuno Portas, o sentido prático, próprio da necessidade de resolver um problema concreto, sobrepenha-se à ideologia. E, ao longo de toda a década de 1960, e mesmo nas décadas seguintes, continuou a acreditar que devia ser a definição do método a dominar a concepção da arquitectura, e não a definição de uma linguagem. Já o defendia na revista “Arquitectura” desde o primeiro número da 3ª série, a propósito da obra de Carlo Scarpa<sup>668</sup> –

“Qual o significado deste método?”<sup>669</sup>

E, mais adiante –

“Por todos estes aspectos, o exemplo de Scarpa nos parece oportuno – não para servir de uma superficial imitação formal [...] mas para procurar antes a lição do seu método de criação...”<sup>670</sup>

No final da década de 1950 e no início da década seguinte, para os editores da 3ª série da revista, a necessidade de definir um método de projecto era ainda uma consequência da reacção à linguagem do Estilo Internacional. Mas, a partir do início da década de 60, com o crescimento descontrolado das cidades, e o agravamento do problema da falta de habitação, o debate sobre o problema do método na arquitectura ganhava um novo significado.

Nesse momento, sobretudo para Nuno Portas, a necessidade de definir um método passava a colocar-se também pela maior dimensão dos problemas que era preciso enfrentar. Passava a significar também uma “estratégia” para lidar com problemas da arquitectura e da cidade que não podiam ser solucionados num momento único, com um único gesto, e que se prolongavam no tempo... O problema do método passava a estar directamente relacionado com a definição de um sistema, mais ou menos complexo, programado para resolver problemas ao longo do tempo – um sistema aberto...

E a produção de um pensamento crítico sobre a definição desse método deixava de ser apenas uma forma de reagir ao Estilo Internacional, e passava a estar directamente relacionada com a necessidade de resolver os problemas da habitação e da cidade.

Na edição nº64, de Janeiro/Fevereiro de 1959, duas edições depois da publicação do Editorial “O Congresso” (nº62, Setembro 1958), a revista “Arquitectura” publica uma série de três artigos sobre casas em pátio, incluídos numa secção intitulada “Habitação social”.

Um artigo de Alzina Meneses, “Casas em pátio – vantagens desta solução habitacional”,<sup>671</sup> outro de Nuno Portas, “Conceito de casa em pátio como célula social”,<sup>672</sup> e o projecto de Adalberto Libera para o bairro de Tuscolano, em Roma, também com um texto de apresentação de Nuno Portas, “Uma realização exemplar – a unidade horizontal de Tuscolano (Roma)”.<sup>673</sup>

Alzina Meneses, sem pretensões excessivamente polémicas, explica simplesmente que o princípio de implantação de uma casa em pátio é o inverso de uma moradia convencional, concebida como um volume único, com uma localização mais ou menos central em relação ao lote, e envolvido por uma faixa de jardim em todo o seu perímetro. E procura demonstrar que a actualidade das casas em pátio se explicava

---

<sup>668</sup> “Carlo Scarpa, um arquitecto moderno em Veneza”, Nuno Portas, revista “Arquitectura nº59, Julho de 1957, pp. 23-29

<sup>669</sup> Página 25

<sup>670</sup> Página 28 (Excerto de uma citação do Capítulo 2)

<sup>671</sup> “Casas em pátio – vantagens desta solução habitacional”, Alzina Meneses, revista “Arquitectura”, nº64, Janeiro/Fevereiro 1959, pp. 30-31

<sup>672</sup> “Conceito de casa em pátio como célula social”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº64, Janeiro/Fevereiro 1959, pp. 32-34 (bibliografia pp. 59-60)

<sup>673</sup> “Uma realização exemplar – a unidade horizontal de Tuscolano (Roma)”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº64, Janeiro/Fevereiro 1959, pp. 35-37

também pela progressiva diminuição dos lotes de terreno disponíveis nas cidades para a construção de habitação.

Ao contrário da implantação de uma moradia convencional, numa casa-pátio, a habitação desenvolvia-se ao longo do perímetro do lote, deixando livre de ocupação o espaço central do terreno. E, para Alzina de Meneses, a dificuldade de construir naquele momento, na cidade, habitações unifamiliares em lotes com dimensões que favorecessem uma implantação central, que garantisse a existência de um perímetro livre minimamente equilibrado em relação às dimensões da casa, levava a tomar em consideração as vantagens da casa em pátio. E, sobretudo, a casa em pátio permitia um elevado índice de ocupação do terreno sem se transformar num absurdo – a possibilidade de criar um espaço exterior protegido, a possibilidade de distribuir as diferentes áreas da casa em função desse pátio, o isolamento em relação ao ruído e à agitação exterior, a facilidade de iluminação natural da casa e a qualidade da luz na exposição aos diferentes quadrantes...

Mas para Nuno Portas, a tipologia da “casa em pátio” tinha sobretudo um importante significado cultural, representava uma alternativa aos dois principais modelos de habitação divulgados pelo Movimento Moderno até ao final da segunda guerra mundial – a habitação unifamiliar, e a habitação colectiva vertical.

Em “Conceito de casa em pátio como célula social”, Nuno Portas defende que os melhores modelos de habitação produzidos pelo Movimento Moderno internacional se dividiam nessas duas formas de habitar extremas, e considera que a separação completa entre essas duas tipologias contribuiu para acentuar um preconceito ideológico que tornava conflituosas as noções de individual e colectivo.

Num extremo, situava-se a habitação unifamiliar construída sem grande preocupação com o espaço público, para um proprietário privilegiado, com bastantes recursos. No extremo oposto, situava-se a habitação colectiva, vertical, que tinha como principal modelo a “unidade de habitação”, concebida como uma resposta aos problemas da elevada concentração demográfica nas cidades, criada pela revolução industrial e pela deslocação das populações na procura de trabalho.

Mas naquele momento, Nuno Portas defende que é necessário fazer uma reavaliação da situação menos preconceituosa ideologicamente. Era necessário reconhecer que, pela singularidade de cada caso, os melhores exemplos de habitação unifamiliar tinham originado algumas das mais notáveis conquistas da concepção do espaço interior, doméstico, moderno.

E era necessário reconhecer também que alguns dos melhores exemplos de habitação colectiva se tinham convertido em edifícios repetitivos, sem a capacidade para responder às exigências mais elementares da vida quotidiana dos seus habitantes. Na tentativa de representar uma resposta eficaz às condições impostas pela civilização industrial, o desenho desses edifícios tinha sido submetido a princípios de modulação e pré-fabricação, que os tinha convertido em edifícios e conjuntos urbanos formalmente e funcionalmente monótonos.

“Justificou-se assim, com exclusivismo, o grande bloco, por causas urbanística um tanto precipitadas; assumiu-se o programa ultra-rudimentar [...] opondo-o com orgulho ao que foi simplesmente classificado como casa «burguesa» [...]. Assim, a maior contribuição do movimento moderno até à segunda guerra mundial, no campo da habitação social, foi a *célula em altura* (em antinomia de concepção com a casa unifamiliar) ...”<sup>674</sup>

Por isso, considerando os resultados a que tinha sido possível chegar com a aplicação desse modelo de habitação colectiva, Nuno Portas defende a organização da casa em pátio como uma alternativa plausível a essa divergência extrema entre a habitação unifamiliar, burguesa, e a habitação colectiva vertical, popular.

---

<sup>674</sup> Página 32

A casa em pátio permitia a privacidade do espaço interior familiar e o contacto directo com a natureza. Mas além disso, o seu agrupamento colectivo permitia garantir um nível de concentração próprio das cidades. Nuno Portas recorda que a estrutura urbana das cidades mediterrânicas árabes era definida por essa forma de organização da casa. E recorda que, naquele momento, era também um tipo de organização experimentado nos países nórdicos. Porque além da sua adequação ao clima mediterrânico, a associação colectiva dessas casas em pátio favorecia a criação de relações sociais entre os habitantes, e reforçava o sentido de comunidade.

Nas páginas seguintes, a revista publica o projecto de Adalberto Libera para uma área do bairro de Tuscolano, em Roma. Um conjunto residencial quase exclusivamente formado por casas em pátio, e que o próprio Libera insistia em chamar “unidade de habitação”.

No texto de apresentação desse projecto, Nuno Portas explica que a dimensão encontrada por Libera para aquele conjunto – entre 800 e 1000 habitantes – tinha sido estabelecida pela comparação entre casos de estudo comparáveis, de modo a encontrar um equilíbrio entre a dimensão individual e a dimensão social, e de modo a permitir a formação de uma comunidade.

Daquilo que tornava o projecto de Libera “uma realização exemplar”, Nuno Portas sublinha a solução adoptada para a organização das casas-pátio – em “L” – que permitia uma diferenciação equilibrada entre as áreas de uso comum, diurno, e os quartos, de uso individual e nocturno.

Além disso, o modo associar as casas tinha tomado em consideração a necessidade de estabelecer níveis intermédios, de transição, entre o espaço totalmente privado e o espaço totalmente colectivo.

Era um conjunto habitacional fechado para o exterior em todo o perímetro, e a entrada fazia-se por um único acesso. Um edifício em pórtico onde estavam instalados uma série de serviços comunitários – Escola Primária, infantário, lojas, uma paragem de autocarro do lado exterior... A partir dessa entrada chegava-se a um pátio central comum, onde iniciavam todas as “ruas-corredor” que davam acesso às casas. Aquele sistema de distribuição era descrito com entusiasmo por Nuno Portas, e não havia receio de usar a expressão “rua-corredor”, porque esses espaços intermédios garantiam a possibilidade de relacionamento social entre vizinhos, mas não o impunham.

No final desse ano, 1959, Nuno Portas apresenta na Escola de Belas Artes do Porto o “Concurso para Obtenção do Diploma em Arquitectura” (CODA).<sup>675</sup> O CODA apresentado por Nuno Portas na ESBAP era um trabalho teórico, de investigação sobre habitação social e sobre sociologia da habitação, intitulado – “A habitação social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura”.<sup>676</sup>

Nesse trabalho, Nuno Portas dirige a sua investigação para a procura de um método que ajudasse a enfrentar os problemas da habitação, e procura nas ciências sociais algumas das respostas que faltavam, naquele momento, dentro dos limites estritos da prática e da teoria da arquitectura.

O trabalho de Nuno Portas não era exclusivamente analítico. Além de uma análise exhaustiva de casos de estudo relevantes, que registava e arquivava em fichas de projectos, e além de uma bibliografia bastante completa sobre o tema, Nuno Portas apresentava também um projecto para “conjunto habitacional” destinado a uma comunidade mineira em S. Pedro da Cova.<sup>677</sup>

---

<sup>675</sup> O CODA de Nuno Portas foi apresentado na ESBAP apesar de todo o seu currículo académico anterior, no curso de Arquitectura, ter sido cumprido na ESBA de Lisboa. De acordo com declarações do próprio Nuno Portas, essa decisão explica-se pela impossibilidade de apresentar, nesse momento em Lisboa, um trabalho de investigação de carácter teórico. Nesse momento, na ESBAL, o CODA devia ser um projecto de Arquitectura.

Na edição consultada o texto de apresentação, assinado por Nuno Portas tem a data de Dezembro de 1959.

<sup>676</sup> De acordo com a edição da FAUP, em 2004.

<sup>677</sup> “O trabalho, na versão original, [...] organizava-se em três volumes: texto, esquemas e gráficos; bibliografia e fichas de cerca de duzentos casos de estudo; projecto ensaio sobre um conjunto habitacional para uma comunidade mineira em S. Pedro da Cova.” (Nota editorial, na página 7)

Na segunda parte do texto apresentado, intitulada “A concepção da habitação”<sup>678</sup> – a parte principal do texto, e a mais extensa – depois de fazer o “Esboço de uma história do Movimento Moderno da casa”, todos os textos seguintes se destinam à construção das “Bases de uma Teoria da habitação”.<sup>679</sup>

O trabalho de Nuno Portas não era, portanto, exclusivamente analítico, mas na realidade, o método adoptado baseava-se sobretudo na análise persistente do maior número possível dos aspectos em que era possível dividir o problema, e propunha integrar nessa análise outras áreas do conhecimento exteriores à Arquitectura, sobretudo as ciências sociais.

Pelas fichas arquivadas por Nuno Portas,<sup>680</sup> é possível perceber que quase todos os casos analisados são importantes edifícios modernos, obras de alguns dos arquitectos mais notáveis do século XX. E nessa análise, Nuno Portas não procura uma perspectiva excessivamente crítica, procura aprender uma lição. Os casos analisados são edifícios de arquitectos das três gerações do Movimento Moderno internacional – Frank Lloyd Wright, Le Corbusier, incluindo a unidade de habitação, Mies van der Rohe, Walter Gropius, Alvar Aalto, Hans Scharoun, Richard Neutra... edifícios de Jose Antonio Coderch, e Saenz de Oíza... dos ingleses Alison e Peter Smithson, James Stirling, Denys Lasdun e Lindsay Drake ... muitos edifícios de arquitectos italianos, Giuseppe Pagano, Ignazio Gardella, Franco Albini, Giuseppe Samonà, Ernesto Nathan Rogers, Adalberto Libera, Federico Gorio, Carlo Aymonino, Ludovico Quaroni, Mario Ridolfi... Mas, apesar desse reconhecimento pela notabilidade daquelas obras, o método proposto para a construção das “Bases de uma Teoria da habitação” incluía recolher informação através de inquéritos feitos à população a quem se destinavam os edifícios. E para interpretar essa informação recorria à experiência das ciências sociais. Isso mesmo é declarado por Nuno Portas quando procura explicar o método que propõe.<sup>681</sup>

“Visa o nosso estudo, como apontámos na introdução, a ilustrar um método de análise e concepção da habitação a um nível simultaneamente mais realista e mais progressivo. O que implica como condição «sinequanon», que se conheçam os moradores não só no modelo teórico mas na sua existência real: experiência anterior, necessidades potencialidades; e o processo é apenas um: a observação metódica. Estamos, assim, perante o ramo da sociologia aplicada que se centra sobre as relações entre a casa e os comportamentos, o qual pode traduzir-se em dois ramos distintos: o primeiro, análise sociológica de habitats existentes e suas consequências; o segundo, investigação normativa sobre o que o habitat deveria ser para assegurar determinado standard de vida.”<sup>682</sup>

Nesse texto – “Direcções metodológicas de uma sociologia aplicada ao habitat”, o último da primeira parte, que antecedia a segunda parte “A concepção da habitação” – Nuno Portas defende a importância da “sociologia aplicada”, que se teria generalizado primeiro no Reino Unido, nos Estados Unidos e nos países nórdico, depois também em França, e depois também em Itália...

“Os estudos britânicos de Orlans, Madge, Ruth Glass, Chappman, fizeram-se em torno da noção de «neighbourhood», seu dimensionamento, subgrupos, relações viciniais e permeabilidade social. Os sociólogos norte-americanos encaminharam os seus estudos também para o sector da comunidade (a casa propriamente dita revela já um alto nível de habitabilidade e realismo não conhecido na Europa). Mumford, Sven Riemer, Kennedy estão neste caso. [...]

Os sociólogos nórdicos, como Holm, Anonsen, Myrdal, mas sobretudo Odd Brochman, interessam-se já pela casa propriamente dita. [...]

<sup>678</sup> A primeira parte intitulava-se “O sujeito da habitação – A família”

<sup>679</sup> “Bases de uma Teoria da Habitação”, páginas 78-175

<sup>680</sup> Publicadas pela edição da FAUP no volume II

<sup>681</sup> Em “Direcções metodológicas de uma sociologia aplicada ao habitat”, páginas 40-47.

<sup>682</sup> “A habitação social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura”, Nuno Portas, edição FAUP, 2004 (1ª Edição do autor, 1959), volume I, p. 41

O grupo francês, que Paul Chombart de Lauwe e P. Couvreur orientam no CNRS, apresenta um conjunto de estudos praticamente completos e sistemáticos, geograficamente programados, dentro do mesmo caminho de Brochman.” (pp. 41-42)

Alguns meses depois, na edição nº68 (Julho 1960), a revista “Arquitectura” publica um artigo de Paul Chombart de Lauwe – “Sociologia da habitação – métodos e perspectivas de investigação”<sup>683</sup> – e na edição seguinte, no nº69 (Novembro/Dezembro 1960), Nuno Portas publica “Considerações sobre o organismo distributivo das habitações”,<sup>684</sup> onde analisa a importância dos espaços comuns, de circulação, em edifícios de habitação colectiva de grandes dimensões.

Nuno Portas divide a análise dessa distribuição dos acessos em dois grupos, os elementos de distribuição vertical – colunas de escada e elevadores – e os elementos de distribuição horizontal – as “galerias”.

Esses elementos tinham um valor simbólico importante, porque representavam aquilo que era comum ao conjunto das famílias que habitava um edifício. E em todos os exemplos citados por Nuno Portas, a esses elementos arquitectónicos estruturais estava sempre associada uma atenta qualificação espacial. E sobre esses espaços incidia uma grande parte dos estudos e inquéritos realizados pelos sociólogos da habitação porque aí, onde se fazia a distribuição dos acessos às habitações, decidia-se o sucesso ou o fracasso da relação entre o espaço público e o espaço privado.

Esse número 69 da revista “Arquitectura”, foi editado com o título “Habitação e urbanismo”, e além do artigo de Nuno Portas, nessa edição Carlos Duarte publicou “Elementos sociológicos do «habitat» urbano”,<sup>685</sup> e Bartolomeu Costa Cabral com Nuno Portas, publicam um extenso artigo que documentava o programa de construção de habitação social, que estava a ser desenvolvido pela Câmara Municipal do Porto desde 1956<sup>686</sup> – “O novo conjunto habitacional da Pasteleira – Notas em torno das realizações portuenses”<sup>687</sup>.

O artigo “Considerações sobre o organismo distributivo das habitações”, publicado nessa edição, no final de 1960, era uma transcrição, com ligeiras adaptações, de um excerto de um texto do CODA que Nuno Portas tinha apresentado no ano anterior. O artigo publicado na revista “Arquitectura” foi extraído de um capítulo que tinha como título principal “A concepção da forma de agrupamento”, e como segundo título – “Quanto aos órgãos de acesso e distribuição como espaços de relação” – incluído na sua proposta para as “Bases de uma Teoria da habitação”.<sup>688</sup>

Na estrutura do texto dessas “Bases de uma teoria da habitação” havia duas partes principais. Uma onde se analisavam os aspectos específicos do interior da habitação, intitulada “A organização interna da célula familiar”, e outra parte onde se analisava o modo como a associação dessas unidades individuais se traduzia em diferentes tipos de edifício, e em diferentes desenhos urbanos.

Através dessa estrutura do texto, tornavam-se também explícitas as duas implicações extremas que tinha o problema da habitação para o debate arquitectónico em Portugal, naquele momento. E que haveriam de continuar a dominar esse debate durante mais de uma década. Por um lado, o problema do alojamento, e por outro lado, o problema do desenho da cidade contemporânea. O debate sobre o problema da habitação tocava nos dois extremos do mais amplo debate cultural da arquitectura. E além disso, trazia para o interior desse debate a experiência, e a interferência, das ciências sociais.

---

<sup>683</sup> “Sociologia da habitação – métodos e perspectivas de investigação”, Paul Chombart de Lauwe, revista “Arquitectura” nº68, Julho 1960, pp. 41-50

<sup>684</sup> “Considerações sobre o organismo distributivo das habitações”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº69, Novembro/Dezembro 1960, pp. 48-52

<sup>685</sup> “Elementos sociológicos do «Habitat» urbano”, Carlos Duarte, revista “Arquitectura” nº69, Novembro/Dezembro 1960, pp. 17-30

<sup>686</sup> Que previa a construção de 6 000 habitações ao longo de 10 anos

<sup>687</sup> “O novo conjunto habitacional da Pasteleira – Notas em torno das realizações portuenses”, Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº69, Novembro/Dezembro 1960, pp. 31-47

<sup>688</sup> Páginas 113-124, da edição da FAUP, de 2004. (“A concepção da forma de agrupamento” / “Quanto aos órgãos de acesso e distribuição como espaços de relação”)

(A obra aberta)

No Encontro de Royaumont, em 1962, organizado como uma continuação do Congresso CIAM de 1959, em Otterlo, o debate foi dominado pelos problemas das infra-estruturas urbanas e da concentração urbana. Jaap Bakema apresentou o projecto para a Universidade de Bochum, um extenso complexo concebido como um edifício único, George Candilis e Shadrach Woods apresentaram os planos para Toulouse e Bilbao, Giancarlo De Carlo um plano de desenvolvimento para a periferia de Milão, e os Smithson estudos para Cambridge, Londres e Berlim.<sup>689</sup>

Essas apresentações colocavam no centro do debate o problema da dimensão do crescimento das cidades, e levantavam a dúvida sobre a possibilidade desses planos preverem todas as adaptações e modificações que seriam necessárias ao longo da sua execução.

Nesse ano, na primeira edição da secção “Arquitectura no mundo”<sup>690</sup>, no nº76 (Outubro 1962), a revista “Arquitectura” publica o “Concurso para uma cidade de 100 000 habitantes em Toulouse Le Mirail”,<sup>691</sup> de Candilis e Woods, que é a imagem da capa dessa edição.

Pelas imagens que documentam o plano e pelo texto dos editores da revista, é possível perceber que as preocupações de Candilis e Woods se concentravam essencialmente em três princípios fundamentais – garantir a existência de espaços verdes em contacto directo com os edifícios propostos, aprofundar a fórmula moderna da separação entre redes de circulação para veículos e de circulação para pessoas, e procurar uma grande densidade de construção e de vida urbana.

Mas para além dessas preocupações fundamentais, os autores do plano descreviam o projecto para Le Mirail como a definição de uma estrutura urbana permanente, susceptível de ser adaptada às condições concretas da sua realização de cada uma das fases. O projecto para Toulouse–le–Mirail devia ser encarado como uma construção ao longo do tempo, um projecto em aberto, e não como uma forma acabada, ou um projecto fechado.

“Dizem os autores do projecto:

A experiência demonstra que os planos de grandes conjuntos, por bons que sejam, executados por escalões no tempo, por equipas diversas e sujeitas a vicissitudes várias, deformam-se fatalmente e perdem muitas vezes o seu espírito original.

A solução adaptada para Toulouse – Le Mirail teve por objectivo criar antes de tudo a ossatura urbana permanente susceptível de se adaptar às diferentes condições de uma realização por etapas.”<sup>692</sup>

Na edição seguinte, nº77 (Janeiro 1963), a revista publica um artigo de George Candilis que ajudava a compreender como os problemas da habitação e do crescimento das cidades tinham atingido, naquele momento, uma dimensão que ultrapassava todas as experiências anteriores do urbanismo moderno, mesmo durante a primeira metade do século XX – “Problemas de hoje”.<sup>693</sup>

Nesse texto, assim como Jane Jacobs, em “The death and life of great American cities”<sup>694</sup> (1961), George Candilis atribui às más soluções do urbanismo moderno a responsabilidade pelos problemas urbanísticos mundiais que enfrentavam as grandes cidades, mais de 15 anos depois do final da segunda guerra

---

<sup>689</sup> “Team 10 – 1953-81. In search of a Utopia of the present”, editores Max Risselada e Dirk van den Heuvel, NAI Publishers, Roterdão 2005. Catálogo da Exposição “Team 10 – A Utopia of the Present” realizada no “Netherlands Architecture Institute” (NAi)

<sup>690</sup> “Arquitectura no Mundo” (primeira edição), revista “Arquitectura” nº76, Outubro 1962, pp. 39-46, 53 (Tema analisado no Capítulo 2)

<sup>691</sup> “Concurso para uma cidade de 100 000 habitantes em Toulouse Le Mirail” (projecto de Candilis e Woods), pp. 45-46, 53

<sup>692</sup> Página 46

<sup>693</sup> “Problemas de hoje”, George Candilis, revista “Arquitectura” nº77, Janeiro 1963, pp. 2-5

<sup>694</sup> “Vida e morte de grandes cidades” na tradução para português, publicada em 2000 pela editora Martins Fontes.

mundial. E divide o problema da habitação, e o problema do crescimento das cidades, em dois períodos fundamentais – a primeira metade do século XX, e o momento actual, o pós-guerra.

Ao fenómeno urbano e social que tinha caracterizado o progresso das cidades durante a primeira metade do século XX, Candilis chama “o problema do número”. Mas naquele momento, tendo em conta a verdadeira escala de progresso das sociedades contemporâneas mundiais, Candilis considerava que se estava a enfrentar um problema novo, “o problema do maior número”.

George Candilis associa o “problema do número” ao urbanismo moderno. Um problema que podia ser interpretado como uma consequência da revolução industrial, do crescimento da população mundial, e da concentração dessa população nos centros urbanos industriais. Mas aquilo que Candilis descreve como “o problema do maior número” tinha uma explicação diferente. Tinha uma dimensão global. Definia-se também por uma dimensão de grandeza, porque o crescimento das cidades e o desenvolvimento das sociedades era bastante maior do que tinha sido depois da revolução industrial, mas não era apenas isso. Referia-se ao início de uma consciência global da Humanidade.

É essa necessidade de encontrar um sistema que permita lidar com a maior dimensão dos problemas que passa a dominar as preocupações de Nuno Portas, sobretudo a partir desse momento, em 1963, quando passa a dedicar mais tempo às investigações que desenvolvia no LNEC. Para Nuno Portas, os problemas da habitação e da periferia das cidades eram problemas quantificáveis e era possível resolvê-los sem tomar obrigatoriamente como ponto de partida uma orientação ideológica. Era possível substituir um ponto de partida ideológico por um método racional, matemático. E é essa fórmula que procura encontrar. Em “Desenho e apropriação do espaço da habitação”,<sup>695</sup> texto de uma comunicação apresentada em Estocolmo em 1967,<sup>696</sup> e publicado na revista “Arquitectura” no ano seguinte (nº103, Maio/Junho 1968), Nuno Portas explica a necessidade de aprofundar alguns métodos de investigação puramente analítica, e explica de que modo espera que a experiência das ciências sociais possa contribuir para essa investigação.

“A experiência portuguesa no domínio da sociologia aplicada ao habitar é muito reduzida. A ausência de estudos ao nível da ciência fundamental e aplicada, nomeadamente sobre as estruturas e evolução da sociedade portuguesa, constitui uma dificuldade para toda a interpretação sociológica da informação recolhida nos inquéritos realizados nos últimos anos, tendo por objectivo a programação das novas habitações e equipamentos colectivos.

O inquérito experimental realizado em 1963 pelo LNEC sobre duas amostragens bastante reduzidas de alguns bairros de «habitação social» mais ou menos recentes [...] constitui a primeira tentativa neste domínio [...]. O mesmo organismo de investigação (LNEC), prepara agora um inquérito mais vasto, tanto pelos objectivos – abre-se sobre a vida do bairro – como pelo rigor metodológico do plano de análise previsto e da amostragem.”<sup>697</sup>

Cerca de um ano antes da publicação desse artigo, na edição nº95 (Janeiro/Fevereiro 1967), a revista tinha sido publicado um texto de Christopher Alexander, “Uma cidade não é uma árvore”,<sup>698</sup> publicado originalmente na revista “Architectural Forum”, na edição de Abril/Maio de 1965.

Christopher Alexander era formado em Arquitectura e Matemática pelo Trinity College de Cambridge, doutorado em Arquitectura pela Universidade de Harvard, e era professor no College of Environmental Design da Universidade da Califórnia,<sup>699</sup> e tinha estado presente no Encontro de Royaumont, em 1962.<sup>700</sup>

---

<sup>695</sup> “Desenho e apropriação do espaço da habitação”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº103, Maio/Junho 1968, pp. 124-128

<sup>696</sup> “Comunicação apresentada no simpósio da Comissão W 45 do Conseil International du Bâtiment, em Outubro de 1967 em Estocolmo... [...] O texto constitui uma síntese parcelar [...] do Relatório de Apuramento do Inquérito-piloto sobre utilização do espaço da habitação (1967) sobre uma inquirição levada a efeito pelo LNEC em 1963...” (Página 124)

<sup>697</sup> Página 124

<sup>698</sup> “Uma cidade não é uma árvore”, Christopher Alexander, revista “Arquitectura” nº95, Janeiro/Fevereiro 1967, pp. 23-29 (Texto de apresentação de Carlos Duarte, p. 22)

No texto de apresentação desse artigo de Christopher Alexander, Carlos Duarte recorda que as mudanças culturais e científicas dos vinte anos anteriores, depois da segunda guerra mundial, tinham alterado profundamente o território das cidades, o modo de pensar e “a própria natureza dos problemas”. Mas considera que essas mudanças, culturais e científicas, ainda não se tinham reflectido suficientemente no modo de enfrentar os problemas das cidades.

Nesse texto de apresentação, Carlos Duarte explica que o pensamento “em árvore”, a que se refere Christopher Alexander, representa um sistema de pensamento fechado. Mas a cidade contemporânea, submetida a transformações permanentes, devia ser reconhecida como um sistema aberto.

“Certo é que muita gente teima em não ver a realidade da revolução científica, técnica e estética dos últimos vinte anos, que tornou inoperantes os esquemas de conhecimento herdados do passado. Essa revolução não modificou apenas o mundo físico em que vivemos mas alargou o nosso horizonte de entendimento e a própria natureza dos problemas. [...]

À inércia e rigidez próprias dos sistemas fechados (em árvore), se opõe o entendimento de um método operacional, dialéctico, justificado e alimentado pela lógica dinâmica do contraditório, que implica entre outras coisas, a revisão do pensamento lógico dominante e a recusa das noções tradicionais de continuidade e causalidade.”<sup>701</sup>

Carlos Duarte compara a o interesse do texto de Christopher Alexander ao livro de Jane Jacobs, “The death and life of great American cities”, porque ambos os autores reagiam aos vícios do urbanismo convencional dos últimos 50 anos. Jane Jacobs procurava demonstrar que o pensamento do urbanismo moderno entrava em conflito com o senso comum dos cidadão que habitavam as cidades, e Christopher Alexander procurava demonstrar que esse urbanismo tinha na sua raiz um sistema de pensamento fechado, que era contrário à vida e ao crescimento dessas cidades.

Para Carlos Duarte, o pensamento urbanístico moderno, desde o início do século XX, desde Ebenezer Howard, Le Corbusier ou Frank Lloyd Wright, procurava essencialmente encontrar uma forma estável de organizar as cidades. Mas naquele momento, a transformação acelerada dessas cidades obrigava a encarar o seu planeamento como um sistema aberto, uma obra sempre inacabada. E, tal como Nuno Portas, Carlos Duarte também admitia que havia um conflito entre as motivações ideológicas convencionais e esse novo modelo de pensamento necessário.

“Quando as noções de movimento e transformação substituem o circuito fechado das ideologias tudo é posto em causa e a arquitectura e a arte de fazer cidades não são excepções; ou melhor, elas são particularmente atingidas, porque desde sempre foram o retrato fiel de momentos culturais estabilizados.”<sup>702</sup>

As propostas de Christopher Alexander contribuíam para a definição de um método permeável a alterações em qualquer momento do processo, que permitia incluir variáveis que podiam ser constantemente actualizadas e corrigidas. Isso permitia também incluir nesse processo a participação dos cidadãos, ao contrário de um sistema fechado, e de um método que conduz a uma forma final, acabada. Por isso os estudos de Christopher Alexander faziam parte da bibliografia fixa das investigações dirigidas por Nuno Portas no LNEC, sobretudo a partir do início da segunda metade da década de 1960. Mas o caminho que tomavam essas investigações representava uma divergência em relação ao modelo de pensamento que a sua geração tinha estado a construir desde o início da 3ª série da revista “Arquitectura”. Um modelo de pensamento que partia de um objecto concreto, e procurava compreendê-lo dentro de uma realidade concreta.

---

<sup>699</sup> Revista “Arquitectura” n°95, Janeiro/Fevereiro 1967, página 22

<sup>700</sup> “Team 10 – 1953-81. In search of a Utopia of the present”, página 99

<sup>701</sup> Carlos Duarte, página 22

<sup>702</sup> Carlos Duarte, página 22

A compreensão dessa realidade não representava uma regra que pudesse ser aplicada directamente numa situação diferente. Representava apenas uma forma de conhecimento, e a partir desse conhecimento se haveriam de construir outros objectos concretos, no futuro. O caminho que tomavam as investigações desenvolvidas por Nuno Portas representava a adopção de um modelo de pensamento que procurava lidar com a imprevisibilidade. E procurava conter essa imprevisibilidade dentro de um determinado número de parâmetros que pudessem ser avaliados permanentemente, e que pudessem ser controlados. Até ao final da década de 1960, e durante a primeira metade da década seguinte, essa possibilidade teórica fazia parte do debate, e havia uma consciência generalizada de que a maior dimensão dos problemas anteriores tinha transformado a natureza desses problemas. Mas esse modelo de pensamento nunca se impôs verdadeiramente.

#### (Modelos de pensamento divergentes)

Depois do início da 3ª série da revista, a reacção aos excessos de dogmatismo e à simplificação redutora dos princípios funcionalistas do Movimento Moderno, dominante no debate arquitectónico em Portugal, tinha permitido ainda durante quase uma década uma certa unidade cultural, e tinha permitido acreditar na construção dum pensamento crítico colectivo.

Mesmo uma certa divergência entre os modelos que era possível reconhecer pela leitura de Bruno Zevi e os modelos que dominavam a actualidade do debate internacional, não representou imediatamente o fim dessa construção colectiva, e dessa unidade de pensamento. Porque, embora divergentes, era possível encontrar entre eles um pensamento coerente, e um espírito comum. Mas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1960, deixava de ser possível continuar a encarar essas diferenças apenas superficialmente. Porque esses modelos eram demasiado divergentes na sua raiz cultural.

A existência de uma linha de pensamento coerente entre a obra de Alvar Aalto, de Jose Antonio Coderch, e Louis Kahn, ou entre o “empirismo” nórdico, e o “realismo” italiano e Catalão, não podia esconder essas diferenças profundas. E era inevitável que a aceitação de um modelo implicasse o abandono dos outros. Implicava divergência e ruptura.

Essa divergência entre modelos possíveis não foi um obstáculo na primeira metade da década de 60, mas começava a representar a impossibilidade de construir uma verdadeira unidade cultural, e um pensamento crítico comum

A partir do final dos anos 60, é possível encontrar no debate arquitectónico em Portugal alguns vestígios da procura de continuidade cultural que tinha mobilizado a 3ª geração da arquitectura moderna portuguesa no início da 3ª série da revista “Arquitectura”, mas são apenas vestígios. E era difícil encontrar nos modelos divulgados pelo debate internacional uma possibilidade de síntese, ou um método comum de interpretação da realidade complexa.

Além disso, a maior dimensão dos problemas da habitação e da cidade acentuava uma fractura entre os que acreditavam que era possível considerar o projecto de arquitectura como um sistema aberto, que podia ser permanentemente adaptado às necessidades de cada momento, e os que acreditavam que esse não era o verdadeiro espírito da obra de arquitectura.

Considerar o projecto de arquitectura um sistema aberto significava recorrer à experiência das ciências humanas e ao conhecimento das ciências exactas, e significava dispensar uma motivação ideológica no modo de enfrentar os problemas da arquitectura e da cidade. Mas quem acreditava que a obra de arquitectura era uma obra fechada, continuava a defender que não era possível abdicar duma orientação ideológica como ponto de partida, e que só a partir dessa orientação era possível construir um pensamento crítico próprio e autónomo – próprio da arquitectura e autónomo das ciências sociais.

De qualquer forma, durante os últimos dez anos da 3ª série da revista, esse debate sobre a natureza do método de criação da obra de arquitectura não foi sempre muito lúcido, nem muito esclarecido. Os mais

radicais da geração anterior, a 2ª geração da arquitectura moderna portuguesa, estavam afastados do debate, e os mais radicais da nova geração também não demonstravam ter um programa ideológico perfeitamente definido, para enfrentar os principais problemas e a transformação da sociedade contemporânea. Nesse momento radicalizou-se a discussão sobre a prática profissional.

Mas, apesar disso, havia um consenso generalizado sobre a identificação dos problemas principais. E parecia não existir uma verdadeira consciência, de que a interferência das ciências sociais e das ciências exactas estava a esvaziar de motivação ideológica, algumas das causas fundamentais do debate arquitectónico em Portugal. Essa consciência parece tornar-se mais nítida só na segunda metade da década de 70, porque, nesse momento, a luta pelo direito à habitação e o direito à cidade continuavam a ser temas consensuais no debate.

## 1979/1984 – “Arquitectura”, 4ª Série

(O regresso da revista / “Depois do Modernismo” / Depois da revista “Arquitectura”)

Em 1979, depois de uma interrupção de quase cinco anos, volta a publicar-se a revista “Arquitectura” com a designação de 4ª série. Mas, pela maneira como se manifestaram as primeiras reacções ao regresso da revista, tornou-se imediatamente evidente que seus editores teriam que enfrentar alguns obstáculos para conseguir conquistar o reconhecimento que a revista tinha tido na série anterior. E seria difícil recuperar o protagonismo que a revista tinha tido no debate, e a sua importância cultural.

No primeiro Editorial, publicado no primeiro número dessa 4ª série da revista (nº132, Fevereiro/Março 1979), embora os seus editores mantenham o compromisso de promover o debate e a crítica, e de divulgar a arquitectura contemporânea, procuram também explicar que a revista terá uma orientação diferente em relação à série anterior, porque as circunstâncias também são diferentes.

O país tinha passado a viver em democracia, e tinha havido profundas alterações na estrutura da sociedade portuguesa – um acentuado crescimento do número de estudantes de arquitectura, um agravamento dos problemas da habitação e do crescimento das cidades, e uma degradação evidente do património arquitectónico.

### (O regresso da revista)

Nessa primeira edição, a publicação duma entrevista<sup>703</sup> provoca a reacção de um grupo de vinte arquitectos do Porto, que dirige uma carta à redacção da revista “Arquitectura” onde aponta uma série de incorrecções nas declarações da figura entrevistada, e acusa a direcção da revista de as divulgar sem ter o cuidado de as esclarecer.<sup>704</sup> Nessa carta o grupo do Porto expressa a sua preocupação pela forma como a revista estava a iniciar o novo ciclo, que provava na prática, estar em contradição com os objectivos anunciados no Editorial de abertura da 4ª série.

No segundo número, os editores da revista publicam essa carta, e a sua resposta ao grupo do Porto. Escrevem os arquitectos do Porto –

“Pela nossa parte interessa-nos A., como veículo de reflexão dos problemas disciplinares, incluindo todos os aspectos que os envolvem, e de construção de um suporte teórico no plano da arquitectura, e não como veículo de promoção pessoal – partidária ou de propaganda de programas de partido – vocação que nos foi dito não ser a desta revista.”<sup>705</sup>

---

<sup>703</sup> A revista publica uma entrevista com o arquitecto José Gomes Fernandes, que tinha sido Secretário de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente do 2º Governo Constitucional, depois de Abril de 1974.

<sup>704</sup> “Uma carta e a nossa resposta”, revista “Arquitectura” nº133, Abril/Maio 1979, p. 66

(Carta assinada por – Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza, António Corte-Real, Bernardo Ferrão, Camilo Cortesão, Domingos Tavares, Eduardo Souto Moura, Francisco Barata, Jorge Gigante, José Manuel Soares, José Miranda, Luís Casal, Maria Manuel Sambade, Manuel Correia Fernandes, Nuno Ribeiro Lopes, Pedro Ramalho, Rolando Torgo, e Sérgio Fernandez)

<sup>705</sup> “Uma carta e a nossa resposta”, p. 66

Na terceira edição, um Editorial<sup>706</sup> assinado por toda a Comissão Directiva<sup>707</sup> procura esclarecer melhor alguns leitores, que tinham considerado insuficientes as explicações dadas até esse momento sobre os objectivos da revista.

Nesse momento a Comissão Directiva da revista era formada por José Ressano Garcia Lamas, que foi seu director durante toda a 4ª Série, por Carlos Duarte e José Manuel Fernandes, que também integraram essa comissão até ao final da 4ª série, e por Pedro Vieira de Almeida, que iniciou essas funções nesse número.<sup>708</sup>

No final desse ano de 1979, cinco professores do curso de arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP) apresentaram-se à prestação de provas para obtenção do título de professor agregado – Alexandre Alves Costa, Cristiano Moreira, Domingos Tavares, Manuel Correia Fernandes, e Pedro Ramalho. Quando as provas se realizaram, no final de 1979 e início de 1980, tinha sido criada recentemente a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), e o curso de arquitectura atravessava um período de transição, porque iria deixar de estar integrado na Escola de Belas Artes, e passaria a integrar o ensino universitário.

Essa mudança de estatuto provocava sentimentos contraditórios entre os professores do curso de arquitectura. Se, por um lado, a possibilidade de fortalecer as relações com outras disciplinas do ensino humanístico criava uma certa expectativa, por outro lado, o afastamento da tradição do ensino artístico também provocava uma certa desconfiança.

E, considerando algumas das experiências que tinham dominado o debate arquitectónico, nacional e internacional, a partir da segunda metade da década de 60 – sobre os métodos e os limites do território da arquitectura – havia um certo risco desse ensino e da prática da arquitectura se desviarem da sua raiz artística.

Essas experiências, que procuravam integrar na arquitectura os métodos das ciências sociais e das ciências exactas, prometiam fornecer fórmulas eficazes de cálculo para ajudar a resolver problemas de funcionamento e de forma, de edifícios e de cidades. E, portanto, ameaçavam um modelo de criação arquitectónica que tinha sido até aí conduzido pelo desenho.

Nesse momento, os cinco professores da ESBAP candidatos ao título de professor agregado concordaram que os textos das suas dissertações deveriam ter um objectivo comum e ser, cada um, uma interpretação crítica das suas experiências profissionais e pedagógicas. E, portanto, esses textos transformaram-se em testemunhos importantes da história da arquitectura portuguesa da segunda metade do século XX, e testemunhos incontornáveis do pensamento desses arquitectos do Porto sobre a evolução da arquitectura moderna depois da segunda guerra mundial, e sobre de modo como seria ainda possível continuar a construção dum pensamento crítico colectivo que tinha ficado interrompida a partir do final da década de 1960.

“Foi assim que, em face da importância que o momento representava para a Escola, optámos por assumir uma posição conjunta, de grupo, realizando trabalhos que de algum modo reflectissem o mais significativo das posições de grupo. [...] Uma dissertação original bem poderia ser uma auto-reflexão crítica sobre a prática profissional e pedagógica que individualmente vínhamos realizando, constituindo simultaneamente um testemunho útil sobre os últimos anos da Escola, das suas experiências e dúvidas à volta dos métodos de ensino da arquitectura...”<sup>709</sup>

<sup>706</sup> “Editorial” (assinado por Carlos Duarte, José Manuel Fernandes, José Lamas, e Pedro Vieira de Almeida), revista “Arquitectura”, nº134, Junho/Julho 1979, p. 11

<sup>707</sup> “Comissão Directiva” é a designação usada na ficha técnica da revista (a partir do terceiro número).

<sup>708</sup> Pedro Vieira de Almeida entra para essa comissão substituindo Nuno Coutinho, que tinha feito a polémica entrevista, e manteve-se nessas funções até à edição nº141, de Maio de 1981.

<sup>709</sup> Domingos Tavares, “Da rua Formosa à Firmeza”, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, Porto 1985 (1ª Edição, do autor, 1980), p. 7



Revista “Arquitectura” nº 132, Fevereiro/Março 1979, 4ª Série (páginas 54-55, 64-65) – “Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal”

Na introdução à publicação da dissertação de Domingos Tavares – “Da rua Formosa à Firmeza” – o autor defende que a arquitectura é uma arte de síntese, e que não pode depender simplesmente da investigação analítica. Não é a análise exaustiva que conduz à criação artística, é o conhecimento objectivo e subjectivo. Domingos Tavares não contesta a importância dessa investigação, nem a existência de um diálogo com as ciências sociais e com as ciências exactas, que são formas de registar informação e de produzir conhecimento. O que Domingos Tavares contesta é o recurso a métodos essencialmente analíticos como forma de criação da arquitectura.

E esclarece também que não entende a linguagem da arquitectura independentemente da sua função social. Por isso, embora reconheça a importância da obra de Robert Venturi – da sua arquitectura, e dos seus textos – considera que o seu pensamento teórico representa uma proposta de integração de formas importadas da cultura popular, sem critério. E, portanto, não cumpre nenhuma função social.

Era evidente que apesar das eventuais diferenças de opinião, dentro de um grupo heterogéneo de professores que formava o corpo docente do curso de arquitectura, havia uma inclinação comum para continuar a entender o ensino da arquitectura como um ensino artístico, e para insistir na função social da arquitectura. E para procurar uma continuidade com a experiência da arquitectura moderna da primeira metade do século XX.

Portanto, era também evidente, que os arquitectos da Escola do Porto, que queriam continuar a construir um pensamento colectivo, e queriam ser uma Escola, não estavam fascinados com alguns dos desenvolvimentos do debate arquitectónico da última década. Desenvolvimentos que os editores da 4ª série da revista “Arquitectura”, que iniciava naquele momento, aceitavam sem discutir.

Essa inclinação comum, ajuda também a compreender a motivação de Sergio Fernandez para retomar o estudo da arquitectura moderna portuguesa, quando se apresentou às mesmas provas para professor agregado, passados cerca de cinco anos.<sup>710</sup>

Ainda no terceiro Editorial da 4ª série, publicado no nº134 (Junho/Julho 1979), e assinado por toda a comissão editorial, os responsáveis pela revista declaravam também que, além de se preocuparem em informar e contribuir para a formação de uma consciência colectiva sobre os problemas que afectavam a profissão, teriam sempre presente a importância da sua função cultural. E anunciavam o compromisso de fazer um trabalho sistemático de recolha e publicação de textos e documentação gráfica, de algumas das mais importantes obras da história e da actualidade da arquitectura portuguesa.

<sup>710</sup> “Percurso, arquitectura portuguesa 1930-1974”, Sergio Fernandez, edição da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto 1988 (1ª Edição do autor em 1985). Tema analisado no Capítulo 3.

“Mas este processo de intervenção pública é para nós inseparável de uma acção cultural continuada. [...] Propomo-nos, neste âmbito, levar a cabo um trabalho sistemático de publicação de textos/documentos que possam contribuir para a definição e organização de uma teoria e história da arquitectura e desenvolvimento urbano em Portugal.”<sup>711</sup>

Desde o primeiro número da 4ª série, a revista tinha iniciado a publicação de uma série de artigos dedicados ao estudo da arquitectura modernista portuguesa – “Panorama da arquitectura modernista em Portugal” – e ao longo de toda a 4ª série, entre 1979 e 1984, os editores da revista procuraram sempre contribuir para o estudo da história da arquitectura portuguesa, e manifestaram indignação perante as ameaças de atentados ao património arquitectónico de que iam tendo conhecimento, e que divulgavam frequentemente na revista.

Nesse primeiro número, José Manuel Fernandes publica o primeiro de quatro artigos sobre a arquitectura modernista que se tinha construído nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo em Lisboa.<sup>712</sup> Esses artigos foram editados entre o nº132 (Fevereiro/Março 1979) e o nº138 (Setembro/Outubro 1980),<sup>713</sup> a partir de um trabalho de levantamento feito por estudantes de arquitectura da ESBAL, e de um modo consciente ou não completamente propositado – que não é esclarecido no texto – esse estudo representava um aprofundamento, para aquele período específico e para a cidade de Lisboa, do trabalho que tinha sido iniciado por Nuno Portas, na década de 60, também na revista “Arquitectura”.

O estudo conduzido por José Manuel Fernandes tomava como principal modelo historiográfico a “História da Arquitectura Moderna”, de Bruno Zevi, e seguia um método idêntico ao que tinha sido adoptado por Nuno Portas.

Esse estudo ajuda também a compreender as circunstâncias que levam à publicação de “A arquitectura moderna em Portugal”, de Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, em 1986, numa edição de História da Arte.<sup>714</sup>

Também nesse primeiro número, nº132 (Fevereiro/Março 1979), num anúncio publicado no final – “Património em perigo”<sup>715</sup> – a revista alertava para o perigo de destruição iminente de alguns edifícios com um valor cultural insubstituível – a ameaça de demolição da casa do realizador Manoel de Oliveira, no Porto, e do café “A brasileira”, no Chiado, uma alteração da entrada do Hotel Avenida Palace, nos Restauradores, projecto de José Luís Monteiro de 1892, e a venda do edifício Banhos de S. Paulo, em Lisboa.

Novamente, seguindo um método idêntico ao que tinha sido seguido no início da 3ª série, os editores da 4ª série da revista procuram despertar uma consciência colectiva para a necessidade de defender, conservar, e estudar o património arquitectónico.

---

<sup>711</sup> “Editorial”, revista “Arquitectura”, nº134, Junho/Julho 1979, p. 11

<sup>712</sup> “Panorama da Arquitectura Modernista em Portugal” (Título no índice), “Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal” (Título na página 54), José Manuel Fernandes, revista “Arquitectura” nº132, Fevereiro/Março 1979, pp. 54-65

<sup>713</sup> Nº132, Fevereiro/Março 1979, Nº133, Abril/Maio 1979, Nº137, Julho/Agosto 1980, Nº138, Setembro/Outubro 1980

<sup>714</sup> “A Arquitectura Moderna em Portugal”, Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, “História da Arte em Portugal”, volume 14, edição Alfa, Lisboa, 1986. (Tema analisado no Capítulo 3)

<sup>715</sup> Página 75



Revista “Arquitectura” nº 139, Nov./Dez. 1980 (Capa, páginas 34-35, 46) – “Lisboa e as Avenidas”

Essa preocupação com a protecção e o estudo do património foi permanente ao longo da 4ª série, e muitas vezes conduziu à edição de artigos importantes – “Estertor e morte de duas lojas lisboetas: O café Portugal e a loja «A Rampa» – hoje como há vinte anos – com brutalidade”, no nº141 (Maio 1981),<sup>716</sup> que reedita o texto de Nuno Portas “Antes que, mesmo o pouco que temos...”, publicado no nº70, de Março de 1961, “Cinearte – A morte neste jardim de Santos”, no nº144 (Dezembro 1981),<sup>717</sup> “Monumental Monumental”, um artigo de José Manuel Fernandes publicado no nº152 (Maio/Junho 1984),<sup>718</sup> sobre a demolição do cinema Monumental.

Durante toda a 4ª série, como já tinha acontecido na série anterior, a revista publica artigos de historiadores de Arte, sobre a arquitectura portuguesa de diferentes períodos históricos – “Arquitectura e urbanística em Portugal continental”, por Jorge Henriques Pais da Silva, no nº134 (Junho/Julho 1979),<sup>719</sup> “Arquitectura do Estado Novo”, José-Augusto França, no nº142 (Julho 1981)<sup>720</sup>, “Fachadas figuradas e revestidas de azulejos nos edificios de Lisboa”, Manuela Sinek, no nº148 (Janeiro/Fevereiro 1983)<sup>721</sup>... E publica algumas edições monográficas, ou edições que incluem séries de artigos dedicados a um tema da história da arquitectura portuguesa – As edições nº138 (Setembro/Outubro 1980) e nº139 (Novembro/Dezembro 1980), intituladas “Lisboa e as Avenidas”, dedicadas ao urbanismo e à arquitectura do final do século XIX e início do século XX, nas Avenidas Novas de Lisboa... A edição nº142 (Julho 1981) dedicada à arquitectura dos fascismo em Portugal, com textos de Nuno Teotónio Pereira, José Manuel Fernandes, Fernando Gonçalves, além do artigo já citado de José-Augusto França, e de um Editorial de Carlos Duarte... Uma séries de artigos dedicados à arquitectura dos anos 50, no nº148 (Janeiro/Fevereiro 1983), outra dedicada à figura e à política urbanística do engenheiro Duarte Pacheco, no nº151 (1983) ...

<sup>716</sup> Página 56-59

<sup>717</sup> Páginas 68-69

<sup>718</sup> Páginas 70-73 (Publicado originalmente no “Jornal de Letras”, de 9 de Janeiro de 1984)

<sup>719</sup> Páginas 56-63

<sup>720</sup> Páginas 18-19 (Texto publicado originalmente na revista “L’Architecture d’Aujourd’hui” nº185, Maio/Junho 1976)

<sup>721</sup> Páginas 45-57

(“Depois do Modernismo”)

Uma das obras que melhor ajuda a compreender o significado cultural da nova orientação dada à revista, durante a 4ª série, é a recuperação do edifício da Casa dos Bicos, um projecto de José Daniel Santa Rita e Manuel Vicente para instalar um dos cinco núcleos que integravam a XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura, realizada em 1983 em Lisboa, e para converter depois o edifício num museu. Essa obra foi publicada nesse ano, no nº151, próximo do final da 4ª série, incluída numa série de artigos dedicados aos espaços destinados à instalação dessa XVII Exposição Europeia – a Casa dos Bicos, o Museu Nacional de Arte Antiga, a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e o Mosteiro da Madre de Deus.

O projecto para o edifício da Casa dos Bicos, representava uma nova forma de linguagem, e tinha um significado cultural bastante diferente da linha de pensamento crítico que a geração de Santa Rita tinha procurado construir no início da 3ª série da revista “Arquitectura” – que se explicava no final da década de 1950 pela necessidade de renovação da arquitectura moderna, e pela procura de continuidade com a realidade e a cultura portuguesa.

Esse projecto, representava agora, mais de duas décadas depois, uma interpretação bastante livre da vontade de continuidade com a história e a tradição portuguesas, e representava de um modo bastante expressivo, uma tendência da evolução da linguagem arquitectónica das novas gerações de arquitectos formados pela Escola de Belas Artes de Lisboa, que tinha passado a dominar as páginas da revista “Arquitectura” desde o início da 4ª série, em 1979.

Era essa a tendência que tinha dominado, por exemplo a edição nº149 (Março/Abril 1983), que a revista tinha dedicado à publicação de obras de arquitectos da nova geração, formados depois de 1976, e em princípio nascidos na década de 50 – edição intitulada, “Novíssimos”.

No projecto para a recuperação da Casa do Bicos, a fachada sul é reconstruída a partir da informação obtida em representações históricas do edifício, e de acordo com uma tentativa de interpretação do espírito de alguns elementos chave da arquitectura manuelina. Mas esses elementos são reinventados de uma forma contemporânea. Foram considerados de um modo abstracto e redesenhados de acordo com uma geometria própria e original.

Num “Texto dos autores”<sup>722</sup> publicado nessa edição, os responsáveis pelo projecto preocupam-se sobretudo em sublinhar a importância histórica do edifício mandado construir por Brás de Albuquerque no século XVI. E em assegurar que o projecto de arquitectura para a sua nova utilização tinha tomado em consideração o conhecimento mais profundo possível dessa história e tinha procurado respeitar o valor arqueológico do edifício.

Noutro texto, João Vasconcelos,<sup>723</sup> embora nunca se refira a uma linguagem ou a uma arquitectura pós-moderna, compara algumas opções dos autores com a obra de Robert Venturi, fala da inclusão de elementos contraditórios na composição da fachada sul, e fala de uma nova tendência da arquitectura, que explica como uma forma original e abstracta de integrar os elementos arquitectónicos do passado.

Escreve João Vasconcelos –

Sobre a fachada sul...

“A aparente irracionalidade dos arcos (quase) invertidos é uma constante da temática complexa das molduras, portas e portais manuelinos, incluindo deste modo elementos contraditórios na sua composição.”<sup>724</sup>

---

<sup>722</sup> “Texto dos autores”, José Daniel Santa Rita e Manuel Vicente, revista “Arquitectura” nº151, 1983, pp. 70-72

<sup>723</sup> “Texto crítico”, João Vasconcelos, revista “Arquitectura” nº151, 1983, pp. 73-76

<sup>724</sup> João Vasconcelos, página 74



Revista “Arquitectura” nº 151, 1983 (Capa, páginas 66, 75-76) – “Casa dos Bicos”

E sobre a fachada norte...

“Recusando novamente o pastiche, a fachada norte afirma claramente as linhas de uma nova tendência na arquitectura: fazer o futuro (e o presente) pensando no passado. Assente nas técnicas construtivas modernas, este pensar o passado refere-se fundamentalmente a uma abstracção das formas e dos espaços históricos que surgem como logótipos ou arquétipos.”<sup>725</sup>

Mas essa nova tendência que representava a arquitectura do projecto de recuperação da Casa dos Bicos, não representava uma tendência única, ou uma tendência dominante. Essa tendência não representava o pensamento que era possível reconhecer nos arquitectos recém-formados pela Escola de Belas Artes do Porto.

Duas edições antes, no nº149 (Março/Abril 1983), dedicado aos “Novíssimos”, embora a presença de obras de arquitectos formados pela ESBAP fosse mínima, eram bastante evidentes as diferenças de linguagem, e de entendimento do significado do desenho, entre os arquitectos formados em Lisboa e os formados no Porto.

Essa edição foi preparada por José Manuel Fernandes, Manuel Graça Dias e Carrilho da Graça, a partir das propostas de publicação dirigidas à revista pelos próprios autores, e de acordo com o que tinha sido anunciado alguns números antes, ainda no ano anterior.<sup>726</sup>

No texto de apresentação dos “Novíssimos”, José Manuel Fernandes, coordenador dessa edição, também reconhece essas diferenças entre as obras realizadas por arquitectos formados em Lisboa e no Porto, e fala de uma divergência entre os trabalhos que se concentravam em manipular a imagem, e que resultavam em edifícios com um valor objectual, individual, e os outros que se preocupavam em interpretar os condicionamentos do lugar para os reforçar, e para que a obra de arquitectura fosse consequente com esse lugar.

A primeira dessas duas formas divergentes de entender o desenho e a linguagem do edifício tinha em Charles Jenks uma referência indiscutível, embora o autor a considere uma caricatura. E a segunda, podia reconhecer-se na expressão usada por Kenneth Frampton e Giorgio Grassi, “regionalismo crítico”. A primeira, claro, manifestava-se nas obras dos arquitectos formados pela ESBAL, e a segunda, nos trabalhos dos arquitectos formados no Porto.<sup>727</sup>

Nesse texto, José Manuel Fernandes explica também, em parte, o atraso na preparação daquele número da revista, por ter coincido com a realização da exposição “Depois do Modernismo”, realizada no início

<sup>725</sup> João Vasconcelos, página 76

<sup>726</sup> “Um número de «Arquitectura» sobre os «Novíssimos»”, revista “Arquitectura” nº145, Fevereiro 1982, p. 78

<sup>727</sup> “«Novíssimos» – Apresentação”, José Manuel Fernandes, revista “Arquitectura”, nº149, Março/Abril 1983, p. 15

desse ano, 1983. Porque cerca de metade dos autores seleccionados para integrar os “novíssimos” tinha participado também na exposição.

Para essa exposição, “Depois do Modernismo”, que se realizou-se em Lisboa, em Janeiro de 1983, na Sociedade Nacional de Belas Artes, foram convidados sete arquitectos do Porto – Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Eduardo Souto Moura e Sergio Fernandez.

Mas o grupo do Porto não se reconhecia nos termos em que era apresentado o programa da exposição, e dirige uma carta aos seus organizadores<sup>728</sup> onde propõe substituir o espaço que lhe estava destinado no catálogo por um texto único, colectivo, que tornaria explícita a sua interpretação divergente da história da arquitectura portuguesa do século XX, e que esclareceria as razões da sua discordância em relação à existência de uma arquitectura portuguesa pós-moderna.

Escrevem os sete arquitectos do porto nessa carta –

“De modo algum nos identificamos com a visão histórica da arquitectura moderna em Portugal que vem reflectida no texto de apresentação da iniciativa e temos uma outra leitura sobre a problemática da arquitectura no momento actual.”<sup>729</sup>

Os responsáveis pela produção da exposição aceitaram essa forma de participação, e publicaram o texto dos arquitectos do Porto no catálogo.<sup>730</sup> Esse texto procurava demonstrar que a arquitectura portuguesa do século XX tinha sido sempre influenciada pela cultura internacional, mas tinha mantido sempre uma certa resistência, ou distância, em relação a essa cultura, porque prevalecia sempre a consciência de uma realidade própria, e de um certo senso comum que não permitia a importação integral de um estilo ou de uma linguagem arquitectónica internacional.

E por isso, os arquitectos do Porto consideravam que continuava a não ter sentido, naquele momento, a atribuição de uma designação internacional à arquitectura portuguesa contemporânea. Não tinha sentido falar de arquitectura portuguesa pós-moderna. Era isso que o texto procurava demonstrar, como era declarado no parágrafo final.

“Eis porque a ruptura das máquinas produtivas europeias pouco tem a ver com a nossa condição; eis porque o que produzimos não pode senão aparentemente ou artificialmente incluir-se nas mesmas coordenadas; eis porque a polémica em torno do que vagamente se chama pós-modernismo não pode provocar mais ansiedade do que as condições desesperadas do exercício da profissão em Portugal.”<sup>731</sup>

O texto do grupo do Porto era uma interpretação do significado da arquitectura portuguesa do século XX, para demonstrar a impossibilidade de haver uma arquitectura “pós-moderna” portuguesa. Mas além disso, era também uma demonstração de que a Escola do Porto preferia insistir na necessidade de uma procura colectiva, e continuava a acreditar que era possível construir um pensamento crítico colectivo, de raiz ideológica, e que tinha tido a sua origem na arquitectura moderna, anterior à segunda guerra mundial.

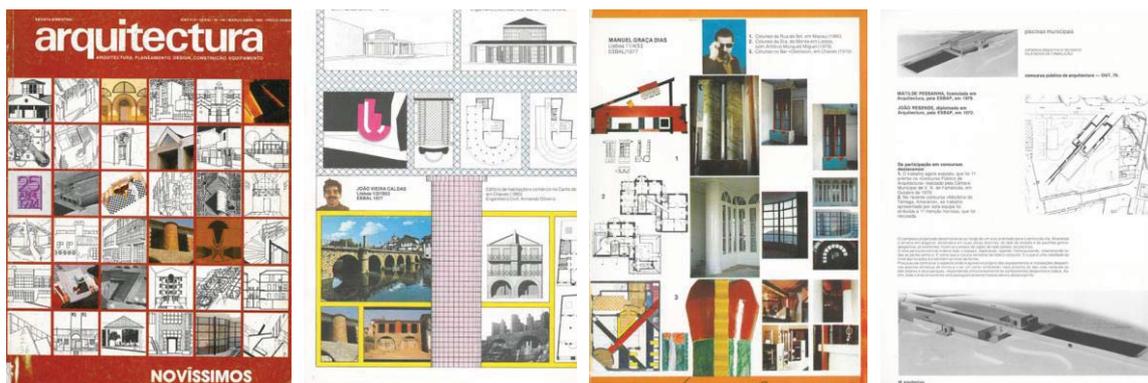
---

<sup>728</sup> O comissário da Exposição era Luís Serpa

<sup>729</sup> Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Eduardo Souto Moura, Sergio Fernandez. Carta enviada ao secretariado da exposição “Depois do Modernismo” publicada na revista “Jornal Arquitectos” (“A condição pós-moderna”), nº208, Novembro/Dezembro 2002, p. 8

<sup>730</sup> Texto sem título, Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Eduardo Souto Moura, Sergio Fernandez, publicado no Catálogo da Exposição “Depois do Modernismo”, (coordenação Luís Serpa) Lisboa 1983, pp. 115-128, e reeditado na revista “Jornal Arquitectos” (“A condição pós-moderna”), nº208, Novembro/Dezembro 2002, com o título “Depois do Modernismo”, pp. 9-15

<sup>731</sup> “Jornal Arquitectos” (“A condição pós-moderna”), nº208, Novembro/Dezembro 2002, p. 15



Revista “Arquitectura” nº 149, Março/Abril 1983 (Capa, páginas 34-35, 46) – “Novíssimos”

A revista procurou acompanhar a polémica que tinha sido provocada pela reacção dos arquitectos do Porto e promoveu um debate que foi publicado no nº153 (Setembro/Outubro 1984),<sup>732</sup> o último número na 4ª série. Nesse encontro participaram João Paciência, Joaquim Braizinha, José Lamas – director da revista – José Manuel Fernandes e Manuel Graça Dias. Manuel Taíña enviou um depoimento sobre esse tema à redacção da revista, porque não lhe tinha sido possível estar presente no debate.

José Manuel Fernandes que fazia parte da Comissão Directiva da revista desde o início da 4ª série, e Manuel Graça Dias, que era chefe de redacção desde o número anterior, ambos tinham participado na organização da exposição. Mas a publicação desse texto só tornava ainda mais evidente que a revista “Arquitectura” já não conduzia o debate e não o protagonizava.

E de um modo geral, no início da década de 1980, a realização de exposições de arquitectura começava a conquistar o protagonismo que tinham tido as revistas de arquitectura, cerca de duas décadas antes.

A possibilidade de definir um tema, ou identificar um problema, que podia ser ilustrado com imagens numa exposição acelerava o interesse pelo seu debate.

É interessante observar que, mesmo a edição do número dedicado aos “novíssimos” (nº149) é publicada como o catálogo de uma exposição. A sua organização e a composição gráfica, estão mais próximas de um catálogo de uma exposição do que de um número de uma revista.

Na edição seguinte, nº150 (Julho/Agosto 1983), uma imagem da exposição “Design e Circunstância” é o tema da capa da revista. Nesse número, “Arquitectura” publica um artigo sobre essa exposição organizada pela Associação Portuguesa de Designers, que se realizou em Novembro de 1982 na SNBA,<sup>733</sup> e outro sobre a exposição, “Casas modernas – Paisagens antigas”,<sup>734</sup> uma exposição documental sobre o problema da casa do emigrante, promovida pelo Instituto Português do Património Cultural, com a colaboração da Associação dos Arquitectos Portugueses e da revista “Arquitectura”.<sup>735</sup>

Depois, o nº151 foi a edição onde se publicaram os artigos sobre os projectos de arquitectura para os espaços onde se instalou a XVII Exposição de Arte Ciência e Cultura. E no nº152 (Maio/Junho 1984), o penúltimo da 4ª série, uma edição largamente dedicada à obra de Raul Hestnes Ferreira,<sup>736</sup> no final, a

<sup>732</sup> “Mesa-redonda sobre a exposição «Depois do Modernismo» (Arquitectura)”, revista “Arquitectura” nº153, Setembro/Outubro 1984, pp. 18-24

<sup>733</sup> “Design e Circunstância”, revista “Arquitectura” nº150, Julho/Agosto 1983, pp. 22-31. (Entrevista com Sena da Silva, presidente da APD, pp. 32-33)

<sup>734</sup> “Casas modernas – Paisagens antigas”, idem, pp. 57-61

<sup>735</sup> Além das Secretarias de Estado da Emigração e do Ordenamento e Ambiente, e da Direcção-Geral de Planeamento Urbanístico.

<sup>736</sup> Raul Hestnes Ferreira, revista “Arquitectura” nº153, Maio/Junho 1984, pp. 34-69

revista anunciava a inauguração de uma galeria de exposições dedicada a arquitectura – o “Espaço da Ribeira”, no Porto.<sup>737</sup>

(Depois da revista “Arquitectura”)

Até ao final da década de 1980, e na década seguinte, alguns dos acontecimentos mais decisivos para o debate arquitectónico, e para o conhecimento da arquitectura portuguesa do século XX, foram exposições de arquitectura, ou exposições onde a arquitectura tinha um grande protagonismo. Ainda em 1983, em reacção à exposição “Depois do Modernismo”, realizou-se na SNBA, em Lisboa, a exposição “Onze arquitectos do Porto – Imagens recentes”.<sup>738</sup> Em 1986, além de uma série de exposições monográficas, dedicadas à obra de Marques da Silva, Cassiano Branco, e Carlos Ramos, realizou-se a “I Exposição Nacional de Arquitectura – 1975/1985”, na SNBA, organizada pela AAP, e a exposição “Tendências da arquitectura portuguesa”, da qual Carlos Duarte foi comissário.

A exposição “Carlos Ramos – Exposição retrospectiva da sua obra”, produzida pela Fundação Calouste Gulbenkian, já estava programada desde 1970.<sup>739</sup> A exposição “J. Marques da Silva, Arquitecto 1869-1947”, realizou-se no Porto, organizada pela Secção Regional Norte da AAP. E a exposição “Cassiano Branco” realizou-se em Lisboa, na SNBA, organizada também pela AAP, e foram comissários dessa exposição Raul Hestnes Ferreira e Fernando Gomes da Silva.

No ano seguinte, 1987, novamente na SNBA, realiza-se uma exposição monográfica da obra de Francisco Conceição Silva – “Francisco Conceição Silva, Arquitecto, 1922-1982”. E já no início da década de 1990, Nuno Portas e Manuel Mendes foram comissários da exposição “Arquitectura portuguesa contemporânea – Anos sessenta / ano oitenta”, que se realizou na Fundação de Serralves, no Porto, em 1991.

Além disso, ainda no início da década de 1980, a AAP criou o “Jornal Arquitectos”,<sup>740</sup> uma publicação mensal, editada nessa altura em formato de jornal, que foi conseguindo conquistar cada vez mais a atenção dos arquitectos portugueses, e contribuiu para diminuir a importância cultural da revista “Arquitectura”.

Em 1979, no início da 4ª série, num artigo publicado no jornal “Expresso” – “De novo a revista «Arquitectura»”<sup>741</sup> – Nuno Portas já avaliava com bastantes reservas a importância cultural da revista nos últimos anos da 3ª série, e lamentava um certo vazio de debate no período imediatamente seguinte, provocado pela situação social do país depois da revolução democrática de 1974.

“Um observador estrangeiro ou um futuro historiador não poderão encontrar explicação fácil para este estranho fenómeno: durante dois ou três anos, os arquitectos portugueses quase não deixaram traço de vitalidade cultural, na discussão pública dos problemas profissionais da própria produção arquitectónica, ou na inadiável mudança do seu ensino... Reaparece agora a revista Arquitectura...”<sup>742</sup>

Mas na verdade, também é possível pensar que esse vazio, deixado pela dificuldade em encontrar uma orientação cultural completamente definida no final da década de 1960, e pela dificuldade em manter vivo o debate na segunda metade da década de 70... É possível pensar que esse vazio ajuda a explicar a maior criatividade da arquitectura e da crítica em Portugal a partir do início da década de 80.

<sup>737</sup> “Espaço da Ribeira – Uma obra no Porto”, p. 76

<sup>738</sup> Exposição organizada pela Livraria Leitura e pela Cooperativa Árvore. Depois de ser apresentada na SNBA, em Abril de 1983, esteve também no Porto, em Maio do mesmo ano.

<sup>739</sup> Tema analisado no Capítulo 3

<sup>740</sup> Publicação da Secção Regional do Sul. Primeiro número publicado em Novembro de 1981.

<sup>741</sup> “De novo a revista «Arquitectura»”, Nuno Portas, jornal “Expresso”, nº338, 21 de Abril de 1979, p. 28R

<sup>742</sup> Nuno Portas, página 28R



Revista “Arquitectura” nº 139, Nov./Dez. 1980 (Capa, páginas 58-59) – “Duas exposições...”

Revista “Arquitectura” nº 152, Maio/Junho 1984 (Capa) – “Raul Hestnes Ferreira”

No período em que se publicou a 4ª série de “Arquitectura”, entre 1979 e 1984, de facto a revista já não protagonizava o debate, e também não representava a tentativa de construir um pensamento crítico colectivo. Além disso, nesse momento as revistas de arquitectura já não tinham a mesma capacidade de mobilização que tinham tido duas décadas antes. A 4ª série tem portanto um significado cultural completamente diferente da 3ª. Mas, também por isso a publicação da 3ª série da revista “Arquitectura” representa um momento singular da história da arquitectura portuguesa.

*Conclusão*



Em “Clip, Stamp, Fold – The radical architecture of Little Magazines 196X to 197X”<sup>743</sup>, os editores, Beatriz Colomina e Craig Buckley retomam a expressão “Little Magazines”, usada originalmente no início do século XX,<sup>744</sup> para designar revistas de vanguarda, sobretudo de crítica de arte e crítica literária, publicadas por editores progressistas para divulgar a arte moderna, num momento em que a arte moderna tinha grandes dificuldades em se afirmar nas principais revistas, de maior tiragem.

Inicialmente, “Clip, Stamp, Fold” foi o nome de uma exposição instalada na “Storefront for Art and Architecture”, em Nova Iorque, em Novembro de 2006, que apresentava o trabalho dum projecto de investigação dirigido por Beatriz Colomina, que começou a ser desenvolvido por um grupo de estudantes de doutoramento da “School of Architecture” da Universidade de Princeton, e que reuniu depois inúmeras contribuições individuais e institucionais. Esse projecto de investigação originou uma série de encontros, debates, exposições, e seminários, que se realizaram entre 2006 e 2010, e que estão publicados nesse livro editado por Colomina e Craig Buckley.

O projecto de investigação de Beatriz Colomina procurava documentar e analisar um fenómeno editorial das décadas de 1960 e 1970, semelhante ao que tinha acontecido com essas revistas radicais de vanguarda no início do século XX – A criação de uma série de revistas de arquitectura e artes, experimentais, independentes e de vanguarda, depois da segunda guerra mundial, ou a renovação de publicações já existentes e que procuravam aproximar-se desse modelo. De acordo com o critério adoptado em “Clip, Stamp, Fold”, a expressão “Little Magazines” não se aplicava apenas a publicações com um formato de revista, eram consideradas outras formas efémeras de divulgação de ideias ou acontecimentos, como cartazes, desdobráveis, postais, manifestos...

Não é possível afirmar que a revista “Arquitectura” tivesse sido alguma vez uma publicação radical ou de vanguarda, ou que os seus editores pretendessem aproximar-se desse modelo. Durante uma grande parte da 3ª série, a revista era editada como uma publicação independente, não era orientada por nenhum objectivo comercial e tinha um forte carácter experimental, mas estava também longe de aspirar a ser uma revista de vanguarda. Nesse momento, a revista não pretendia dirigir-se a uma elite restrita de intelectuais. Os seus editores acreditavam ter a responsabilidade de provocar o debate e esperavam poder influenciar a transformação da realidade portuguesa. Mesmo nas duas séries anteriores, a edição de revista foi sempre orientada por uma grande moderação e não se podia comparar com nenhuma publicação radical.

---

<sup>743</sup> “Clip Stamp Fold – The radical architecture of Little Magazines 196X to 197X”, editores Beatriz Colomina e Craig Buckley, Actar, Barcelona 2010

<sup>744</sup> Em “Les revues d’art à Paris, 1905-1940” (1993), o autor Yves Chevrefils Desbiolles, atribui a expressão “Petites Revues” a Remy de Gourmont em “Les Petites Revues, essai de bibliografie” – um livro publicado em 1900 (e reeditado por Ent’revues em 1992) sobre revistas publicadas no final do século XIX. A partir desse momento a expressão passou a ser usada para designar revistas de cultura literária e artística de poucos recursos e difusão reduzida – com uma tiragem entre cem e mil exemplares. (“Les revues d’art à Paris, 1905-1940”, Yves Chevrefils Disbiolles, Ent’revues, Paris 1993)

A 1ª série começou a publicar-se em 1927. Publicaram-se duas séries nos primeiros 30 anos. Embora sem uma correspondência exacta, apenas aproximadamente, essas duas séries da revista coincidem cronologicamente com os períodos de maior criatividade das duas primeiras gerações dos arquitectos modernos portugueses. Os arquitectos da 1ª geração, nascidos na década de 1890, que realizaram algumas das suas obras mais notáveis na década de 1930, quando se publicava a 1ª série da revista “Arquitectura” – Cassiano Branco (1897-1970), Carlos Ramos (1897-1969), Cristino da Silva (1896-1976), Pardal Monteiro (1897-1957), Jorge Segurado (1898-1990), Cotinelli Telmo (1897-1948), Rogério de Azevedo (1898-1983) ... E os arquitectos da 2ª geração da arquitectura moderna portuguesa, nascidos na década de 1910, e que realizaram as suas principais obras no período em que se publicou a 2ª série da revista, na segunda metade da década de 1940, e na primeira metade da década de 1950 – Keil do Amaral (1910-1975), Viana de Lima (1913-1991), Januário Godinho (1910-1990), Arménio Losa (1908-1988) ... Durante a 2ª série, a edição da revista “Arquitectura” esteve mais perto do modelo das “pequenas” revistas de vanguarda, de crítica literária e de crítica de arte. Era editada com poucos recursos, e destinava-se a um universo reduzido de leitores interessados na arquitectura moderna. No final da 3ª série a revista aproximou-se mais de uma publicação comercial, e tinha pouca capacidade para influenciar o debate ou para condicionar a transformação da realidade.

A 3ª série da revista “Arquitectura” publicou-se durante 17 anos, entre 1957 e 1974. E nesse período a revista não teve sempre a mesma importância cultural, nem a mesma capacidade de influenciar o debate. Embora também sem uma fronteira rígida muito bem definida, é necessário distinguir dois momentos. Durante a primeira década, aproximadamente, a edição da revista mobilizava facilmente os arquitectos da nova geração, recém-formados sobretudo pela Escola de Belas Artes de Lisboa, que colaboravam na sua actividade editorial com entusiasmo. Nesse momento, a revista era produzida com uma ampla colaboração dessa nova geração, e era lida pelas gerações anteriores. Embora a mudança editorial tivesse sido recebida com alguma desconfiança, porque representava uma interpretação diferente da realidade e, em aspectos fundamentais do debate, tinha uma orientação bastante divergente da orientação que tinha sido dada à revista pela geração anterior, na 2ª série. Mesmo assim, durante esses primeiros anos da 3ª série, a revista tinha um protagonismo indiscutível no debate arquitectónico em Portugal. Sobretudo a partir da segunda metade da década de 1960, a edição da revista “Arquitectura” enfrentou sérias dificuldades. Dificuldades de financiamento e de produção, mas sobretudo a dificuldade de continuar a influenciar o debate, e de manter a mesma capacidade de mobilização colectiva que tinha tido antes. Durante esse período, a maior complexidade dos problemas que se enfrentavam na construção dum pensamento teórico, e a ruptura com alguns dos consensos que se tinham conquistado no período anterior, provocaram uma nítida diminuição da importância cultural da revista. Nesse momento, foi decisivo o esforço de Carlos Duarte para garantir a sua sobrevivência, e tornar possível que a revista se tivesse publicado até 1974.

Durante os primeiros anos da 3ª série, a revista tinha um programa cultural bem definido. A nova geração de editores propunha retomar alguns dos princípios chave que estavam na origem da arquitectura moderna, e procurava encontrar alternativas à repetição sem critério da linguagem do “Estilo Internacional”. E essa procura de alternativas fazia-se, sobretudo, na tentativa de ultrapassar a dimensão estritamente funcional da arquitectura racionalista do Movimento Moderno. Individualmente, considerando o ponto de vista de cada um dos protagonistas do debate nesse momento, é possível encontrar diferentes motivações, e diferentes inclinações. Mas, do ponto de vista colectivo é possível reconhecer uma tendência dominante. Embora fosse bastante amplo o universo do debate internacional que influenciava a construção do pensamento crítico da nova geração.

A “Storia dell’Architettura Moderna”, de Bruno Zevi, publicada em 1950, era uma das principais referências, que reunia maior consenso, e um dos principais modelos de pensamento teórico que inspirava a nova geração dos arquitectos portugueses. Nessa “História da Arquitectura”, Zevi propunha como alternativas aos princípios esgotados do Movimento Moderno, a obra de Frank Lloyd Wright, ou de Alvar Aalto e Asplund na geração dos mais novos, e propunha que se aprendesse uma lição com as experiências urbanísticas inglesa e dos países nórdicos.

Mas além dessa referência permanente que representava o livro de Zevi, os editores da 3ª série liam as revistas, “L’Architettura”, publicada também por Bruno Zevi, “Casabella”, dirigida por Ernesto Nathan Rogers, a revista inglesa “The Architectura Review”, editada por James Maude Richards e Nikolaus Pevsner, embora sempre com maior interesse pela produção teórica italiana do que inglesa... E acompanhavam as notícias dos Encontros CIAM, e a obras dos arquitectos modernos da geração que sucedia a Le Corbusier, Gropius, e Mies van der Rohe – Carlos Scarpa, Jose Antonio Coderch, Louis Kahn...

De qualquer forma, tanto colectivamente como individualmente, a procura de alternativas ao “Estilo Internacional” não se traduzia nunca na adopção de um modelo único. Nunca representava a adopção integral de uma linha de pensamento única, ou de um movimento cultural único. A construção de um pensamento teórico na arquitectura portuguesa, nesse momento, integra influências diferentes e procura adequar essas influências à realidade portuguesa. Não se importam modelos internacionais para os adoptar integralmente.

Os arquitectos da nova geração abandonaram as tentativas de ruptura com a história propostas pelo pensamento teórico do Movimento Moderno, que consideravam mal sucedidas, e defendiam que era necessário recuperar a integridade da história da arquitectura e retomar a sua continuidade. Todo o programa cultural da nova geração se concentrava na necessidade de encontrar formas de continuidade com a realidade portuguesa. Essa procura de continuidade com a realidade concreta significava abandonar o excesso de abstracção, e significava que a arquitectura devia passar a representar uma consciência profunda daquilo que era específico da cultura portuguesa – o conhecimento da história da arquitectura portuguesa, o conhecimento da cultura popular tradicional, o conhecimento da realidade actual... Que seguramente era diferente daquilo que se poderia ter imaginado cerca de três décadas antes – quando se realizou o primeiro Encontro CIAM, em 1928, ou quando foi redigida a Carta de Atenas, em 1933... Em nome dessa procura de continuidade, o pensamento teórico produzido em Portugal nesse momento dirige-se para o estudo da arquitectura tradicional, mas também para o estudo da arquitectura moderna que tinha sido possível construir durante a primeira metade do século XX. É nesse momento – quando começa a 3ª série da revista – que começa também o estudo da história da arquitectura moderna portuguesa.

É esse o programa editorial da revista, e é esse o pensamento crítico dominante em Portugal, no final da década de 1950 e durante uma grande parte da década de 1960. Mas isso não significa que tivessem terminado liminarmente as divergências inevitáveis com algumas personalidades importantes da geração anterior, que continuavam a acreditar na necessidade de insistir nos princípios mais radicais do Movimento Moderno. Muitos dos arquitectos dessa geração anterior – a 2ª da arquitectura moderna portuguesa – continuavam a acreditar que a construção de um pensamento teórico na arquitectura devia incluir uma forte motivação ideológica. E essa motivação continuava a estar bem representada nos princípios do racionalismo funcionalista. Porque esses princípios garantiam que a arquitectura cumpria uma função social. Mas, simplesmente, essa interpretação não dominava o debate.

Os arquitectos da nova geração, também acreditavam que a arquitectura devia cumprir uma função social, mas acreditavam que era possível aprender lições importantes com as experiências internacionais, e com o conhecimento produzido pelas ciências sociais, e pelas ciências exactas. Acreditavam no rigor e na eficácia desse modelo de pensamento. E, embora de um modo não deliberado, nem sequer completamente consciente, sobretudo a partir da segunda metade da década de 60, as motivações de natureza ideológica passaram a ser frequentemente substituídas por razões de natureza científica, na construção do pensamento crítico daquela geração.

Mas o interesse pela cultura tradicional, pela arquitectura popular, e pela continuidade com a história, trazia à memória algumas imagens da arquitectura portuguesa da primeira metade do século XX que representavam um retrocesso em relação às conquistas da arquitectura moderna – a arquitectura regionalista, e a arquitectura monumentalista... E essa ambiguidade representava mais uma dificuldade da arquitectura traduzir uma motivação ideológica.

E a partir do final dessa década de 60, e durante a década de 70, o agravamento da complexidade dos problemas, e uma dificuldade maior em encontrar modelos de pensamento que pudessem representar algum consenso colectivo, provoca o regresso das motivações ideológicas ao debate.

Depois do fim da 3ª série, em 1974, a publicação da revista esteve interrompida durante 5 anos.

Em 1979, inicia uma 4ª série, que se publicou até 1984. Nesse momento a revista não tem a mesma importância cultural que teve no final da década de 1950 e durante a década de 1960, e é bastante acentuada a divergência de pensamento entre um grupo de arquitectos do Porto, que pretendia retomar a construção de um pensamento crítico inspirado nos princípios racionalistas da arquitectura moderna, e que defendia o regresso a um pensamento de raiz ideológica – a Escola do Porto – e os editores da revista “Arquitectura”, ou mesmo uma grande parte dos arquitectos de Lisboa da nova geração.

Portanto, a edição da revista durante a 4ª série já não representa a produção dum pensamento crítico dominante, e tem uma capacidade muito limitada para influenciar o debate. De qualquer forma, representa um importante documento histórico, fundamental para compreender a evolução do debate arquitectónico em Portugal no início da década de 1980, e durante as décadas seguintes, e fundamental para compreender como, a partir desse momento, as revistas de arquitectura começam a perder protagonismo e a ceder espaço a outras formas de produção de crítica e de debate.

[ANEXO 1](#)  
[Arquivo de Notas Demasiado Extensas](#)



**Nota 25**

Revistas de Arquitectura Portuguesas no final do século XIX e início do século XX

1865 – “Archivo de Architectura Civil”

1874-1906 – “Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”)

Em 1865 foi criado o “Archivo de Architectura Civil”, editado pela “Associação dos Architectos Civis Portuguezes”, que passa a designar-se “Boletim de Architectura Civil” a partir de 1874 (2ª Série, Tomo I),<sup>745</sup> depois da “Associação dos Architectos Civis Portuguezes” se converter em “Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes” em 1872.<sup>746</sup>

A partir de 1877, o título haveria de mudar finalmente para “Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes” (no início do Tomo II da 2ª Série). Esse Boletim continuou a editar-se (com uma periodicidade irregular) mesmo depois da criação da “Sociedade dos Architectos Portuguezes” em 1902, e do início da publicação do “Anuário” da SAP, em 1905.

1893 – “A Construção” (1893-1899)

Em 1893 a “Associação dos Construtores Civis Mestres de Obras”<sup>747</sup> criou a revista “A Construção” (1893-1899) com o objectivo de defender os interesses da classe profissional que representava, mas também procurando reagir a um certo vazio de pensamento crítico no domínio da arquitectura, considerando as transformações da cidade no final do século XIX, que eram tema de animado debate nas outras artes, sobretudo na literatura.

Publicou-se uma primeira série da revista entre Dezembro de 1893 e Setembro de 1895. Inicialmente com uma periodicidade semanal, até Fevereiro de 1894, e depois com números mais esporádicos. Em Janeiro de 1896 inicia-se uma 2ª série que se publicou até 1899.<sup>748</sup>

1900 – “A Construção Moderna” (1900-1919)

A revista “A Construção Moderna”, foi criada em 1900, por Nunes Colares,<sup>749</sup> dirigida pelo arquitecto Rosendo Carvalheira e pelo engenheiro Melo de Matos. Os responsáveis pela direcção da revista pretendiam que ela se afirmasse como uma publicação de carácter técnico-artístico, e que contribuísse para superar as divergências de classe existentes entre arquitectos e engenheiros.

Embora sem uma tendência estética ou ideológica muito bem definida, a revista procurava divulgar projectos considerados de qualidade, de arquitectura ou de engenharia, com diferentes programas – não exclusivamente de habitação. Tinha apenas uma página destinada a gravuras, e o texto organizava-se em secções temáticas – higiene pública, técnicas e materiais de construção, onde se divulgavam técnicas construtivas recentes e projectos de engenharia, história da arte e estética, e uma secção destinada a temas da actualidade, notícias e textos de crítica. E editava frequentemente traduções de artigos publicados originalmente em revistas internacionais – espanholas, italianas, francesas, inglesas...<sup>750</sup>

<sup>745</sup> Publicaram-se 12 edições do Tomo I da 2ª Série, entre 1874 e 1876.

<sup>746</sup> De acordo com Ana Isabel Ribeiro, em 1872 a “Associação dos Architectos Civis Portuguezes” converte-se em “Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”. (“Arquitectos portugueses – 90 anos de vida associativa, 1863-1953”, p. 23)

<sup>747</sup> A “Associação dos Construtores Civis Mestres de Obras” tinha sido fundada em 16 de Junho de 1890.

<sup>748</sup> A única fonte de informação consultada relativa à revista “A Construção” foi, “Arquitectura e discurso crítico em Portugal, 1893-1918”, de Rute Figueiredo.

<sup>749</sup> Eduardo Augusto Nunes Colares (1850-1928), Construtor civil e jornalista. (Rute Figueiredo, “Arquitectura e discurso crítico em Portugal, 1893-1918”, página 189)

<sup>750</sup> Rute Figueiredo, Idem, pp. 189-191

Em Janeiro de 1911, “A Construção Moderna” associou-se com a revista “Artes do Metal”. A partir desse momento alterou-se a sua orientação editorial. Passou a privilegiar a publicação de artigos essencialmente técnicos, começou progressivamente a perder qualidade, e acabou por interromper definitivamente a actividade editorial em Julho de 1919.

#### 1905 – “Anuário da Sociedade dos Arquitectos Portugueses” (1905-1910)

Em 27 de Maio de 1904 o secretário da SAP, Carlos Parente, propõe em reunião associativa a criação de um Boletim da Sociedade onde se publicassem os relatórios anuais relativos à actividade de 1902-1903 e 1903-1904.<sup>751</sup> E em Dezembro desse ano, o presidente da Sociedade, Ventura Terra, deu instruções para se preparar a edição do primeiro Boletim da SAP, mas o formato e o carácter dessa publicação seria ainda objecto de prolongada discussão, e só em 1905 foi criado o “Anuário da Sociedade dos Arquitectos Portugueses”.

O “Anuário” editou-se entre 1905 e 1911, foram publicadas cinco edições. A última é um número duplo, nº5 e 6, relativo ao exercício de 1908-1909 e 1909-1910 –

Nº1 – 1904/1905 (publicado em 1905), Nº2 – 1905/1906 (publicado em 1906), Nº3 – 1906/1907 (publicado em 1907), Nº4 – 1907/1908 (Publicado em 1908), Nº 5/6 – 1908/1909 e 1909/1910 (Publicado em 1911).

A publicação do “Anuário” terminou por dificuldades de natureza económica, e por falta de colaboração dos associados.<sup>752</sup>

#### 1908 – “A Architectura Portuguesa” (1908-1958)

Em Março de 1906, Nunes Colares, que tinha tido uma participação importante na criação da revista “Construção Moderna”, propõe à SAP a edição de uma publicação mensal, que seria um órgão oficial daquela Sociedade, como acontecia com outras associações profissionais de arquitectos no estrangeiro, e que não rivalizava com o “Anuário”, que era uma publicação com um carácter diferente. E apresentava como modelo o formato das publicações italianas “Edilizia Moderna” e “L’Architettura Italiana”. Nunes Colares propunha-se assumir os encargos financeiros da edição da revista, apenas pedia à Sociedade os textos e a documentação gráfica dos projectos a publicar. A proposta originou nova discussão na direcção da SAP, que já tinha debatido intensamente sobre a orientação editorial do “Anuário”. Essa discussão prolongou-se até Outubro de 1907, quando finalmente responde a Nunes Colares explicando que não podia assumir com ele esse compromisso.<sup>753</sup>

Em Janeiro de 1908, Nunes Colares criou a revista “Arquitettura Portuguesa”. A revista publicou-se até 1958, em quatro séries. A primeira série publicou-se até 1928. Nessa altura, a revista “Arquitettura Portuguesa” sofre uma remodelação gráfica e editorial e começa a segunda série.

Em 1935, a revista associou-se com uma publicação editada pela fábrica de cerâmica Lusitânia, e o título passou a “Arquitettura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)”. Essa transformação significou o início da 3ª série.

Durante um grande período dessa 3ª série, que se publicou entre 1935 e 1951, era uma das revistas de arquitectura mais relevantes que se publicavam em Portugal. Dividiu esse protagonismo com a revista “Arquitectos”, entre 1938 e 1942, e com a revista “Arquitettura”, sobretudo depois de 1947.

Ainda se publicou uma 4ª série, entre 1952 e 1958, da qual se editaram apenas 13 números.

<sup>751</sup> Rute Figueiredo, Idem, página 218

<sup>752</sup> Ana Isabel Ribeiro, “Arquitectos portugueses – 90 anos de vida associativa, 1863-1953”, página 258

<sup>753</sup> Rute Figueiredo, Idem, pp. 214-215.

A revista “L’Architettura Italiana” tinha sido criada em 1904, e tinha sido publicada uma resenha na “Construção Moderna”, na secção “Arquitettura no Estrangeiro”, nº 180, 10 Outubro 1905.

## Nota 62

### Sociedade dos Architectos Portugueses

Embora haja conhecimento de outras formas de associação anteriores onde estão envolvidos architectos, desde o início do século XVII (1602),<sup>754</sup> a primeira organização de architectos portugueses foi criada na segunda metade do século XIX.

Em 20 de Dezembro de 1863 realizou-se a reunião onde foram redigidos os estatutos da Associação dos Architectos Cívicos Portugueses, aprovados por Decreto em 30 de Janeiro de 1864.<sup>755</sup> Em 1872, por Alvará Régio de 14 de Novembro, a associação profissional da classe passou a designar-se Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, e os novos estatutos foram reconhecidos em 30 de Setembro de 1879.<sup>756</sup>

Em 1902 foi criada a Sociedade dos Architectos Portugueses (que substituiu a RAACAP). Os seus estatutos, redigidos por A. Bermudes, F. Carlos Parente e A. Machado, em 15 de Julho de 1902 foram aprovados por Alvará Régio em 11 de Dezembro do mesmo ano.<sup>757</sup>

## Nota 105

### Iniciativas Culturais, Arte e Técnica, I.C.A.T., Limitada

Empresa constituída a 11 de Março de 1947, em Lisboa, no Notário Sampaio e Pinho, folhas 84 verso e seguintes, do livro 835B. Com sede na Rua Alexandre Braga, n.º 4, 1.º Dto e Capital Social de 60.000\$00 (sessenta mil escudos).

### Lista de sócios (com informação da quota individual)

Adelino Alves Nunes (5000\$00) / Inácio Peres Fernandes (5000\$00) / Francisco Caetano Keil Coelho do Amaral (5000\$00) / Paulo Henrique de Carvalho Cunha (5000\$00) / Raúl Francisco Tojal (5000\$00) / João Simões (5000\$00) / Miguel Simões Jacobetty Rosa (5000\$00) / João Guilherme Faria da Costa (5000\$00) / Joaquim Ferreira (2000\$00) / Raúl Chorão Ramalho (2000\$00) / Manuel Coutinho Raposo (2000\$00) / Hernâni Guimarães Gandra (2000\$00) / Alberto José Pessoa (2000\$00) / Dario Silva Vieira (2000\$00) / Vasco Pereira Lacerda Marques (2000\$00) / Filipe Nobre de Figueiredo (2000\$00) / José Almeida Segurado (1000\$00) / Hernani Soares Nunes (1000\$00) / Francisco José Pereira Rodrigues (1000\$00) / Hernani Coelho (1000\$00) / José Lima Franco (1000\$00) / Artur Simões da Fonseca (1000\$00) / Jorge Ribeiro Ferreira Chaves (1000\$00) / Cândido Palma Teixeira de Melo (1000\$00) / Manuel Arroio Barreira (500\$00) / Fernando Peres (500\$00) / Celestino Joaquim de Abreu Castro (500\$00) / José Ferreira Huertas Lobo (500\$00) / Francisco Conceição Silva (500\$00) / Vasco Vivaldo Leone (500\$00)

(Informação Arquivo de João Afonso. Investigação desenvolvida no âmbito da sua tese de doutoramento, “Um contributo para a construção da democracia em Portugal – Uma leitura da arquitectura em Portugal entre 1948 e 1974”.)

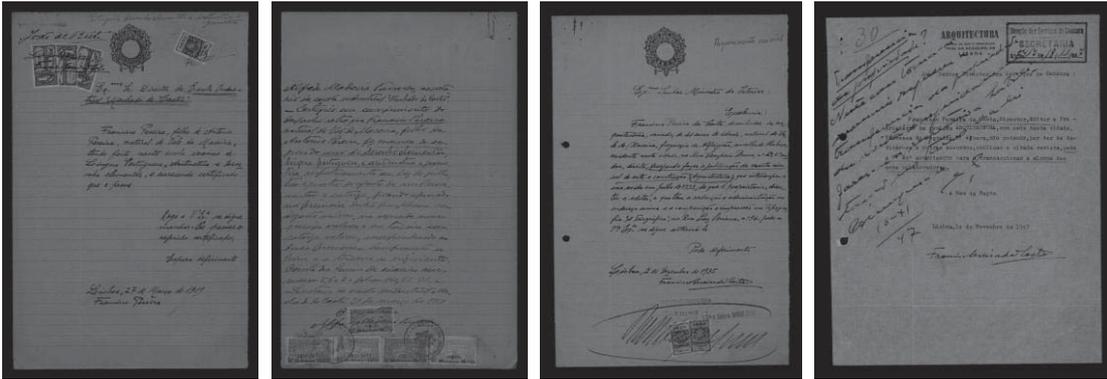
<sup>754</sup> “Architectos portugueses, 90 anos de vida associativa 1863-1953”, Ana Isabel Ribeiro, FAUP publicações, Porto 2002, p. 33

<sup>755</sup> Idem, Ana Isabel Ribeiro, p. 23

<sup>756</sup> Idem, Ana Isabel Ribeiro, p. 23

<sup>757</sup> Idem, Ana Isabel Ribeiro, p. 48

(Ver também “Fundação da Sociedade”, Francisco Carlos Parente, “Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses”, Ano I, 1905, pp. 1-2)

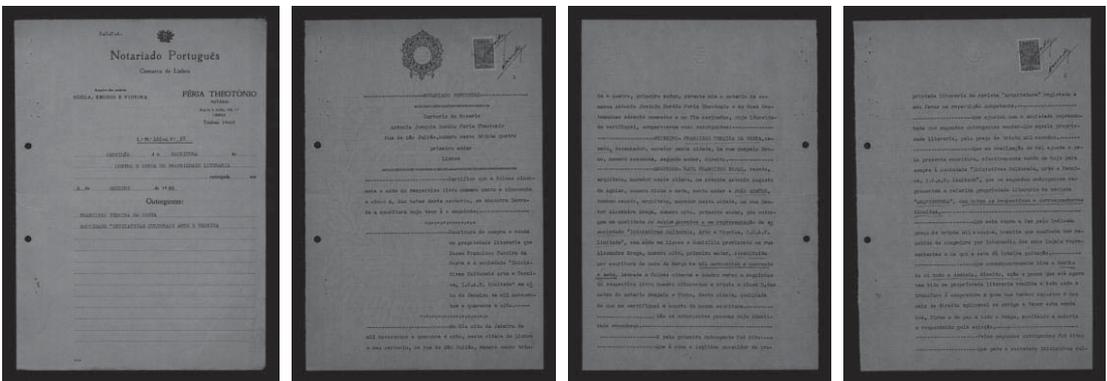


Francisco Pereira da Costa realizou exames de Língua Portuguesa, Aritmética, e Desenho Elementar, na Escola Industrial “Machado de Castro”, em 1914.

Requerimento em 27 de Março de 1919. Certificado em 28 de Março de 1919  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 510 / processo 30)

Requerimento de Francisco Pereira da Costa, desenhador de arquitectura, para retomar a publicação da revista “Arquitectura” que interrompeu em Julho de 1932. Requerimento de 2 de Dezembro de 1935.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Francisco Pereira da Costa, Director, Editor e Proprietário da revista “Arquitectura”, pede autorização ao Director dos Serviços de Censura para a transaccionar a alguns dos seus colaboradores, em 14 de Novembro de 1947.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)



Escritura de Compra e Venda da Propriedade Literária da revista “Arquitectura, entre Francisco Pereira da Costa e a Sociedade “ICAT”, em 8 de Janeiro de 1948. Folha 1 (frente e verso), folha 3 (frente).  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

No verso da folha 1 pode ler-se que a Sociedade “Iniciativas Culturais, Arte e Técnica, I.C.A.T. Limitada” foi “constituída por escritura de onze de Março de mil novecentos e quarenta e sete, lavrada a folhas oitenta e quatro verso e seguintes do respectivo livro número oitocentos e trinta e cinco B, das notas do notário Sampaio e Pinho, desta cidade...”

## Nota 115

Carta enviada a Artur Andrade publicada no nº17/18 da revista “Arquitectura”

(“Um caso digno de menção”, nº17/18, Julho/Agosto de 1947, p. 6.)  
A carta está assinada por 34 arquitectos de Lisboa, 24 são sócios do ICAT.

Lisboa, 12 de Agosto de 1947

(aa) Cottinelli Telmo, Pardal Monteiro, Paulo de Carvalho Cunha, Celestino Joaquim Abreu Castro, Manuel Coutinho Raposo, Almeida Segurado, Inácio Peres Fernandes, António Varela, Filipe Nobre de Figueiredo, Joaquim Ferreira, Adelino Alves Nunes, Faria da Costa, João Garcia de Castilho, Miguel Jacobetty, Artur Pires Martins, Amândio Funk do Amaral, Alberto José Pessoa, Francisco da Conceição Silva, Artur Simões da Fonseca, Dário Vieira, Raúl Tojal, João Simões, José Ferreira Huertas Lobo, Ernâni Soares Nunes, Teixeira Bastos, Luis Coelho Borges, Fernando Peres, Hernâni Gandra, Cândido Palma, Francisco Keil do Amaral, Manuel Barreira, Jorge Ribeiro Ferreira Chaves, Bento de Almeida, Victor Palla.

## Nota 122

ODAM, 1947-1952

(“ODAM Organização Dos Arquitectos Modernos, Porto 1947-1952”, organizado por Cassiano Barbosa, publicado por “Edições ASA”, Porto 1972, Páginas 21, 138, 139)

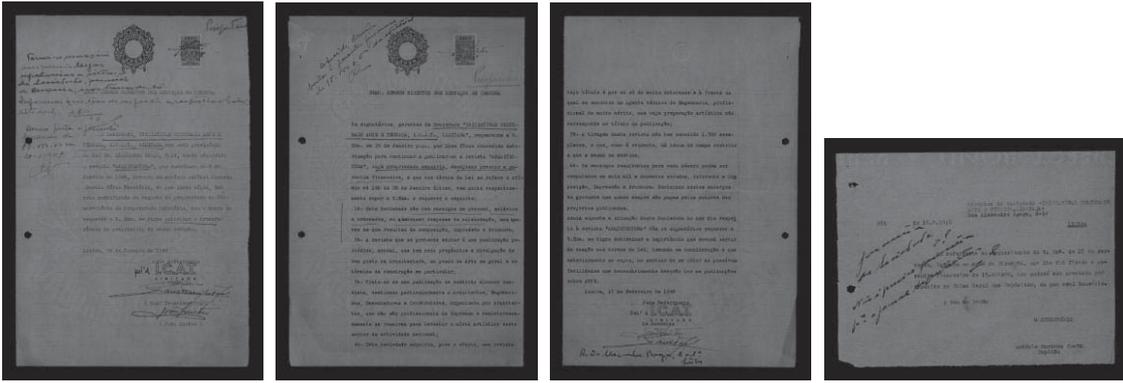
Nome dos componentes do ODAM

Acácio Couto Jorge (n. 1923), Adalberto Dias (n. 1920), Agostinho Ricca (n. 1915), Alfredo Ângelo de Magalhães (n. 1919), Alfredo Viana de Lima (n. 1913), António Matos Veloso (n. 1921), António Lobão Vital (n. 1911), António Corte Real (n. 1922), António Neves (n. 1918), Arménio Losa (n. 1908), Anselmo Gomes Teixeira (n. 1924), Artur Andrade (n. 1913), Cassiano Barbosa (n. 1911), Delfim Fernandes Amorim (1917-1972), Eduardo R. Matos\* (n. 1921), Eugénio Alves de Sousa (n. 1921), Fernando Campos (n. 1921), Fernando Eurico (n. 1922), Fernando Lanhas (n. 1923), Fernando Limpo de Faria (n. 1923), Fernando Távora (n. 1923), Fernando Tudela (n. 1917), João C. Segurado\* (s.d.), João José Tinoco (n. 1924), João de Mello Breyner Andresen (1920-1967), Joaquim Marques Araújo (1919), José Carlos Loureiro (n. 1925), José Borrego\* (n. 1918), Luis José Oliveira Martins (n. 1918), Luis Praça\* (n. 1927), Mário Bonito (n. 1921), Octávio Lixa Filgueiras\* (n. 1922), Ricardo Gil da Costa (n. 1921), Rui Pimentel\* (s.d.)

\* Estudantes de Arquitectura à data da fundação do Grupo.

Participantes na Exposição do Ateneu em 1951

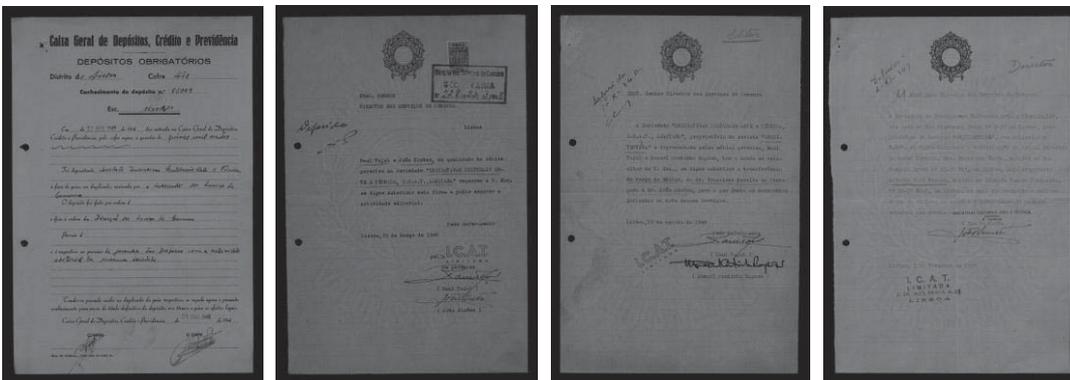
Corte Real, Adalberto Dias, Agostinho Ricca, Arménio Losa e Cassiano Barbosa, José Carlos Loureiro, Eugénio Alves de Sousa, Delfim Fernandes Amorim e Luis Oliveira Martins, Fernando Eurico e Anselmo Gomes Teixeira, Fernando Lanhas, Fernando Távora, João José Tinoco, João Andresen, Mário Bonito, Joaquim Marques Araújo, António Matos Veloso e Eduardo Matos, Rui Pimentel, Viana de Lima.



Requerimento ao Director dos Serviços de Censura, em 26 de Janeiro de 1948, pedindo autorização para transferir a propriedade da revista “Arquitectura” para a Sociedade “ICAT”.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Requerimento ao Director dos Serviços de Censura, em 17 de Fevereiro de 1948, solicitando-lhe que determine o valor da garantia bancária que deve servir de caução (“nos termos da Lei”), para continuar a publicar a revista “Arquitectura”.  
 Nesse requerimento os signatários, gerentes da sociedade “ICAT”, João Simões e Raul Tojal, expõem a situação económica da sociedade e as características da revista.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Resposta dos Serviços de Censura, em 18 de Fevereiro de 1948.  
 Foi fixada a quantia de 15.000\$ (quinze mil escudos).  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)



Depósito da sociedade “ICAT”, no valor de 15.000\$00, à ordem da Direcção dos Serviços de Censura – “Respectivo ao processo de garantia das despesas com a actividade editorial da mesma sociedade.”  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 17)

Raul Tojal e João Simões são os sócios gerentes da sociedade “ICAT”.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 17)

Requerimento ao Director dos Serviços de Censura para substituir o Editor da revista “Arquitectura”, Francisco Pereira da Costa, por João Simões. Requerimento em 19 de Agosto de 1948.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 510 / processo 30)

Requerimento ao Director dos Serviços de Censura para substituir o director da revista “Arquitectura”, Francisco Pereira da Costa, por Alberto José Pessoa. Requerimento em 1 de Novembro de 1949.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 510 / processo 30)

**Nota 168**

Membros do ICAT responsáveis pela edição da revista “Arquitectura” (2ª Série)

Nº23-24, de Maio-Junho de 1948, até ao número 30 de Abril-Maio de 1949, organizados por Bento d’Almeida, Manuel Barreira e Vitor Palla,  
Nº31 de Junho-Julho de 1949, organizado por Manuel Barreira,  
Nº32 de Agosto-Setembro 1949 organizado por Manuel Barreira, Cândido Palma de Melo e Francisco Conceição Silva,  
Nº33-34, Maio 1950, até ao número 38-39 de Maio 1951, organizados por Cândido Palma de Melo e Francisco da Conceição Silva  
Nº40 de Outubro de 1951, organizado por Celestino de Castro, Huertas Lobo, Castro Rodrigues e Hernâni Gandra  
Nº41 de Março 1952, organizado por Cândido Palma de Melo  
Nº42 de Maio 1952, organizado por Conceição Silva, Keil do Amaral e Plama de Melo  
Nº43, de Agosto 1952, organizado por Keil do Amaral, Conceição Silva e Rafael Botelho  
Nº44, Setembro de 1952, organizado por Rafael Botelho, Manuel Taínha e Keil do Amaral  
Nº45, Novembro 1952, Organizado por Keil do Amaral e Francisco Castro Rodrigues  
Nº46 Fevereiro 1953 / Nº47 Junho 1953 / Nº48, Agosto 1953 / Nº49, Outubro 1953 – Responsáveis pela edição destes números não identificados na ficha técnica  
Nº50-51, Nov.-Dez. 1953, e Nº52 de Fev.-Mar. 1954, organizados por Francisco Castro Rodrigues  
Nº53, Nov.-Dez. 1954, organizado por Celestino de Castro e Hernâni Gandra  
Nº54, Abril-Maio 1955, e Nº 55-56 de Janeiro-Fevereiro de 1956 – Responsáveis pela edição destes números não identificados na ficha técnica

Documentos relativos à substituição de Alberto Pessoa por Frederico Santana na direcção da revista E à substituição de Frederico Santana por Rui Mendes Paula



Requerimento ao Director dos Serviços de Censura para substituir o director da revista “Arquitectura”, Alberto José Pessoa, por Frederico Santana. Janeiro de 1957.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Informação da Polícia Internacional da Defesa do Estado (PIDE) sobre Frederico Santana, proposto para director da Revista “Arquitectura”. Informação de 1 de Fevereiro de 1957.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Informação da Polícia Internacional da Defesa do Estado (PIDE) sobre Frederico Santana, enviada ao Director dos Serviços de Censura, em 6 de Março de 1957.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Requerimento ao Director dos Serviços de Censura para substituir o director da revista “Arquitectura”, Frederico Santana, por Rui Mendes Paula, em 16 de Agosto de 1960.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Excerto de uma entrevista a Manuel Tainha gravada em Outubro de 2011  
Sobre a criação da revista “Binário”

... A “Binário” foi formada – não sei se interessa a história da “Binário” – a “Binário” era uma revista pertencente, financiada por um senhor Palmares. O senhor Palmares era uma pessoa que vendia chapéus, os chapéus Palmares que eram famosos à época – chapéus, chapéus de homem, ele desenhava-os – e que decidi criar um gabinete de publicidade, não me pergunte porquê, que não sei. E nesse gabinete de publicidade, como nessa altura ocorria, estávamos nos anos 40, nos anos duros do regime, e como acontecia nessa altura, todo o intelectual, ou melhor, e artista, por dificuldades da vida, acolhia-se às agências de publicidade. Pelas agências de publicidade passavam os bons escritores e os bons pintores do nosso país. – Você não sabia disso? Mas fica a saber... – Que era a maneira de ganharem dinheiro, porque ninguém lhes comprava a arte, ninguém lhes comprava romances. O próprio Redol por exemplo, o O’Neal, estiveram em agências de publicidade como “copyrighters”. O O’Neal, você conhece o O’Neal? O O’Neal, gosto imenso, e éramos amigos. Poeta, esse ganhava a vida como “copyrighter” numa agência de publicidade, e muitos outros artistas assim, até o Noronha da Costa teve uma agência de publicidade, conhece o Noronha da Costa, pintor? E muitos, muitos, sei lá... o Pomar é uma excepção rara, o Pomar nunca esteve, mas a geração dele, essa geração, que é a minha também, todos passavam... era um recurso. Romancistas, poetas e pintores, acolheram-se às agências de publicidade, e deram uma qualidade extraordinária à nossa publicidade. Agora já se degradou um bocadinho, já está diferente, mas durante muitos anos, a nossa publicidade teve um altíssimo nível, e por essa razão, é porque, nas agências de publicidade estavam romancistas, escritores, poetas, pintores, que davam uma grande qualidade à publicidade. E Portugal foi um dos países que teve um alto nível... foi Portugal e Cuba. Em Cuba aconteceu o mesmo fenómeno.

E então, foi esse grupo que estava na agência de publicidade criada pelo senhor Palmares, dos chapéus, que teve a iniciativa de propor realizar uma revista, uma revista de arquitectura e de artes, etc. ... [...]

E então esse grupo é que me chamou – o Palmares aceitou, aceitou a criação da revista, proposta por esse grupo que estava na agência de publicidade, que era muito conhecida, e então esses é que me chamaram... Perguntaram-me se eu queria. Aceitei, sim senhor, deram-me inteira liberdade, e então a minha ideia era... e por isso é que fiz sociedade com o meu irmão – era precisamente dar um panorama completo do acto de construção, desde a concepção, artística, filosófica, etc., até à sua construção, e até ao seu uso, passando por todas as disciplinas que podiam intervir... a ideia era essa... era ambiciosa, e eu se calhar não tinha pernas para isso, como não tive, diga-se de passagem... era uma posição completamente diferente da revista “Arquitectura”, que estava nas mãos do Carlos Duarte e dessa malta... que aliás eu era amigo deles, de alguns, do Carlos Duarte não, mas de outros...

E assim foi que se criou a revista, e suponho que está isso explícito, mais ou menos, no Editorial, suponho eu. Essa ideia da totalidade do acto criativo... quando as revistas de arquitectura se atinham apenas à arquitectura, como arte, se limitavam à arquitectura... eu pretendia com a “Binário” completar todo o ciclo produtivo do objecto arquitectónico. Com todas as valências. Por isso é que chamei o meu irmão, um engenheiro. E tínhamos colaboradores avulsos, que íamos chamando... e eu ia escrevendo, ou, o mais que fazia era colher artigos de diversos autores – do Nimeyer... – e começando a fazer uma publicação de obras que eu considerava exemplares do ponto de vista estabelecido, da arquitectura estabelecida, que era do ponto de vista do racional-funcionalismo – para ir saindo dele, e ir fazendo a crítica, e atingir outros planos que me interessavam mais, que era exactamente já aquilo que... que era a crítica a esse racional-funcionalismo. Uma certa posição crítica relativa a isso eu já tinha.

Simplesmente, se calhar não tive pernas para o passo que era preciso dar. A verdade é que aquilo acabou. Acabou por várias razões – uma delas é que o próprio proprietário, o senhor Palmares, quis dar outra orientação à revista, mais mundana, mais prática, mais comercial, e eu aí recusei-me. Eu e o meu irmão saímos. E então seguiu esse engenheiro Vieira.

Aí tem a história disso.

#### Nota 310

“Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”

Nº1, Série 2ª, Tomo II, 1977 – Excerto de uma nota editorial, p. 1

“O nosso jornal vae começar n’este numero, o seu 2º volume da 2ª serie.

Não tem sido prospera, nem tão satisfatoria em todos os pontos a sua publicação, como poderia ser, e como desejaríamos. Fazemos esta confissão franca, porque a nossa consciencia nol-o diz. Reconhecemos tambem que o nosso jornal, d’um costeamento importante em toda a parte, está sahindo relativamente carissimo no nosso paiz, na parte artistica dos desenhos, gravuras, fotografias, etc. Tinhamos vontade de fazer algumas considerações a este respeito; mas deixal-as-hemos talvez para outra occasião.

O preço do jornal é, consequentemente, elevado.

A sua extracção, talvez por isso, limitadissima.

Por enquanto, são impossiveis de remover esses inconvenientes.

Mas a parte litteraria, a que hoje mais particularmente nos desejâmos referir, e que poderia e deveria ser muito mais curiosa, variada e conspicua, é aquella em que entendemos que mais oportunidade e cabida deverão ter as nossas reflexões n’este momento.

O nosso jornal diz-se boletim d’uma associação, que conta no sue gremio bom numero dos nossos primeiros escriptores e artistas. De esperar seria que estes socios distinctos, honrassem as colunas do nosso jornal, que seu e de todos nós é, com algumas memorias ou estudos de que elle se occupa. Não tem acontecido porém assim, pelo que respeita á maioria d’esses illustres sócios.”

#### Nota 327

“The Architectural Review”, volume 130, nº773, Julho 1961

Excerto de “Architecture is indivisible...”, p. 1

“Architecture is indivisible...”

“At this time when some two thousand architects from all parts of the world – forty-odd nations will be represented are gathered in London for the sixth congress or the International Union of Architects, THE ARCHITECTURAL REVIEW re-affirms its international character by offering an enlarged and extended edition of its regular monthly feature WORLD. [...] To accommodate this extended coverage, the pages normally devoted to Views and Reviews have been omitted in this issue.

The internationalism of architecture today is a fact [...]. The national magazines of architecture are the servants of this growing international interest, and WORLD takes this opportunity to thank and salute the global network of architectural periodicals that help to keep information moving.”

### Nota 337

Inquérito aos leitores distribuído nas edições nº96 (Março/Abril 1967), nº97 (Maio/Junho 1967), e 98 (Julho/Agosto 1967) da revista “Arquitectura”

Embora não exista nas edições nº96 (Março/Abril 1967),<sup>758</sup> nº97 (Maio/Junho 1967), ou 98 (Julho/Agosto 1967), consultadas na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, nenhum boletim da “sondagem à opinião dos leitores” que acompanhava esses números da revista, através do texto que apresentava o resultado dos inquéritos, publicado no nº99 (Setembro/Outubro 1967) é possível saber quais foram as perguntas colocadas aos leitores.

“Inquérito aos leitores”, revista “Arquitectura” nº99, Setembro/Outubro 1967, p. 188

“Acompanhava os dois últimos números de «Arquitectura» uma folha de inquérito aos leitores de que pedíamos o preenchimento e devolução. Tinha por objectivo esse inquérito fornecer-nos uma base de informação segura quanto ao que os nossos leitores pensam da orientação actual da revista e, principalmente, quanto ao que desejariam que ela fosse em função das necessidades do nosso meio. Os seus resultados – pensávamos – constituiriam um indicador importante para a elaboração da nossa futura política editorial no sentido de uma resposta mais eficaz a essas necessidades e de um serviço mais eficiente ao trabalho dos técnicos ligados à construção civil.”

“Seguem-se as questões postas no inquérito e a distribuição percentual das respectivas respostas:

*Quais as matérias que mais lhe interessam?*

Urbanismo / Habitação social / Tecnologia da construção / Desenho de interiores / Desenho industrial / Investigação e metodologia / Ciências humanas / História de Arte, Estética / Artes Plásticas / Ensino [...]

*Considera suficiente a actual periodicidade de «Arquitectura» (bimestral), ou preferiria que fosse mensal?*

Bimestral (34%) / Mensal (62%) / Duvidosas ou sem resposta (4%)

*Atendendo às circunstâncias actuais do meio português considera que «Arquitectura» deveria ter uma orientação predominantemente doutrinária e cultural ou técnico-informativa?*

Cultural (30,1%) / Informativa (25,3%) / Não responderam ou duvidosas (44,6%)

*Considera desejável o equilíbrio destas duas orientações?*

Sim (84,3%) / Não (10,8%) / Não responderam ou duvidosas (4,9%)

*Considera vantajosa e útil a publicação de comentários críticos sobre acontecimentos, obras e actividades correntes (públicas e privadas) que interessam aos arquitectos ou que são do seu âmbito de responsabilidade?*

Sim (92,7%) / Não (3,7%) / Não responderam ou duvidosas (4,9%)

[...]

*Considera suficiente que as obras publicadas sejam apenas acompanhadas por uma nota descritiva ou que sejam apreciadas criticamente?*

Descritiva (16,8%) / Crítica (75,9%) / Crítica e descritiva (2,5%) / Não responderam ou duvidosas (4,8%)

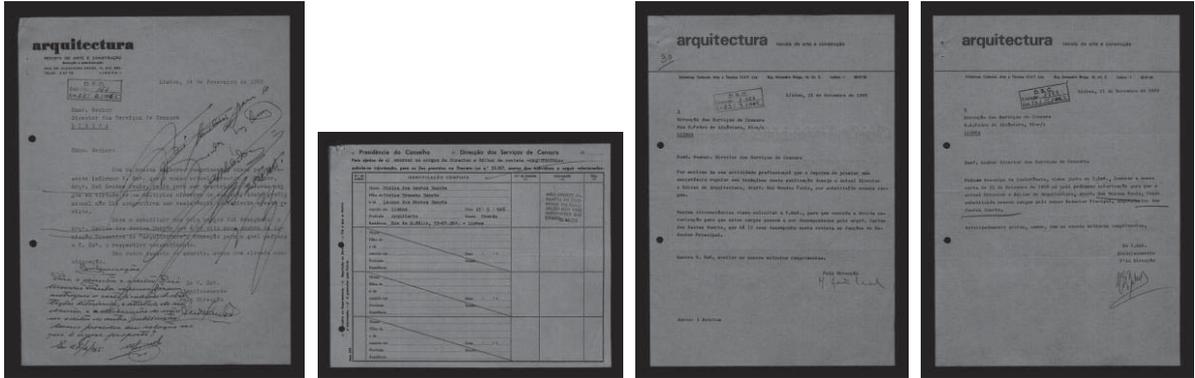
...”

<sup>758</sup> Uma nota publicada na edição nº97 confirma que o inquérito foi distribuído também no nº96.

“Até à data de encerramento deste número recebemos na nossa redacção 118 boletins da sondagem à opinião dos leitores que acompanhava o último número da nossa revista.

...” (Revista “Arquitectura”, nº97, Maio/Junho 1967, p. XVII)

Documentos relativos à substituição de Rui Mendes Paula por Carlos Duarte na direcção da revista

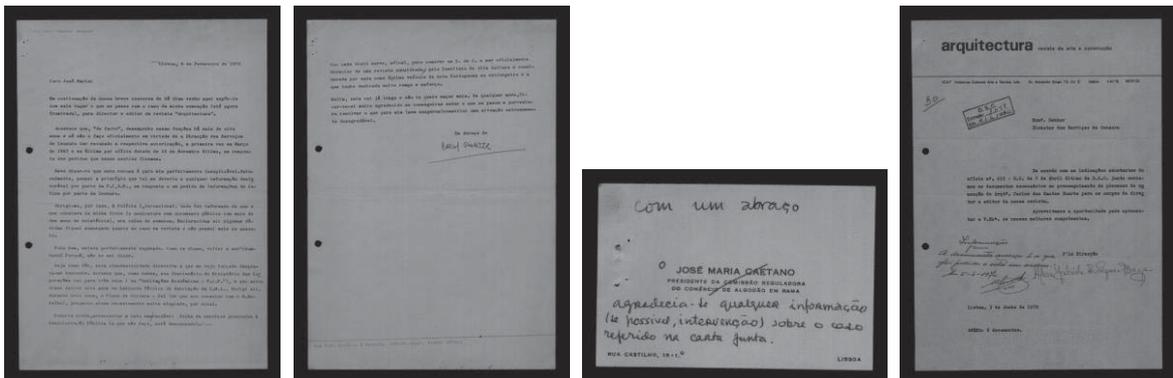


Requerimento ao Director dos Serviços de Censura para substituir o director da revista “Arquitectura”, Rui Mendes Paula, por Carlos Duarte, em 24 de Fevereiro de 1965.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Carlos Duarte “Não oferece garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado”  
Informação da Polícia Internacional da Defesa do Estado (PIDE) sobre Carlos Duarte, proposto para director da Revista “Arquitectura”, em 25 de Maio de 1965.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Novo Requerimento ao Director dos Serviços de Censura para substituir Rui Mendes Paula, por Carlos Duarte na direcção da revista “Arquitectura”, em 21 de Setembro de 1969.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Carta ao Director dos Serviços de Censura insistindo no pedido para substituir Rui Mendes Paula, por Carlos Duarte na direcção da revista “Arquitectura”, em 11 de Novembro de 1969.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)



Carta de Carlos Duarte a José Maria Caetano, filho de Marcelo Caetano, em 9 de Fevereiro de 1970.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Cartão de José Maria Caetano que acompanhava uma cópia da carta de Carlos Duarte, enviada ao Director-Geral da Secretaria de Estado de Informação e Turismo.  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Cópia de uma carta enviada ao Director dos Serviços de Censura em 3 de Junho de 1970, com a informação – “A documentação é a que foi pedida e está em ordem (6/5/1970)”  
(Arquivo Nacional, Secretariado Nacional de Informação, Censura, Caixa 552 / processo 30)

Substituição de Rui Mendes Paula por Carlos Duarte na direcção da revista “Arquitectura”  
Excerto de uma entrevista a Carlos Duarte gravada em Maio de 2011

Carlos Duarte – A revista foi-nos passada de uma maneira muito curiosa... a minha geração, que tomou conta da revista em 57, pagou um escudo à administração anterior, que era como digo o Simões, o Keil, o Huertas Lobo, e uma série de gente... Realmente nós pagámos a revista e ficámos com as instalações, e lá continuámos... a revista teve sempre dificuldades, desde o princípio...

A revista vivia dos assinantes e de publicidade, nunca tivemos... nunca recebemos um tostão de que quer que fosse... tinha que se aguentar. O principal responsável era eu, embora o meu nome não apareça logo no princípio por uma razão simples, é que foi recusado pela censura, pela PIDE, e durante muitos anos não fui director... quer dizer, era sem ser... só mais tarde...

Nuno Correia – O primeiro número em que aparece como director é em 1969, é o nº112 de Março/Abril de 69.

Carlos Duarte – Isso foi conseguido de uma maneira curiosa. Foi quando chegou ao poder o Marcelo Caetano. Eu era amigo de um dos filhos, o José Maria, e via-o com muita frequência... e disse-lhe muitas vezes, isto é um escândalo, eu estou a trabalhar nisto há uma data de anos, está aqui o Rui Mendes Paula, que nunca foi director na vida nem nunca lá apareceu, mas coitado aceitou este encargo... e pedi-lhe mesmo.

– Não queres falar com o teu pai, para ver se ele dá um jeito na PIDE?

E ele fez isso. O Marcelo Caetano telefonou mesmo para a PIDE, e lá retiraram o meu nome daquela lista negríssima em que eu estava. Não por causa da arquitectura, mas por questões políticas.

Nuno Correia – Até essa data, na ficha técnica, aparece sempre o arquitecto Rui Mendes Paula, mas não era ele efectivamente o director?

Carlos Duarte – Inicialmente era o do Frederico Santana... mas o Frederico Santana Morreu. Em que ano?

Nuno Correia – Em 1960...

Carlos Duarte – ...É isso mesmo, foi nessa altura que morreu o Santana num desastre de automóvel... tivemos que resolver o problema de um dia para o outro... e o Rui Mendes Paula que era um amigo nosso aceitou isso, embora não tivesse nada a ver com a revista... o pai dele era da União Nacional, era um tipo bem visto pelo regime, de maneira que aceitou e nós lá continuámos...

**Nota 488**

Revista “Casabella” n°199, Dezembro 1953 / Janeiro 1954

Excerto de “Continuità”, Editorial, Ernesto Nathan Rogers, pp. 2-3

“L’indice, il motto di questo nostro modo di sentire è nella parola *Continuità*, che abbiamo impresso sopra al vecchio titolo, giacchè vogliamo ricordare l’impegno che ci siamo assunti: ed è nella modestia di accettare un’eredità e nella presuntuosa speranza di esser capaci d’amministrarla.

*Continuità*, assai più del fatto pratico di utilizzare una testata col nome di Casabella, significa coscienza storica: cioè la vera essenza della tradizione nella precisa accettazione d’una tendenza che, per Pagano e per Persico, come per noi, è nell’eterna varietà dello spirito avversa ad ogni formalismo passato o presente.

[...]

Non siamo nè idolatri, nè iconoclasti: amiamo i Maestri (della storia contemporanea e della passata), riconoscendo, con gioia, il nutrimento che abbiamo ricevuto dal loro esempio...

[...]

Universalità della cultura: continuità nel tempo; continuità nello spazio.

Non è opera veramente moderna quella che non abbia autentiche fondamenta nella tradizione, epperò le opere antiche hanno significato odierno finchè siano capaci di risuonare per la nostra voce; così, fuori dalla cronologia e da un idealismo non meno astratto, rotti gli argini convenzionali, potremo esaminare il fenomeno architettonico nell’attualità dell’essere: nella sua storica concretezza.”

## ANEXO 2

### Estudo sobre o Movimento Moderno em Portugal Em Arquitectura e Urbanismo

Documentos Relativos ao  
Estudo do Movimento Moderno em Portugal em Arquitectura e Urbanismo  
Bolsa de Estudo atribuída a Nuno Portas pela  
Fundação Calouste Gulbenkian  
Serviço de Belas-Artes, 1962/1964

A transcrição dos textos respeita a ortografia e, na medida do possível, a organização gráfica original, apresentada por Nuno Portas.

Pesquisa e organização de documentos sobre obras significativas para uma História do Movimento Moderno em Portugal (Arquitectura e Urbanismo)

À excepção de monografias especializadas de alguns investigadores (como as do Eng<sup>o</sup> S. Simões ou de M. Rio-de-Carvalho) a realização de um inventário das obras e demais documentos que possam aclarar o processo de aculturação da renovação arquitectónica moderna no nosso país, não foi ainda iniciado, embora seja reconhecida toda a urgência em encetar a necessária preparação e classificação.

Não é para tal a menor razão o facto de se ter já conhecimento da alteração ou destruição de algumas das poucas obras que constituem esse património desde a 2<sup>a</sup> metade do século passado, reunindo enquanto for tempo elementos gráficos, fotográficos e testemunhos dos autores.

Uma segunda razão, mais ampla, será a de permitir o seu estudo crítico e possibilitar uma visão histórica cuja falta constitui um grave óbice à cultura arquitectónica recente e que em numerosos países se tem tentado estudar.

Este trabalho que se propõe insere-se, aliás, num plano mais vasto, resultante de contactos algumas personalidades interessadas e de que demos há algum tempo notícia a título particular ao Ex<sup>o</sup> Director do Serviço de Belas-Artes da F. Calouste Gulbenkian e que agora nos propomos iniciar a título individual, na convicção de que desta forma se não impede um ulterior estudo conduzido em equipa de especialistas de diferentes formações, antes se recolhe e organiza uma documentação indispensável a uma segunda fase de elaboração crítica.

– Para concretizar um pouco o “campo” de pesquisa, detalha-se adiante um esquema provisório.

1. Processo de industrialização e pressões sociais: ensaios de novos materiais e técnicas; novos temas da construção e equipamento; habitat popular do século XIX.

2. Tentativas de renovação da linguagem: movimentos predominantemente decorativistas (neo-classicismo, romanticismo, etc.; arte nova) o gosto purista e neo-plasticista sob influência das correntes europeias; análise em profundidade de obras cuja poética ascende ao plano da concepção estrutural e do programa.

3. Reacção do “nacionalismo” e suas consequências culturais: a dialética do “local e do universal”; a arquitectura monumental e o funcionalismo.

4. A continuidade recente do Movimento Moderno: problemas e obras representativas.

O método que se propõe seguir consistiria em:

a) Reunir o maior número de informações em publicações, documentos escolares ou de arquivos públicos, testemunhos pessoais,

b) Recolher ou executar peças gráficas, visitar e fotografar pormenorizadamente as obras seleccionadas como interessando a qualquer título, além de procurar explicar a sua génese, influências e reacções provocadas junto dos autores, colaboradores, familiares, etc.

c) Relacionar as características das obras e autores com as ideias e condicionalismos da época e com a evolução da arquitectura contemporânea fora do país.

– Além de trabalho de gabinete, este tipo de estudo implica portanto frequentes deslocações aos locais das obras, dentro do país, trabalhos de levantamento topográfico e fotográfico, de fotocópia ou reelaboração de desenhos, etc.

– Quanto à sua divulgação pública propõe-se seja estudada posteriormente, vindo no entanto, desde já, as seguintes modalidades, admitindo que o resultado da recolha o autoriza,

a) Publicação numa série em revista especializada – Arquitectura – a exemplo das revistas italianas,

b) Preparação de livro dedicado ao assunto,

c) Preparação de Exposição fixa ou itinerante nas Escolas e associações culturais.

Estudo Sobre  
O Movimento Moderno em Arquitectura e Urbanismo, em Portugal  
Relatório do 1º Período de Actividade

1 – Critério

Para a prossecução dos objectivos da investigação que nos propusemos sobre as fontes e evolução do movimento moderno em arquitectura e urbanismo no nosso País, teve-se em vista:

- a) Orientar o trabalho no período inicial para uma pesquisa de obras que por qualquer razão me aparecessem como significativas mas sem obediência a um plano crítico pré-concebido, inclusivamente o que tínhamos já proposto em artigos anteriormente publicados.
- b) Nesta pesquisa não se tiveram em vista apenas obras “de architectos” no sentido de obras de excepção ou de origem erudita, mas deseja-se dar toda a importância ao conhecimento das diferentes etapas do “Standard” das principais cidades, fases características de arquitectura e arte urbana correntes, em face das quais se podem localizar as muito raras obras de qualidade.
- c) Organizar, como elemento principal de trabalho, um ficheiro documentado gráfica e fotograficamente, quer de obras e efemérides de alguma importância, quer das referências bio-bibliográficas referentes à produção de arquitectura e urbanismo no País.
- d) Evitar o estabelecimento de limites cronológicos apertados para a recolha dos elementos que podem atingir, num extremo, a reconstrução da Baixa Pombalina (fenómeno já com aspectos de “modernidade”) e no tempo mais próximo a contribuição decisiva de alguns nomes já de algum modo consagrados da geração de 1950, seguindo-se aqui o critério de manuais estrangeiros da arquitectura contemporânea.
- f) Estabelecer permanentemente o paralelismo e referências cronológicas com as várias etapas do movimento moderno europeu ou americano. Particular atenção nos parece merecer o recente trabalho de Carlos Flores sobre o mesmo tema na vizinha Espanha.
- g) Após estar de posse da documentação de base efectivar uma série de entrevistas com architectos, técnicos, historiadores e críticos de várias gerações, a fim de recolher informações directas, esclarecimentos complementares e outros dados, impossíveis de obter nas fontes anteriormente referidas.

Estas directrizes que tomámos para o início dum trabalho em que nos encontramos extremamente desajudados no que respeita a estudos anteriores (e nesta matéria os exemplos de interesse são raros e dispersos em imenso volume de construção) estão relacionados com a preocupação, já expressa anteriormente de apenas se desejar proceder, na decorrente primeira fase de actividade, a um inventário e recolha de elementos de estudo que possa estar presente a uma posterior etapa de organização e crítica histórica que desejaríamos prosseguisse em termos de trabalho de equipa.

Além da organização dos ficheiros, que adiante detalhamos, iniciámos algumas entrevistas, ainda que só agora nos pareça aconselhável dar seguimento ao plano de contactos pessoais que se elaborou. Aproveitando no entanto a primeira estadia um pouco mais prolongada na cidade do Porto, registámos as impressões de Rogério de Azevedo, Viana de Lima, Januário Godinho e A. Losa, além de nomes mais recentes. Troca de impressões, que cremos, será decisiva para o esclarecimento de certos pontos (acerca do período 1928-40, nomeadamente) e a que já solicitámos ao Professor Carlos Ramos, mas que afazeres excepcionais têm aconselhado adiar. Seguir-se-ão outros nomes, de entre os quais salientaremos os de Cassiano Branco, Jorge Segurado (possuidor de documentação valiosa), Cristino da Silva, Keil do Amaral, o Professor Mário T. Chico, o crítico Roberto Nobre, Almada Negreiros, etc.

Quanto à investigação bibliográfica, passaram-se em revista as colecções completas das revistas especializadas:

Arquitectura Portuguesa (desde 1908)

Construção Moderna

Arquitectura

Arquitectura, cerâmica e [edificação]

e algumas publicações hebdomadárias que poderiam fornecer indicações para a caracterização do ambiente de algumas épocas (Serões, A Ilustração Portuguesa, Abc, etc) ou mesmo artigos directamente interessantes (caso dos artigos de José de Figueiredo, na primeira década).

Também publicações oficiais dedicadas a divulgação das artes e obras públicas foram observadas, nomeadamente “Portugal” (ed. S.N.I.) e “15 anos de Obras Públicas”.

De entre as obras de doutrinação e crítica revistas, destaca-se a de Raul Lino, pela influência que teve na produção e no público, além da anterior actividade de Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, Sousa Viterbo e do citado José de Figueiredo e outros, em obras e artigos que ficaram fechados.

## 2 – Diligências várias

Entre outros objectivos alheios a este trabalho, que nos possibilitaram uma deslocação a Madrid, tivemos uma troca de impressões muito proveitosa com o citado arquitecto Carlos Flores durante a qual nos foram amavelmente prestadas informações sobre o método da pesquisa, que no caso da sua obra se apoiou nos depoimentos dos arquitectos e críticos mais idosos e na permanência de uma Revista especializada de bom nível crítico (auxílio que nos falta, praticamente, entre 1910 e 1938).

Neste sentido intensificamos neste 2º trimestre a efectivação da série de entrevistas e procederemos à recolha de elementos bibliográficos nalgumas bibliotecas de cujo interesse se tem notícia certa, em especial as do Museu Nacional de Arte Antiga e Academia de Belas Artes em Lisboa e da Câmara Municipal do Porto.

No primeiro dos locais encontra-se também a documentação sobre “Arte Nova” do Dr. Rio-de-Carvalho que amavelmente nos ofereceu a possibilidade de consulta e reprodução.

Tendo feito diligências para datar, identificar os autores e recolher elementos de projecto de numerosas obras que se fotografaram já, em Lisboa, concluimos ser imprescindível officiar ao Presidente da Câmara Municipal o que se fará logo que se dê por praticamente completa a recolha na cidade. (Aqui a razão porque não se puderam identificar algumas das obras que se ilustram em anexo).

A documentação fotográfica, por nos parecer a mais útil para um futuro trabalho de estudo, foi desde logo iniciada apesar de ter sido prejudicada pelas condições climáticas. Pensou-se, em todo o caso, que a selecção de ampliações 9x12cm feita sobre mais de 300 exposições, ofereceria um mínimo de possibilidades para o estudo, apenas tornando necessária uma segunda tomada de vistas para eventual publicação. Posteriormente, foi-nos já possível dispor de objectivas adequadas ao presente tipo de fotografias; só agora portanto se farão, por exemplo, fotos de interiores, das principais obras, ou aspectos de conjunto de certas zonas urbanas.

No próximo relatório cremos poder incluir já uma primeira lista indicando algumas obras valiosas de que sabe preparar-se a destruição ou alteração e para o estudo e salvamento das quais se deveria chamar a atenção urgentemente.

Anexos:

1º – Primeiro plano para recolha de material de estudo

2º – Classificação dos elementos recolhidos (Ficheiro)

3º – Exemplos de algumas obras fotografadas

## I – Primeiro plano para recolha de material de estudo

### A – Fontes

- Tentativas de transição figurativa a partir dos formulários classicistas.
- Soluções urbanísticas de interesse nas principais cidades do País, a par do tecnicismo incipiente.
- Aplicação de novos materiais e processos de construção: ferro fundido; cimento armado; vidro.
- Aplicação de materiais tradicionais em processos renovados: tijolo; cantaria; madeira.
- Reflexos no artesanato do espírito “arts and crafts”
- Formas de habitat espontâneo pré-figuradoras das necessidades sociais que o movimento moderno viria a assumir.

### B – Desenvolvimento do movimento

a) – Período anterior à 1ª guerra: expressão romântica e neo-clássica. Expansão e degenerescência da Arte Nova (referência à cerâmica decorativa); obras de V. Terra (Lx), Marques da Silva (P.) e outros.  
- Acção crítica de Ramalho Ortigão, José de Figueiredo, etc.

b) Período entre guerras

- Influência do neo-plasticismo e do purismo da escola germânica, a par de influências da sesseção vienense.
- Obras dos anos 30: C. Ramos, Rogério de Azevedo, Cristino da Silva, Adelino Nunes, J. Segurado, Cassiano Branco, etc.
- Reacção anti-europeizante e tentativa de caracterização tradicionalista no espírito da doutrinação de Raul Lino.

c) Período iniciado por volta de 1940

- Geração de 1940: Keil do Amaral, Januário Godinho, Viana de Lima, Arménio Losa, José Porto, etc.
- Uma realização habitacional: Alvalade; o I Congresso e o Grupo ODAM; maior consciência teórica do espírito do movimento moderno; influência de le-Corbusier.
- Geração de 1950: Celestino de Castro, F. Távora, N. Teotónio Pereira, etc.  
A crítica de M. Tainha e as Exposições Gerais de Artes Plásticas.

## II – Classificação dos elementos escolhidos (ficheiros)

a) – Fichas de autores: cerca de 30  
(Nome, idade e data de diploma, obras representativas, ref. bio-bibliográficas)

b) – Fichas de obras: cerca de 80  
(Tipo de obra, local, autor, data, notas críticas, ref. bibliográficas)

c) – Fichas de projectos não executados: cerca de 10  
(Idem)

d) – Fichas de acontecimentos significativos: cerca de 10  
(Assunto, referência bibliográfica, transcrição de passos característicos)

e) – Fichas bibliográficas: cerca de 15  
(Publicação, título, autor, resumo e transcrições)

f) – Resumos bibliográficos: cerca de 15  
(Transcrições mais extensas dos estudos mais importantes)

g) – Ficheiro fotográfico, no formato 9x12 cerca de 80 obras  
(150 fotos classificadas)

h) – Ficheiro de elementos gráficos: recolha apenas iniciada  
(Projecto, levantamento, etc.)

i) Anotações de entrevistas com autores, clientes, críticos, etc.

Os ficheiros a) a e) e ainda g) têm o formato 10x12,5, a partir do formato normalizado “Bibliográfico”, mas com a altura de 10 cm a fim de aceitar as provas fotográficas 9x12 cm, correspondentes.

Nota: Apenas entraram nesta contagem as fichas pelo menos parcialmente anotadas: dispomos de listas, relativamente extensas, pois quase atingem a centena, ou notícias de obras construídas ou escritas mas que neste primeiro período foi impossível visitar ou reler para registar em ficha. Outras, por já muito conhecidas, foram remetidas para mais tarde; de entre os exemplos de “arte nova”, já estudados pelo Dr. Rio-de-Carvalho, apenas se fotografou uma escassa meia dezena; o mesmo critério se seguiu para o caso da cerâmica, conhecido pelo Eng<sup>o</sup>. Santos Simões com grande detalhe.

1º RELATÓRIO  
LEGENDAS DAS IMAGENS  
PÁGINAS 1-3



Página 1

Novas Técnicas

Betão – F. Posterior Cinema S. Luís / Tijolo, Ferro, Vidro / Ferro – Mercado da Fruta (Porto), Gare de Alcântara (Lisboa)

Página 2

Habitação operária de Lisboa

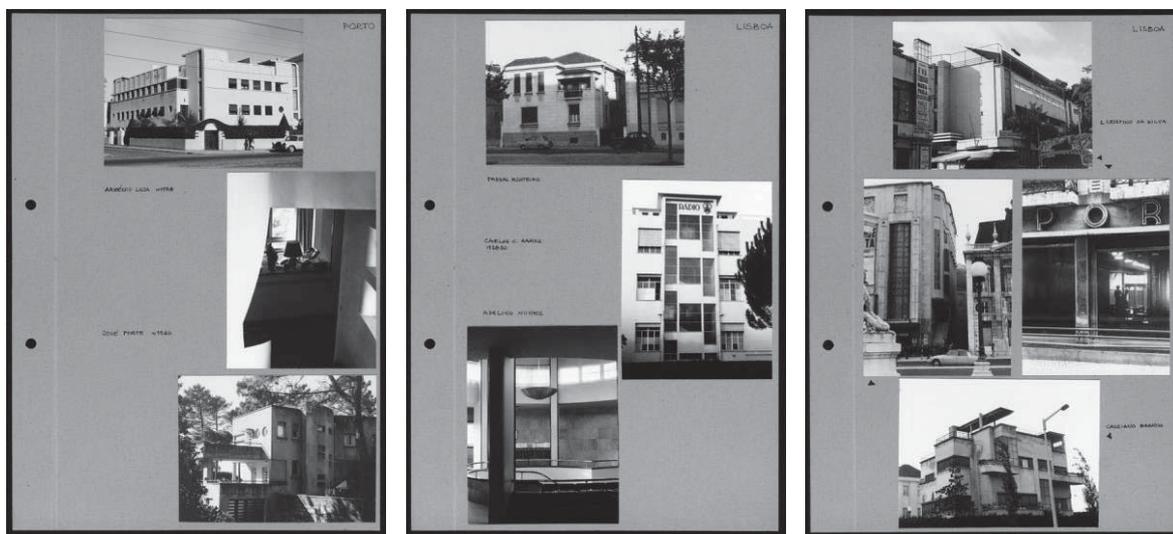
A “Bagatella” / Um Pátio da R. D. Maria Pia

Arquitectura “espontânea” c/ novos materiais

Página 3

Porto

Habitação social – Jto acesso N da Ponte da Arrábida (em demolição) / Rogério de Azevedo 1926 /  
Januário Godinho 1937



Página 4

Porto

Arménio Losa ~1938 / José Porto ~1940 (2 fotografias, interior e exterior)

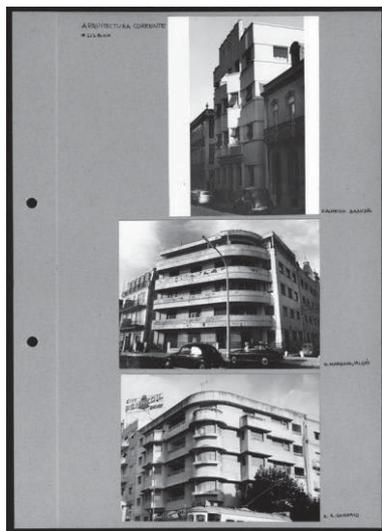
Página 5

Lisboa

Pardal Monteiro / Carlos C. Ramos 1928-30 (Pavilhão de Rádio do IPO) / Adelino Nunes

Página 6

L. Cristino da Silva (2 imagens) / Cassiano Branco (2 imagens)



Página 7

Arquitectura Corrente – Lisboa

R. Almeida Brandão / E. Marginal-Algés / R. R. Sampaio

Estudo Sobre o Movimento Moderno  
Em Arquitectura e Urbanismo em Portugal  
Relatório do 2º Período de Actividade

Descrito no Relatório antecedente o método seguido na pesquisa do material de estudo, assim como do tipo de fichas, documentário fotográfico, etc. que se organizaram, limitamo-nos na presente comunicação a dar uma indicação do avanço da recolha de documentos.

a) – Documentação fotográfica

Uma vez fotografados, inicialmente, grande parte dos exemplos de maior evidência, torna-se agora naturalmente, menos rendosa em quantidade esta parte do trabalho. Fizeram-se no entanto neste trimestre mais de 120 fotos, um terço das quais no Norte do país.

Salientamos, da documentação colhida nesta fase, uma série de “marquises” lisboetas (duas das quais em demolição), alguns prédios “modernistas” das Avenidas Novas, os Bairros Sociais de Arco do Cego e Picheleira em Lisboa e Sidónio Pais e Viterbo de Campos no Porto (este último conjunto, notabilíssimo, está em vias de irremediável destruição devido aos acessos da P. da Arrábida).

No caso de Lisboa são cerca de 30 os exemplos de que já se possui referência mas que não foram ainda fotografados.

Mandaram-se executar fotocópias de alguns documentos menos acessíveis, tais como aspectos de edifícios já demolidos ou alterados (caso do interior, notável, dos armazéns Grandella) ou simples projectos que ficaram sem execução.

b) – Documentação Gráfica

Iniciou-se a recolha, aliás menos fácil do que se presumia, de elementos de projecto e apresentação de obras.

Consideram-se aqui dois trabalhos distintos:

– No primeiro grupo, trata-se de arquivar por forma normalizada, projectos já publicados em locais e datas dispersas. Tem-se decalcado sobre papel vegetal no formato A5, conforme exemplos destacados em folha anexa;

– O segundo tipo de trabalho, mais importante mas mais ingrato, é o de procura de originais ou cópias dos projectos não publicados, junto de repartições, autores (ou seu herdeiros), etc. Estes elementos são em seguida reduzidos conforme o exige o formato do ficheiro de originais acima citado.

c) – Depoimentos

Anotaram-se trocas de impressões com diferentes pessoas que conduziram à ampliação de referências, efemérides, ou opiniões. Destacam-se, de entre os contactos havidos, os dos Profs. Arqt.ºs Carlos Ramos (Abril) e Cristiano da Silva (Maio) ambos não concluídos e as indicações do Engº Freitas Morais, estudioso dos trabalhos dos Engenheiros Militares, nomeadamente durante o período Pombalino. Seguir-se-ão contactos com os Arqt.ºs Cassiano Branco, J. Segurado, Raul Lino, Keil do Amaral além de alguns construtores civis já referenciados e ainda vivos.

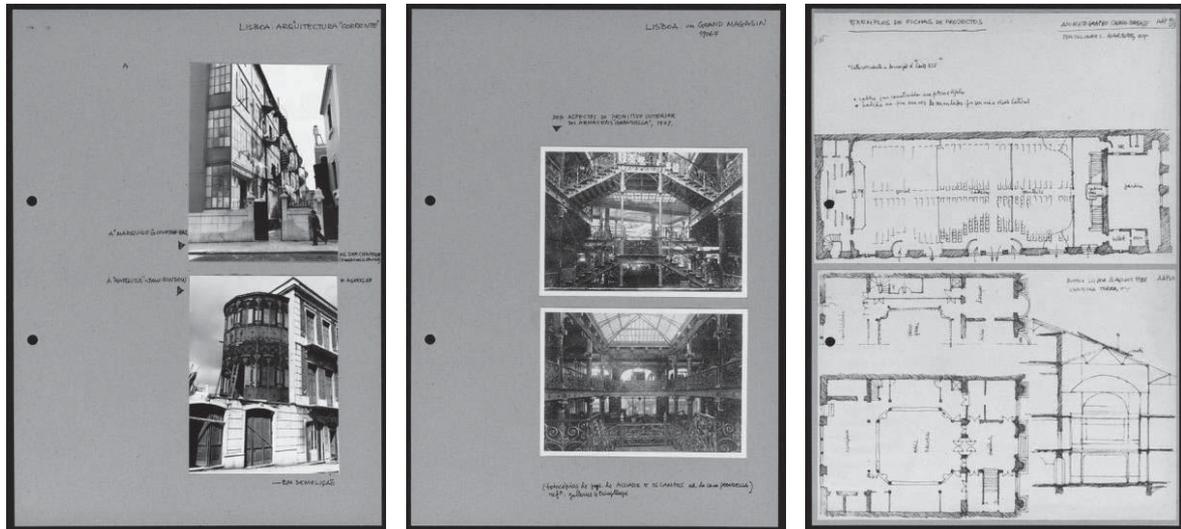
d) – Estudos da cultura arquitectónica no país e estrangeiro

Continuou-se a leitura e fichagem de publicações portuguesas dedicadas à arquitectura, assim como de estudos novecentistas no que respeita aos movimentos de ideias e evolução económico-social do País, pesquisando nomeadamente a radicação de indústrias metalúrgicas no País e o movimento de urbanização.

Devido à importância que toma nos depoimentos e no material recolhidos o movimento de Secessão Vienense, a influência de Wagner, Hoffmann, Olbrich, etc., nos nossos arquitectos dos anos 20 a 30, estudou-se com cuidado e ficharam-se as características e datas mais importantes deste período. O mesmo, a partir do estudo publicado sobre a arquitectura espanhola, já antes referenciado, o que permitiu observar uma curiosa convergência de datas (1923-1927) na estadia na Europa, respectivamente dos Portugueses Carlos Ramos e Cristino da Silva e do Espanhol Mercadal o qual viria a fundar o grupo G.A.T.E.P.A.C.. Parece no entanto que é a ausência de um movimento estruturado como o lançado em Espanha que explica a rápida derrota, no nosso País, da arquitectura de vanguarda em face do meio obviamente impermeável e reactivo. O estudo a que se procedeu, do que pode considerar-se como edifícios-chave do nosso “esprit nouveau” – e são eles: Garagem Comércio do Porto, R. Azevedo, 1924; Cinema Capitólio, C. Silva, 1926; Pavilhão de Rádio, C. Ramos, 1929; Liceu de Beja, C. Silva, 1931 – permite atribuir-lhes uma grande qualidade e importância histórica, ainda que, porventura, os seus autores não revelassem uma profunda assimilação das bases culturais do movimento europeu, no entanto a essa data já amplamente elaboradas.

Nas conversações tem-se insistido agora no esclarecimento deste período e particularmente nas motivações que levaram ao brusco abandono das auspiciosas estreias modernistas e ao reaparecimento da arquitectura folclórica e retrógrada, sobretudo a partir de 1933.

Lisboa, Abril de 1963



Página 1

Lisboa – Arquitectura “Corrente”

A “Marquise”=Courtain-Wall, Av. Def. Chaves 28 (Traseiras D. Davica) /A “Marquise”=Bow-Window, R Açores 59 (em demolição)

Página 2

Lisboa – Um Grand Magasin 1906-7

Dois aspectos do primitivo interior dos Armazéns “Grandella”, 1907 (fotocópias de pgs. de A Cidade e os Campos ed. da casa Grandella – Ref<sup>a</sup> Galleries Le Primptemps)

Página 3

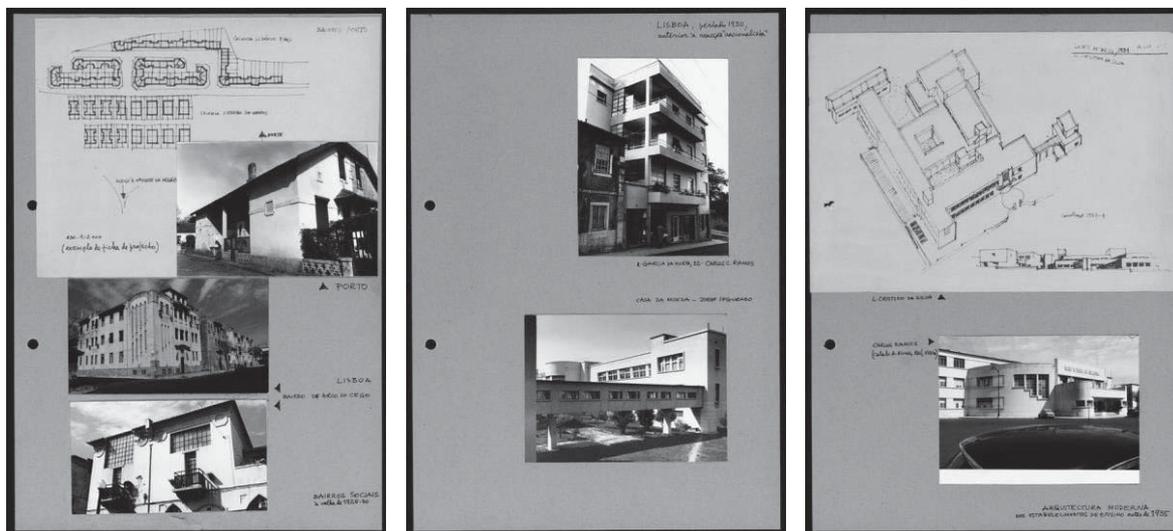
Exemplos de Fichas de Projectos

Animatographo Chiado-Terrasse, Tertuliano L. Marques, arq., AAP 1911 n°7

Interiormente a decoração é “Luís XIV” – A cabine foi construída em ferro e tijolo – O balcão ao fim... por ser má a visão lateral /

Banco Lisboa e Açores, 1908, AAP n°1, Ventura Terra, arq.

2º RELATÓRIO  
LEGENDAS DAS IMAGENS  
PÁGINAS 4-6



Página 4

Bairros Sociais à volta de 1925-30

Bairros Porto – Colónia Sidónio Pais, Colónia Viterbo de Campos

Esc. 1:2000 (exemplo de ficha de projecto) /

Lisboa – Bairro do Arco do Cego

Página 5

Lisboa, período 1930, anterior à reacção “nacionalista”

R. Garcia da Horta, 32 – Carlos C. Ramos / Casa da Moeda, Jorge Segurado

Página 6

Arquitectura Moderna nos estabelecimentos de ensino antes de 1935

Liceu de Beja, 1931, L. Cristino da Silva (Construção 1931-4) / (Liceu D. Filipa de Lencastre) Carlos

Ramos (colab. A. Nunes, Keil, Vieira)

Estudo Sobre  
O Movimento Moderno em Arquitectura e Urbanismo em Portugal  
3º Relatório / Período de Abril a Junho de 1963

Pensámos ser oportuno neste relatório da 3ª fase proceder a um balanço dos períodos anteriores, indicando inclusivamente as mais visíveis lacunas da documentação reunida.

O tempo dedicado a esta tarefa foi ocupado pela continuação da pesquisa de documentos de interesse numa fase em que são já mais raras as obras de valor conhecidas ou facilmente visíveis e ainda não fichadas pelo que se intensificaram as trocas de impressões com personalidades cujo testemunho se poderia revestir de interesse para mais detalhado conhecimento das épocas em estudo ou para o fornecimento de elementos sobre a sua própria actividade.

#### 1 – Limites da pesquisa bibliográfica

A maior extensão destas consultas impõe-se aliás neste período – como adiante se indicará – pois a pesquisa nas fontes bibliográficas, sobretudo em revistas da especialidade, pode considerar-se de magros resultados práticos. Com efeito, as publicações referidas não só não cobrem todo o período por intermitentes ou de efémera duração como eram em geral de medíocre qualidade documental, gastando-se frequentemente com projectos não realizáveis ou obras de conformismo academisante (caso, por ex. de “Arquitectura Portuguesa” entre 1914 e 1930). Quanto às revistas de carácter não especializado, informativas (como “Os Serões”, a “Ilustração Portuguesa” ou mais tarde “abc”, por e.), ou de expressão literário-artística (como “Contemporânea”, “Litoral”, “Revista Portuguesa”) que temos folheado com alguma sistemática, deixam em geral de lado o fenómeno arquitectónico, não só pela pouca relevância cultural deste durante largos períodos (entre 1913 e 1926, para só citar o mais longo) como ainda pelo abismo que se vai cavando entre a arquitectura e o urbanismo e os outros campos da actividade artística e que apenas parece reduzir-se, por momentos breves, na década de 30 sob a acção de António Ferro e que se exemplifica na I Exposição de Arte Moderna.

Os períodos mais atingidos por estas lacunas nas fontes bibliográficas são, além do já citado (1913 a 1926), e do que se segue a 1936, o anterior a 1900. Sabendo-se, no entanto, que as primeiras obras conscientemente modernistas (na acepção de correspondentes às diferentes facetas do que se chamou o “modern style”) aparecem no nosso país, apenas ao longo da primeira década deste século (1), não é de estranhar tal lacuna: os documentos que temos compilado com data anterior são de um tipo que não interessava então a essas publicações: experiências de racionalização no emprego de novos materiais, depuração dos resíduos académicos em certas obras, casos de estrita aderência a programas marcadamente funcionais, ou formas de habitat colectivo nos subúrbios operários das cidades, etc. Correspondem a este tipo de documentos, trechos de “traseiras” urbanas lisboetas – que já exemplificámos em relatório anterior – onde o construtor resolvia com maior liberdade e vigor formal os problemas de zonas de vida da habitação (as marquises, as varandas, as bow-windows).

#### 2 – Os testemunhos pessoais

O processo que se revela mais produtivo é o da consulta viva dos próprios personagens que trabalharam neste períodos e que, naturalmente, se revela mais difícil para os tempos mais remotos, isto é, anteriores a este século.

---

(1) É o período que tem sido pormenorizadamente estudado pelo Dr. M. P. Rio-de-Carvalho mas apenas respeitante à faceta “art nouveau”.

Após as anteriores entrevistas com os arqt<sup>os</sup> Rogério de Azevedo, Carlos Ramos, Viana de Lima, Januário Godinho, tivemos a possibilidade de trocar impressões com Raul Lino (cujo início de actividade remonta a 1890, permitindo reconstruir, e com auxílio de notável cultura e vivacidade de espírito, um fio condutor do ambiente e obras de mais de 70 anos), L. Cristino da Silva, e Jorge Segurado (que por seu turno são protagonistas do período de maior relevância para a fase do movimento moderno mais consciente – anos de 1925 a 35). Além destes autores de obras trocámos impressões com o Dr. M. P. Rio-de-Carvalho que nos facultou todo o material das suas investigações, em elevada prova de camaradagem, além de valiosa colaboração sobre o método a seguir.

O espaçamento com que temos realizado este encontros deve-se, por um lado, à dificuldades em obter, não o assentimento e boa-vontade mas a disponibilidade de datas para reuniões que exigem certa extensão; por outro lado, à verificação de que se obtém uma maior concretização das opiniões e recordações em face da colecção de documentos fotográficos já reunida. A identificação de autores e datas de muitos dos exemplos que se haviam registado e fotografado tem-se feito desta forma. (2)

No período que se segue, terminaremos esta parte do programa com as entrevistas com os arqt<sup>os</sup> Cassiano Branco, José Porto, Keil do Amaral, Prof. Carlos Ramos (2<sup>a</sup> troca de impressões para escolha de documentos das sua obras), Couto Martins e Almenda Júnior (que em Lisboa e Porto, respectivamente, foram autores de obras de muito interesse, anterior a 1940), Eng<sup>o</sup> Pardal Monteiro (que pôs amavelmente à disposição o arquivo dos trabalhos do seu pai) e prof. Mário Chico a quem poremos alguns problemas relativos ao modo de classificação dos elementos (ver ponto 4).

### 3 – Procura directa de elementos

Além das novas indicações ou pistas obtidas nas démarches anteriormente citadas, prosseguimos a “pesquisa de rua” sobretudo na cidade de Lisboa. (Note-se, a propósito, que apesar das deslocações já feitas a outras cidades a procura feita em Lisboa é, naturalmente muito mais minuciosa do que a do Porto e ainda mais da que registámos noutros pontos da Província. Nota-se já que certos tipos de documentação que são apenas factos relevantes da construção urbana corrente, em oposição à “arquitectura dos arquitectos”, foram feitos com certo carácter sistemático apenas na capital).

Fotografámos neste período, por exemplo, o prédio da Av. Almirante Reis nº121 – cujo autor ainda não conhecemos, e que emerge pela qualidade de concepção da sua fachada, do nível de toda a construção da época, merecendo desde já uma análise mais cuidada.

Foi ainda o caso da insólita construção que inicia junto ao B<sup>o</sup> do Arco do Cego a R. Elias Garcia, poderosamente talhada em planta e elevação, além de ter uma decoração pintada que a forma única em Lisboa. Cremos que se trata de um edifício que importaria salvar da demolição e cujos elementos gráficos pediremos desde já à Câmara Municipal de Lisboa.

A pesar do número de obras fotografadas ser já bastante elevado – ainda que nem todas de qualidade homogénea – temos ainda uma meia centena de locais registados a visitar para o mesmo fim, além de certas obras públicas que temos deixado apenas fichadas por serem do domínio público e constarem de publicações oficiais.

Observando este material, nota-se nesta fase uma ausência sensível de documentos relativos ao séc. XIX – obras de carácter erudito, neo-clássicas e académicas, e aos fenómenos típicos do Porto (a urbanização e fachadas-tipo dos Almadás, nomeadamente) muito relevantes pelo seu alcance cultural.

---

(2) Em anteriores relatórios apresentam-se exemplos não identificados e datados com precisão de que já possuímos neste momento elementos.

Nota-se a seguir que não podemos ainda terminar um estudo de base das diferentes fases de crescimento de Lisboa e Porto que permita inserir no âmbito urbanístico os principais casos documentados. Por outro lado, tem sido reduzido, pelas naturais dificuldades o estudo dos interiores, que pela obtenção das plantas quer por visitas pessoais.

#### 4 – Programa para o 4º Período

Além dos trabalhos indicados – e alguns dos quais não poderemos certamente levar totalmente a cabo: identificação de todas as obras, elementos dos projectos respectivos (3) – a maior tarefa que nos ocupará neste período será a do completamento das fichas de obras e um esboço da sua classificação provisória que se pensa deve ser feita em diversas séries, podendo uma dada obra interessar por diferentes motivos.

Esta arrumação poderia ser feita como segue, sublinhando-se que é feita com o carácter provisório e de facilitar apenas uma avaliação posterior do valor da pesquisa feita.

#### Classificação Crítica, Provisória, das Fichas de Obras – Edifícios / Conjuntos

##### Critérios

##### A1 por autores das obras

##### A2 por “gerações” de autores

(tomando em conta a relatividade do termo, experimenta-se a caracterização de fases e equipas de autores de maior afinidade)

##### B1 pela tipologia dos edifícios

(quando o tema e o programa tenham uma clara contribuição na concepção das obras)

##### B2 pela tipologia de certos elementos dos edifícios

(elementos funcionais ou figurativos)

##### B3 pelo emprego de determinados materiais e técnicas

##### D por afinidades culturais ou estilísticas

(entre si e com os movimentos estrangeiros)

##### Listas para trabalho subsequente

a) proposta de uma “primeira linha” de obras, factos e textos que se destaquem nitidamente pela sua ressonância cultural e que deverão ser objecto de estudo aprofundado ou monográfico na fase seguinte deste trabalho.

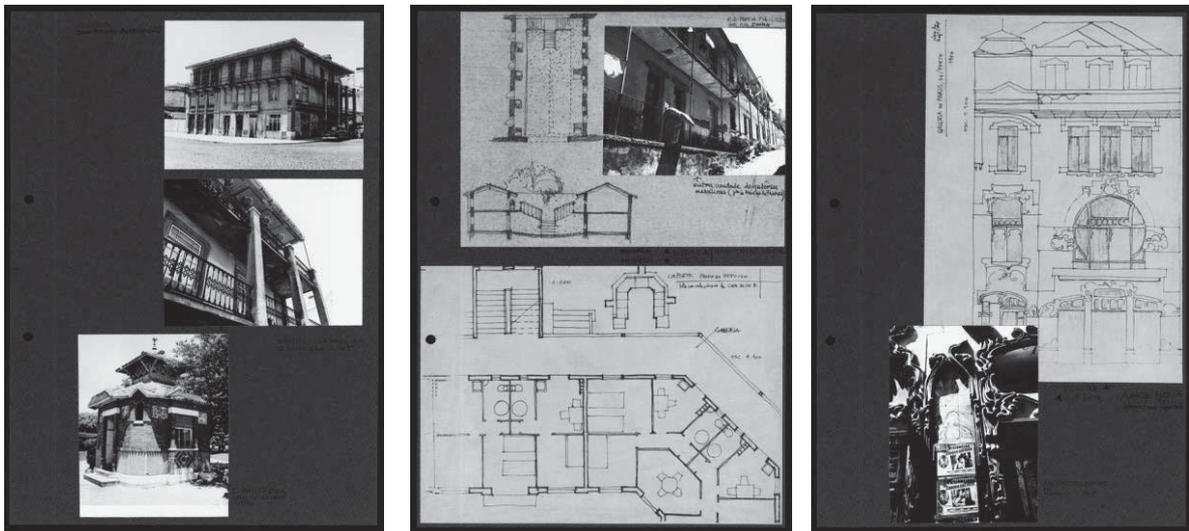
b) indicação das obras que nos aparecerem como ameaçadas de provável demolição e que pela sua importância aconselhem o estudo de uma acção mais urgente de estudo ou de conservação.

Lisboa, 8/63

---

(3) Os progressos aqui dependerão em grande parte das facilidades da C. M. de Lisboa solicitadas em carta de 20/08/63 de que juntamos cópia. A concessão destas facilidades parece não ser fácil, a avaliar por outros casos anteriores.

3º RELATÓRIO  
LEGENDAS DAS IMAGENS  
PÁGINAS 1-3



Página 1

Lisboa – Construções de excepção

Edifício na esquina da R. Elias Garcia nº1 / I. Sanitárias, Cais do Sodré ~1900

Página 2

Habitação Social

Lisboa – Espontânea, R. D. Maria Pia, séc. XIX, 2ª metade (outra unidade de galerias metálicas – junto à Penha de França) /

Porto – Municipal, Prado do Repouso, blocos colectivos da C. M. Porto

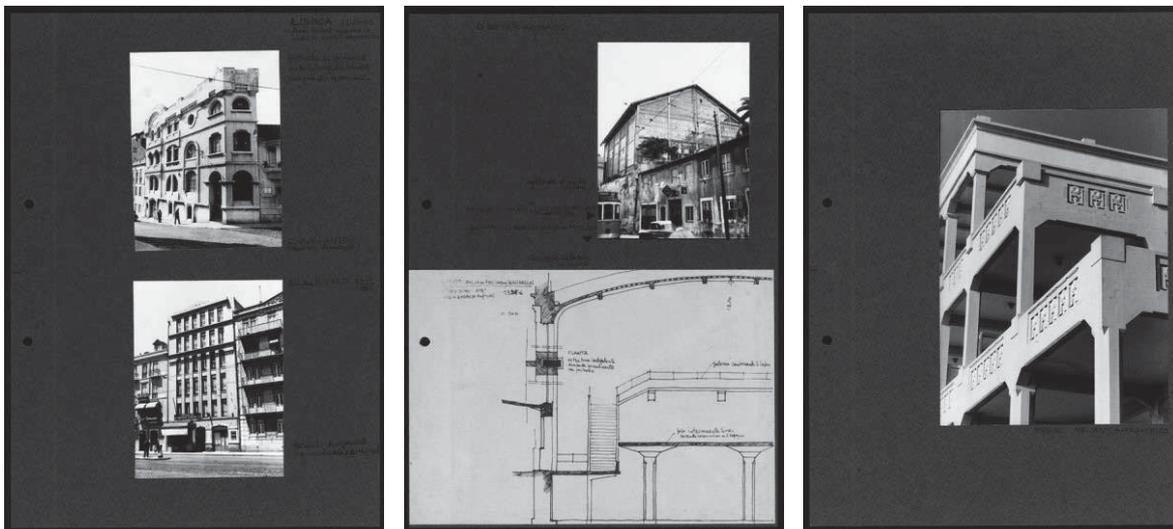
Página 3

A Arte Nova. Exemplos mais importantes

Porto – Galerias de Paris, 34, Porto, Cópia do projº CMP, 1906 /

Lisboa – Animatógrapho do Rossio, 1907

3º RELATÓRIO  
LEGENDAS DAS IMAGENS  
PÁGINAS 4-6



Página 4

Lisboa 1915-30

... depois de art nouveau, antes de esprit nouveau...

Fachada de expressão ainda liberty, de intensa composição de volume, R. Navegantes (aguarda demolição) / Fachada de expressão racionalizada e estrutural, Av. Almirante Reis, 121

Página 5

O Betão Armado

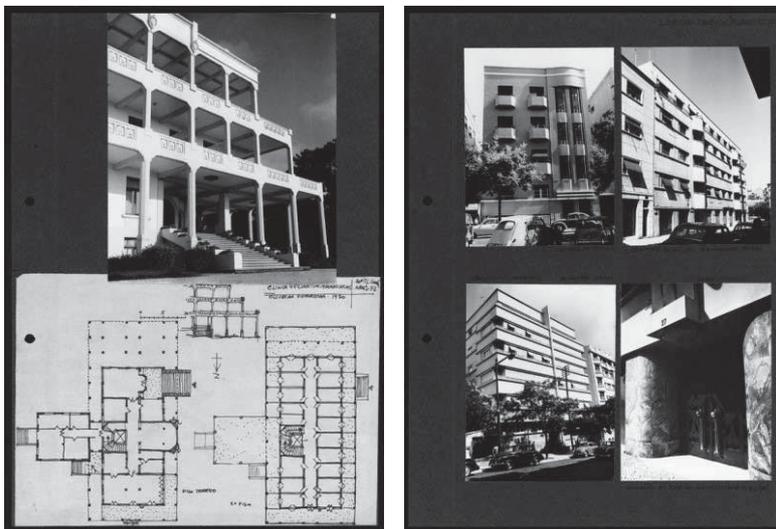
Aplicação directa no plano – ex. Cotinelli Telmo: Lusitânia Filme, R. S. Bento (1920) /

Concepção elaborada no espaço – Godinho C. Araújo: Bolsa do pescado, Massarelos, Porto, 1934-6

Página 6

1926-30 Heliantia, Fancelos

3º RELATÓRIO  
LEGENDAS DAS IMAGENS  
PÁGINAS 7-8



Página 7

Clínica Heliantia Francelos, Oliveira Ferreira, 1930, levantamento L. Cunha, Arq<sup>a</sup> n<sup>o</sup>72

Página 8

Lisboa – Prédios “Modernistas”

Av. Praia da Vitória, 17 / L. Cristino da Silva, R. Alexandre Braga / Cassiano Branco, Avenida Álvares Cabral / Av. Def. Chaves, 27 (exemplo do detalhe, em mármore e metal)

Estudo Sobre  
O Movimento Moderno em Arquitectura e Urbanismo em Portugal  
Relatório do 5º período de pesquisa

Como se previra no programa estabelecido para o período de prolongamento do estudo que me foi concedido este destinava-se sobretudo a completar parte da investigação feita, nomeadamente nos pontos que apresentassem mais graves lacunas, e para permitir as melhores condições à elaboração posterior que se venha a apoiar na documentação que nos propusemos recolher.

1 – Como primeiro trabalho, procedeu-se a uma revisão geral do material, integrando nas fichas de autores, obras ou documentos, toda a informação de que se dispunha e se encontrava dispersa por notas manuscritas de diversas proveniências.

Particularmente, ao longo das entrevistas havidas com personalidades de várias gerações – neste aspecto mais produtivas desde que se encontra reunida a maior parte dos documentos fotográficos – tem sido possível completar mais alguns desses dados, corrigir outros, introduzir novas fichas.

2 – Como trabalho de estudo, avançou-se na organização de mapas sinópticos com os autores, obras ou acontecimentos mais importantes e que constituem já uma primeira fase de elaboração crítica. Estes mapas, cujo esquema comunicámos já no 3º Relatório, constituirão naturalmente uma contribuição para o prosseguimento do estudo sendo portanto anexos ao Relatório final.

Entrevistas efectuadas

Durante este período reatou-se a série de entrevistas que se têm revelado – à falta de publicações especializadas e com nível documental – como processo mais produtivo para a evolução das épocas e mesmo para o reconhecimento de obras documentadas apenas pelo material fotográfico.

Durante as últimas sessões de trabalho havidas com os arquitectos Raul Lino, Keil do Amaral, Cassiano Branco, Januário Godinho (2ª) e Couto Martins, pode efectivamente ampliar-se o ficheiro de obras mas, mais ainda, recolher testemunhos muito interessantes sobre o ambiente cultural das diversas fases. Procurou-se, nestes casos, aprofundar o período de 1930 a 1945 particularmente difícil e contraditório, tentando iluminar objectivamente personalidades como as de Pardal Monteiro, Duarte Pacheco, Cotinelli Telmo, Adelino Nunes, António Varela, Mello-Breyner, já desaparecidos, que foram protagonistas de uma dúzia de anos em que se assiste ao surto de ensaios “modernistas” de fôlego e, logo, ao sossobrar destas intenções para dar lugar à caracterização regionalista e tradicionalista dos edifícios, nomeadamente dos de carácter público.

Deslocações

Para a recolha de elementos, além de deslocações na região de Lisboa, fez-se expressamente uma viagem ao Norte com permanência de três dias na cidade do Porto e ainda paragens nas cidades de Portalegre e Castelo Branco onde havia alguns edifícios públicos a visitar.

Documentos fotográficos ou de projecto

Verificando-se embora menor rendimento, quantitativo, de registos fotográficos de obras (cerca de uma centena) – pois grande parte dos edifícios julgados de interesse haviam sido já fotografados – preocupámo-nos, além das faltas que se preencheram, por refazer fotos realizadas no período inicial e sob más condições, procurar novos aspectos e pormenores, além de se estar a fazer uma colecção de “slides” em cor dos elementos mais importantes, para eventual utilização em projecções.

Entretanto, e em resultado da conversa com o Arqtº Cassiano Branco podemos trazer uma apreciável documentação fotográfica de obras já desaparecidas (Bar Cristal, entrada do Hotel Vitória, projecto do Jardim Passos Manuel no Porto, etc.). Igualmente interessantes ampliações nos forma fornecidas por Keil do Amaral e referentes ao interior do Instituto Pasteur do Porto (já alterado) e à Escola Primária de Outão, que se encontra entre as primeiras obras do seu autor.

Foram feitas mais fichas com decalques de “plantas” e “cortes” de obras com maior valor conceptual (moradias de José Porto e Viana de Lima, Edifício de A. Losa na Av. Boavista, etc.).

#### Documentos bibliográficos

A par dos itinerários estabelecidos, continuou-se a observação da bibliografia onde se presumia encontrar mais documentos indicativos de pesquisas ou mais esclarecedores. Percorreu-se para tal a colecção da revista “Panorama” que nos anos 40 tem sublinhada importância; viram-se ainda números da revista “Turismo”. Também os Boletins de Urbanização que o Ministério das Obras Públicas fez publicar forneceram dados de grande interesse quer para a evolução do urbanismo quer na enumeração de obras públicas construídas. Vai fazer-se agora uma pesquisa no arquivo da extinta Sociedade dos Arquitectos, guardado no Sindicato Nacional dos Arquitectos.

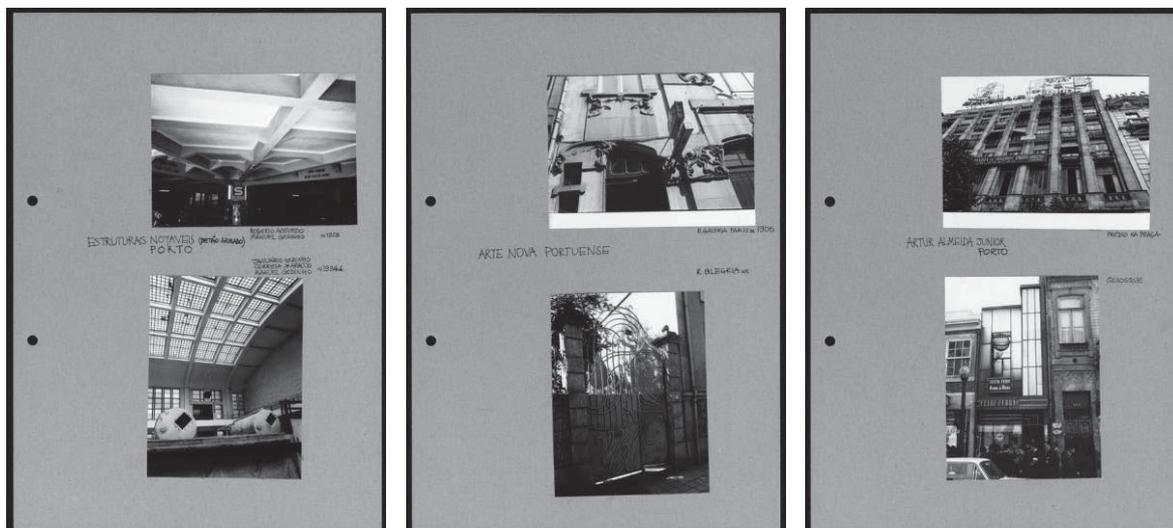
#### Estudo da crítica de arquitectura, no País

Após o estudo da obra crítica de escritores do século XIX – Fialho e Ramalho – e historiadores – José de Figueiredo, Sousa Viterbo e outros – voltou-se a fazer um estudo atento à vasta obra crítica de Ramalho Ortigão, nomeadamente dos trabalhos insertos nos volumes de “Arte Portuguesa” e que constituem textos de grande importância não apenas pela influência do seu autor sobre a opinião pública da época, como pela actualidade que ainda hoje tem algumas das posições polémicas assumidas então (e não isentas, aliás, de contradições): referimo-nos ao problema dos critérios de restauro, completamento ou adaptação de monumentos históricos – aplicados aos casos da Batalha e Jerónimos – ou aos artigos dedicados a Ventura Terra e às “Artes aplicadas” em Portugal.

#### Estudo de períodos contemporâneos em países estrangeiros

Tem-se continuado a recolher a documentação estrangeira que permita estabelecer relações ou comparar experiências feitas em meios diferentes. Diversas revistas de países balcânicos, por exemplo, têm dedicado artigos ilustrados a estes períodos; a “Architectural Association Journal” editou uma pequena plaquette bibliográfica referente a um grande número de arquitectos protagonistas do movimento moderno.

RELATÓRIO RELATIVO AO 5º PERÍODO  
LEGENDAS DAS IMAGENS  
PÁGINAS 1-3



Página 1

Estruturas notáveis (betão armado) – Porto

Rogério Azevedo, Manuel Godinho ~1928 / Januário Godinho, Correia de Araújo, Manuel Godinho ~1934-6

Página 2

Arte Nova portuense

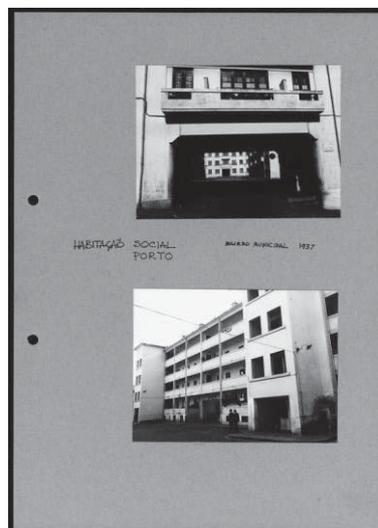
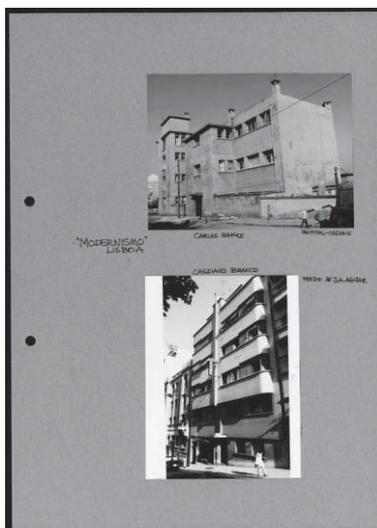
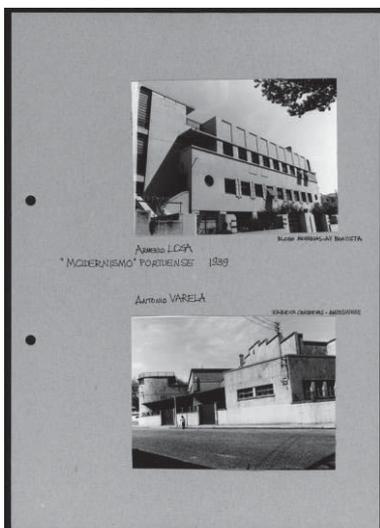
R. Galeria Paris 34, 1906 / R. Alegria 691

Página 3

Artur Almeida Júnior – Porto

Prédio na Praça / Quiosque

RELATÓRIO RELATIVO AO 5º PERÍODO  
LEGENDAS DAS IMAGENS  
PÁGINAS 4-6



Página 4

“Modernismo” português, 1939

Arménio Losa – bloco moradias, Av. Boavista / António Varela – fábrica conservas, Matosinhos

Página 5

“Modernismo” Lisboa

Carlos Ramos – Hospital, Cascais / Cassiano Branco – prédio Av. J. A. Aguiar

Página 6

Habitação social – Porto

Bairro municipal, 1937



## BIBLIOGRAFIA

### Artigos – Revista “Arquitectura”

Referências Bibliográficas ordenadas por Série e Número de Edição

Revista “Arquitectura”, 1ª Série

Revista “Arquitectura”, 2ª Série

Revista “Arquitectura”, 3ª Série

Principais Referências Bibliográficas analisadas no texto

Revista “Arquitectura”, 3ª Série

Referências Bibliográficas agrupadas por Temas

Revista “Arquitectura”, 4ª Série

### Séries de Publicações Periódicas

Publicações Periódicas Portuguesas

Revistas Estrangeiras

### Outras Referências Bibliográficas...

Ordenadas por Autor

### Artigos em Revistas de Cultura Literária e Artística

Levantamento Preliminar

Revista “Arquitectura”, 1ª Série

Referências Bibliográficas citadas no texto, ordenadas por Série e Número de Edição

Nº1, Janeiro 1927

“Estilização quinhentista – Casa na Quinta de Santo António (Viseu)”, Norberto Correia, revista “Arquitectura” nº1, Janeiro 1927, pp. 2-5  
“Casa da Portela”, Vasco Regaleira, revista “Arquitectura” nº1, Janeiro 1927, 6-7  
“Um estilo típico – A arquitectura cordovêsa” (Secção “Maravilhas do mundo”), Francisco Azorin, revista “Arquitectura” nº1, Janeiro 1927, pp. 8-10  
“Surge «Arquitectura»” (Assinado por “O grupo editor de Arquitectura”), revista “Arquitectura” nº1, Janeiro 1927, p. 16

Nº2, Fevereiro 1927

“Um mestre seiscentista desconhecido – Pedralvares Monís de Estremós”, Jorge Segurado, revista “Arquitectura” nº2, Fevereiro 1927, p. 20  
“A arquitectura chinesa”, revista “Arquitectura” nº2, Fevereiro de 1927, p. 29

Nº3, Março 1927

“A arquitectura persa”, revista “Arquitectura” nº3, Março 1927, p. 38  
“Visão dum grande porto comercial”, Luís Cristino da Silva, revista “Arquitectura” nº3, Março 1927, pp. 39-41  
“A igreja de S. João de Moura”, Jorge Segurado, revista “Arquitectura” nº3, Março 1927, pp. 44-46

Nº5, Maio 1927

“O regionalismo e a arquitectura”, Luis Cristino da Silva, revista “Arquitectura” nº5, Maio de 1927, p. 66-67 (Cristino da Silva é apresentado por Cotinelli Telmo numa nota editorial, na página 66)  
“Algumas ideias de casas a construir em terrenos acidentados e regiões diferentes”, revista “Arquitectura” nº5, Maio de 1927, pp. 70-73  
“Habitação numa cidade moderna” (Desenho de Luis Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº5, Maio de 1927, p. 70  
“As origens da arquitectura”, revista “Arquitectura” nº5, Maio de 1927, p. 74

Nº6, Junho 1927

“A arquitectura da Assíria e da Caldeia”, revista “Arquitectura” nº6, Junho 1927, pp. 87-88

Nº7, Julho 1927

“O românico-gótico em Portugal – A capela de S. Pedro de Arganil”, Jorge Segurado, revista “Arquitectura” nº7, Julho 1927, pp. 105-108  
“Os templos hindus”, revista “Arquitectura” nº7, Julho 1927, pp. 111-112

Nº8, Agosto 1927

“Casal para um pequeno proprietário” (Projecto de Luis Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº8, Agosto 1927, pp. 114-115  
“A arquitectura na Índia”, revista “Arquitectura” nº8, Agosto 1927, p. 124-125

Nº9, Setembro 1927

“Alguns problemas de arquitectura – Soluções concretas”, Carlos Ramos, revista “Arquitectura” nº9, Setembro 1927, pp. 130-133  
(Projecto da casa para o comandante Sacadura Cabral, não construído, p. 131, Bairro operário, em Olhão, pp. 132-133, ampliação de umacas na Avenida da Liberdade, pp. 138-139, “Casa Barros & Santos” na rua do Ouro, em Lisboa, p. 141)  
“A arquitectura egípcia”, revista “Arquitectura” nº9, Setembro 1927, pp. 134-137

Nº11, Novembro 1927

“Jazigo do Dr. António José Viana no Cemitério dos Prazeres” (Desenhos de Luís Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº11, Novembro 1927, pp. 164-165

Nº13, Janeiro 1928

“Projecto do «Hall» central de um grande Banco” (Desenhos de Luís Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº13, Janeiro 1928, pp. 200-201

Nº14, Novembro 1928

“A arquitectura nas épocas merovingiana e carolingiana”, revista “Arquitectura” nº14, Novembro 1928, pp. 210-211

“Jardim de Rosas” (Desenho de Luís Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº14, Novembro 1928, p. 211 (e imagem da capa)

“Parque Eduardo VII – Entrada monumental”, Luís Cristino da Silva, revista “Arquitectura” nº14, Novembro 1928, pp. 212-213

Nº15, Dezembro 1928

“Monumento a João Gonçalves Zarco”, Luís Cristino da Silva, revista “Arquitectura” nº15, Dezembro 1928, pp. 228-230

Nº16, Maio 1929

“Montra da Casa Borges & Irmão” (Projecto de Luis Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº16, Maio 1929, p. 2

“Uma obra na Merceana” (Projecto de Luis Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº16, Maio 1929, pp. 4-5

Nº17, Novembro 1929

“A casa – Breve preâmbulo – uma mão-cheia de projectos – Casas de estilo – Casas moderna”, revista “Arquitectura” nº17, Novembro 1929, pp. 18-23

Nº18, Dezembro 1929

“Casa regional da Beira”, (Projecto de Luis Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº18, Dezembro 1929, pp. 34-35

“Palácio da Herdade da Palma”, (Projecto de Carlos Ramos), revista “Arquitectura” nº18, Dezembro 1929, p. 37

Nº20, Agosto/Setembro 1931

“Prolongamento da Avenida da Liberdade através do Parque Eduardo VII”, Luís Cristino da Silva, revista “Arquitectura” nº20, Agosto/Setembro 1931, pp. 72-73

“Liceus modernos”, revista “Arquitectura” nº20, Agosto/Setembro 1931, pp. 74-75

“Por uma arquitectura própria – A arquitectura moderna”, Francisco Costa, revista “Arquitectura” nº20, Agosto/Setembro 1931, p. 80

Nº21, Outubro/Novembro 1931

“A filial do Porto da Caixa Geral de Depósitos” (Projecto de Pardal Monteiro), revista “Arquitectura” nº21, Out./Nov. 1931, pp. 86-97, 99 (Nota editorial, “Os nossos colaboradores – Porfirio Pardal Monteiro”, na página 90)

Nº23, Fevereiro 1932

“Vivenda campesina” (Projecto de Luis Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº23, Fevereiro 1932 (Imagem da capa)

Nº24, Abril 1932

“Estabelecimentos modernos – A Casa Roriz Lda, de Lisboa” (Obra de Luis Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº24, Abril 1932, p. 147

Nº26, Dezembro 1935

“A entrada do Parque Mayer” (Obra de Luis Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº26, Dezembro 1935, pp. 170-171

Nº27, Janeiro 1936

“Uma grande Avenida moderna – Através do Parque Eduardo VII”, (Desenhos de Luis Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº27, Jan. 1936, pp. 2-5

“Casas de rendimento – Uma casa de aspecto moderno” (Projecto de João Simões), revista “Arquitectura” nº27, Janeiro 1936, p. 9

Nº28, Fevereiro 1936

“O estilo barroco «D. João V» – Exemplos lisbonenses”, Ribeiro Cristino, revista “Arquitectura” nº28, Fevereiro 1936, pp. 21-23, 33

“Um grande Parque moderno – O Parque Eduardo VII” (Projecto de Luís Cristino da Silva), revista “Arquitectura” nº28, Fev. 1936, pp. 26-29

Nº35, Outubro/Novembro 1936

“Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras” (Obra de Carlos Mardel), revista “Arquitectura” nº35, Out./Nov. 1936, p. 141 (e Imagem da capa)

Nº37, Fevereiro/Março 1937

“O estilo pombalino”, revista “Arquitectura” nº37, Fev./Mar. 1937, pp. 167-169

Nº49, Fevereiro 1945

“Arquitectura barroca”, Francisco Costa, revista “Arquitectura” nº49, Fevereiro 1945, pp. 4-5

Revista “Arquitectura”, 2ª Série

Referências Bibliográficas citadas no texto, ordenadas por Série e Número de Edição

Nº1, Fevereiro 1946

“Ressurge Arquitectura”, Francisco Pereira da Costa, revista “Arquitectura” nº1, Fevereiro 1946, p. 1

“Construções citadinas – Casa de rendimento em Lisboa” (Projecto de João Simões), revista “Arquitectura” nº1, Fevereiro 1946, pp. 2-7

“A Arquitectura no estrangeiro – Hotel para estrangeiros na cidade do México”, pp. 8-11

“Interiores de arte” (João Simões), revista “Arquitectura” nº1, Fevereiro 1946, pp. 12-13

“Fragmentos da História da Arte – A Arquitectura Barroca – O Estilo D. João V.”, Francisco Pereira da Costa, revista “Arquitectura” nº1, Fevereiro 1946, pp. 18-20

Nº5, Junho 1946

“Vivendas modernas – Uma moradia arrabaldina” (Obra João Simões), revista “Arquitectura” nº5, Junho 1946, pp. 98-103, 105

Nº6, Julho 1946

“Casas de campo – Moradia na Quinta de Santo António, na Sobreda” (Projecto de João Simões), revista “Arquitectura” nº6, Julho 1946, pp. 129-131, 133

Nº8, Setembro 1946

“Vivendas modernas – Casa de habitação em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)” (Obra de João Simões), revista “Arquitectura” nº8, Setembro 1946, pp. 170-175

“Projecto de um pavilhão para ginásio e refeitório, na sociedade «A voz do operário»” (Projecto de João Simões), revista “Arquitectura” nº8, Setembro 1946, pp. 177-180

Nº9, Outubro/Novembro 1946

“Casa na Quinta da Cruz” (Projecto de João Simões), revista “Arquitectura” nº9, Out./Nov. 1946, pp. 202-205

Nº13, Março 1947

“Moradia no Estoril” (para o pintor Thomás de Melo, obra de Keil do Amaral), revista “Arquitectura” nº13, Março 1947, pp. 14-16 (e Imagem da capa)

#### Nº14, Abril 1947

“Editorial” (não assinado), revista “Arquitectura” nº14, Abril 1947, p. 4

“Uma iniciativa necessária”, Keil do Amaral, revista “Arquitectura” nº14, Abril 1947, pp. 12-13

#### Nº17/18, Julho/Agosto 1947

“Um caso digno de menção”, revista “Arquitectura” nº17/18, Julho/Agosto de 1947, p. 6

“Maleitas da arquitectura nacional (1)”, Keil do Amaral, nº 17/18 de Jul./Ago. de 1947, pp. 18-20

#### Nº19, Janeiro 1948

“Editorial”, revista “Arquitectura” nº19, Janeiro 1948, p. 4

“Porto – Intercâmbio profissional” (Inácio Peres Fernandes. O artigo está assinado IPF), revista

“Arquitectura” nº19, Janeiro 1948, pp. 5-6

“Maleitas da arquitectura nacional (2) – O arquitecto e o atelier”, Keil do Amaral, revista “Arquitectura” nº19, Janeiro 1948, pp. 17-18

“Um novo congresso dos CIAM” (Secção “Ecos e comentários”), revista “Arquitectura” nº19, Janeiro 1948, p. 23

#### Nº20, Fevereiro 1948

“Maleitas da arquitectura nacional (3) – O cliente, as leis e os regulamentos”, Keil do Amaral, revista

“Arquitectura” nº29, Fevereiro 1948, pp. 17-18

“A Carta de Atenas”, revista “Arquitectura” nº20, Fevereiro 1948, pp. 23-24

#### Nº21, Março 1948

“Uma carta” (de Artur Andrade), revista “Arquitectura” nº21, Março 1948, p. 4

“Maleitas da arquitectura nacional (4) – Os materiais de construção”, Keil do Amaral, revista

“Arquitectura” nº21, Março 1948, pp. 17-18

“A Carta de Atenas (Continuação)”, revista “Arquitectura” nº21, Março 1948, p. 23

#### Nº22, Abril 1948

“Maleitas da arquitectura nacional (5) – O problema da mão-de-obra”, Keil do Amaral, revista

“Arquitectura” nº22, Abril 1948, pp. 11-12

“A Carta de Atenas (Continuação)”, revista “Arquitectura” nº22, Abril 1948, pp. 23-24

#### Nº23/24, Maio/Junho 1948

“Maleitas da arquitectura nacional (6) – A mania das pressas e o dinamismo, seu filho dilecto”, Keil do Amaral, revista “Arquitectura” nº23/24, Maio/Junho 1948, pp. 24-25

“A Carta de Atenas (Continuação)”, revista “Arquitectura” nº23/24, Maio/Junho 1948, p. 39-40

#### Nº25, Julho 1948

“Moradias gémeas” (Na Rua domingos Sequeira, Porto, Projecto Delfim Amorim e Oliveira Martins), revista “Arquitectura” nº25, Julho de 1948, pp. 12-15

“A Carta de Atenas (Continuação)”, revista “Arquitectura” nº23/24, Maio/Junho 1948, p. 39-40

#### Nº26, Agosto/Setembro 1948

“Loja do Porto”, (Obra de Arménio Losa e Cassiano Barbosa), revista “Arquitectura” nº26, Ago./Set. 1948, p. 9

“A Carta de Atenas (Continuação)”, revista “Arquitectura” nº26, Ago./Set. 1948, p. 19-20

#### Nº27, Outubro/Dezembro 1948

“Casa em Lamego” (Projecto de João Andresen e Rogério Martins), revista “Arquitectura” nº27, Out./Dez. 1948, pp. 12-16

“A Carta de Atenas (Continuação)”, revista “Arquitectura” nº27, Out./Dez. 1948, p. 17-18

#### Nº28, Janeiro 1949

“A Carta de Atenas (Continuação)”, revista “Arquitectura” nº28, Janeiro 1949, p. 15-16

Nº29, Fevereiro/Março 1949

“I Congresso Nacional de Arquitectura – Conclusões e votos”, revista “Arquitectura” nº29, Fev./Mar. 1949, pp.2-7

“A Carta de Atenas (Continuação)”, revista “Arquitectura” nº29, Fev./Mar. 1949, p. 15-16

Nº30, Abril/Maio 1949

“A Carta de Atenas (Continuação)”, revista “Arquitectura” nº30, Abril/Maio 1949, p. 15-16

Nº31, Junho/Julho 1949

“Indústria e construção – Tese apresentada no I Congresso Nacional de Arquitectura”, Arménio Losa, revista “Arquitectura” nº31, Jun./Jul. 1949, pp. 4-6

“A Carta de Atenas (Continuação)”, revista “Arquitectura” nº31, Junho/Julho 1949, p. 17-18

Nº32, Agosto/Setembro 1949

“O ensino da arquitectura em Portugal – Tese apresentada no I Congresso Nacional de Arquitectura”, Cândido Palma e Francisco Conceição Silva, revista “Arquitectura” nº32, Ago./Set. 1949, pp. 14-16

“A Carta de Atenas – Conclusão” (Tradução de Maria de Lurdes e Francisco Castro Rodrigues), revista “Arquitectura” nº32, Ago./Set. 1949, pp. 17-18

Nº33/34, Maio 1950

“Praia de Ofir”, revista “Arquitectura” nº33/34, Maio 1950, pp. 6-26

Nº41, Março 1952

A 1ª Exposição de Arquitectura do Grupo ODAM, (Secção “Ecos e Notícias”), revista “Arquitectura” nº41, Março 1952, p.23

Nº45, Novembro 1952

“A experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, revista “Arquitectura” nº45, Novembro 1952, pp. 9-14

Nº46, Fevereiro 1953

“Estilo e espaço – Arquitectura”, Manuel Tainha, revista “Arquitectura” nº46, Fevereiro 1953, pp. 9-10, 22

“Habitações económicas”, Pedro Bartolomeu Cid, revista “Arquitectura” nº46, Fevereiro 1953, pp. 11-13

“O ovo de peixe e o salmão”, Alvar Aalto (Tradução de Manuel Tainha), revista “Arquitectura” nº46, Fevereiro 1953, pp. 15-16

Nº47, Junho 1953

“Prédio de habitação na rua da Boavista – Porto” (Obra de Arménio Losa e Cassiano Barbosa), revista “Arquitectura” nº47, Junho 1953, pp. 4-6

Nº48, Agosto 1953

“A VII Exposição Geral de Artes Plásticas – Arquitectura”, Manuel Tainha, revista “Arquitectura” nº48, Agosto 1953, pp. 20-22

Nº50/51, Novembro/Dezembro 1953

“Unidade de habitação de Marselha”, revista “Arquitectura” nº50/51, Nov./Dez. 1953, pp. 4-7

“Conjunto residencial para a Avenida dos EUA”, (Projecto de João Simões, Hernâni Gandra, Castro Rodrigues, Celestino de Castro e Huertas Lobo), revista “Arquitectura” nº50/51, Nov./Dez. 1953, pp. 18-22

Nº52, Fevereiro/Março 1954

“Dior – Um estabelecimento moderno em Lisboa” (Projecto de Francisco Conceição Silva e José Bastos), revista “Arquitectura” nº52, Fev./Mar. 1954, pp. 4-6

“A II Bienal do Museu de Arte Moderna de S. Paulo”, revista “Arquitectura” nº52, de Fevereiro/Março 1954, pp. 7-12

Nº53, Novembro/Dezembro 1954

“Blocos de habitação – Na célula 8 do Bairro de Alvalade, Lisboa”, (Bairro das Estacas de Formosinho Sanches e Ruy de Athouguia), revista “Arquitectura” nº53, Nov./Dez. 1954, pp. 2-5, 23

Nº55/56, Janeiro/Fevereiro 1956

“Cidades universitárias” (Editorial), revista “Arquitectura” nº55/56, Jan./Fev. 1956, p. 2

“Realizações e tendências actuais”, Manuel Tainha, nº55/56 Jan./Fev. 1956, pp. 14-27

Nº57/58, Janeiro/Fevereiro 1957

“Concurso para o pavilhão de Portugal em Bruxelas – Exposição Internacional e Universal de 1958”, revista “Arquitectura” nº57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 2-18

“Uma pousada na Nazaré” (Obra de Ruy de Athouguia), revista “Arquitectura” nº57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 19-21 (O artigo não está assinado mas Nuno Portas declarou ser o autor do texto)

“Três obras de Mário Ridolfi”, Carlos Duarte, revista “Arquitectura” nº57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 22-25

“Nota sobre processos absoluto e de relação em crítica”, António S. Areal, revista “Arquitectura” nº57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 26-28

“Arte urbana”, Carlos Calvet e Carlos Duarte, revista “Arquitectura” nº57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 29-33

“Cobertura com abóbadas conoidais em shed, em betão pré-esforçado”, Ugo Viale, revista “Arquitectura” nº57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 34-35

“Mercearia na Estefânia” (Obra de Conceição Silva), revista “Arquitectura” nº57/58, Jan./Fev. 1957, pp. 36-37

Nº59, Julho 1957

“Sobre a arquitectura maneirista (I)”, Jorge Henriques Pais da Silva, revista “Arquitectura” nº59, Julho 1957, pp. 2-7

“Casa em Ofir”, revista “Arquitectura” nº59, Julho 1957, pp. 10-13 (Texto de Hestnes Ferreira, p. 13)

“Carlo Scarpa, um arquitecto moderno em Veneza”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº59, Julho 1957, pp. 23-29

“Literatura arquitectónica I – L’Architettura, cronach e storia”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº59, Julho 1957, p. 45

Nº60, Outubro 1957

“Editorial” (Assinado por Carlos Duarte, Frederico Santana, José Daniel Santa-Rita e Nikias Scapinakis), revista “Arquitectura” nº60, Outubro 1957, pp. 3-4

“«Modern Style», «Art Nouveau» e «Arte Nova» – Respectivas situações”, Manuel do Rio-Carvalho, revista “Arquitectura” nº60, Outubro 1957, pp. 5-10

“A remodelação da avenida”, Carlos Duarte (com fotografias de Carlos Calvet), revista “Arquitectura”, nº60, Outubro 1957, pp. 13-19

“Arquitectura religiosa moderna em Portugal”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº60, Outubro 1957, pp. 20-34

“Literatura Arquitectónica (II), The Architectural Review”, Carlos Duarte, revista “Arquitectura” nº60, Outubro 1957, pp. 55-57

Nº61, Dezembro 1957

“A reforma do ensino das Belas Artes” (Editorial), revista “Arquitectura” nº61, Dezembro 1957, p. 3

“Blocos na avenida EUA” (de Manuel Laginha, Pedro Cid e João Esteves), texto de Carlos Duarte, revista “Arquitectura” nº61, Dezembro 1957, pp. 17-24

“Depoimento sobre a reforma do ensino de pintura e escultura – Actualização do ensino de Pintura e Escultura”, Nikias Skapinakis, revista “Arquitectura” nº61, Dezembro 1957, pp. 41-43

Nº62, Setembro 1958

“O Congresso” (Editorial), revista “Arquitectura” nº62, Setembro 1958, pp. 3-4

“Quatro novas Pousadas” (Projectos de Nuno Teotónio Pereira, Manuel Tainha, João Andresen e Francisco Blasco), revista “Arquitectura” nº62, Setembro de 1958, pp. 5-23

(“Projecto de uma pousada para Oliveira do Hospital”, Manuel Tainha, pp. 7-10 / “Projecto de uma pousada para Valença do Minho”, João Andresen, pp. 11-16 / “Projecto de uma pousada para Vilar Formoso”, Nuno Teotónio Pereira, pp. 20-23)

“Depoimento sobre a reforma de Belas-Artes”, José Pacheco, revista “Arquitectura” nº62, Setembro 1958, pp. 30-32

“Impressões sobre a arquitectura nos países nórdicos”, Leopoldo Castro de Almeida e Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” nº62, Setembro 1958, pp. 34-38

“Sobre a arquitectura maneirista (II)”, Jorge Henrique Pais da Silva, revista “Arquitectura” nº62, Setembro 1958, pp. 39-49

Nº63, Dezembro 1958

“Expo 58”, Nuno Portas e Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” nº63, Dezembro 1958, pp. 23-38 (O artigo “Expo 58” está dividido em 3 partes – “Posição cultural”, pp. 24-25 / “A representação internacional na exposição”, pp. 26-33 / “A representação portuguesa”, pp. 34-38)

“Depoimento sobre a reforma de Belas-Artes”, Francisco Keil do Amaral, revista “Arquitectura” nº63, Dezembro 1958, p. 43

“Literatura arquitectónica III – Binário”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº63, Dezembro 1958, pp. 53-54

#### Nº64, Janeiro/Fevereiro 1959

“X Congresso CIAM / (Dubrovnik, Agosto 1956) Representação Portuguesa”, revista “Arquitectura” nº64, Jan./Fev. 1959, pp. 21-28

“A reforma do ensino de Belas-Artes – Depoimento de José-Augusto França”, revista “Arquitectura” nº64, Janeiro/Fevereiro 1959, p. 29

“Casas em pátio – vantagens desta solução habitacional”, Alzina Meneses, revista “Arquitectura” nº64, Janeiro/Fevereiro 1959, pp. 30-31

“Conceito de casa em pátio como célula social”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº64, Janeiro/Fevereiro 1959, pp. 32-34 (bibliografia pp. 59-60)

“Uma realização exemplar – a unidade horizontal de Tuscolano (Roma)”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº64, Janeiro/Fevereiro 1959, pp. 35-37

#### Nº65, Junho 1959

“Bloco das Águas Livres” (Obra de Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral), revista “Arquitectura” nº65, Junho 1959, pp. 3-31

“O momento actual da evolução americana”, Luís Fernandes Pinto, revista “Arquitectura” nº65, Junho 1959, pp. 33-39

#### Nº66, Novembro/Dezembro 1959

“A responsabilidade de uma novíssima geração no Movimento Moderno em Portugal”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº66, Nov./Dez. 1959, pp. 13-14

“Tradicionalismo e evolução”, António Freitas, revista “Arquitectura” nº66, Nov./Dez. 1959, pp. 30-37

“Breves notas sobre a arquitectura espontânea”, Carlos Duarte, revista “Arquitectura”, nº66, Nov./Dez. 1959, pp. 38-43

“O fim de uma revista – «Binário» nova série”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº66, Nov./Dez. de 1959, p. 60.

#### Nº67, Abril 1960

“Frank Lloyd Wright”, Januário Godinho, revista “Arquitectura” nº67, Abril 1960, pp. 3-7

“Prédios de rendimento em Lisboa” (Editorial), revista “Arquitectura” nº67, Abril 1960, pp. 16-17, 62-63 (“Prédio na Rua Conde Redondo”, “Nota Crítica” de Fernando Gomes da Silva, pp. 30-31, “Os prédios da Rua de S. Bernardo e da Av. Visconde Valmor”, obras de Vítor Palla e Bento de Almeida, texto de Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” nº67, Abril 1960, pp. 36-38)

“Exposição de Arquitectura Finlandesa na SNBA”, Raul Hestnes Ferreira, revista “Arquitectura” nº67, Abril 1960, pp. 60-61

#### Nº68, Julho 1960

“3 Obras de Álvaro Siza Vieira”, texto de Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº68, Julho 1960, pp. 13-32

“Sociologia da habitação – métodos e perspectivas de investigação”, Paul Chombart de Lauwe, revista “Arquitectura” nº68, Julho 1960, pp. 41-50

#### Nº69, Novembro/Dezembro 1960

“Alvar Aalto”, Jorge C. Silva, revista “Arquitectura” nº69, Nov./Dez. 1960, pp. 3-4

“Duas obras de Alvar Aalto”, (Plano industrial para “Sunila”, pp. 6-8, com um excerto de “Space, Time and Architecture” de Siegfried Giedion, e “Plano de urbanização da cidade de Imatra”, pp. 9-16, com o texto da “Memória descritiva” de Alvar Aalto)

“Elementos sociológicos do «Habitat» urbano”, Carlos Duarte, revista “Arquitectura” nº69, Novembro/Dezembro 1960, pp. 17-30

“Considerações sobre o organismo distributivo das habitações”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº69, Nov./Dez. 1960, pp. 48-52

#### Nº70, Março 1961

“Uma moradia no Freixial” (Obra de Manuel Tainha), revista “Arquitectura” nº70, Março 1961, pp. 7-12 (texto de Jorge C. Silva, pp. 7-8, texto de Manuel Tainha, pp. 9-12)

“Aspectos da alteração da paisagem da baixa lisboeta”, Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” nº70, Março 1961, pp. 13-14

“O conjunto da «Senhora do Cabo» no Espichel”, António Freitas, revista “Arquitectura” nº70, Março 1961, pp. 26-43.

“Antes que, mesmo o pouco que temos...”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº70, Março 1961, pp.48-49

#### Nº71, Julho 1961

“Arquitecto Fernando Távora: 12 anos de actividade profissional”, revista “Arquitectura” nº71, Julho 1961, pp. 10-34 (Estudo crítico por Nuno Portas, pp. 11-23)

“Problemas de urbanização – sua realização ao nível da organização municipal”, José Rafael Botelho (Texto da conferência proferida no dia 10 de Março de 1961 no Colóquio sobre Urbanismo organizado pela D. G. S. U.), revista “Arquitectura” nº71, Julho 1961, pp. 35-42, 61

#### Nº72, Outubro 1961

“Uma obra do arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira: a Clínica Heliantia de Francelos – 1930”, Luís Cunha, revista “Arquitectura” nº72, Outubro 1961, pp. 3-8

“Roehampton, 1961”, João Reis Machado, revista “Arquitectura” nº72, Outubro 1961, pp. 9-22

“Renovação urbana”, texto de Manuel Laginha (Texto da conferência proferida no dia 16 de Março de 1961 no Colóquio sobre Urbanismo organizado pela D. G. S. U.), revista “Arquitectura” nº72, Outubro 1961, pp. 28-35

“Depois da reforma – Um depoimento sobre o ensino de Arquitectura na E. S. B. A. L.” (“pelos alunos que no passado ano lectivo concluíram o 4º ano do curso de Arquitectura da ESBAL”), revista

“Arquitectura” nº72, Outubro 1961, pp. 37-51

#### Nº73, Dezembro 1961

“No son genios lo que necesitamos ahora”, Jose Antonio Coderch, revista “Arquitectura” nº73, Dezembro 1961, pp. 3-4

“5 obras de José A. Coderch e M. Valls Vergés”, revista “Arquitectura” nº73, Dezembro 1961, pp. 5-18

“A obra de José A. Coderch e M. Valls Vergés”, Nuno Portas, pp. 11-12)

“Bairros clandestinos”, António Freitas, revista “Arquitectura” nº73, Dezembro 1961, pp. 27-35

#### Nº74, Março 1962

“Bairro Económico na Chamusca” (Obra de Bartolomeu Costa Cabral e Vasco Croft de Moura, Projecto do Gabinete de Estudos da FCP-HE, comentário de Carlos Duarte e José Daniel Santa Rita), revista

“Arquitectura” nº74, Março 1962, pp. 3-15

“Estrutura e Forma”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº74, Março 1962, p. 23

“Louis Khan” (Texto de uma conferência de Louis Khan, traduzido por Pedro Vieira de Almeida), nº74, Março 1962, pp. 24-29

“Alfredo Viana de Lima. 1941 – Casa unifamiliar no Porto, na Rua Honório de Lima” (Notas de apresentação de Nuno Portas), revista “Arquitectura” nº74, Março 1962, pp. 30-35

“Casa unifamiliar em Seides” (Obra de Viana de Lima), revista “Arquitectura” nº74, Março 1962, pp. 36-38

#### Nº76, Outubro 1962

“Concurso para uma cidade de 100 000 habitantes em Toulouse Le Mirail” (projecto de Candilis e Woods), pp. 45-46, 53 (Artigo incluído na secção “Arquitectura no Mundo”, pp. 39-46, 53)

“Problemas de base postos pelo estudo da Habitação Económica”, (Comunicação ao “II Colóquio nacional do trabalho, da organização cooperativa e da previdência social”, apresentada por Nuno Teotónio Pereira, João Braula Reis, Gastão Ricou, Álvaro Alexandre e Paulo Nunes), revista

“Arquitectura” nº76, Outubro 1962, pp. 47-50

#### Nº77, Janeiro 1963

“Aos leitores de Arquitectura” (Editorial), revista “Arquitectura” nº77, Janeiro 1963, p. 1

“Problemas de hoje”, George Candilis, revista “Arquitectura” nº77, Janeiro 1963, pp. 2-5

“Uma experiência pedagógica na E.S.B.A. do Porto”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº77, Janeiro 1963, pp. 16-18, 39-40

#### Nº78, Maio 1963

“5 anos de trabalho – autocrítica” (Editorial), revista “Arquitectura” nº78, Maio 1963, pp. 1, 45

“Pousada em Bragança” (Projecto de José Carlos Loureiro), revista “Arquitectura” nº78, Maio 1963, pp. 13-16

#### Nº79, Julho 1963

“Moradia em Vila Viçosa” (Obra de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas), revista “Arquitectura” nº79, Julho 1963, pp. 3-10

“Habitação na Praia das Maçãs” (Obra de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas), revista “Arquitectura” nº79, Julho 1963, pp. 11-14

“Arquitectura nºs 59 a 77 – Índice geral do material publicado”, revista “Arquitectura” nº79, Julho 1963, pp. 43-44

#### Nº81, Março 1964

“Considerações sobre o urbanismo e suas relações com o turismo em Espanha”, Federico Correa, revista “Arquitectura” nº81, Março 1964, pp. 39-40 (Artigo publicado originalmente no nº55 da revista espanhola “Arquitectura”, editada pelo Colégio de Arquitectos de Madrid)

#### Nº82, Junho 1964

“Elementos para a história da arquitectura moderna em Portugal – O VI Congresso Internacional dos Arquitectos (Madrid, 1904) e a posição portuguesa”, Francisco Silva Dias, revista “Arquitectura” nº82, Junho 1964, pp. 45-47

#### Nº83, Setembro 1964

“Conhecimento da Arte Moderna e Arte Popular”, Ernesto de Sousa, revista “Arquitectura” nº83, Setembro 1964, pp. 91-99

“Problemas da paisagem urbana lisboeta”, Francisco Silva Dias, revista “Arquitectura” nº83, Setembro 1964, pp. 115-119

#### Nº84, Novembro 1964

“A sublocação em Lisboa”, Maria da Conceição Tavares da Silva (Na secção “Habitação”, transcrito do Boletim do GTH da CML, nº1), revista “Arquitectura” nº84, Novembro 1964, pp. 169-173

#### Nº85, Dezembro 1964

“O Plano Intercalar de Fomento para 1965/67”, (Na secção “Habitação”) revista “Arquitectura” nº85, Dezembro 1964, pp. 207-213

#### Nº88, Maio/Junho 1965

“Casa de Chá da Boa Nova” (Obra de Álvaro Siza Vieira), revista “Arquitectura” nº88, Maio/Junho 1965, pp. 97-103 (“Comentário de Nuno Portas”, pp. 97-98, “Comentário de Luís Vassalo Rossa”, p. 99)

#### Nº91, Janeiro/Fevereiro 1966

“Quatro blocos habitacionais em Olivais-Norte” (Artur Pires Martins e Palma de Melo), revista “Arquitectura” nº91, Janeiro/Fevereiro 1966, pp. 9-13

“Notícia de Paimio”, Romeu Pinto da Silva, revista “Arquitectura”, nº91 de Jan./Fev. 1966, pp. 21-24

#### Nº92, Março/Abril 1966

“Casa em Albarraque” (Obra de Hestnes Ferreira), revista “Arquitectura”, nº92, Mar./Abr. 1966, pp. 72-76

Nº93, Maio/Junho 1966

“Um hotel em Palma de Maiorca” (Obra de Coderch e Manuel Valls), revista “Arquitectura” nº93, Maio/Junho 1966, pp. 105-108

“Habitação em Sesimbra” (Obra de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas), revista “Arquitectura” nº93, Maio/Junho 1966, pp. 115-119

Nº95, Janeiro/Fevereiro 1967

“A «Casa Portuguesa» e o «Neo-românico» no princípio de novecentos”, José-Augusto França, revista “Arquitectura” nº95, Jan./Fev. 1967, pp. 30-34

“Uma cidade não é uma árvore”, Christopher Alexander, revista “Arquitectura” nº95, Janeiro/Fevereiro 1967, pp. 23-29 (Texto de apresentação de Carlos Duarte, p. 22)

Nº96, Março/Abril 1967

“Uma análise da obra de Siza Vieira”, Pedro Vieira de Almeida, revista “Arquitectura” nº96, Mar./Abr. 1967, pp. 64-67

Nº97, Maio/Junho 1967

“Bloco habitacional em Olivais-Sul”, revista “Arquitectura” nº97, Maio/Junho 1967, pp. 112-115

Nº99, Setembro/Outubro 1967

“Inquérito aos leitores” (Resultados dos Inquéritos), revista “Arquitectura” nº99, Setembro/Outubro 1967, p. 188

Nº101, Janeiro/Fevereiro 1968

“O problema da habitação em Portugal – Necessidades e sua evolução”, Raul da Silva Pereira, revista “Arquitectura” nº101, Janeiro/Fevereiro 1968, pp. 6-9

Nº103, Maio/Junho 1968

“Desenho e apropriação do espaço da habitação”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº103, Maio/Junho 1968, pp. 124-128

Nº109, Maio/Junho 1969

“Política de habitação”, Vasco Lobo (Comunicação de Vasco Lobo ao “Colóquio sobre política da habitação” organizado por iniciativa do Ministério da Obras Públicas, e realizado no LNEC, entre 30 de Junho e 5 de Julho de 1969), revista “Arquitectura” nº109, Maio/Junho 1969, pp. 99-100

Nº110, Julho/Agosto 1969

“Conjunto de habitações económicas em Olivais-Sul” (Vasco Croft, Justino Morais, Joaquim Cadima), pp. 166-170 / “Habitações em torre em Olivais-Norte” (Nuno Teotónio Pereira, António Freitas, Nuno Portas) pp. 171-174 / “Habitações em torre em Olivais-Sul” (Fernando Gomes da Silva, Octávio Costa), pp. 175-177

“Habitações para o maior número”, (Na secção “Habitação social”) Nuno Teotónio Pereira, revista “Arquitectura” nº110, Julho/Agosto 1969, pp. 181-183

Nº112, Novembro/Dezembro 1969

“Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879-1938” (Parte I), Maria da Conceição Oliveira, revista “Arquitectura” nº112, Nov./Dez. 1969, pp. 266-275

“Financiamento e execução da habitação”, (Na secção “Habitação social”) Gastão Ricou, revista “Arquitectura” nº112, Novembro/Dezembro 1969, pp. 301-303

Nº113, Janeiro/Fevereiro 1970

“Alterações em «Arquitectura»”, revista “Arquitectura”, nº113, Janeiro/Fevereiro 1970, p. 42

“Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879-1938” (Parte II), Maria da Conceição Oliveira, revista “Arquitectura” nº113, Jan./Fev. 1970, pp. 5-7

Nº114, Março/Abril 1970

“A propósito de «Lisboa – uma cidade em transformação»” (Comentário), Francisco Silva Dias, revista “Arquitectura” nº114, Março/Abril 1970, p. 47

Nº117/118, Setembro/Dezembro 1970

“Cassiano Branco – um dos pioneiros da arquitectura moderna em Portugal”, Fernando Gomes da Silva, revista “Arquitectura” nº117/118, Set./Dez. 1970, pp. 233-240

Nº119, Janeiro/Fevereiro 1971

“Entrevista com Cristino da Silva”, revista “Arquitectura”, nº119, Jan./Fev. 1971, pp. 2-8

“Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879-1938” (Parte III), Maria da Conceição Oliveira, revista “Arquitectura” nº119, Jan./Fev. 1971, pp. 34-39

Nº120, Março/Abril 1971

“Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879-1938” (Parte IV), Maria da Conceição Oliveira, revista “Arquitectura” nº120, Mar./Abr. 1971, pp. 72-77

Nº124, Maio 1972

“Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879-1938” (Parte V), Maria da Conceição Oliveira, revista “Arquitectura” nº124, Maio 1972, pp. 38-40

Nº125, Agosto 1972

“Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879-1938” (Parte VI), Maria da Conceição Oliveira, revista “Arquitectura” nº125, Agosto 1972, pp. 74-78

Nº127/128, Abril/Junho 1973

“Olivais-Sul em discussão”, revista “Arquitectura” nº127/128, Abril/Junho 1973, pp. 57-64

Nº129, Abril 1974

“Editorial” (assinado por Carlos Duarte), revista “Arquitectura” nº129, Abril 1974, p. 1

Nº130, Maio 1974

“Editorial” (assinado por Carlos Duarte), revista “Arquitectura” nº130, Maio 1974, p. 1

“Dossier Restelo”, revista “Arquitectura” nº130, Maio 1974, pp. 11-23 (“Resposta à reportagem crítica em Jornal Diário”, Nuno Portas, p. 21 / “Posfácio por ocasião da publicação em revista do projecto para o Restelo”, Nuno Portas, pp. 22-23)

História da Arte / História do Movimento Moderno / Mestres do Movimento Moderno / Participação portuguesa nos CIAM / Entrevistas Arquitectos Modernos Portugueses / Projectos de Arquitectura de Espaços Comerciais / Centros Urbanos Históricos / Projectos de Arquitectura em Meios Rurais / Cultura Tradicional, Povoações Rurais, e Planeamento / Artigos sobre Artes Plástica / Integração da Artes Plásticas / O Ensino da Arquitectura / O Problema da Habitação / Os Últimos Anos da 3ª Série / Outros Artigos Relevantes / Secção “Arquitectura no Mundo” (1962-1968) / Secção “Pintura e Não” (1969-1972)

### História da Arte

“Sobre a arquitectura maneirista (I)”, Dr. Jorge Henrique Pais da Silva, Nº59, Julho 1957, pp. 2-7  
“«Modern Style», «Art Nouveau» e «Arte Nova» – Respectivas situações”, Manuel do Rio-Carvalho, Nº60, Outubro 1957, pp. 5-10  
“Sobre a arquitectura maneirista (II)”, Dr. Jorge Henrique Pais da Silva, Nº62, Setembro 1958, pp. 39-49  
“A «casa portuguesa» e o «neo-românico» no princípio de novecentos”, José-Augusto França, Nº95, Jan./Fev. 1967, pp. 30-34  
“Lisboa pombalina e romântica – A sua história e a salvaguarda dos seus valores”, José-Augusto França, Nº104, Julho/Agosto 1968, pp. 148-152  
“O carácter da casa barroca”, texto de Carlos de Azevedo (Historiador de Arte, autor do livro “em publicação” «Solares portugueses – Introdução ao estudo da casa nobre»), Nº109, Maio/Junho 1969, pp. 101-108  
“A arquitectura gótica em Portugal. Os monumentos do século XV”, Mário T. Chicó, Nº110, Julho/Agosto 1969, pp. 157-165 (Publicação do capítulo IV do livro “A arquitectura gótica em Portugal”, intitulado “Os monumentos do século XV”)  
“Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879-1938”, texto de Maria da Conceição Oliveira Marques, Nº112, Nov./Dez. 1969, pp. 266-275  
(Extraído da tese de licenciatura em História, defendida na Faculdade de Letras de Lisboa em Novembro de 1967, e publicado em seis capítulos entre o nº112, Nov./Dez. 1969, e o nº125, Agosto 1972.  
Parte I – nº 112, Nov./Dez. 1969, Parte II – nº 113, Jan./Fev. 1970, Parte III – nº 119, Jan./Fev. 1971, Parte IV – nº 120, Mar./Abr. 1971, Parte V – nº 124, Maio 1972, Parte VI – nº 125, Agosto 1972)

### História do Movimento Moderno

“Antologia do Movimento Moderno (Traduzida e anotada por C. S. Duarte) / 1, Sir Ebenezer Howard – Garden Cities of To-morrow”, Nº63, Dezembro 1958, pp. 4-22  
“Louis Henry Sullivan e a Escola de Chicago”, texto de Carlos Duarte (Continuação da “Antologia do Movimento Moderno” iniciada no nº63), Nº73, Dezembro 1961, pp. 36-48, 53-55 / “Kindergarten Chats”, Louis Henry Sullivan, Nº73, Dezembro 1961, pp. 49-52  
“Algumas considerações sobre a Bauhaus”, texto de Günter Weimer, Nº97, Maio/Junho 1967, pp. 96-99 (notas na página 94)  
“A actualidade de Adolf Loos”, Texto de L. Noronha da Costa, Nº99, Set./Out. 1967, pp. 190-193

### Mestres do Movimento Moderno

“Os meus pensamentos, preocupações e esperanças”, Richard Neutra, Nº64, Jan./Fev. 1959, pp. 19-20  
“Duas obras recentes de Richard Neutra” (Residência de Frederic Slavin, em Santa Bárbara, Califórnia / Residência de Sudney Troxell, em Pacific Palisades, Califórnia), Nº66, Nov./Dez. 1959, pp. 44-47  
“Frank Lloyd Wright”, Januário Godinho (Conferência pronunciada no Sindicato Nacional dos Arquitectos de Lisboa, no dia 28 de Janeiro de 1959), Nº67, Abril 1960, pp. 3-7 / “Frank Lloyd Wright” (Nota biográfica e traduções de textos de conferências), Nº67, Abril 1960, pp. 8-15  
“Alvar Aalto” (texto de Jorge C. Silva, Sunila, “Em vez de um artigo”, O plano de urbanização da cidade de Imatra), Nº69, Nov./Dez. 1960, pp. 3-16

“Le Corbusier” (Nota editorial assinada por Carlos Duarte, recordando a morte de Le Corbusier, e anunciando que a revista prepara uma edição onde lhe prestará homenagem), Nº88, Junho 1965, p. 95 /  
“O discurso de André Malraux no funeral de Le Corbusier”, Nº88, Junho 1965, p. 96  
“Actualidade de Le Corbusier”, texto de Nuno Portas, Nº89/90, Dezembro 1965, pp. 141-144 /  
“Lembrança de Le Corbusier” (excertos de textos de Le Corbusier), Nº89/90, Dezembro 1965, pp. 145-158  
“Notícia de Paimio”, texto de Romeu Pinto da Silva, Nº91, Jan./Fev. 1966, pp. 21-24

#### Participação portuguesa nos CIAM

“X Congresso CIAM / (Dubrovnik, Agosto 1956) Representação Portuguesa” (A. Viana de Lima, F. Távora, O. Filgueiras), Nº64, Jan./Fev. 1959, pp. 21-28  
“Aditamento à Grille C.I.A.M. d’Urbanisme», Octávio Lixa Filgueiras (Comunicação apresentada ao XXIV Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências. Madrid, Novembro de 1958), Nº66, Nov./Dez. 1959, pp. 3-12  
“O encontro de Royaumont”, texto de Fernando Távora (Dezembro 1962), Nº79, Julho 1963, p. 1

#### Entrevistas Arquitectos Modernos Portugueses

“Entrevista com o prof. arq. Cristino da Silva” (Entrevista conduzida pelo “redactor” da revista Mário Cardoso), Nº119, Jan./Fev. 1971, pp. 2-8  
“Entrevista com o arquitecto Francisco Conceição Silva” (Entrevista realizada por Mário Cardoso), Nº120, Março/Abril 1971, pp. 42-46  
“Entrevista com o arquitecto Fernando Távora” (Entrevista realizada por Mário Cardoso), Nº123, Set./Out. 1971, pp. 150-154  
“Entrevista com o arquitecto Maurício de Vasconcelos” (Entrevista realizada por Mário Cardoso), Nº124, Maio 1972, pp. 2-6  
“Entrevista com o arquitecto F. Keil do Amaral” (Entrevista realizada por Mário Cardoso), Nº125, Agosto 1972, pp. 46-48, 79  
“Entrevista com o arquitecto Raul Hestnes Ferreira”, Nº127/128, Abril/Junho 1973, pp. 2-8  
“Entrevista com Formosinho Sanchez”, Nº130, Maio 1974, pp. 4-7

#### Projectos de Arquitectura de Espaços Comerciais (sobretudo na Baixa de Lisboa)

“Um snack-bar no Rossio” (Arquitectos Victor Palla e Bento d’Almeida), texto de A. Sena da Silva, Nº61, Dezembro 1957, pp. 36-40  
“Uma decoração – Alfaiataria Pestana & Brito” (Arquitecto João Rosa Mendes), texto de E. Goulartt de Medeiros, Nº64, Jan./Fev. 1959, pp. 40-42  
“3 Lojas em Lisboa do arq. Conceição Silva” (Papeleria Progresso, pp. 65-66, Can-Can, “Loja destinada à venda de «lingerie»”, pp. 67-68, Sapataria Cinderela, pp. 68-69), Nº82, Junho 1964, pp. 65-69  
“Decoração de três lojas em Lisboa” (Arquitecto Francisco Conceição Silva... Sapataria Helio Boutique, Modas H M, Sapataria Helio-Bottier) texto de Manuel João Leal, Nº92, Março/Abril 1966, pp. 83-87  
“Dois estabelecimentos em Lisboa – «Maison Louvre» e «Rita»” (Arquitecto F. Conceição Silva), texto de Carlos S. Duarte, Nº100, Nov./Dez. 1967, pp. 261-264 (“Maison Louvre. Um novo estabelecimento no Rossio, Lisboa”, pp. 261-262 / “Design, ambiente e moda. A propósito de duas obras de Conceição Silva”, texto de Carlos Duarte, pp. 262-263 / “Rita. Boutique de modas. Avenida Duque d’Ávila, Lisboa”, pp. 263-264)  
“Rualdo – Estabelecimento na rua de S. José, Lisboa” (Arquitectos Carlos Tojal, Manuel Moreira e Carlos Roxo), Nº101, Jan./Fev. 1968, pp. 14-16  
“Betesga – Um novo estabelecimento em Lisboa” (Arquitectos Carlos Tojal, Manuel Moreira e Carlos Roxo), texto de Duarte Nuno Simões, Nº116, Julho/Agosto 1970, pp. 154-158  
“Três obras dos arquitectos Carlos Tojal, Manuel Moreira e Carlos Roxo” (Traje, Meia-Lua, Crédito Predial Português – Porto), Nº119, Jan./Fev. 1971, pp. 11-19  
“Bar Metro e Meio – Av. 5 de Outubro, Lisboa” (Arquitectos Gastão Cunha e Manuel Vicente), Nº130, Maio 1974, pp. 32-34

### Centros Urbanos Históricos

- “A remodelação da Avenida”, Carlos S. Duarte, Nº60, Outubro 1957, pp. 13-19  
“O problema dos bairros antigos”, texto de Robert Auzelle, Nº71, Julho de 1961, pp. 5-9, 52  
“Renovação urbana”, texto de Manuel Laginha (Texto da conferência proferida no dia 16 de Março de 1961 no Colóquio sobre Urbanismo organizado pela D. G. S. U.), Nº72, Outubro 1961, pp. 28-35  
“Arte urbana”, texto de Francisco P. Keil do Amaral e José de Santa Rita, Nº97, Maio/Junho 1967, pp. 120-126  
“A cidade e as suas imagens”, José-Augusto França, Nº104, Julho/Agosto 1968, pp. 146-147  
“Lisboa pombalina e romântica – A sua história e a salvaguarda dos seus valores”, José-Augusto França, Nº104, Julho/Agosto 1968, pp. 148-152  
“O destino de três praças lisboetas”, texto de C. S. Duarte, Nº125, Agosto 1972, p. 42

### Projectos de Arquitectura em Meios Rurais

- “Quatro novas Pousadas” (Oliveira do Hospital, Valença do Minho, Castelo Branco, Vilar Formoso), Nº62, Setembro 1958, pp. 5-23  
“Centro médico-social em Negrelos” (Arquitecto Germano de Castro), Nº62, Setembro 1958, pp. 24-29  
“Habitações operárias em Ponte de Pedra” (Arquitectos Arménio Losa e Cassiano Barbosa), texto de Nuno Portas, Nº63, Dezembro 1958, pp. 39-42  
“Bairro económico na Chamusca” (Arquitectos Bartolomeu Costa Cabral e Vasco Croft de Moura), texto de Carlos Duarte e Daniel Santa Rita, Nº74, Março 1962, pp. 3-15

### Cultura Tradicional, Povoações Rurais, e Planeamento

- “A pequena habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional”, texto de Vasco Lobo, Nº70, Março 1961, pp. 3-6  
“Problemas de urbanização. Sua realização ao nível da organização municipal”, texto de José Rafael Botelho (Conferência proferida no dia 10 de Março de 1961 no Colóquio sobre Urbanismo organizado pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização), Nº71, Julho de 1961, pp. 35-42, 51  
“A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional (II)”, texto de Vasco Lobo, Nº73, Dezembro 1961, pp. 19-22  
“A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional (III)”, texto de Vasco Lobo, Nº75, Junho 1962, pp. 37-40, 54  
“A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional (IV)”, texto de Vasco Lobo, Nº78, Maio 1963, pp. 3-6  
“Núcleos-centros em meio rural disperso”, texto de Leopoldo de Almeida, Nº80, Dezembro 1963, pp. 28-30  
“Planeamento regional e arquitectura de cidades”, texto de Mário Jorge Bruxelas (Comunicação à III Semana de Estudos dos Açores-Horta 1964), Nº83, Setembro 1964, pp. 111-114  
“Os problemas humanos no habitat rural”, texto de Frederico Mauperrin, Nº89/90, Dezembro 1965, pp. 211-220 (referências bibliográficas na página XXII)  
“Paisagem portuguesa – Origem e evolução”, Prof. Caldeira Cabral, Nº100, Nov./Dez. 1967, pp. 234-237  
“Paisagem rural”, Nº121-122, Maio/Agosto 1971, pp. 83-87

### Artigos sobre Artes Plásticas

- “O naturalismo humanista de Hogan”, Nikias Skapinakis, Nº60, Outubro 1957, p. 11 (Na mesma edição, na secção “Noticiário, Exposições, Crítica de Livros” – “2ª Exposição de Artes Plásticas, Julho-Agosto 1957” e “Passagem do Meteoro Vieira da Silva”, Nikias Skapinakis, p. 53)  
“Da pintura surrealista”, José-Augusto França, Nº61, Dezembro 1957, pp. 4-16  
“Resende” (Júlio Resende), texto de Sebastião Fonseca, Nº61, Dezembro 1957, pp. 30-31

“Um escultor novo – Virgílio Domingues”, Nikias Skapinakis, N°62, Setembro 1958, p. 33 (Na mesma edição, na secção “Noticiário, Exposições, Crítica de Livros” – “Amadeo de Sousa Cardoso – Livro de J. Augusto França”, Nikias Skapinakis, pp. 56-57)

“Artes Plásticas – António Quadros”, Nikias Skapinakis, N°63, Dezembro 1958, pp. 44-45 (Na mesma edição, na secção “Noticiário, Exposições, Crítica de Livros” – “III Exposição de Artes Plásticas no Convento dos Capuchos”, e “Conflito e unidade da arte contemporânea – Dr. Mário Dionísio”, Nikias Skapinakis, pp. 51-52)

“Artes Plásticas – Fernando Azevedo”, José-Augusto França, N°64, Janeiro/Fevereiro 1959, pp. 38-39

“Modernos figurativos portugueses”, Nikias Skapinakis, N°65, Junho 1959, pp. 46-52

“Artes Plásticas”, Notas de Nikias Skapinakis, N°80, Dezembro 1963, pp. 36-37

“Conhecimento da Arte moderna e Arte popular”, Ernesto de Sousa, N°83, Setembro 1964, pp. 91-99

“Pintura e escultura numa década – 1954-1964”, Rui Mário Gonçalves, N°84, Novembro 1964, pp. 147-156

“Artes Plásticas – Modernos artistas portugueses” (Manuel Baptista), Fernando Pernes, N°85, Dezembro 1964, pp. 188-189

“O grande cisma do Ocidente”, José-Augusto França, N°86, Janeiro/Fevereiro 1965, pp. 19-20

“Conhecimento da escultura portuguesa – Uma descoberta por fazer” (Artes Plásticas), Ernesto de Sousa, N°88, Maio/Junho 1965, pp. 115-123

“A II Exposição de Novembro na SNBA”, Eurico Gonçalves, N°89/90, Dezembro 1965, pp. 221-223

“Situação actual da pintura e da escultura em Madrid” (Artes Plásticas), Henry Galy-Charles, N°91, Janeiro/Fevereiro 1966, pp. 29-32

“Propostas visuais do movimento internacional Nova Tendência”, N°91, Janeiro/Fevereiro 1966, pp. 38-44

“I Encontro de críticos de arte portugueses” (Secção “Noticiário”), N°95, Janeiro/Fevereiro 1967, p. 42

“O exotismo e o espaço na Arte portuguesa quinhentista”, Ernesto de Sousa, N°96, Março/Abril 1967, pp. 75-80 (Na mesma edição, na Secção “Noticiário” – “Primeiro Encontro de Críticos de Arte Portugueses”, pp. 86-87)

“A pintura francesa dos últimos vinte anos”, Henry Galy-Charles, N°105/106, Setembro 1968, pp. 218-219

“A matéria da escultura e a casa”, Ernesto de Sousa, N°127/128, Abril/Junho 1973, pp. 9-12

“Para além de uma Exposição” (Artes Plásticas), por José Luís Porfírio, N°129, Abril 1974, pp. 15-117

“A propósito de «Arte de Computador»” (Artes Plásticas), por José Luís Porfírio, N°130, Maio 1974, pp. 42-43

“Eduardo Nery e a transformação da paisagem urbana”, Manuel Rio-Carvalho, N°131, Junho 1974, pp. 24-31

“Uma arte nova para um Portugal novo”, José Luís Porfírio, N°131, Junho 1974, pp. 32-33

“Um serviço do Património Nacional”, José-Augusto França, N°131, Junho 1974, p. 33

#### Integração das Artes Plásticas

“Pintura mural e pintura de cavalete”, Nikias Scapinakis, N°59, Julho 1957, pp. 14-15

“O sempiterno problema da conjugação das artes”, Nikias Skapinakis, N°67, Junho 1959, pp. 51-52

“Acerca da Arte integrada”, António Alfredo, N°82, Junho 1964, pp. 74-81

“Para uma integração das artes visuais”, Eurico Gonçalves, N°87, Março/Abril, 1965, pp. 58-60

“Colaboração entre artistas plásticos”, N°92, Março/Abril 1966, pp. 49-62

“Sobre a integração das artes plásticas” (Editorial, designado “Comentário”), Leopoldo C. de Almeida, N°101, Janeiro/Fevereiro 1968, p. 5, 4

“Integração de obras de arte na sede da Fundação Calouste Gulbenkian”, Rui Mário Gonçalves, N°111, Setembro/Outubro 1969, p. 242 (Texto incluído na secção “Pintura e Não”)

#### O Ensino da Arquitectura

“A reforma do ensino das Belas Artes” (Editorial), N°61, Dezembro 1957, p. 3

“Depoimento sobre a reforma do ensino de pintura e escultura – Actualização do ensino de Pintura e Escultura”, Nikias Skapinakis, N°61, Dezembro 1957, pp. 41-43

“Depoimento sobre a reforma de Belas-Artes”, José Pacheco, N°62, Setembro 1958, pp. 30-32

“Depoimento sobre a reforma de Belas-Artes”, Francisco Keil do Amaral, Nº63, Dezembro 1958, p. 43  
 “A reforma do ensino de Belas-Artes – Depoimento de José-Augusto França”, Nº64, Janeiro/Fevereiro 1959, p. 29  
 “Problemas do ensino da Arquitectura”, Jean Labatut, Nº67, Junho 1959, pp. 56-58, 62-61  
 “As exposições escolares”, Nuno Portas (Na secção “Noticiário, Exposições, Crítica”), Nº69, Novembro/Dezembro 1960, p. 53  
 “Depois da reforma – Um depoimento sobre o ensino de Arquitectura na E. S. B. A. L.” (“pelos alunos que no passado ano lectivo concluíram o 4º ano do curso de Arquitectura da ESBAL”), Nº72, Outubro 1961, pp. 37-51  
 “A Escola de Belas-Artes de Lisboa” (Na secção “Noticiário, Exposições, Crítica”), Nº74, Março 1962, pp. 49-50 (Conversa com o director da ESBA / Jornal dos estudantes da ESBAP / Concurso na ESBAL),  
 “Problemas do ensino”, (Na secção “Noticiário, Exposições, Crítica”), Nº75, Junho 1962, p. 51  
 “Uma experiência pedagógica na E.S.B.A. do Porto”, Nuno Portas, Nº77, Janeiro 1963, pp. 16-18, 39-40 (Na mesma edição, na secção “Noticiário, Exposições, Crítica”, “Congresso do ensino de engenharia”, Nuno Portas, pp. 37-39)  
 “A XII Exposição da ESBA em Lisboa”, (Na secção “Noticiário, Acção profissional”), Nº86, Janeiro/Fevereiro 1965, p. 44  
 Participação portuguesa no VIII Congresso da UIA, texto de Nuno Portas, Nº88, Maio/Junho 1965, pp. 129-130  
 “Secção dos estudantes”, Nº89/90, Dezembro 1965, pp. 201-210  
 “Secção dos estudantes”, Nº91, Janeiro/Fevereiro 1966, pp. 33-37  
 “Relatório dos delegados da SNBA ao 1º Congresso Internacional sobre Instrução Profissional do Artista”, por Eduardo Nery e Fernando Conduto, Nº93, Maio/Junho 1966, pp. 131-138 (Na mesma edição, “Secção dos estudantes”, pp. 139-140)  
 Referência ao concurso para Professor do I Grupo da ESBAL a que Nuno Portas concorreu com o texto de “A cidade como arquitectura” (Na secção “Noticiário”), Nº103, Maio/Junho 1968, p. 139  
 “O concurso e a Escola” (Editorial), Carlos Duarte, Nº105/106, Setembro/Dezembro 1968, pp. 179, 230 (Sobre o concurso para Professor do I Grupo da ESBAL a que Nuno Portas concorreu com o texto de “A cidade como arquitectura”)  
 “SPUIA II Encontro”, Carlos Duarte (Na secção “Noticiário”), Nº108, Março/Abril 1969, p. 85 (“Realizou-se em 20 e 21 de Junho um colóquio promovido pela SPUIA e subordinado ao tema geral de «o futuro da formação do arquitecto» ...”)  
 “Uma filosofia do ensino?”, John R. Lloyd, Nº112, Novembro/Dezembro 1969, pp. 295-296 / “Um ensino da arquitectura”, Ricardo Porro, Nº112, Novembro/Dezembro 1969, pp. 296-298  
 “Uma experiência pedagógica em curso na Sociedade Nacional de Belas-Artes” (Editorial, designado “Comentário”), Sena da Silva, Nº114, Março/Abril 1970, pp. 46-47  
 “A formação de arquitectos-paisagistas”, Nº121/122, Maio/Agosto 1971, p. 142-144 / “O ensino da arquitectura paisagista no mundo”, Nº121/122, Maio/Agosto 1971, p. 145-146 (A edição Nº121/122, Maio/Agosto 1971, dedicada à Arquitectura-Paisagista, foi organizada por Gonçalo Ribeiro Telles)  
 “Sindicato prolongamento da Escola”, Nº131, Junho 1974, pp. 8-9 (No artigo, “A Associação Portuguesa de Arquitectos substituirá o Sindicato Nacional”, pp. 2-10)

O Problema da Habitação  
Artigos e Edições Especiais

“Blocos na avenida EUA” (de Manuel Laginha, Pedro Cid e João Esteves), texto de Carlos Duarte, Nº61, Dezembro 1957, pp. 17-24

“Habitações operárias em Ponte de Pedra” (de Arménio Losa e Cassiano Barbosa), texto de Nuno Portas, Nº63, Dezembro 1958, pp.39-42

Nº64, Janeiro/Fevereiro 1959

Secção “Habitação social”, pp. 30-37

Nota editorial, p. 30, “Casas em pátio – vantagens desta solução habitacional”, Alzina Meneses, pp. 30-31 / “Conceito de casa em pátio como célula social”, Nuno Portas, pp. 32-34 (bibliografia pp. 59-60) / “Uma realização exemplar – a unidade horizontal de Tuscolano (Roma)”, Nuno Portas, pp. 35-37

“Bloco das Águas Livres”, (de Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral), Nº65, Junho 1959, pp. 3-31

Nº67, Abril 1960

“Prédios de rendimento em Lisboa”

Editorial, “Prédios de rendimento em Lisboa”, pp.16-17, 62-63

Nº68, Julho 1960

“Núcleo «Les Buffets» em Internay-aux-Rose, nos arredores de Paris”, pp. 34-40, Comentário de Nuno Portas, pp. 36-40 / “Sociologia da habitação – métodos e perspectivas de investigação”, Paul Chombart de Lauwe, pp. 41-50 (Na secção “Crítica de livros” – “Organismos internacionais e política de habitação”, Nuno Portas, p.63)

Nº69, Nov./Dez. 1960

(Número sobre “Habitação e Urbanismo”)

“Elementos sociológicos do «Habitat» urbano”, Carlos Duarte, pp. 17-30 / “O novo conjunto habitacional da Pasteleira – Notas em torno das realizações portuenses”, Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas, pp. 31-47 / “Considerações sobre o organismo distributivo das habitações”, Nuno Portas, pp. 48-52 / “Livros – Cooperativismo e habitação”, Nuno Teotónio Pereira, pp. 53-54

“Colóquio sobre urbanismo” (Na secção “Noticiário, Exposições, Crítica”, Nº71, Julho 1961, pp. 51-52

“Problemas de base postos pelo estudo da Habitação Económica”, AAVV (Nuno Teotónio Pereira, João Braula Reis, Gastão Ricou, Álvaro Alexandre, Paulo Nunes), Nº76, Outubro 1962, pp. 47-50

“Grupo de habitações económicas em Creteil – Paris” (obra de Paul Bossard, comentário de Bartolomeu Costa Cabral numa ½ página não numerada), Nº79, Julho 1963, pp. 23-28

Nº81, Março 1964

(Olivais Norte)

“Alguns aspectos do problema habitacional na cidade de Lisboa (I)” (Editorial, assinado S. D.), pp. 1, 43 / “O Decreto-Lei 42 454 – Extractos”, pp. 3-4 / “Olivais-Norte”, pp. 5-28 (“Nota crítica” de Leopoldo de Almeida, pp. 12-14)

“Planeamento habitacional em Espanha”, Luis Vassalo Rosa, Nº82, Junho 1964, pp. 49-55

“A sublocação em Lisboa”, Maria da Conceição Tavares da Silva (Na secção “Habitação”, transcrito do Boletim do GTH da CML, nº1), Nº84, Novembro 1964, pp. 169-173

“O Plano Intercalar de Fomento para 1965/67”, (Na secção “Habitação”), Nº85, Dezembro 1964, pp. 207-213

“Quatro blocos habitacionais em Olivais-Norte” (Artur Pires Martins e Palma de Melo), Nº91, Janeiro/Fevereiro 1966, pp. 9-13

“Bloco habitacional em Olivais-Sul”, Nº97, Maio/Junho 1967, pp. 112-115

“O problema da habitação em Portugal – Necessidades e sua evolução”, Raul da Silva Pereira, Nº101, Janeiro/Fevereiro 1968, pp. 6-9

“Desenho e apropriação do espaço da habitação”, Nuno Portas, N°103, Maio/Junho 1968, pp. 124-128  
“Habitação – Finalmente uma política?” (Editorial), Nuno Teotónio Pereira, N°108, Março/Abril 1969, pp. 43, 95 (Na mesma edição, na secção “Noticiário”, “Colóquio sobre política habitacional”, Carlos Duarte, pp. 85-86)  
“Política de habitação”, Vasco Lobo, N°109, Maio/Junho 1969, pp. 99-100

N°110, Julho/Agosto 1969

Olivais Norte / Olivais Sul

“Conjunto de habitações económicas em Olivais-Sul” (Vasco Croft, Justino Morais, Joaquim Cadima), pp. 166-170 / “Habitações em torre em Olivais-Norte” (Nuno Teotónio Pereira, António Freitas, Nuno Portas) / pp. 171-174, “Habitações em torre em Olivais-Sul” (Fernando Gomes da Silva, Octávio Costa), pp. 175-177

Criação da secção “Habitação social”, pp. 181-188 (que termina na edição n° 114)

(“Habitações para o maior número”, Nuno Teotónio Pereira, pp. 181-183 / “A política francesa de urbanismo e habitação”, pp. 184-188)

N°111, Setembro/Outubro 1969

Secção “Habitação social”, pp. 251-262

(Comentário / Colóquio sobre política da habitação / Habitação e renovação urbana, R.C. Stone)

N°112, Novembro/Dezembro 1969

“Habitação social”, pp. 299-304

(Comentário / Enquadramento da habitação ..., M. Manuela Silva / Financiamento e execução da habitação, Gastão Ricou / Uma solução a encarar – O habitat evolutivo, Margarida Sousa Lobo)

N°114, Março/Abril 1970

Secção “Habitação social”, pp. 79-86

(Termina nesta edição a secção “Habitação social”)

(Comentário / A habitação social nos países em vias de desenvolvimento / Financiamento da habitação em Portugal, Gastão Ricou)

“O financiamento da habitação em Portugal”, G. Ricou, N°116, Julho/Agosto 1970, pp. 135-138

“O financiamento da habitação em Portugal”, G. Ricou, N°124, Maio 1972, pp. 7-8, 37

“Habitação evolutiva”, Francisco Silva Dias e Nuno Portas, N°126, Outubro 1972, pp. 100-121

“Olivais-Sul em discussão”, N°127/128, Abril/Junho 1973, pp. 57-64

N°130, Maio 1974

“Dossier Restelo”, pp. 11-23

“«Dossier» Restelo 1973 – Resposta à reportagem crítica em Jornal Diário”, Nuno Portas, p. 21,

“Posfácio por ocasião da publicação em revista do projecto para o Restelo”, Nuno Portas, pp. 22-23

“Habitações para as comunidades urbanas em vias de desenvolvimento”, T. L. Webb e C. Tod. Welch, N°131, Junho 1974, pp. 34-39

Os Últimos Anos da 3ª Série

“Meditação sobre as metrópoles de amanhã”, N°76, Outubro 1962, Luís Cunha, pp. 3-10

“Notas de uma viagem a Macau”, Leopoldo de Almeida, N°84, Nov. 1964, pp. 131-137 / “Perspectivas e limites da Nova Dimensão”, Carlos Duarte, N°84, Nov. 1964, pp. 157-162, 174

“Uma cidade não é uma árvore”, Christopher Alexander, N°95, Jan./Fev. 1967, pp. 23-29 (Texto de apresentação de Carlos Duarte, p. 22)

“O triste fim do novo brutalismo”, N°98, Julho/Agosto 1967, pp. 142-143.

“Subsídios para a forma urbana”, Ettore Agosti, Mariaemma Cioni Mori e Franco Grossi, N°113, Janeiro/Fevereiro 1970, pp. 16-24

“O futuro da arquitectura”, N°114, Março/Abril 1970, Dennis Sharp, pp. 62-67

“A arquitectura e o «design», face a face”, Claude Parent, Nº123, Setembro/Outubro 1971. pp. 155-157 /  
“Paolo Soleri – A filosofia da vida urbana”, Henryk Skolimowsky, Nº123, Setembro/Outubro 1971, pp.  
158-162 / “Notas sobre a situação profissional dos arquitectos”, Nuno Portas,  
Nº123, Setembro/Outubro 1971, pp. 193-194  
“Os programas de computadores ao serviço dos arquitectos”, Kaiman Lee e Ralph Meyer, Nº130, Maio  
1974, pp. 37-41  
“A Associação Portuguesa de Arquitectos substituirá o Sindicato Nacional”, Nº131, Junho 1974, pp. 2-10

#### Outros Artigos Relevantes

“Ensaio sobre o espaço da arquitectura (I)”, Pedro Vieira de Almeida, Nº79, Junho 1963, pp.15-22  
“Ensaio sobre o espaço da arquitectura (II)”, Pedro Vieira de Almeida, Nº80, Dezembro 1963, pp.3-13,  
40  
“Ensaio sobre o espaço da arquitectura (III)”, Pedro Vieira de Almeida, Nº81, Março 1964, pp.29-38  
“Algumas reflexões sobre a cidade americana”, Raul Hestnes Ferreira, Nº91, Jan./Fev. 1966, pp. 1-8  
“Aspectos e correntes actuais da arquitectura americana”, Raul Hestnes Ferreira, Nº98, Julho/Agosto  
1967, pp. 148-155  
“A propósito da exposição sobre obras de Raul Lino...”, Francisco Silva Dias, revista “Arquitectura”  
nº115, Maio/Junho 1970, pp. 94-96 (Texto de Pedro Vieira de Almeida, pp. 96-97)  
“Ainda «o caso Raul Lino» – José-Augusto França e Pedro Vieira de Almeida respondem a F. Silva  
Dias”, revista “Arquitectura” nº116, Julho/Agosto 1970, pp. 138-140

#### Secção “Arquitectura no Mundo” (1962-1968)

##### Nº76, Outubro 1962

“Arquitectura no Mundo” (Primeira edição), pp. 39-46, 53

Termina na edição nº105/106, Setembro/Dezembro 1968

(Preston, James Stirling / Park Hill em Sheffield / «Magasin» em Roma, Franco Albini / Concurso para  
uma cidade de 100 000 habitantes em Toulouse Le Mirail, Candilis e Woods)

##### Nº77, Janeiro 1963

“Arquitectura no Mundo”, pp. 23-30

(Cuba-Habana del Este, 1962 / Scharoun / Bairro da INA-casa, Bolonha / Colégio em Cambridge, Leslie  
Martin)

##### Nº78, Maio 1963

“Arquitectura no Mundo”, pp. 27-36

(Arquitectura na Europa de Leste – Polónia, Hungria, URSS, Roménia / Marin County Centre, o último  
Wright)

##### Nº79, Julho 1963

“Arquitectura no Mundo”, pp. 29-37

(Miranda Guedes, arquitecto de Lourenço Marques / Escola Secundária em Aesch, Basileia / A passagem  
superior de Hammersmith, Londres / Conjunto de Caño Roto, Madrid)

##### Nº80, Dezembro 1963

“Arquitectura no Mundo”, pp. 31-35

(Centro Cultural de Wolfsburg, Alvar Aalto / Auditório de Berlim, Hans Scharoun / Estacionamento em  
New Haven, Paul Rudolph)

##### Nº82, Junho 1964

“Arquitectura no Mundo”, pp. 82-85

(o Município de Tatebayashi, no Japão / Escolas urbanas nos Estados Unidos – Chicago, Nova York)

##### Nº84, Novembro 1964

“Arquitectura no Mundo”, pp. 163-168

(Alguns projectos de Jan Lubicz-Nycz)

Nº85, Dezembro 1964

“Arquitectura no Mundo”, pp. 190-198, 216

Responsável neste número – Carlos Duarte

(Arquitectura do «Béton Brut» no Japão – “Bruno Zevi defende a Arquitectura Moderna Japonesa das críticas de «House Beautiful»)

Nº95, Jan./Fev. 1967

“Arquitectura no Mundo”, pp. 1-4

(Torres Blancas, Sainz de Oiza / «Habitat 67», Montreal / Arquitectura nos Estados Unidos / O novo centro de Sckopje / Investigação na Arquitectura / Novidades de Toronto)

Nº96, Mar./Abr. 1967

“Arquitectura no Mundo”, pp. 45-48

(Notícias do Japão / O Centro Internacional de Congressos de Kyoto / Planeando para a sociedade do futuro / O Município de Miyakonojo / Biblioteca pública em Oita / Uma estética do ambiente)

Nº97, Maio/Junho 1967

“Arquitectura no Mundo”, pp. 90-92, XVII

(The Sea Ranch / Uma conferência de Sir Leslie Martin / O Museu de Arte Moderna de Hovikodden / As cidades europeias em 1985 / Um novo trabalho de Paul Rudolph)

Nº98, Julho/Agosto 1967

“Arquitectura no Mundo”, pp. 141-144, 146

(O Centro Comercial de Portsmouth / O triste fim do brutalismo / Centro de Arte em South Bank, Londres / Rescaldo da Expo 67 / Um artigo de Henri Lefebvre)

Nº99, Setembro/Outubro 1967

“Arquitectura no Mundo”, pp. 184-186, 188

(Biblioteca do Trinity College, Dublin / Na linha de Scharoun / Centro Cívico em Beersheva, Israel / Archigram e o mundo do futuro)

Nº100, Novembro/Dezembro 1967

“Arquitectura no Mundo”, pp. 228-232

(O Banco de Londres... / Uma casa pneumática / ... A industrialização nos programas habitacionais / Dois projectos de Tange / Pavilhão itinerante / A ópera de Sidney)

Nº101, Janeiro/Fevereiro 1968

“Arquitectura no Mundo”, pp. 1-4

(Congresso em Israel / Desaparece o Hotel Imperial de Tóquio / ... Desenho de interiores / Conjunto Habitacional em Norilsk, na Sibéria / Uma cidade nova na Califórnia / Dois projectos de Lasdun / Um prémio discutível)

Nº102, Março/Abril 1968

“Arquitectura no Mundo”, pp. 45-47, 49-50

(O Pavilhão Sonsbeek, de Aldo van Eyck / Centro Cívico de Segrate, Milão / A lógica do urbanismo / O edifício da ONU, Santiago do Chile / Duas obras de Aalto / Buckminster Fuller)

Nº103, Maio/Junho 1968

“Arquitectura no Mundo”, pp. 91-96

(Fundação Ford / Rafael Moneo / Ainda Tange / Hans Hollein / Downtown em Toronto / A remodelação de Piccadilly Circus / Um bote no meio da casa / Prémios AIA / Siegfried Giedion)

Nº104, Julho/Agosto 1968

“Arquitectura no Mundo”, pp. 140-142

(O Hawai dream-land de Yamagata / Centro Cultural em Broome, USA / Um novo trabalho de Johansen / Osaka 1970)

Nº105/106, Setembro/Dezembro 1968

“Arquitectura no Mundo”, pp. 228-230

(O Centro de Arte de Hovikodden /Centro Náutico em Grafham Water, Inglaterra / O terminal de Shinjuku / Fábrica Leitz em Stuttgart, Alemanha)

Termina a secção “Arquitectura no Mundo”

Passadas duas edições, no nº108, é criada a secção “Pintura & Não”

Secção “Pintura e Não” (1969-1972)

Nº108, Mar./Abr. 1969

“Pintura & Não” (Primeira edição), pp. 87-94

(Com textos de José-Augusto França, Fernando Pernes, Rui Mário Gonçalves, Francisco Bronze, pp. 87-94)

Nº 109, Maio/Junho 1969

“Pintura & Não (2)”, pp. 139-146

(O surrealismo em Portugal, José-Augusto França / Novos e novíssimos do Porto, por Francisco Bronze / Costa Pinheiro, por Fernando Pernes)

Nº 110, Julho/Agosto 1969

“Pintura & Não (3)”, pp. 191-198

(A retrospectiva de Bernardo Marques, José-Augusto França / Almada um nome de guerra, Ernesto de Sousa / Joaquim Rodrigo, José-Augusto França / Exposições)

Nº 111, Set./Out. 1969

“Pintura & Não (4)”, pp. 241-248

(“A Fundação Gulbenkian, 1969”, José-Augusto França / Integração de obras de arte na sede da FCG; Rui Mário Gonçalves / Luís Noronha da Costa, por Fernando Pernes / Balanço da temporada 1968-69)

Nº 113, Janeiro/Fevereiro 1970

“Pintura & Não (5)”, pp. 25-32

(O prémio «Soquil», José-Augusto França / A «Gravura» Cooperativa de Gravadores, por Armando Vieira Santos / José Rodrigues, por Francisco Bronze / Exposições)

Nº 114, Março/Abril 1970

“Pintura & Não (6)”, pp. 71-78

(Reflexão sobre «Pintura & Não», José-Augusto França / Quatro projectos da AICA Portuguesa, José-Augusto França / António Areal, por Rui Mário Gonçalves / Exposições)

Nº 116, Julho/Agosto 1970

“Pintura & Não (7)”, pp. 165-172

(Almada Negreiros e Vieira da Silva – 1970, José-Augusto França / A propósito da retrospectiva de Vieira da Silva, por Pedro Vieira de Almeida / Exposições)

Termina a secção “Pintura & Não”?

Nº 126, Outubro 1972

“A 1ª Exposição da AICA Portuguesa” (“Pintura & Não”), José-Augusto França, pp. 84-87

Termina (definitivamente) a secção “Pintura & Não”

Nº132, Fevereiro/Março 1979

“Editorial” (José Lamas), revista “Arquitectura” nº132, Fevereiro/Março 1979, p. 15

“Entrevista com José Gomes Fernandes” (Entrevista efectuada por Nuno Coutinho), revista

“Arquitectura” nº132, Fevereiro/Março 1979, pp. 24-33

“Panorama da Arquitectura Modernista em Portugal” (Título no índice), “Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal” (Título na página 54), José Manuel Fernandes, revista “Arquitectura” nº132, Fevereiro/Março 1979, pp. 54-65

“Património em Perigo”, revista “Arquitectura” nº132, Fevereiro/Março 1979, p.75

Nº133, Abril/Maio 1979

“Panorama da Arquitectura Modernista em Portugal (II)” (Título no índice), “Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal – A evolução estilística (II)” (Título na página 38), José Manuel Fernandes, revista “Arquitectura” nº133, Abril/Maio 1979, pp. 38-47

“Uma carta e a nossa resposta”, revista “Arquitectura” nº133, Abril/Maio 1979, p. 66

(Carta assinada por – Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza, António Corte-Real, Bernardo Ferrão, Camilo Cortesão, Domingos Tavares, Eduardo Souto Moura, Francisco Barata, Jorge Gigante, José Manuel Soares, José Miranda, Luís Casal, Maria Manuel Sambade, Manuel Correia Fernandes, Nuno Ribeiro Lopes, Pedro Ramalho, Rolando Torgo, e Sérgio Fernandez)

“Património em perigo”, revista “Arquitectura” nº133, Abril/Maio 1979, pp. 67-71

Nº134, Junho/Julho 1979

“Editorial” (Carlos Duarte, José Manuel Fernandes, José Ressano Garcia Lamas, Pedro Vieira de Almeida), revista “Arquitectura” nº134, Jun./Jul. 1979, p. 11

“Património em perigo”, revista “Arquitectura” nº134, Jun./Jul. 1979, pp. 46-49 /

“Arquitectura e urbanística em Portugal continental”, Jorge Henriques Pais da Silva, revista

“Arquitectura” nº134, Jun./Jul. 1979, pp. 56-63

Nº137, Julho/Agosto 1980

“Para o estudo da arquitectura modernista (III)” (Título no índice), “Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal – A evolução estilística (III)” (Título na página 16), José Manuel Fernandes, revista “Arquitectura” nº137, Julho/Agosto 1980, pp. 16-25

Nº138, Setembro/Outubro 1980

(Número intitulado “Lisboa e as Avenidas – 1ª Parte”)

“Um Plano para as Avenidas” (Editorial, José Lamas), revista “Arquitectura” nº138, Setembro/Outubro 1980, p. 15

“Lisboa e os traçados” (Nota editorial), revista “Arquitectura” nº138, Setembro/Outubro 1980, p. 16

“Cerdà e os traçados”, Nuno Portas, revista “Arquitectura” nº138, Setembro/Outubro 1980, pp. 18-25

“Sobre a estrutura urbana de Lisboa”, Luís Bruno Soares, revista “Arquitectura” nº138,

Setembro/Outubro 1980, pp. 26-27

“O Plano de extensão de Lisboa no último quartel do século XIX”, Maria João Madeira Rodrigues, revista “Arquitectura” nº138, Setembro/Outubro 1980, pp. 28-39

“Alguns apontamentos sobre urbanismo alfacinha (Da Baixa ao Campo Grande, do século dezoito ao século XX), José Manuel Fernandes, revista “Arquitectura” nº138, Setembro/Outubro 1980, pp.40-49

“Recuperação”, revista “Arquitectura” nº138, Setembro/Outubro 1980, pp.60-63

“Para o estudo da arquitectura modernista (IV)” (Título no índice), “Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal – A evolução estilística (IV)” (Título na página 64), José Manuel Fernandes, revista “Arquitectura” nº138, Setembro/Outubro 1980, pp. 64-73

#### Nº139, Novembro/Dezembro 1980

(Número intitulado “Lisboa e as Avenidas – 2ª Parte”)

“Ferro (velho) nas avenidas novas” (Tema desenvolvido por um grupo de alunos do 4º ano da ESBAL no ano lectivo de 78/79), revista “Arquitectura” nº139, Novembro/Dezembro 1980, pp.24-31

“Prémios de Arquitectura em Lisboa”, Adalberto Tenreiro e José Manuel Fernandes, revista

“Arquitectura” nº139, Novembro/Dezembro 1980, pp. 32-53

“Arquitectura nas Avenidas – Breve passeio (foto)gráfico pelas imagens recentes”, José Manuel Fernandes, revista “Arquitectura” nº139, Novembro/Dezembro 1980, pp. 54-59

“Avenida da Liberdade – Plano morfológico e cêrceas”, Pedro Vieira de Almeida, revista “Arquitectura” nº139, Novembro/Dezembro 1980, pp. 61-81

#### Nº141, Maio 1981

“Património” (“Estertor e morte de duas lojas lisboetas: O café Portugal e a loja «A Rampa» – hoje como há vinte anos – com brutalidade”, revista “Arquitectura” nº141, Maio 1981, pp. 56-59 (Nas páginas 56-57 reedita-se o texto de Nuno Portas “Antes que, mesmo o pouco que temos...”, publicado no nº70, de Março de 1961)

#### Nº142, Julho 1981

“Editorial” (Carlos Duarte – Número dedicado à arquitectura do Fascismo), revista “Arquitectura” nº142, Julho 1981, pp. 14-15

“Arquitectura do Estado Novo”, José-Augusto França, revista “Arquitectura” nº142, Julho 1981, pp. 18-19 (Texto publicado originalmente na “L’Architecture d’Aujourd’hui” nº185, Maio/Junho 1976)

“Urbanística à Duarte Pacheco”, Fernando Gonçalves, revista “Arquitectura” nº142, Julho 1981, pp. 20-37

“A Arquitectura do Fascismo em Portugal”, Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes, revista “Arquitectura” nº142, Julho 1981, pp. 38-49

“Uma época em palavras e imagens – Extractos”, revista “Arquitectura” nº142, Julho 1981, pp. 50-57

#### Nº144, Dezembro 1981

“Cinearte – A morte neste jardim de Santos” (Trabalho executado para a cadeira “História da Arquitectura Portuguesa” por José Castanheira e Lina Pedro), revista “Arquitectura” nº144, Dezembro 1981pp. 68-69

#### Nº148, Janeiro/Fevereiro 1983

“Fachadas figuradas e revestidas de azulejos nos edifícios de Lisboa”, Manuela Sinek, revista

“Arquitectura” nº148, Jan./Fev. 1983, pp. 45-57

“Arquitectura dos anos 50 em Lisboa – Alguns tópicos para discussão”, Nuno Teotónio Pereira, revista “Arquitectura” nº148, Jan./Fev. 1983, pp. 58-61

“Arquitectura dos anos 50 em Portugal – Principalmente Lisboa”, José Manuel Fernandes, revista

“Arquitectura” nº148, Jan./Fev. 1983, pp. 62-65

#### Nº149, Março/Abril 1983

(Número intitulado “Novíssimos”)

“Novíssimos”, revista “Arquitectura” nº149, Março/Abril 1983, pp. 16-55 (2 textos editoriais de José Manuel Fernandes sobre a edição de “Novíssimos” na página 15)

#### Nº150, Julho/Agosto 1983

“Design e Circunstância” (Exposição organizada pela Associação Portuguesa de Designers, que se realizou em Novembro de 1982 na SNBA), revista “Arquitectura” nº150, Julho/Agosto 1983, pp. 22-31

Entrevista com Sena da Silva, presidente da APD (Entrevista conduzida por Augusta Marques), revista “Arquitectura” nº150, Julho/Agosto 1983, pp. 32-33

“Casas modernas – Paisagens antigas” (Exposição documental itinerante promovida pelo Instituto Português do Património Cultural, 1982/1983), revista “Arquitectura” nº150, Julho/Agosto 1983, pp. 57-61

Nº151, 1983

“«Dossier» Duarte Pacheco – Nos 40 anos da sua morte” (textos de José Manuel Fernandes, Fernando Gonçalves e Vítor Matias Ferreira), revista “Arquitectura” nº151, 1983, pp. 23-37

“A XVII Exposição de Arte Ciência e Cultura” (Entrevista com Formosinho Sanches – Comissário Técnico da Exposição), revista “Arquitectura” nº151, pp. 61-65

“Casa dos Bicos” (Projecto de José Daniel Santa-Rita e Manuel Vicente), revista “Arquitectura” nº151, pp. 66-77 (“Texto dos autores”, pp. 70-72, “Texto crítico” de João Vasconcelos, pp. 73-76)

Nº152, Maio/Junho 1984

Raul Hestnes Ferreira, revista “Arquitectura” nº152, Maio/Junho 1984, pp. 34-69

“Monumental Monumental”, José Manuel Fernandes, revista “Arquitectura” nº152, Maio/Junho 1984, pp. 70-73

“Espaço da Ribeira – Uma obra no Porto” (notícia breve sobre a inauguração de uma galeria de exposições dedicada a arquitectura), revista “Arquitectura” nº152, Maio/Junho 1984, p. 76

Nº153, Setembro/Outubro 1984

“Mesa redonda sobre a exposição «Depois do Modernismo» (Arquitectura)” (José Lamas, José Manuel Fernandes, Manuel Graça Dias, João Paciência, Joaquim Braizinha), revista “Arquitectura” nº153, Setembro/Outubro 1984, pp. 18-24

”Depoimento – Manuel Tainha”, revista “Arquitectura” nº153, Setembro/Outubro 1984, pp. 24-26

Séries de Publicações Periódicas

E referência a algumas edições específicas

Publicações Periódicas Portuguesas

“Boletim de Architectura Civil” (1874-1876)

“Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses” (1874-1903)

“A Construção Moderna” (1900)

“Anuário da Sociedade dos Architectos Portugueses” (1905-1910)

“A Architectura Portugueza” (1908-1914)

“A Architectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas” (1937-1958)

“Arquitectos – Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Architectos” (1938-1942)

Revista “Binário” (1958-1977)

“Jornal de Letras e Artes” (1961-1965)

“Jornal Architectos” (1981, 2002, 2010)

Revista “Arquitectos” (1988)

Revistas Estrangeiras

“L’Architettura – Cronach e Storia” (1955-1966)

“Casabella-Continuità” (1953-1965)

“The Architectural Review” (1955-1964)

Publicações Periódicas Portuguesas

“Boletim de Architectura Civil” (1874-1876)

2ª Série, Tomo I

(Publicaram-se 12 edições do Tomo I da 2ª Série, entre 1874 e 1876)

“Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses” (1874-1903)

Tomo II, 2ª Série (1877-1879) / Tomo III, 2ª Série (1880-1882) / Tomo IV, 2ª Série (1883-1885) / Tomo V, 2ª Série (1886-1888) / Tomo VI, 2ª Série (1888-1890) / Tomo VII, 2ª Série (1894-1897)

Tomo VIII, 3ª Série (1898-1900)

Tomo IX, 4ª Série (1901-1903)

(Publicavam-se quase sempre 12 edições de cada Tomo da 2ª, 3ª e 4ª Séries, entre 1877 e 1903)

“A Construção Moderna” (1900)

Nº1, Fevereiro de 1900

“Anuário da Sociedade dos Architectos Portugueses” (1905-1910)

Nº1 – 1904/1905 (Publicado em 1905)

Nº2 – 1905/1906 (Publicado em 1906)

Nº3 – 1906/1907 (Publicado em 1907)

Nº4 – 1907/1908 (Publicado em 1908)

Nº 5/6 – 1908/1909 e 1909/1910 (Publicado em 1911)

“A Architectura Portugueza” (1908-1914)

(A partir de 1935 – no início da 3ª série – o título da revista passa a “A Architectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas”)

1ª Série – Nº1, Janeiro 1908, / Nº12, Ano VII, Dezembro 1914

“A Architectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas” (1937-1958)

3ª Série – Nº28, Julho 1937 / Nº166, Julho/Dezembro 1951

4ª Série – Nº1 Março/Abril, 1952 / Nº13, Agosto 1958

“Arquitectos – Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos” (1938-1942)

Nº1, Fevereiro 1938 / Nº2, Março 1938 / Nº3, Abril 1938 / Nº4, Maio 1938 / Nº5, Junho/Julho 1938 / Nº6, Agosto/Outubro 1938 / Nº7, Novembro/Dezembro 1938 / Nº8, Janeiro/Março 1939 / Nº9, Abril/Junho 1939 / Nº10, Julho/Setembro 1939 / Nº11, Outubro/Dezembro 1939 / Nº12, Janeiro/Abril 1940 / Nº13, Maio/Junho 1940 / Nº14, Setembro 1942

Nº1, Fevereiro 1938 – “Editorial” (Assinado por “A direcção do Sindicato”), pp. 2-4 / “Liceu Nacional de Jacinto de Matos”, Cristino da Silva, pp. 5-12 / “O Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937”, Keil do Amaral, pp. 21-27

Nº2, Março 1938 – “Construções prisionais – Cadeias comarcãs”, pp. 43-48 / “Concurso para o monumento ao Infante D. Henrique – A construir no promontório de Sagres”, pp. 49-55

Nº3, Abril 1938 – “Café Portugal” (Obra de Cristino da Silva), pp. 67-76 / “Construções prisionais – Cadeias comarcãs”, pp. 77-82 / “Ainda o Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937”, pp. 91-95

Nº4, Maio 1938 – “Instituto Superior Técnico”, Pardal Monteiro, pp. 97-120 / “Construções prisionais – Cadeias comarcãs”, pp. 121-124

Nº5, Junho/Julho 1938 – “Central Telefónica do Estoril” (Obra de Adelino Nunes), pp. 131-133 / “Comemorações 1140-1940”, Pardal Monteiro, pp. 142-143 / “Tribuna de honra da Câmara Municipal de Lisboa de 1938” (Projecto de Miguel Jacobetty), pp. 149-152

Nº6, Agosto/Outubro 1938 – “Arquitectura efémera”, Cottinelli Telmo, pp. 161-164 / “Exposição do Ano X” (Projecto de Paulino Montês), pp. 161-164 / “O novo edifício dos Correios Telégrafos e Telefones de Alcobaça” (Obra de Adelino Nunes), pp. 165-168 / “Relatório da Comissão para o Estudo dos novos edifícios dos CTT”, pp. 168-172

Nº7, Novembro/Dezembro 1938 – “Sua Eminência o Cardeal Patriarca” (D. Manuel Cerejeira), pp. 185-186 / “Igreja de Nossa Senhora de Fátima”, Pardal Monteiro, pp. 187-211

Nº8, Janeiro/Março 1939 – “Sucursal do «Diário de Notícias» – Lisboa” (Obra de Cristino da Silva), pp. 217-222 / “Exposição Histórica do Mundo Português”, Pardal Monteiro, p. 244

Nº9, Abril/Junho 1939 – “Exposição Histórica do Mundo Português”, pp. 249-257 / “Exposição de Nova Iorque 1939” (Projecto de Jorge Segurado), pp. 259-269

Nº10, Julho/Setembro 1939 – “Exposição Histórica do Mundo Português”, pp.279-288

Nº11, Outubro/Dezembro 1939 – “Portugal nas Exposições de Nova Iorque e de São Francisco”, pp. 299-330

Nº12, Janeiro/Abril 1940 – “Cinearte”, Raul Rodrigues Lima, pp. 331-341

Nº13, Maio/Junho 1940 – “«Diário de Notícias» – Nova sede na Avenida da Liberdade”, Pardal Monteiro, pp. 1-29

Revista “Binário” (1958-1977)

Nº1, Abril 1958 – Nº215/216 Fevereiro/Maio 1977

Nº1, Abril 1958 – “Editorial” (Manuel Tainha – sem autor identificado), p. 1

Nº4, Julho 1958 – “Editorial”, Manuel Tainha, p. 1 / “Escola Sindical de Bernau – Hannes Meyer, arquitecto”, Texto de Steen Eiler Rasmussen traduzido por Manuel Tainha, pp. 2-6

Nº8/9, Novembro/Dezembro 1958 – “«O poema electrónico» de Le Corbusier”, Manuel Tainha, p. 25 (Sobre o Pavilhão da Phillips na Exposição de Bruxelas de 1958 – Projecto de Le Corbusier e Janis Xenakis)

“Jornal de Letras e Artes” (1961–1965)

Nº11, 13 Dezembro 1961 – “Pioneiros de uma renovação”, Nuno Portas, pp. 2, 11

Nº13, 27 Dezembro 1961 – “A Arquitectura na 2ª Exposição Gulbenkian”, António Freitas, p. 11

Nº15, 10 Janeiro 1962 – “A nova escola”, Carlos Duarte, pp. 11, 14

Nº17, 24 Janeiro 1962 – “Pioneiros de uma renovação (II) – Os anos difíceis”, Nuno Portas, pp. 11, 12

Nº20, 14 Fevereiro 1962 – “A Senhora do Cabo, no Espichel – Necessidade da protecção deste conjunto arquitectónico”, António Freitas, p. 16

Nº23, 7 Março 1962 – “A arquitectura do Sul”, Francisco Silva Dias, p. 11

Nº27, 4 Abril 1962 – “A cidade e a criança”, Carlos Duarte, p. 11

Nº29, 18 Abril 1962 – “Pioneiros de uma renovação (III) – Aproximação da realidade”, Nuno Portas, pp. 13-14

Nº32, 9 Maio 1962 – “Centros Urbanos”, António Freitas, p. 13

Nº48, 29 Agosto 1962 – “Desenho Industrial na Feira Internacional de Lisboa”, João Leal, pp. 11, 14

Nº54, 10 Outubro 1962 – “O corpo das cidades”, Francisco da Silva Dias, pp. 5, 12

Nº57, 31 Outubro 1962 – “Decoração de interiores – A propósito de uma exposição no SNI”, João Leal, pp. 5-6

Nº70, 30 Janeiro 1963 – “Progressos recentes”, Nuno Portas, pp. 7, 10

Nº84, 8 Maio 1963 – “Arquitectura integrada?”, Nuno Portas, pp. 8-9, 15

Nº172, 13 Janeiro 1965 – “A crítica de arquitectura que temos ensaiado não está à altura da importância do que se constrói para a vida quotidiana”, Nuno Portas entrevistado por Bruno da Ponte”, pp. 1-2, 16

“Jornal Architectos” (1981, 2002, 2010)

Nº1, 12 de Novembro de 1981 – “Periódicos portugueses de arquitectura”, s/a, pp. 1, 6-7

Nº204, Janeiro/Fevereiro 2002 (“A questão do alojamento 1”) – “Pátios e vilas de Lisboa – 1870-1930”, Nuno Teotónio Pereira, pp. 18-21 / “Para o maior número – Sobre a Federação de Caixas de Previdência”, Madalena Cunha Matos, pp. 32-41 (Depoimento de Nuno Teotónio Pereira, pp. 35-39) / “Alvalade – Uma experiência pioneira de habitação colectiva”, Ana Tostões, pp. 42-47 / “A habitação colectiva nos ateliers da Rua da Alegria”, Nuno Portas, pp. 48-52 / “Memória de Olivais-Sul”, Carlos Duarte, pp. 53-58

Nº208, Novembro/Dezembro 2002 (“A condição pós-moderna”) – Carta enviada ao secretariado da exposição “Depois do Modernismo” (Assinada por – Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Eduardo Souto Moura, Sergio Fernandez), p. 8 / Texto com o título “Depois do Modernismo”, Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza Vieira, Domingos Tavares, Eduardo Souto Moura, Sergio Fernandez, pp. 9-15 (texto publicado originalmente sem título, no catálogo da Exposição “Depois do Modernismo”, coordenação de Luís Serpa, Lisboa 1983, pp. 115-128)

Nº239, Abril/Junho 2010 (“Ser crítico”) – “Os críticos não se inventaram de um dia para o outro”, (Depoimento) Carlos Duarte, pp. 36-44

Revista “Architectos” – Publicação da Associação dos Architectos Portugueses (1988)

Nº0, Outubro de 1988 – “Apresentação”, Nuno Teotónio Pereira, p. 2 / “Editorial”, Fernando Gonçalves, p. 3 / “Periódicos de Arquitectura (1981-1988)”, José Aguiar, Teresa Ferreira e Ana Isabel Ribeiro, pp. 14-15 / “Associações de Architectos em Portugal (1602-1988)”, Huertas Lobo e Francisco Silva Dias, pp. 4-8

Revistas Estrangeiras

“L’Architettura – Cronach e Storia”

Ano I, nº1, Maio/Junho 1955 – Nº126, Ano XI (nº12), Abril 1966  
Director – Bruno Zevi

Ano I, nº6, Março/Abril 1956 – “Storicità di Louis H. Sullivan”, Luigi Pellegrin, pp.856-865 (Secção “Storia e critica” – “Eredità dell’Ottocentos”)

Ano II, nº7, Maio 1956 – “Copertura con volte conoidiche a sheds in cemento armato precompresso”, Ugo Viale, pp. 63-64 (Secção “Stutture”)

Ano III, nº23, Setembro 1957 – “Lecture di Vitor Horta 1 – Nasce un’architettura per l’Art Nouveau” (presentazione degli Architetti Associati e di Vittoria Girardi), pp. 334-339 (Secção “Storia e critica” – “Eredità dell’Ottocentos”)

Ano III, nº24, Outubro 1957 – “Lecture di Vitor Horta 2 – L’Art Nouveau diviene uno stile”, Vittoria Girardi, pp. 408-411 (Secção “Storia e critica” – “Eredità dell’Ottocentos”)

Ano III, nº25, Novembro 1957 – “Lecture di Vitor Horta 3”, pp. 478-483 (Secção “Storia e critica” – “Eredità dell’Ottocentos”)

Ano III, nº26, Dezembro 1957 – “Letture di Vitor Horta”, (Secção “Storia e critica” – “Eredità dell’Ottocentos”)

Ano III, nº27, Janeiro 1958 – “Letture di Vitor Horta 5” (Secção “Storia e critica” – “Eredità dell’Ottocentos”)

Ano III, nº28, Fevereiro 1958 – “Letture di Vitor Horta 6” (Secção “Storia e critica” – “Eredità dell’Ottocentos”)

Ano III, nº29, Março 1958 – “Letture di Vitor Horta 7” (Secção “Storia e critica” – “Eredità dell’Ottocentos”)

Ano III, nº30, Abril 1958 – “Letture di Vitor Horta 8” (Secção “Storia e critica” – “Eredità dell’Ottocentos”)

Nº109, Ano X (nº7), Novembro 1964 – “Louis I. Kahn sull’architettura”, pp. 480-481 (Secção “Storia e critica” – “Problemi”)

#### “Casabella-Continuità”

Nº199, Dezembro 1953 / Janeiro 1954 (Rivista Internazionale di Architettura) – Nº294-295, Dezembro 1964 / Janeiro 1965 (Rivista di Architettura e Urbanística)  
Director – Ernesto Nathan Rogers

Nº199, Dezembro 1953 / Janeiro 1954 – “Continuità” (Editorial), Ernesto Nathan Rogers, pp. 2-3

Nº 200, Fevereiro/Março 1954 – “Il Vilaggio La Martella – Autocritica de Federico Gorio”, Federico Gorio, pp. 31-38

Nº207, Setembro/Outubro 1955 – “Il método di Le Corbusier e la forma della ‘Chapelle de Ronchamp’”, E. N. Rogers, pp. 2-6 / “La chiesa di ‘Notre Dame du Haut’ a Ronchamp”, Le Corbusier, pp.7-29

Nº208, Novembro/Dezembro 1955 – “La chiesa del villaggio «La Martella»”, Ludovico Quaroni, pp. 34-41 / “La chiesa del quartiere Ina-Casa a Baggio”, Luigi Figini e Gino Pollini, pp. 49-57

Nº210, 1956 – “Dicussione sulla valutazione storica dell’architettura e sulla misura umana”, Ernesto N. Rogers e Giancarlo De Carlo, pp. 2-7 / “Alcune recenti opere di Mário Ridolfi”, Vittorio Gregotti, pp. 23-25

Nº215, Abril/Maio 1957 – “Continuità o crisi?” (Editorial), Ernesto N. Rogers, pp. 3-4 / “Unità residenziale al km. 7 della Via Tiburtina, a Roma”, textos de Carlo Aymonino, Carlo Chiarini, Federico Gorio, Ludovico Quaroni, pp. 18-43

Nº294-295, Dezembro 1964 / Janeiro 1965 – “Discontinuità o continuità?” (Editorial), Ernesto N. Rogers, pp. 0-1

“The Architectural Review”

Nº697, Volume 117, Janeiro 1955 – Nº814, Volume 136, Dezembro 1964

Director – James Maude Richards

(E Nikolaus Pevsner, no início deste período)

Nº636, Volume 106, Dezembro 1949 – “Townscape casebook”, Gordon Cullen, pp. 363-374

Nº679, 1953 – “Prairie planning in the new towns”, Gordon Cullen, pp. 33-36

Nº708, Volume 118, Dezembro 1955 – “The new brutalism”, Reyner Banham, pp. 355-361

Nº773, Volume 130, Julho 1961 – “Architecture is indivisible...”, p. 1 (Secção “World”, pp. 1-9)

Outras Referências Bibliográficas...  
Ordenadas por Autor

AAVV, “I Congresso Nacional de Arquitectura – Teses, conclusões e votos do Congresso”, Edição Fac-Símile Ordem dos Arquitectos Conselho Directivo Nacional, Lisboa, 2008

AAVV, “Arquitectura na escrita – Catálogo de fontes bibliográficas, 1938-2007”, editores – João Afonso, Ana Vaz Milheiro e Jorge Nunes, Edição da Ordem do Arquitectos – Conselho Directivo Nacional, Lisboa 2007

AAVV, “Arquitectura Popular em Portugal”, Inquérito à arquitectura regional portuguesa, Edição do Sindicato Nacional dos Arquitectos, em 2 Volumes, Lisboa 1961 (Volume 1 – Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Volume 2 – Estremadura, Alentejo, Algarve)

AAVV, “Clip Stamp Fold – The radical architecture of Little Magazines 196X to 197X”, editores Beatriz Colomina e Craig Buckley, Edição Actar, Barcelona 2010

AAVV, “Modern Architects”, Edição “Museum of Modern Art” e “W. W. Norton & Company”, Nova Iorque 1932, Catálogo da Exposição “Modern Architecture – International Exhibition”, realizada no MoMa de Nova Iorque em 1932, com textos de Alfred H. Barr Jr., Henry-Russel Hitchcock Jr., Philip Johnson, e Lewis Mumford – Edição Athena, Babel, Lisboa 2011, Fac-símile de um exemplar de 1932 da Biblioteca de Estudos Ingleses da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

AAVV, “Revistas de Arquitectura – Arquivo(s) da Modernidade”, Edição coordenada por Marieta Dá Mesquita, Editora Caleidoscópio, Lisboa 2011

AAVV, “Team 10 – 1953-81. In search of a Utopia of the present”, editores Max Risselada e Dirk van den Heuvel, Edição NAI Publishers, Roterdão 2005 – Catálogo da Exposição “Team 10 – A Utopia of the Present” realizada no “Netherlands Architecture Institute” (NAi), em Roterdão entre Setembro de 2005 e Janeiro de 2006

AAVV, “Textos de Arquitectura de la Modernidad”, editores – Pere Hereu, Josep Maria Montaner e Jordi Oliveras, Editora Nerea, Madrid 1994

ALMEIDA, Pedro Vieira, e Fernandes, José Manuel, “A Arquitectura Moderna em Portugal”, “História da Arte em Portugal”, volume 14, Edição Alfa, Lisboa, 1986

ALVES, Margarida Brito, “A revista Colóquio/Artes”, Edição Colibri e IHA-FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2007

AMARAL, Francisco Keil, “A Arquitectura e a Vida”, Edição Cosmos, Lisboa 1942

---, “A Moderna Arquitectura Holandesa”, Edição Cadernos Seara Nova, Lisboa 1943

---, “O Problema da Habitação”, Livraria Latina, Porto 1945

---, “Lisboa, uma cidade em transformação”, Publicação Europa-América, Lisboa 1969

BANDEIRINHA, José António, “Quinas vivas – Memória descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa”, Edições FAUP, Porto 1996  
---, “O Processo SAAL e a Arquitectura do 25 de Abril de 1974”, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007

BARBOSA, Cassiano (coordenação), “ODAM – Organização dos Arquitectos Modernos, Porto 1947-1952”, Edição ASA, Porto, 1972

COSTA, Alexandre Alves, “Memórias do Cárcere...”, “Dissertação para obtenção do título de Professor Agregado do curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto”, Edição do Curso de Arquitectura da ESBAP, Porto 1982 (1ª edição, do autor, 1980)

CULLEN, Gordon, “Paisagem urbana”, Editora “Edições 70”, Lisboa 2008 (publicado originalmente com o título “Concise Townscape”, em 1971, pela Editora “Architectural Press”)

DESBIOLLES, Yves Chevretil, “Les revues d’art à Paris, 1905-1940”, Edição Ent’revues, Paris 1993

DUARTE, Carlos, “Depoimento – Os críticos não se inventaram de um dia para o outro”, “Jornal Arquitectos” nº239, Abril/Junho 2010, pp. 36-44

FERNANDES, Manuel Correia, “ESBAP – Arquitectura Anos 60 e 70”, Edição da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto 1988 (1ª edição, do autor, 1980)

FERNANDEZ, Sergio, “Percurso – Arquitectura portuguesa 1930-1974”, Edição da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto 1988 (1ª edição, do autor, 1985)

FERREIRA, Raúl Hestnes, (coordenação editorial) revista “L’Architecture d’Aujourd’Hui” nº185, Maio/Junho 1976, “Dossier, Portugal an II”, pp. 1-81  
---, Curriculum Vitae, 2013

FIGUEIRA, Jorge, “Escola do Porto – Um mapa crítico”, Edição do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Edarq, Coimbra 2002  
---, “A Periferia perfeita – Pós-modernidade na arquitectura portuguesa, anos 60 – anos 80”, dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de Coimbra, Edição do autor, Coimbra 2009

FIGUEIREDO, Rute, “Arquitectura e discurso crítico em Portugal, 1893-1918”, Edição Colibri e IHA-FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2007

FLORES, Carlos, “Arquitectura española contemporánea”, Edição Aguilar, Bilbao 1961

FRANÇA, José-Augusto, “A Arte em Portugal no Século XIX”, Volume 1 – “Primeira Parte (1780-1835) e Segunda Parte (1835-1880)”, Volume 2 – “Terceira Parte (1880-1910) e Quarta Parte (depois de 1910)”, Edição Livraria Bertrand, Lisboa 1967 (1ª edição)  
---, “A Arte em Portugal no século XX (1911-1961)”, 4ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 2009, (1ª edição, Editora Bertrand, Lisboa 1974)

HITCHCOCK, Henry-Russel e JOHNSON, Philip, “The International Style”, W. W. Norton & Company, Nova Iorque, Londres, 1995, edição original “The International Style – Architecture since 1922”, W. W. Norton & Company, 1932

JACOBS, Jane, “The death and life of great American cities”, Edição “Modern Library Edition” (Random House, Inc.), Nova Iorque e Toronto, 1993 (1ª edição 1961)  
---, “Vida e morte de grandes cidades”, Edição brasileira publicada pela editora Martins Fontes, São Paulo 2009 (1ª edição, 2000)

MENDES, Manuel, e PORTAS, Nuno (coordenação), “Arquitectura portuguesa contemporânea – Anos sessenta / Anos oitenta”, Edição Fundação de Serralves, Porto 1991

MESQUITA, Marieta Dá, “Fontes para a história da arquitectura contemporânea portuguesa – um primeiro olhar sobre «A Construção Moderna»”, “GEHA – Revista de história, estética e fenomenologia da arquitectura e do urbanismo” (Revista publicada pelo “Grupo de Estudos de História de Arquitectura” da FA-UTL), ano 2, nº2/3 de Março/Outubro de 1999, pp.105-118

MONIZ, Gonçalo Canto, “O ensino moderno da arquitectura – A reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)”, Dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de Coimbra, Edição do autor, Coimbra, 2011

MUMFORD, Eric, “The CIAM discourse on urbanism – 1928/1960”, Edição MIT Press, Cambridge, Massachussets, e Londres, Inglaterra, 2000

MUMFORD, Lewis, “The culture of cities”, Edição “Harvest / Harcourt Brace Jovanovic”, San Diego, Nova Iorque e Londres, 1970 (1ª edição, 1938)  
---, “The city in history”, Edição “Harvest (Harcourt, Inc.)”, San Diego, Nova Iorque e Londres, 1989 (1ª edição, 1961)

PEREIRA, Nuno Teotónio, “Escritos (1947-1996, selecção)”, Edição FAUP, Porto 1996

PEVSNER, Nicolaus, “Pioneers of the modern Ddesign”, Edição Palazzo, Bath (Reino Unido), 2011 (Publicado originalmente em 1936 com o título “Pioneers of the Modern Movement”, reeditado pelo MoMA de NY em 1949, e pela Penguin Books em 1960)

PIZZA, Antonio, “Guía de la arquitectura moderna de Barcelona (1928-1936)”, Ediciones del Serbal, Barcelona 1996

---, “La construcción del pasado”, Edição “Celeste”, Madrid 2000  
---, “Ideas de arquitectura en una cultura de oposición”, Catálogo da Exposição “Desde Barcelona, arquitecturas y ciudad 1958-1975”, editado por COAC, Barcelona 2002, pp. 10-53  
---, “Representaciones de la «Ciudad Funcional»”, Catálogo da Exposição “A.C. – La revista del GATPAC, 1931-1937”, realizada no museu “Reina Sofia”, entre Outubro de 2008 e Janeiro de 2009, pp. 193-220

PORTAS, Nuno, “A habitação social – Proposta para a metodologia da sua arquitectura”, Volume I e II, Edição FAUP, Porto 2004 (1ª Edição do autor, CODA, 1959)

---, “A arquitectura para hoje – Seguido de Evolução da arquitectura moderna em Portugal”, Edição Livros Horizonte, Lisboa 2008 (1ªs edições, 1964 e 1973)  
---, “Sobre la joven generación de arquitectos portugueses”, revista “Hogar y Arquitectura” nº68, Jan./Fev. 1967, pp. 77-84  
---, “A cidade como arquitectura – Apontamentos de método e crítica”, Edição Livros Horizonte, Lisboa, 2007 (1ª edição 1969)  
---, “Carlos Ramos (1897), Walter Gropius (1883). «In memoriam»”, “Diário de Lisboa”, Suplemento Literário nº571, 17 de Julho de 1969, pp. 4, 6  
---, “Arquitecturas marginadas em Portugal”, revista “Cuadernos Summa – Nueva Visión” nº49, Abril 1970, edição intitulada “Arquitecturas marginadas de la Península Ibérica”, pp. 6-24  
---, “Raul Lino – Uma interpretação crítica da sua obra de arquitecto e doutrinador”, “Colóquio – Revista de Artes e Letras” nº61, Dezembro de 1970, secção “Artes”, pp. 14-21  
---, “Note sul significato dell’architettura di Alvaro Siza nell’ambiente portoghese”, revista “Controspazio” nº9, Setembro 1972, pp. 24-25  
---, “A evolução da arquitectura moderna em Portugal – Uma interpretação”, “História da Arquitectura Moderna”, de Bruno Zevi, Volume II, Editora Arcádia, Lisboa 1973, pp. 687-744  
---, “De novo a revista Arquitectura”, Jornal “Expresso”, nº338, 21 de Abril de 1979, p. 28R  
---, “Arquitectura(s) – História e crítica, ensino e profissão”, Edição FAUP, Porto 2005  
---, “Arquitectura(s) – Teoria e desenho, investigação e projecto”, Edição FAUP, Porto 2005

RAMALHO, Pedro, “Itinerário”, Edição da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto 1989 (1ª edição, do autor, 1980)

REIS, Sofia, “74-86, Arquitectura em Portugal – Uma leitura a partir da imprensa”, Tese de mestrado apresentada no curso de estudos avançados em Arquitectura, Território e Memória, do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra 2007

RIBEIRO, Ana Isabel, “Arquitectos portugueses – 90 anos de vida associativa, 1863-1953”, Edição FAUP, Porto 2002

---, “Arquitectos. Arquitectura. Palavra escrita”, “Arquitectura na escrita – Catálogo de fontes bibliográficas, 1938-2007”, Edição da Ordem do Arquitectos – Conselho Directivo Nacional, Lisboa 2007, pp. 9-15

TAINHA, Manuel, “Arquitectura em questão”, Edição AEFA-UTL, Lisboa 1994

TAVARES, Domingos, “Da rua Formosa à Firmeza”, Edição do Curso de Arquitectura da ESBAP, Porto 1985 (1ª Edição, do autor, 1980)

TOSTÕES, Ana, “Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50”, Edição FAUP, Porto 1997, (1ª edição da autora, 1995)

---, “O Congresso e «os verdes anos» 50”, “I Congresso Nacional de Arquitectura”, Edição Fac-Símile da Ordem dos Arquitectos, Conselho Directivo Nacional, Lisboa 2008, pp. 11-21

---, “Alvalade – Uma experiência pioneira de habitação colectiva”, “Jornal Arquitectos” nº204, Jan./Fev. 2002, pp. 42-47

ZEVI, Bruno, “Verso un’architettura organica. Saggio sullo sviluppo del pensiero architettonico negli ultimi cinquant’anni”, Edição Giulio Einaudi, Turim 1945

---, “História da Arquitectura Moderna”, Edição Arcádia, em 2 Volumes, Volume I – Lisboa 1970-1972, com prefácio de Nuno Portas, Volume II, Lisboa 1973/1979, Título original “Storia dell’Architettura Moderna – Dal Origini all 1950”, 1ª edição 1950

Artigos em Revistas de Cultura Literária e Artística  
Levantamento Preliminar

“Jornal de Letras e Artes” (1961-1970)

“Colóquio – Revista de Artes e Letras” (1959-1970)

“Seara Nova” (1957-1964)

“O Tempo e o Modo – Revista de Pensamento e Acção” (1963-1973)

“Vértice – Revista de Cultura e Arte” (1955-1964)

“Jornal de Letras e Artes” (1961–1970)

Não repete os artigos enunciados antes, em – Séries de Publicações Periódicas / Publicações Periódicas Portuguesas / “Jornal de Letras e Artes” (1961-1965)

Nº22, 28 Fevereiro 1962 – “O arquitecto na sociedade contemporânea – O progresso técnico permite já uma vida serena e equilibrada para todos”, Lúcio Costa

Nº44, 1 Agosto 1962 – “A renovação da Arte Sacra em Portugal – O concurso de anteprojectos para a Igreja do Sagrado Coração de Jesus marca um ponto de viragem na nossa arquitectura religiosa”

Nº87, 29 Maio 1963 – Michel Ragon escreve sobre Raymond Lopez, novo arquitecto e urbanista de Paris

Nº131, 1 Abril 1964 – Arquitectura Móvel, por Michel Ragon

Nº157, 30 Setembro 1964 – Arquitectura Móvel, por Michel Ragon

Nº174, 27 Janeiro 1965 – “O «espaço-perdido» – Proposta para a sua revalorização crítica”, Pedro Vieira de Almeida

Nº201, 4 Agosto 1965 – “O espaço-perdido – Proposta para a sua revalorização crítica (edifícios de culto)”, Pedro Vieira de Almeida

Nº209, 29 Setembro 1965 – A nova Sé de Bragança, por Vassalo Rosa, António Alfredo e Albino Cleto

Nº213, 27 Outubro 1965 – Crónica de Arquitectura, por Pedro Vieira de Almeida

Nº217, 24 Novembro 1965 – Crónica de Arquitectura

Nº230, 23 Fevereiro 1966 – “A arquitectura portuguesa na segunda metade do século XVI e XVII”, J. H. Pais da Silva

Nº250, 27 Julho 1966 – “Antes que mesmo o pouco que temos... – Uma carta de Nuno Portas”, Pedro Vieira de Almeida

Nº272, Novembro 1969 – “A problemática de Mies Van der Rohe”, Ernesto N. Rogers

Nº274, Março 1970 – “O arquitecto e a sua consciência”, Eduardo Trigo de Sousa

Nº276, Maio 1970 – “Reflexões sobre a cidade”, Duarte Nuno Simões / Referência à publicação de “Lisboa uma cidade em transformação”, de Francisco Keil do Amaral

“Colóquio – Revista de Artes e Letras” (1959–1970)

- Nº12, Fevereiro 1961 – “Uma vila morta à espera que lhe acomodem e respeitem os restos”, Francisco Keil do Amaral
- Nº13, Maio 1961 – “Curso e Exposição sobre a arquitectura colonial ibero-americana”, Artur Gusmão
- Nº15, Outubro 1961 – “João de Castilho e a sua obra no além-Douro”, Eugénio de Andréa da Cunha e Freitas
- Nº17, Fevereiro 1962 – “A arquitectura Indo-Portuguesa”, Mário T. Chicó
- Nº21, Dezembro 1962 – “O coro da catedral de Évora”, Túlio Espanca
- Nº23, Abri 1963 – “A influência do ultramar na arquitectura”, Mário de Oliveira
- Nº27, Fevereiro 1964 – “A arquitectura inglesa de hoje”, Carlos Santos Duarte
- Nº29, Junho 1964 – “A exposição das novas igrejas na Alemanha”, Pedro Vieira de Almeida
- Nº31, Dezembro 1964 – “Michelangelo na capela Paulina”, Giulio Carlo Argan
- Nº32, Fevereiro 1965 – “Os três templos gregos de Paestum, cidade das rosas”, Fernando de Pamplona
- Nº34, Junho 1965 – “Gaudí e a arquitectura actual”, Nuno Portas
- Nº35, Outubro 1965 – “Le Corbusier – um arquitecto coerente”, Pedro Vieira de Almeida
- Nº38, Abril 1966 – “A arquitectura alemã de hoje”, Carlos S. Duarte / “Para uma compreensão do âmbito social do Modern Style”, Manuel Rio-Carvalho
- Nº39, Junho 1966 – “La mostra del Carpaccio a Venezia”, Giulio Carlo Argan
- Nº41, Dezembro 1966 – “Para uma compreensão da Arte Nova”, Manuel Rio-Carvalho
- Nº50, Outubro 1968 – “Borromini e Bernini”, Giulio Carlo Argan
- Nº56, Dezembro 1969 – “The new buildings for the Calouste Gulbenkian Foundation”, Leslie Martin / “Sobre as obras de arte inseridas no edifício da Fundação Gulbenkian”, José-Augusto França
- Nº59, Junho 1970 – “Reynaldo dos Santos (Apontamento)”, Raul Lino
- Nº61, Dezembro 1970 – “Um escultor ingénuo”, Ernesto de Sousa / “Raul Lino – Uma interpretação crítica da sua obra de arquitecto e doutrinador”, Nuno Portas / Na secção “Bibliografia Artes e Letras”, referência à publicação de “Histórias à margem de um século de História”, de Francisco Keil do Amaral

“Seara Nova” (1957-1964)

- Nº1349, Maio/Junho 1958 – “Situação cultural das Artes Plásticas”, Nikias Skapinakis
- Nº1350/1351, Julho 1958 – “Pedagogia do desenho”, Nikias Skapinakis
- Nº1354/1355, Outubro 1958 – “Cinema, janela aberta para a vida”, Mário Bonito

Nº1359, Janeiro 1959 – “A arquitectura na Exposição de Bruxelas”, Fernando Gomes da Silva

Nº1361, Março 1959 – “Situação cultural das Artes Plásticas”, Nikias Skapinakis

Nº1362, Abril 1959 – “Os esquimós e a civilização da rena”, Huertas Lobo

Nº1363, Maio 1959 – “Nova fase da arquitectura soviética”, Carlos S. Duarte

Nº1364, Junho 1959 – “Os esquimós e a civilização da rena (II)”, Huertas Lobo

Nº1367, Setembro 1959 – “A reforma do ensino de Belas-Artes”, Nikias Skapinakis

Nº1369, Novembro 1959 – “Mies Van Der Rohe, poeta do espaço”, Carlos S. Duarte

Nº1370, Dezembro 1959 – “Interesse pedagógico da formação artística”, Nikias Skapinakis

Nº1371/72, Janeiro/Fevereiro 1960 – “Ocidente-Oriente”, Huertas Lobo

Nº1376/77, Junho/Julho 1960 – “A Arte integrada na Arquitectura e o silêncio da Crítica”, António Alfredo

Nº1381/82, Novembro/Dezembro 1960 – “Oriente-Occidente”, Huertas Lobo

Nº1385/86, Março/Abril 1961 – “Elementos sobre a evolução gráfica infantil”, Nikias Skapinakis

Nº1424, Junho 1964 – “Processo de estímulo da actividade plástica na infância e na adolescência”, Nikias Skapinakis

“O Tempo e o Modo – Revista de Pensamento e Acção” (1963-1973)

Nº4, Abril 1963 – “Tradição, progresso e reacção no urbanismo regional”, Nuno Portas

Nº6, Junho 1963 – “Arquitectura – Respostas de Fernando Távora e Vasco Lobo”

Nº10, Novembro 1963 – “Crítica de Artes e Letras – Nikias Skapinakis”, Duarte Nuno Simões

Nº15, Abril 1964 – “Planeamento regional e arquitectura de cidades”, Mário Bruxelas

Nº30, Setembro 1965 – “Le Corbusier, ainda actual?”, Nuno Portas

Nº34/35, Janeiro/Fevereiro 1966 – “O fenómeno urbano”, Carlos Duarte / “O urbanismo no caminho duma arquitectura total”, Luís Vassalo Rosa / “Humanizar a cidade”, Nuno Portas

Nº91, Outubro/Dezembro 1971 – “O arquitecto na luta de classes”

“Vértice – Revista de Cultura e Arte” (1955-1964)

Nº137, Fevereiro 1955 – “A solidão em comum”, Francisco Keil do Amaral

Nº138, Março 1955 – “O funcionalismo pombalino e Manuel da Maia”, Huertas Lobo

Nº142, Julho 1955 – “Uma casa Lafonense”, Huertas Lobo

Nº143/144, Agosto/Setembro 1955 – “O macabro na Arte”, Huertas Lobo

Nº148/149, Janeiro/Fevereiro 1956 – “«O primitivo e o actual na Arte» – Analogia de fins, divergência de meios”, Huertas Lobo

Nº152, Maio 1956 – “Um factor determinativo no estudo da Arte Popular”, Huertas Lobo

Nº156, Setembro 1956 – “Áreas regionais na arquitectura da Beira”, Huertas Lobo

Nº157, Outubro 1956 – “Urbanismo «Ciência do século»”, Carlos de Almeida

Nº166, Julho 1957 – “Os gambusinos”, Carlos de Almeida

Nº170, Novembro 1957 – “O problema urbanístico de Coimbra”, Carlos de Almeida

Nº174/175, Março/Abril 1958 – “Arte portuguesa”, Vasco Lobo

Nº176, Maio 1958 – “O problema urbanístico de Coimbra”, Carlos de Almeida

Nº178/179, Julho/Agosto 1958 – “Crítica – Notas de leitura”, Carlos de Almeida

Nº189, Junho 1959 – “Urbanismo e construção”, Carlos de Almeida

Nº192, Setembro 1959 – “Le Corbusier – Resumo biográfico”, Carlos de Almeida

Nº195, Dezembro 1959 – “Notas de leitura”, Carlos de Almeida

Nº196-197, Janeiro/Fevereiro 1960 – “Do ensino, formação e exercício da profissão do arquitecto português”, Carlos de Almeida

Nº199, Abril 1960 – “Sintomas novos em doença antiga”, Carlos de Almeida

Nº201, Junho 1960 – “Outro sintoma”, Carlos de Almeida / “Notas de leitura”, Carlos de Almeida

Nº202/203, Julho/Agosto 1960 – “Das ideias aos planos”, Carlos de Almeida

Nº204, Setembro 1960 – “1ªs Jornadas Luso-Brasileiras de engenharia civil”, Carlos de Almeida

Nº206/207, Novembro/Dezembro 1960 – “O problema da habitação em Lisboa”, Carlos de Almeida

Nº214/215, Julho/Agosto 1961 – “A cidade e as casas”, Carlos de Almeida

Nº218/219, Novembro/Dezembro 1961 – “A revolução urbanística”, Carlos de Almeida

Nº220, Janeiro 1962 – “O despertar de uma classe?”, Carlos de Almeida

Nº248/249, Maio/Junho 1964 – “Do Algarve e do planeamento urbanístico do seu território”

Nº254/255, Novembro/Dezembro 1964 – “O Plano Intercalar de Fomento de 1965-67”, J.J. Costa Júnior



Bibliotecas e Arquivos Consultados

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Biblioteca do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Biblioteca do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

Biblioteca da Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona da Universidade Politécnica da Catalunha

Biblioteca do Colégio de Arquitectos da Catalunha

Biblioteca da Ordem dos Arquitectos

Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian

Arquivo de Raul Hestnes Ferreira

Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

### Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

AAP – Associação dos Arquitectos Portugueses  
CIAM – Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna  
(ou no original em francês “Congrès Internationaux d’Architecture Moderne”)  
CODA – Concurso para Obtenção do Diploma em Arquitectura  
DARQ/FCTUC – Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra  
ESBAL – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa  
ESBAP – Escola Superior de Belas Artes do Porto  
FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto  
FCSH/UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa  
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian  
ICAT – Iniciativas Culturais Arte e Técnica  
IST – Instituto Superior Técnico  
JLA – Jornal de Letras e Artes  
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil  
LCC – London County Council  
MOPC – Ministério das Obras Públicas e Comunicações  
MoMA – Museum of Modern Art, Nova Iorque  
ODAM – Organização em Defesa da Arquitectura Moderna  
(vulgarmente, Organização Dos Arquitectos Modernos)  
RAACAP – Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses  
SNI – Secretariado Nacional de Informação  
SNA – Sindicato Nacional dos Arquitectos  
SAP – Sociedade dos Arquitectos Portugueses  
SNBA – Sociedade Nacional de Belas Artes  
SPN – Secretariado da Propaganda Nacional  
UIA – União Internacional de Arquitectos

### Créditos das Imagens

As imagens apresentadas na Tese dividem-se em 3 grupos –

Primeiro – Imagens de publicações periódicas, nacionais e estrangeiras, com grande predominância de digitalizações de capas e páginas da revista “Arquitectura”.

A maior parte das imagens de publicações nacionais foi digitalizada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, pelos próprios serviços da Biblioteca.

Segundo – Imagens de documentos consultados no Arquivo Nacional “Torre do Tombo”, e digitalizados pelos próprios serviços do Arquivo.

Terceiro – Imagens de documentos relativos ao “Estudo do Movimento Moderno em Portugal em Arquitectura e Urbanismo”, apresentados por Nuno Portas à Fundação Calouste Gulbenkian, entre 1962 e 1964. Estas imagens foram digitalizadas por iniciativa da própria Fundação, e cedidas gratuitamente.

Na legenda de cada imagem apresentada na Tese é sempre identificada a publicação ou o documento digitalizado.





